

Veriana Colaço
Idilva Germano
Luciana Lobo Miranda
João Paulo Barros
(Orgs.)

JUVENTUDES ^{EM} MOVIMENTO

experiências, redes e afetos



EXPRESSÃO
GRÁFICA
EDITORIA

Veriana de Fátima Rodrigues Colaço
Idilva Maria Pires Germano
Luciana Lobo Miranda
João Paulo Pereira Barros
(Organizadores.)

Identidade visual

Chico Neto

Projeto gráfico e diagramação

Rayana Vasconcelos da Costa

Capa

Rayana Vasconcelos da Costa

Revisão

Rayana Vasconcelos da Costa e Veriana Colaço

Coselho Editorial

Gilmar de Carvalho (Coordenador)

Elba Braga Ramalho

Henrique Figueiredo Carneiro

Ismael Pordeus Jr.

Neuma Cavalcante

Túlio de Souza Muniz

Ficha Catalográfica

Biblioteca Perpétua Socorro Tavares Guimarães CRB 3 801-98

Juventudes em movimento: experiências, redes e afetos / organizado por Veriana de Fátima Rodrigues Colaço, Idilva Maria Pires Germano, Luciana Lobo Miranda et al.

Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora 2019.

556p.

ISBN: 978-85-420-1382-5

1. Juventude brasileira 2. Polítcas juvenis 3. VII JUBRA

I. Colaço, Veriana de Fátima Rodrigues Título II. Germano, Idilva Maria Pires III. Miranda, Luciana Lobo

IV. Juventudes em movimento: experiências, redes e afetos

CDD : 305

Veriana de Fátima Rodrigues Colaço
Idilva Maria Pires Germano
Luciana Lobo Miranda
João Paulo Pereira Barros
(Orgs.)



JUVENTUDES^{EM} MOVIMENTO

experiências, redes e afetos

 UNIVERSIDADE
FEDERAL DO CEARÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM PSICOLOGIA

redeJubra


EXPRESSÃO
GRÁFICA
EDITORIA

APRESENTAÇÃO



Caleidoscópios juvenis: reflexões sobre e com juventudes

Veriana de Fátima Rodrigues Colaço

Idilva Maria Pires Germano

Luciana Lobo Miranda

João Paulo Pereira Barros

Temos a satisfação de apresentar esta coletânea, que traz uma seleção de textos de convidados que participaram, com destaque, de simpósios e de mesas-redondas no VII Simpósio Internacional sobre a Juventude Brasileira - VII JUBRA. Esta obra reúne trabalhos de palestrantes que aceitaram gentilmente compartilhar seus estudos, experiências e reflexões sobre as juventudes no país, no espírito de estender o debate para outros públicos.

Os capítulos representam uma síntese dos eixos temáticos tratados no evento e permitem conhecer um pouco das agudas reflexões lá apresentadas e discutidas. Por isso, pensamos esta coletânea tal como um caleidoscópio, que permite vislumbrar a diversidade de significados, pertencimentos, contextos e políticas de subjetivação tanto no que concerne às múltiplas juventudes quanto às formas como estas condições e experiências juvenis são visibilizadas/dizibilizadas.

O VII JUBRA aconteceu em Fortaleza, em 2017, iniciando em 12 de agosto, um dia especial e uma feliz coincidência, Dia Internacional e Nacional da Juventude. Foram cinco dias corridos, mesclados de alegria e preocupação. De um lado, a genuína alegria e esperança do encontro de pesquisadores, profissionais e jovens dialogando sobre e com os nossos

jovens. De outro lado, a reflexão grave e pungente que uniu todos os participantes diante das violações de direitos e ameaças que marcam a realidade dos jovens brasileiros e que exigem intervenção.

A sétima edição do JUBRA deu continuidade à missão do primeiro JUBRA, idealizado e realizado em 2004, na Universidade Federal do Rio de Janeiro, sob a direção da Profa. Lúcia Rabello de Castro e da equipe do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisas para Infância e Adolescência Contemporâneas (NIPIAC). A proposta dos simpósios sempre esteve empenhada com a socialização e o intercâmbio de estudos e produções sobre o tema da juventude e as possibilidades de trocas de experiências com pesquisadores do Brasil e também de fora do país. A realização do VII JUBRA, num momento difícil da vida econômica e política brasileira, tornou o simpósio um espaço propício para a discussão crítica da conjuntura nacional e das políticas e serviços públicos voltados para os nossos jovens, bem como para o fortalecimento do compromisso ético com as diferentes juventudes que aqui vivem, mas também alhures.

Vivemos um tempo particularmente sombrio no Brasil, quando nossas referências de democracia estão fragilizadas pela falta de representatividade e de confiança naqueles que estão à frente dos poderes centrais do país. Somado a isso, presenciamos cada vez mais intensamente as ameaças à garantia dos direitos do povo brasileiro e um retrocesso nas conquistas que nos conduziam a uma condição de maior igualdade e justiça social, ainda longe de ser atingida. Nos últimos anos, temos seguido na contramão desse processo, com a tentativa de implantação de um Estado Mínimo, que não investe em políticas básicas para a população. Esse desvio contribui para o acirramento da violência urbana, a produção generalizada do medo e da insegurança nas relações sociais, minando gravemente o respeito ao outro e a nossa tradição de convivência amistosa, receptiva e afetuosa, que era reconhecida como marca da nossa gente.

Tal agravamento da violência atinge notadamente a juventude, com foco principalmente nos jovens pobres e negros, cuja garantia da própria vida está ameaçada. O “guri”, da canção de Chico Buarque, aparece hoje com frequência nas esquinas das periferias das grandes cidades, e Fortaleza, lamentavelmente, lidera os índices em relação aos homicídios de adolescentes, invertendo o curso da vida, com pais e mães chorando a perda precoce de seus filhos.

Assim, o VII JUBRA teve um grande desafio ao tratar o tema juventude neste contexto e o fez com responsabilidade e compromisso social, extrapolando uma dimensão acadêmica e científica, que caracteriza este tipo de encontro, e se propondo a debater, refletir e construir novos caminhos e possibilidades de políticas para as juventudes. Portanto, representou para nós um grande desafio assumir a organização do VII JUBRA, que só foi possível por termos tomado essa decisão coletivamente e assim também ter se dado todo o processo de sua construção e realização. Trabalhamos ininterruptamente, no decorrer dos dois anos que nos distanciaram do VI JUBRA, e sempre o fizemos de forma coletiva e plural.

Nessa construção, estiveram representadas as principais universidades do nosso estado, programas de pós-graduação de áreas distintas, professores, pesquisadores, estudantes de graduação e de pós-graduação, e também jovens e profissionais de movimentos sociais organizados, neste compromisso de articulação da academia com a sociedade. Assim foi o processo de definição do Tema geral desta edição: **JuventudeS e movimentos: experiências, redes e afetos** e dos 12 eixos temáticos do VII JUBRA, com a realização de fóruns presenciais e consulta online, priorizando a opinião dos jovens.

No tema geral, destacamos o S maiúsculo da palavra JuventudeS, pela clareza da sua diversidade, posto que no Brasil, país de dimensão continental, de múltiplas linguagens e culturas, e também de

desigualdades sociais marcantes, essa diversidade se apresenta com toda a visibilidade. Ao escolher este tema, quisemos ainda sublinhar nossa compreensão das juventudes na contemporaneidade, seu constante movimento, as conexões presenciais e virtuais que estabelecem, sem barreiras espaciais e temporais, e as significativas diferenças de experiências entre as gerações, que, conseqüentemente, repercutem nos modos como nos relacionamos e nos afetamos mutuamente. Os doze eixos sugeridos contemplaram as principais temáticas em discussão sobre e pelas juventudes na contemporaneidade: relações étnico-raciais; violência e conflito; territórios de resistência no campo e na cidade; tempo livre, esporte e lazer; saúde e consumo de drogas; movimentos sociais; gênero e sexualidade; arte e cultura; espiritualidade e religiosidade; educação; trabalho; e consumo e novas mídias. Foi também dessa forma coletiva a construção da nossa identidade visual e de todo o material de uso e de divulgação do simpósio.

A formação das equipes de trabalho foram acontecendo naturalmente, a partir das afinidades com as tarefas e aproximação entre as pessoas. Nesse movimento, fomos nos integrando e chegamos a sete comissões específicas (Científica, Cultural, de Comunicação, de Infraestrutura, de Apoio, de Secretaria e Regional) que trabalharam autonomamente, mas mantendo articulação em uma Comissão Coordenadora Geral, composta pelas lideranças dessas comissões específicas e também por colegas representando as outras universidades envolvidas, além da UFC (UECE, UNIFOR e UNILAB). Tivemos também uma missão a mais nesta edição, que foi a aprovação do estatuto e criação da Rede Nacional de Pesquisadores e Pesquisadoras sobre Juventude (REDEJUBRA), que aconteceu em assembleia geral, ocorrida no dia 14 de agosto com ampla presença dos participantes do simpósio.

E o VII JUBRA foi tomando uma dimensão que envolveu outras parcerias e equipamentos da cidade. Ao procurarmos um espaço histórico,

amplo e representativo para a solenidade de abertura do simpósio, entramos em contato com a direção do Cineteatro São Luiz, equipamento da Secretaria Estadual de Cultura. A receptividade que tivemos foi maior que nossas expectativas, pois nos foi proposta a realização de uma **Mostra Cultural do JUBRA** como possibilidade de interlocução entre jovens de nossa cidade e visitantes de outros lugares, e se constituiu num espaço de acesso gratuito e aberto à toda comunidade. Esta Mostra aconteceu em dois dias: no primeiro, com apresentações artísticas de coletivos juvenis com diferentes linguagens, música, dança e teatro, encerrando com um show da banda **Cidadão Instigado**, que atraiu um grande público jovem; e no segundo dia, uma mostra de produções audiovisuais, também de coletivos juvenis e culminando com a exibição do filme **Terra em Transe**, de Glauber Rocha, seguido de documentário e debate conduzido por sua filha, a cineasta Paloma Rocha.

A força mobilizadora de todo esse empenho fez do VII JUBRA um evento com 2169 inscritos, dos quais estiveram presentes em torno de 1400 participantes, com um perfil de diferentes gerações (idade entre 15 e 71 anos), majoritariamente feminino (68,3%) e da região Nordeste (59%), e também de forma expressiva do Sudeste (20%), mas com representação de todas as regiões do país. Estudantes de graduação e de pós-graduação e jovens foram o público mais representativo no simpósio, somando 68,8% do total, contando ainda 17% de professores e pesquisadores, além de 13% de profissionais. Também é importante informar o número de pessoas na organização geral do simpósio, que envolveu 65 integrantes das comissões específicas, 46 pesquisadores da comissão nacional e mais de 100 pareceristas *ad hoc*. Contamos ainda com a colaboração de 116 monitores de apoio e 20 monitores de comunicação e da Mostra Cultural, incluindo integrantes dos Centros Urbanos de Cultura, Arte, Ciência e Esporte (Cucas), mantidos pela Prefeitura de Fortaleza, por meio da Coordenadoria Especial de Políticas Públicas de Juventude.

No que se refere às atividades, tivemos uma conferência de abertura com um convidado internacional, o pesquisador do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Prof. Vitor Sérgio Ferreira e 10 simpósios, com três palestrantes cada um. Foram submetidas 51 Mesas Redondas, sendo aprovadas 34, e foram inscritos 47 Grupos de Trabalho com aprovação de 32 GT. Nesses GTs foram apresentadas as Comunicações Orais, com 908 submissões e 786 trabalhos aprovados. Além dessas atividades, tivemos 28 livros lançados com temas relacionados à juventude.

Para toda essa construção contamos com o apoio, além das universidades parceiras, das Coordenadorias de Políticas Especiais para a Juventude tanto do Estado do Ceará como do Município de Fortaleza, das Secretarias Estaduais de Cultura e a de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, da Rede CUCA de Fortaleza e do Conselho Regional de Psicologia - 11ª Região. Também tivemos apoio financeiro da CAPES e da UFC, que sediou o evento, proporcionando a infraestrutura necessária de equipamentos e abertura das instalações de auditórios e salas de aula dos cursos das áreas de humanidades, que funcionam no Campus do Benfica. A todos esses apoiadores nossos mais sinceros agradecimentos.

A coletânea que aqui apresentamos está dividida em três partes, pensadas de modo a articular os capítulos por temáticas. Assim, a primeira parte, intitulada **Juventudes na teoria: concepções e desafios**, está composta pelos textos que discutem as teorizações sobre juventude e reúne três capítulos. O primeiro, **Jovens e gerações em tempos de crise: entre Portugal e o contexto global**, de autoria do Prof. Vitor Sérgio, traz questionamentos sobre o enfoque geracional abordado pela Sociologia. Entende que a flexibilização nas condições laborais e as mudanças estruturais produzidas pela crise econômico-financeira vivida pelo mundo globalizado após os anos 1980 vem transformando o curso da vida e configurando uma nova geração - os jovens "Milênio"- que vivem

oportunidades mais restritas para sua autonomia e uma experiência de prolongamento da juventude. Conclui apontando que o respaldo público, familiar e escolar favorece condições para o jovem resistir aos "processos de desqualificação profissional" e de precariedade laboral. No entanto, grande parte dos jovens não dispõe desses suportes, já que essas condições não se apresentam de forma igualitária na sociedade, resultando numa juventude sob o risco da exclusão social.

No capítulo **Onde estão os (sujeitos) jovens nas teorias da juventude?** de Lúcia Rabello de Castro, a autora problematiza as teorias da juventude, que no seu entender não se confundem com as teorias dos sujeitos juvenis. Ressalta que, tanto a psicologia, com enfoque no sujeito jovem, como a sociologia, com as teorias da juventude, contribuem com essa discussão interdisciplinar. Argumenta que "[...] a adolescência se coloca como um marco conceitual importante e fundamental para o estudo da juventude", e que ambas as dimensões (subjetiva e sociológica) precisam estar articuladas nos estudos da juventude, numa perspectiva geracional. Para analisar essa articulação, apresenta dois estudos sobre participação política juvenil, que mostram a necessária interlocução de diferentes campos do saber, mesmo que uma ou outra dimensão seja tomada como foco.

O capítulo **Teorias da juventude: para que servem e para onde nos conduzem?**, de Maria Helena Augusto, que encerra essa primeira parte, tem o propósito de analisar essas duas perguntas que conduziram o tema do simpósio em que participou. Reconhece como tarefa difícil e volta sua argumentação para a relação entre indivíduo e sociedade e a questão do tempo, diante das transformações na vida social contemporânea. Discute várias teorias sociológicas que tratam do tema e que colocam a juventude como exigência da vida contemporânea e não apenas uma determinada fase ou período etário. Finaliza retomando questões e se perguntando sobre as condições de vida juvenil na atualidade e como o conceito de geração

contribui para o entendimento das diferentes vivências de juventudes. Por outro lado, argumenta sobre o necessário suporte das teorias para a compreensão das condições de ser jovem no momento atual, mesmo que não esgotem todas as explicações das múltiplas juventudes possíveis.

A segunda e a terceira partes trazem os principais temas em debate no VII Jubra e, por isso contêm um número maior de capítulos, dez em cada uma delas. A segunda parte, intitulada **Interseccionalidade, violência contra jovens e ameaças à saúde e bem estar juvenis**, o tema central é a violência e suas derivações, provocando vulnerabilidades e processos de exclusão social. Assim, os dez capítulos aí incluídos de alguma forma abordam esta questão, inclusive considerando a violência no que tange à não garantia de direitos fundamentais às populações empobrecidas.

O capítulo de Alexandre Joca, **Juventudes em Espaços/Tempos de Educação Sexual: uma trilogia epistemológica sobre a pedagogia dos (não) sentidos**, apresenta três pesquisas realizadas pelo autor sobre a educação sexual juvenil. O pesquisador sublinha as “pedagogias da sexualidade” que agem para conformar os jovens ao binarismo de gênero e à heteronormatividade desde a infância, no espaço familiar, escolar e da rua. Para os jovens gays ouvidos, a descoberta e a revelação da homossexualidade para a família torna-se um processo difícil, geralmente permeado de angústia, medo e tensões, dados os mecanismos de vigilância e punição acionados. Por sua vez, no campo escolar, opera o que chama de “pedagogia dos não sentidos” em que professores fingem “não ver” a sexualidade cotidiana dos alunos. Esse e outros espaços são permeados de numerosos “filtros intencionais de escutas e não escutas” das mensagens que os corpos jovens transmitem.

O capítulo de Claudia Mayorga, **Algumas palavras de uma feminista sobre o campo de estudos sobre juventude**, articula o feminismo com os estudos críticos sobre a juventude, identificando três pontos de reflexão compartilhados pelos dois campos: a desnaturalização da experiência (tal

como ocorre com a mulher, os entendimentos inferiorizantes acerca do jovem são construções históricas e não espelho da natureza); a crítica à dicotomização moderna entre público e privado (dicotomia que leva, entre outros efeitos, a desqualificar “os saberes, práticas e atuação social” dos jovens e das mulheres a partir da “privatização de suas experiências”); e a crítica à universalização do sujeito “mulher” e “jovem”, a partir das noções de diferença e de desigualdade (crítica essa que descortina as várias formas de opressão racial, de gênero, classe, idade, orientação sexual, entre outras, atuando no interior de uma categoria pretensamente universal). Partindo de um olhar interseccional, a autora revela como os dois campos de pensamento podem fortalecer perspectivas teóricas e práticas para enfrentar as múltiplas e imbricadas formas de exclusão que operam em nossa sociedade.

O capítulo **A perspectiva do feminismo interseccional e decolonial no enfrentamento do racismo e sexismo na vivência com a juventude universitária**, de Nara Diogo Rocha, traz à discussão experiências de ensino, pesquisa e extensão que vem conduzindo, junto com colegas e estudantes, no curso de Psicologia da Universidade Federal do Ceará em Sobral, com base numa perspectiva interseccional e decolonial. São ações que, movidas por uma sensibilidade às questões étnico-raciais, do sexismo e das várias formas de desigualdade em interseção e retroalimentação, buscam formar profissionais de Psicologia críticos, implicados e “analiticamente capazes de problematizações e intervenções engajadas na construção de uma sociedade brasileira mais justa e solidária”.

O capítulo de Ilaina Damasceno, com o título **Jovens de Terreiro na Cidade: experiências estéticas e saberes políticos**, aborda a formação humana de jovens de terreiro, residentes em Fortaleza e no Rio de Janeiro, a partir dos dados da primeira fase de uma pesquisa voltada à compreensão das ações culturais desenvolvidas por jovens e à análise de como se constituem politicamente ao participarem da luta por visibilidade

e direito à diferença na cidade. O texto argumenta que as ações culturais produzem ensinamentos sobre direitos e cidadania, bem como mobilizam a apropriação da cidade. Ao longo do texto, a autora ressalta como as experiências estéticas dos jovens constituem seus processos de formação e de que modo os saberes políticos compartilhados pelos jovens de terreiro podem potencializar a reinvenção do espaço público na cidade.

Denominado de **Adolescentes em Conflito com a Lei: entre o prescrito legal e a prática social**, o texto de Ilana Paiva, Maria Cláudia Lopes de Oliveira e Veriana Colaço discute a problemática do adolescente autor de ato infracional no Brasil, transitando no debate sobre as relações entre juventude e violência e trazendo à tona aspectos-chave de nossa sociabilidade atual. O capítulo realiza, contundentemente, contrapontos entre o que está assinalado do ponto de vista legal - notadamente no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e no Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) - e o que se realiza na prática social, mostrando como violações de direitos frequentemente estão presentes na execução dessas medidas. Dois operadores analíticos orientam as reflexões das autoras: a proposta de universalização de direitos para crianças e adolescentes estabelecida pelo ECA, contrastando com a sua efetivação segregacionista e seletiva, e o processo necropolítico que sustenta esta segregação. São apresentadas, ainda, experiências consideradas positivas, no que diz respeito à prática socioeducativa em Natal e em Brasília.

No capítulo de João Paulo Pereira Barros, intitulado **Juventudes Desimportantes: a produção psicossocial do “envolvido” como emblema de uma necropolítica no Brasil**, o tema da violência urbana é tratado com uma reflexão sobre aspectos psicossociais implicados na problemática dos homicídios de adolescentes e jovens pobres e negros das periferias, tomando como base as noções de “necropolítica” e “capitalismo gore”. A cartografia traçada pelas trajetórias dessas vítimas juvenis, realizada por

pesquisa do VIESES: Grupo de Pesquisas e Intervenções sobre Violência, Exclusão Social e Subjetivação, coordenado pelo autor, aponta que a produção do jovem rotulado como “envolvido” aparece como condição para aceitabilidade social e catalizadora de adesão subjetiva relativa ao extermínio juvenil. Este vem crescendo nos últimos anos, particularmente, no Nordeste, no estado do Ceará e, com maior incidência, na capital. A vítima é demonizada e desumanizada, na medida em que é ficcionalmente transformada em “inimigo interno”, legitimando sua exclusão, mediante políticas de aprisionamento em massa, ou mesmo sua eliminação. Ao longo do capítulo, atualiza para o contexto brasileiro a noção foucaultiana de racismo de estado e a formação, tal como discute o camaronês Achille Mbembe e a mexicana Sayak Valencia, de processos necropolíticos de controle e da produção da morte. Tais processos se efetivam pelo poder das facções criminosas ou pela própria ação direta de agentes do Estado, que evidenciam sua face seletivamente punitivista e repressiva como estratégia de gestão diferencial das desigualdades econômicas e raciais. Nessa discussão, conclui levantando um questionamento sobre a contribuição da psicologia nas pesquisas e inter(in)venções em que está em pauta a “produção de subjetividades truculentas, violentas, nas políticas aniquiladoras da alteridade”.

O capítulo **Trajetórias juvenis e lutas por reconhecimento: quando ser jovem é um grande risco**, escrito por Camila Holanda, traz dados relevantes sobre a juventude pobre, que se encontra cotidianamente sob a ameaça de morte, expondo as diferentes condições do ser jovem num país de extrema desigualdade social. Com base em duas pesquisas que a autora participou, uma no início dos anos 2000 e outra dez anos depois, ela discute as repercussões da violência letal contra esses jovens para seus familiares, especialmente as mulheres (mães, irmãs, namoradas e amigas), a partir das narrativas sobre as trajetórias de vida de adolescentes assassinados, construídas por essas mulheres. A autora

destaca as dimensões subjetivas, comumente ignoradas, tanto dos jovens submetidos à condição de risco como dos familiares que sofrem as perdas precoces dessas vidas, descartadas pelo Estado e pela sociedade. Finaliza com uma reflexão sobre a importância do controle de acesso a armas de fogo para evitar um estado de guerra e a elevação dos índices de violência.

No capítulo **Desmesuras entre Corpo e Cidade: juventude e violência**, Gloria Diogenes, com base em sua vasta experiência de pesquisa, traça o que chama de cartografia do acontecimento, relativamente às práticas e aos encontros em investigações sobre e com juventudes, seja tematizando a problemática da violência, seja abordando as relações das juventudes com a cidade. Seu texto reflete sobre o lugar do corpo de quem pesquisa juventudes e dos atores pesquisados, tomando como marcadores empíricos seus escritos anteriores a propósito das tensões envolvidas nas intervenções juvenis, tidas como violentas e/ou ilegais no contexto urbano.

O capítulo **Políticas de saúde para Juventude: devemos seguir resistindo criativamente**, de Ricardo Pimentel Mélo, Maria Cristina G. Vicentin e Maristela de Melo Moraes, aborda de forma crítica as políticas de “enfrentamento” às drogas adotadas pelo Estado Penal no Brasil e seus efeitos na saúde mental de crianças e jovens. Impulsionadas na última década, tais políticas ampliaram as práticas de criminalização da juventude e sua psiquiatrização, com base no argumento enganoso de combate à “dependência química”. Após uma reflexão sobre o cuidado como categoria fundante neste debate, o texto apresenta e discute cenários práticos envolvendo o uso de substâncias psicoativas por adolescentes, que revelam grandes desafios a superar neste campo. Um desses desafios é a tendência a encaminhar jovens usuários de drogas para internação em comunidades terapêuticas e hospitais psiquiátricos para tratarem da “dependência química” - com base em práticas punitivas, disciplinares e religiosas- ao invés de os conduzirem a serviços de saúde externos e abertos. Outro é o “uso desenfreado de psicofármacos nas emergências

psiquiátricas e em serviços do tipo CAPS”, que torna esse processo de “desintoxicação” no mínimo paradoxal. Os autores finalizam refletindo sobre a necessidade de implementar os princípios da redução de danos nos serviços e práticas de cuidado que atendem crianças e adolescentes usuários de substâncias psicoativas, “sobre as quais incidem muito mais práticas de tutela que pautadas na garantia de direitos”.

No capítulo **A complexidade das intervenções: adolescentes, saúde mental e rede pública de saúde**, Raquel Alencar Barreira Rolim e Karla Patrícia Holanda Martins analisam o funcionamento de alguns dispositivos de saúde mental que atendem pessoas de 12 a 18 anos de idade em Fortaleza, numa perspectiva crítica às políticas públicas neste campo destinadas à população infantojuvenil. Tais políticas devem enfrentar a institucionalização de pacientes, a patologização e a prática corrente de medicalização do sujeitos em sofrimento psíquico, buscando formas de garantir que iniciativas da reforma psiquiátrica se estendam a essa etapa do desenvolvimento. Como observam as autoras, “classificações apressadas enquadram os pacientes de modo precoce, sem atentarem para a especificidade da condição adolescente como parte do desenvolvimento e suas etapas.” O capítulo contesta a “lente de cuidado” vigente, excessivamente focada na doença psicopatológica e que torna problemático o entendimento sobre as etapas do desenvolvimento humano, incluindo, o que se concebe como “adolescência”.

Com as juventudes cada vez mais atuantes, ou reivindicando espaço de atuação tanto na educação formal escolar, quanto na educação não formal, torna-se fundamental problematizar as formas de institucionalização e resistência das juventudes nas mais distintas esferas, que evidentemente dialogam entre si: educacional, cultural e tecnológica. A terceira parte da presente coletânea, **Educação, cultura e tecnologia: modos de viver e formas de participação política juvenis**, tem o desafio de trazer estes temas para a centralidade do debate.

Iniciando esta terceira parte, o capítulo **Juventude e Cultura Digital: novos sujeitos, seus afetos e seus laços**, de Márcia Stengel, Nádia Laguárdia de Lima, Vanina Costa Dias, Jacqueline de Oliveira Moreira e Márcio Rimet Nobre, tematiza a relação entre a juventude contemporânea e os modos de subjetivação mediados pelas TICs, sobretudo àqueles que envolvem relacionamentos amorosos. Tendo como base o aporte teórico da psicanálise, o grupo de pesquisadores analisa os dados de sua pesquisa empírica realizada com adolescentes. Os autores identificam tanto mecanismos de reprodução quanto de rupturas com relação a comportamentos amorosos existentes na era pré-internet. Para estes adolescentes, a busca idealizada do amor romântico que teria sido vivenciado pelos seus antepassados se soma a estratégias típicas do amor “líquido”, isto é, vigilância do outro e facilidade de novos encontros furtivos mediados pela internet.

Inês Sílvia Vitorino Sampaio e Pâmela Saunders Uchôa Craveiro trazem, em seu capítulo **Dinâmicas de participação de crianças e jovens youtubers**, uma problematização acerca da participação de crianças e jovens, todas mulheres, com idades variadas entre 8 e 25 anos, como produtoras de conteúdo de seus próprios canais no Youtube. As autoras, com sensibilidade, discutem semelhanças e diferenças nestas participações, em que pesem suas distintas condições geracionais. Tema complexo e contemporâneo, Sampaio e Craveiro, com base nas categorias de autorreflexividade e mimesis, acabam por desconstruir a narrativa de autenticidade e criatividade presentes na autopromoção desta plataforma. Numa sociedade onde (quase) tudo pode ser monetarizado, crianças e jovens youtubers, para atrair mais seguidores / receita, acabam por se tornar cópias de suas “companheiras” de plataforma e de si mesmas.

O capítulo **Rodas Culturais: estéticas de existência de juventudes em periferias urbanas**, de Jorge Luis Barbosa, resultou de uma pesquisa sobre Rodas Culturais em bairros da periferia do Rio de Janeiro, no âmbito

do Projeto Culturas de Periferia do Observatório de Favelas (UFF). A pesquisa se baseia em revisão da literatura sobre a temática da cultura na cidade, inventários documentais e entrevistas com ativistas, produtores e artistas envolvidos nessas cenas estéticas. O autor debate, a princípio, os significados das rodas culturais no espaço urbano e, na sequência, aborda as rodas culturais de rima na periferia carioca. O autor sustenta que as rodas culturais expressam a invenção de narrativas estéticas por parte das juventudes de zonas populares, construindo outros significados para seus territórios e para a cidade. Enfatiza também que as Rodas Culturais podem ser uma referência importante para a elaboração e execução de políticas públicas democráticas no campo da cultura.

Na interface entre mídia, tecnologia e educação, Monica Fantin, em seu capítulo **Jovens, cultura e educação: dispositivos da arte e da tecnologia na escola**, faz uma série de questionamentos acerca da relação entre as culturas juvenis e os currículos escolares normalmente construída no cotidiano educacional formal. Com base em sua experiência de pesquisa com crianças, jovens e mídia-educação na formação de professores, Fantin traz uma discussão acerca das possibilidades no campo da aprendizagem e do multiletramento quando a escola se dispõe a trabalhar com arte e mídia-educação nas suas práticas educacionais. A crescente desvinculação do tempo-espaço e atemporalização presentes na cultura contemporânea podem ser re-significadas no espaço escolar através de iniciativas em mídia-educação. Para tal, faz-se necessário que a escola se disponha a conhecer quem é o jovem-sujeito em sua singularidade e a diversidade que habita seu território. A articulação entre arte, a corporeidade e as tecnologias traz assim para a escola um novo *ethos* na educação.

O capítulo de Rosane Maria de Castilho intitulado **Juventude e Educação: desvendando as representações acerca do projeto de vida e da visão de futuro de jovens estudantes secundaristas das periferias**

de Goiânia, Lisboa e Madrid, traz uma importante contribuição acerca dos projetos de vida de jovens na contemporaneidade. Através de uma metodologia quanti-quali, que investigou jovens moradores de periferia de três cidades em dois continentes distintos, a pesquisa discute diferenças e similitudes entre projetos de vida de estudantes que remetem, sobretudo, a aspectos relacionados à educação, ao trabalho e à família. Políticas públicas e o lugar do Estado também marcam os questionamentos desses jovens em suas narrativas acerca de seu presente e possível futuro. Castilho ressalta a importância dos marcadores culturais e socioeconômicos de cada país, que condicionam o contexto de vida dos jovens e a construção de seus projetos de vida.

Continuando o debate educacional, seria a atual reforma do ensino médio, sancionada através da Lei nº 13.415/2017, a melhor solução para a chamada crise da educação escolar contemporânea? Com este questionamento de fundo, Míriam Fábria Alves, Gabriel Carvalho Bungenstab e Valdirene Alves de Oliveira, em seu capítulo **Juventudes e políticas educacionais para o ensino médio: projetos, percepções e expectativas**, fazem uma análise crítica da reforma do ensino médio, enfatizando os anseios dos jovens atuais, sobretudo daqueles oriundos das classes populares. Tomando como base pesquisas que discutem a relação entre juventude brasileira e educação e alguns aspectos históricos e contextuais do texto da Lei recentemente sancionada, os autores questionam a redução da crise a uma questão curricular. Tal redução acaba por negligenciar na reforma as condições de infraestrutura das escolas, a valorização da docência, o incentivo a projetos educacionais que promovam a permanência dos jovens na escola, dentre outros fatores relevantes para uma política pública no âmbito da educação escolar da juventude brasileira. Categóricos, os autores afirmam que a comunidade educacional, sobretudo os próprios jovens, tornaram-se meros expectadores da reforma do ensino médio.

O capítulo **“Já estou implicado até a alma!”: modos, expressões e desafios de subjetivação política juvenil**, de Érika Mendonça, Flavia Peres e Tatiane Baptista, discute, numa perspectiva foucaultiana, os jovens como sujeitos políticos – seu assujeitamento, mas também suas estratégias de resistência, a partir de três pesquisas empíricas conduzidas pelas autoras. A primeira pesquisa discute a formação política de lideranças juvenis com base em entrevistas com jovens militantes do Nordeste, participantes de eventos promovidos por uma Organização Não-Governamental. Contrariando certos discursos estigmatizantes sobre a juventude e atestando seu potencial de criação e agência, esses jovens se dedicam a projetos e movimentos sociais, frequentemente abrindo mão dos próprios planos pessoais. A segunda pesquisa abordou as estratégias de organização em favelas a partir de um conjunto de oficinas realizadas no Rio de Janeiro, junto à Agência de Desenvolvimento Local da Cidade de Deus (CDD). O foco foram as dificuldades em torno da participação de jovens, considerados ausentes e pouco motivados pelas lideranças comunitárias “clássicas”, apesar de reconhecerem a necessidade de atrair os jovens, suas linguagens e interesses para fortalecer as práticas de associativismo. Por fim, a terceira pesquisa ocorreu em escolas da rede pública de Pernambuco e abordou a participação de jovens do ensino médio durante o desenvolvimento de jogos digitais educacionais, refletindo especialmente sobre as resistências e contra-poderes que emergiram numa aplicação da metodologia de Desenvolvimento Educacional de Multimídias Sustentáveis.

Maria Zelfa Feitosa e Zulmira Bomfim, no capítulo **Afetividade e participação: vivência da espiritualidade por jovens lideranças indígenas**, discutem o reconhecimento e a participação de jovens indígenas, a partir dos afetos relacionados à vivência da espiritualidade, com base em experiências de extensão universitária e de pesquisa do Laboratório de Pesquisa em Psicologia Ambiental (LOCUS-UFC). Ao longo do texto,

discutem sobre colonialidade, afetividade, participação, espiritualidade e resistência. As autoras ressaltam que a espiritualidade originária pode gerar afetos que potencializam o reconhecimento, a produção da saúde, a preservação da cultura, a ação participativa e o engajamento de jovens nos movimentos sociopolíticos. Contudo, chamam atenção também para afetos despotencializadores nesse âmbito, ligados a aspectos como a desvalorização eurocêntrica da dimensão e das práticas espirituais indígenas.

Também investida na discussão de gênero e trazendo para a esfera do debate a interseccionalidade, o capítulo **Gênero, tecnologias digitais e ativismo: quando jovens mulheres abrem a boca na rede**, de Idilva Germano, Graciela Natansohn, Ana Cesaltina Barbosa Marques, Jéssica de Souza Carneiro e Aluisio Ferreira Lima, analisa a interface entre internet, ativismo feminista e juventude brasileira. O texto aborda problemáticas referentes ao feminismo decolonial e interseccional, à possibilidade de uma internet feminista e ao uso das plataformas digitais como instrumento de luta das mulheres. O texto problematiza o conceito de “empoderamento” no âmbito do feminismo negro, com base na discussão no *Facebook* sobre transição capilar, e discute o ativismo de gênero presente em sites de redes sociais, sobretudo em campanhas antissexistas e de denúncia de violência contra mulheres. O texto conclui destacando a internet na sua potencialidade de território político, de veiculação do interesse comum, da coisa pública.

O capítulo de Verônica Morais Ximenes, Aleksandra Silva, Márcia Kelma Abreu e Cândida Dantas, intitulado **Modos de vida de jovens em contextos rurais: o que temos a dizer sobre isso?**, ancora-se na Psicologia Comunitária e no debate sobre ruralidades para compartilhar reflexões sobre o contexto social vivido por juventudes rurais no Brasil, chamando atenção para a pluralidade da condição juvenil e as várias possibilidades epistemológicas de abordá-la. Sua relevância se assenta na menor visibilidade acadêmica e social de jovens inscritos nas zonas rurais, em

comparação com aqueles que vivem em contextos urbanos. Para dar conta de seu objetivo, o texto versa inicialmente sobre a diversidade dos contextos rurais sob um ponto de vista psicossocial e comunitário para, em seguida, problematizar a questão das juventudes no Brasil que vivem em situação multidimensional de pobreza. Na sequência, as autoras enfocam o tema dos modos de vida dos jovens e suas ruralidades, salientando como a própria noção de “juventude rural” encontra-se em disputa.

Para encerrar, trouxemos a palavra da jovem secundarista (na época) Ana Júlia Ribeiro, destacando-a como Posfácio para marcar a importância da participação juvenil no VII JUBRA. O seu texto, **Juventude e Movimentos Sociais**, traz uma reflexão sobre as potencialidades da juventude no campo da participação política, em especial nos movimentos sociais populares, na perspectiva de quem, na condição de jovem estudante, ocupou escolas de ensino médio e universidades no País, em meados de 2016. A autora assinala os motivos que levaram os jovens brasileiros a sair do marasmo e se insurgir contra tomadas de decisão que afetam profundamente sua formação, seu presente e seu futuro. Frustrados com a precariedade de suas escolas, com a baixa qualidade do ensino e com a renitente desigualdade social, erigida sobre privilégios inadmissíveis das elites econômicas e políticas, os jovens brasileiros engajados rejeitam ser “silenciados e descartados dos processos de decisão” e partem para a luta. Mais diretamente, as “Ocupas” de 2016 foram uma reação contundente às propostas de mudança do ensino médio e à emenda do teto de gastos aos investimentos públicos que prejudicam diretamente a vida de estudantes oriundos das classes trabalhadoras. A autora mostra como essas lutas estudantis se fundam num olhar interseccional e em esforços coletivos contra as opressões estruturais, como o machismo, o racismo e a homofobia.

Concluimos convidando pesquisadores, estudantes e jovens a dialogarem conosco, autores desta obra, na perspectiva de que possam,

não apenas construir novos caminhos e espaços de pesquisa e reflexões teórico-metodológicas, mas, sobretudo, pensar um mundo mais compartilhado e fraterno entre as diferentes gerações.

Boas leituras e discussões!

PREFÁCIO

Jaileila de Araújo Menezes



Não aceito quando dizem que o fim é cinza

Se eu vejo cinza como um início em cor

(Mateus Aleluia)

Recife, março de 2019, quarta-feira de cinzas. A ação de prefaciá-la essa obra é para mim primordialmente histórica, de retomada breve de alguns poucos episódios que se passaram entre agosto de 2017 e o início de 2019. Sete meses após o VII JUBRA tivemos que receber a notícia do assassinato cruel da vereadora Marielle Franco e do motorista que a acompanhava, Anderson Pedro Gomes. Marielle foi assassinada aos 38 anos de idade, estava em cumprimento do seu mandato de vereadora na Câmara Municipal da cidade do Rio de Janeiro e representava pautas políticas relevantes no enfrentamento das desigualdades sociais, defendia os Direitos Humanos e enfatizava a importante luta pelo Direito das Mulheres. Muitos são os destaques em sua trajetória de vida, a condição de mãe aos 19 anos, ser residente de uma das maiores favelas da capital carioca, ter frequentado pré-vestibular comunitário, concluir graduação e mestrado apesar e a despeito de sua condição de mulher favelada no Brasil.

Estamos a poucos dias do primeiro ano da morte de Marielle e até agora sem resposta para a pergunta sobre a identidade de seu(s) assassino(s). Em sendo a memória uma ação política, lembrar é não deixar esquecer. E por vezes precisamos dizer de todas as mais variadas formas, repetir em várias tonalidades vocais o que aconteceu para que assim possamos nos deixar afetar e mobilizar nossos levantes, como nas

palavras de Judith Butler: “a sensação de que o limite foi ultrapassado [...] recusa comum ao intolerável, aliança que emerge sob a forma de corpo, com uma força política que vem justamente de seu volume crescente”.

Dizer de Marielle aqui é (re)encontrar temas, desafios, compromissos assumidos por pesquisadores e pesquisadoras, profissionais, estudantes de graduação e pós-graduação, ativistas que se dedicam à produção de conhecimento com a juventude em nosso país. O agravamento da violência que extermina a população jovem e negra das favelas brasileiras visibiliza o poder de morte como cada vez mais difuso e complexo. Tomando o exemplo da África, Achille Mbembe nos chama a atenção para as diversas possibilidades de execução simbólica e física do outro, do indesejável, para o controle de seu corpo, dos seus territórios existenciais e também oníricos: “Milícias urbanas, exércitos privados, exércitos de senhores regionais, segurança privada e exércitos de Estado proclamam, todos, o direito de exercer violência ou matar”.

Muitos ainda são os sonhos despedaçados no meio do caminho, sonhos até recentemente sustentados em nosso país por políticas públicas, financiamentos, secretarias especiais e a existência de ministérios que minimizavam a sensação de vácuo de justiça social. Os eixos temáticos que atravessam os textos presentes nessa coletânea catalogam algumas das (pre)ocupações das juventudes na contemporaneidade: relações étnico-raciais; violência e conflito; territórios de resistência no campo e na cidade; tempo livre, esporte e lazer; saúde e consumo de drogas; movimentos sociais; gênero e sexualidade; arte e cultura; espiritualidade e religiosidade; educação; trabalho e consumo e novas mídias. A intersecção entre essas temáticas e a polifonia disciplinar e de conhecimentos profissionais, dos movimentos sociais e sujeitos coletivos, expressam a complexidade que afeta de modo diferente e desigual a vida dos(as) jovens.

O tema geral que inspirou os diversos textos aqui presentes – JuventudeS e movimentos: experiências, redes e afetos – continua a

reverberar entre os que militam na perspectiva de uma produção de conhecimento que combata a violência epistêmica, a destituição de saberes populares e ancestrais. Com o avanço de perspectivas políticas conservadoras em aliança estratégica com o neoliberalismo, há que se pensar o debate sobre a condição juvenil em articulação intergeracional. Para além de uma maquinaria de poder que opera desigualdades de oportunidades entre os(as) jovens, os limites e projetos sociais para segmentação do curso biográfico (infância, adolescência, juventude, vida adulta, meia idade, terceira idade) visibilizam a “economia biopolítica” em ação.

Quais são e para quem estão garantidos cada um desses momentos biográficos coloca-se em uma perspectiva relacional global, que precisa considerar o lastro histórico da expropriação de vidas dos países do sul do globo, locais onde a propriedade da terra de povos tradicionais não é reconhecida, onde processos colonizadores e escravizantes nunca deixaram de existir com ações mortíferas de ataque às histórias, memórias, biografias individuais e coletivas de indígenas, quilombolas e periféricos.

As contribuições do debate feminista e interseccional para as reflexões sobre o campo-tema juventude apresentam-se aqui como lentes que também colaboram para ampliar nossa compreensão acerca das múltiplas e imbricadas estratégias neoliberais de inclusão e exclusão social. O machismo, o racismo e a homofobia se retroalimentam, o que demanda intensos investimentos para os enfrentamentos das angustias, medos, tensões, limitações que os mecanismos sociais de vigilância impõem aos processos de afirmação de corpos políticos não heteronormativos e não embranquecidos.

Os desafios para o trabalho com a juventude estão refletidos nesta obra em dimensões territoriais físicas (a Universidade, os terreiros, as Instituições de Cumprimento de Medidas Socioeducativas, a cidade, a Escola, a periferia, os contextos rurais) e virtuais (internet, canais, redes,

Youtube, Facebook, aplicativos diversos, Whatsapp) que configuram novas sociabilidades e modalidades de participação política.

A rede de experiências e afetos registrados nessa coletânea convoca e reanima as diversas comunidades e os próprios jovens à agência criativa, à luta por representatividade, à ocupação de espaços onde as falas foram capturadas e o silêncio imposto como uma das formas de exercício de poder. Que o verbo AFETAR possa ecoar, animar, reconectar, possibilitar celebrações, produzir encontros que nos ajudem a mover as estruturas. Essa é uma das forças de Marielle em nós, ocupar locais de arte: a arte de contar, de produzir conhecimento, de denunciar, de politizar espaços diversos, de carnavalizar! Sim, nossa resistência ao momento atual da história política brasileira fez-se em diversas cenas, onde a carne e a memória de negros, índios e pobres foi, mais do que exposta, REPOSTA.

O levante fez-se em tão belas e diversas cores, a resistência fez-se em canto coletivo, vibrou, ecoou, e é muito bom guardar a memória desse Carnaval, do sorriso de Marielle estampado na bandeira do Brasil. Que venham os próximos JUBRAS e que neles possamos contar outros belos capítulos da resistência popular.

Juventude? Presente!

Marielle, também!

SUMÁRIO



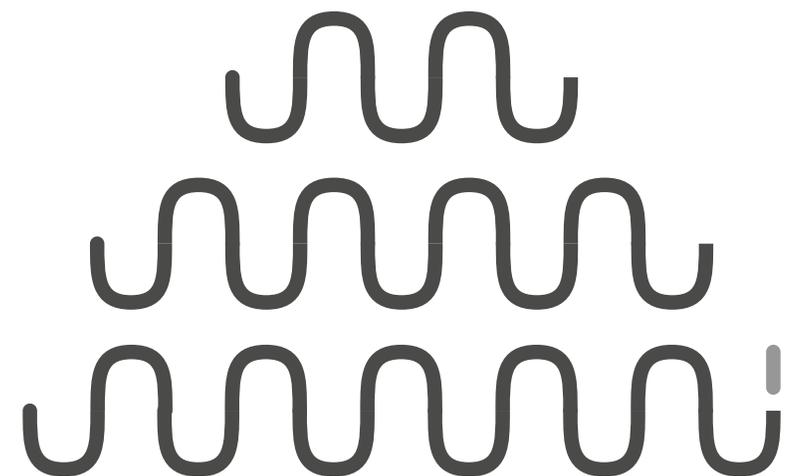
PARTE 1 Juventudes na teoria: concepções e desafios	33
Jovens e gerações em tempos de crise: entre Portugal e o contexto global <i>Vitor Sérgio Ferreira</i>	34
Onde estão os (sujeitos) jovens nas teorias da juventude? <i>Lúcia Rabello de Castro</i>	69
Teorias sobre a juventude: para que servem e para onde nos conduzem? <i>Maria Helena Oliva Augusto</i>	89
PARTE 2	111
Interseccionalidade, violência contra jovens e ameaças à saúde e bem estar juvenis	
Juventudes em Espaços/Tempos de Educação Sexual: uma trilogia epistemológica sobre a pedagogia dos (não)sentidos <i>Alexandre Martins Joca</i>	112
Algumas palavras de uma feminista sobre o campo de estudos sobre juventude <i>Claudia Mayorga</i>	132
A perspectiva do feminismo interseccional e decolonial no enfrentamento do racismo e sexismo na vivência com a juventude universitária <i>Nara Maria Forte Diogo Rocha</i>	142
Jovens de terreiro na cidade: experiências estéticas e saberes políticos <i>Ilaina Damasceno</i>	160
Adolescentes em Conflito com a Lei: entre o prescrito legal e a prática social <i>Ilana Lemos de Paiva, Maria Cláudia Santos Lopes de Oliveira, Veriana de Fátima Rodrigues Colaço</i>	177
Juventudes desimportantes: a produção psicossocial do “envolvido” como emblema de uma necropolítica no Brasil <i>João Paulo Pereira Barros</i>	209

Trajetórias juvenis e lutas por reconhecimento: quando ser jovem é um grande risco <i>Camila Holanda Marinho</i>	239	"Já estou implicado até a alma!": modos, expressões e desafios de subjetivação política juvenil <i>Érika de Sousa Mendonça, Flávia Mendes de Andrade e Peres, Tatiane Alves Baptista</i>	440
Desmesuras entre corpo e cidade: juventude e violência <i>Glória Diógenes</i>	256	Afetividade e participação: vivência da espiritualidade por jovens lideranças indígenas <i>Maria Zelfa de Souza Feitosa, Zulmira Áurea Cruz Bomfim</i>	460
Políticas de saúde para Juventude: devemos seguir resistindo criativamente <i>Ricardo Pimentel Mélo, Maria Cristina G. Vicentin, Maristela de Melo Moraes</i>	276	Gênero, tecnologias digitais e ativismo: quando jovens mulheres abrem a boca na rede <i>Idilva Maria Pires Germano, Graciela Natansohn, Ana Cesaltina Barbosa Marques, Jéssica de Souza Carneiro, Aluisio Ferreira Lima</i>	479
A complexidade das intervenções: adolescentes, saúde mental e rede pública de saúde <i>Raquel Alencar Barreira Rolim, Karla Patrícia Holanda Martins</i>	300	Modos de vida de jovens em contextos rurais: o que temos a dizer sobre isso? <i>Verônica Moraes Ximenes, Alexsandra Maria Sousa Silva, Marcia Kelma de Alencar Abreu, Cândida Maria Bezerra Dantas</i>	513
PARTE 3	317	POSFÁCIO	532
Educação, cultura e tecnologia: modos de viver e formas de participação política juvenis		Juventude e Movimentos Sociais <i>Ana Julia Pires Ribeiro</i>	
Juventude e Cultura Digital: novos sujeitos, seus afetos e seus laços <i>Márcia Stengel, Nádia Laguárdia de Lima, Vanina Costa Dias, Jacqueline de Oliveira Moreira, Márcio Rimet Nobre</i>	318	SOBRE OS AUTORES E AUTORAS	538
Dinâmicas de participação de crianças e jovens youtubers <i>Inês Sílvia Vitorino Sampaio, Pâmela Saunders Uchôa Craveiro</i>	332		
Rodas Culturais: estéticas de existência de juventudes em periferias urbanas <i>Jorge Luiz Barbosa</i>	355		
Jovens, cultura e educação: dispositivos da arte e da tecnologia na escola <i>Monica Fantim</i>	371		
Juventude e educação: desvendando as representações acerca do projeto de vida e da visão de futuro de jovens estudantes secundaristas das periferias de Goiânia, Lisboa e Madrid <i>Rosane Maria de Castilho</i>	391		
Juventudes e políticas educacionais para o ensino médio: projetos, percepções e expectativas <i>Miriam Fábila Alves, Gabriel Carvalho Bungenstab, Valdirene Alves de Oliveira</i>	422		

PARTE 1

Juventudes na teoria:
concepções e desafios

03



Jovens e gerações em tempos de crise: entre Portugal e o contexto global

Vitor Sérgio Ferreira

Introdução

O discurso sobre gerações é, na atualidade, prolífico e generalizado na esfera pública, entre meios de comunicação social, redes sociais, e mesmo no espaço político. Sucodem-se letras para identificar coortes etárias nascidas em diferentes décadas (geração "x", "y" ou "z"), e multiplicam-se categorias para qualificar os jovens de hoje como geração distinta das suas predecessoras. O rótulo Milénio – uma qualificação cronológica inaugurada por Howe e Strauss (2000) para designar os jovens nascidos depois de 1980 –, acabou por tornar-se na categoria geracional globalmente mais popular nos *media*, sublinhando a especificidade social das coortes etárias que vivem a transição para a idade adulta nas condições sociais, económicas e políticas características da viragem do milénio ou depois.

Para além do Milénio – cuja designação se limita a localizar no tempo histórico os jovens nascidos depois dos anos 80 e cujas transições para a idade adulta foram feitas na viragem do milénio –, outras categorias geracionais foram posteriormente usadas para distinguir os jovens de hoje, sobretudo a partir das suas vivências e experiências nas esferas do trabalho, da mobilidade e da vida digital: “geração mileurista” (FREIRE, 2006; GENTILE, 2014),¹ “geração precária” (BESSANT; FARTHING; WATTS, 2017) ou “geração perdida” (ALLEN; AINLEY, 2010; PRITCHARD;

1 Esta designação tem por referência o salário médio imaginado para os jovens contemporâneos. Em Portugal tem adquirido formulações discursivas equivalentes que, contudo, revelam a presunção de salários mais baixos por relação a outros países da Europa, em torno dos 500-600 euros.

WHITING, 2014); “geração global” (EDMUNDS; TURNER, 2005; BECK; BECK-GERNSHEIM, 2009), “geração Europa” (LOPES, 2014) ou “geração Erasmus” (WILSON, 2011; IERACITANO, 2014); “geração digital” (FEIXA, 2014; PONTE, 2011), “geração net” ou “nativos digitais” (TAPSCOTT, 1998; HARGITTAI, 2010; JONES; SHAO, 2011). Estas são algumas das etiquetas, entre muitas outras, recorrentemente atribuídas aos jovens contemporâneos no sentido de enfatizar diferenças, conflitos ou fluxos entre os seus modos de vida e os modos de vida dos seus pais e avós – também estes, de resto, com direito aos seus epítetos geracionais: “geração *baby boomer*” (ROBERTS, 2012) ou “geração da Grande Guerra” (PAIS, 1998a).

A proliferação social do uso de categorias geracionais não tem sido, contudo, acompanhada por pesquisa empírica suficientemente ampla e com empenhamento analítico profundo no âmbito das ciências sociais. Existe muita especulação, simplismo e exagero universalista, por vezes até contradição, nas afirmações que se fazem acerca da existência de supostas gerações e mudanças geracionais. São generalizações geralmente fundamentadas em estudos de mercado promovidos por grandes empresas orientadas para o *marketing* e para o *business* (WILLIAMS; PAGE, 2011; PARMENT, 2014), com interesses mais mercadológicos do que científicos nas suas análises e conclusões.

Em geral, esses estudos pretendem, sobretudo, avaliar a capacidade económica e a disponibilidade simbólica de determinados segmentos juvenis para a aquisição de determinados bens de consumo (objetos, experiências, serviços etc.), atribuindo-lhes gostos, apontando-lhes práticas sociais e definindo-lhes estilos de vida colocados à disposição no mercado, gerando posteriormente rótulos *pop* para determinados perfis de consumo. São estudos que tendem a homogeneizar a condição juvenil e respetivos comportamentos, obscurecendo as condições sociais e culturais desiguais que lhe são inerentes à luz de experiências juvenis

predominantemente ocidentais, localizadas em países anglo-saxónicos, entre as “classes médias” brancas, urbanas e mais escolarizadas (LITTLE; WINCH, 2017). Nesta linha, são estudos que dão por garantido que diferentes coortes demográficas – ou seja, os jovens nascidos entre a data x e a data y – têm uma correspondência geracional. No entanto, não existem definições consensualmente aceites acerca dos conteúdos dessas etiquetas, bem como dos seus limites etários.

Nesta perspetiva, começo por apresentar as atuais abordagens sociológicas ao conceito de geração. Considerando o contexto global de crise sistémica e instauração de políticas de austeridade em vários países do mundo desde 2008, desde os EUA, à Europa e ao Brasil, continuo a discussão com a hipótese desse momento constituir, de facto, um “marcador geracional”, no sentido em que identifica um ponto de viragem que cria condições estruturais propícias a que os percursos de vida dos jovens que estão a fazer as suas transições para a idade adulta, sejam vivenciados, perspectivados e planeados de formas estruturalmente diferentes e desiguais dos percursos de vida dos seus pais. Tal acontece, em boa medida, devido ao facto de muitas reestruturações instauradas pelas políticas de austeridade se estenderem para além da conjuntura de crise, pondo em causa direitos de cidadania social fundamentais na organização dos percursos de vida, presentes e futuros, dos jovens.

A flexibilidade instaurada nas condições laborais dos mais jovens e o seu potencial prolongamento ao longo do curso de vida vem, assim, introduzir o foco das desigualdades na discussão sobre gerações, desvinculando-a das meras diferenças culturais, de valores e éticas de vida. Nesta sequência, apresento a hipótese de a “precariedade”, embora vivida de formas muito diferenciadas em função dos suportes sociais dos jovens, poder constituir o núcleo de uma nova consciência geracional enquanto condição estrutural perspectivada ao longo da vida, com efeitos profundos e prolongados, que vão muito além da esfera da vida laboral,

reificando um contexto propício à insegurança ontológica dos cidadãos mais jovens. Esta discussão será desenvolvida, em grande medida em torno do caso português, recorrendo a várias fontes e estudos, um dos países mais afetados pela crise e pelas políticas de austeridade dentro da zona Euro.

Geração e geracionismo

Ainda que a aproximação empírica ao conceito de “geração” seja frequentemente feita com recurso à construção de grupos etários, o facto é que, sociologicamente, as gerações não emergem “naturalmente” da cadência temporal estabelecida pelos ritmos biológicos ou demográficos traduzidos nas idades dos indivíduos. Assumir uma abordagem geracional implica ir além da análise dos efeitos de idade indicados pela estrutura cronológica de sucessivos grupos etários, exigindo uma leitura que se centra no tempo longo das estruturas sociais, e não apenas nas variações que as atitudes e comportamentos terão ao longo do percurso de vida, das suas “idades” ou “ciclos”. Como apontado por Mannheim – um dos percursores da abordagem geracional no início do Século XX, com a publicação, em 1928, de “O problema das gerações” (1990) – os grupos etários correspondem a “gerações potenciais” que, só quando tocadas por um quadro de profunda desestabilização e mudança social, com suficiente força disruptiva e transformadora para fazer emergir padrões atitudinais e comportamentais diferentes dos partilhados no passado, poderão vir a configurar “gerações efetivas”.

A “perspetiva geracional” inaugurada em Mannheim e continuada na sociologia com aportes diferenciados², comunga de dois atributos centrais para identificar e compreender uma geração, na sua unidade e especificidade, como “realidade social”: por um lado, a existência de

² Ver, por exemplo, EISENSTADT (2009 [1956]), ATTIAS-DONFUTT (1988) e EYERMAN e TURNER (1998).

um quadro de eventos suficientemente amplos e intensos para separar a continuidade histórica da vida coletiva, eventos esses que, no presente, podem corresponder a “lentos e não catastróficos processos económicos, políticos e de natureza cultural” (FEIXA; LECCARDI, 2010, p. 191); e, por outro, esse mesmo quadro de descontinuidades históricas tem que ser experienciado de forma abrangente pelos membros de uma formação social numa fase precoce da sua socialização, para que produzam efeitos prolongados nas suas biografias e relações subjetivas com o mundo.

A perspectiva geracional vem, portanto, localizar os indivíduos dentro de configurações estruturais específicas, de natureza económica, social, cultural e/ou política, considerando os processos de mudança que permitem inaugurar condições de socialização suficientemente amplas e diferentes do passado para proporcionar novas experiências e moldar novas subjetividades entre as camadas mais jovens da população. Neste sentido, é colocada a hipótese de novas prioridades e subjetividades emergentes no quadro de novas condições materiais de existência dos jovens não assumirem uma realidade meramente “transicional” (ou seja, resultado de um efeito da sua condição juvenil), mas terem a capacidade de ser transportadas ao longo da vida, resultando numa condição geracional.

Será que as etiquetas atrás elencadas em torno dos jovens contemporâneos traduzem efetivamente a emergência de uma nova geração social? Terão essas etiquetas correspondência a realidades sociais concretas e objetivas? Estarão esses jovens a forjar novas formas de transição para a idade adulta? Ainda que estejamos em tempos de aceleração da temporalidade histórica, é decerto impossível pensar em mudanças tão aceleradas que justifiquem uma sucessão de gerações tão rápida como a que tem vindo a ser mediatizada, considerando a recente profusão de categorias e qualitativos de identificação geracional, vagos e apressados.

Mais do que mostrar a existência efetiva de gerações, a criação frenética de categorias geracionais testemunha a recente tendência para o “geracionismo” (WHITE, 2013), ou seja, a invocação sistemática do conceito de geração como princípio de categorização, divisão e explicação do mundo, com o objetivo de localizar, narrar e compreender no tempo as mudanças globais que ocorrem a nível social, económico e político e que – supostamente – atingem com maior intensidade e continuidade os mais jovens.

Na “abordagem geracionista”, o conceito de geração é assumido como uma “realidade discursiva” (SCHERGER, 2012; ABOIM; VASCONCELOS, 2013; PRITCHARD; WHITING, 2014; TIMONEN; CONLON, 2015). São realidades discursivas no sentido em que são construções simbólicas consubstanciadas em narrativas culturais que integram códigos e terminologias que pretendem expressar diferenças de gostos, valores, representações e éticas de vida, a partir de princípios etários. Nesta perspectiva, as gerações são tomadas como categorias simbólicas usadas no espaço público e na interação social, em configurações diversas e com conteúdos diferenciados, categorias essas que os indivíduos têm possibilidade de mobilizar na sua prática discursiva quotidiana como princípios de organização e interpretação do mundo e de mudança nos seus processos de identificação e categorização social.

A “perspetiva geracionista” afasta-se assim da “perspetiva geracional” no sentido em que, na primeira, as realidades discursivas não têm de ter correspondência objetiva a gerações como realidades sociais concretas, ancoradas a eventos dotados de potencial de mudança histórica. O que não impede, como assinala White (2013), que expressões geracionistas possam surgir com a emergência das formações sociais, que propõem identificar e descrever, não apenas prenunciando-as, mas também contribuindo na sua produção social.

Gerações e desigualdades intergeracionais

Os discursos e os rótulos geracionistas aludem, em grande medida, a transformações em torno das diferentes vivências e experiências dos jovens de hoje em diferentes esferas da sua vida quotidiana, relativamente às gerações suas predecessoras. E fazem-no não apenas numa perspetiva de identificar “diferenças intergeracionais”, num plano horizontal de diferenças culturais, mas também, e cada vez mais, na perspetiva de reconhecer e dar a conhecer “desigualdades intergeracionais”, num plano vertical de assimetrias e relações de poder, envolto numa linguagem moral que frequentemente procura identificar injustiças e desigualdades económicas, sociais e políticas nas relações entre gerações (PEREIRA DA SILVA; RIBEIRO, 2017). Tal acontece na medida em que, como argumenta Roberts (2012), em muito países da Europa, após a segunda guerra mundial, a designada geração *baby boomer* ou do pós-guerra foi aquela, depois de muitas, a viver melhor que as suas predecessoras, e a saber que estava a viver melhor em termos de rendimentos, níveis de consumo e direitos sociais.

Embora com ritmos, intensidades e configurações muito diferenciadas, este contexto, atualmente, tem estado em ampla reconfiguração a uma escala global, com uma massa de jovens mais escolarizados e mais “mundializados” – ou seja, mais conectados entre si e com o mundo – a experienciar não apenas novas formas de transição para a idade adulta, mas também a enfrentar uma profunda transição na própria condição de adulto, marcada por dificuldades acrescidas, até mesmo bloqueios, em termos de capacidade de autonomização social e emancipação económica. Em grande medida, devido às transformações estruturais ocorridas na esfera do trabalho sob a égide de um “novo de capitalismo” (SENNETT, 1998; BOLTANSKI; CHIAPELLO, 1999), marcado pela implementação de um conjunto de medidas orientadas para a

“flexibilização” das condições laborais, com implicações profundas nas capacidades de planeamento e de tomada de decisão dos jovens em várias esferas das suas vidas.

Os bloqueios laborais que vivem acabam por transformar-se em bloqueios transicionais, consubstanciados em adiamentos mas suas aspirações e projetos por falta de meios de concretização. A condição juvenil tem-se prolongado de tal forma ao longo dos percursos de vida dos cidadãos nascidos depois dos anos 80 que se corre o risco de os estudos de juventude já não estarem a analisar as condições de adiamento dos marcadores tradicionais de entrada na idade adulta (FERREIRA; NUNES, 2014), mas as condições que reestruturam a própria condição de adulto nesta geração, bem como a sua futura condição de idoso. É, de facto, a uma revolução nos próprios padrões de percursos de vida que estaremos a assistir, hoje menos organizados segundo “ciclos” pré-determinados e lineares, e mais organizados em “espirais” contingentes, cada vez mais vertiginosas e arriscadas, com consequências nos compromissos intergeracionais até aqui estabelecidos, recentemente questionados e frequentemente atacados. É neste contexto que o termo “geração” é hoje, sobretudo após o contexto de crise, enfaticamente adotado como parte da linguagem do coletivismo juvenil, e é frequentemente acionado como categoria política mobilizadora de ação coletiva face às desigualdades que lhe são atribuídas. Tal como o foi, de resto, no passado, a classe social.

Não quer isto dizer, de forma alguma, que as desigualdades fundadas nas classes sociais tenham desaparecido no século XXI, mas que a idade – a par de outras variáveis como o género ou a pertença étnico-racial – se tornou num critério relevante no acesso e na luta por recursos, salários e direitos sociais. O conceito de “preariado”, essa nova, ampla e heterogénea categoria social, caracterizada pela vulnerabilidade social decorrente dos empregos estruturalmente precários, e pela incerteza e insegurança crónicas em termos de

rendimento no futuro (STANDING, 2014), quer do ponto de vista do salário, quer da aposentadoria, permite dar conta dessa nova realidade de classe em articulação com a idade/geração.

Trata-se de uma categoria social que já não está apenas associada a um conjunto de profissões material e simbolicamente menos qualificadas, mas que se estende, cada vez mais, entre os recém-chegados a profissões e atividades altamente qualificadas e simbolicamente valorizadas, a quem são oferecidas hoje condições contratuais e salariais muito mais flexíveis, inseguras e desvantajosas relativamente ao passado.³ A este propósito Côté (2013) enfatiza a necessidade de retomar o tópico da “juventude-como-classe”, evidenciando a proletarização sistémica da população juvenil em muitos países, onde os jovens são deixados – nomeadamente pelo Estado – à mercê dos interesses económicos neoliberais e seus mecanismos de exploração.

É neste cenário que os discursos geracionistas expressam frequentemente lutas sociais em torno de políticas de redistribuição de poder e de rendimento, bem como de reconhecimento de determinados direitos de cidadania social que começam a estar em causa, nomeando quem é suscetível de ter alguma comunalidade neste tipo de experiências⁴. Há, de facto, uma distribuição desigual das posições de poder em termos geracionais, sendo a “autoridade geracional” alvo de disputas e de hierarquizações. As grandes transformações socioeconómicas presentemente a ocorrer não estão a ser promovidas, em grande medida, pelas mais jovens gerações, mas por elites financeiras que se estão a beneficiar em detrimento daquelas. Para além disso, a vantagem demográfica que as coortes etárias mais velhas têm face às

3 Ver, para o caso português, MATOS; DOMINGOS; KUMAR (2010), e MATOS; DOMINGOS (2012).

4 Ver, por exemplo, GOUGLAS 2013; WILLIAMSON 2014; MILKMAN 2017; BESSANT; FARTHING; WATTS 2017.

mais jovens nos tradicionais processos eleitorais e de consulta pública têm favorecido, em vários pontos do globo, a subida ao poder políticos de posições mais conservadoras.

É nesta perspetiva que o termo geração foi uma prática discursiva que interpelou, por exemplo, durante o referendo associado ao Brexit, quando se argumenta na praça pública e mediática que os eleitores que votaram sim no referendo para a saída da Grã-Bretanha da União Europeia teriam sido sobretudo os eleitores mais velhos, definindo assim um futuro que eles próprios não iriam viver, e o qual não era o futuro maioritariamente pretendido pela geração mais nova, percecionada como mais escolarizada e cosmopolita que a sua predecessora.⁵

A geração é ainda uma categoria que atualmente mobiliza discursivamente em relação a problemas relacionados com a redistribuição justa de riqueza e de direitos entre gerações mais velhas e mais novas, nomeadamente no que toca ao mundo do trabalho, onde os conflitos intergeracionais estão a ser potencializados. A desigualdade que se faz sentir entre diferentes gerações no campo laboral estará a gerar mal-estar e sentimentos de injustiça relativa, quando muitas vezes numa mesma organização ou empresa, hoje, os mais jovens assumem as mesmas tarefas ou até tarefas mais relevantes e exigentes (muitas vezes relacionadas com novas competências, digitais e outras) que os trabalhadores mais velhos, mas com remunerações, formas contratuais e de proteção social bastante mais desfavoráveis. Numa sociedade onde a fecundidade tem vindo a decrescer e a esperança média de vida tem vindo a aumentar, as desigualdades geracionais tornam-se ainda evidentes em termos da distribuição dos recursos públicos, cada vez mais escassos,

5 Basta fazer uma procura, em qualquer motor de busca, pelos termos “Brexit and generation” para encontrar as milhares de notícias e artigos mediáticos publicados em meios de comunicação social como a BBC, o Independent, The Guardian, a Time etc., que entre 2016 e 2017 tentam mostrar e interpretar o Generation Gap presente no Brexit.

considerando que “as mais novas [gerações] verão as mais velhas apropriarem-se dos ganhos de produtividade realizados, sendo cada vez mais difícil dar justificação ética às transferências entre elas” (MENDES, 2005, p. 250).

É neste cenário que postulo a possibilidade de os atuais discursos geracionistas poderem ser analisados como “sintoma” de mudança geracional em curso e, nesta medida, como “vestígio” de uma geração como realidade social em construção. E não apenas renunciando-a, mas também contribuindo na sua produção social e simbólica. De facto, como colocado por Roberts (2012, p. 479), as condições que possibilitaram a reprodução das experiências e os padrões de vida da geração *baby boomer* ou do pós-guerra têm vindo a desaparecer, prognosticando-se a emergência provável, se bem que ainda indefinida, do que poderá vir a configurar uma nova geração entre os jovens nascidos após os anos 80, os quais vêm a conhecer e viver um mundo diferente do vivido no passado e projetado no futuro. Hipótese de natureza global a ver e a acompanhar de forma contextualizada e interseccionalizada, considerando a variedade (no espaço) e variabilidade (no tempo) de políticas públicas nacionais, bem como variáveis de escolaridade, origem de classe e capital social familiar, género, estatuto étnico-racial e de cidadania, entre outras.

A austeridade como marcador geracional

Como já mostram alguns estudos académicos, a geração nascida depois de 1980 viu-se confrontada, em vários países do mundo⁶, com padrões salariais mais baixos relativamente às gerações precedentes, e com condições de precariedade laboral que vão além do momento de entrada no mercado de trabalho, marcando cada vez mais os percursos de vida

⁶ Ver BESSANT; FARTHING; WATTS (2017) para o caso dos Estados Unidos da América, Inglaterra, Austrália, França e Espanha. Ver CÔTÉ (2013) para o caso do Canadá, e de outros exemplos. No caso português, ver FERREIRA *et al* (2017), BAGO D'UVA; FERNANDES (2017).

ativa desta geração. Em Portugal, estas condições foram particularmente intensificadas quando, na ressaca da crise do *subprime* em 2008, mundialmente repercutida, Portugal pede um resgate internacional em 2011 para fazer face à sua dívida pública e, em consequência, é instaurado um conjunto de medidas políticas de austeridade imposto pela então conhecida *Troika*, formada por três instituições internacionais: a Comissão Europeia, o Banco Central Europeu e o Fundo Monetário Internacional.

Os anos decorridos entre 2011 e 2015 formam uma conjuntura histórica que teve efeitos específicos na vida dos jovens (e dos menos jovens também). Apesar de existirem sinais económicos de melhoria em Portugal, as reconfigurações sistémicas acionadas pelas políticas de austeridade foram de tal forma intensas e profundas que, dificilmente, os seus efeitos serão circunscritos ao período em que ocorreram e posteriormente revertidos a curto ou médio prazo. Foram, de facto, efeitos que acabaram por ir muito além da esfera económica, abrindo a possibilidade de ser ter instaurado com durabilidade “um regime social de existência precária”, com “consequências profundas e dificilmente reversíveis, pelo menos a médio prazo, na economia, no mundo do trabalho, mas também nas estruturas sociais e de classe” (CARMO; BARATA, 2017, p. 322-323). Regime social esse que, a longo termo, se poderá traduzir numa diversidade de modos de vida precária entre os jovens, variável conforme as próprias condições de desigualdade social inerente à pluralidade das condições juvenis.

Considerando as mudanças produzidas na estrutura social e económica da sociedade portuguesa (e de outras sociedades do Sul da Europa, como Grécia, Malta, Espanha, Itália e Malta), deixo em aberto a hipótese de as políticas de austeridade implementadas durante esse período funcionarem como “marcador geracional”: não no sentido de constituir um evento responsável por ruturas abruptas, mas por estabelecer um ponto de viragem marcado pela intensificação e

aceleração de processos económicos e sociais que já vinham de trás, e que são geradores de um contexto estruturalmente diferenciado do passado. Ou seja, efeitos que não correspondem a descontinuidades históricas diretamente induzidas pela recessão económica, mas que são resultantes de tendências que já se vinham a assinalar e que prognosticavam a fragilidade da esperança da “Geração de Abril” – a geração que, em Portugal, corresponde a um reflexo pálido e tardio das aspirações da geração *baby boom* na Europa⁷ – em consolidar um Estado Social forte, com justiça social e crescimento económico.

Com efeito, o quadro das condições inauguradas no dia 25 de abril de 1974 – dia que simbolicamente marca a queda da ditadura em Portugal e a instauração de um sistema democrático –, potenciou a crença nas possibilidades de segurança material, de paz e de mobilidade social ascendente entre aqueles que, desde cedo, se formaram nesse quadro de condições. À inauguração do sistema democrático nos anos 70 e ao fim da guerra pela defesa dos territórios ocupados em África pelos Portugueses, sucedeu-se, ao longo dos anos 80, a estabilização de um modelo de Estado de direito e de Estado-Providência, uma conjuntura de crescimento económico e de progressiva terciarização da economia, a adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia (em 1986), a expansão e democratização dos meios de comunicação social, o aumento substancial das taxas de escolarização, nomeadamente no ensino superior, e a diminuição das taxas de desemprego (FIGUEIREDO; LORGA DA SILVA; FERREIRA, 1998).

7 Tal como propõe Bauman (2007), as fronteiras que separam as gerações não podem deixar de ser ambíguas e indefinidas consoante a sua localização no tempo e no espaço (territorial, social e cultural). Neste sentido, em Portugal não tivemos propriamente uma geração *baby boom* tal como ela é descrita na literatura, muito menos no tempo histórico em que emergiu no contexto anglo-saxónico. Portugal vivia em ditadura aquando da II guerra mundial, e assim viveu mais 30 anos após o fim dessa guerra. Lidou ainda, durante esse tempo, com as suas próprias guerras, no sentido de tentar conservar os territórios ocupados em África. Eram condições difíceis que não se coadunam com os ideais de prosperidade e bem-estar da geração *baby boomer* anglo-saxónica.

Este conjunto de condições estruturais foi acalentando um sentimento de esperança no futuro entre os jovens que nelas foram socializados, ou seja, as coortes etárias nascidas nos anos 60 e 70 em Portugal, justamente as que vieram a constituir a Geração de Abril. Não foi, contudo, uma estrutura suficientemente sólida e durável para garantir às gerações vindouras a continuidade desse mesmo sentimento de esperança. A partir dos anos 90, os níveis de desemprego geral e juvenil recomeçam um movimento ascendente (FERREIRA, 2006), transformando-se num fenómeno que Natália Alves veio a identificar como incontrolável, massivo e seletivo:

Incontrolável, porque não parou de crescer nos últimos 20 anos, à exceção da última metade da década de 80. Massivo porque atingiu um número elevado de assalariados. Seletivo porque não se distribui uniformemente por todas as categorias de trabalhadores, incidindo principalmente nos grupos sociais mais vulneráveis (jovens, mulheres e, nalguns países, emigrantes) ou em sectores de atividade específicos (ALVES, 1993, p. 651).

Como fatores explicativos das dificuldades acrescidas dos jovens na sua transição para o mercado de trabalho nos idos anos 90, já eram apresentados “a diminuição do volume de emprego, em particular em sectores de atividade tradicionalmente recetivos à mão-de-obra juvenil, e a precarização da relação salarial” (ALVES, 1998, p. 110).

Quando compara alguns indicadores comuns aos Inquéritos Nacionais à Juventude realizados em 1997 e em 1987, observa-se que os jovens dos anos 90 manifestavam maiores aspirações relativamente às qualificações académicas, que pensam vir a obter relativamente aos jovens dos anos 80 (PAIS, 1998b, p. 189). Continuava a sentir-se, portanto, a ampliação das aspirações escolares dos jovens e a sua aposta no prolongamento das suas trajetórias ao nível superior, acreditando no valor do diploma como antídoto contra as dificuldades de inserção profissional e no seu virtuoso poder de encontro entre o tipo e nível de instrução, a profissão, a remuneração e o estatuto social (ALVES, 1998,

p. 89). Em contrapartida, porém, esses jovens dos anos 90 já revelavam também uma maior consciência das dificuldades de inserção profissional e das ameaças do desemprego.

A Geração de Abril demarca-se por ter sido uma geração que, socializada em condições marcadas pela expansão ininterrupta da escolarização desde a escolaridade obrigatória até ao ensino superior, foi acalentando ao longo do seu percurso escolar aspirações e expectativas elevadas quanto ao “valor de empregabilidade” dos diplomas que foram acumulando – ou seja, o valor atribuído a esse dispositivo no acesso a um posto de trabalho equivalente às qualificações que certifica, a formas mais estáveis de emprego e, em última instância, até mesmo no acesso a um posto de trabalho *tout court*.

Mas o facto é que a notável progressão da escolarização dos jovens portugueses nesses anos, e a conseqüente ampliação das aspirações e expectativas deste segmento populacional por uma melhor qualidade de vida no futuro, em termos de estabilidade e segurança laboral, foi sendo acompanhada de dificuldades acrescidas na sua inserção profissional, nomeadamente no acesso a postos de trabalho correspondentes à qualificação obtida em termos de remuneração, estatuto e proteção social (FIGUEIREDO; LORGA DA SILVA; FERREIRA 1998; FERREIRA 2006). Perante esta situação, José Machado Pais já colocava a seguinte questão no final dos anos 90:

[...] será que o sistema de ensino não estará inculcando nos jovens expectativas desmesuradas, ou pelo menos desproporcionadas, relativamente à prosaica realidade do mundo do trabalho? E ao serem defraudadas tais expectativas, em jovens com fortes expectativas de mobilidade social, não se estarão a criar condições para o surgimento, no futuro, de formas específicas de *desencanto social*? (PAIS, 1998b, p. 190).

Cerca de 20 anos depois, a hipótese colocada por José Machado Pais veio, na realidade, a confirmar-se. As reações sociais que vieram a

ser desencadeadas pela aplicação das medidas de austeridade impostas pela *Troika* em 2011 – patentes em movimentos sociais que, organizados de forma global, rizomática e virtual, adquiriram expressão em Portugal durante os anos da crise (PAIS, 2014), como o Movimento 12 de Março⁸, os Precários Inflexíveis, os Indignados, ou outros equivalentes⁹ –, dão conta desse sentimento de desencanto e insatisfação social. Ainda que generalizado, trata-se de um sentimento em grande medida partilhado por jovens e adultos formados num horizonte de expectativas marcado pelo crescimento do Estado Social e pela crença no valor de empregabilidade dos diplomas escolares, horizonte de expectativas esse que é confrontado com um quadro de dificuldades acrescidas no acesso ao mercado de trabalho que, não sendo totalmente novo, se intensificou sobremaneira no decorrer da conjuntura de profunda crise económica que se instalou na Europa depois de 2008.

O diploma de ensino superior já não garante o acesso e progressão em determinada carreira, nem sequer um emprego correspondente à qualificação obtida (CARDOSO *et al.*, 2014). Uma realidade desencantada de que, por sua vez, os jovens e suas famílias estão cada vez mais cientes, como se pode constatar na crónica de Andreia Fonseca, uma jovem mestre em psicologia, publicada no jornal Público em Junho de 2015¹⁰:

8 Resultante da organização da manifestação realizada nesse mesmo dia, em 2011.

9 Estes movimentos, entre outros, indicam novas formas de olhar para e de fazer política entre os jovens de hoje, enquanto expressões de resistência às novas condições estruturais que experienciam, bem como de tentar configurar alternativas ao sistema social que se desenha (CAREN; GHOSHAL; RIBAS 2011; WILLIAMSON 2014; MILKMAN 2017). Destacam-se, sobretudo, por serem movimentos de ação coletiva à escala global, formados e ligados em condições globalizadas de conexão, proporcionadas quer pelo entrosamento das novas tecnologias da informação e da comunicação no quotidiano, quer pelo alargamento relativo das oportunidades de mobilidade geográfica em termos internacionais.

10 Andreia Fonseca, “Sou desta geração que nem se permite sonhar”, Crónica P3, Público, 12 de Junho de 2015. Ver <http://p3.publico.pt/actualidade/sociedade/17113/sou-desta-geracao-que-nem-se-permite-sonhar>

Eu faço parte de uma curiosa geração. Com 25 anos, cresci com a lengalenga de que um curso era uma garantia de sucesso. Mas esta geração foi enganada. O canudo não é garantia, quanto muito, é um investimento a longo-prazo que, quem sabe, um dia venha a gerar lucro. Iludida, esta geração partiu aos 18 anos de malas feitas para a universidade, numa heroica busca por um futuro promissor. Mas, no meu caso e em tantos outros (atrevo-me a dizer milhares), o tiro saiu pela culatra.

O curso foi concluído com esforço, investimento (a todos os níveis) e média de 18 valores — com direito a lágrimas de orgulho na defesa da tese de mestrado. E depois do pico de felicidade, veio a realidade... O regresso a casa, com as mesmas malas, que carregadas de sonhos heroicos partiram, mas que voltavam com receios, dúvidas e dificuldades antecipadas.

As malas estavam certas! Os dias passavam, os currículos eram impressos, entregues e, com muita certeza, ignorados a velocidades vertiginosas. “Muda o currículo”, “oculta o teu mestrado”, “tens de aceitar que isto está difícil e terás de te sujeitar a qualquer coisa”, diziam as vozes sábias que me rodeavam, e que a cada palavra “queimavam” os meus sonhos, transformando-os em meras cinzas.

[...]

Todo este frenesim, que é a minha vida de desempregada diplomada, termina na mesa de refeição. Aquele momento em que me sento, vejo o ar de cansaço na cara dos meus pais (aquele ar de quem tem de contar os cêntimos para sobreviver) e percebo que continuo a depender deles para comer um simples pão.

E no desenrolar deste “simples” pensamento, percebo que nem sequer me atrevo a pensar em vir a ter a minha própria casa, o meu próprio carro (ou outro veículo com rodas), ou a comprar a minha própria comida. E é esta geração, que agora ainda é apelidada de “jovens adultos” que um dia será o núcleo da nossa população ativa. Uma geração que nem se permite a sonhar, porque os sonhos custam muito... Custam o preço da desilusão, a nossa e a de quem nos ama. E como o “sonho comanda a vida”, eu nem me atrevo a referir que vivo: sobrevivo, à custa dos sacrifícios dos meus pais, aqueles que em tempos choraram de orgulho quando conquistei o maldito canudo!

Palavras duras de quem, como muitos outros jovens em Portugal, como em outros países da Europa do Sul, vive um cenário onde as condições que favoreceriam a procura otimista da educação formal e os itinerários que esta oferece se viram muito fragilizadas. A diminuição do volume do emprego e a consequente compressão do mercado de trabalho

resultou em índices muito elevados de desemprego, em particular de desemprego juvenil, nomeadamente entre segmentos até aí menos expostos a estas essas condições, como os jovens graduados (CARDOSO *et al*, 2014). A taxa de desemprego juvenil atingiu picos como nunca vistos no passado (chegando próximo dos 40% em 2013). As configurações mais estruturais de desemprego também se intensificaram, na forma de desemprego de longa duração, acentuando-se fortemente a probabilidade de “formas transitórias de desemprego como situação temporária” se tornarem, a prazo, em “formas circulantes de desemprego como condição intermitente”, com risco de a precariedade se enraizar nos seus percursos e vir a estruturar os modos de vida dos jovens pela regularidade e temporalidade que adquire quando adultos (FERREIRA *et al*, 2017).

E, note-se ainda, que os números oficiais do desemprego deixam de fora não apenas muitos desses jovens que prefeririam estar a trabalhar, mas são contabilizados como população não ativa, mas também aqueles que estão refugiados num sistema de ensino, pelo qual se arrastam na condição de estudantes ou que, desencorajados da procura ativa de emprego, figuram na condição estigmática de desocupados, mais conhecidos por jovens “nem-nem” - “nem trabalham, nem estudam” – ou jovens NEET (*not in education, employment or training*), designações que, em grande medida, reatualizam a tradicional imagem da juventude “alérgica” ao trabalho (ROWLAND *et al*, 2014, FERREIRA; PAPPÁMIKAIL; VIEIRA, 2017).

Por outro lado, aumentaram também as formas de subemprego, presentes no ressurgimento das formas atípicas de emprego, das economias do “bico” e da informalidade (FERREIRA *et al*, 2017). Uma certa instabilidade sempre fez parte integrante dos processos juvenis de transição para a idade adulta. A própria noção de “experiência”, nomeadamente de experiência profissional, faz parte integrante das transições para o mercado de trabalho. A oferta de trabalho no início da vida ativa sempre tendeu a

ser marcada por vínculos curtos, elevada rotatividade de ocupações, com identidades profissionais ainda pouco definidas e consolidadas. Contudo, o risco crescente é que, em determinadas condições estruturais tais como as que têm caracterizado recentemente a economia, o tecido empresarial e o quadro legal das relações laborais na sociedade portuguesa (OECD, 2017), essas formas mais instáveis, temporárias e flexíveis de transição juvenil se prolonguem no percurso de vida e se transformem em condição social na idade adulta. Por outras palavras, que situações de trabalho intermitente, oscilando entre situações de trabalho independente legal ou ilegal, estágios, bolsas, acumulação de empregos a tempo parcial e ocasionais, e todo o manancial de formas de emprego outrora chamadas “atípicas”, se institucionalizem como típicas, dando forma a trajetórias laborais e percursos de vida com possibilidades muito difusas de projetar um futuro para além do constrangimento e da aleatoriedade do presente. E isto bem para além da dimensão profissional da vida.

A precariedade como núcleo de consciência geracional

A situação de extrema precariedade em termos laborais estará a constituir-se núcleo estruturador de uma “consciência geracional” (MANNHEIM, 1990; FEIXA; LECCARDI, 2010), foco reflexivo em torno do qual se configura a unidade de experiências subjetivas partilhadas entre os jovens nascidos depois dos anos 80, bem como o reconhecimento da sua particularidade perante as gerações anteriores. Uma consciência que, de resto, encontra condições para ser ampliada. Num contexto de crise sistémica que atravessa muitos países do globo, com intensidades e configurações muito diferenciadas, as experiências e mundividências dos jovens acerca da precariedade, tradicionalmente enraizadas e compreendidas numa ordem nacional, encontram condições para rápida e eficazmente poderem ser partilhadas a uma escala transnacional,

potenciando a criação de uma consciência geracional global (BECK; BECK-GERNSHEIM, 2009; EDMUNDS; TURNER, 2005).

No caso português, é notável o reconhecimento intergeracional em torno do atual desemprego juvenil como facto estrutural, ou seja, um facto de ordem da própria estrutura de emprego e funcionamento do mercado de trabalho, orientando o ónus do desemprego juvenil, no sentido do pressuposto da sua recente compressão, ao contrário das perceções sociais e juízos morais tradicionalmente partilhados no passado sobre o desemprego dos jovens. Do ponto de vista do senso comum, a situação de desemprego dos jovens tendia a ser tradicionalmente percecionada como resultado da renúncia voluntária do trabalho, recaindo sobre o(s) jovem(s), acusado(s) de “não querer trabalhar”, um juízo moralizante que tendia a ser fundamentado numa ética do trabalho como dever. Mais recentemente, o juízo moral tende a ser dirigido à Escola e aos sistemas de formação profissional: vazando uma visão puramente instrumental do conhecimento, argumenta-se que os sistemas institucionais de transmissão de conhecimento, supostamente, não promovem, a montante e a jusante da sua ação, a articulação entre competências, qualificações e lugares no mercado de trabalho (ALVES, 2007; CARDOSO et. al, 2014). Ou seja, o desemprego juvenil seria decorrente dessas instituições não garantirem a suposta “empregabilidade” dos jovens – a sua capacidade em se tornar “empregável” - na medida em que os jovens não se encontrariam preparados para os lugares de trabalho supostamente disponíveis.

Ora, longe dos argumentos de senso comum que argumentavam a “alergia ao trabalho” por parte dos jovens, ou das teses construídas em torno da falácia da “empregabilidade” e da suposta falta de preparação dada pela escola, existe um largo consenso intergeracional na sociedade portuguesa em torno da perceção do desemprego juvenil como sendo de natureza estrutural, sobretudo causada pela diminuição do volume de emprego e consequente compressão do mercado de trabalho. Num

inquérito aplicado em 2015 (FERREIRA *et al*, 2017), mais de 60% dos portugueses reconheciam que as causas do desemprego dos jovens estão ligadas ao facto de haver “cada vez menos empregos para quem está a entrar no mercado de trabalho”, refletindo a incapacidade crónica do sistema produtivo português em gerar suficientes postos de trabalho, largamente amplificada durante a crise económica e financeira.

Em grande medida, a subsistência estrutural deste traço na sociedade portuguesa acontece por que a regulação feita pelo Estado tem mantido o seu papel de tutor (coach), conservando o seu receituário tradicional em termos de políticas públicas de emprego juvenil: a) por um lado, políticas de ativação de emprego, consubstanciadas em medidas de curto alcance, alicerçadas em formas efémeras de formação, estágios ou contratos de inserção, para garantir a “empregabilidade” dos jovens – palavra de ordem entendida como a capacidade do trabalhador em adaptar-se às demandas do mundo do trabalho; b) por outro, políticas de promoção de autoemprego e de criação de empresas, conhecidas sob a designação de “políticas de promoção de empreendedorismo”, subfinanciadas e com uma adesão residual entre a população jovem desempregada, com pouca capacidade para a sua posterior sustentabilidade. A figura do “jovem empreendedor” e a imagem da “empregabilidade”, cultivadas em larga escala pelas políticas públicas mais recentes no combate ao desemprego juvenil, são figuras prototípicas do neoliberalismo económico, que coloca no indivíduo o ónus da responsabilidade (e da culpabilidade) pela condição de desempregado e pela sua saída dessa condição, desconsiderando os fatores estruturais que estão na base do acréscimo de jovens nessa situação.

Por fim, ainda, as políticas mais recentes têm ido no sentido liberalização do mercado de trabalho (flexibilização laboral, mobilidade profissional, colaboração em projetos etc.), as quais não têm tido o suporte de qualquer “mão invisível” na economia portuguesa, no sentido de darem os resultados esperados (aumentar o emprego), o que faz com

que a mobilidade seja “da precariedade à precariedade” (MATOS, 2014), passando por tempos de desemprego cada vez mais prolongados. De facto, para aqueles jovens que vão conseguindo estar empregados, as políticas de austeridade instauradas pela Troika vieram acompanhadas de exigências no sentido da volatilização do emprego estável, da consolidação de uma relação laboral mais flexível, contingente, precária e individualizada, da redução salarial relativamente a gerações anteriores em funções e ocupações equivalentes, com muitas garantias públicas de proteção social a serem postas em causa.

Neste contexto em que a precariedade das relações laborais se instala com intensidade e durabilidade nos percursos de vida, os jovens portugueses de hoje partilham com outros jovens da Europa do Sul uma condição social paradoxal: nunca em Portugal houve uma condição juvenil tão qualificada e, ao mesmo tempo, tão frustrada nas aspirações e expectativas laborais socialmente nutridas pela escola e a família, e em tamanhas dificuldades de inserção profissional, em trajetórias cada vez mais descontínuas, mas onde o labirinto tende a conduzir quase sempre à mesma meta: a precariedade. Uma geração em “disritmia entre o idealizado e o realizado”, “quando os futuros imaginados são denegados pela realidade” (PAIS, 2012, p. 267). Ou, como mais popularmente se diz, uma “geração à rasca” (PAIS 2014; PINTO 2011), metáfora usada para dar conta de quão crítica é a questão da inserção profissional dos jovens portugueses, pelas dificuldades que gera e se propagam a várias dimensões e fases da vida, ultrapassando a dimensão laboral e resultando em problemas mais vastos de inclusão social.

Da precariedade laboral à insegurança ontológica

Os efeitos das políticas de austeridade tiveram efeitos intensos e lacerantes muito além da esfera económica, na medida em que as

condições de precariedade dos jovens não se fazem sentir apenas na sua inserção do mundo do trabalho, mas atingem uma dimensão muito mais ampla nas transições para a idade adulta, afetando outras dimensões das vidas juvenis em termos de (des)proteção social e de (in)dependência e, em última instância, de (in)segurança ontológica. A segurança ontológica, segundo Giddens (1995), dá conta de um sentimento de continuidade na identidade pessoal do sujeito, de estabilidade e ordem nos acontecimentos e experiências por que passa, e de constância dos ambientes sociais e materiais que o envolvem. A precariedade sentida nas inserções laborais dos jovens tendem a constituir uma ameaça constante a esse sentido de segurança existencial e pessoal, contaminando e estreitando os horizontes futuros.

São vários os estudos que, recentemente, têm apontado os impactes marcantes das dificuldades sentidas em termos de inserção laboral na gestão da vida quotidiana dos jovens, bem como no delineamento e concretização de projetos futuros que vão muito além da vida profissional, mas que desta dependem em grande medida. Falo de marcadores de transição para a “idade adulta” que perpassam outras esferas das vidas juvenis, como a saída da casa dos pais e a autonomização habitacional, a conjugalidade e a parentalidade, por exemplo (PAIS, 2012; ALVES *et al*, 2011).

De facto, é muito mais difícil e arriscada a tomada de decisão dos jovens adultos de hoje relativamente a projetos como sair de casa dos pais, comprar casa ou constituir família. Não por acaso, são projetos que vão sendo adiados e cuja realização vai acontecendo na medida das condições materiais de cada jovem, sempre com o espectro de poderem ter de ser revertidas a qualquer momento. Essa é também, aliás, uma marca da atual geração, indicador da sua precariedade existencial: a *reversibilidade* a que estão sujeitos os estatutos sociais que vão assumindo ao longo da vida. Sai-se de casa dos pais correndo o risco de lá voltar, experimentam-

se relações e conjugalidades, deixa-se de ser estudante com consciência da necessidade de mais tarde voltar à escola, é-se trabalhador e no dia seguinte está-se desempregado, estágios, formações e afins acumulam-se num percurso de vida cada vez mais labiríntico, sem grandes marcos de orientação.

Por outro lado, face a essa ‘desfuturização’ da sua vida, os jovens desta geração acabam por ser mais ‘presentistas’ do que os jovens em gerações anteriores, ou seja, acabam por valorizar muito mais as experiências que lhes são proporcionadas no presente e as respetivas gratificações, do que valorizar projetos de futuro, muito mais difíceis de delinear e concretizar e com gratificações incertas. Deparados com uma realidade onde a estabilidade é muito difícil de garantir e o futuro é feito de cenários abertos e prazos curtos, o importante é viver o momento presente, o dia-a-dia, e aproveitar em termos não apenas hedonistas, mas também de realização pessoal e identitária – ainda que, daqui para a frente, de uma forma provisional e reciclável, flexível e adaptativa. A noção de “experiência” torna-se um valor discursivo nas mais diversas esferas da vida dos jovens, cuja concretização prática está, com certeza, bastante dependente das respetivas condições objetivas.

Ao mesmo tempo, até por via da presença maciça das novas tecnologias da informação e comunicação entre a mais jovem geração, mas também da relativa democratização do acesso ‘à viagem’ (voos *low cost*, diferentes formas de alojamento a baixos custos, programas de intercâmbio estudantil etc.), é uma geração globalmente conectada, que tende a ter “mais mundo” nos seus horizontes, e a ter acesso a mais e diversificadas experiências na sua biografia, bastante mais segmentada, despadronizada e desritualizada do que no passado. A acelerada flexibilização do mercado de trabalho, em termos de vínculos contratuais, temporais e até geográficos, a ubíqua digitalização dos mundos de vida, e a ausência de condições para desenhar projetos de (e com) futuro, acaba

por efetivamente tornar o percurso de vida dos jovens desta geração numa sequência de experiências, voluntárias e/ou condicionadas.

Numa conjuntura em que a noção de “inserção profissional” já não pode ser conceptualizada como um momento específico na vida (conotada com as ideias de “entrada na vida ativa”, ou de “transição da escola para o trabalho”) para converter-se num processo cada vez mais ziguezagueante, indeterminável e impreciso (ALVES, 2008; PAIS, 2001), as articulações deste processo com os marcadores de passagem tradicionais estão a criar formas de transição para a idade adulta feitas de cenários e itinerários complexos, incertos e inseguros (VIEIRA; FERREIRA; ROWLAND, 2015). É neste contexto, onde as estruturas de oportunidade no acesso ao emprego estão cada vez mais bloqueadas, acabando por vedar a cada vez mais jovens o acesso à concretização de outros projetos de vida, que a ideia de inserção profissional converge cada vez mais com a ideia de inclusão social, estando a obtenção de emprego intrinsecamente associada a mecanismos de proteção da exclusão social (ALVES, 2008).

No entanto, para aqueles que vivem a sua condição juvenil em contexto de crise e pós-crise, tal acontecerá já não necessariamente sob a égide de um sentimento de vitimização e frustração perante futuros e identidades projetadas, como a Geração de Abril. Socializados em condições de escassez laboral, é viável a hipótese de a precariedade deixar de ser discutida enquanto tal, e as novas regras do jogo capitalista e neoliberal tenderem a ser vividas a par de um sentimento funcional de aceitação e naturalização. Os que têm respaldo para explorar aventureira e criativamente os limbos da incerteza e da insegurança, poderão até valorizar as vivências e experiências que tais regras poderão proporcionar. Mesmo que as condições objetivas impulsionem esforços muitas vezes inglórios, os ajustamentos psicológicos impelem à incorporação e reprodução de crenças neoliberais: há que ser otimista e recomeçar, sempre com energia e trabalho duro (FRANCESHELLI; KEATING, 2018), buscando-se saídas,

se virando, movendo-se sempre, sem queixumes nem fatalismos, mesmo quando esse movimento se faz em círculos que impreterivelmente voltam à casa partida (muitas vezes em casa dos pais...).

Conclusão

Marcarão estes impasses na vida profissional dos jovens uma marca geracional? Serão, a par de outras dimensões da vida, identificadores de uma mudança estrutural de tal ordem na vivência dos jovens ao longo dos seus percursos de vida que poderão indiciar a emergência de uma nova geração? Terão sido os anos de austeridade e as mudanças que nele aconteceram (ou se intensificaram) um ponto de viragem e rutura geracional?

Ainda será cedo para avaliar com rigor os impactes das mudanças que têm vindo a acontecer em termos da sua longevidade ao longo do percurso de vida da coorte etária nascida depois dos anos 1980. Mas seria ingenuidade sociológica pensar que as tendências identificadas para os anos da crise, em Portugal mas não só, estarão circunscritas a efeitos de conjuntura. Por enquanto, existem com certeza efeitos de conjuntura transversalmente partilhados por uma condição juvenil longa e que se alonga no curso de vida, ou seja, que estão cada vez mais longe de poderem ser conceptualizados como meros “efeitos de idade” ou de “ciclo de vida”. Dada a sua intensidade e enraizamento estrutural, os efeitos detetados terão, com certeza, condições para se propalar para além desta conjuntura, legitimando a hipótese de se cristalizarem no tempo e se transformarem em efeitos geracionais, no sentido de se prolongarem no tempo biográfico dos percursos de vida e no tempo histórico das coortes etárias vindouras.

Quer isto dizer que são efeitos que colocam em causa as fronteiras simbólicas não apenas da condição de “jovem”, mas também, inclusive, a própria condição de “adulto”. Não embarcando em controvérsias

marcadas por posições mutuamente exclusivas – como as que apresentam o paradigma geracional como substituto do paradigma das transições ou que apontam o paradigma geracional como uma “nova ortodoxia emergente nos estudos da juventude”¹¹–, vale a pena considerar que um novo quadro geracional terá entre os seus principais efeitos a reconfiguração das formas de existência da condição de “adulto” e dos próprios percursos de vida tal como tinham sido vividos e projetados até aí. E o facto é que se tem vindo a assistir a mudanças estruturais que têm vindo a alterar significativamente a vivência dos marcadores tradicionais de entrada na idade adulta na Europa, com efeitos específicos entre os jovens nascidos após os anos 80, dando-lhes a conhecer e viver um mundo diferente do vivido no passado e projetado no futuro.

Perante a mudança global nas condições estruturais depois dos anos 80, em termos de condições de autonomização na vida pessoal e de comunicação na vida quotidiana, os jovens “Milénio”, quer nas formulações discursivas que sobre eles recaem, quer nas condições objetivas que envolvem as suas experiências e mundividências, poderão estar na base da configuração de uma nova geração, ainda em construção, marcada pelas mudanças estruturais que a crise económico-financeira acelerou e consolidou. Não ainda uma geração efetiva, no sentido sociológico do termo, mas a expressão de um processo de transição geracional vivido globalmente, onde os nascidos depois dos anos 80 terão sido os primeiros jovens a ter de lidar diretamente com a realidade do capitalismo neoliberal, ajustando muitas das expectativas e aspirações de que ainda partilham à dura estrutura de estrangimentos e oportunidades que lhes é disponibilizada, intrinsecamente marcada pela precariedade das suas existências.

11 Críticas apontadas a Woodman e Wyn (WYN; WOODMAN, 2006, 2007; WYN, 2012; WOODMAN, 2013), por Roberts (2007, 2012); e France e Roberts (2015).

Isto não quer dizer que tais mudanças sejam vividas pelos jovens de igual forma. O paradigma geracional é com frequência criticado por supostamente homogeneizar os sujeitos nascidos em determinados contextos espaço-temporais, cristalizar e uniformizar diferenças a partir de sentidos de rutura, e nivelar as diversidades e as desigualdades existentes no momento presente. No entanto, não é um dado adquirido que tal aconteça. O facto das novas gerações estarem desigualmente expostas às reestruturações em curso, elas próprias fortemente assimétricas do ponto de vista social e espacial, torna falacioso pensar que essa transformação cria inevitavelmente uma unidade intra-geracional totalizante das constelações simbólicas. As assimetrias juvenis persistem e adquirem novos contornos, pelo que o impacto das “marcas da época” entre os jovens e no decorrer do seu percurso de vida será sempre filtrado pelas suas condições objetivas de existência, nomeadamente em termos de classe social de origem, de escolaridade ou situação socioprofissional, de género ou orientação sexual, de etnicidade ou estatuto de cidadania, por exemplo.

Já Mannheim (1990) afrontava este problema avançando com o conceito de “unidades geracionais”, ou seja, grupos que, embora partilhem de uma “consciência geracional” marcada pela proximidade face a um novo contexto estrutural (e pela distância face ao anterior), refletem e reagem de forma diferenciada perante o mesmo, considerando as posições sociais que nele assumem. Embora imersos num contexto estrutural relativamente particular, marcado por processos estruturais comuns (como a escolarização alargada, as dificuldades e restrições na inserção no mercado de trabalho, o acesso às novas tecnologias, entre outras...), as trajetórias juvenis são atravessadas por diferentes experiências socializadoras, suportes e condições sociais que têm efeitos diferenciados e desiguais nas provas enfrentadas e nas estratégias usadas para com elas lidar.

Neste sentido, as intensidades como a insegurança ontológica é sentida e as formas da precariedade como é vivida e gerida no decorrer do curso de vida, são socialmente diversificadas e desiguais, uma vez que os seus efeitos sobre as trajetórias depende, em grande medida, dos regimes de transição para a idade adulta, subjacentes aos contextos políticos nacionais, bem como das origens sociais e dos capitais que os sujeitos, jovens ou adultos, acumularam nos respetivos percursos. Definitivamente, o respaldo público, familiar e escolar de alguns jovens relativamente a outros possibilitar-lhes-á resistir melhor aos processos de desqualificação profissional que não estão em consonância com as suas aspirações e/ou qualificações. Outros, porém, em posições de acentuado risco de exclusão social, viverão a precariedade da sua trajetória profissional em condições de maior sofrimento objetivo e subjetivo.

Referências Bibliográficas

ABOIM, Sofia; VASCONCELOS, Pedro. From political to social generations: a critical reappraisal of Mannheim's classical approach. **European Journal of Social Theory**, v. 17, n. 2, p. 165-183, 2013.

ALLEN, Martin; AINLEY, Patrick. **Lost Generation?** New strategies for youth and education. Londres: Continuum, 2010.

ALVES, Natália. Os jovens e o mundo do trabalho: desemprego e inserção profissional. In: **Estruturas Sociais e Desenvolvimento**: actas do II Congresso de Sociologia. Vol. 1, Lisboa: APS, 1993. p. 647-656.

_____. Escola e trabalho: atitudes, projetos e trajetórias. In: CABRAL, Manuel Villaverde; PAIS, José Machado. **Jovens Portugueses de Hoje**. Oeiras: Celta/Secretaria de Estado da Juventude, 1998. p. 53-133.

_____. E se a melhoria da empregabilidade dos jovens escondesse novas formas de desigualdade social? **Sísifo**, n. 2, p. 59-68, 2007.

_____. **Juventudes e Inserção Profissional**. Lisboa: Educa/UI&DCE, 2008.

ALVES, Nuno de Almeida; CANTANTE, Frederico; BAPTISTA, Inês; DO CARMO, Renato Miguel. **Jovens em Transições Precárias**: trabalho, quotidiano e futuro. Lisboa: Mundos Sociais, 2011.

ATTIAS-DONFUTT, Claudine. **Sociologie des générations**: l'empreinte du temps. Paris: PUF, 1988.

BAGO D'UVA, Teresa; FERNANDES, Marli. **Mobilidade Social em Portugal**. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2017.

BAUMAN, Zigmund. Between us, the generations. In: LARROSA, J. **On generations**. On coexistence between generations. Barcelona: Fundação Viure I Conviure, 2007. p. 365-376.

BECK, Ulrich; BECK-GERNSHEIM, Elisabeth. Global generations and the trap of methodological nationalism for a cosmopolitan turn in the sociology of youth and generation. **European Sociological Review**, v. 25, n. 1, p. 25-36, 2009.

BESSANT, Judith; FARTHING, Rys; WATTS, Rob. **The Precarious Generation**: a Political Economy of Young People. Nova Iorque: Routledge, 2017.

BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Ève. **Le nouvel esprit du capitalismo**. Paris: Gallimard, 1999.

CARDOSO, José Luís; ESCÁRIA, Vitor; FERREIRA, Vitor Sérgio; MADRUGA, Paulo; RAIMUNDO, Alexandra; VARANDA, Marta. Employability and Higher Education in Portugal. **Journal of Graduate Employability**, n. 0, p. 17-31, 2014.

CAREN, Neal, GHOSHAL, Raj Andrew; RIBAS, Vanesa. A social movement generation: cohort and period trends in protest attendance and petition signing. **American Sociological Review**, v. 76, n. 1, p. 125-151, 2011.

CARMO, Renato Miguel; BARATA, André. Teoria social da austeridade: para uma crítica do processo de precarização. **Revista do Serviço Público**, v. 68, n. 2, p. 319-342, 2017.

CÔTÉ, James E. Towards a new political economy of youth. **Journal of Youth Studies**, v. 17, n. 4, p. 527-543, 2014.

EDMUNDS, June; TURNER, Bryan S. Global generations: Social Change in the

Twentieth Century. **British Journal of Sociology**, v. 56, n. 4, p. 559-577, 2005.

EISENSTADT, Shmuel Noah. **From generation to generation: age groups and social structure**. New Jersey: Transaction Publishers, 2009 [1956].

EYERMAN, Ron; TURNER, Bryan. Outline of a theory of generations. **European Journal of Social Theory**, n. 1, p. 91-106, 1998.

FEIXA, Carles; LECCARDI, Carmen. O conceito de geração nas teorias sobre juventude. **Revista Sociedade e Estado**, v. 25, n. 2, p. 185-204, 2010.

FEIXA, Carles. **De la Generación @ a la Generación #**. La juventude n la era digital. Barcelona: NED Ediciones, 2014.

FERREIRA, Vitor; LOBO, Maria Costa; ROWLAND, Jussara; SANCHES, Edalina. **Geração Milénio?** Um retrato político e social. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2017.

FERREIRA, Tatiana; PAPPÁMIKAIL, Lia; VIEIRA, Maria Manuel. **Jovens NEEF: Mudanças e continuidades no pós-crise**. Policy Brief 2017. Lisboa: OPJ/ICS-ULisboa, 2017.

FERREIRA, Vitor Sérgio; NUNES, Cátia. Para lá da escola: transições para a idade adulta na Europa. **Educação em Foco**, v. 18, n. 3, p. 167-207, 2014.

_____. **A condição juvenil portuguesa na viragem do milénio: um retrato longitudinal através de fontes estatísticas oficiais: 1990-2005**. Lisboa: Instituto Português da Juventude, 2006.

FIGUEIREDO, Alexandra; LORGA DA SILVA, Catarina; FERREIRA, Vitor Sérgio. **Jovens em Portugal: análise longitudinal de fontes estatísticas: 1960 - 1996/97**. Oeiras: Celta, 1998.

FRANCE, Alan; ROBERTS, Steven. The problem of social generations: a critique of the new emerging orthodoxy in youth studies. **Journal of Youth Studies**, v. 18, n. 2, p. 215-230, 2015.

FRANCESCHELLI, Michela; KEATING, Avril. Imaging the future in the Neoliberal Era: young people's optimism and their faith in hard work. **Young**, v. 26, n. 4S, p. 1-17, 2018.

FREIRE, Espido. **Mileuristas: retrato de la generación de los mil euros**.

Madrid: Ariel, 2016.

GENTILE, Alessandro. The impacts of employment instability on transitions to adulthood: the Mileuristas young adults in Spain. In: ANTONUCCI, Lozenza; HAMILTON, Myra; ROBERTS, Steve. **Young people and social policy in Europe: dealing with risk, inequality and precarity in times of crises**. Hampshire: Palgrave Macmillan, 2014. p. 125-144.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. Oeiras: Celta, 1995.

GOUGLAS, Athanassios. The young precariat in Greece: what happened to 'Generation 700 euros'?, European Perspectives. **Journal on European Perspectives of the Western Balkans**, v. 5, n. 1, p. 30-47, 2013.

HARGITTAI, Eszter. Digital Na(t)ives? Variation in internet skills and uses among members of the 'net generation'. **Sociological Inquiry**, v. 80, n. 1, p. 92-113, 2010.

HOWE, Neil; STRAUSS, William. **Millennials Rising: the Next Great Generation**. Nova Iorque: Vintage Books, 2000.

IERACITANO, Francesca. New European citizens: the Erasmus generation between awareness and skepticism. **European Journal of Research on Social Studies**, v. 1, n. 1, p. 16-21, 2014.

JONES, Chris; SHAO, Binhui. **The Net Generation and Digital Natives Implications for Higher Education**. York: Higher Education Academy, 2011.

LITTLE, Ben; WINCH, Alison. Generation: the politics of patriarchy and social change. **Soundings**, n. 66, p. 129-144, 2017.

LOPES, João Teixeira. **Geração Europa?** Um estudo sobre a jovem emigração qualificada para França. Lisboa: Editora Mundos Sociais, 2014.

MANNHEIM, Karl. **Le Problème des Générations**. Paris: Nathan, 1990 [1928].

MATOS, José Nuno; DOMINGOS, Nuno. **Novos proletários: a precariedade entre a "classe média" em Portugal**. Lisboa: Edições 70, 2012.

MATOS, José Nuno; DOMINGOS, Nuno, KUMAR, Rahul. **Precários em Portugal: da fábrica ao call centre**. Lisboa: Edições 70, 2010.

MATOS, José Nuno. O retrato da jovem enquanto trabalhadora: da

precariedade à precariedade. In: DOMINGOS, Nuno; MONTEIRO, Bruno. **Tempos Difíceis**: as pessoas falam sobre a sua vida e o seu trabalho. Lisboa: Outro Modo Cooperativa Cultural/Le Monde Diplomatique, 2014. p. 26-31.

MENDES, Fernando Ribeiro. **Conspiração Grisalha**. Segurança Social, Competitividade e Gerações. Oeiras: Celta Editora, 2006.

MILKMAN, Ruth. A new political generation: Millennials and the post-2008 wave of protest. **American Sociological Review**, v. 82, n. 1, p. 1-31, 2017.

OECD. **Labour market reforms in Portugal 2011-15**: a preliminary assessment. Paris: OECD Publishing, 2017.

PAIS, José Machado. **Gerações e Valores na Sociedade Portuguesa Contemporânea**. Lisboa: Secretaria de Estado da Juventude, 1998a.

_____. Da escola ao trabalho: o que mudou nos últimos 10 anos?. In: CABRAL, Manuel Villaverde; PAIS, José Machado. **Jovens Portugueses de Hoje**, Oeiras: Celta/Secretaria de Estado da Juventude, 1998b. p. 189-214.

_____. **Ganchos, tachos e biscates**. Jovens, trabalho e futuro. Lisboa: Âmbar, 2001.

_____. A esperança em gerações de futuro sombrio. **Estudos Avançados**, v. 26, n. 75, p. 267-280, 2012.

_____. De uma Geração Rasca a uma Geração à Rasca: jovens em contexto de crise. In: CARRANO, Paulo; FÁVERO, Osmar. **Narrativas Juvenis e Espaços Públicos**: olhares de pesquisas em educação, mídia e ciências sociais, Niterói: Editora da UFF, 2014. p. 71-95.

PARMENT, Anders. **Marketing to the 90s Generation**: global data on society, consumption, and identity. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2014.

PEREIRA DA SILVA, Jorge; RIBEIRO, Gonçalo de Almeida. **Justiça entre gerações**: perspectivas interdisciplinares. Lisboa: Universidade Católica Editora, 2017.

PINTO, Ana Filipa. **À Rasca. Retrato de uma Geração**. Lisboa: Booket, 2011.

PONTE, Cristina. Uma geração digital? A influência familiar na experiência mediática de adolescentes. **Sociologia**: problemas e práticas, n. 65, p. 31-50, 2011.

PRITCHARD, Katrina; WHITING, Rebecca. Baby Boomers and the Lost Generation: on the discursive construction of generations at work. **Organization Studies**, v. 35, n. 11, p. 1605–1626, 2014.

ROBERTS, Ken. Youth transitions and generations: a response to Wyn and Woodman. **Journal of Youth Studies**, v. 10, n. 2, p. 263-269, 2007.

ROBERTS, Ken. The end of the long baby-boomer generation. **Journal of Youth Studies**, v. 15, n. 4, p. 479-497, 2012.

ROWLAND, Jussara; FERREIRA, Vitor Sérgio; VIEIRA, Maria Manuel; PAPPÁMIKAIL, Lia. **Nem em emprego, nem em educação ou formação**: jovens NEEF em Portugal numa perspetiva comparada. Policy brief 2014. Lisboa: OPJ/ICS-ULisboa, 2014.

SCHERGER, Simone. Concepts of generation and their empirical application: from social formations to narratives. A critical appraisal and some suggestions. **CREST Working paper**, n. 117, University of Manchester, 2012.

SENNETT, Richard. **The corrosion of character**: the personal consequences of work in the new capitalism. Nova Iorque: W.W. Norton & Company, 1998.

STANDING, Guy. O precariado e a luta de classes. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 103, p. 9-24, 2014.

TAPSCOTT, Don. **Growing up digital**: the rise of the Net Generation. Nova Iorque: McGraw Hill, 1998.

TIMONEN, Virpi; CONLON, Catherine. Beyond Mannheim: conceptualizing how people 'talk' and 'do' generations in contemporary society. **Advances in Life Course Research**, n. 24, p. 1-9, 2015.

VIEIRA, Maria Manuel; FERREIRA, Vitor Sérgio; ROWLAND, Jussara. Retrato da juventude em Portugal: traços e tendências nos censos de 2001 e 2011. **Revista de Estudos Demográficos**, n. 54, p. 5-25, 2015.

WHITE, Jonathan. Thinking generations. **British Journal of Sociology**, v. 64, n. 2, p. 216-247, 2013.

WILLIAMS, Kaylene C.; PAGE, Robert A. Marketing to the generations. **Journal of Behavioral Studies in Business**, v. 3, p. 1-17, 2011.

WILLIAMSON, Howard. Radicalization to retreat: responses of the young to austerity Europe. **International Journal of Adolescence and Youth**, v. 19, n. S1, p. 5-18, 2014.

WILSON, Iain. What should we expect of 'Erasmus generations'?. **Journal of Common Market Studies**, v. 49, n. 5, p. 1113-1140, 2011.

WYN, Johanna. The making of a generation: policy and the lives and aspirations of Generation X. **Journal of Educational Administration and History**, v. 44, n. 3, p. 269-282, 2012.

WYN Johanna; WOODMAN, Dan. Generation, Youth and Social Change in Australia. **Journal of Youth Studies**, v. 9, n. 5, p. 495-514, 2006.

_____. Researching Youth in a Context of Social Change: A Reply to Roberts. **Journal of Youth Studies**, v. 10, n. 3, p. 373-381, 2007.

Onde estão os (sujeitos) jovens nas teorias da juventude?¹

Lúcia Rabello de Castro

Este trabalho parte da contribuição apresentada na mesa-redonda sobre "Teorias da Juventude" no VII JUBRA, quando pude discutir alguns aspectos relevantes na configuração do embate teórico sobre juventude no Brasil. Uma das preocupações centrais aqui será colocar em questão uma certa indistinção entre teorias da juventude² e teorias dos sujeitos juvenis presente no âmbito deste debate teórico. Ao se indiferenciar as teorias da juventude das teorias dos sujeitos juvenis, não se dando conta das nuances que as distinguem, reduz-se a pluralidade epistêmica do campo teórico e se aplainam as eventuais controvérsias no diálogo necessário entre as disciplinas que se ocupam do campo da juventude.

A pergunta que intitula o presente trabalho expressa o questionamento sobre como, e se, as teorias da juventude tematizam os sujeitos jovens. Afinal, falar de juventude, discutir teoricamente seu estatuto, configuração e sua produção nos contextos histórico-sociais, significaria "também" incluir os jovens, como sujeitos, nessa discussão? Argumentamos, neste trabalho, que embora possamos dizer que as teorias da juventude incidem sobre os jovens, provendo sempre alguma forma de percebê-los e representá-los como sujeitos, elas mantêm um

¹ Este trabalho foi desenvolvido a partir da comunicação apresentada no Simpósio "Teorias da juventude: para que servem? Onde nos conduzem?" no VII Simpósio Internacional sobre a Juventude Brasileira, JUBRA VII, Fortaleza, Ceará, 14 de agosto de 2017.

² Estarei falando no singular "teorias da juventude", e não juventudes, sem me deter aqui na discussão teórica sobre este importante aspecto: o que significa pluralizar, sob que condições, o termo juventude. No entanto, pelo fato de usar o nome juventude no singular não estou defendendo posição teórica, mas simplificando a narrativa que já está aludindo a uma pluralização teórica ("teorias") presente no campo da juventude.

foco próprio de análise que não necessariamente coincide com a discussão sobre como se dá a produção dos jovens, como sujeitos. O foco específico das teorias da juventude está referido à emergência e constituição da “categoria social” que é a juventude, e, portanto, a como essa categoria social se constrói no jogo de forças sociais dos diferentes grupos das sociedades modernas. Por outro lado, o foco que interessa às teorias dos sujeitos jovens é aquele que visa inquirir “quem é” o sujeito juvenil, para si mesmo e para os outros, o que qualifica este sujeito como juvenil, como se dá a produção de uma subjetividade juvenil. Assim, a discussão sobre juventude(s) parece estabelecer um determinado enquadre, cujo foco permanece distinto daquele que se interessa em discutir como os jovens, enquanto subjetividades, se produzem nas circunstâncias em que vivem. Neste sentido, este trabalho propõe-se a analisar a imbricação necessária entre as teorias da juventude e as teorias dos sujeitos juvenis que, somente ao manterem suas devidas distinções analíticas, permitirão que os enfoques, seja sobre a juventude, seja sobre os sujeitos jovens, possam se complementar nas tensões e contradições que mantêm entre si.

A discussão aqui apresentada visa trazer uma contribuição ao debate teórico sobre juventude, particularmente no Brasil, a partir de questões frequentes que aqui se colocam. Por força das condições específicas da constituição deste campo teórico no país, este debate assumiu alguns contornos específicos não necessariamente presentes no debate internacional. Um aspecto diz respeito à demanda de se distinguir entre o adolescente e o jovem (ABRAMO; LEON, 2005), demanda essa produzida mais pela necessidade de se configurar campos distintos de intervenção das políticas públicas, cujos aportes são concedidos conforme a adequação dos beneficiários à pletera de exigências dos órgãos públicos de assistência. Deste modo, o debate que se produziu no Brasil em torno da distinção entre o jovem e o adolescente não iluminou, por certo, a compreensão teórica acerca destes conceitos, mas forneceu os elementos

necessários para definir campos de intervenção para o destino das políticas públicas e para a ação dos agentes do poder público e privado.

Teorias da juventude e teorias da subjetividade juvenil: a disciplinarização do debate teórico sobre juventude e jovens

O século XX assistiu à emergência da categoria social da juventude como aspecto de análise das sociedades modernas em profunda transformação política, social, cultural e tecnológica. *Pari passu*, foi a disciplina da Sociologia que se encarregou do estudo da dinâmica e estruturação das sociedades sob a égide das mudanças na Modernidade. Cabe lembrar que, para um dos fundadores da disciplina, E. Durkheim, uma questão fundamental residiu justamente em explicar a natureza da “sociedade”, ou seja, o que traz homens e mulheres para a convivência comum, o que determina a ordem social sobre o estado de barbárie. Ao longo do século XX, os cientistas sociais se ocuparam de compreender como se organiza o conjunto social sob os novos condicionantes materiais e simbólicos da modernidade, e como esse conjunto se estrutura e se mantém tendo em vista as transformações que o acometem e os conflitos que aí se produzem. A tematização da juventude no campo da Sociologia neste momento surge como elemento importante de explicação da nova ordem social, quando também se recompõe a ordem geracional no âmbito de um outro patamar de relações de transmissão, agora institucionalizadas pelo advento e consolidação dos sistemas educacionais nacionais.

O estudo das sociedades ao longo do século XX vai lançar mão da juventude como categoria social como parte da analítica da transformação e da ordem social. Assim, seja pelo enfoque na juventude como problema social e, portanto, categoria que coloca questões à ordem e harmonia social (THRASHER, 1936; BURROWS, 1946; REISS JR, 1951; SYKES; MATZA, 1957; EISENSTADT, 1976), seja como categoria que favorece a

transformação e a regeneração social (MANNHEIM, 1968; IANNI, 1968), esta categoria – juventude – foi amplamente tematizada pelos cientistas sociais. No Brasil, um dos estudos pioneiros, o de Marialice Foracchi, tematiza a juventude como categoria social e geracional em que se sobressai a dimensão do conflito geracional. Como coloca a autora (1972, p.23-24), “[...] localiza-se socialmente esta forma de conflito na fase de transição da adolescência para a maturidade. A adolescência e a juventude são, pois, elaboradas como categorias analíticas especiais”. Para Foracchi, se trata não tão somente de conflitos que expressam a transição a um estado de maturidade psicológica, mas de conflitos referentes ao “ingresso definitivo do jovem na sociedade”. Diz ela:

Por ser essa etapa – a juventude – definidora do ingresso definitivo do jovem na sociedade, e por ser o jovem o adolescente cujas crises o transformaram num ser psicologicamente amadurecido, por essas condições especiais, a marginalização da juventude apresenta efeitos dramáticos para a sociedade, colocando-a, pelo fato de existir como marginalização, em xeque e sob o foco da contestação (FORACCHI, 1972, p 32).

Assim, para a autora, a dinâmica societária moderna coloca questões específicas para a inclusão deste segmento ao todo social. E se tal dinâmica favorece a marginalização deste grupo, a sociedade padecerá sob os efeitos da contestação e dos conflitos que daí advirão promovidos pela mobilização deste grupo social. Um ponto importante a notar no fragmento desta estudiosa é que ela adverte para dois aspectos teóricos não exatamente semelhantes, mas convergentes, sobre a situação do jovem. Em primeiro lugar, ela enfoca o jovem “adolescente” enquanto sujeito imaturo psicologicamente, que vive circunstâncias específicas de transição a uma condição de maior maturidade. Em segundo lugar, Foracchi enfoca a marginalização de um grupo social – a juventude – frente à sociedade adulta, circunstância que pode propiciar o convulsionamento da ordem social. Neste sentido, a autora, de modo perspicaz, atenta para a

duplicidade de aspectos teóricos que envolvem o sujeito jovem adolescente: um aspecto teórico diz respeito à sua condição como “sujeito” – no caso, psicologicamente imaturo –; o outro aspecto se refere à sua condição como parte de uma categoria ou grupo social dentro da sociedade. Estes dois aspectos, ainda que coincidam na temporalidade biográfica, permanecem analiticamente distintos na discussão de Foracchi. Trata-se, portanto, de uma análise que tanto contempla uma perspectiva sociológica da juventude, como também contempla uma visão psicológica sobre o sujeito jovem. Mesmo que a alusão a uma noção de maturidade psicológica seja hoje considerada como aspecto de uma teoria ultrapassada e obsoleta para explicar a constituição da subjetividade juvenil, o fato é que a análise dessa autora nos permite tecer considerações e imbricações possíveis entre “a condição psicológica que define o sujeito juvenil e a condição social que define a juventude”. Neste sentido, podemos perguntar, por exemplo, como a imaturidade psicológica dos jovens estaria implicada nos movimentos de contestação e rebeldia à ordem social? Mesmo lançando mão de aspectos psicológicos que hoje podem parecer datados, a análise da autora não só é pioneira, como também arrojada ao fazer face à exigência, nem sempre realizável, de fazer análise social “com sujeitos”, assim, aproximando teorias sociológicas e psicológicas. A marginalização social da juventude aparece como fator de conflito na dinâmica social, e os sujeitos jovens se constituem no âmbito específico de uma dinâmica psicológica de transição e crise.

A tematização do jovem e da juventude no campo da Psicologia ao longo do século XX assumiu problematizações diversas ao campo da Sociologia. A constituição do sujeito moderno e suas formas de ser, pensar, agir e sentir no âmbito de uma matriz histórico-cultural de individualização das subjetividades (WATT, 1996) torna-se foco de interesse. Assim, a demanda que se colocou neste campo do saber foi inquirir e compreender como a individualização – como processo histórico e modo

de subjetivação dominante na modernidade – produz as subjetividades. Essas se realizam ao longo do tempo biográfico que, nas sociedades modernas, se institucionaliza através da organização da (re)produção da vida e da sociedade. Para muitos estudiosos da Psicologia, uma questão central foi justamente compreender as mudanças nas formas de ser, sentir, pensar e agir ao longo do tempo biográfico, uma vez que essas resultam do encontro entre as forças e disposições internas ao sujeito e aquelas resultantes de coerções e possibilidades nas circunstâncias em que ele vive. Portanto, as teorias psicológicas buscaram explicar o “desenvolvimento dos sujeitos ao longo do tempo biográfico”, focalizando a emergência das mudanças ao longo da vida cuja regularidade poderia ser sistematizada segundo um determinado padrão. Por um lado, o que é interno e o que é exterior ao sujeito tornaram-se aspectos de relevância teórica neste contexto de análise para definir uma teoria de sujeito/ indivíduo (esse distinto da sociedade); por outro lado, as teorias de sujeito variaram em relação a como considerar o ajuste e a regulação entre as forças internas ao sujeito/indivíduo e aquelas advindas da sociedade. Para Freud (1996), por exemplo, o ajuste entre o indivíduo e a sociedade é sempre precário e conflituoso, pois, para o indivíduo, ele se traduz como um ônus em termos da renúncia à sua realização mais livre e imediata.

Vamos tomar como exemplo, no campo da Psicologia, um contemporâneo da socióloga M. Foracchi, o psicanalista E. Erikson. A compreensão deste autor sobre o sujeito jovem busca dar conta da especificidade deste momento biográfico, entendido como uma ruptura em relação à estruturação psicológica anterior. Neste sentido, Erikson compreende o sujeito juvenil como aquele que é instado a reposicionar-se no mundo, reestruturando suas relações com os outros e consigo mesmo, uma vez que o jogo entre forças internas e externas é abalado por uma nova conjuntura de fatores. Assim diz o autor:

Também devemos compreender a função da adolescência na sociedade e na história, pois o desenvolvimento adolescente abrange um novo conjunto de processos de identificação com pessoas significativas e forças ideológicas [...] Na juventude, a biografia cruza-se com a história; nela, os indivíduos são confirmados em suas identidades e as sociedades regeneradas em seu estilo de vida... Para ingressar na história, cada geração de jovens tem que descobrir uma identidade consonante com sua própria infância e consonante com uma promessa ideológica no processo histórico perceptível. (1976, p.276)

Neste trecho, o autor afirma a condição psicológica específica do sujeito juvenil como sendo definida por – “o novo conjunto de processos de identificação com pessoas significativas e forças ideológicas” – o que promove a busca do jovem por uma identidade que o vincule ao que foi na infância com o que ele quer ser. Erikson se refere a este processo como a “função da adolescência”, já que o processo adolescente reside justamente na ruptura com o que se foi, ao mesmo tempo em que se o reestrutura em novas bases. O autor reconhece que as forças ideológicas presentes na sociedade estruturarão o desenvolvimento adolescente, tendo em vista que as opções para ser no futuro dependem de se perceber oportunidades no processo histórico. Ao prover uma teoria do sujeito juvenil, Erikson pouco se detém sobre o contexto histórico do momento, sinalizando apenas que a busca de identidade pelos jovens concorre para uma regeneração das sociedades, ou seja, para a manutenção e renovação dos valores que as sustentam. Diferentemente de Foracchi, que inclui na sua discussão tanto uma visão teórica sobre a juventude, como uma sobre os jovens, Erikson lança o foco de suas lentes teóricas sobre o processo adolescente de ser jovem, situando-o – ainda que em uma descrição menos apurada – no contexto histórico da segunda metade do século XX.

Assim, tanto a Sociologia como a Psicologia, por meio das suas diversas vertentes teóricas, contribuíram para o debate teórico sobre a juventude e os jovens. Por força da constituição diversa de cada um destes campos de estudo, *a tematização da juventude vai consistir na ênfase teórico-conceitual da Sociologia, assim como a tematização da constituição das*

subjetividades juvenis será a ênfase presente no campo da Psicologia. Todavia, parece inevitável que ao se falar de juventude como categoria social se assume, de algum modo, uma visão sobre o jovem, e o contrário também ocorre: quando se fala sobre o jovem se incorre em alguma teoria da sociedade e da juventude, como categoria social. Se a imbricação das abordagens parece necessária e inevitável, há um mérito indiscutível em manter aberta a discussão interdisciplinar preservando as ênfases que advirão das contribuições disciplinares. Assim, o que pode se colocar como retrocesso no debate teórico seria a dispensa de qualquer uma destas abordagens em detrimento da outra.

Um outro possível equívoco seria, ainda, a demarcação dos campos disciplinares Psicologia e Sociologia em torno dos significantes adolescência e juventude onde adolescência se relacionaria univocamente ao campo de estudos da Psicologia, e juventude, ao da Sociologia. A este ponto se dirige nossa análise a seguir.

Adolescência e juventude: em quais marcos teóricos estas noções se inscrevem?

Cabe lembrar e sublinhar como muitos teóricos do campo da juventude trazem em sua discussão as noções adolescência/adolescente e juventude/jovens, frequentemente, de modo intercambiável (COLEMAN, 1961; MUSGROVE, 1965; FORACCHI, 1968; MANNHEIM, 1968; ERIKSON, 1976; BLOS, 1996). No entanto, para alguns autores/as, Foracchi é um exemplo, há uma apropriação cuidadosa destes termos, que expressam a relevância de se incluir visões teóricas complementares sobre o sujeito juvenil e sobre a categoria social juventude na dinâmica societária. Ao se focar a compreensão sobre o aspecto geracional da juventude enquanto categoria necessária na constituição da estrutura e dinâmica societária

moderna implica-se uma compreensão sobre a estruturação psicológica deste sujeito, que participa como indivíduo da condição geracional. No entanto, nem sempre se tem claro que o divisor de águas entre os campos disciplinares reside nos itinerários intelectuais percorridos pelas disciplinas que definem, por sua vez, teorias específicas. Argumentamos, neste trabalho, que no campo da juventude, as teorias sobre a sociedade e sua dinâmica constitutiva a partir das gerações têm definido a trajetória intelectual da Sociologia no debate sobre esse tema. Na Psicologia e Psicanálise, o campo da juventude tem se orientado pela discussão da constituição subjetiva e psicológica dos jovens e a especificidade do juvenil enquanto aspecto constitutivo da subjetividade.

Nesta veia, a trajetória intelectual percorrida pela Psicologia e Psicanálise tomou a adolescência como conceito que definia uma função psicológica no processo constitutivo da subjetividade moderna em que o se tornar adulto colocava (e ainda coloca) um leque de novas demandas para o sujeito, tanto advindas de forças internas, como de externas. A função 'adolescente' emerge, pois, no âmbito das sociedades modernas e, portanto, as teorias psicológicas a localizam como resultante do processo histórico-cultural da modernidade. Reconhecida por psicólogos, psicanalistas e também sociólogos, a contribuição pioneira de Stanley Hall, *Adolescence*, publicada em 1904, faz valer a noção de adolescência como crise, como condição de ruptura e reestruturação da vida humana. Este momento, para Hall, eclode sob a condição do tumulto pubertário e a intensidade das transformações corporais decorrentes, daí a metaforização de "tempestade e tormenta", utilizada para dar conta deste momento. A contribuição de Hall, datada e criticada em muitos aspectos (GALLATIN, 1978), constitui, no entanto, um aporte singular já que se refere, no início do século XX, ao processo adolescente do sujeito moderno como aquele que o insta a mudanças profundas rumo à "intensificação do seu eu" e à "afirmação da sua individualidade".

A noção de adolescência afirma a condição de ruptura presente na vida do indivíduo moderno frente à convocação de seu reposicionamento em relação aos vínculos anteriores da família e os outros, da sociedade em geral. Tal rompimento se anuncia como um processo conflitivo, intra e intersubjetivamente, uma vez que não se apresentam trajetórias previamente dados de com cada um deve perseguir sua própria individualização. Sobretudo, a adolescência é vista como uma função estruturante do sujeito moderno, independente do momento etário, já que “a adolescência não é prerrogativa dos jovens” (FIGUEIREDO, 2006, p. 70). Neste sentido, a desregulamentação moderna, e mais acentuadamente a contemporânea, diversifica (e complexifica) modos de adolecer, quando há inúmeras alternativas de se construir o se tornar adulto. Até mesmo, a própria noção de adulto – o que é ser adulto – é posta em questão hoje (GALLAND, 2001; MONTEIRO, 2014), o que torna ainda mais difícil, longo e cansativo este processo. No âmbito da Psicologia e da Psicanálise, a teorização sobre o processo adolescente incluiu a discussão das transformações corporais da puberdade, ressignificadas a partir do processo adolescente que aí se instaura. As modificações sexuais do corpo infantil conduzem à elaboração da diferença sexual e do encontro com o outro sexual, processos inscritos e determinados culturalmente. Isso significa que, no caso dos sujeitos jovens modernos, o processo adolescente está circunstanciado pela posição social singular – não ser mais criança e ainda não ser adulto – a qual fomenta conflitos internos entre “a manutenção de seus investimentos narcísicos, herança da infância, e o empenho nos investimentos objetivos (o encontro com o outro)” (CARDOSO, 2008, p. 12). Assim, a função da adolescência ganha destaque no estudo da juventude das sociedades modernas, uma vez que a passagem para a assunção da adultidade está determinada por incertezas: não apenas os indivíduos estão menos sustentados por dispositivos culturais que podem orientá-los nas vicissitudes de seus caminhos e escolhas de ser adulto, como pode haver “o risco de se perder por ter tanto o que mudar” (CARDOSO, 2008, p. 11).

Ao afirmar e argumentar que a adolescência denomina, na trajetória intelectual do campo da Psicologia/Psicanálise, um processo e uma função constitutiva da subjetividade moderna, consideramos que ela ilumina todos os movimentos e ações dos jovens na direção de se reestruturarem, em termos de vínculos, relações e posições no mundo em que vivem. Neste sentido, discordamos da visão que considera a adolescência como um “período de vida”. Como afirmam Abramo e Léon (2004, p. 8):

[...] distinguir dois momentos do período de vida amplamente denominado juventude, sendo que adolescência corresponde à primeira fase (tomando como faixa etária que vai dos 12 aos 17 anos, como estabelecido no ECA) caracterizado principalmente pelas mudanças que marcam esta fase como um período específico do desenvolvimento, de preparação para inserção futura; e juventude (ao que alguns apagam o qualificativo propriamente dito, ou então como jovens adultos, ou ainda pós-adolescência) para se referir à fase posterior, de construção de trajetórias na vida social.

Percebemos nesta passagem um duplo equívoco dos autores, seja ao tomarem a adolescência como uma fase, ou período de vida, como também ao oporem a adolescência à juventude propriamente dita, como se o processo adolescente não estivesse presente na juventude, ou seja, atuando intensamente no modo como os jovens constroem suas trajetórias na vida social. Neste sentido, disputamos, neste trabalho, a visão que tende a considerar a adolescência como “fase de vida”, e, portanto, distinta desta outra fase que é a juventude. Essa perspectiva não reconhece a relevância de uma teoria de sujeito juvenil que, justamente, se fundamenta na visão da adolescência como função direcionada a compreender como os jovens agem e se reposicionam na construção de suas trajetórias laborais, educacionais, amorosas e sociais. Como argumentado anteriormente, tanto as teorias dos sujeitos juvenis como as teorias da juventude como categoria social devem ser convocadas a contribuir para o debate teórico sobre a juventude, ampliando o raio de compreensão sobre o campo e complexificando-o nas tensões que daí emergem.

Na mesma veia, o sociólogo mexicano J. Perez-Islas incorre no equívoco de ver a adolescência como uma fase de vida, objeto de estudo da Psicologia. Diz ele:

[...] Por su parte, la psicología asumió la temática juvenil a partir de considerarla como una “etapa de vida del hombre”; su desarrollo conceptual alcanzará carta de ciudadanía teórica con Stanley Hall en 1905 y su adopción a la famosa frase de Goethe... que sintetiza la perspectiva de crisis del período, determinado biológicamente y dominado por la fuerza del instinto... Así aparece una teoría normativa, donde la adolescencia sería considerada una fase universal del desarrollo psíquico, y que coloca al entorno social y cultural en un lugar secundario. (2008, p. 10)

Além de afirmar, equivocadamente, a nosso ver, que a Psicologia considera a adolescência como um período de vida, o autor atribui a esta teoria psicológica um valor universal. A função adolescente tem sido conceituada como resultado do processo histórico-cultural moderno de individualização, cujos desdobramentos se fazem presentes na construção da subjetividade e identidade (KEHL, 2004; A.P.P.A., 2004; COSTA, 2004). Neste sentido, destaca-se o caráter processual e histórico da adolescência. Mesmo que algumas teorias psicológicas tenham atribuído um caráter fásico e universal à adolescência, elas não representam a totalidade deste campo do saber. Sobretudo, tais contribuições da Psicologia no campo da juventude, ao ressaltarem o aspecto invariante (universal?) da condição adolescente, tendem a reduzi-la à sua ancoragem biologicamente instaurada – a puberdade. Entretanto, uma leitura mais ampla das teorias psicológicas sobre o sujeito juvenil inscreve a puberdade em um processo muito mais amplo e complexo, a adolescência, que corresponde aos modos de se estruturar como sujeito humano frente às demandas de se construir, de participar na sociedade, de viver e conviver com os outros e de “se sentir real” (WINNICOTT, 2005). Tal amplitude e complexidade refletem a inscrição da puberdade no processo adolescente, entendido como uma construção histórico-cultural da modernidade. A teoria de sujeito juvenil

que resgata a adolescência como um processo psicológico diz respeito aos sujeitos que, ao longo dos séculos XX e XXI, têm pela frente a construção de suas identidades, vínculos e posições nas sociedades (modernas) em que vivem.

Argumentamos, assim, que a adolescência se coloca como um marco conceitual importante e fundamental para o estudo da juventude. Ela se inscreve como o processo psicológico no âmbito de uma teoria de sujeito, que deve se articular ao estudo da juventude na sua outra dimensão: aquela que inscreve a juventude no marco da estruturação societária sob o prisma geracional.

Teorias do sujeito juvenil e da categoria juventude no estudo da participação política dos jovens: dois estudos de caso

Com o intuito de discutir as articulações necessárias entre teorias do sujeito juvenil e teorias da categoria juventude, analiso, a seguir, dois estudos sobre participação política juvenil em que tanto uma teoria do sujeito juvenil como da categoria juventude se fazem presentes, com ênfases diferentes. Apesar de distantes no tempo em que foram realizados e publicados, eles exemplificam a complexidade do campo de estudos da juventude em que pese a articulação do esforço interdisciplinar para a compreensão deste objeto de estudo.

Ianni publicou seu trabalho *O jovem radical* em 1962, época em que o Brasil consolidava avanços na construção de uma democracia ainda titubeante. Neste contexto, o ingresso dos jovens nas universidades concorre para a formação de uma classe de jovens – provenientes das classes médias urbanas – cujas aspirações de participação vão ser objeto de interesse deste autor, assim como de outros (FORACCHI, 1965). O trabalho em tela consiste em um estudo pioneiro no Brasil sobre a participação

dos jovens universitários, buscando dar conta desta complexidade ao aliar tanto uma análise psicológica como sociológica desta participação.

Para Ianni (1968), as contradições de uma sociedade de classes como as do Brasil moderno atingirão o jovem desde a dinâmica geracional. Os elementos mistificadores da ordem social burguesa vão se fazer presentes nas contradições do mundo do trabalho. Os jovens, ao mesmo tempo em que se sentem convocados a dele participar, vislumbram a negação desta realização. As opressões do mundo do trabalho põem em relevo a submissão exigida e a subordinação à autoridade adulta. Para o autor, há, sim, um comportamento divergente e contestador do jovem ainda “imaturo”, mas esse comportamento não dá conta das ações e movimentos de rebeldia do jovem à ordem vigente. Para ele, a revolta contra os pais se coloca como um dos elementos, talvez o menos importante, para a compreensão da insubmissão juvenil ao status quo. O jovem revolucionário realiza um trabalho de totalização sobre a realidade social em que vislumbra, a partir de sua posição geracional, seu lugar de subalternidade e as contradições do sistema capitalista. Convocado ao mundo do trabalho, ele percebe que esse lhe será negado ou, se lhe permitido, resultará na sua opressão. O trabalho intelectual de totalização depende, para Ianni, da capacidade intelectual do jovem e da sua resistência à cooptação. Ao apreender intelectualmente sua posição no mundo, como sujeito da história, o jovem radical adquire consciência revolucionária, posicionando-se como negatividade à realidade vigente. Diz o autor:

Como a estrutura do sistema social é alienadora, produz-se, em consequência, o radicalismo, que se funda em uma consciência adequada, sintetizadora. Daí a atuação política radical como uma relação de negatividade com o presente. No processo de re-totalização da personalidade em desenvolvimento na adolescência, o jovem organiza intelectualmente a sociedade global em termos concretos, totalizando a sua personalidade com base numa nova e muito mais ampla visão do mundo. (1968, p. 242) (grifos do autor)

Para o autor, a ação revolucionária decorre da apreensão totalizada da realidade e das suas contradições. A consciência resulta de um trabalho intelectual e racional – próprio do jovem universitário de classe média; mas, também, depende do envolvimento do jovem e de sua capacidade de resistência, ao recusar a alienação. Assim, Ianni traz uma concepção da categoria juventude na sociedade de classes que emerge como posição privilegiada na contraditória dinâmica capitalista: é deste lugar social marginalizado que o sujeito juvenil pode se reposicionar no mundo e agir politicamente. Ianni também admite uma certa imaturidade no jovem radical, decorrente da visão psicológica (teoria de sujeito juvenil) que informa seu trabalho. Contudo, para o autor, a imaturidade não constitui o fator explicativo fundamental para os movimentos de participação política do jovem universitário no Brasil dos anos 60.

Nos trabalhos desenvolvidos por mim e colaboradores de pesquisa (CASTRO *et al*, 2010; CASTRO; NASCIMENTO, 2013; CASTRO, 2016) sobre os movimentos de participação política e social de jovens, universitários e secundaristas, realizados ao longo da primeira década do século XXI, há um leque de opções de engajamento e militância para os jovens, e não tão somente aquelas estudadas por Ianni, a dos movimentos estudantis universitários. Grêmios, diretórios acadêmicos universitários, coletivos de trabalho comunitário, ecológico, social e educacional são alguns dos modos de participação juvenil por nós estudados. No processo adolescente de busca de novos vínculos, o grupo de pares assume papel fundamental de reconexão identitária para os jovens: é ele que fornece identificações para novos enlacs e vínculos extrafamiliares, viabilizando, portanto, a adesão e o pertencimento a grupos de militância política e social. Para os autores(as), a ação dos jovens não decorre de uma decisão racional em se engajar ou fazer parte de um grupo com cuja ideologia concorda, mas ela é precipitada pelo envolvimento afetivo com o outro: o “estar junto” e aderido para se descobrir o que se quer ser. Neste sentido, ela

é ação errática, contingente aos acontecimentos: se faz e se age para saber o que se quer ser. Uso a expressão se achar o que se quer ser como condição deste agir que conduz à construção de si e à adesão ideológica (CASTRO, 2016). Em um mundo social crivado de incertezas, o jovem mantém uma relação mais flexível e mais autônoma nos coletivos a que pertence (CASTRO; SILVA, 2015), assegurando um espaço pessoal de maior autonomia. Assim, é frequente que os jovens pertençam a diversos coletivos simultaneamente e não façam uma adesão plena e convicta a qualquer um deles. Frequentemente, os jovens buscam formas de organização coletiva menos hierárquicas e institucionalizadas, baseadas em uma crítica a modelos estabelecidos de participação política e social. Uma preocupação com os efeitos da ação engajada a curto prazo é também contumaz nas narrativas dos jovens, que justificam uma adesão a modos de participação política diferentes daqueles existentes nas agremiações de partidos políticos e suas formas de militância.

Assim, nos estudos empreendidos sobre participação política e social dos jovens, propomos uma teoria do sujeito juvenil, cujo processo de reestruturação subjetiva conduz os jovens ao seio do grupo de pares como nicho identificatório, do qual lança mão para reconectar-se a si mesmo e à sociedade mais ampla. A ação é fundamental, o sujeito faz-se pela ação, construindo de várias maneiras seus vínculos, suas relações e sua ideologia, e não o contrário. Neste sentido, a teoria de sujeito juvenil coloca como central a adesão, o pertencimento e a ação, aspectos que reforçam a dimensão alteritária, identificatória, de estar com um outro, o par, e agir com ele. Desloca-se, portanto, a importância da reflexão e da preparação racional do agir em prol do que se revela para o jovem na experimentação e tentativa do seu agir. Nestes estudos, a categoria social da juventude emerge como um modo de vida, cujo imperativo se articula à experimentação (CASTRO, 2010). Assim, diferentemente de Lanni, que vislumbra a juventude como ator político na conflitualidade da

sociedade de classes, estes estudos favorecem uma visão da juventude como ator e agente, mas cuja participação não é reivindicada somente por meio da conflitualidade e contestação à ordem vigente, mas também por outras formas inéditas e inusitadas de operar transformações na sociedade. Essas formas se relacionam a modos de experimentar e recriar relações e concepções de mundo, visando objetivos tanto sociais, como políticos e culturais (MAYORGA; CASTRO; PRADO, 2012). Neste sentido, a especificidade do juvenil, como diferença social e cultural, potencializaria tanto movimentos e ações claros de contestação à ordem social, como aqueles cujo caráter renovador mais se adequam à ordem vigente e com ela se reconciliam. A diferença geracional é experimentada não apenas como o lugar da subalternidade (de onde se pode totalizar a opressão da sociedade de classes), mas, também, simultaneamente, como o que detém a chave de novas possibilidades de (re)inscrever a cultura e renová-la.

Para finalizar, trago estes dois estudos de caso no intuito de detalhar a difícil, mas necessária, interlocução entre os vários campos disciplinares sobre a juventude. Ainda que as teorias de sujeito e as teorias da categoria juventude possam se fazer presentes em estudos específicos de diferentes autores que se ocupam da temática juventude, parece inevitável que as ênfases e enfoques privilegiem uma ou outra teoria. Neste caso, o convite a debater e discutir as possíveis articulações está feito aos pesquisadores das ciências humanas e sociais, sem o quê o campo perde em complexidade e profundidade.

Referências Bibliográficas

- ABRAMO, H. W. E.; LEON, O. **Juventude e adolescência no Brasil**: referências conceituais. São Paulo: Ação Educativa, 2005.
- ASSOCIAÇÃO PSICANALÍTICA DE PORTO ALEGRE (Org.). **Adolescência**: um problema de fronteiras. Porto Alegre: Associação Psicanalítica de Porto Alegre, 2004.

BLOS, P. **Transição Adolescente**: questões desenvolvimentais. Porto Alegre: Editora Artes Médicas, 1996.

BURROWS, A. H. The problem of juvenile delinquency. **Journal of Educational Sociology**, v. 19, n. 6, p. 382-390, 1946.

CARDOSO, M. R. **Adolescentes**. São Paulo: Escuta, 2008.

CASTRO, L. R. Etre jeune: une puissance incertaine dans l'espace public brésilien. In: A. Petitat (Dir.), **Être en société**: le lien social à l'épreuve des cultures. Québec, Canadá: Presses Universitaires de Laval, 2010. p. 135-152.

_____. Subjetividades públicas juvenis: a construção do comum e os impasses de sua realização. **Estudos de Psicologia**, v. 21, n. 1, p. 80-91, 2016.

CASTRO, L. R. *et al.* **Falatório**: participação e democracia na escola. Rio de Janeiro, RJ: Contracapa, 2010.

CASTRO, L. R.; Nascimento, E. M. Politizar as relações entre jovens e adultos? A construção da experiência escolar pelos estudantes. **Estudos de Psicologia**, v. 18, n. 2, p. 359-367, 2013.

CASTRO, L. R.; SILVA, C.S. Brazilian Youth Activism: in search of new meanings for political engagement? **Alternatives: Local, Global, Political**, v. 39, n. 3, p. 187-201, 2015.

COLEMAN, J. **The Adolescent Society**. Glencoe, Ill.: Free Press, 1961.

COSTA, J. F. Perspectivas da juventude na sociedade de mercado. In: R. Novaes; P. Vannuchi (Orgs.) **Juventude e Sociedade**: Trabalho, Educação, Cultura e Participação. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004. p. 75-88.

EISENSTADT, S. **De geração a geração**. São Paulo: Perspectiva, 1976[1956].

ERIKSON, E. H. **Identidade juventude e crise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

FIGUEIREDO, L. C. Saindo da adolescência. In: CARDOSO, M. R. (Org.) **Adolescentes**. São Paulo: Escuta, 2006. p. 63-76.

FORACCHI, M. **O estudante e a transformação da sociedade brasileira**. São Paulo: Nacional, 1965.

_____. **A juventude na sociedade moderna**. São Paulo: Pioneira, 1972.

FREUD, S. **O mal-estar da civilização**. Obras Completas de S. Freud. Standard Brasileira, Vol. 11, . Rio de Janeiro: Imago, p. 73-150, 1996 [1930].

GALLAND, O. Adolescence, post-adolescence, jeunesse: retour sur quelques interprétations. **Revue Française de Sociologie**, v. 42, n. 4, p. 611-640, 2001.

GALLATIN, J. **Adolescência e individualidade**: uma abordagem conceitual da psicologia da adolescência. São Paulo: Harbra, 1978.

IANNI, O. O jovem Radical. In: BRITTO, S. (Org.) **Sociologia da Juventude I**: da Europa de Marx à América Latina de hoje. Rio de Janeiro: Zahar, 1968. p. 225-242.

KEHL, M. R. A juventude como sintoma da cultura. In: NOVAES, R.; VANNUCHI, P. (Orgs.) **Juventude e Sociedade**: Trabalho, Educação, Cultura e Participação. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004. p. 89-114.

MANNHEIM, K. O problema da juventude na sociedade moderna. In: BRITTO, S. (Org.) **Sociologia da Juventude I**: da Europa de Marx à América Latina de hoje. Rio de Janeiro: Zahar, 1968. p. 69-94.

MAYORGA, C.; CASTRO, L. R.; PRADO, M. A. M. (Orgs.), **Juventude e a experiência da política no contemporâneo**. Rio de Janeiro, RJ: Contracapa, 2012.

MONTEIRO, R. A. A importância do trabalho na transição para a vida adulta. **Deslides**: Revista Eletrônica de Divulgação Científica da Infância e Juventude, v. 2, n. 4, p. 20-31, 2014.

MUSGROVE, F. **Youth and the Social Order**. Bloomington: Indiana University Press, 1965.

PÉREZ-ISLAS, J. A. Juventud: un concepto en disputa? In: PÉREZ-ISLAS, J. A.; GONZÁLEZ, M. V.; ZOZAYA, M. H. S. (Orgs.) **Teorías sobre la juventud**: las miradas de los clásicos. México: Miguel Angel Porrúa, 2008. p. 9-33.

REISS JR., A. I. Delinquency as the Failure of Personal and Social Controls. **American Sociological Review**, v. 16, p. 196-207, 1951.

SYKES, G.; MATZA, D. Techniques of neutralization: a theory of delinquency.

American Sociological Review, v. 22, n. 6, p. 664-670, 1957.

THRASHER, F. M. **The Gang**: a study of 1.313 gangs in Chicago. Chicago, Ill: The University of Chicago Press, 2013[1936].

WATT, I. **The myths of modern individualism**. NY: Cambridge Univ. Press, 1996.

WINNICOTT, D. **A família e o desenvolvimento individual**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

Teorias sobre a juventude: para que servem e para onde nos conduzem?

Maria Helena Oliva Augusto

Este texto contém reflexão sobre o debate proposto aos participantes do Simpósio que ocorreu durante o VII JUBRA, que perguntava: “para que servem e para onde nos conduzem as teorias sobre a juventude?”. Essas são questões de difícil resposta, qualquer que seja o tema a se discutir, pois é preciso levar em conta o objeto a investigar, a questão (ou as questões) que orienta a pesquisa e a bibliografia existente a respeito que ajude a destacar, por ângulos distintos, o tema em foco, no caso, as juventudes. Além disso, é necessário ter claro que, implícita ou explicitamente, alguma orientação teórica estará presente já na forma de olhar o que se estuda – ninguém se aproxima do seu tema de investigação sem alguma perspectiva – o que precisa ser testado no processo.

É difícil dizer em abstrato para que servem e para onde nos conduzem as teorias sobre a(s) juventude(s) sem considerar outros elementos, como o contexto em que serão utilizadas ou a situação em que se fazem necessárias. Por essa razão, levarei em conta os conceitos que têm orientado meu trabalho, referente à vivência atual do tempo pelos jovens e como essa vivência interfere nas condições juvenis de vida.

O que é buscado é vincular a discussão a respeito das relações entre indivíduo e sociedade no momento contemporâneo com a questão do tempo – falo aqui da tensão, do balanço, da oscilação entre o presente e o futuro e do significado assumido atualmente pelo passado – e enfrentar a dúvida sobre a validade atual do uso do conceito de geração (e as dificuldades que daí decorrem para pensar, por exemplo, o conceito de socialização), unindo a tudo isso a pergunta sobre o que significa atualmente falar em juventude(s).

As alterações que a vida social contemporânea tem tornado mais evidentes nos últimos 50 anos manifestam-se em vários níveis, tanto no mais global, quanto no mais particular, envolvendo as áreas familiar, profissional, religiosa e política, e alterando os processos de conformação dos indivíduos e das suas relações, ou seja, o modo como são “produzidos”. Nesse processo, modificam-se também as maneiras de perceber e vivenciar as dimensões e os ritmos temporais, e os significados atribuídos ao passado, ao presente e ao futuro, que interferem nas formas de viver, fazer e dar significado ao mundo e à vida. A percepção que cada indivíduo tem de si, as concepções elaboradas a respeito das aberturas e fechamentos que essa dinâmica envolve, as concepções sobre o(s) outro(s) que a compartilham e as relações mantidas com eles podem ser vias de acesso eficientes para o conhecimento do contexto de sociabilidade vigente.

Certamente, a maneira que os jovens têm de encarar e viver o seu tempo repercute na forma como percebem os outros temas envolvidos em sua vida cotidiana. Assim, o estudo, o trabalho, o lazer, a família, as amizades, os vínculos amorosos, os sentidos que atribuem ao que fazem, todas essas questões sofrem a influência dessa vivência temporal, situada espacial e socialmente, e influenciam as demais instâncias de sua vida.

Socialização, geração, identidade

Uma das críticas feitas por Norbert Elias à teoria social que emergiu com a modernidade, buscando compreender as mudanças nas formas de sociabilidade e na percepção que as pessoas tinham (têm) de si, é que ela separa “indivíduo” de “sociedade”, de forma antinômica, porque pensa a constituição da identidade a partir do indivíduo adulto.

Diz esse autor:

O modo como o conceito [de indivíduo] é habitualmente utilizado na atualidade suscita a impressão de referir-se a um adulto sem relações com ninguém, centrado em si mesmo, completamente só e que, além disso, nunca foi criança. (ELIAS, 1982, p. 140)

Em consequência, no ponto de partida desse processo – dizendo respeito ao início da trajetória de identificação / socialização das pessoas –, a teoria (criticada por Elias) supunha (e supõe) seres descolados de vínculos sociais. Não leva em conta que, para alguém existir como “indivíduo”, é absolutamente necessária sua imersão num “nós” que lhe dê sentido, sem o qual seria impossível sua existência (e a de sua identidade).

[...] a consciência de nossa reconhecibilidade como distintos de outras pessoas está ligada indissociavelmente à consciência que temos de ser reconhecíveis por outras pessoas. (ELIAS, 1994, p. 160) ¹

Portanto, como já mencionado, a construção da identidade individual ocorre no interior de um processo mais amplo de configuração social, que tem início desde antes do nascimento e permanece durante toda a vida da pessoa. Pode-se dizer – ainda na mesma trilha – que, independentemente da sociedade e do momento histórico em que ocorre, esse é um processo universal. Junto à identidade “eu” sempre coexiste uma identidade “nós”, mesmo quando – como é o caso atualmente – a consciência do “nós” se encontra tão obscurecida que é (quase) considerada inexistente (ELIAS, 1994)².

A consciência de qualquer ser social só se forma e adquire existência por intermédio das múltiplas relações que ele estabelece com o outro, no mundo. Ela é, portanto, social por natureza [...] (LAHIRE, 1997, p. 349)

¹ Só na medida em que for socializado, o indivíduo pode ser descrito como ser individualizado; é necessário que ele seja penetrado e estruturado por conjuntos de sentidos culturais e sociais legitimados em sua comunidade. (Ferreira, 2000, p. 150).

² Também Zygmunt Bauman (1998, p. 31) destaca que, na sociedade moderna, havia “um vínculo firme e irrevogável entre a ordem social como projeto e a vida individual como projeto, a última sendo impensável sem a primeira”.

Assim, as pessoas estão envolvidas num mundo social, que as recebe e identifica, “moldando-as” de acordo com valores compartilhados, orientadores de suas trajetórias e fontes de significado para suas escolhas e vivência.

Certamente, toda essa dinâmica envolve a capacidade de memória, não apenas porque estabelece prescrições para atividades “práticas”, o que exige certa consciência de sua origem. Esta memória é necessária também porque as significações a que se refere, as que representam aquilo que deve nortear a trajetória das pessoas, dando-lhes sentido, e indicar ‘como a vida deve ser vivida’, inserindo-as no mundo, foram constituídas em momentos pretéritos e têm vigência a partir da vida daqueles que as antecederam. Dessa forma, a sedimentação das vivências e percepções interiorizadas durante o processo de desenvolvimento, e a continuidade da memória, são condições essenciais para a formação da identidade pessoal. Dizem respeito, de um lado, à internalização de regras e valores socialmente compartilhados e, de outro, à capacidade de preservação seletiva de experiências, elementos que desempenham papel decisivo no processo de individualização.

A questão da família

Nesse contexto, a família aparece como grupo decisivo.³ Somente “a partir de certa idade, é comum o indivíduo poder afastar-se [dela], sem perder suas probabilidades de sobrevivência física ou social”. (ELIAS, 1994, p. 166)

O homem é um processo. Por que, nessas condições, os próprios cientistas utilizam, tão frequentemente, um conceito que – como o de indivíduo – fixa o homem na forma de um adulto independente, solitário, situado fora de qualquer rede relacional, sem que jamais tenha sido criança e sem que jamais se tenha tornado adulto? (ELIAS, 1982, p. 142)

3 [...] a primeira socialização do indivíduo é obra da família e, qualquer que seja a autonomia que a criança possa alcançar, seu ego desenvolve-se em primeiro lugar na esfera e no refúgio do privado: ela torna-se um eu [...] com o outro, mas também contra ele. (MARCUSE, 1998, p. 93, grifo do autor)

Cada criança nasce num mundo constituído, numa sociedade já existente, num determinado patamar social, num local e numa família específicos e o que ela se torna é, justamente, a fusão de suas potencialidades com aquilo que introjeta desse social em que se insere. Desse modo, É sempre necessário um “Outro” para que um Eu seja identificado.⁴

Entretanto, como já mencionado, as próprias formas de constituição das famílias sofreram profundas alterações – não somente em termos de seus componentes⁵, mas também nas maneiras como, em seu interior, se processam as relações entre os mais velhos e os mais novos.

François de Singly (1996) sugere que, na Europa, tem havido profunda alteração no papel desempenhado pela família em relação aos jovens. Em seu modo de ver:

Contrariamente a uma visão universal da socialização, segundo a qual o desenvolvimento do ser humano seria em duas etapas – a socialização primária com os outros significativos da família, depois a socialização secundária com os outros menos próximos, isto é, com outros generalizados sob a forma de instituições – nas sociedades contemporâneas, a busca de si mesmo sendo sempre inacabada, demanda a permanência dos laços com os mais próximos. (SINGLY, 1996, p. 14)

Para esse autor, em face da intensificação de mudanças em todas as esferas, a necessidade da família, hoje, tornou-se manifesta “durante toda a vida”, de forma diversa da vigente anteriormente, quando conformava

4 Como lembra Cornelius Castoriadis (1982), a socialização não é um processo epidérmico, mas o tecido constituído pelas potencialidades do recém-nascido e a introjeção, por ele, dos significados sociais compartilhados. Desse modo, não é algo externo, uma roupagem que possa ser retirada, mas algo que constitui a pessoa tal qual é, sem o que ela simplesmente não seria.

5 Como exemplo, no Brasil, são vários os tipos de família identificados pelo IBGE: “casais sem filhos”, “três gerações sob o mesmo teto”, “”, “mães sozinhas com filhos”, “pais sozinhos com filhos”, “casais gays”, “amigos morando juntos”, “netos com avós”, “irmãos e irmãs”, “família ‘mosaico’”. Em 2010, dos 57,3 milhões de domicílios registrados, 38,7% eram comandados por mulheres. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/em-10-anos-brasil-ganha-mais-de-1-milhao-de-familias-formadas-por-maes-solteiras.ghtml>>. Acesso em 14/06/2017.

segundo contornos mais ou menos definidos os padrões desejáveis de conduta. Agora, seu papel seria, principalmente, de acolhimento e apoio emocional, de escora e sustentação, já que a variabilidade dos papéis e atuações a desempenhar é bastante grande. Não é fácil, atualmente, a percepção atualizada das variações exigidas para que as condutas obedçam aos modos de agir considerados adequados – afinal, “a família contemporânea esta(ria) no centro da construção da identidade individualizada”, “menos como instituição do que como espaço de relações afetivas, pessoais e [...] duradouras”, “com a função específica de revelação das identidades latentes”. (SINGLY, 1996, p. 14)

A pergunta a fazer, nesse caso, diz respeito a saber se ainda são distinguíveis “padrões de comportamento desejáveis” e se os diferentes tipos existentes de famílias têm condições para estabelecê-los, quando se constatam mudanças significativas nos processos que possibilitam a constituição social das novas gerações, o que tem levado, inclusive, a questionamentos sobre a relevância atual desse conceito.

Juventude e tempo

A capacidade de ação dos indivíduos é socialmente situada e modelada pelas experiências do passado, as chances do presente e as percepções acerca das possibilidades futuras.

Frisando a consideração de Bourdieu (1998) sobre a necessidade de dominar o presente para projetar o futuro de modo mais adequado, e a menção de Singly de que, para voar, é necessário ter raízes⁶, é possível pensar que os jovens provenientes de famílias socialmente privilegiadas (WEBER, 1999), com condições de ter o apoio desse grupo básico, mantêm possibilidades de projetar o futuro e adquirir certa independência. Em

6 “Le soi doit savoir voler, (...), tout en sachant, lorsqu’il le faut, retrouver ses racines”. O eu deve saber como voar, (...) sabendo, quando necessário, encontrar suas raízes (SINGLY, 1996, p.223)

contrapartida, não é falsa a presunção de que os jovens oriundos de famílias negativamente privilegiadas, no que diz respeito às dimensões social e econômica, cuja trajetória envolve a necessidade de inserção precoce no mercado de trabalho (mesmo quando para isso não se encontram postos disponíveis), ainda que antecipem nesse aspecto a vivência adulta, têm menos independência e possibilidades de projeção do futuro. Certamente, em cada um desses conjuntos, as formas individuais de ser contribuem para a existência de um leque variado de manifestações dessas diferenças.

As maneiras de encarar a vida, e de assumir os papéis a desempenhar, seriam informadas por representações acerca daquilo que os jovens idealizam para a vida adulta, conformando um conjunto de expectativas e aspirações (PIMENTA, 2006, p. 65), representações essas que, entretanto, não se assentam no vazio, mas decorrem daquilo que é aprendido e incorporado – positiva ou negativamente – no seu processo de vida. Assim, é necessário lembrar que as trajetórias juvenis não são construídas ao acaso, na medida em que remetem a referências que lhes são transmitidas durante o processo de socialização.

Um dos pontos a refletir diz respeito ao seguinte: estudiosos que têm analisado o mundo a partir das questões que emergiram mais claramente após a 2ª Grande Guerra, tendem em geral a ver o momento presente – a partir do final dos anos 1960 – como oferecendo menos perspectivas para os jovens do que aquele em que suas próprias juventudes foram vividas. Na verdade, essa apreensão é ambígua, já que, ao mesmo tempo, reconhecem terem eles mais liberdade de viver e, de certo modo, de fazerem escolhas com condições de terem maior pluralidade (o que também envolveria maior dispersão).

Entretanto, esses mesmos estudiosos também enxergam menos esperanças e menos possibilidades de autêntica experiência para os jovens atuais, nos termos propostos por Benjamin (1985)⁷ – sendo a

7 O texto “Experiência e pobreza” foi escrito por Walter Benjamin em 1933.

experiência aquilo que dá o sentido da vida. Ao lado dessas dificuldades, constata-se haver menos oportunidades de emprego (dadas as mudanças de monta na organização do processo de trabalho e as exigências de maior qualificação), menos estabilidade (dadas as alterações contínuas, que exigem atualização constante e geram a impossibilidade de alguém se perceber “completado”),⁸ menos possibilidades de criação artística (hoje a arte seria impossível), enfim, menos expectativas – e possibilidades – de futuro (entram aí, inclusive, as dificuldades de viver num meio ambiente arruinado e a possibilidade da destruição do mundo conhecido provocada por guerras nucleares (BECK, 1992).

Aliás, muito da discussão sobre a vida social, estabelecida desde a segunda metade do século XX, tem insistido sobre o vazio do mundo contemporâneo, bem como sobre a falta de consistência e de alternativas que as modificações socioculturais e históricas havidas provocaram, na medida em que enevoam e (para alguns) impossibilitam as alternativas – compreendidas como possibilidades de futuro. (LIPOVETSKY, 2005; BECK; BECK-GERNSHEIM, 2002)

Neste ponto, é necessário encarar um fenômeno que atinge jovens de diferentes lugares, situações e origens: trata-se de apontar o desaparecimento (ou a forte diminuição) de uma visão positiva em relação ao futuro, que, com frequência é visto como inexistente ou problemático.

Em resenha sobre livro de antropologia⁹, Carmen Leccardi (2016)

8 Na conferência “Ciência como vocação”, encontra-se uma constatação de Weber, quando se refere às condições de existência na sociedade moderna, que pode ser aproximada ao ponto de vista de Benjamin. Diz o autor: “Abraão ou os camponeses de outrora morreram ‘velhos 3 plenos de vida’, pois que estavam instalados no ciclo orgânico da vida [...] [e] podiam, portanto, considerar-se satisfeitos com a vida. **O homem civilizado**, ao contrário, coloca-se em meio ao caminhar de uma civilização que se enriquece continuamente de pensamentos, de experiências e de problemas, **pode sentir-se ‘cansado’ da vida, mas não ‘pleno’ dela.**” (WEBER, 2006, p. 31, grifos nosso)

9 Trata-se do livro “Etnografias of Youth and Temporality. Time Objectified”, escrito por Anne Line Dalsgard, Martin DemantFrederiksen, Suzne Hojlund and Lotte Leinert. Porfácio de Michael Flaherty, de 2016.

afirma que este oferece uma grande variedade de diferentes formas de relacionamento entre jovens e o tempo – as pesquisas etnográficas que o compõem, desenvolvidas em quatro continentes, que apresentam consideráveis diferenças, tanto do ponto de vista geográfico, étnico, social, cultural como o dos contextos de classe, oferecem uma visão de dentro sobre diferentes culturas, visões de mundo e, acima de tudo, experiências juvenis (LECCARDI, 2016, p. 251). “A análise etnográfica das relações que os jovens têm com o tempo revela um surpreendente [e paradoxal] traço comum”: trata-se de uma crise temporal dupla, que diz respeito à sua perspectiva de futuro, que percebem, como tendo um lado sombrio. O primeiro aspecto “está conectado ao desaparecimento de uma visão positiva em relação ao futuro, que caracterizava a modernidade ocidental, [...] manifesta na ideologia do progresso”. (LECCARDI, 2016, p. 252) Hoje, essa ideologia está em baixa, substituída em vão pela ideia contemporânea de inovação.

O que ocorre particularmente quando se está lendo os diferentes relatos etnográficos – provenientes de etnografias desenvolvidas em investigações situadas na África, nas Américas, na Europa e na Ásia – é a dificuldade que os jovens enfrentam no desafiador contexto social e temporal de hoje. Na visão de Leccardi, os jovens desses diferentes locais não têm condições de lidar com a incerteza, o componente da vida social “mais temido do presente”,¹⁰ que dificulta a construção de projetos pessoais, enquanto as “preocupações, medos e até genuínas formas de angústia geradas pela ideia de futuro ficam submersas”.

Obviamente, os efeitos dessas dinâmicas diferem de acordo com o

10 Claude Dubar (2005, p. 149, grifo nosso), em livro que trata do processo de socialização diz algo parecido: “Essa defrontação com a incerteza, concerne de agora em diante a toda uma faixa etária, rapazes e moças, autóctones ou imigrantes, estudantes ou não diplomados. [...] É do resultado dessa primeira confrontação que dependerão as modalidades de construção de uma **identidade ‘profissional’ básica** que constitua não somente uma identidade no **trabalho**, mas também e sobretudo, uma projeção de si no futuro”.

diferente cenário e status social dos jovens em questão. No entanto, não se pode deixar de notar os efeitos homogêneos - efeitos negativamente homogêneos - em escala global, que a crise do futuro que caracteriza este século está produzindo na geração mais jovem. De fato, o período da vida que está duplamente ligado à ideia do futuro, isto é, a juventude, é agora obrigado a tentar a transição para a vida adulta, permanecendo exclusivamente ancorado ao presente ou a seus arredores imediatos. Por essa razão, a coragem e a capacidade demonstradas por vários jovens em libertar-se do aqui e agora devem receber o apoio inequívoco do mundo adulto. Esta é uma das mensagens importantes do livro¹¹ (LECCARDI, 2016, p. 253).

Experimentar o tédio seria outro aspecto do temor ao futuro, a dificultar a construção de projetos pessoais por parte de muitos dos grupos de jovens, dos diferentes lugares estudados. O surgimento do tédio é “o indício mais revelador da relação entre os indivíduos e o tempo, [...] indicativo de uma percepção negativa da existência social, que transforma o tempo em um fardo” (LECCARDI, 2016, p. 252-253).

Para Jean-Pierre Terrail, de outro lado, “o que permite [aos jovens] viverem na indeterminação ideológica, e funda, no mesmo golpe, a ‘crise do político’”, resulta do “apagamento das perspectivas de transformação social” que se expressa no “não futuro coletivo [e] na incapacidade de a sociedade em crise configurar seu devenir, seu vir a ser possível”. articulando os temas “tempo” e “geração”. Aliás, para ele, a conjuntura atual contribuiria no sentido de limitar as possibilidades de os jovens contemporâneos “constituírem uma geração efetiva no sentido mais forte do termo” (TERRAIL, 1995, p. 46-50).

Embora reconhecendo as dificuldades postas para os jovens contemporâneos, questiono se essa visão negativa – se não negativista –

11 De algum modo, a última afirmação ressoa a conclusão de Singly a respeito da família (Ver citações nas p. 67 e 68).

não deriva de certo “geraciocentrismo”. “Nós” sabíamos o que queríamos, tínhamos projetos e perspectivas; aqueles que hoje são jovens – em termos de idade – não estão adequadamente inseridos no mundo. Aliás, de certo modo, essa é uma das questões propostas por Helena Abramo, ao estudar grupos juvenis brasileiros da década de 1980, relativamente à leitura que percebia ser feita em relação à atuação dos jovens. Afirma ela:

O ponto de vista mais generalizado era o de que essa geração jovem, nascida e criada numa sociedade marcada pela importância da mídia e do consumo, e pelo autoritarismo, [...] teria se tornado incapaz de formular qualquer tipo de saída inovadora, subjugada que estava aos valores sociais vigentes [...]. Incapazes de formular propostas de transformação social, os jovens [...] teriam permanecido no individualismo, no pragmatismo, no hedonismo, na indiferença às questões coletivas e à história da sociedade. (ABRAMO, 1994, p. 12).

Se é verdade que “os jovens aterrissam [no] presente [...] num panorama no qual se agrega um ceticismo crescente com relação ao futuro¹²” (MARGULIS, 2000, p. 10-11), é necessário lembrar que essa vivência não se restringe a eles, mas expressa um conjunto de mudanças que a vida social contemporânea apresenta, cuja compreensão diz respeito, preferencialmente, a situações específicas.

Muitos estudiosos têm falado a respeito das mudanças de perspectivas sobre as vivências do tempo e a compreensão da temporalidade pelos jovens – ainda que não só por eles. Tem sido enfatizado que, na medida em que “ser ou manter-se jovem” se tornou exigência para todos (ou quase todos) e que há, inclusive, certa recusa das

12 É necessário dizer que, tendo sido editado na Argentina, a maior parte das discussões que esse livro apresenta diz respeito à situação específica daquele país. Por isso, é importante acrescentar o período completo referente à passagem citada: “[...] a erosão na prática dos direitos de cidadania, a incerteza e a insegurança colocam aos que hoje são jovens – nascidos e educados durante o processo militar – um panorama no qual a um presente excludente se agrega um crescente ceticismo em relação ao futuro” (MARGULIS, 2000, p. 11). Considerando que a incerteza do futuro, por diferentes caminhos, se apresenta não apenas aos jovens argentinos, tomei a liberdade de incorporar a passagem de modo mais amplo, para reforçar o ponto de vista que desenvolvo.

peças em reconhecerem-se como adultas ou idosas, a maturidade não parece ser atualmente uma condição desejável.

“Ser adulto”, além de ter deixado de ser objetivo prioritário aspirado pelos mais jovens, nem sempre é valorizado positivamente. Na verdade, hoje, há certa recusa generalizada ao “crescer” e ao “amadurecer”, que adquiriram a conotação de “envelhecer” (AHMADI, 2001, p. 192).

“Ser jovem [passou a ser] um imperativo categórico para cada geração” (FINKIELKRAUT, 1995, p. 130).

Em virtude disso, a ansiedade em relação a “como permanecer jovem” se estende para muito além das idades consideradas juvenis, tendo se tornado um objetivo aspirado por quase todos e cuja busca é incessante.

Maria Rita Kehl (2004, p. 96) lembra que “ninguém quer ocupar o lugar do adulto, cuja principal função é ser representante da lei diante das novas gerações”, significando que “está desocupada” a vaga de ‘adulto’ em nossa cultura”. Coloca-se, neste ponto, uma dúvida: se os mais velhos não oferecem “parâmetros mínimos para orientar o crescimento dos filhos”, na medida em que não consideram o mundo adulto um bom lugar para viver, como podem os jovens encontrar perspectivas de futuro?

Aliás, para Margulis (2000, p. 11), “a juventude não se apresenta somente como modalidade social e cultural dependente da idade, da classe ou da geração. Em nosso tempo, [ela] também se apresenta como signo¹³”, no sentido de que não seria mais ancorada na idade, mas, antes, apareceria como “estética da vida cotidiana” (SARLO, 1994, p. 38-40 *apud* MARGULIS; URRESTI, 2000, p. 16)

Renato Janine Ribeiro (2004, p. 27) diz que, atualmente, “a juventude [...] constitui um certo ideal social, que talvez jamais termine” – trata-se da “conversão do humano em jovem”.

13 O título do livro citado é “La juventud es más que una palabra” (2000[1996]), editado por Mario Margulis) e é uma espécie de réplica, quinze anos depois, ao texto de Bourdieu (1980) “La jeunesse n’est qu’un mot”. Todas as traduções de passagens desse texto são minhas.

Segundo Dubet (1996, p. 28), esse processo concorre para a “juvenilização” da sociedade. Diz ele

Falar-se-á de “juvenilização” da sociedade para designar não somente o alongamento da juventude, mas também seu domínio sobre os modelos culturais: a valorização das virtudes atribuídas à juventude, beleza, magreza, mudança, espontaneidade

Levando em conta as alterações significativas que ocorreram nos padrões de sociabilidade e nas formas de ser, a experiência da maturidade, do “ser adulto” parece hoje não ter (tanta) validade para aqueles que estão no início de sua vida.

Resulta daí, então, que o tempo decorrido é visto como sendo realmente passado – o que significa que, na vida atual, nem sempre a experiência dos mais velhos faz sentido para os jovens (e, de certo modo, nem para os adultos). Como lembra Benjamin (1985, p. 200), ainda que não tratando do tema da relação entre jovens e adultos, hoje, “as experiências estão deixando de ser comunicáveis¹⁴”.

Desse modo, refletir sobre a questão proposta por Singly a respeito do aumento da presença necessária da família contemporânea na formação dos jovens envolve sérias dificuldades.

Conforme esse autor:

As exigências da sociedade individualista são tais que o indivíduo é conduzido a viver sob o regime da educação permanente. O adulto, como a criança, jamais termina sua própria construção. Quando se pergunta aos ‘adultos’ (no sentido oficial) se eles o são, a maioria recusa-se a admitir que eles possam considerar-se e ser considerados como seres ‘acabados’. Hoje o indivíduo se pensa inacabado (SINGLY, 1996, p. 15)

Por um lado, atualmente, os mais jovens parecem desinteressados de incorporar à sua vida o trajeto percorrido e o legado das gerações anteriores, além de os mecanismos sociais capazes de vincular a experiência pessoal dos que agora são jovens à que sustentava a conduta

14 Walter Benjamin, “O narrador”, escrito em 1936 (BENJAMIN, 1985, p. 197, 221)

e as maneiras de ver o mundo das gerações que vieram antes já não podem ser facilmente ativados. Por outro lado, como mencionado acima, se o lugar do “adulto” está vago, é necessário que os mais jovens encontrem por si o caminho a ser trilhado, sem ter respaldo na experiência e na conduta de seus familiares, que valorizam a juventude e desejam manter-se nela.

Dessa maneira, o conceito de juventude(s) tornou-se mais impreciso – já que se amplia cada vez mais o conjunto ao qual se aplica, na medida em que “hoje, a passagem entre a juventude e a idade adulta se estende, sem que se possa marcar claramente um ‘antes’ e um ‘depois’” (Ramos, 2002, p. 16), Além de ser, hoje, um “estado de espírito”, reivindicado por quase todos, aumenta cada vez mais o teto da idade considerada “juvenil¹⁵”). Desse modo, as fronteiras entre juventude e maturidade ficam cada vez mais borradas, às vezes afigurando-se desaparecidas.

15 Demonstrativa da valorização da juventude e da negação da velhice pode ser verificada na maneira como essas etapas da vida são apresentadas. A Associação dos Aposentados e Pensionistas do Setor de Telecomunicações do Espírito Santo divulgou para seus associados nota curiosa surgida nas redes sociais e bastante veiculada no WhatsApp: “Excelente notícia: OMS reclassifica conceito de jovem/idoso”. Esse comunicado afirma que a Organização Mundial da Saúde teria alterado sua indicação quanto às faixas de idade: seriam “menores de idade” as pessoas de 0 a 17 anos; “jovens”, aquelas de 18 a 65 anos; “meia idade”, as de 66 a 79 anos; “idosas”, as de 80 a 99 anos; e “idosas de longa vida”, as maiores de 100 anos. (Disponível em: <<http://aspases.org.br/noticia/excelente-noticia-oms-reclassifica-conceito-de-jovem-idoso/>>). Logo é encontrado um ponto de vista diverso, afirmando a não veracidade dessa nota: “A OMS mudou a classificação de idade para jovens e idosos?” “é claro que muita gente ficou animada em entrar para a faixa dos ‘jovens’”. Mas será mesmo que a OMS fez uma nova avaliação do conceito de idoso e jovem? A resposta é não. Vamos aos porquês. “[...] [Ela] não possui – ou não encontramos – catálogo onde conste a classificação de todas as idades. Porém, estudos apontam que, hoje, a OMS considera: crianças – até 10 anos –; adolescentes – entre 10 e 19 anos –; jovens – entre 15 e 24 anos –; adultos jovens – de 25 a 44 anos –; adultos – de 45 a 59 anos –; idosos – de 60 a 90 anos –; e muito idosos – acima de 90 anos. **O texto [...] possui aquelas velhas características de boatos na internet: alarmista, cheio de informações vagas e sem datas e fontes confiáveis [...].** Com isso, chegamos à conclusão de que ‘a OMS reclassifica o conceito de jovem e idoso’ é #boato”. (Disponível em: <<http://www.boatos.org/brasil/oms-reclassifica-jovem-e-idoso.html>>, grifo nosso)

Em consequência e com alguma frequência, o uso do conceito “juventude” não parece mais tão produtivo do ponto de vista teórico. Para essa percepção, certamente, teve papel relevante o texto, já mencionado, em que Bourdieu (1980) afirma ser “a juventude [...] apenas uma palavra”.

Entretanto, mesmo reconhecendo as limitações do conceito, lembrando que essa “palavra, que parece autoevidente, carregada de evocações e significados”, pode conduzir a equívocos de interpretação “se não leva em conta a heterogeneidade social e as diversas modalidades nas quais se apresenta a condição de jovem” (MARGULIS, 2000, p. 11) na introdução do livro que responde à afirmação do sociólogo francês – A juventude não é só uma palavra –, diz que eles “põem de manifesto as mudanças culturais, com mais intensidade e variedade que as outras gerações; e é o plano da cultura, antes que os da política ou o da economia, o que evidencia as novas modalidades que a juventude atual assume”. (MARGULIS, 2000, p. 10)

Na verdade, de fato, não existe a “juventude” – palavra que faz aparecerem como idênticas situações sociais muito variadas –, mas, antes, juventudes, o que leva à necessidade de estudos relativos a grupos específicos, mas também, em consequência, à dificuldade de unificar a reflexão sobre o tema, em termos de teorias ou de conceitos.

Outro ponto sobre o qual vale a pena refletir diz respeito à inserção dos jovens no mundo, lembrando que aqueles padrões com os quais devem conviver, os modos de vida nos quais se devem inserir e realizar não são os mesmos para os quais foram preparados:

Definir a juventude como etapa da vida é situá-la num tempo a construir, no início de um percurso cujo modelo de referência, aquele da geração anterior, já é ultrapassado. **Como etapa de vida, a juventude coloca-se na dimensão do futuro.** Colocar os jovens nas relações de filiação aprofunda, em troca, em sua própria temporalidade, a dimensão do passado, tal qual é conduzida e transmitida por seus predecessores. (ATTIAS-DONFUT, 1996, p. 17, grifo nosso)

Essa situação é provocada por, pelo menos, duas razões:

(1) as mudanças intensas e rápidas pelas quais passa o mundo incidem diretamente sobre as questões que lhes são afetas;

(2) seus/suas educadores(as), e outros(as) com os quais estão em contato, orientam-se (e orientam-nos – socializam) pelos padrões do seu passado, muitas vezes por não terem condições de avaliar a profundidade dessas mudanças ou, mesmo, por não conseguirem eles(as) mesmos(as) confrontá-las.

O modelo conhecido, aquele que orientou a vida das gerações anteriores não é mais aquele que vai estruturar a das novas gerações¹⁶. Claude Dubar (2009[2000], p. 216) lembra que os jovens, principalmente os oriundos das camadas médias e populares, mas não apenas, passam por um luto triplo em seu processo de crescimento: (1) o dos “modelos formais”, oriundos de sua escolarização, tendo em vista a necessidade de substituí-los pela aquisição, “em situação, de saberes de ação”; (2) “o de sua concepção do tempo biográfico que os fixa em antecipações do futuro”, quando deveriam estar voltados para as questões postas pelo presente; e (3) o da concepção do êxito pessoal, que privilegia a continuidade do ter e a estabilidade, quando se trata de tornar-se e preparar-se para trajetórias de rupturas ou, pelo menos, de mudanças¹⁷.

16 Esse pensamento foi derivado da leitura do 5º capítulo de Dubar, 2009 [2000], principalmente as páginas 213 a 216. Ainda que esse autor se refira ao caso francês, creio que o que diz, com algumas adequações, possa servir à situação brasileira.

17 É possível encontrar reflexão semelhante na discussão que Karl Mannheim faz do problema das gerações. Diz esse autor: “*The 'up-to-dateness' of youth therefore consists in their being closer to the 'present' problems (as in result of their 'potentially fresh contact' discussed above [p.293ss.]), and in the fact that they are dramatically aware of a process of de-stabilization and take sides in it. All this while, the older generation cling to the reorientation that had been the drama of their youth*”. Traduzindo: “A ‘atualidade’ da juventude, portanto, consiste no fato de os jovens estarem mais próximos dos problemas ‘presentes’ (como resultado de seu ‘contato potencialmente novo’ discutido acima [p.293ss]), e no fato de que eles estão dramaticamente conscientes de um processo de desestabilização e da necessidade de tomar partido nele. [Durante] todo esse tempo, a geração mais velha se apega à reorientação que havia sido o drama de sua juventude”.

Considerações finais

Como é possível perceber pelo que foi exposto acima, esta comunicação tem, ainda, caráter indagativo. Espero que suas questões principais tenham ficado claras:

- No momento atual, quais são as condições para a vida juvenil (mesmo considerando as formas diversas de sua manifestação, oriundas das distinções e desigualdade presentes na vida social)?
- Em que sentido a noção de geração poderá contribuir para uma compreensão mais viva e fundamentada dessas condições; qual é (ainda) a força teórica e explicativa desse conceito?
- Pensando nos jovens e nas múltiplas maneiras de vivenciar a juventude, como é possível identificar as novas formas emergentes de individualidade e o significado que assumem para os seus agentes?
- O contraste de dois momentos distintos – a década de 1960, em cujo decurso, nas mais variadas visões teóricas, houve inflexão considerável na vida social, e a de 2000, considerada (quase) de forma unânime como aquela em que a rapidez das mudanças dificulta em grau considerável a sua compreensão – dará condições para compreender as mudanças na arquitetura e na dinâmica da vida social e, em consequência, quais foram e que impacto tiveram (têm) as alterações qualitativas na configuração do tempo e da vivência dele, em especial entre os jovens?

From this angle, we can see that an adequate education or instruction of the young (in the sense of the complete transmission of all experiential stimuli which underlie pragmatic knowledge) would encounter a formidable difficulty in the fact that the experiential problems of the young are defined by a different set of adversaries from those of their teachers (MANNHEIM, 1952, p. 300-301). Traduzindo: “Desse ângulo, podemos ver que uma educação ou instrução adequada dos jovens (no sentido da transmissão completa de todos os estímulos experienciais subjacentes ao conhecimento pragmático) encontraria uma dificuldade formidável no fato de que os problemas experienciais dos jovens são definidos por um conjunto de adversários diferente daquele dos seus professores”.

Em suma, espera-se que tenha ficado clara a impossibilidade de pensar as juventudes e sua presença contemporânea sem o auxílio de teorias e conceitos que, de certa forma, circunscrevam as questões pesquisadas. Porém, também é necessário frisar que essas mesmas teorias e conceitos nem sempre são capazes de dar conta da amplitude, da multiplicidade de facetas e dos significados presentes no(s) objeto(s) destacados.

Referências Bibliográficas

ABRAMO, Helena Wendel. **Cenas juvenis: punks e darks no espetáculo urbano**. São Paulo: Scritta/Anpocs, 1994.

AHMADI, Amir. On the indispensability of youth for experience: time and experience in Paul Valéry and Walter Benjamin. **Time and Society**, v. 10, n. 2/3, p. 191-212, 2001.

ATTIAS-DONFUT, Claudine. Jeunesse et Conjugaison des temps. **Sociologie et Sociétés**, v. XXVIII, n. 1, p. 13-22, 1996.

BAUMAN, Zygmunt. **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998[1997].

BECK, Ulrich; BECK-GERNSHEIM, Elisabeth. **Individualization. Institutionalized individualism and its political and social consequences**. London: Sage Publications, 2002.

BECK, Ulrich. **Risk Society. Towards a New Modernity**. London: Sage Publications, 1992[1986].

BENJAMIN, Walter. Experiência e pobreza. In: _____. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. São Paulo, Brasiliense, 1985a. p. 114-119.

_____. O narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: _____. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história**

da cultura. **Obras escolhidas, Vol. 1**. São Paulo: Brasiliense, 1985b. p. 197-221.

BOURDIEU, P. La jeunesse n'est qu'un mot. In: _____. **Questions de sociologie**. Paris: Éditions du Minuit, 1980. p. 143-154.

_____. A precariedade está hoje por toda a parte. In: _____. **Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998. p. 119-127.

CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982[1975].

CRITELLI, Dulce. Entre o que "não é mais" e o que "não é ainda". **Folha de São Paulo**. São Paulo, 19 maio 2005, Equilíbrio, p. 2.

DUBAR, Claude. **La socialisation: construction des identités sociales e professionnelles**. 3 ed. Paris: Armand Colin, 2000.

_____. **La crise des identités: l'interprétation d'une mutation**. 2 ed. Paris: PUF, 2001.

DUBET, François. Des jeunesses et des sociologies: le cas français. **Sociologie et Sociétés**, v. XXVIII, n. 1, p. 23-35, 1996.

_____, François. A formação dos indivíduos: a desinstitucionalização. **Contemporaneidade e Sociedade**, v. 3, n. 3, 1998.

ELIAS, Norbert. **Sociología fundamental**. Barcelona: Gedisa, 1982[1970].

_____. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994[1987].

FERREIRA, Rodrigo Mendes. **Individuação e Socialização em Jürgen Habermas**. São Paulo: Anablume; Belo Horizonte: Unicentro Newton Paiva, 2000.

FINKIELKRAUT, Alain. **The defeat of the mind**. NY: Columbia University Press, 1995.

HELLER, Agnes. **O homem do Renascimento**. Lisboa: Editorial Presença, 1982.

KEHL, Maria Rita. A juventude como sintoma da cultura. In: NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo (Orgs.). **Juventude e Sociedade: trabalho,**

educação, cultura e participação. São Paulo: Fundação Perseu Abramo/ Instituto Cidadania, 2004. p. 89-114.

LAGRÉE, Jean-Charles. Les jeunes dans le débat européen: de l'ère industrielle à la post-modernité. **Agora débats/jeunesses**, n. 5, s/d.

LAHIRE, Bernard. **A cultura dos indivíduos**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

LECCARDI, Carmen. Resenha do livro Biographies of Youth and Temporality. Time Objectified. **Kronoscope**, v. 16, p. 251-255, 2016.

MANNHEIM, Karl. **The problem of generations: essays on the Sociology of Knowledge**. London: Routledge and Kegan Paul Ltd., 1952.

MARCUSE, Herbert. **A obsolescência da psicanálise: cultura e sociedade**. Vol. 2. São Paulo: Paz e Terra, p. 91-111, 1998[1965].

MARGULIS, Mario; URRESTI, Marcelo. La juventud es más que una palabra. In: MARGULIS, Mario (Ed.). **La juventud es más que una palabra**. Buenos Aires: Biblos, 2000. p. 10-11.

MARGULIS, Mario (Ed.). Introducción. In: _____. **La juventud es más que una palabra**. Buenos Aires, Biblos, 2000[1996]. p. 16.

NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo (Orgs.). **Juventude e Sociedade: trabalho, educação, cultura e participação**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo/Instituto Cidadania, 2004.

NOVOTNY, Helga. **Time: the modern and postmodern experience**. Cambridge: Polity Press, 1994[1989].

PIMENTA, Melissa de Mattos. **"Ser jovem" e "ser adulto": identidades, representações e trajetórias**. 2006. Tese (Doutorado) - Curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação de Sociologia, FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

PRONOVOST, Gilles. Les jeunes et le temps. **Lien Social et Politiques** – RIAC, Montreal, Canadá, v. 43, p. 9-21, 2000.

RIBEIRO, Renato Janine. Política e juventude: o que fica de energia. In: NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo (Orgs.). **Juventude e Sociedade: trabalho, educação, cultura e participação**. São Paulo: Fundação Perseu

Abramo/Instituto Cidadania, 2004. p. 19-33.

SINGLY, François. **Le soi, le couple et la famille**. Paris: Éditions Nathan, 1996.

_____. Penser autrement la jeunesse. **Lien social et politiques** - RIAC, Montreal, Canadá, v. 43, p. 33-40, 2000.

SOUZA, Carmem Zeli Vargas Gil. **Juventude e Contemporaneidade: possibilidades e limites**. Viña Del Mar: Ultima Década/CIDPA, p. 47-69, 2004.

TERRAIL, Jean-Pierre. **La dynamique des générations: activité individuelle et changement social (1968/1993)**. Paris, L'Harmattan, 1995.

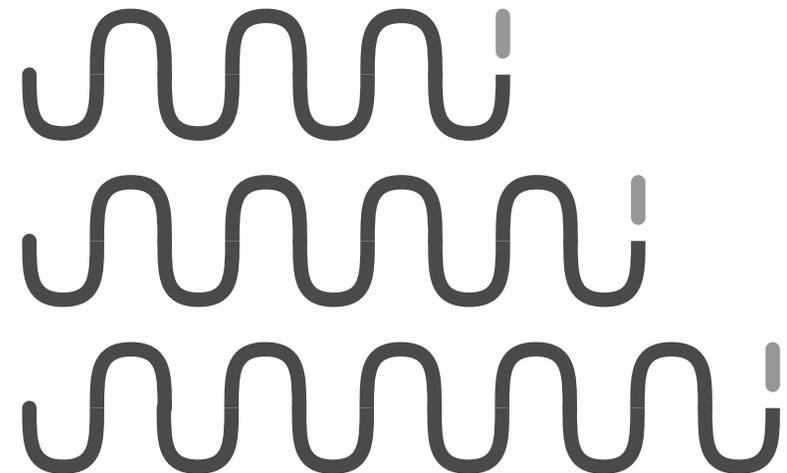
WEBER, Max. A distribuição do poder dentro da comunidade: classes, estamentos, partidos. **Economia e Sociedade**. Brasília: Universidade de Brasília, v. 2, p. 175-186, 1999.

_____. A ciência como vocação. In: _____. **Ciência e política: duas vocações**. São Paulo: Cultrix, 2000[1967]. p. 17-52.

PARTE 2

Interseccionalidade, violência
contra jovens e ameaças à saúde
e bem estar juvenis

03



Juventudes em Espaços/Tempos de Educação Sexual: uma trilogia epistemológica sobre a pedagogia dos (não) sentidos

Alexandre Martins Joca

*Precisamos nos sentir, sentir os outros,
assumir nossos trejeitos, nossa delicadeza,
nossa sensibilidade.
(Luís Palhano, 2001)*

Introdução

Este artigo reúne estudos realizados por mim sobre a educação sexual da juventude na cidade de Fortaleza-CE. De forma sintética, parcial e dialógica, apresento pesquisas que têm em comum o interesse pela educação sexual da juventude. No entanto, cada pesquisa aborda a temática a partir de sujeitos, espaços e procedimentos metodológicos singulares, de maneira a apontar perspectivas diversas sobre o mesmo objeto de investigação.

Adoto como fio condutor uma questão que aparece em cada estudo de maneira peculiar: os sentidos vividos no campo da educação sexual juvenil. O termo “sentidos” toma, propositadamente, um duplo significado: o dos sentimentos – os medos, as angústias, os prazeres etc. - vividos na experiência do “nos sentir” e “sentir os outros” e o da forma como os sujeitos recorrem aos sentidos - a visão, a audição, o tato - ou os negam em suas experiências sobre e frente à sexualidade juvenil. Essas experiências são compreendidas neste texto como espaços/tempos importantes da formação do(a)s jovens.

Começo pela percepção dos sentidos atribuídos por jovens gays do sexo masculino moradores de uma região periférica de Fortaleza sobre sua educação sexual, em especial, àquela vivida nos espaços/tempos das descobertas da sexualidade na infância e na adolescência, com ênfase no âmbito familiar. Aqui, recorro à memória e aos sentimentos desses jovens sobre os processos de descoberta da (homos)sexualidade e das implicações na sua formação e educação sexual.

Sobre o segundo estudo, realizado em espaços de formação docente continuada sobre gênero e sexualidade, trago reflexões acerca da dimensão (ou estratégia) sensorial - do ver, do ouvir e do tocar - empreendida por professores e professoras nos espaços escolares, ao se depararem em contextos educacionais de discussão sobre sexualidade com crianças e jovens em formação. Estratégia que chamo aqui de “pedagogias dos não sentidos” ou pedagogia do “faz de conta”.

O terceiro e último estudo versa sobre o que chamo de “pedagogia dos sentidos”, ou seja, as formas como jovens da cidade de Fortaleza desenvolvem sociabilidades em espaços públicos – ruas e praças – nas quais a sexualidade juvenil ganha contornos diversos, em meio à subversão e/ou reafirmação de códigos e signos hegemônicos de gênero e orientação sexual. Aqui, a aproximação, o contato, o convívio, a escuta das (e com as) diferenças e diversidades de orientações sexuais, possibilitam ao(a)s jovens um rico processo de educação sexual.

Dessa maneira, nesse texto, os sentidos surgem por uma pluralidade de percepções, práticas e vivências, abordadas a partir da compreensão de que a educação sexual juvenil se faz na elaboração de uma diversidade de “pedagogias da sexualidade” (LOURO, 2001), nas quais, tanto o(a)s jovens quanto os demais sujeitos da família, da escola e da rua, estão implicados na dinâmica do sentir-se e sentir o outro.

Os sentidos e o sentir-se de jovens gays nas descobertas e vivências da (homos)sexualidade

A pesquisa “Práticas sexuais e conscientização sobre Aids: uma pesquisa sobre o comportamento sexual de jovens gays e outros homens que fazem sexo com homens – HSH das periferias de Fortaleza”¹ realizou uma escuta de jovens gays do sexo masculino sobre os dilemas e conflitos vividos por esses sujeitos em sua educação sexual. Procuo, neste texto, dar ênfase aos sentidos e ao sentir-se desses jovens às experiências vividas nos espaços/tempos das descobertas da (homos)sexualidade no âmbito familiar².

Sobre a descoberta da homossexualidade, “eu fui descobrindo desde criança! Brincando de boneca (risos)” (Marcos, 19 anos). Desde a infância, ou pré-adolescência, as questões da sexualidade relacionadas à orientação sexual fazem parte da formação desses jovens. No entanto, nem sempre parecem entendidas pelo prisma da identificação com uma identidade sexual, ou com uma orientação sexual específica, mas permeada de vigilâncias e exigências de enquadramento nos papéis sexuais e sociais baseados na padronização dos gêneros que modela o “ser homem” ou “ser mulher”.

“Eu descobri quando eu comecei a brincar de esconde-esconde e de casinha quando eu era pequeno, e eu era a mãe... (risos)” (Leo, 16 anos). As “brincadeiras”, a socialização com outras crianças e/ou adolescentes são mencionadas com frequência para identificar momentos de questionamentos e descobertas das fronteiras que separam homens de mulheres, heterossexuais de homossexuais, numa tensão entre igualdade e diferença. A percepção, o se sentir “diferente” da inquestionável

1 Pesquisa realizada pelo Grupo de Resistência Asa Branca (GRAB). Ver: “Juventudes homossexuais e sexualidades: comportamentos e práticas” (2008).

2 Os relatos apresentados fazem parte da etapa qualitativa de coleta de dados. Foram coletados na realização de 02 grupos focais com jovens gays de periferias de Fortaleza/CE.

heteronormatividade surge na fala dos jovens como um momento “muito difícil”, “uma batalha”, revelam os jovens.

Outra questão frequente é a vigilância de adultos para que as crianças e/ou adolescentes correspondam aos padrões normativos de gênero, baseados numa lógica binária heteronormativa. Quando isso não ocorre, resulta na desconfiança e/ou denúncia de uma suposta homossexualidade vista sempre, especialmente pela família, numa perspectiva negativa.

Eu não percebia que era efeminado! Todo mundo chegava e falava que eu era efeminado, mas eu não percebia! [...] Eles diziam sempre pra minha mãe: “Vixi! Teu filho vai ser viado! Vixi! Teu filho vai ser viado!” [...] Não é a questão de não entender, mas, é tipo assim: O preconceito começa dentro de casa! O preconceito pior é dentro de casa! Ai pronto, eu ficava naquela sempre aguardando. Mas vai chegar um dia que eu vou virar a mesa (José, 20 anos).

Reproduzem-se aí os estereótipos, por via das categorias êmicas tão presentes em suas narrativas, como a “pintosa” e a “machuda” – expressões utilizadas pelos jovens para referirem-se uns aos outros, num tom de deboche, nos momentos de descontração. Estas subcategorias baseiam-se na identificação ou não com a feminilidade e masculinidade, a partir de trejeitos, da voz e da reprodução de papéis sociais e sexuais atribuídos culturalmente a mulheres e homens heterossexuais. Por vezes, os jovens reforçam a hierarquia, que impõe aos jovens mais “efeminados” uma condição de inferioridade. Um movimento de olhar para o semelhante e para si sob a ótica do outro.

Apesar de, segundo eles, na infância e na adolescência não haver ciência das questões vividas, a percepção de que a orientação sexual pode ser motivo de preconceito e discriminação parece já existir e ser motivo de “sofrimento” e não aceitação pelos próprios jovens: “Eu sabia que eu era como eles (outros jovens gays), mas eu não queria aceitar aquilo” (André, 26 anos).

Um dos motivos do sentimento de recusa/rejeição da homossexualidade pelos jovens é o desejo de “não decepcionar a família”. A mãe é a figura mais citada nesse contexto, assim como o medo da rejeição, no qual a figura masculina - pai, irmãos, tios – são vistos como mais resistentes à aceitação de um membro gay no núcleo familiar.

Isso foi difícil, porque minha mãe disse que se eu fosse gay, era pra eu sair pra fora de casa. Que ela não me aceitaria dentro de casa como homossexual, porque disse que era vergonha pra ela! Porque na família ela não tinha e ter um filho gay dentro de casa, ela não ia aceitar! (José, 20 anos).

O sentimento de rejeição e a expulsão do convívio familiar - de casa - aparecem como uma constante ameaça nesse momento de revelação/afirmação da homossexualidade à família. “Foi com quinze anos de idade. E assim... Eu botava na minha cabeça que a minha família teria preconceito, que não ia gostar de mim. Eu tinha medo!” (Diego, 25 anos). E ainda: “Quando eu comecei a me vestir de mulher, minha mãe me botou pra fora de casa” (Marcos, 21 anos). Uma ameaça à estrutura emocional, afetiva, física e de sobrevivência.

Esse contexto gera nos jovens sentimentos de “medo”, “vergonha” mesmo ainda sendo questões “confusas”. Estes sentimentos estão relacionados especialmente ao convívio com a família, talvez por este configurar-se como o ambiente mais significativo nesta fase da vida, o espaço primário de formação e acolhimento. Em seguida, aparece nos discursos juvenis a escola, espaço secundário de formação. No ambiente escolar, as relações positivas de acolhimento dar-se-ão entre pares, nas “turmas”, nas “galeras”, nos amigos, nos grupos juvenis, tão valorizados pelos jovens em geral.

Por vezes, as questões de descoberta da sexualidade são confundidas com a primeira relação sexual, o que aponta para uma confusão, ou não diferenciação, entre sexualidade e sexo, um não discernimento apontado por Loiola (2001) anteriormente em pesquisa

com jovens da mesma cidade³. Acredito que esse entendimento decorre da histórica construção da sexualidade pautada exclusivamente para a reprodução, na dimensão biológica, propagada principalmente pela Igreja Católica, ignorando aspectos importantes da sexualidade humana, como a autoestima, a afetividade, os prazeres, os desejos, o erótico, sendo os últimos satanizados pelos valores e crenças cristãos.

A identificação como gay parece surgir nos primeiros casos de atração por outros homens, motivo para sentimentos como “angústia” e “medo”. Em consequência do entendimento da sexualidade sob o crivo da binaridade, para estes jovens, ser gay estaria relacionado a “querer ser mulher” e, conseqüentemente, seria deixar de ser homem - “eu era homem, não era gay” - algo que em seguida é desmistificado a partir das experiências vividas.

É importante lembrar que desde a adolescência a solidariedade entre pares aparece como algo muito importante. É com os pares, os amigos, que os jovens sentem-se mais livres para socializar suas dúvidas e compartilhar experiências. No campo da homossexualidade, isso parece também não ser diferente, pois as primeiras relações afetivas e/ou sexuais, geralmente vividas na clandestinidade, são socializadas apenas com alguns amigos, os de “maior confiança”, em geral, gays também. Aqui, as relações simétricas, ou entre pares, parecem ser a alternativa de apoio, frente aos obstáculos enfrentados nos demais espaços de sociabilidade.

Comigo aconteceu assim... Eu não imaginava que iria ser gay. Eu estava na casa de um amigo com um bocado de viado, mas eu era homem, não era gay! Quando eu vi os viados se beijando, eu tinha curiosidade de saber o que era isso. Então, eu comecei! Eu tinha curiosidade de saber como era, assim, dois homens se beijar. Aí, peguei, fui, comecei a beijar e gostei. (Jorge, 14 anos)

Após as descobertas e com a vivência da homossexualidade, as

³ Ver: “Diversidade Sexual: perspectivas educacionais” (LOIOLA, 2006).

questões giram em torno da permanência ou não na clandestinidade. O sentimento unânime é de “medo” e o “assumir” a homossexualidade remete diretamente aos conflitos vividos no ambiente familiar. Parece que a maior dificuldade é assumir para a família, dadas as relações assimétricas vividas nesse espaço. Entram em jogo questões como a sobrevivência, a dependência financeira e a importância da família para estes sujeitos. Conforme já mencionamos, os grupos juvenis aparecem como o espaço de apoio, de empoderamento desses jovens.

Assumir a homossexualidade no núcleo familiar ocorre geralmente após a vivência nos demais espaços, quando se torna insustentável escondê-la em virtude dos amigos gays, dos namorados, sendo que, para os meninos que não correspondem ao que está socialmente estabelecido para a masculinidade, “as pintosas”, a identificação da homossexualidade se dá a partir dos trejeitos, da voz etc. Geralmente esse “se assumir gay” perante a família ocorre em conflitos bastante tensos para os jovens. É quando aparece com frequência a expulsão do jovem de casa, muito embora, muitas vezes, esta situação se resolva em seguida.

Percebe-se que, entre pares, assumir ou se autodenominar como “pintosa”, “fechativa”, parece não adquirir uma conotação pejorativa. No entanto, a homossexualidade, denunciada pelos trejeitos, ocasiona situações de constrangimentos, de homofobia: “Quando a gente passa na rua todo mundo já sabe que a gente é gay. Pei!!! Pei!!! Pei!!!” (Junior, 16 anos).

Apesar de afirmarem que a orientação sexual não interfere nas relações sociais de amizade com os/as demais jovens heterossexuais, alguns depoimentos revelam o contrário: “Quando a gente é incubado (não assumido) eles (os amigos heterossexuais) querem sair com a gente, mas quando a gente se assume, eles não querem mais”. (Toni, 18 anos).

Alguns revelam a necessidade de, em espaços como o trabalho, assumir uma postura diferenciada que corresponda à masculinidade.

Postura considerada “normal”, “de homem”, em contraposição à postura “pintosa”: “Normal, com postura de homem!... É falar na medida certa!... Não ter gestos efeminados! [...] É! Isso pra mim é normal!” (Márcio, 25 anos).

Esse breve recorte dos relatos juvenis dão indícios do quanto a educação sexual familiar imprime marcas no histórico de produção da autoestima e da aceitação de si de jovens gays. Aponta para a fragilidade da família no trato da sexualidade e da orientação sexual de crianças e jovens, assim como denunciam os mecanismos de vigilância e punição acionados, as violências psicológica, afetiva, física e moral. Os sentimentos relatados e as posturas entre pares, de deboche e de sarcasmos, sugerem a reprodução das condutas das quais foram alvos na infância e na adolescência.

A educação sexual da juventude na escola e a pedagogia dos não sentidos

Para a maioria da população, a leitura deste texto torna-se possível por meio da decodificação e compreensão da língua portuguesa, via recepção através da imagem e/ou do som. Para os cegos, via toque, através do código linguístico braile. Aos surdos, a leitura visual da língua portuguesa e/ou via código de libras. Em todos os casos, algum dos sentidos – a visão, a audição, o tato – faz parte da interação, esteja ela produzida via escrita, oralidade ou por um código gestual. Isso ocorre em todas as circunstâncias da vida, em todas as circunstâncias enunciativas, diria Mikhail Bakhtin (1979). No processo educativo, isso não se faz diferente.

Essa constatação da interação via mobilização dos nossos sentidos, que nos parece óbvia, é acionada de maneira inversa no cotidiano escolar quando tratamos das questões de gênero e sexualidade na escola. Conforme veremos, trata-se de uma estratégia recorrente, utilizada por

educadoras e educadores, na tentativa de inviabilizar a discussão sobre a sexualidade juvenil na escola. A partir daqui, apresento o que chamo de “pedagogia dos não sentidos” tomando como elemento empírico relatos de professoras e professores do Estado do Ceará sobre suas experiências profissionais acerca da educação sexual escolar⁴.

Ora, se o canal de interação – a visão, a audição, o toque – não se efetiva, a troca, o diálogo e, portanto, o conflito, a (re)produção de sentidos e a aprendizagem, veem-se inviabilizados. Daí, poderíamos apressadamente deduzir a inviabilidade da prática educativa. No caso da temática aqui abordada, a inviabilidade (ou a não efetivação) da educação sexual na escola.

Em “Ensaio sobre a cegueira” (1995), o escritor português José Saramago utiliza uma diversidade de metáforas para descrever a cegueira humana frente a diversas situações às quais as personagens são submetidas quando acometidas (ou não) pelo que o autor chama de “mal branco”. O egoísmo, a indiferença, a insensibilidade diante do sofrimento do outro, entre outros, são representados na obra por metáforas de cegueiras, no intuito de abordar conflitos sociais contemporâneos. Na obra, as personagens, tanto as acometidas pelo “mal branco” quanto aquelas que interagem em contexto diversos com os supostos “cegos”, em situações sub-humanas que os levam ao abandono de valores morais e éticos, expõem a degradação humana que caracterizaria, para o autor, também a degradação das sociedades modernas. Na escola, a “cegueira” é adotada como uma estratégia de negação à educação sexual. Vejamos:

“A gente faz de conta que não vê”, revela a professora da Rede Municipal de Educação da cidade de Fortaleza-CE ao relatar casos que envolvem as questões da sexualidade no cotidiano da escola. Os relatos descrevem situações diversas de descobertas do corpo

⁴ Relatos docentes colhidos em cursos de formação continuada para educadore(a)s realizados no estado do Ceará no período de 2005 a 2011.

(autoconhecimento); manifestações de preconceitos e discriminações (sexismo e homofobia); casos de abuso e violência sexual; socialização, experimentação e busca de saberes sobre a sexualidade humana; assim como meros questionamentos acerca dos saberes já adquiridos por crianças e jovens nos espaços escolares e/ou fora deles. Tem sido frequente, nessas situações, o posicionamento docente do fingir “não ver”, justificado sob uma diversidade de argumentos que envolvem tanto questões socioculturais sobre valores e saberes hegemônicos a respeito da sexualidade humana, como também questões educacionais que legitimariam (ou não) a escola como instituição responsável pela educação sexual de crianças e jovens em formação.

Quando nos deparamos com a adoção da cegueira como metáfora, ou melhor, do fingir-se de cego como posicionamento docente diante das demandas e conflitos dos sujeitos em formação, penso que ela nos remete a uma diversidade de questões que vão para além de uma mera identificação da indiferença, do descompromisso e/ou da omissão docente. Para além de uma estratégia docente de tentar escapar, de fugir da problemática e conflituosa educação sexual, questões de cunho ontológico e epistemológico da prática educativa escolar estão nas bases dos fundamentos de tal posicionamento. Tenho convidado educadores e educadoras a pensar que a suposta “cegueira”, ou omissão, não exige a escola, nem os(as)educadores(as), de uma intencionalidade, no que diz respeito à educação sexual de crianças e jovens estudantes.

Penso que esse “faz de conta” talvez perpassasse inicialmente por uma conotação endógena. Não é apenas sobre o “outro” ou sobre a sexualidade do outro que se “faz de conta que não vê”. Por muitas vezes, é perceptível “o faz de conta” de não se ver, de não se enxergar, de não de perceber. Aqui, a cegueira sobre si talvez seja tão danosa quanto aquela empreendida frente à ação e/ou interpelação do outro. Penso isso por observar o quanto é recorrente não se enxergar quando a questão é a

sexualidade, especialmente ao tratarmos de preconceitos e discriminações de gênero e de orientação sexual. No entanto, a negação dos sentidos não se restringe à metáfora da cegueira.

Escola Pública da Rede Municipal de Fortaleza-CE. A aula tinha como objetivo ensinar os(as) alunos(as) do segundo ano do Ensino Fundamental a soletrar. A professora perguntava: “O que querem soletrar agora?”. Uma diversidade de palavras era sugerida. Uma a uma, as palavras eram escritas no quadro negro, seguidas do processo de soletração. Em determinado momento, um aluno grita: “Prequito, professora!”. A solicitação, ignorada, foi repetida por diversas vezes até que a criança deusesse por vencida. “Eu fingi que não estava ouvindo aquilo. Eu tive medo!”, lembra a professora⁵.

Na Teoria da Enunciação, Bakhtin (1979) chama a atenção à dimensão interativa do uso da linguagem. Para além de mera comunicação, a linguagem seria um processo de interação, de troca, essencial à compreensão do outro. Aqui, os sujeitos são interlocutores em interação. Para isso, a compreensão da mensagem do outro toma significativa importância. Interagir seria, portanto, essencial ao processo de ensino-aprendizagem, especialmente aquele desenvolvido sob a perspectiva dialógica nos espaços escolares.

Não apenas o “ouvir o outro”, como também compreendê-lo, é uma prerrogativa determinante à interação entre os sujeitos. No exercício da enunciação via linguagem oral, a escuta, a compreensão do código linguístico, torna-se essencial. Quando não ouvimos o outro, a interação é inviabilizada. Assim, o “fingir não ouvir” implica na negação da interação, da troca e, por vezes, da sua própria existência.

A cena na qual a professora fingia não ouvir é apenas uma ilustração de tantas outras vividas no cotidiano escolar e que toma o argumento

5 Relato de uma professora da Rede Pública Municipal de Fortaleza no curso “Gênero e diversidade Sexual: formação de educadores e jovens multiplicadores”.

do “medo”, da insegurança, do desconhecimento e do despreparo como justificativa para a omissão de uma abordagem educativa que viabilize a aprendizagem sobre a sexualidade. Assim, o “faz de conta”, ou a encenação da surdez, faz silenciar o grito. Contraditoriamente, afirma Reis (2015) que “o silêncio está gritando”, ao denunciar as manifestações da homofobia na escola. Dessa maneira, os ditos e os não ditos passam no cotidiano escolar por filtros intencionais de escutas e não escutas dos muitos silêncios e gritos juvenis na escola e fora dela.

A discussão sobre a escuta nos espaços escolares nos remete também a questões sobre as reivindicações e participações dos sujeitos da comunidade escolar nas decisões sobre o currículo. No campo da educação sexual, sobre as temáticas que devem e podem ser abordadas, as formas de abordagem, os espaços e tempos mais propícios e adequados, voltados a responder as demandas de crianças e jovens.

Muitas podem ser as maneiras de reivindicar, de protestar e até mesmo de “gritar” nos espaços escolares. Tenho observado que a presença e a visibilidade de jovens lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais têm se mostrado como os protagonistas desse grito, dessa demanda por reconhecimento e por escuta. É o que Loiola (2006) chama, no campo das ações dos movimentos sociais, de “contracultura”.

A contracultura juvenil na escola adiciona, inversamente, a pedagogia dos não sentidos. Através dela, os jovens se mostram, se apresentam, dão “nas vistas” (PAIS, 2010), “gritam”, produzem demandas via estratégias diversificadas. Expõem suas diferenças, suas diversidades, suas sexualidades, em meio às tentativas de torná-las invisíveis, de silenciá-las. Assim, provocam sentimentos diversos e adversos, acionam os sentidos e perturbam a ordem ao subverter o permitido, o instituído. Por vezes, uma pedagogia anunciada no corpo, na indumentária, na linguagem, na escrita das portas dos banheiros, na rebeldia, na subversão e, porque não dizer, nos “trejeitos”, na “delicadeza”, na “sensibilidade”.

Observo a experiência juvenil dessa pedagogia dos sentidos vivida com maior intensidade nos espaços onde a dinâmica de sociabilidade é elaborada e reelaborada pelo(a)s próprio(a)s jovens, conforme apresento no tópico que segue.

A sociabilidade juvenil na rua como espaços/tempos de educação sexual

Na pesquisa “Levados por Anjos: modos de vida, educação e sexualidades juvenis”, investigo os percursos e interações juvenis em Fortaleza-CE a partir das experiências de ocupações de espaços públicos, procurando compreender como essas sociabilidades mobilizam-se por marcadores e dispositivos de gênero e sexualidades.

Nas praças e ruas de Fortaleza, a sociabilidade juvenil é mobilizada pelos próprios jovens e ignora, em certa medida, os marcadores de gênero e orientação sexual ao constituir-se como um espaço de convivialidade com a diversidade de orientação sexual. A aproximação com as diferenças sexuais é uma característica que “se mostra como um importante avanço, especialmente no enfrentamento ao distanciamento social vivido por LGBT” (JOCA, 2016, p. 186), proporcionando, entre outros aspectos, a experimentação de direitos sexuais, a vivência de afetividades e o convívio com as diferenças.

A sociabilidade juvenil caracterizada pela diversidade de orientações sexuais vê-se mergulhada em uma ampla heterogeneização de identidades e/ou identificações sexuais, produzindo uma pedagogia dos sentidos, na qual a possibilidade de estar próximo do outro, de interagir, de aproximar-se das diferenças e diversidades ressignificam e/ou reafirmam saberes hegemônicos sobre gênero e orientação sexual, fazendo dessas experiências espaços/tempos de educação sexual.

No entanto, nessas interações, os marcadores hegemônicos de

gênero e orientação sexual ainda se fazem presentes, mobilizando-se paralelamente à exposição da diversidade de orientações sexuais, ou seja, práticas de afetividades tanto heteronormativas quanto homoafetivas. Interações caracterizadas por uma suposta ausência de fronteiras, de guetos. Interações chamadas pelos jovens de “tempos de misturas”.

Aqui, estar misturado é estar junto. É estar próximo. É sentir, ver, ouvir, tocar o outro. Nessas misturas juvenis por orientações sexuais diversas, as questões de gênero e de orientação sexual surgem como um filtro determinante de aproximações e distanciamentos afetivo/sexuais, no qual o imperativo heteronormativo e o binarismo de gênero ainda determinam as relações juvenis. Quando trato de relações afetivo-sexuais, refiro-me aos processos de sociabilidades juvenis que envolvem a amizade, o namoro, as paqueras, os “ficas”, os “beijos”, ou seja, relações sem conotações restritivas ao ato sexual.

A constituição dos grupos juvenis é um indicativo de que, quando tratamos de aproximações afetivas, de laços de amizade, de formas mais íntimas de convivialidade, a orientação sexual ainda é determinante para as relações juvenis.

Assim, naturaliza-se o “*estar junto*”, a “*mistura*”, por meio da ocupação e socialização dos mesmos espaços - as praças -, independente da orientação sexual e do gênero, no entanto, essa naturalização, que viabiliza e é, simultaneamente, viabilizada pela convivência e pela experiência entre pares, não rompe definitivamente com os determinantes de sociabilidades afetivo/sexuais. [...] Tais determinantes são filtrados por meio de processos sociais de identificações de semelhanças e diferenças elaborando, nas sociabilidades, relações afetivo/sexuais fluidas ou fixas. Amizade, grupalidade, sociabilidade, afetos e desafetos, são empreendidos e vividos por meio desses determinantes que são negociados, entre outros aspectos, a partir dos marcadores de gênero e sexualidades, identificadores de semelhanças e diferenças capazes de aproximá-los ou distanciá-los (JOCA, 2016, p. 186 -187).

No âmbito dessa convivialidade, os marcadores ainda assumem grande relevância, e é no campo da dimensão afetivo-sexual que a heteronormatividade situa demarcações significativas por meio de

identificações de semelhanças e diferenças. As fronteiras se fazem nas interações afetivo/sexuais juvenis, de modo que as experiências vividas nos informam os mecanismos estéticos e performáticos de experimentações afetivo-sexuais que tomam como pano de fundo o gênero e a sexualidade.

Nas discussões estruturantes das interações entre modos de vida e sexualidades, os marcadores da masculinidade e feminilidade reafirmam a histórica assimetria de gênero, conforme já afirmava Almeida (1995). As relações, mesmo aquelas sem uma conotação sexual direta (ou explícita), não escapam das construções binárias de gênero.

Nesses arranjos, os garotos heterossexuais vivenciam processos mais rígidos de demarcação de gênero e identificações sexuais. Os garotos *gays*, com traços mais próximos da feminilidade, estão mais suscetíveis a interações entre pares, no sentido da orientação sexual. Quanto às meninas, transitam com maior fluidez pelos dispositivos de orientação sexual.

Estão - os sujeitos - expostos tanto a rotulações estereotipadas (demarcadoras de identidades) quanto a um campo de fluxos, de movimentos, no qual sexualidade não se afirma com a estabilidade exigida pela política identitária, tão anunciada nas últimas décadas. Tanto os estereótipos instituídos pela heteronormatividade quanto os rótulos identitários da diversidade de orientação sexual vazam pela dinâmica subjetiva da sexualidade vivida no bojo das experimentações juvenis. Misturam-se, confundem-se, reordenam-se sob arranjos de relações nas quais as representações (sentidos e significados) sobre corpos, feminilidades e masculinidades manipulam códigos e condutas de amizades, afetos e práticas sexuais. (JOCA, 2016, p. 189).

Os espaços e as interações juvenis moldam-se por códigos de condutas próprios, de modo a viabilizar a convivência com a diversidade de orientação sexual, elaborando uma geografia na ocupação dos espaços socializados e outra afetiva e sexual.

A negociação de interações, níveis e/ou modalidades de interações juvenis, vividas nesses espaços dificilmente negligencia a sexualidade (ou orientação sexual) dos sujeitos. A sutil diferença entre ser amigo, ser

conhecido, fazer parte ou não do mesmo grupo, passa por um campo de identificação entre os sujeitos e, nesse campo, a orientação sexual surge silenciosamente como determinante dos lugares a serem ocupados, das “turmas” e dos tipos de relações entre aproximações e distanciamentos sem que esses processos se façam tão visíveis e conscientes.

Entre garotos heterossexuais e homossexuais, por exemplo, há um distanciamento afetivo que limita as interações a relações de superficialidade, sem vínculos de amizade, de carinho, de afeto, em prol da manutenção de uma masculinidade heteronormativa intocada, preservada, sem possibilidades de rasuras. Para além desses marcadores de gênero que se mantêm fixos, a fluidez juvenil os desafia e se mostra no cotidiano das praças.

A polaridade homossexualidade/heterossexualidade, assim como as categorias instituídas para a diversidade de orientações sexuais - LGBT - parece não comportar as peculiaridades da diversidade de estilos e práticas afetivo/sexuais experienciadas na sociabilidade juvenil, o que significa uma resignificação de códigos e signos marcadores de gênero e sexualidades capazes de elaborar categorias sexuais tão fluidas e instáveis quanto as experimentações juvenis.

Esse movimento de recriação ou da tentativa de dar sentido ao vivido, aos desejos, às experiências juvenis, nem sempre se faz homogêneo, pois em suas experiências entre pares, apesar de compartilhadas no coletivo, interagem com suas histórias de vida, de modo que nem sempre signos, códigos e categorias compartilham dos mesmos significados e sentidos.

A fluidez e instabilidades de práticas e experiências juvenis vão moldando-se por uma heterogeneização de saberes e fazeres que tomam as individualidades de cada jovem como fonte de suas percepções práticas. Não há, assim, um consenso que as defina enquanto categorias, enquanto identidades inquestionáveis sobre as quais se elaborem “verdades” absolutas acerca do gênero e da sexualidade.

Em meio a uma suposta superação dos marcadores de gênero e orientação sexual, na qual sua diversidade se faz visível e “naturalizada”, o imperativo binário masculino/feminino se mantém sobre novas facetas, novos determinantes simbólicos, que rompem com o biológico e legitimam marcadores culturais afirmadores de múltiplos desejos e possibilidades para além da heteronormatividade. No entanto, o lugar privilegiado da masculinidade mantém-se em sua supremacia sobre a feminilidade e demanda normas que o protejam de um suposto declínio.

Se comparadas aos demais espaços vividos no cotidiano juvenil - escola, família, bairro de morada -, nas praças, a diversidade de orientações sexuais tanto se aproxima quanto se intensifica, fazendo com que essas semantizações sejam amplamente empregadas e subjetivamente incorporadas aos demarcadores determinantes de interações afetivo/sexuais vividas.

Se as “pedagogias da sexualidade” empreendidas nos demais espaços formativos juvenis insistem em determinar ou polir as experimentações que se fazem à margem das normatizações binárias do gênero e da orientação sexual, nas praças, os jovens as legitimam pelo prisma de uma suposta naturalidade. A liberdade individual, o “*cada um faz o que quer*”, a busca da felicidade, o “*importante é ser feliz*” e o livre arbítrio – “*cada um tem o direito de escolher o que quer da vida*”, surgem como artifícios discursivos preponderantes que justificam suas experimentações (JOCA, 2016, p. 213).

Apesar de identificar os limites das sociabilidades juvenis na rua, no que diz respeito à superação de preconceitos e discriminações sexuais, vale ressaltar que é nesses espaços, nas relações entre pares, que os(as) jovens acionam uma pedagogia do contato, do conhecer o outro, do aproximar-se das diferenças, de maneira a desconstruir mitos e tabus sobre a sexualidade humana. Essa pedagogia dos sentidos parte do pressuposto de estar “disponível às diferenças” (FREIRE, 1996), de maneira a possibilitar o conhecer-se, a partir do reconhecimento e valorização das diversidades e diferenças humanas.

Considerações finais

Podemos perceber, em se tratando da sexualidade juvenil, que a pedagogia dos não sentidos faz parte do imaginário escolar. Do ideário conservador da fantasia da escola neutra. Materializado na figura do educador que não escuta, não enxerga, não toca, não sente o outro, portanto, mantendo distância de suas reais demandas formativas. Ela é pensada como um ideário da negação do outro em suas subjetividades, da negação de nossas próprias sensações, dos nossos sentidos em prol das hegemonias dominantes, que vendam nossos olhos e nos ensurdecem, nos distanciam.

É, ainda, a negação dos significados que atribuímos às nossas sensações diante das diferenças e, porque não dizer, é a negação das próprias diferenças. É a maneira de justificarmos o adestramento de nossos sentidos, de nossas práticas; de negarmos as intencionalidades impostas e adotadas. Assim, a “pedagogia dos não sentidos” é uma farsa! Nas palavras da professora, um “faz de conta” repleto de intencionalidades e ideologicamente condicionado.

Por outro lado, tanto os relatos das experiências familiares dos jovens gays quanto as sociabilidades juvenis na rua indicam a disponibilidade desses(as) jovens às diferenças sexuais, seja na vivência adversa do sentir-se “*diferente*”, seja na experiência, mesmo que limitada, do convívio com as diferenças e diversidades sexuais. Essas disponibilidades de “se sentir” e “sentir o outro” se mostram nos arranjos do cotidiano juvenil via pedagogia dos sentidos. Cabe a nós acessá-la e com ela exercitar nossos sentidos e nossos modos de sentir.

Ora, a matemática me parece simples! Se a escola, a família, a rua e os demais espaços de sociabilidades são compostos por mulheres, homens, jovens, crianças, e se esses sujeitos convivem, se relacionam, interagem, se sociabilizam, é evidente que as questões de gênero e sexualidade estarão

sempre presentes, a demarcar proibições, permissões, fazeres, saberes, lugares sociais e sexuais. Apesar das tentativas de torná-las invisíveis, de tentar silenciá-las, no cotidiano das relações interpessoais esses espaços serão sempre espaços/tempos de formação e educação.

Assim, o nosso desafio aqui seria procurar nos enxergarmos, “*nos sentirmos*”, em uma dimensão tanto individual quanto coletiva. “Acionar o poder sensorial do toque, da pele, do corpo, como campo de experimentações capazes de mobilizar e transformar nossos próprios ‘eus’” (JOCA, 2016). Enxergar nas nossas práticas cotidianas o quanto estamos ensinando a crianças e jovens valores e normas sociais de gênero e de sexualidade. Isso porque é impossível nos despirmos de nossos valores, de nossas crenças, de nossa sexualidade. É impossível deixá-los fora dos muros da escola, de fora de nós mesmos, pois não dispomos de mecanismos de sua desativação. Desse modo, é preciso nos enxergar para além dos obstáculos que as vendas culturais nos impõem. Nessa perspectiva, as lentes devem se voltar a nós mesmos para que, a partir da nossa autoimagem, possamos elaborar possibilidades de interação e dialogicidade com o outro em suas diferenças e diversidades.

Referências Bibliográficas

BAKHTIN, M. **Estética da Criação Verbal**. Tradução de P. Bezerra. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003[1979].

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra (Coleção Leitura), 1996.

JOCA, Alexandre Martins. **Levados por anjos: modos de vida, educação e sexualidades juvenis**. 2. ed. Curitiba: CRV, 2016.

LOIOLA, Luís Palhano. **Coisas Difíceis de Dizer: as manifestações homofóbica do cotidiano dos jovens**. 2001. 160 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade

de Educação – FACED, Universidade Federal do Ceará, 2001.

_____. **Diversidade Sexual: perspectivas educacionais**. Fortaleza: Edições UFC, 2006.

LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

PAIS, José Machado. **Lufa-lufa cotidiana: ensaios sobre cidade, cultura e vida urbana**. Lisboa: ICS, 2010.

PEDROSA, Francisco; CASTRO, Camila (Orgs.). **Juventudes homossexuais e sexualidades: comportamentos e práticas**. Fortaleza: GRAB, 2008.

REIS, Toni. **Homofobia no ambiente educacional: o silêncio está gritando**. 1. ed. Curitiba: Appris, 2015.

Algumas palavras de uma feminista sobre o campo de estudos sobre juventude

Claudia Mayorga

Introdução

Neste texto, quero dialogar com os/as pesquisadores/as do campo da juventude com a proposta de que o campo feminista possui contribuições relevantes para a pesquisa e intervenção com jovens. Talvez o mais apropriado seja afirmar que esses dois campos possuem pontos de interseção que, uma vez explicitados, podem agregar potência às perspectivas críticas dos estudos tanto feministas quanto sobre juventude. Tais reflexões têm sido desenvolvidas nas atividades de pesquisa e extensão¹ realizadas no âmbito do Núcleo Conexões de Saberes da Universidade Federal de Minas Gerais.

Temos tomado o problema da desigualdade social brasileira e o enfrentamento a essa desigualdade como problemas centrais de análise, a partir da interseção entre categorias como gênero, raça, classe, sexualidade, geração e território. Os pontos de partida são as experiências (SCOTT, 1998) de mulheres (universitárias, negras, jovens, prostitutas, encarceradas, imigrantes, indígenas, que realizaram aborto, faveladas, religiosas etc.) e jovens (negros/as, de trajetórias populares, universitários/as, militantes, inseridos/as em políticas públicas etc.) de contextos diversos.

Não compreendo o feminismo como um campo teórico e de luta política *sobre e para as mulheres*, mas como um campo que analisa e

¹ Agradecimentos à FAPEMIG e CNPq pelo apoio às pesquisas desenvolvidas.

intervém *na sociedade, a partir do lugar das mulheres*. Em outras palavras, nos estudos que temos desenvolvido, fica evidente que o lugar de exclusão, violência, desqualificação e invisibilidade das mulheres, bem como as formas de resistência e enfrentamento a essas desigualdades, nos ajudam a compreender dinâmicas de organização, reprodução e mudança na sociedade, suas instituições, dispositivos, discursos e práticas. Além disso, tomo aqui a crítica feminista como o exercício de uma hermenêutica da suspeita (AMORÓS, 1991), isto é, interpretações da cultura que desconfiam de seus princípios androcêntricos e buscam contribuir para a visibilidade da participação das mulheres nas instituições e na vida social.

Proponho essa articulação entre teoria feminista e as teorias do campo da juventude também a partir da perspectiva da interseccionalidade, desenvolvida por pensadoras do feminismo negro (CARNEIRO; SANTOS, 1985; CREENSHAW, 1989, 2002; COLLINS, 2000; CARNEIRO, 2003), que, ao se dedicarem a analisar os efeitos de poder que a articulação entre gênero e raça possui sobre as mulheres negras, têm desconstruído compreensões sobre a opressão, baseadas na ideia de um sujeito universal e homogêneo, além de problematizarem a hierarquização entre as opressões muito presente nas disputas políticas por reconhecimento. A partir dessa perspectiva, não parece ser frutífero insistir nos infundáveis debates sobre se a opressão ou a invisibilidade de gênero é maior ou menor do que a de raça, classe ou geração. A proposta da perspectiva interseccional consiste em compreender essas formas de opressão em articulação, a partir da análise de seus efeitos (MAYORGA, 2014).

Destaco, a seguir, alguns pontos da teoria e luta feminista que me parecem muito profícuos na articulação com o campo da juventude, além de contribuírem, em minha avaliação, para a construção de análises que articulam as categorias gênero, juventude e outras na compreensão dos aspectos da desigualdade brasileira.

Lentes feministas e perspectivas críticas da juventude

O feminismo é um campo teórico e político que reúne compreensões sobre as desigualdades a partir da experiência das mulheres ao longo da história e práticas de intervenção, associadas a valores como igualdade, justiça social, equidade, sororidade, mas também a partir de uma reinterpretação desses valores. Esse é um campo que também expressa divergências, conflitos e contradições e, portanto, não pode ser compreendido de forma homogênea.

O feminismo pretende ser um pensamento crítico da sociedade e, em sua teoria e prática, busca desnaturalizar compreensões sobre as relações de gênero, calcadas na inferiorização, desumanização e objetificação das mulheres. Dinâmicas de poder, antes invisibilizadas, foram identificadas, ganharam nomes e foram conceituadas, como são exemplo as noções de patriarcado (WALBY, 1990), de política sexual (MILLET, 1969) e de sistema sexo-gênero (RUBIN, 1975), em um esforço de construir novos sentidos para a desigualdade compreendida como natural e avigorada por concepções religiosas, da ciência e entendimentos acerca da cidadania.

Esse exercício de desnaturalização também é uma prática necessária no campo da juventude. As experiências da infância, adolescência e juventude são construções que, assim como a experiência das mulheres, ganharam interpretações pujantes vinculadas à natureza, não racionalidade e não civilização, tendo como uma das principais consequências a noção de que crianças e jovens, assim como as mulheres, não seriam sujeitos ou seriam sujeitos incompletos. Muitas das críticas e reivindicações do feminismo e também das lutas pelos direitos da infância e juventude giram em torno do reconhecimento de sua condição de sujeitos, ainda que as compreensões sobre essa questão não caracterizem um campo homogêneo.

A modernidade, com seus fundamentos, instituições e concepções,

foi um acontecimento propício para essa crítica, pois recusou as compreensões das relações sociais como herdadas da natureza ou do divino. A noção de cidadania será central nesse momento. Contudo, muitas das formulações realizadas nesse contexto acabaram por produzir compreensões da infância, da juventude, das mulheres e dos negros/as apartadas dos valores da cidadania. Reflexões como as de Mary Wollstonecraft, que em seu diálogo com Jaques Rousseau, denunciaram a exclusão das mulheres do estado democrático de direito, justificada pelo autor por sua debilidade natural para a vida política e pública e para o debate racional (WOLLSTONECRAFT, 1792; ROUSSEAU, 1762). Wollstonecraft rebaterá Rousseau, afirmando que as mulheres se tornam débeis pela educação que recebem e não por uma determinação natural. Somente uma educação igualitária possibilitaria, segundo a autora, alguma mudança nessa condição. O acesso igualitário à educação emergirá com mais centralidade como uma das pautas de reivindicações do feminismo nas lutas das sufragistas, no final do século XIX e início do XX. Alguns anos mais tarde, Simone de Beauvoir (1949) recolocará a crítica à ideia de natureza feminina, afirmando que não se nasce mulher, torna-se.

Tal reflexão se assemelha a perspectivas críticas do campo da juventude, que se dedicaram a marcar que as compreensões sobre infância e juventude são construções históricas e não o retrato de uma natureza. Vale destacar que tanto as concepções sobre as mulheres quanto sobre os jovens são marcadas pela ideia de que suas naturezas são imorais ou carentes de razão e cultura, o que vai justificar toda uma pedagogia de doutrinação e disciplina reproduzida por instituições como a família, a educação, a religião, a ciência e suas práticas. Nessas formulações, jovens e mulheres são em grande parte impedidos, por argumentos morais, de acessar a cidadania por inteiro, o que vai justificar o desenvolvimento de inúmeros estudos, tanto no campo do feminismo como no da juventude, sobre os dispositivos disciplinares e de socialização, compreendidos como

dispositivos de poder. Um bom exemplo é a potente crítica que Patto (2000) fará à ideia de fracasso escolar de crianças das classes populares no Brasil. Rebatendo as teorizações sobre carência cultural ou distúrbios de personalidade, a autora demonstra como o fracasso é produzido socialmente, articulando elementos relacionados à pobreza e à negritude e denuncia uma escola fortemente ancorada em noções conservadoras de ajustamento e normalidade.

Outro aspecto da crítica feminista que saliento é a forma como vai associar as dimensões modernas de público e privado ao patriarcado. Essa será uma das mais potentes críticas feitas pelas perspectivas feministas, pois vai denunciar a dimensão de subordinação das mulheres presente no contrato social, a partir de sua reclusão no campo do privado, caracterizando o que Pateman (1988) chamará de contrato sexual. Todo o esforço patriarcal para caracterizar uma natureza feminina se associa à construção de um lugar social bem delimitado para as mulheres – o campo do doméstico, do cuidado do outro, do objeto e da reprodução – nos seus aspectos biológicos e culturais. Vale destacar que a dimensão do privado não se reduz a um lugar material, mas se expressa como um lugar simbólico, no qual a experiência das mulheres é compreendida a partir de uma dimensão apartada da dinâmica social, cultural ou política.

Essa crítica se transformará em uma das principais bandeiras do feminismo na segunda metade do século XX: o pessoal é político. Feministas, como Kate Millet (1969) e Gayle Rubin (1975), vão denunciar a existência de uma política sexual ou de um sistema sexo-gênero que, marcados por dinâmicas de poder, vão produzir, de forma sofisticada, mas também por meio da força e da coerção, a inferioridade das mulheres. Confinar as mulheres no mundo do privado impede que as relações domésticas – que envolvem crianças e jovens – sejam lidas a partir das lentes das relações de poder e da desigualdade, já que as normas são produzidas a partir do parâmetro do patriarca e não a partir dos parâmetros sociais e de uma comunidade.

Da mesma forma, ainda que mulheres estejam inseridas na vida pública, sua inserção é por vezes frágil e frequentemente desqualificada a partir de um processo de privatização de sua experiência. Estudos que vão associar a ausência da maternidade como causa da loucura em mulheres ou desqualificarão posições mais ativas das mulheres no campo social como histeria são exemplos do que chamo aqui de privatização da experiência das mulheres.

Esse é um mecanismo bastante recorrente quando analisamos a experiência da juventude no contemporâneo. Frequentemente os saberes, práticas e atuação social dos jovens são desqualificados a partir dessa mesma chave: a da privatização de suas experiências. Perspectivas que insistem nas ideias de imaturidade biológica ou social deslocam as interpretações sobre a relação da juventude com a política, com o presente, com a sociedade para um processo individual e privado, no qual não cabem reflexões sobre o comum, o público ou os direitos. Nesse caso, parece operar um sistema adultocêntrico que impede a participação e reconhecimento dos jovens como sujeitos de direitos, sendo a *socialização* o lugar por excelência da juventude; lugar daquele/a que precisa ser educado, civilizado. Em estudo nacional realizado sobre juventude e participação política (MAYORGA; CASTRO; RADO, 2012), identificamos na interlocução com diversos coletivos juvenis uma crítica comum às instituições. Esses jovens relatam que em suas inserções na escola, em partidos políticos, sindicatos e movimentos sociais frequentemente têm as suas críticas, proposições ou comportamentos desqualificados e associados à ideia de imaturidade, falta de experiência ou desconhecimento.

Quero ressaltar mais uma contribuição do feminismo, que pode ser articulada com os estudos de juventude. Tal contribuição atribui-se às formulações feministas, que ganham forte expressão a partir das críticas que mulheres negras, lésbicas, latino-americanas etc. farão ao feminismo dos anos 1960/1970. Tais mulheres vão criticar a exclusão

da experiência de determinadas mulheres em teorias e lutas feministas que recaiu no mesmo erro que o feminismo se propôs a criticar: se a ideia de sujeito universal moderno excluiu as mulheres, ao operar com esse mesmo dispositivo de universalização o feminismo vai deixar invisíveis experiências de *outras* mulheres. As *outras* vão denunciar que um universal mulher foi forjado a partir da experiência e voz de mulheres brancas, do norte, das classes médias, heterossexuais e tal proposição acabou reproduzindo uma lógica excludente por meio, entre outros aspectos, da hierarquização entre as experiências das mulheres. O elogio da diversidade no feminismo muitas vezes acabou mascarando relações de desigualdade *entre* mulheres. As *outras* vão denunciar que patriarcado não é o único sistema de poder que acomete as mulheres, e que outras violências vindas do racismo, do colonialismo, da heteronormatividade, do capitalismo também determinam a vida das mulheres diversas.

Avalio que essa mesma crítica é de grande utilidade no campo da juventude. Em diversas teorias, tal categoria segue reproduzindo noções eurocêntricas e coloniais de jovem, concepções que possuem consequências negativas e de limitação de direitos para a juventude negra, periférica, para as jovens mulheres. Em outro momento, discuti, juntamente com Geíse Pinto (MAYORGA; PINTO, 2013), acerca da mudança do termo *juventude* para *juventudes*, que aconteceu, principalmente a partir dos anos 2000, quando o debate sobre políticas públicas de juventude ganhou grande alcance no Brasil. Reconhecemos, naquele momento, que compreender a juventude na sua pluralidade colabora com a construção de um olhar mais crítico sobre essas experiências, mas nos perguntamos, assim como fizeram as feministas *outras*, se o elogio da diversidade não poderia estar tamponando olhares que produzem hierarquias entre os jovens. Os estudos sobre juventude e política, e juventude e sexualidade podem ser utilizados como exemplo para identificarmos como o olhar e a análise dessas experiências são marcadas por questões de gênero, classe,

raça e sexualidade. A partir de concepções universalizantes de juventude ou a partir de uma compreensão de desigualdade como sinônimo de diferença, as relações entre o sistema adultocêntrico e outros sistemas de poder como patriarcado, racismo, colonialismo etc. não são foco de problematização.

Vale destacar que a análise dos conflitos geracionais e o uso da noção de adultocentrismo, compreendidos como uma das dinâmicas de poder presentes nas sociedades modernas, também vão interpelar o feminismo. As jovens feministas denunciarão a desigualdade geracional vivida tanto na produção teórica quanto na luta política e vão reagir intensamente às dinâmicas de desqualificação ou secundarização de suas pautas dentro do campo feminista. Dessa forma, se conceitos como patriarcado, sistema sexo-gênero, política sexual contribuem para criticar os estudos sobre juventude, a noção de adultocentrismo também interpela o feminismo.

Considerações finais

Neste texto, busquei articular o feminismo com os estudos de juventude a partir da identificação de três contribuições presentes nos dois campos. Identifiquei que a desnaturalização da experiência, a crítica à dicotomização moderna entre público e privado e a crítica à universalização a partir das noções de diferença, mas também de desigualdade, são aspectos que permitem a aproximação dos dois campos e reforçam perspectivas críticas em ambos os pensamentos. Compreendo que essa articulação potencializa um campo crítico, atento às dinâmicas de exclusão, desigualdade e poder, e fortalece perspectivas que contribuam para uma sociedade menos marcada por eixos de exclusão (HARAWAY, 1995).

Termino reforçando que esse olhar interseccional, que aproxima categorias e problemáticas, não pode abrir mão do exercício contínuo da autocrítica, muito atento a reproduções de pensamentos totalizantes, prescrições autoritárias de modos de vida e subjetividade e exclusão de experiências. Não que essas dinâmicas não se reproduzam e que não sejamos seus/suas autores/as, mas se a objetividade possível na produção do conhecimento consiste em localizar nossos saberes e nos responsabilizarmos por eles, um exercício teórico e político necessário para o pensamento crítico parece apontar para a articulação de categorias, experiências, campos teóricos.

Referências Bibliográficas

AMORÓS, Célia. **Hacia una critica de la razón patriarcal**. Barcelona: Anthropos, 1991.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo Sexo**. 2. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1949 [1967].

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. **Estudos Avançados**, v. 17, p. 49, 2003, p. 117-132.

CARNEIRO, S.; SANTOS, T. **Mulher negra**. São Paulo: Nobel/Conselho Estadual da Condição Feminina, 1985.

COLLINS, Patrícia Hill. **Black feminist thought: knowledge, consciousness and the politics of empowerment**. NY: Routledge, 2000.

CRENSHAW, K. Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory, and Antiracist Politics. **University of Chicago Legal Forum**, n. 14, p. 538- 554, 1989.

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, jan. 2002.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, n. 5, Campinas-SP: Núcleo de Estudos de Gênero - Pagu/Unicamp, p. 7-41, 1995.

MAYORGA, Claudia. Algumas contribuições do feminismo à psicologia social comunitária. **Athenea Digital**, v. 14, n. 1, p. 221-236, 2014.

MAYORGA, Claudia; **Castro**, Lúcia Rabello; PRADO, Marco Aurélio M. (Orgs.). **Juventude e a Experiência da Política no Contemporâneo**. Rio de Janeiro: Contracapa, 2012.

MILLET, Kate. **Sexual Politics**. Chicago: University of Illinois Press, 2000 [1969].

PATEMAN, Carole. **The sexual contract**. Stanford, California: Stanford University Press, 1988.

PATTO, Maria Helena Souza. **A produção do fracasso escolar: Histórias de submissão e rebeldia**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000.

ROUSSEAU, J. **Emílio ou Da educação**. Tradução: Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Martins Fontes, 1762[2004].

RUBIN, Gayle. The Traffic in Women: Notes on the Political Economy of Sex. In: REITER, Rayna (Ed.), **Toward an Anthropology of Women**. NY: Monthly Review, 1975.

SCOTT, Joan. A invisibilidade da experiência. **Projeto História**, v. 16, p. 297-325, 1998.

WALBY, Silvia. **Theorizing patriarchy**. Oxford: Brasil Blackwell, 1990.

WOLLSTONECRAFT, Mary. **Reivindicação dos direitos da mulher**. Trad. de Ivania Pocinho Motta. São Paulo: Boitempo, 1792[2016].

A perspectiva do feminismo interseccional e decolonial no enfrentamento do racismo e sexismo na vivência com a juventude universitária

Nara Maria Forte Diogo Rocha

Introdução

Como pesquisadora interessada nos processos de subjetivação envolvidos no enfrentamento do racismo a partir da educação (ROCHA, 2015), apresento e discuto neste capítulo dois anos (2015 a 2017) de trabalho como professora adjunta na Universidade Federal do Ceará, defendendo uma perspectiva interseccional e decolonial junto à Psicologia do Desenvolvimento, que considere os atravessamentos geracionais, etários, raciais e de gênero. Serão relatadas iniciativas construídas entre professora, colegas e estudantes, conduzidas por ocasião da organização VII JUBRA, e que, neste momento, busco dar maior sistematicidade. Deste modo, esta escrita é um momento de reflexão e organização do fazer da vida docente universitária, cujos desafios, bem conhecidos, muitas vezes paradoxalmente, nos distanciam daquilo que deveria ser nosso foco maior na universidade: a construção de perspectivas analíticas interessantes para a produção de um conhecimento relevante, frente à situação de injustiça social que vivemos (ZANELLA, 2008).

Neste texto caracterizamos brevemente as ações de extensão e produções acadêmicas no contexto onde se realizaram, narramos como estas se constituíram em justificativas, objetivos, métodos e resultados e, conclusivamente, consideramos as questões teórico/metodológicas que as sustentam.

A luta antimanicomial e a luta pela inclusão das pessoas com deficiência, com as quais a Psicologia passou a colaborar – após seu longo histórico como serviçal das normatizações e patologizações – possibilitaram ao campo de estudos em Psicologia importantes processos de reflexão e participação nas transformações sociais desejadas. O que derivará dos enlaces entre a Psicologia e a luta antirracista e feminista, em termos das contribuições para este campo e para a construção de uma sociedade mais igualitária? O que a luta antirracista e feminista exige da produção de saber no campo psi e o que nele provoca?

(Re)existir no interior do Ceará: tecendo fios para uma Rede Jubra

No curso de Psicologia da Universidade Federal do Ceará, campus Sobral, temos, desde 2015, a experiência de tematizar as questões raciais entrelaçadas aos estudos sobre Psicologia do Desenvolvimento, discutindo os impactos do racismo na infância, juventude e velhice e suas intersecções com gênero, desigualdade e deficiência. Isto se dá através de diversas disciplinas obrigatórias e optativas, além de projetos de extensão. Tais debates têm atraído estudantes de outros cursos, bem como profissionais e jovens de fora da universidade, o que demonstra a necessidade de sistematizar esta atuação, marcada pela presença da arte e da criatividade.

O curso de Psicologia da Universidade Federal do Ceará em Sobral está formulando seu Programa de Pós-graduação, o que torna a ênfase em pesquisa indispensável. É importante ressaltar que as experiências aqui discutidas se construíram no contexto de uma universidade em expansão, no Nordeste do Brasil e no interior do Estado do Ceará. Isto tem se traduzido no enfrentamento de desafios novos e complexos para a administração universitária, cujas estruturas ainda centralizam seus

procedimentos na capital. Iniciado em 2006, este curso segue até o presente momento, em 2018, sem sede própria. Deste modo, podemos dizer que a formação em Psicologia transita e ocupa uma cidade, vivenciando seus problemas e seu cotidiano.

Sobral é uma cidade de cerca de 200 mil habitantes na região norte do Ceará, que concentra o comércio e as atividades industriais e culturais da região. Conhecida pela “sobralidade triunfante” (FREITAS, 1999), cujo discurso diz respeito à construção identitária associada ao pioneirismo, à riqueza e à nobreza de caráter miticamente ligados aos nomes de família e aos laços de sangue de uma elite política e econômica, a cidade apresenta processos de racionalização dos espaços públicos, organizados em termos de centro e periferia, refletindo a segregação social historicamente reproduzida desde o período colonial.

A expansão da Universidade Federal do Ceará agregou à cidade, em 2006, mais de dez cursos de graduação, além da Faculdade de Medicina já implantada em 2001. Tal cenário começa a tensionar as relações tradicionais na cidade, o que se traduz em uma exploração imobiliária predatória e na elevação do custo de vida, fenômenos encontrados em situações similares em outros estados brasileiros. O aumento da circulação de jovens dos mais diversos lugares do país, com diferentes visões de mundo e práticas de sociabilidade, impacta a cidade com uma diversidade cultural, que tem ganhado cada vez mais visibilidade.

A organização do VII JUBRA começa em 2015 e lança para este curso o convite de congregar aqueles que discutem juventude na região. Neste sentido, se organiza o projeto de extensão “DIZ juventudes”, no âmbito do Laboratório de Pesquisas e Práticas em Psicologia e Educação (LAPPSIE). O LAPPSIE organizou em maio de 2016 o “I Fórum Diz Juventudes”, com a participação de diversos parceiros, destacando-se a professora Isaurora Martins, do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Culturas Juvenis (GEPECJU), da Universidade Estadual do Vale do Acaraú (UVA), além de

vários coletivos juvenis e escolas da região. O objetivo foi contribuir para a constituição dos Eixos Temáticos do VII JUBRA. Como resultado, apontou-se a necessidade das discussões sobre raça/etnia, violência, políticas públicas, família.

O projeto de extensão DIZ Juventudes também produziu, em parceria com o Laboratório das Memórias e das Práticas Cotidianas (LABOME/UVA), um vídeo em curta metragem¹, que foi exibido na programação cultural do VII JUBRA. Este curta abordou a perspectiva dos jovens de Sobral sobre sua vida e seus sonhos na cidade. Os participantes foram jovens com atuação política nas ocupações das escolas públicas em 2016, pessoas trans, homossexuais, moradores da periferia, artistas, que apresentaram sua visão crítica sobre os desafios de ser jovem em Sobral. Esta produção tem sido apresentada nas escolas públicas de Sobral e servido de pretexto para a discussão sobre questões referentes à participação política, raça/etnia, gênero e às possibilidades e desafios que os estudantes percebem na sua trajetória. Como apoio às discussões interseccionais promovidas no curta, organizamos também o projeto de extensão “Travessias: cuidado e atenção com pessoas trans”, que busca difundir o estudo do gênero no curso de Psicologia, bem como junto aos jovens interessados, pensando sobre como a educação pode ajudar a desconstruir estereótipos de gênero e o sexismo.

Temos experimentado também, no campo da docência, a temática étnico-racial através da disciplina “Psicologia do Desenvolvimento e Relações étnico-raciais”. Um dos encontros potentes neste percurso foi com os estudos de Grada Kilomba (2010, p. 28), psicanalista, escritora, artista e performer afroportuguesa, que tematiza a produção do conhecimento legitimado, denunciando as hierarquias e dicotomias

1 Agradecemos a colaboração do prof. Pablo Pinheiro na produção e da profª. Erica Atem, do Curso de Psicologia da UFC/Campus Sobral, no lançamento do do curta Diz Juventudes. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=IcbDJCVVT5E>>.

que dão suporte ao que chamou de violência epistêmica. Ao identificar os pólos “universal/específico; objetivo/subjetivo; neutro/pessoal; racional/emocional; imparcial/parcial” e apontar que “eles têm fatos, nós temos opiniões; eles têm conhecimento, nós temos experiências”, Kilomba reflete sobre os mecanismos de silenciamento exercidos pelo pensamento colonial e busca descolonizar o conhecimento. No *Desire Project* (Projeto Desejo), Grada realiza uma série de vídeos que interpelam o silenciamento dos sujeitos negros. Em *Plantations Memories - Episodes of everyday racism*, de 2008, seu texto pessoal revela o racismo presente no cotidiano e seus impactos psicodinâmicos. O primeiro capítulo deste texto encontra-se traduzido (DE JESUS, 2016). É neste texto que Kilomba (2008) problematiza a máscara presente no martírio da Escrava Anastácia como um instrumento do silenciamento, que ressignifica a boca como um lugar de tortura e mutismo. É também nele que a psicanalista considera ser o trabalho de consciência sobre o racismo algo a se realizar do ponto de vista psicológico.

Entender a obra de arte como produção histórica e cultural, com o auxílio de Vygotsky (1998), é situá-la como fruto do movimento de objetificação estética da subjetividade. Estando profundamente ligada aos enlaces entre cognitivo e emocional, a arte dá sistematicidade a este último campo. O artista, capaz de transcender o sentimento e apresentá-lo sob uma nova luz, inaugura zonas não exploradas do vivido. “Por si só, nem o mais sincero sentimento é capaz de criar arte. Para tanto, não lhe falta apenas técnica e maestria [...] se faz necessário ainda o ato criador de superação desse sentimento, da sua solução, da vitória sobre ele” (VYGOTSKY, 1998, p. 314). Aquele que percebe a arte, por sua vez, é impactado por esta produção e provocado a realizar as próprias sínteses a respeito. Pensar sobre os modos pelos quais uma obra de arte afeta quem a percebe, como nos interpela, como se relaciona com a vida são questões colocadas por Dos Reis e Zanella (2014) a respeito dos estudos

vygotskyanos sobre a arte e que também vão mobilizar nossos debates em torno da obra de Grada Kilomba.

Como fruto da disciplina, os estudantes organizaram o coletivo “Kilomba”, inspirado na referida artista, objeto de maiores discussões entre os participantes. O interesse dos estudantes pela questão étnico-racial na psicologia gerou ainda o projeto de extensão “Outras Histórias”, que realizou uma pesquisa-intervenção, utilizando o *Role Playing Game* (RPG) no debate sobre identidades e racismo com jovens estudantes de ensino médio.

Destacamos também a produção dos trabalhos de conclusão de curso, defendidos em 2017, de Janicleide Ripardo de Lima, “A construção de subjetividades feministas na internet”; de Julia de Fatima Jose Breganha, “Violência doméstica contra a mulher: apontamentos para um diálogo entre Cazenga/Luanda - Angola e Sobral/CE-Brasil”; de Déborah Fontenele de Oliveira, “Psicologia e transexualidade no SUS: uma discussão”; de Layres da Conceição Loiola Soares, “Enfrentamentos de jovens negras: interseccionalidades no discurso das rappers de Sobral-CE”; de Anna Karla Rodrigues Dino, “Atravessando sentidos: travestilidades e disforia de gênero”; de Heloísa Oliveira do Nascimento, “Jovens mulheres em cumprimento de medida socioeducativa de liberdade assistida em Sobral/CE: intersecções entre gênero, raça e classe social”, e de Alana Rocha Gomes, “A presença na ausência: um estudo sobre as representações de crianças negras em campanhas publicitárias no youtube”. Todos estes trabalhos são fruto desses dois anos de discussões que procuraram desenvolver um olhar interseccional junto aos interesses e percursos destas estudantes. As diversas produções, algumas já submetidas para publicação por indicação das bancas avaliadoras, estão aguardando parecer. Foram trabalhos de revisão de literatura, netnografia ou pesquisas que partiram dos projetos de extensão, traçando problemáticas que exigiram pensar raça/etnia, gênero, idade e classe social em articulação.

Atualmente, colaboramos com o projeto de pesquisa “Racismo: um estudo sobre afetos e empatia com estudantes universitários”, em parceria com o professor Francisco Pablo H. A. Pinheiro, do curso de Psicologia da UFC/Campus Sobral. A investigação busca compreender a repercussão do racismo, entendido como aspecto estrutural da nossa organização social, na capacidade empática e construção de experiências afetivas de estudantes de instituições universitárias que aderiram ao sistema de cotas. Um dos modos de manutenção da situação subalterna de negros e negras após a abolição foi o acesso negado à educação. A escola pública é tributária da luta do movimento negro, que advogou uma escola gratuita e de qualidade para todos. A educação universitária apenas recentemente enfrenta a desigualdade histórica, no que se refere à quantidade de estudantes negros e negras. A primeira frente assumida foi a do ingresso, com a implementação de políticas afirmativas como a Lei de Cotas Raciais que tem sido praticada na maioria das universidades públicas. Os dados disponíveis (IBGE, 2010) demonstram que 31,1% da população branca entre 15 e 24 anos estão na universidade, enquanto apenas 26,2% da população negra na mesma faixa etária encontram-se nesta situação. Contudo, os enfrentamentos referentes à permanência, campo no qual nos situamos, ainda precisam ser mais considerados.

Estudos como o de Lemos (2017) sobre o ingresso e permanência de jovens negros em universidades públicas demonstram que as políticas de acesso têm tido sucesso: os jovens têm conseguido concluir os cursos superiores. Todavia, é preciso investigar a qualidade da permanência. De acordo com a pesquisadora, estudantes de cursos nos quais a discussão racial era abordada se sentiam mais seguros a respeito de sua identificação como cotistas raciais, ao passo que naqueles cursos onde o discurso da meritocracia distorce o sentido da Lei de Cotas, os estudantes revelaram sentir uma maior presença do preconceito.

Abordando a problemática da construção da representação e do pertencimento, Weller, Ferreira e Meira (2009) convocam para o exame crítico das formas veladas de preconceito e racismo presentes na universidade e apontam ainda a necessidade de propostas pedagógicas nesta direção. Estas conclusões resultam de suas reflexões junto a jovens negras universitárias, que também sentiram as tensões entre a meritocracia e as políticas afirmativas, no cotidiano da universidade. O que se coloca em pauta, portanto, é a transformação cultural da universidade, atravessada pelos enlaces entre Psicologia e Pedagogia, na direção da descolonização do pensamento.

A relevância das ações desenvolvidas sustentou-se tanto nos engajamentos do campo de saber psi em práticas capazes de desconstruir o racismo, quanto na possibilidade de produção de um conhecimento situado e pertinente aos processos afetivos e cognitivos, nos quais se reproduz o preconceito racial.

Nossas apostas foram na direção de ver ensino, pesquisa e extensão como (inter)invenções: um convite a deslocamentos que mobilizem paisagens existenciais inter e intrasubjetivas. Quando a oposição sujeito-objeto é desconstruída, a transformação constitui-se a via possível de reconfiguração das possibilidades de ser no território comum e heterogêneo (PELBART, 2003). Assim, não há realidade a desvelar ou aprofundamentos a serem feitos: tudo se dá nas superfícies (com)partilhadas heterogeneamente, nas quais perceberemos o que é feito do racismo e do sexismo cotidianamente e o que nelas (a)guarda a possibilidade de desfazer coágulos e promover fluxos, devolvendo a circulação de zonas, até então adormecidas e amortecidas, por hierarquizações naturalizadas milenarmente. A seguir, apresentamos brevemente as concepções teóricas e metodológicas que guiaram este processo de trabalho.

Perspectivas teóricas e metodológicas

Nestes projetos e disciplinas, a aposta tem sido na experimentação que desloca os lugares de professores e estudantes, para que possam emergir conjuntamente em relação à temática, perante à qual se posicionam heterogeneamente. Temos buscado o interesse e o cuidado como sinais do engajamento dos participantes. Essa postura desconstrói qualquer aspiração a uma neutralidade objetivista, deixando claro que é a partir de um determinado viés que se constrói conhecimento nesta perspectiva teórico-metodológica.

Assim, observamos que os seguintes processos entrelaçados aconteceram em simultâneo:

1) Ativação de redes: convite e escuta dos participantes a respeito dos efeitos do racismo e sexismo a partir de suas diversas inserções. Aproveitamos a porosidade das fronteiras da universidade. Temos no Campus de Sobral-CE experimentado, desde de 2015, um intenso intercâmbio com diversos atores interessados na discussão do racismo e da negritude e da juventude dentro e fora da universidade. Isto é um indicador do interesse a respeito da questão.

2) Partilha de experiências: construção de uma analítica a partir de indicadores, pontos aglutinadores de forças e polêmicas, que expõem os modos de funcionamento produzidos pelas políticas instituídas e pelas práticas cotidianas (ROCHA, 2006).

Acompanhamos processos de autoanálise tomando forma com a apropriação, pelos jovens participantes, das ferramentas conceituais que lhes permitiram compreender as dinâmicas institucionais e posicionamentos históricos potencializadores do enfrentamento do racismo. Apresentamos brevemente a seguir tais ferramentas e seus norteadores.

É preciso reconhecer que o campo psi tem historicamente ocupado um lugar privilegiado na reprodução de práticas normatizadoras

e prescritivas, que no início do século passado estavam bem apoiadas no conceito de raça. Os estudos de Nina Rodrigues e Arthur Ramos, pautados no darwinismo social e nas teorias raciais europeias, embasaram a criação dos primeiros serviços psi, chamados então serviços de Higiene Mental, nos anos 1930, 1940 e 1950, exercendo seu papel na regulação social (SANTOS; SCHCUMAN; MARTINS, 2012). A legislação relativa ao fazer do psicólogo, Lei nº 4.119/62, afirmava o ajustamento como uma prática exclusiva do psicólogo. Obviamente, o recorte racial daqueles que eram alvo da necessidade de ajustamento era invisibilizado.

Nos anos 1970, psicólogos se engajaram na reforma sanitária e, posteriormente, na reforma psiquiátrica e na luta antimanicomial. Perspectivas ancoradas na busca da objetividade e das regularidades e nas pretensões explicativas com base em relações causais foram sendo questionadas, dando ênfase ao viés subjetivo do pesquisador como condição de possibilidade, e não obstáculo, ao conhecimento. Assim, foi possível a emergência de outras compreensões sobre como se constituem os processos de produção da subjetividade com base em micro-relações, atravessadas por diversas dimensões de uma realidade complexa. Estudos como o de Lélia Gonzalez (1983) e Neusa Santos Souza (1983) versaram sobre a importância de uma escuta analítica, escuta que permite um lugar de fala para o sujeito sobre o qual incidem os efeitos violentos da lógica de dominação racista. A partir da experiência social da racialização, tais autoras compreendem como os sujeitos negros se constituem de forma singular, frente à homogeneização e à desumanização que lhes são impostas pelo racismo.

O Conselho Federal de Psicologia assinala estudos recentes, citados abaixo, que dão um panorama do entendimento da problemática das relações raciais:

Atualmente, diversas bibliografias trazem contribuições significativas para a psicologia das relações raciais. Refletindo, por exemplo, que, diante de tamanha exposição a diversas vulnerabilidades, é de esperar-se que a população negra sofra os efeitos psíquicos e psicossociais do racismo, podendo haver inclusive desenvolvimento de enfrentamento da situação (NASCIMENTO, 2008; CARNEIRO e CURI, 1994; LOPES, 1994) e resiliência (PRESTES, 2012), mas, inúmeras outras vezes, tendo como resultado danos e comprometimentos psicológicos, além de orgânicos, como descreve Werneck (2006) e Santos (2004). Os efeitos psicológicos incluem comprometimento da autoestima, com submissão ao processo identitário de branqueamento, como descrito por Bento, 2009, entre outros efeitos. Outras teorias versaram sobre a formação da identidade negra (SOUZA, 1990), o efeito do racismo nessa formação e na autoestima (SILVA, 1999; PODKAMENI e GUIMARÃES, 2011), ou ainda sobre Negritude e sofrimento psíquico (REIS FILHO, 2005). Nogueira (1999) informa sobre as questões simbólicas associadas ao corpo negro. (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA 2013, p. 36-37)

A compreensão das identidades como posicionamentos políticos múltiplos e transitórios, a partir dos Estudos Culturais, leva também à tematização do pólo racial até então não questionado, a branquitude. A Psicologia Social do Racismo (BENTO, 2009) procura situar como brancos e negros são produzidos num jogo desigual de forças, em que os primeiros, apoiados na racionalidade ocidental, têm garantidos para si privilégios e são tomados como referência universal. Os negros passam a ser considerados os outros e são endereçados à margem. A escuta que desejamos criar a partir de dispositivos analisadores neste processo alia-se aos referenciais com os quais estamos trabalhando: os Estudos Culturais, os Estudos Decoloniais e a Análise Institucional. Trata-se de um engajamento na desconstrução de um dos efeitos mais nocivos do racismo, qual seja, o silenciamento.

O silenciamento não diz respeito somente à despotencialização das resistências ao racismo, mas de uma radical inviabilização de qualquer questionamento. Trata-se de um silenciamento da voz, do pensamento e do corpo, como possibilidade de dizer, evocar e nomear, de denunciar a relação de violência e anunciar outros modos possíveis de viver. O racismo marca o corpo e se exerce sobre o corpo:

A “corporalidade” é o nível decisivo das relações de poder. Porque o “corpo” implica a “pessoa”, se se libertar o conceito de “corpo” das implicações mistificadoras do antigo “dualismo” eurocêntrico, especialmente judaico-cristão (alma-corpo, psique-corpo etc.). E isso não é o que torna possível a “naturalização” de tais relações sociais. Na exploração, é o “corpo” que é usado e consumido no trabalho e, na maior parte do mundo, na pobreza, na fome, na má-nutrição e na doença. É o “corpo” o implicado no castigo, na repressão nas torturas e nos massacres durante as lutas contra os exploradores. [...] Nas relações de gênero trata-se do corpo. Na “raça”, a referência é ao “corpo”, a cor presume o “corpo”. (QUIJANO, 2010, p. 126)

O conceito de interseccionalidade é construído no âmbito acadêmico do ativismo feminista negro para dar conta da interação entre essas múltiplas formas de opressão, sem, contudo, hierarquizá-las. Ao examinar as apropriações deste conceito no contexto brasileiro, Rodrigues (2013) explica que a identidade de gênero não se traduz em solidariedade interracial, ou seja, não deriva do ser mulher uma compreensão empática do sofrimento do preconceito quando o assunto é racismo. A solidariedade entre as mulheres negras possibilita que a pauta sobre a questão racial seja incluída nos estudos de gênero. Entretanto, a articulação entre raça e gênero fica, no Brasil, a cargo das feministas negras, como se fosse concernente apenas a elas, ao passo que internacionalmente essa pauta foi paulatinamente incorporada na academia. Este cenário brasileiro estava diretamente ligado à baixa participação acadêmica de mulheres negras e vem se alterando conforme o quadro universitário muda. As discussões interseccionais entre gênero e raça são ainda desafios para a academia. A temática abordada por estes projetos invariavelmente mobiliza esta intersecção, levando-nos a pensar nos pertencimentos descontínuos e heterogêneos que nos constituem.

Patricia Hill Collins (2017), importante feminista e estudiosa dos caminhos da perspectiva interseccional, nos faz pensar que o interseccional diz respeito àquilo que é indivisível, aquelas questões tão caracteristicamente relacionais que não podem ser abordadas a

partir de categorizações estanques. Os enfrentamentos que mulheres negras estadunidenses assumiram na luta por igualdade nos anos 1960 demonstraram que o ideário abstrato a respeito dos direitos precisava ser significativamente importante no contexto cotidiano da vida de todos os seres humanos. A interseccionalidade migrou dos movimentos sociais para a academia por intelectuais e ativistas dos estudos culturais, pós-coloniais, negros e feministas a partir dos anos 1980, pois era preciso produzir um conhecimento outro, contrabandeado das margens do saber legitimado para os centros de difusão, propondo outros percursos de investigação e práxis.

Atualmente, vivemos na academia um profundo ataque à universidade pública, gratuita e de qualidade. Esta tendência se situa na escolha de modelos de desenvolvimento econômico, social e humano pautados no neoliberalismo, que preconizam a regulação do mercado e a diminuição do Estado. A consequência disto tem sido o aprofundamento das desigualdades, o aumento da miséria mundial e o esgotamento das reservas ecológicas do planeta. A universidade, como discute Boaventura de Sousa Santos (2014), se viu lançada em uma profunda crise institucional, derivada da fragilidade do Estado em garantir sua autonomia frente às demandas do mercado. Por outro lado, a democratização do acesso ao ensino universitário faz com que a sociedade, que já foi objeto de estudo desses centros de pesquisa e transmissão do saber, se torne também sujeito da produção do conhecimento acadêmico dos países multiétnicos e periféricos, como é o caso do Brasil. Santos (2014) considera que, se a universidade deseja sair de sua paralisia frente a estas tensões, precisa assumir uma posição diante da globalização hegemônica. Este pensamento - esteio de nossos estudos - dialoga com o que Collins (2017) reflete sobre a trajetória da perspectiva interseccional dos movimentos sociais para o âmbito acadêmico e suas implicações. O núcleo ético da perspectiva interseccional, sobretudo na universidade, precisa ser

retomado para que não se perca de vista o horizonte da justiça social que deu origem às lutas em questão, como alerta Collins (2017). Assim, esta proposta visa fortalecer na universidade uma posição de resistência que, distanciando-a do seu elitismo histórico, a aproxime da legitimidade conferida pelo acesso democrático ao direito à educação.

Buscamos ainda nos situar no âmbito mais amplo do giro decolonial, como foi nomeado por Maldonado Torres, citado por Ballestrin (2013), cujas origens remetem a autores como Quijano (2010), nos quais nos fundamentamos. Trata-se de assumir:

[...] (a) a narrativa original que resgata e insere a América Latina como o continente fundacional do colonialismo, e, portanto, da modernidade; (b) a importância da América Latina como primeiro laboratório de teste para o racismo a serviço do colonialismo; (c) o reconhecimento da diferença colonial, uma diferença mais difícil de identificação empírica na atualidade, mas que fundamenta algumas origens de outras diferenças; (d) a verificação da estrutura opressora do tripé colonialidade do poder, saber e ser como forma de denunciar e atualizar a continuidade da colonização e do imperialismo, mesmo findados os marcos históricos de ambos os processos; (e) a perspectiva decolonial, que fornece novos horizontes utópicos e radicais para o pensamento da libertação humana, em diálogo com a produção de conhecimento (BALLESTRIN, 201, p. 110).

Quijano (2005, 2010), precursor dos Estudos Decoloniais, explica como a ideia de raça funda as relações coloniais, fixando hierarquias e justificando a dominação, além de estar relacionada à noção de gênero. São articuladas as questões do trabalho, da raça e do gênero como três instâncias centrais de ordenamento da exploração/dominação. Alinhada com a ótica da colonialidade do poder, à qual tivemos acesso através das “epistemologias do sul” (SANTOS, 2010), compreendemos com Quijano que tal classificação constitui-se de modo mais complexo, envolvendo, além de processos cognitivos, as relações de poder e a subjetividade. “Da nossa perspectiva, somente processos de subjetificação, cujo sentido é o conflito em torno da exploração/dominação, constituem um processo de classificação social” (QUIJANO, 2010, p. 116). A estrutura de dominação

produz os sistemas de classe social, racismo e sexismo como formas distintas de opressão.

Partimos também da crítica política do conceito de raça, bem como do sistema de exclusão por ele engendrado, o racismo. Atribuímos sua perpetuação à cegueira produzida pelo Iluminismo no tocante ao tráfico humano, que serviu de base econômica para o sistema colonial, perpetuando-se para além dos encerramentos burocráticos desse regime. Enquanto não é possível à racionalidade vigente reconhecer as operações ancoradas na raça, os não-brancos são continuamente endereçados ao mesmo lugar negativo que esta pressupõe para eles na partilha da humanidade. A raça é a crença que fundamenta a desigualdade entre os homens (BARLET, 2013). O paradigma no qual se assenta é aquele que atribui aos diferentes a anormalidade. Se, em Fanon (2008), a violência aparece em sua potência e positividade da desconstrução da ordem imposta, é a partir de Mandela que Mbembe (2014) nos retorna para a micropolítica, o poder do silêncio e das miudezas. É no poder da sensibilidade e da experiência, ao qual esse pensador se refere, que temos apostado.

Deste modo, concluímos com as seguintes questões orientadoras desta escrita e das nossas práticas: o que podem jovens, na universidade e fora dela, quando reunidos em torno da discussão do racismo, sexismo e desigualdade? Quais as questões que os(as) provocam e que são por eles e elas provocadas? O que desejam mobilizar a partir dessas questões? Assim, fortalecemos uma Psicologia que suporte ouvir o racismo e suas intersecções, bem como o sofrimento que dele provém e que consiga estar ao lado dos que resistem e se transformam ao afirmarem-se em sua potência perante as desigualdades. Entendemos que seguir estas pistas foi produtivo, tornando mais porosos os muros que cercam a universidade. Isto colabora para a formação de profissionais de psicologia sensíveis e analiticamente capazes de problematizações e intervenções engajadas na construção de uma sociedade brasileira mais justa e solidária, a partir de um centro urbano densamente povoado, no sertão do Ceará.

Referências Bibliográficas

- AGAMBEN, Giorgio. O que é um dispositivo? **Outra travessia**, n. 5, p. 9-16, 2005.
- BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política** (Impresso), v. 2, p. 89-117, 2013.
- BARLET, Olivier. **Os pequenos segredos da raça em "Crítica da Razão Negra", de Achille Mbembe**. Disponível em: <<http://www.buala.org/pt/mukanda/os-pequenos-segredos-da-raca-em-critica-da-razao-negra-de-achille-mbembe>>. Acesso em: 22 jul. 2016.
- BENTO, S. A. M.. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: CARONE, I.; BENTO, S. A. M. (Orgs.). **Psicologia Social do Racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. p. 25-57.
- COLLINS, Patricia Hill. Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória. **Parágrafo**, v.5, n. 1, jan/jun. 2017. Disponível em: <<http://www.revistaseletronicas.fiamfaam.br/index.php/recicofi/article/view/559>>. Acesso em: 02 jan. 2018.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Referências técnicas para Prática de Psicólogas(os) em políticas públicas de relações raciais**. Brasília: CFP, 2013.
- DE JESUS, Jessica Oliveira. A Máscara. **Cadernos de Literatura em Tradução**, n. 16, p. 171-180, 2016.
- DOS REIS, Alice Casanova; ZANELLA, Andréa Vieira. Arte e vida, vida e (em) arte: entrelaçamentos a partir de Vygotsky e Bakhtin. **Psicologia Argumento**, v. 32, 2017. Disponível em: <<https://periodicos.pucpr.br/index.php/psicologiaargumento/article/view/20463/19721>>. Acesso em: 03 jan. 2018.
- FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.
- GOMES, Joaquim Benedito Barbosa. **Ação afirmativa e princípio constitucional da igualdade: o direito como instrumento de transformação social: a experiência dos EUA**. Renovar, 2001.
- GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: SILVA, L. A. **Movimentos sociais, urbanos, memórias étnicas e outros estudos**. Brasília, ANPOCS, 1983.

LEMOS, Isabele Batista. Narrativas de cotistas raciais sobre suas experiências na universidade. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 71, e227161, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782017000400226&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 18 jan. 2018.

KILOMBA, Grada. **Plantation Memories: episodes of everyday racism**. Münster: UNRAST, 2010.

MBEMBE, Achille. **Crítica da Razão Negra**. Lisboa: Antígona, 2014.

PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia. Cartografar é traçar um plano comum. **Fractal, Rev. Psicol.**, v. 25, n. 2, p. 263-280, maio/ago. 2013.

PAULON, Simone Mainieri. A análise de implicação como ferramenta na pesquisa-intervenção. **Psicologia e Sociedade**, Porto Alegre, v. 17, n.3, p. 16-23, set/dez. 2005.

PELBART, Peter. A comunidade dos sem comunidade. In: _____. **Vida capital: ensaios de biopolítica**. São Paulo: Iluminuras, 2003.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do Poder e Classificação Social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Orgs.). **Epistemologias do sul**. São Paulo: Editora Cortez. 2010.

ROCHA, Nara Maria Forte Diogo. **Relações étnico-raciais e educação infantil: dizeres de crianças sobre cultura e história africana e afro-brasileira na escola**. 2015. 324f. - Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira, Fortaleza (CE), 2015. Disponível em: <<http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/13206>>. Acesso em: 19 jan. 2018.

ROCHA, Marisa Lopes da. Psicologia e as práticas institucionais: a pesquisa-intervenção em movimento. **PSICO**, Porto Alegre, PUCRS, v. 37, n. 2, 169-174, maio/ago. 2006. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/view/1431>>. Acesso em: 22 jul. 2016.

SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 10., 2013, Florianópolis. **Atualidade do conceito de interseccionalidade para a pesquisa e**

prática feminista no Brasil. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2013. Disponível em: <http://www.academia.edu/download/49626474/1384446117_ARQUIVO_CristianoRodrigues.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2018.

SANTOS, Alessandro de Oliveira dos; SCHUCMAN, Lia Vainer; MARTINS, Hildeberto Vieira. Breve histórico do pensamento psicológico brasileiro sobre relações étnico-raciais. **Psicologia, Ciência e Profissão**, Brasília, v. 32, n. spe, p. 166-175, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932012000500012&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 22 jul. 2016.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A Universidade no Século XXI: Para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade**. Disponível em: <<http://www.ces.uc.pt/bss/documentos/auniversidadedosecXXI.pdf>>. Acesso em: 15 fev. 2014.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro, ou, As vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. Graal, 1983.

VYGOTSKY, Lev Semyonovich. **Psicologia da Arte**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

WELLER, Wivian; FERREIRA, Erika do Carmo Lima; MEIRA, Ana Paula Barbosa. Relações étnico-raciais e de gênero na escola e no espaço acadêmico: experiências de jovens negras da Universidade de Brasília. **Educação**, Santa Maria: UFSM, v. 34, n. 1, p. 77-94, jan./abr. 2009. Disponível em: <<http://www.ufsm.br/revistaeducacao>>. Acesso em: 2 jan. 2017.

ZANELLA, Andréa Vieira. Ética e paradigmas na psicologia social: reflexões sobre pesquisa em psicologia, método(s) e alguma ética. In: PLONER, K.S. et al (Orgs.). **Ética e paradigmas na psicologia social** [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. p. 46-58. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/qfx4x/pdf/ploner-9788599662854-05.pdf>>. Acesso: 7 mar. 2018.

Jovens de terreiro na cidade: experiências estéticas e saberes políticos

Ilaina Damasceno

Apresentação

O artigo aborda a formação humana de jovens de terreiro, residentes em duas metrópoles brasileiras, a saber: Fortaleza (CE) e Rio de Janeiro (RJ)¹. Trata-se da leitura dos dados da primeira fase de uma pesquisa cujos objetivos principais são compreender as ações culturais desenvolvidas por jovens e analisar como se constituem politicamente ao participarem da luta por visibilidade e direito à diferença na cidade. Compreendemos que as ações culturais mobilizam ensinamentos sobre direitos e cidadania que possibilitam a apropriação da cidade ao ampliar a presença pública das comunidades de que participam e garantir o engajamento ativo dos jovens em práticas que valorizam a cultura afro-brasileira.

A temática das juventudes de terreiro no Brasil ainda é um campo a ser trabalhado a partir de diversos temas de investigação, sobretudo no que se refere à articulação entre ações culturais e a conquista do direito à diferença na cidade. As particularidades vivenciadas por esses jovens, como constrangimentos simbólicos, negação de direitos e racismo religioso ocupam um lugar incipiente na produção sobre juventudes no Brasil. Pesquisas que visem superar essa lacuna constituem tarefa desafiadora e apresentam os limites e as possibilidades de uma produção que, além do campo das Ciências Sociais e da Educação, integre a Geografia

1 Projeto "Experiência e visibilidade socioespaciais de jovens umbandistas e candomblecistas na cidade: estudo comparativo de estratégias espaciais de afirmação da religiosidade em Fortaleza (CE) e Rio de Janeiro (RJ)", financiado pela Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ).

como ciência que pode contribuir para a compreensão do cotidiano das juventudes de terreiro na cidade.

Organizamos informações sobre as ações culturais da juventude de terreiro noticiadas em jornais de circulação diária em Fortaleza (O Povo, Diário do Nordeste e O Estado) e no Rio de Janeiro (O Globo, O Dia e Jornal Extra). Também acompanhamos postagens nas redes sociais sobre duas ações culturais - Festa de Iemanjá (CE) e Marcha pela Liberdade Religiosa (RJ) - observando a participação dos jovens nessas ações, além de estabelecer com eles um conjunto de conversas que permitiu registrar seus engajamentos em atos públicos com vistas à conquista do direito à diferença na cidade. Estes mecanismos de coleta de informações realçaram experiências estéticas e saberes políticos cujo principal ambiente educacional é o espaço público, entendendo-o como local onde os diferentes se encontram e se confrontam.

O artigo organiza-se em três seções. Primeiro, apresentamos o escopo da pesquisa, discutindo duas ações culturais nas quais observamos a formação humana dos jovens de terreiro em processos de educação não formal organizados nas ações de ocupação do espaço público (GOHN, 2010, 2014, 2015). Segundo, ressaltamos as experiências estéticas dos jovens como parte de seu processo de formação (FOUCAULT, 2010, 2011), enfatizando-as como maneiras de afirmar a diferença na cidade. Terceiro, debatemos os saberes políticos compartilhados pelos jovens de terreiros e seu potencial para a constituição do espaço da aparência que reinventa o espaço público na cidade (ARENDR, 1993, 2000). Por fim, salientamos os saberes espaciais dos jovens para problematizar sua ação política na cidade.

Ações culturais da juventude de terreiro: entre a formação humana e a educação não formal

O Grupo Cultural Toque de Senzala é, atualmente, constituído por jovens que frequentam o Centro Espírita de Umbanda São Miguel. O surgimento do grupo, em 2010, relaciona-se a dois fatores distintos, mas interrelacionados. O desejo de homenagear os Pretos Velhos, reconhecendo seus saberes e sua resistência no período da escravidão, além de ensinar sobre a religião e sua necessária relação com a política da vida cotidiana. Registra-se também na origem do grupo a parceria entre o Terreiro São Miguel e a Secretaria de Direitos Humanos da Prefeitura Municipal de Fortaleza (SDH-PMF), cuja proposta era oportunizar para os jovens do Grande Bom Jardim projetos e ações nos quais seus cotidianos na periferia pudessem ser debatidos e houvesse aprendizagens sobre cidadania e direitos humanos².

A constituição do grupo ocorreu em três etapas que foram incorporadas ao modo pelo qual os jovens até então organizavam suas atividades. Houve uma formação teórica na Lei 10.639/2003, a realização de oficinas de tambores, nas quais os jovens compartilharam com maracatus, hip-hop e luthier de tambores conhecimentos sobre ritmos e afirmação da identidade, além da participação em eventos institucionais ligados às comemorações dos terreiros e eventos organizados pelas administrações municipal e estadual em Fortaleza. O curso teórico permitiu aos jovens verem a si e aos grupos étnicorraciais que integram como sujeitos da história e da geografia da cidade. As informações e temas abordados baseavam-se no compartilhamento de saberes sobre a vida na periferia da metrópole, a partir de debates sobre discriminações,

2 A parceria com a SDH encerrou-se em 2012, quando o grupo passou a pleitear editais municipais e estaduais de incentivo a práticas afro-brasileiras e ações culturais protagonizadas por jovens.

mobilidade restrita e ineficiência na oferta de serviços de saúde e de educação. Momentos de aprendizagem que apontaram a reivindicação de direitos como real exercício da cidadania.

As apresentações do grupo Toque de Senzala são realizadas em diversos locais públicos de Fortaleza, compondo uma cartografia diversa e complexa de ocupações expressivas da necessidade de fazer-se visto como parte de um projeto político cuja proposta é atuar em favor do direito à diferença. Uma das principais atividades do grupo ocorre na organização da Festa de Iemanjá, cuja presença da juventude se destaca como situação de aprendizagem religiosa e de afirmação da diferença. Nesta data do calendário religioso da umbanda em Fortaleza, os jovens participam do processo negociação, disputa e conflito por visibilidade na cidade. As ações dos jovens, expressando as aprendizagens organizadas no terreiro, não se restringem à luta pela visibilidade das religiões afro-brasileiras, mas no reconhecimento de direitos humanos para sujeitos cujas trajetórias são negadas como pertinentes para a constituição de histórias e geografias na cidade³.

A Caminhada em Defesa da Liberdade Religiosa no Rio de Janeiro apresenta-se, desde sua primeira edição, como um evento para visibilizar a perseguição as religiões de matrizes afro-brasileiras, bem como para situar a intolerância religiosa no Brasil como parte do racismo estrutural da sociedade. O ato organizado, anualmente, pela Comissão de Combate à Intolerância Religiosa (CCIR), além de reunir umbandistas e candomblecistas, principais vítimas da violência, agrega representantes de outras matrizes religiosas. Em 2017, a marcha ocorreu poucos dias após a divulgação de um vídeo nas redes sociais, no qual criminosos supostamente cristãos obrigaram uma zeladora a destruir um templo. O

3 Exemplo é a participação do grupo nas manifestações para investigação e condenação dos envolvidos no assassinato da travesti Dandara dos Santos, ocorrido no Bairro Bom Jardim, em 2017.

vídeo desencadeou uma rede denúncias contra o modo como as queixas de ações de intolerância são registradas e apuradas no Brasil, tornando os dados oficiais sobre esta situação discrepantes quanto ao cotidiano narrado pelos sujeitos⁴.

A presença dos jovens na Caminhada em Defesa da Liberdade Religiosa, seja nas atrações musicais/culturais da manifestação, seja na presença corpórea, mais que a renovação da geração de praticantes da umbanda e do candomblé, é significativa do modo pelo qual esta juventude percebe seus direitos básicos de manifestação de crença negados. Ao observarmos a caminhada, notamos jovens em diferentes fases do processo de iniciação, em sua maioria afrodescendentes, que reconhecem na ocupação da orla marítima de Copacabana um meio de reivindicar direitos.

A participação dos jovens nesse processo, além da interação nas redes sociais por meio de seus perfis pessoais, compartilhando informações e divulgando o evento, é de mobilização para ocupar o espaço público em favor de visibilidade, reconhecimento e direitos. Reconhecimento do racismo sofrido cotidianamente expresso em olhares, xingamentos e narrativas preconceituosas. Visibilidade da diversidade de sujeitos que integram as religiões afro-brasileiras e dos modos de expressão da juventude de terreiro, cujas práticas culturais não podem e não devem ser desvinculadas dos locais sagrados onde são gestadas, tornando-se danças folclóricas, como ocorre com afoxés, grupo de tambores, jongo etc. E, por fim, do direito à diferença religiosa e cultural na cidade, que deve estar na manutenção de templos em seus

⁴ De acordo com dados da CCIR, o Rio de Janeiro é um dos municípios brasileiros com maior número de registros de depredações de templos religiosos de matriz africana e de perseguições violentas aos praticantes. Os casos de intolerância e os conflitos entre praticantes de religiões afro-brasileiras e órgãos da administração e segurança municipais compuseram o relatório entregue a Comissão de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas, em 2012.

locais de origem, mas também no direito de afirmar a formação religiosa com uso de guias, turbantes e vestimentas sem o impedimento físico e simbólico à mobilidade dos sujeitos.

Nos dois contextos apresentados, as ações culturais possibilitam o encontro com outros sujeitos cujas expressões religiosas e culturais apresentam propostas estéticas distintas (hip-hop, maracatu, afoxés, jongo, grafite etc.) e outras matrizes religiosas (Budismo, Islamismo, Judaísmo, Wicca etc.), possibilitando o compartilhamento de saberes políticos constituídos na busca por respeito. Esses eventos de encontro ajudam a compreender a existência de trajetórias alternativas sobre direito, diferença e valorização, destoando das narrativas hegemônicas sobre a religião e seu lugar na sociedade. As aproximações entre os diferentes grupos possibilitam o reconhecimento de outras histórias e a compreensão de que elas integram experiências estéticas e saberes políticos significativos da história e da vida de afro-brasileiros. Este processo de formação humana volta-se para a gênese “de cidadãos livres, emancipados, portadores de um leque diversificado de direitos, assim como de deveres para com os outros.” (GOHN, 2010, p. 33).

Segundo Gohn (2014), a educação não formal:

designa um processo com várias dimensões tais como: a aprendizagem política dos direitos dos indivíduos enquanto cidadãos; a capacitação dos indivíduos para o trabalho, por meio da aprendizagem de habilidades e/ou desenvolvimento de potencialidades; a aprendizagem e exercício de práticas que capacitam os indivíduos a se organizarem com objetivos comunitários, voltadas para a solução de problemas coletivos cotidianos [...] São processos de autoaprendizagem e aprendizagem coletiva adquirida a partir da experiência em ações coletivas, podem ser organizadas segundo eixos temáticos.

A formação dos jovens nas ações culturais, ao mesmo tempo em que pode confrontar conjuntamente os discursos hegemônicos que os destituem de potencial político e criativo, evidencia uma proposta pedagógica fundada no diálogo entre as diferenças. Estes sujeitos se

educam porque evidenciam a multiplicidade de juventudes que habita a cidade e as questões comuns a serem enfrentadas. Como destaca Gohn (2010, p. 17), na educação não formal “o grande educador é o ‘outro’, aquele com quem interagimos ou nos integramos”.

As experiências comuns da juventude na cidade são seguidas da apresentação das diferenças culturais e religiosas nela existentes. Os debates encaminham-se para o reconhecimento do outro como sujeito de direitos e da importância da diferença na constituição de processos democráticos, evidenciando os pressupostos da educação não formal ao salientar a autonomia dos jovens e dos modos de participação nas atividades. Como ressalta Gohn (2015, p. 16.):

A educação não formal é um processo sociopolítico, cultural e pedagógico de formação para a cidadania, entendendo o sociopolítico como a formação do indivíduo para interagir com o outro em sociedade. Ela designa um conjunto de práticas culturais de aprendizagem e produção de saberes [...].

A formação humana para os jovens de terreiro constitui um conjunto de vivências sociopolíticas que informa sobre a diversidade e impõe a convivência com o diferente. Esta é uma marca das atividades descritas, pois, se o contato com o outro não ocorre por meio do processo de formação no terreiro, ele pode ser viabilizado por meio de apropriações da cidade com vistas a torná-la espaço público.

Os jovens participam de cerimônias cujo objetivo é comunicar a cultura e a história afro-brasileira por meio de danças, ritmos e músicas. Estes eventos, além de ritualizações e confraternizações entre terreiros, são momentos de composição de outras narrativas dos jovens sobre si mesmos, pois neles são apresentados processos criativos de formação de conhecimentos e saberes sobre a religião e sobre a cidade onde habitam.

As apresentações na cidade retomam o encontro com outros, pois elas constituem um meio de educação não formal. Como destaca Gohn (2015, p. 26): “É no espaço público, no agir político, que podemos observar

o processo sociopolítico e cultural de um grupo, ou autor, e o caráter educativo e pedagógico de suas obras.”. A participação em atividades nas ruas e praças, mas também em programas de TV e atividades organizadas pelos órgãos das administrações municipal e estadual são maneiras de se apropriar da cidade. Esta apropriação tanto se refere à ocupação física de logradouros e instituições quanto à abertura de possibilidades para debater os modos de estar na cidade e a necessidade de reconhecer diferentes experiências sensíveis. Os jovens de terreiro apontam a importância dos eventos públicos como possibilidade de debater a vida na cidade como espaço-tempo de criação, fruição estética e participação política.

Pelas narrativas dos sujeitos e por suas postagens nas redes sociais, observamos um modo de organização que possibilita a autonomia. Não só porque, em se tratando de jovens iniciados em religiões afro-brasileiras, é necessário guardar um discurso e uma prática condizente com sua participação no terreiro, mas também porque os processos educativos que circulam nas redes socioculturais e políticas supõem a formação de sujeitos autônomos para reivindicar direitos e reconhecer os direitos dos outros. Nesse sentido, as ações dos jovens não são apenas atividades lúdicas pela cidade, mas a execução de práticas sociopolíticas que destacam processos de educação não formal ao estabelecerem a diferença entre “ocupar espaço público somente, e ocupá-los com uma visão crítica do mundo.” (GOHN, 2010, p. 41).

As apropriações da cidade, por meio das ações culturais, são situações de encontro e confronto que iluminam a diversidade de sujeitos, cujos desejos, expectativas e lutas convergem e divergem. As apresentações do Grupo Cultural Toque de Senzala na Festa de Iemanjá e a participação dos jovens na Caminhada pela Liberdade Religiosa dotam de potência política a materialidade da cidade, nelas são compartilhadas experiências estéticas e saberes políticos.

Corporeidade dos jovens de terreiro: experiências estéticas

Para Cavalcanti (2015), a primeira espacialidade experimentada pelos jovens é o próprio corpo, pois é a partir dele que podem se apropriar da cidade e marcá-la com sua presença. A circulação, a mobilidade e as ações empreendidas através de seus corpos são maneiras de escrever histórias sobre si. A partir disso, podemos afirmar que as experiências corporais dos jovens, além de intrinsecamente espaciais, relacionam-se às escolhas, desejos e devires destes em relação a si mesmos, aos grupos que constituem e à cidade que habitam. O corpo ganha centralidade por ser um mapa de poder e identidade (HARAWAY, 2009), nele se estabelecem normalizações e dele criam-se possibilidades de transformação. Nesse sentido, os corpos deixam de ser formas que ocupam posições no espaço para serem experimentos sensíveis da vida na cidade.

Precisamos olhar os corpos dos jovens como intensidade de experimentos, normas, devires e comportamentos (FOUCAULT, 2010, 2011) cuja inter-relação cria a corporeidade. Esta é um conjunto de experiências ético-estéticas constitutivas dos sujeitos. Sander (2011) contrapõe o corpo-identitário, considerado uma propriedade da sociedade disciplinar, ao corpo-devir, exercício de criação, a fim de estabelecer que a corporeidade estaria próxima desta última perspectiva; cuja ênfase recai na ação do sujeito sobre si e sobre o mundo ao questionar os comportamentos normalizadores. Concordamos com o autor quando este afirma que os sujeitos, ao interagirem com as relações sociais instituídas e empreenderem novos investimentos relacionais, exercitam corpos em devir, cujas visibilidades podem ser definidas como corporeidades.

Para o autor, as corporeidades são:

[...] processualidades corporais, e potências nos processos de subjetivação, no sentido de nos conduzir o mais próximo de um corpo-invenção. [...] Portanto, o corpo não será propriamente privilegiado, como se ele tivesse regalias que se negou à alma; o corpo será, pois, entendido como uma visibilidade, onde se podem ver estratificações, linhas de força e fraturas (SANDER, 2011, p. 132).

A corporeidade como aqui abordada é uma relação política, um colocar a existência em xeque na medida em que se faz um reconhecimento de si e de suas limitações e possibilidades na tentativa de se relacionar com os outros. Uma ação pelo engajamento em instituições e movimentos ou em atividades religiosas e culturais que permitem criar, cotidianamente, outras formas de habitar, flexíveis e fugazes, capazes de se reinventar a fim de não serem aprisionadas nos modelos estabelecidos pelas relações sociais hegemônicas. A corporeidade, enquanto dinâmica corporal reveladora das orientações éticas, estéticas e políticas dos sujeitos, tem o caráter de ampliar a vida e suas expressões espaciais, no sentido de tornar-se pública (DAMASCENO, 2015).

A corporeidade nos apresenta as coações, as coerções e as possibilidades criativas dos jovens na busca pela apropriação sensível do mundo. Tanto no sentido de que o ser jovem propõe outro modo de interagir com a cidade quanto porque há múltiplas identidades juvenis, cujas especificidades buscam visibilidade e reconhecimento (BARBOSA, 2013). Os discursos de urbanidade e de unicidade impostos sobre a cidade não anulam os devires e os desejos dos jovens. Os impedimentos são tratados enquanto elementos para os quais é necessário criar alternativas. A corporeidade expressa a intensidade e a multiplicidade de relações vividas pelo sujeito jovem, a partir dela podemos olhar o mundo pelas experiências sensíveis que nos indicam outros modos de ser e de dizer possíveis e reinventados.

Os jovens de terreiro ético-esteticamente relacionam suas ações para com os outros e com a cidade com a afirmação de suas diferenças.

A tríade “cantar-batucar-dançar” (LIGIÉRO, 2011) não é apenas um meio cultural, é a afirmação de uma diferença que reconhece na diferença de outros a possibilidade de construir um mundo em comum. A corporeidade na formação do sujeito estético é uma maneira de afirmar a multiplicidade do espacial, reconhecendo os corpos enquanto espacialidades primeiras.

A corporeidade dos jovens em suas apresentações públicas destaca a multiplicidade do espacial nas formas estéticas de apresentar-se na cidade. O encontro com outros faz reconhecer a multiplicidade de sujeitos e afirmar uma posição no mundo. As apresentações públicas, ao evidenciar a corporeidade de jovens fora dos padrões hegemônicos, dispõe sobre a multiplicidade do espacial, apresentando o que Massey (2008) define como trajetórias e estórias dissonantes.

Segundo Massey (2008, p. 111), na História do Ocidente “as multiplicidades do espacial foram apresentadas como meros estágios na fila do tempo”. A possibilidade de múltiplas narrativas sobre o mundo, e podemos acrescentar dos outros sobre si mesmos, foram perdidas. A regulação do mundo em uma trajetória única foi e ainda é um meio de recusar a multiplicidade do espacial (MASSEY, 2008) e a pluralidade ontológica. Entretanto, a hegemonia de um discurso e de uma prática espacial dominante não impedem os sujeitos de criarem corporeidades dissonantes e constituírem maneiras de se aparecer.

Os jovens, no cotidiano, se não transformam o planejamento urbano, são potências para politizar o espaço. As exposições públicas impõem visibilidade ao desobedecer a norma pela eleição de uma ética-estética corpórea que confronta a organização espacial e a disposição corporal dominante e, ao ocupar ruas, praças e meios de comunicação, mesmo de forma fugaz, salienta a potência da insubmissão na proposição de alternativas para a cidade.

Na cidade há múltiplas corporeidades, tantas quantas são as experiências sensíveis dos sujeitos, que em nossa análise são jovens

capazes de constituir novas práticas em relação a si, aos outros e ao mundo. A corporeidade dos jovens de terreiro durante suas apresentações são experimentos ético-estéticos criados no conflito entre as normalizações homogeneizadoras e as possibilidades criativas oportunizadas pelas relações com o outro. Estas ocorrem no encontro entre os muitos outros que integram a cidade, situações de diálogo e conflito nas quais se compartilham saberes políticos.

Performances na cidade: compartilhando saberes políticos

As apropriações de ruas e praças da cidade pelos jovens de terreiros são analisadas por nós como performances políticas. Ações culturais planejadas e disputadas, reveladoras de situações de conflito e acordo em que diferentes sujeitos podem se encontrar e se confrontar.

As performances possuem um fluxo marcadamente político, por realizarem apropriações que permitem existir na cidade e torná-la outra. As iniciativas dos jovens de tornarem-se presentes publicamente fazem da cidade um campo de disputas, entre diferentes compreensões de mundo e formas de apropriação sensível do espaço. Simultaneamente, eles conquistam e criam a cidade. Ao circularem para exibir suas práticas, os jovens de terreiro se apropriam da cidade, apoderando-se de locais que julgam não serem para eles permitidos e, ao apresentarem uma multiplicidade ontológica, interpelam cada um, sujeitos da performance e espectadores, a pensar sobre as “cidades outras” em Fortaleza.

Nas performances os jovens vivenciam processos de subjetivação (FOUCAULT, 2010, 2011) e de singularização (ARENDRT, 2000). Eles se constituem ético-esteticamente tornando o próprio corpo um meio de comunicar as escolhas políticas que realizam. Eles se relacionam com os muitos outros corpos, em conflitos e acordos, para debater sobre a

cidade permitida e proibida, questionar os discursos e práticas que os aprisionam em locais e modos de ser e problematizar suas ações a fim de evitar relacionamentos normalizadores.

Ao observarmos as ações dos jovens de terreiro compreendemos que a performance se constitui no e pelo “espaço da aparência” (ARENDT, 2000), ou seja, quando homens e mulheres em suas relações múltiplas mostram quem são uns aos outros em práticas e discursos que os distinguem politicamente. O “espaço da aparência” torna a cidade espaço público pela experimentação e criação que direcionam uma inversão da cidadania outorgada para a cidadania da vida ativa, cuja principal característica é a corporificação da política nos sujeitos pela estética (BARBOSA, 2012).

Existem múltiplas possibilidades de fundar relações políticas constituintes do “espaço da aparência”. Cada encontro, conflito e questionamento entre grupos e entre sujeitos apresenta expectativas, desejos e projetos de jovens ativos em luta por formas outras de viver. Os jovens buscam habitar a cidade, mesmo quando esta lhes é negada, e nesta procura inventam modos de interagir politizados. Para Barbosa (2013), a juventude pode ser entendida como uma categoria da política, se considerarmos suas experiências ético-estéticas modos de construir “um governo de si com o outro” e nesse sentido a cidade passa a ser entendida como *pólis*.

Quando jovens de terreiro elegem a performance apropriadora do espaço como modo de fazerem-se presentes na cidade, em locais permitidos ou proibidos, a insubordinação contra a autoridade, as leis, as instituições e, principalmente, o senso comum, que torna invisível a diferença, projeta uma imagem cuja visibilidade obriga a admissão da existência da alteridade e, a partir disso, eles também podem se reconhecer como outros.

As performances dos jovens de terreiro criam locais de convivência e debate sobre a vida nos quais os múltiplos outros podem participar e questionar. Elas não podem ignorar as condições impostas pela sociedade, mas a ação direta que as engendra potencializa relações possíveis e inesperadas. Segundo Oliveira (2011, p. 117), performances artísticas fundem arte e vida e, ao eliminar o espectador e torná-lo sujeito de ação, abolindo o imobilismo, permitem que “algo novo entre em cena ou pelo menos que a possibilidade de provocar, estimular, correr riscos, convocar a potência da vida, abra-se como alternativa”.

As performances são compartilhamentos de saberes políticos por criarem o “espaço da aparência” como expressão do dissenso entre os jovens de terreiro e a ordem espacial dominante que os destitui de visibilidade pública. Há nas apropriações da cidade saberes espaciais definidores dos melhores locais para estar presente nos quais ganha-se mais visibilidade e, portanto, mais ressonância nas ações.

Considerações Finais

O protagonismo dos jovens de terreiro traz para o centro da cena urbana sujeitos que se constituem politicamente na cidade pela afirmação da diferença, pelo reconhecimento de sua espacialidade e pela valorização das experiências cotidianas compartilhadas na periferia. Suas experiências estéticas possibilitam a luta por construir uma visão de mundo plural, a partir da vida no terreiro. Propondo um reposicionamento do afrodescendente, da cultura e da religião afro-brasileira no campo da formação humana, pois salienta não só a existência de múltiplos conhecimentos, mas dos muitos outros que compõem o mundo.

Eleger locais de ocupação é pensar estrategicamente acerca do espaço e das conquistas a serem alcançadas. Na periferia, as apropriações

visam afirmar a presença das religiões e sua relevância frente as reivindicações e conquistas para as condições de vida dos moradores. Na centralidade estão modos de afirmar a existência de diversos sujeitos, em especial, aqueles cujas experiências transcorrem em terreiros, combatendo o senso comum que invisibiliza e homogeneiza a diferença.

As aprendizagens estéticas e o compartilhamento de saberes políticos são atravessados por experiências cotidianas de espaço. São referências para as narrativas dos jovens de terreiro, mas também cerne de conhecimentos espaciais que ajudam a viver na periferia. Tanto nas apresentações fora do terreiro quanto na formação teórica sobre a valorização e o reconhecimento dos conhecimentos e modos de fazer das populações afro-brasileiras, o que está em jogo são outros saberes espaciais.

A invisibilidade do conhecimento espacial criado e compartilhado pelos jovens de terreiro alinha-se ao não reconhecimento das experiências dos sujeitos praticantes da religião, pois a supressão dos saberes outros se relaciona à eliminação da alteridade do convívio social.

Os jovens de terreiro apresentam saberes e fazeres espaciais que educam os sujeitos quanto aos modos pelos quais vivem a cidade e com ela se relacionam. A partir das ações no terreiro e nas ruas, os jovens aprendem sobre contradições socioespaciais e politizam os modos de usar a urbe. O agir apresenta os jovens em experiências estéticas formadas nas interações sociopolíticas da vida cotidiana no espaço urbano e suas ações culturais informam saberes políticos organizados na escolha das apropriações da cidade, que problematizam os discursos oficiais e trazem para o centro do debate o jovem como sujeito que se encontra, confronta, justapõe e questiona as normatizações impostas pela sociedade.

Referências Bibliográficas

ARENDRT, Hannah. **A condição Humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

_____. **A vida do espírito: o pensar, o querer, o julgar**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1993.

BARBOSA, Jorge Luiz. Cidade e Território: desafio da reinvenção da política do espaço público. In: SILVA, J. S.; BARBOSA, J. L.; FAUSTINI, M. V. **O Novo Carioca**. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2012. p. 69-73.

_____. Juventudes e cidades. Palestra ministrada no I Seminário de Pesquisa Juventudes e Cidade, Instituto de Ciências Humanas Universidade Federal de Juiz de Fora. Out/2013. **Revista de Geografia**, número especial, v. 1, p. 1-6, 2013.

CAVALCANTI, Lana de Souza. Jovens escolares e sua geografia: práticas espaciais e percepções no/do cotidiano da cidade. In: CAVALCANTI, Lana de Souza; CHAVEIRO, Eguimar Felício; PIRES, Lucineide Mendes (Orgs.). **A cidade e seus jovens**. Goiânia: PUC Goiás, 2015. p. 13-30.

DAMASCENO, Ilaina. **Performances estilísticas da umbanda na apropriação do espaço público em Fortaleza-Ceará**. 2015. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015.

FOUCAULT, Michel. Poderes e estratégias. In: _____. **Ditos e Escritos: estratégia, poder-saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006a. p. 241-252.

_____. **Governo de si e dos outros: curso no Collège de France (1982-1983)**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

_____. **A coragem da verdade. curso no Collège de France (1983-1984)**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.

GOHN, Maria da Gloria. **Educação não formal e educador social: atuação**

no desenvolvimento de projetos sociais. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. **Educação não formal e cultura política:** impactos sobre o associativismo do terceiro setor. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. Educação não formal, aprendizagens e saberes em processos participativos. **Investigar em Educação** - II Série, n. 1, p. 35-50, 2014.

_____. **Educação não formal no campo das artes.** São Paulo: Cortez, 2015.

LIGIÉRO, Zeca. **Corpo a Corpo:** estudo das performances brasileiras. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.

MASSEY, Doreen. **Pelo Espaço:** uma nova política da espacialidade. Rio de Janeiro Bertrand Brasil, 2008.

OLIVEIRA, Lúcia Barbosa. **Corpos indisciplinados:** ação cultural em tempos de biopolítica. São Paulo: Beca Produções, 2007.

Adolescentes em Conflito com a Lei: entre o prescrito legal e a prática social

Ilana Lemos de Paiva
Maria Cláudia Santos Lopes de Oliveira
Veriana de Fátima Rodrigues Colaço

Introdução

Este capítulo traz uma síntese de três trabalhos, que compuseram a mesa-redonda com o mesmo título, apresentada no VII JUBRA, e que teve o propósito principal de discutir a problemática do adolescente autor de ato infracional no Brasil, fazendo um contraponto entre o que é previsto legalmente nesses casos e o que efetivamente se dá na prática social.

Um dos mais significativos avanços que o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (BRASIL, 1990) trouxe em comparação aos códigos de menores que o antecederam foi a Doutrina da Proteção Integral, sendo esta dirigida a todas as crianças e adolescentes. Isto vale tanto para a garantia dos direitos fundamentais, quanto para os deveres e responsabilizações dos adolescentes frente aos seus atos. Entretanto, dois questionamentos surgem ao abordarmos o tema: esta garantia de direitos tem, na prática, atingido a todos? E são aplicadas as medidas socioeducativas em todos os casos de adolescentes que cometem atos infracionais?

Para refletir sobre esses questionamentos, precede uma rápida incursão sobre a nossa sociabilidade atual, que produz e é produto de violência. Não sendo fenômeno exclusivo do nosso país, a violência urbana se tornou um problema em todo o Brasil, ultrapassando as grandes cidades e transformando as relações sociais, que passaram a ser minadas por sentimentos de medo, insegurança e ódio ao diferente. Conseqüentemente, é um tema que assumiu a ordem do dia nos debates em vários espaços de interações sociais, que vão desde as relações

cotidianas entre amigos e familiares, passando por discussões políticas e de setores jurídicos e envolvidos com a segurança pública, sendo também tema presente em grande parte dos estudos e pesquisas científicas, principalmente com análises interdisciplinares. Por outro lado, o debate sobre violência, não raro, assume um tom naturalista e linear, excluindo-se dele a complexidade de fatores de ordem econômica, política, sociológica, e mesmo subjetiva, envolvidos na produção da violência social, como se o problema se tratasse de uma mera oposição do bem contra o mal, comportamentos certos *versus* errados, boas ou más escolhas.

Nessa direção, chama a nossa atenção o fato dos debates envolverem, direta ou indiretamente, as ações violentas cometidas por adolescentes e jovens, o que inclusive tem fomentado a discussão sobre a redução da maioridade penal, mas raramente abordam a violência que vitimiza adolescentes e jovens, diariamente, e de forma brutal. A reflexão sobre a problemática derivada da relação entre violência e juventude encaminha-nos ao foco de análise deste texto. Trata-se da posição do(a) adolescente que cometeu ou a quem se atribui cometimento de atos infracionais. De um lado, abordaremos as medidas estabelecidas para responsabilização desses(as) adolescentes, frequentemente desconsideradas nos debates, e, de outro lado, explicitaremos como a execução dessas medidas vem, com frequência, carregada de violação de direitos, o que expressa a violência do Estado e da sociedade a eles dirigida.

Assim, na segunda seção, iniciaremos tratando do que está prescrito em documentos legais, considerando o ECA e o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) (BRASIL, 2012), e seus desdobramentos na prática, com a implementação das Medidas Socioeducativas, em que se evidenciam flagrantes violações de direitos na maioria das unidades de atendimento, os Centros Socioeducativos. Traremos também de uma reflexão sobre a complexidade do processo de violência, com base nos pressupostos teóricos que nos orientam, para

analisar e compreender a seletividade do alvo da violência letal contra jovens pertencentes a grupos específicos. A reflexão se fundamenta em dois operadores analíticos: a proposta de universalização de direitos para crianças e adolescentes estabelecida pelo ECA, em contraste com a sua efetivação segregacionista e seletiva e o processo necropolítico que sustenta esta segregação. As seções que se seguem apresentam experiências positivas que evidenciam possibilidades de se construir condições de uma prática socioeducativa, que implica responsabilização pela via da educação e não da punição. Na terceira seção, serão apresentadas ações desenvolvidas pelo Observatório da População Infantojuvenil em Contextos de Violência (OBIJUV/UFRN), no Rio Grande do Norte, e na quarta, as experiências de intervenções e investigações do Grupo de Ações e Investigação das Adolescências, da Universidade de Brasília (GAIA/UnB), que apontam alternativas de ações por equipes interdisciplinares, e priorizam a corresponsabilização de atores e instituições implicadas. Esse grupo tem por base uma perspectiva interdisciplinar e dialógica, ancorada na Psicologia Semiótico-Cultural (PSC) proposta por Valsiner (2012, 2014) e traz uma discussão sobre a necessária distinção entre atendimento socioeducativo e medidas socioeducativas, considerando as dimensões educativas e de sanção em relação a esse(a) adolescente em conflito com a lei.

Temos como pressuposto comum o entendimento de que a ênfase nas medidas de privação de liberdade com o foco na função sancionatória deixa ausente ou secundarizado o sentido pedagógico e educativo que deveria prevalecer no atendimento a esses(as) adolescentes, inclusive para explicitar a dimensão da responsabilização pelo ato cometido. Com esse entendimento, nas considerações finais, buscaremos refletir sobre possíveis saídas para fazer frente ao quadro atual de desassistência e desumanização predominante nas instituições encarregadas do atendimento socioeducativo e os imensos desafios que se colocam para esse enfrentamento.

Quem é o adolescente em conflito com a lei ou para quem se destina a aplicação das Medidas Socioeducativas?

Como referimos na Introdução deste capítulo, a universalização de direitos prevista pelo ECA não está garantida para determinados segmentos de crianças e adolescentes, para quem não se assegura sequer a vida. Nossa reflexão, nesta seção do texto, está pautada pela compreensão de que, no que tange à garantia de direitos fundamentais e à aplicação de medidas socioeducativas, adolescentes estão posicionados(as) em lados diametralmente opostos entre a inclusão e a exclusão social, dependendo da sua condição de classe, de raça e de moradia, especialmente. Aos(às) adolescentes das camadas economicamente favorecidas estão assegurados os direitos, sem que necessitem reivindicá-los, pois fazem parte da parcela para quem o Estado investe em bens e serviços, dando conta de sua função social e proporcionando formação global nos padrões hegemonicamente estabelecidos. Mas, há uma parcela de adolescentes e jovens, que estão nas periferias das grandes cidades, e que são negros(as) na quase totalidade, sem recursos materiais, com mínimo ou nenhum acesso às políticas sociais básicas, que estão à margem, são invisibilizados(as) quanto à garantia de direitos, porém extremamente visados(as) quando são acusados(as) ou cometem atos infracionais. Assim, a relação entre garantias e violações de direitos tem estabelecido uma fissura na aplicação das leis que asseguram direitos de crianças e adolescentes, a partir dos sujeitos implicados. Ou seja, o que prevalece em relação à efetivação do ECA nos conduz à conclusão de que, na sua aplicação, os seus dois livros têm destinatários diferentes e bem delimitados na prática social, comprometendo a sua doutrina de universalização e de proteção integral para todas as crianças e adolescentes.

O que se observa é que para as vidas desejáveis cabe a garantia dos direitos fundamentais previstos no Livro 1 do ECA. Porém, não se

trata apenas de assegurar direitos a essas vidas. No modelo neoliberal de mercantilização, de supervalorização do capital, isto implica gerar privilégios que se sustentam pela eliminação de outras vidas. Para tanto, há que se construir um “inimigo social”, nas palavras de Mbembe (2017a; 2017b), que justifique sua eliminação em nome da preservação da vida. Partindo desta compreensão, podemos entender as razões que levam à seletividade que se opera quando da aplicação das medidas socioeducativas, descritas no Livro 2 do ECA, e as condições de sua execução. Em sendo uma ameaça, a imagem encarnada da violência reproduzida pela mídia e objeto de exposição unilateral dos atos infracionais cometidos, o(a) adolescente “indesejável” precisa ser submetido a punições severas, se não eliminado. Isto se constata de forma evidente quando consideramos o esforço em curso para retirar a justiça juvenil (assim como a política de drogas) da articulação com a assistência social e incluí-las no marco do sistema único de segurança pública, por exemplo, ou ainda quando buscamos dados estatísticos relativos às vítimas de violência letal.

A pesquisa mais recente do IPEA em parceria com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, publicada em 2017, com o título Atlas da Violência (CERQUEIRA *et al*, 2017), analisa a evolução da violência nas regiões e estados brasileiros e mostra um percentual de 53% de mortes por homicídio em jovens entre 19 e 25 anos, do sexo masculino.

Um dado emblemático que bem caracteriza a questão é a participação do homicídio como causa de mortalidade da juventude masculina, 15 a 29 anos, que em 2015 correspondeu a 47,8% do total de óbitos. Se considerarmos apenas os homens entre 15 a 19 anos, esse indicador atinge a incrível marca dos 53,8%. (CERQUEIRA *et al*, 2017, p. 8).

Isto demonstra um índice alarmante de violência praticada contra jovens, mas há que se perguntar mais uma vez: quais jovens são as principais vítimas neste quadro de violência? Uma análise apurada dos dados mostra que ela se concentra em uma parcela juvenil determinada.

São especialmente jovens pobres e negros, das periferias urbanas. Segundo o mesmo estudo, de cada 100 pessoas que são assassinadas no Brasil, 71 delas são negros. Um estudo do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, de 2014, intitulado Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência e Desigualdade, aponta que o risco do jovem negro ser vítima de homicídio é 2,6 vezes maior que para um jovem branco (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2015).

Este quadro nos leva a uma reflexão com base nas discussões levantadas por Mbembe (2017a; 2017b), que trata da exclusão e marginalização social de determinados grupos populacionais. Sob este olhar, ficam explicadas também as condições sub-humanas a que são, muitas vezes, submetidos(as) adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, de modo particular as que se efetuem em privação de liberdade. Analisando essa população, evidenciamos que os sujeitos que cumprem medida socioeducativa não se distribuem entre diferentes grupos socioeconômicos e étnicos. Eles compartilham determinadas características que os colocam em uma posição de desigualdade em relação a outros grupos, sendo que as marcas de classe, gênero, raça, nível educacional e geração sustentam essa desigualdade. Esses adolescentes são qualificados e hierarquizados, em termos de valorização da vida, numa condição não humana. Sobre eles incide, com frequência, a aplicação arbitrária da medida socioeducativa de privação de liberdade, a mais severa. Sendo desqualificados em sua condição de humanidade, podem sofrer violação de direitos na aplicação da medida, sem que haja intervenção do poder público ou manifestações contrárias da maior parte da sociedade civil.

O conceito de necropolítica, proposto por Mbembe (2017b), nos permite analisar este processo na direção que vínhamos discutindo. Trata-se de uma determinada parcela da sociedade para quem a morte é um fato tão corriqueiro que não mobiliza ações efetivas do Estado nem

comoção da população. Examinando as relações de poder que coexistem no Estado de Exceção e na democracia liberal, o autor apresenta uma descrição que nos ajuda a compreender as razões subjacentes a essa ordem perversa. Em suas palavras (MBEMBE, 2017b, p. 64-65),

[...] a soberania consiste no poder de fabricar toda uma massa de gente habituada a viver no fio da navalha ou, ainda, à margem da vida - gente para quem viver é estar sempre a prestar contas à morte, em condições em que a própria morte tende a tornar-se cada vez mais algo de espectral, tanto pelo modo como é vivida como pela maneira como acontece.

[...] Regra geral, trata-se de uma morte à qual ninguém se sente obrigado a responder. Ninguém tem qualquer sentimento de responsabilidade ou de justiça no que respeita a esta espécie de vida ou a esta espécie de morte. O poder necropolítico opera por um gênero de reversão entre vida e morte, como se a vida não fosse o médium da morte. Procura sempre abolir a distinção entre os meios e os fins.

Este é o aspecto nodal que sustenta o descompromisso do Estado para com a construção de uma política que invista efetivamente no que determinam o ECA e o SINASE, quando estes se referem ao atendimento socioeducativo. Portanto, nossa análise sobre a precariedade e o caos que rege, de forma generalizada no Brasil, as unidades de aplicação das medidas socioeducativas e, em particular, as de privação de liberdade, nos leva à conclusão de que as razões desta condição não são encontradas na ineficiência do Estado ou no direcionamento equivocado de suas ações, mas revelam um ordenamento de intenções subjacentes, pautadas pela prática de um Estado excludente e seletivo. Em síntese, tanto para o Estado quanto para a sociedade civil, não importa a preservação da vida e a garantia de direitos para esses adolescentes, vítimas recorrentes de intervenções, que vão desde abordagem policial arbitrária, desrespeitosa e violenta, até serem alvo de chacinas, que explicitam o extermínio dessa população indesejada. Tomando o exemplo do estado do Ceará, chegamos ao número de 981 assassinatos de adolescentes em 2017,

dados da Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS), o que, representa um aumento de 50% de assassinatos de adolescentes com relação ao ano anterior, de acordo com o Comitê Cearense pela Prevenção aos Homicídios na Adolescência (CCPHA, 2017).

Tal crescimento, é importante destacar, acontece após anos seguidos de crise no sistema socioeducativo do estado, que teve seu ápice em 2015 e mobilizou entidades como o Fórum Permanente de Entidades de Defesa de Direitos da Criança e do Adolescente (Fórum DCA), a Associação Nacional dos Centros de Defesa de Direitos de Crianças e Adolescentes (ANCED) e o Centro de Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes do Ceará (CEDECA), que protocolizaram denúncia contra a ausência e o descompromisso do Estado no cumprimento do que estabelecem o ECA e o SINASE em relação ao adolescente que comete ato infracional. Isto provocou a presença, em Fortaleza, de representantes da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), órgão integrante da Organização dos Estados Americanos (OEA), que, em visitas aos Centros Socioeducativos, constataram as condições indignas e desumanas das unidades, com superlotação, denúncias de tortura e restrições alimentares para com os adolescentes internos, além da ausência de atividades educativas e de lazer. Tal estado crítico gerou reações dos internos, como rebeliões, motins e conflitos frequentes nesses Centros, chegando a mais de 60 no ano de 2016, conforme Relatório de Inspeções das Unidades de Internação do Sistema Socioeducativo do Ceará, elaborado pelo Fórum DCA (2016).

Entretanto, apesar da determinação, em caráter de urgência, de providências pelo Estado para superação da crise e implantação de medidas para o estabelecimento de condições dignas aos adolescentes internos, o que resultou foi apenas a interdição temporária de algumas unidades, o afastamento provisório de profissionais implicados nas ações de tortura e o reordenamento das instituições estaduais responsáveis

pelo atendimento socioeducativo, sem um efetivo investimento para a aplicação das medidas socioeducativas, que seguissem os preceitos do SINASE, principalmente as de meio aberto. Assim, se mantém o processo necropolítico de marginalização e eliminação desta população juvenil considerada como problema social, para quem se naturaliza a morte.

Frente a esta realidade, alguns grupos de pesquisa e extensão universitária, que vinham desenvolvendo estudos e intervenções no sistema socioeducativo em Fortaleza, sofreram restrições de acesso aos Centros de Internação e de Semiliberdade e, após as interdições legais, têm se limitado ao trabalho com adolescentes que cumprem medidas socioeducativas em meio aberto, particularmente a Liberdade Assistida (LA) e a Prestação de Serviços à Comunidade (PSC), que existem em número bem mais reduzido e com irregularidade de frequência ao atendimento. Vale ressaltar, contudo, que o envolvimento em ações políticas tem possibilitado uma articulação de pesquisadores acadêmicos com movimentos sociais no enfrentamento dessa violência contra adolescentes e jovens que estão dentro ou fora do sistema socioeducativo. Neste sentido, dois grupos que trabalham com as questões da infância, adolescência, juventude e violência, vinculados ao Departamento de Psicologia e ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará, estão mais diretamente desenvolvendo ações em parceria com entidades de defesa de direitos no Ceará (Fórum DCA, CEDECA e CCPHA), e também junto à Defensoria Pública, especificamente no Programa Rede Acolhe, nos Centros Urbanos de Cultura, Arte, Ciência e Esporte de Fortaleza (CUCAs) e em escolas e outros centros culturais de bairros da periferia da cidade. Trata-se do Núcleo Cearense de Estudos e Pesquisas sobre a Criança (NUCEPEC) e do Grupo de Pesquisas e Intervenções sobre Violência, Exclusão Social e Subjetivação (VIESES), que participaram dos monitoramentos dos Centros Socioeducativos coordenados pelo CEDECA (2017) e que permitiram o diagnóstico da crise. Também atuaram com

assessoria na pesquisa sobre homicídios de adolescentes e suas famílias realizada pelo CCPHA, cujo relatório, disponível *online* na página do Comitê, intitula-se “Cada Vida Importa”. Ademais, esses grupos vêm atuando com investigações e intervenções de extensão e de estágios nos CUCAs e em escolas nos três bairros com maior índice de assassinatos da cidade: Bom Jardim, Jangurussu e Barra do Ceará. Mais recentemente, já em 2018, integrantes desses grupos tiveram a iniciativa de criar o “Movimento Cada Vida Importa: a universidade na prevenção e enfrentamento da violência em Fortaleza”, que já congrega 14 instituições de ensino superior no estado, além da parceria com aquelas entidades citadas e com outros coletivos e movimentos sociais organizados em defesa dos direitos de crianças, adolescentes e jovens. Este movimento vem realizando reuniões quinzenais e seminários mensais sobre o tema nas várias instituições de ensino, mobilização de profissionais de diferentes áreas para o atendimento às famílias vítimas de assassinatos de jovens, bem como ações políticas que envolvem notas e manifestos públicos, promoção de espaços de discussão com estudantes e várias outras iniciativas de enfrentamento dessa problemática.

Sistema socioeducativo potiguar: contradições e possibilidades de concretização do SINASE

A presente seção refere-se às ações desenvolvidas pelo Observatório da População Infantojuvenil em Contextos de Violência (OBIJUV/UFRN), no âmbito do projeto “Nova concepção socioeducativa nas unidades de restrição e privação de liberdade do Rio Grande do Norte”. O objetivo do projeto foi mapear e sistematizar informações acerca do Sistema Socioeducativo no estado, no que se refere à proposta de socioeducação que vem sendo executada nas referidas unidades, para, a partir da realização do diagnóstico, construir uma proposta socioeducativa participativa e inovadora, em consonância com o SINASE.

O Estado do Rio Grande do Norte (RN) tem apresentado estatísticas alarmantes sobre a violência contra crianças, adolescentes e jovens. No que envolve diretamente o cumprimento de medidas socioeducativas, a Delegacia da Criança e do Adolescente de Natal, praticamente quadruplicou o número de casos registrados envolvendo infrações cometidas por adolescentes, em apenas seis anos. O Observatório da População Infantojuvenil em Contextos de Violência (OBIJUV) – projeto de pesquisa e extensão vinculado ao Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) - vem desenvolvendo, desde 2009, intervenções, estudos e pesquisas relacionadas à temática em questão, no intuito de aumentar a visibilidade e fomentar ações mais qualificadas na área. O OBIJUV vem participando, desde a sua criação, de atividades formativas com profissionais, inspeções, audiências públicas, debates, entre outras atividades relacionadas aos direitos do público infanto-juvenil. Nesse campo, foram produzidas também algumas pesquisas de pós-graduação que analisam diversos aspectos que envolvem a vida dos adolescentes e jovens, inclusive no cumprimento das medidas socioeducativas, dentre elas Souza (2012), Cavalcante (2014), Cunha (2014), Medeiros (2015), Almeida (2016), Araújo (2017), Cavalcanti (2017), Valle (2018), Rodrigues (2018), Brito (2018), Lúcio (2018), Santos (2018).

No que se refere ao sistema socioeducativo, o OBIJUV realizou formação continuada com os operadores do sistema em todo o estado do Rio Grande do Norte (em parceria com a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República). Durante a formação, muitas questões se colocaram para a equipe do Observatório, tendo em vista as graves violações vivenciadas pelos(as) adolescentes, que foram relatadas pelos próprios cursistas. A partir desse acúmulo, o OBIJUV apresentou projeto de pesquisa que visou mapear e sistematizar informações acerca do Sistema Socioeducativo, no que se refere à proposta de socioeducação que vem sendo executada nas unidades de privação e restrição de liberdade. Além

disso, após a fase diagnóstica, o OBIJUV construiu, junto às equipes técnicas dessas unidades, mudanças na proposta socioeducativa, de acordo com o SINASE.

Vale salientar que o sistema socioeducativo do Rio Grande do Norte está sob intervenção judicial desde março de 2014, devido aos contextos de violação de direitos nas unidades de privação e restrição de liberdade, que se encontravam em condições insalubres. Além disso, foi observado que havia pouca defesa técnica eficaz, pessoal técnico desatualizado e insuficiente, adolescentes sem atividades sociais e educativas, falta de conhecimento das leis, do SINASE e das medidas socioeducativas. O mais alarmante, no entanto, referia-se ao crescimento do número de mortes de adolescentes dentro dessas unidades.

Diante desse cenário, foram realizados atos políticos e monitoramentos ao sistema socioeducativo, construída uma Rede de defesa dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, além de projetos de extensão visando a participação dos(as) adolescentes e seus familiares no fortalecimento do controle social. Como resultado desta mobilização, foi construído um dossiê sobre o caos no sistema socioeducativo potiguar (REDE, 2013), que foi entregue à então Ministra de Direitos Humanos por um representante dos familiares. Todo esse processo culminou com a interdição judicial da Fundação de Atendimento Socioeducativo do Estado do Rio Grande do Norte (FUNDASE), instituição responsável pela execução das medidas de privação e restrição de liberdade do nosso estado. Foi neste cenário que o projeto “Nova concepção socioeducativa nas unidades de restrição e privação de liberdade do Rio Grande do Norte” foi realizado, diante de inúmeros desafios.

A estratégia metodológica adotada se fundamentou, sobretudo, na imersão dos pesquisadores nas unidades de atendimento socioeducativo, a fim de compreender a rotina de cada instituição, as relações interpessoais, as particularidades na execução das medidas

socioeducativas, a organização e o fluxo entre a equipe técnica e a rede socioassistencial. Desse modo, os(as) pesquisadores(as) tiveram como objetivo primordial estabelecer uma relação dialógica e participativa com os atores que compõem a comunidade socioeducativa, a fim de fomentar o reconhecimento destes como contribuintes na construção de um projeto de socioeducação. Dessa forma, o projeto foi desenvolvido em três fases: diagnóstico, construção e implementação de nova proposta socioeducativa.

A coleta dos dados do referido diagnóstico se deu, como dissemos, por meio de imersão dos(as) pesquisadores(as) nas oito unidades socioeducativas de restrição e privação de liberdade existentes no Rio Grande do Norte. Divididos em duplas ou trios, os(as) pesquisadores(as) permaneceram nas unidades socioeducativas pelo período de uma semana. Buscaram contemplar momentos particulares da rotina interna, como o dia de visita das famílias, o horário noturno, os finais de semana. Ademais, procuraram acompanhar adolescentes que se dirigiam às audiências com juízes e promotores, conversaram com atores do Ministério Público e do Judiciário, das redes de saúde e de educação. Além da observação e do diálogo informal, lançaram mão de entrevistas e rodas de conversas com atores da comunidade socioeducativa. O trabalho foi norteado por roteiros previamente elaborados, enfocando aspectos como infraestrutura, atendimento técnico, rotina da unidade, procedimentos de gestão, atividades e condições de trabalho dos profissionais, inserção e permanência dos adolescentes, as particularidades na execução das medidas socioeducativas, a organização e o fluxo entre a equipe técnica, a rede socioassistencial, Ministério Público e Judiciário.

A imersão proporcionou à equipe uma dimensão concreta de como têm sido efetivadas as práticas socioeducativas dentro das unidades de privação e restrição de liberdade. De forma geral, foram encontradas questões e situações que são comuns a todas ou à maioria das unidades

do estado. Como esperado, após a intervenção judicial, as melhorias nas unidades se referiam a aspectos de infraestrutura e de gestão, mas continuaram os inúmeros problemas relacionados ao projeto de socioeducação. Havia ainda a priorização dos aspectos sancionatórios em detrimento dos aspectos socioeducativos: as chamadas “sanções” eram meramente punitivas, incluindo, além do isolamento, a perda de direitos (restrição de participação nas atividades, diminuição do tempo de visita ou mesmo a sua suspensão, até a retirada do material de uso pessoal). Também foi observado que o contexto das facções criminosas tem influenciado – e, em algumas unidades, determinado – a organização das rotinas socioeducativas. A construção do Plano Individual de Atendimento (PIA) não era compreendida em sua integralidade, restringindo-se ao atendimento das demandas do sistema de justiça e não contemplando efetivamente a participação do adolescente em cumprimento de medida socioeducativa e da família. Logo, não havia acompanhamentos sistemáticos às famílias e nem atividades que os integrasse.

As questões identificadas pela equipe do OBIJUV representavam pontos que necessitavam ser revistos e enfrentados para a construção de novas concepções e propostas de atuação que enfatizassem a socioeducação nas unidades de privação e restrição de liberdade do sistema socioeducativo potiguar. Inúmeros questionamentos se colocaram nesta fase do projeto, trazendo angústias à equipe de pesquisadores(as). É possível pensar socioeducação nesses contextos? O que significa socioeducação em ambientes privativos de liberdade? Que concepção de socioeducação seria possível construir? Que contradições e limites teríamos que enfrentar?

A segunda fase, a construção participativa do projeto socioeducativo, deu-se por meio da formação continuada, transversal e dialógica, envolvendo a comunidade socioeducativa (gestores, equipe técnica, educadores, rede interinstitucional). Vale ressaltar que o planejamento

e a avaliação do processo de intervenção ocorreu de forma transversal e contínua durante todas as etapas. Para isso, foram realizadas reuniões entre os(as) pesquisadores(as) e rodas de conversa com a comunidade socioeducativa. Esses momentos tiveram como finalidade garantir que a intervenção ocorresse de forma participativa, facilitando a avaliação dos(as) servidores(as) e o diálogo sobre a efetivação dos princípios e diretrizes preconizados pelo SINASE, além dos objetivos que norteiam o projeto de socioeducação. Dessa forma, foi possível construir diversos documentos que devem subsidiar o trabalho socioeducativo nas unidades socioeducativas. Os Projetos Políticos Pedagógicos (PPPs), por exemplo, foram sistematizados na forma de eixos e parâmetros que obedeciam a um objetivo transversal: um atendimento socioeducativo que visasse à garantia de direitos dos(as) adolescentes, por ser a concepção possível naquele momento. Foram realizadas oficinas com socioeducandos(as), oficinas com familiares, reuniões com a gestão central e com os interventores. O plano pedagógico deveria garantir a gestão institucional, a gestão de pessoas e processos de trabalho, a garantia de direitos e o atendimento socioeducativo, permeados pelo enfoque restaurativo e mecanismos democráticos de gestão.

Em seguida, na última fase do projeto, foram realizadas capacitações com os(as) servidores(as) para a implementação dos PPPs e outros documentos, que tomou por base os principais aspectos que compuseram a nova proposta socioeducativa, representados através dos quatro eixos construídos coletivamente.

O principal desafio apontado para a implantação de uma nova concepção de socioeducação ainda se deve ao forte viés repressivo presente nas unidades. Tratou-se, aqui, de uma proposta pedagógica que visava emancipar sujeitos e que fizesse transpor o modo de pensar dos executores da ação socioeducativa, rompendo com a lógica disciplinadora que antecede o ECA. A nosso ver, somente através da superação da

perspectiva repressiva e coercitiva de outros tempos será possível estabelecer um novo fazer sociopedagógico. Para isso, adotar um enfoque restaurativo no sistema socioeducativo pode ser uma saída interessante. Aliado a isso, faz-se importante oferecer formação permanente para os executores da política de atendimento socioeducativo, apresentando um caráter teórico-prático para aprofundamento de temas centrais do novo PPP, buscando congregiar todos os segmentos de funcionários das unidades, com atenção especial aos agentes socioeducativos.

Enfim, o processo vivenciado pelo OBJUV relatado nesta seção levou-nos a diversas reflexões sobre qual o nosso horizonte diante da socioeducação. Sabemos que é inerente à privação da liberdade o risco da prática de tortura, devido a diversos fatores, inclusive às intensas relações de poder. No entanto, enquanto não for possível pensar em outros modos de responsabilização, é necessário e urgente atuar numa perspectiva garantista, na defesa intransigente dos Direitos Humanos dos(as) adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas.

E, em paralelo, Gramsci (1982) já alertava: é preciso disputar os sentidos hegemônicos, propor alternativas que possam ir causando fissuras, atuar contra-hegemonicamente, na construção de outro mundo possível, em que prisões não estejam no horizonte da nossa juventude.

Ação socioeducativa entre a sanção e a responsabilização: lições a partir de pesquisas empíricas

Esta seção se dedica a apresentar alguns eixos de reflexão sobre o atendimento socioeducativo, em meio aberto e em privação restrita de liberdade. Volta-se, em especial, à crítica do papel que o atendimento socioeducativo pode desempenhar, no que se refere à exclusão e criminalização de adolescentes, quando a ação socioeducativa se torna mais alinhada com as representações sociais negativas dominantes,

os dispositivos de reprodução de estigmas e os preconceitos contra o(a) adolescente do que com a promoção de seus direitos, mediada por experiências de escolarização e profissionalização, entre outras. O ponto de partida da presente discussão são experiências de consultoria a políticas públicas, locais e nacionais, e de pesquisa, em parceria com atores do sistema socioeducativo do Distrito Federal. As referidas ações vêm sendo realizadas desde 2012 no Grupo de Ações e Investigação das Adolescências da Universidade de Brasília (GAIA/UnB).

O GAIA/UnB é vinculado ao Laboratório de Psicologia Cultural e concebe a socioeducação desde a perspectiva da Psicologia Semiótico-Cultural (PSC) (VALSINER, 2012, 2014). Esta perspectiva caracteriza-se como uma abordagem interdisciplinar, dialógica, cujo foco incide na subjetividade, na cultura e na relação fronteira entre ambas (LOPES DE OLIVEIRA, no prelo). A PSC tem como unidade de análise os processos de significação, buscando compreender como a produção de novos significados (semiose), que sempre envolve sistemas de regulação social e autorregulação da conduta (mediação semiótica), participa do desenvolvimento humano (BRANCO; VALSINER, 2014). Entre os sistemas de heterorregulação da conduta humana, a PSC inclui tanto a cultura como os outros, a alteridade. A cultura constitui fonte de signos, que poderão ser internalizados ou refutados pela pessoa, já que cada membro da cultura é dotado de intencionalidade e agencialidade para resistir às pressões sociais e mesmo reconstruir a cultura.

A justiça juvenil é compreendida, nesta perspectiva, como um cenário social de desenvolvimento, ou seja, um ambiente cultural, um espaço concreto no qual interagem pessoas, cujas relações são institucionalmente forjadas segundo regras implícita e explicitamente comunicadas. Ao mesmo tempo, cada um tem o potencial de reinventar essas mesmas relações. Na interação entre a oferta de signos e a resistência a eles, no fluxo do tempo irreversível, dá-se a constituição e o desenvolvimento da subjetividade.

A PSC sugere considerar a socioeducação como um contexto de desenvolvimento humano. Este não é um contexto normativo e sequer sereno, mas um contexto adverso, duro, muitas vezes focado no mero ajustamento e adaptação do adolescente, fazendo incidir sobre ele signos e experiências com fortes repercussões em sua subjetividade. Nesse sentido, a ação socioeducativa tem objetivos radicais, tendo por alvo incidir sobre a subjetividade do adolescente, visando à construção de novas trajetórias desconectadas com a ilicitude; a reinvenção de si mediada pelas novas esferas de experiência e alteridades, que precisam estar intencionalmente orientadas para possibilitar inovação, participação, consciência e cidadania.

Socioeducação: histórico e características do Distrito Federal

Trataremos aqui de nossa experiência de pesquisa junto ao sistema socioeducativo do Distrito Federal (DF). Mas, é importante considerar que o Brasil é um país heterogêneo e plural, onde os mesmos problemas encontram, nos diferentes estados, significados e configurações diversas, da mesma forma que direções distintas na busca de sua solução. Ainda que as soluções encontradas, muitas vezes, possam levar a avanços reais no campo social do contexto local, não necessariamente estas devem ser replicadas ou alcançariam semelhante efeito em contextos diversos. Assim, a pesquisa de alternativas de trabalho metodológicas institucionalmente viáveis e eticamente adequadas, no âmbito da reflexão com operadores de justiça, profissionais da socioeducação e adolescentes atendidos no DF, precisou levar em conta as peculiaridades de sua realidade sociopolítica.

Brasília cobre uma área de abrangência muito pequena, geograficamente circunscrita, e conta com recursos financeiros, sobretudo na área de segurança pública, proporcionalmente bem maiores que outros estados, por ser a capital federal, abrigar embaixadas e consulados etc. No que se refere ao sistema socioeducativo, por um

lado, este tem a vantagem de contar com uma gestão institucionalizada que, com altos e baixos, existe desde a década de 1970, e cujos servidores são, em sua maioria, concursados. A carreira socioeducativa conta com técnicos academicamente bem qualificados, com nível superior e, pelo menos, especialização (ANDRADE, 2017), mesmo nas carreiras que até recentemente eram de ensino médio. Por outro lado, desde o início da capital convive-se com um número enorme de mudanças no nível da gestão (nomes de órgãos, cargos, funções), sem que isso resulte em transformações mais profundas em termos das práticas e concepções.

O atendimento socioeducativo no DF foi, por muito tempo, centralizado em uma grande unidade de internação, o Centro de Atendimento Juvenil Especializado (CAJE), que operou a maior parte do tempo acima da capacidade, abarrotada de adolescentes inclusive de fora (entorno) do DF, e marcado por mortes e rebeliões. Muitos profissionais tinham vínculo empregatício precário. Em 2006, dá-se uma medida cautelar impetrada pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA), para obrigar o Distrito Federal a garantir a plenitude dos direitos das crianças e dos adolescentes. Essa demanda vai ao encontro das pressões da especulação imobiliária, interessada na área ocupada pelo CAJE, na vizinhança de um novo bairro de classe média alta em construção, que alimenta a pressão para a desocupação do local. Inicia-se um processo de descentralização do atendimento, com a construção de novas unidades e a desativação do CAJE, cuja definitiva implosão se deu em 29 de março de 2014.

A atenção ao adolescente com envolvimento infracional possui igualmente particularidades que se relacionam à estrutura administrativa da capital federal. Uma vez que a região não é dividida em municípios, acumulam-se nela competências que são convencionalmente dos estados da federação com aquelas que tocam aos municípios, nos termos da legislação. Entretanto, junto com essa realidade, há pelo menos três

pontos críticos que solicitam nossa atenção, pelos efeitos que têm sobre o atendimento socioeducativo.

O primeiro deles refere-se à natureza das situações infracionais aqui identificadas, que têm se tornado cada dia mais gravosas, suscitando, em contrapartida, reações sociais repressivas e punitivas. Isto se deve, em parte, ao fato de que o DF, que tem um dos principais aeroportos internacionais da região Centro-Oeste, tornou-se porta de entrada e ponto de redistribuição do tráfico internacional de drogas. Em virtude de consumidores locais de alto poder aquisitivo, converteu-se em laboratório de experimentação de novas drogas sintetizadas clandestinamente, nativas ou vindas do exterior. Rotas similares seguem o tráfico de armas, facilitando o acesso às armas e munição, junto com todo o aparato da violência que se associa com as drogas ilegais.

Um segundo aspecto refere-se à condição de desigualdade institucionalizada. Esta é definida pela presença de um número elevado dos mais bem remunerados trabalhadores do Estado, sobretudo os que são vinculados ao legislativo e ao judiciário, para quem a ideia de desemprego e crise é inexistente, junto com uma economia pálida, impedida que está de se desenvolver com base na produção industrial e material direta, já que o plano diretor do DF impede o desenvolvimento industrial na região. Como efeito, convive-se, por um lado, com um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) similar ao da Califórnia (EUA), concentrado em algumas regiões centrais, enquanto, por outro lado, o entorno é caracterizado pela limitação de empregos e a baixa oferta de alternativas de subsistência, em especial para os jovens em idade produtiva e com baixa qualificação escolar, o que contribui para a desigualdade, a informalidade e a violência.

Um terceiro aspecto a considerar é a natureza heterogênea e híbrida da matriz cultural de base do DF, construída principalmente em torno de núcleos dos pioneiros vindos do centro-oeste, nordeste e sudeste. O caráter heterogêneo da matriz de valores socioculturais que orienta as relações

entre grupos e classes na capital, uma mescla de signos ora mais, ora menos conservadores, contribui para instaurar barreiras e preconceitos sociais, que têm impactos importantes sobre as concepções e crenças acerca do adolescente autor de infração, bem como em relação à função do atendimento socioeducativo a tais adolescentes. Em outras palavras, a despeito da institucionalidade do sistema, da maior oferta de recursos e da integração entre medidas em meio aberto e fechado, devido à organização política do DF, sem a divisão em municípios, a matriz de valores tem contribuído para a reprodução de formas tradicionais de atendimento, sem espaço para a criatividade, a autonomia e a efetiva responsabilização.

Tendo em conta os aspectos acima relatados, cabe refletir sobre os limites e possibilidades da ação socioeducativa para adolescentes autores de infração. A importante contribuição de Antônio Carlos Gomes da Costa (2006) levou à conceituação das duas dimensões da medida socioeducativa, a saber, a sanção e a responsabilização, tidas como duas faces de uma mesma moeda. A seu tempo, Costa contribuiu para destacar o valor pedagógico a ser visado com a ação socioeducativa, assinalando a importância de se ultrapassar a mera punição, e de se prover ao(à) adolescente experiências promotoras de cidadania e desenvolvimento, levando à construção de novas trajetórias de vida, possibilitadas através de uma atuação empática, dialógica e respeitosa entre o adulto responsável direto pelo atendimento socioeducativo e o adolescente.

Desafios da ação socioeducativa: práticas de responsabilização e desenvolvimento humano

As orientações pedagógicas contidas no trabalho de Costa (2006) foram centrais para a qualificação do trabalho no campo socioeducativo, ao afirmar a importância dos vínculos e da presença socioeducativa como eixos centrais da atuação nesse contexto. Entretanto, temos refletido sobre o fato de que sua posição parece fundir no mesmo dispositivo

jurídico a aplicação da medida socioeducativa e a dupla função de punição e promoção de um novo futuro para o adolescente. Ao nosso ver, esta proposição é confusa e tem favorecido no sistema, sobretudo por parte de juízes, a visão de que a execução da medida socioeducativa em si mesma basta para sancionar o ato de violação à lei e também o fim de cumprir o papel pedagógico de promover responsabilização, cidadania e autonomia ao(à) adolescente.

Trabalhos posteriores ao do pedagogo têm contribuído para que se reflita sobre a necessidade de estabelecer uma distinção entre essas duas faces da socioeducação. A aplicação/execução da MSE é, em todos os casos, a imposição de maior ou menor restrição de liberdade como forma de compensação subjetiva pelo ato de violação à lei que foi cometido pelo adolescente. A sanção deve estar orientada pelo princípio da intervenção mínima e à condição peculiar de desenvolvimento do adolescente (FRASSETO, 2006).

Mas, não se deve esquecer que a função sancionatória da MSE, por natureza, é contraditória com a função pedagógica, ao menos se associamos ao adjetivo 'pedagógico' a ideia de práticas promotoras de consciência, participação, conhecimento, autonomia e crítica. Nessa contradição reside o maior desafio da socioeducação. Na nossa acepção, a função pedagógica é coerente com o atendimento aos direitos fundamentais do adolescente, entre os quais a educação, a saúde, a cultura, a proteção e a segurança, com vistas à construção das bases para a cidadania e a participação como ator crítico na sociedade.

A promoção de cidadania e de emancipação não é, infelizmente, algo que tenha sido assumido como ponto pacífico pelos atores encarregados da ação socioeducativa. Estes lidam com tensões e dificuldades cotidianas na construção de uma prática que vá nessa direção, o que leva ao que denominamos o reducionismo sancionatório. Este é caracterizado pelo esvaziamento da dimensão emancipatória e pedagógica transversal

às políticas de proteção que, no caso da socioeducação, leva ao não-lugar do adolescente; ao desencaixe entre o fundamento filosófico da lei e a prática socioeducativa; ao reducionismo que vê as expressões da condição juvenil ora como evidência de transgressão, ora como sintoma de vulnerabilidade social; à criminalização e violação de direitos da juventude; à discricionariedade das decisões em justiça juvenil; além das inadequações relacionadas a condições arquitetônicas, técnicas e de segurança nas unidades de atendimento.

Na crítica a essa tendência e na busca de contribuir com a transformação ética do sistema socioeducativo, a pesquisa, de natureza participativa e interventiva, tem sido a principal ferramenta adotada pelo GAIA/UnB, no intuito de melhor compreender os processos e perspectivas relacionadas ao sistema socioeducativo e aos processos de desenvolvimento possíveis nesse contexto. Obviamente, impossível seria abarcar todas as dimensões desse complexo fenômeno, mas entendemos vir prestando pequenas contribuições para a composição de um caleidoscópio de imagens e perspectivas, que tem como eixos organizadores quatro vertentes do sistema socioeducativo: (1) bases filosóficas e jurídicas; (2) os adolescentes e seu desenvolvimento; (3) o campo socioeducativo e o desenvolvimento dos trabalhadores das unidades de execução; (iv) os operadores de justiça. Relataremos, em breves palavras, algumas pistas trazidas por essas pesquisas.

De 2013 a 2016, desenvolvemos o projeto denominado "Adolescência e contexto jurídico: pressupostos interdisciplinares e contribuições da psicologia do desenvolvimento", que funcionou como um guarda-chuva, abrigando diferentes subprojetos. O projeto principal teve por eixo o desenvolvimento profissional dos trabalhadores da socioeducação, sem desconsiderar as necessidades dos adolescentes em atendimento. Alguns subprojetos foram desenvolvidos como desdobramento deste, como o que investigou a caracterização demográfica dos trabalhadores de justiça

e assistência e a existência de sinergia entre as concepções deles sobre socioeducação e as bases filosófico-jurídicas do atendimento (VALENTE, 2014; LOPES DE OLIVEIRA; VALENTE, 2017). O estudo evidenciou um fosso entre a teoria e a prática socioeducativa, que compromete a emergência de formas mais críticas e éticas de atuação. Na mesma linha de investigação acerca dos profissionais, os trabalhos de Andrade (2017) e de Gonçalves (em elaboração, CUNHA, BRANCO; LOPES DE OLIVEIRA, 2019, submetido) investigam profissionais da carreira de agentes socioeducativos, buscando identificar como os profissionais lidam com as contradições inerentes ao seu papel, que acumula a função de educador e de agente de segurança. Ainda com foco nos profissionais, Raíssa Costa investigou como se constroem as redes de apoio intersetorial ao adolescente, tendo em conta os processos de comunicação entre técnicos de referência (sistema socioeducativo) e orientadores educacionais (sistema de educação), cujos resultados apontaram para a dificuldade inerente a esta comunicação, em prejuízo do adolescente.

Deslocando-se o foco para os adolescentes, a dissertação de Daniela Lemos da Costa (2014, COSTA; LOPES DE OLIVEIRA; KHNIS, 2018) abordou a questão do gênero em socioeducação, a partir de oficinas que trataram dos direitos e das experiências de adolescentes infratoras. A pesquisa favoreceu o entendimento das concepções do sistema sobre infração feminina, baseados em preconceitos e privação de direitos das adolescentes. Um estudo anterior do grupo (YOKOY DE SOUZA, 2008) havia apontado que a justiça juvenil é regida por uma lógica masculina e as infratoras são alvo de uma dupla forma de preconceito: enquanto infratoras, porque violam as imagens míticas do feminino, como carente, desprotegida e frágil; e enquanto mulheres que contrariam as imagens do infrator associadas à masculinidade e à virilidade.

O último grupo de trabalhos, de natureza interventiva, visa produzir novas mediações de desenvolvimento humano em socioeducação,

através de metodologias tecnicamente fundamentadas e eticamente comprometidas. A pesquisa de tese de Rodrigues (2017) investigou novas alternativas para a adoção de metodologias grupais em socioeducação, para ultrapassar a tendência predominante que se baseia na atenção individual ao adolescente. Por fim, a tese de Cunha (2018) acompanhou e analisou a política de saída sistemática (caracterizada, no DF, pela transferência do adolescente para uma unidade de internação especificamente desenhada para adolescentes e jovens em conclusão de medida e acompanhamento ao egresso). Este trabalho produziu uma novidade bastante instigante do ponto de vista metodológico, que foi a conversão do roteiro de entrevista em um jogo de tabuleiro, do tipo jogo de trilha, que teve uma grande aceitação por parte dos adolescentes e jovens participantes do estudo.

Considerações finais

Este texto reuniu um conjunto de experiências desenvolvidas em lugares distintos e por grupos de pesquisa que vêm trabalhando com o tema da socioeducação há bastante tempo. Partindo de referenciais teóricos diferentes, contudo, aproximados, trazem contribuições significativas para a reflexão acerca dos entraves e também das possibilidades e dos desafios deste campo, particularmente no que tange ao atendimento de adolescentes envolvidos com atos infracionais.

Temos vivido a explosão da violência urbana, comumente vinculada às populações marginalizadas, destacando-se o segmento juvenil pobre e negro, a quem se atribui antecipadamente, e preconceituosamente, a responsabilidade. Portanto, sem levar em conta a complexidade desse problema social, que é multideterminado e requer uma análise multidimensional, a sociedade, de modo geral, e, também, o Estado produzem discursos evasivos e apontam respostas simplistas e

reducionistas sobre a questão. Simplifica-se o entendimento dessa problemática definindo como bandidos e delinquentes jovens que estão, de alguma forma, próximos aos territórios tidos como violentos e suscetíveis de envolvimento com práticas ilícitas as mais diversas. E como alternativa para superação do problema propõe-se medidas imediatistas como a repressão, o encarceramento ou a eliminação dos seus supostos causadores.

O que buscamos neste texto foi pôr em destaque contradições entre os princípios e proposições que fundamentam os documentos legais do ECA e do SINASE e suas aplicações, que geram reiteradamente violação de direitos de crianças, adolescentes e jovens e não têm contribuído efetivamente para a promoção de seu desenvolvimento integral e cidadão. Ao mesmo tempo, apresentamos possibilidades de se ter um olhar humano e comprometido com adolescentes que cumprem medidas socioeducativas, para planejar e realizar ações de socioeducação que priorizem a dimensão pedagógica e emancipatória da intervenção, explicitando o processo de responsabilização desses jovens em relação aos atos infracionais cometidos.

Os desafios são enormes neste campo de estudo e de atuação, e três pontos nodais travam e limitam seus avanços: uma cultura de descrença e de desqualificação desses jovens, tidos como incapazes de romper com o ciclo da violência presenciada cotidianamente, e considerados inimigos indesejáveis e, portanto, elimináveis; um Estado não comprometido com o investimento em políticas para a juventude pobre, direcionadas à educação, à cultura e à promoção de trabalho digno e regularizado, assim como não promotor de ações eficazes para o enfrentamento dos processos de marginalização, exclusão social e extermínio desses jovens; e, por fim, uma sociedade extremamente desigual, cujas camadas privilegiadas economicamente se alimentam de privilégios e de corrupções, e, portanto, não têm interesse ou preocupação com a ruptura desta condição, geradora

de injustiça social e desrespeito aos preceitos dos direitos humanos e dos direitos de crianças e adolescentes, mesmo o Brasil sendo signatário de todos os Acordos Internacionais para a garantia desses direitos.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, A. N. N. **Práticas restaurativas nas escolas públicas**: o que a experiência do município de Natal/RN pode revelar? 2016. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016. Disponível em: <http://www.repositorio.ufrn.br:8080/jspui/bitstream/123456789/23374/1/ArthemisNuammaNunesDeAlmeida_DISSERT.pdf>.

ANDRADE, A. S. **"Aqui as flores nascem no concreto"**: negociações nas atuações laborais de agentes socioeducativos. 2017. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde Universidade de Brasília, Distrito Federal, 2017. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/25216/1/2017_AedraSarahdeAndrade.pdf>.

ARAÚJO, A. C. **Efeitos do cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto**: uma análise a partir da perspectiva de adolescentes egressos em Natal-RN. 2017. 180f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Psicologia, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2017.

BRANCO, A. U.; VALSINER, J. Towards cultural psychology of affective processes: Semiotic regulation of dynamic fields. **Estudios de Psicología**, v. 31, n. 3, p. 243-251, 2014.

BRITO, G. M. **A Polícia Militar e o denominado "Crime Organizado" na gestão da periferia urbana**: notas acerca das experiências juvenis. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016. Disponível

em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/25089/1/GabrielMirandaBrito_DISSERT.pdf>.

BRASIL. Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília, DF: Presidência da República, 1990.

_____. Lei 12.594, de 18 de janeiro de 2012. **Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo**. Brasília, DF: Presidência da República, 2012.

CAVALCANTE, C. P. S. **Fundamentos dos cuidados com crianças e adolescentes: um olhar sobre o Rio Grande do Norte entre 1964 e 1988**. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, Brasil, 2014. Disponível em: <http://www.repositorio.ufrn.br:8080/jspui/bitstream/123456789/19815/1/CarmemPlacidaSousaCavalcante_DISSERT.pdf>.

CAVALCANTI, M. F. **Uma análise sobre o discurso da redução da idade penal no telejornal policial**. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2017.

CEARÁ. Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Ceará. **Relatório sobre Homicídios no Estado do Ceará 2017**. Fortaleza: Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social, 2017.

CENTRO DE DEFESA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES (CEDECA-CEARÁ). **Manual para Vítimas de Violência Institucional: o que fazer quando o Estado viola seus direitos?** Fortaleza: CEDECA-CE, 2017.

CCPHA. **Cada Vida Importa: relatório do primeiro semestre de 2017 do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência**. Fortaleza: Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, 2017.

CERQUEIRA, D. *et al.* **Atlas da Violência 2017**. Rio de Janeiro: IPEIA/FBSP, 2017. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/170602_atlas_da_violencia_2017.pdf>.

COSTA, A. C. G. **Socioeducação: estrutura e funcionamento da**

comunidade socioeducativa. Brasília: Secretaria Especial de Direitos Humanos, 2006. Disponível em: <http://ens.sinase.sdh.gov.br/ens2/images/Biblioteca/Livros_e_Artigos/material_curso_de_formacao_da_ens/Socioeducacao.pdf>.

COSTA, D. L. P. **As adolescentes e a medida socioeducativa de internação: rompendo o silêncio**. Dissertação (Mestrado) não publicada - Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde, Universidade de Brasília, Distrito Federal, 2014. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/18108/1/2015_DanielaLemosPantojaCoelhoOliveiraCosta.pdf>.

COSTA, D. L. P.; LOPES DE OLIVEIRA, M. C. S.; KHNIS, C. **Infração juvenil feminina e socioeducação: um enfoque cultural e de gênero. Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v. 18, n. 1, p. 72-92, 2018.

CUNHA, G. G.; BRANCO, A. U.; LOPES DE OLIVEIRA, M. C. S. **A criminalização da pobreza como componente da semiosfera socioeducativa**. Artigo submetido à avaliação para publicação, 2019.

CUNHA, K. R. M. G. **Produção de subjetividades na fronteira entre o dentro e o fora da medida socioeducativa de internação: uma abordagem semiótico-cultural do desenvolvimento**. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde, Universidade de Brasília, Distrito Federal, 2018.

CUNHA, R. D. T. **O atendimento às adolescentes autoras de atos infracionais no Rio grande de Norte**. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014. Disponível em: <http://www.repositorio.ufrn.br:8080/jspui/bitstream/123456789/19816/1/RocellyDayaneTeotonioDaCunha_DISSERT.pdf>

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência e Desigualdade Racial 2014**. Secretaria Geral da Presidência da República, Secretaria Nacional de Juventude, Ministério da

Justiça e Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Brasília, 2015.

FÓRUM DAS ENTIDADES DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO CEARÁ. **Relatório das inspeções às unidades da internação do sistema socioeducativo do Ceará.** Fórum DCA, 2016.

FRASSETO, F. Execução da medida socioeducativa de internação: primeiras linhas de uma crítica garantista. In: ILANUD; ABMP; SEDH; UNFPA (Orgs.). **Justiça adolescente e ato infracional:** socioeducação e responsabilização. São Paulo: Ilanud, 2006.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura.** Traduzido por Carlos Nelson Coutinho. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

GONÇALVES, H. S.; SERENO, G. C.; ABREO, L. O. O Fazer socioeducativo: trabalhando com os agentes. In: ZAMORA, M. H.; LOPES DE OLIVEIRA, M. C. S. (Orgs.). **Perspectivas interdisciplinares sobre adolescência, socioeducação e direitos humanos.** Curitiba: Appris, 2017. p. 83-104.

LOPES DE OLIVEIRA, M. C. S.; VALENTE, F. P. R. Adolescência e responsabilização socioeducativa: aspectos históricos, filosóficos e éticos. In: ZAMORA, M. H.; LOPES DE OLIVEIRA, M. C. S. (Orgs.). **Perspectivas interdisciplinares sobre adolescência, socioeducação e direitos humanos.** Curitiba: Appris, 2017. p. 35-53.

LÚCIO, N. F. **Punição e criminalização da pobreza:** uma análise das violações de direitos sofridas por adolescentes em privação de liberdade. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018.

MBEMBE, A. **Crítica da Razão Negra.** 2. ed. Traduzido por Marta Lança. Lisboa: Antígona, 2017a.

_____. **Políticas de Inimizades.** Traduzido por Marta Lança. Lisboa: Antígona, 2017b.

MEDEIROS, A. **inserção da família no processo socioeducativo de adolescentes em privação de liberdade.** Dissertação (Mestrado) -

Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/20147/1/FernandaCavalcantiDeMedeiros_DISSERT.pdf>.

REDE ESTADUAL DE DEFESA DE DIREITOS DOS ADOLESCENTES DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO E ENFRENTAMENTO A LETALIDADE JUVENIL. **Monitoramento do Sistema Socioeducativo Potiguar:** Medidas em Meio Fechado. Natal: Centro de Referência em Direitos Humanos, 2013.

RODRIGUES, D. B. **Análise das medidas socioeducativas em meio aberto na região metropolitana do Natal.** Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2018.

RODRIGUES, D. S. **Grupo como dispositivo socioeducativo-dialógico:** reflexões sobre uma intervenção com adolescentes em meio aberto. Tese (Doutorado) - Universidade de Brasília, Distrito Federal, 2017.

SANTOS, L. I. C. **Juventude e Participação política:** analisando a práxis dos movimentos sociais de juventude. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018.

SOUZA, C. **Na fronteira da exclusão:** ações de enfrentamento à violência na juventude. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018.

YOKOY DE SOUZA, T. **Um estudo dialógico sobre institucionalização e subjetivação de adolescentes em uma casa de semiliberdade.** Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde, Universidade de Brasília, Distrito Federal, 2008.

VALLE, L. P. **Rede Juventude Viva do RN:** Enfrentamento ao extermínio da juventude. 2015. 119f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte,

Natal, 2018. Disponível em: <http://www.repositorio.ufrn.br:8080/jspui/bitstream/123456789/24539/1/LunaPinheiroValle_DISSERT.pdf>.

VALENTE, Fernanda Pinheiro Rebouças. **O processo de responsabilização socioeducativa:** da medida à responsabilidade. 2015. 119f. Dissertação (Mestrado)-Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde, Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

VALSINER. **Fundamentos de Psicologia Cultural:** mundos da vida, mundos da mente. Porto Alegre: Artmed, 2012.

_____. **An invitation to Cultural Psychology.** Londres: Sage Publications, 2014.

Juventudes desimportantes: a produção psicossocial do “envolvido” como emblema de uma necropolítica no Brasil

João Paulo Pereira Barros

Introdução

O objetivo deste ensaio é refletir sobre aspectos psicossociais implicados nas dinâmicas da violência letal contra jovens em periferias urbanas do Brasil, lançando mão das noções de “necropolítica”, desenvolvida por Achille Mbembe (2003, 2016, 2017), e “capitalismo gore”, delineada por Sayak Valencia (2010, 2012). Para sustentar as argumentações teóricas que serão apresentadas, tomarei como base o contexto do estado do Ceará, sobretudo de sua capital, Fortaleza, que atualmente ostentam os maiores índices de homicídios na adolescência do Brasil. Tais reflexões decorrem da pesquisa “Juventude e Violência Urbana: Cartografia de Processos de Subjetivação na Cidade de Fortaleza-CE”, realizada pelo Grupo de Pesquisas e Intervenções sobre Violência, Exclusão Social e Subjetivação (VIESES), vinculado ao Departamento de Psicologia e ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará (UFC).

No intuito de contribuir com a cartografia de processos articulados à criminalização de jovens negros, pobres e inseridos nas margens urbanas, e seus assujeitamentos nas tramas da violência, problematizarei, neste texto, linhas de força que atravessam a produção psicossocial da figura de segmentos juvenis popularmente rotulados de “envolvidos” no contexto cearense. No contexto cearense, são chamados de “envolvidos” adolescentes/jovens a quem se atribui a inscrição nas

dinâmicas do mercado varejista de drogas ilícitas. Ainda que não estejam efetivamente inseridos no tráfico, diversos adolescentes/jovens que habitam as periferias são também taxados como tal, pré-julgados por suas características raciais, econômicas, por seu local de moradia e por sua vestimenta¹.

O “envolvido”, portanto, não se trata de todo e qualquer “bandido”, categoria que vem sendo trabalhada por autores como Misse (2010), ou mesmo qualquer adolescente “autor de ato infracional”. O “envolvido” aqui considerado é a principal expressão local dos sujeitos (potencialmente) perigosos, a quem são atribuídas características inerentes de monstruosidade.

Destacarei a imbricação dessa produção psicossocial do jovem “envolvido” com tecnologias políticas de gestão da morte de sujeitos “desimportantes” e com variantes do capitalismo que potencializam essas políticas de morte. Isso implica deslocar o debate sobre violência urbana do sujeito para os processos de subjetivação engendrados por complexas tramas de saber-poder, em contraposição a abordagens naturalizantes e individualizantes sobre as inscrições das juventudes nas dinâmicas da criminalidade violenta (COIMBRA, 2001)

Assim, poremos em análise códigos, gramáticas, narrativas e modos de (des)subjetivação imanentes ao fenômeno da violência armada

1 É elucidativo o trecho de Moreira e Frota (2014, p. 110-111) sobre a imagem do “pirangueiro”, como é popularmente conhecida no contexto de Fortaleza: depreende-se que existe o estereótipo do bandido, como sendo aquele que usa determinados modelos, marcas de roupa e modo de locomoção. Essa atribuição de potencialidade de perigo retira dessas classes toda a sua humanidade, restringindo-lhes, efetivamente, direitos fundamentais, e sendo, portanto, permitida às forças policiais a exacerbação de suas funções, em especial, na formulação de suspeição, fundamentada predominantemente em aspectos da cultura policial dominante e do campo da subjetividade. Daí decorrem práticas eivadas de arbitrariedade e autoritarismo, legitimadas por estigmas e preconceitos decorrentes da resultante da relação cultura policial/subjetividade.

contra segmentos juvenis no Brasil, que os produzem ao mesmo tempo como “morríveis” (abandonados de forma a inviabilizar suas vidas ou relegados a uma sobrevida, tamanha a sua precarização) e “matáveis” (alvos de extermínio físico de forma socialmente banalizada), tomando como ilustração a realidade do Ceará. Nosso ponto de partida é de que os jovens enquadrados como “envolvidos”, perversamente (in)visibilizados como infratores ou virtuais autores de infração, são “metáforas da violência”, como bem defendeu Sales (2007). Mais que isso, defendemos o argumento de que a produção de tais adolescentes/jovens é um emblema de maquinarias necropolíticas operantes no contexto brasileiro.

Que reverberações epistemológicas e ético-políticas essas discussões trazem para a Psicologia Social e áreas afins, nesse contexto? Trata-se, segundo pontua Hilário (2016), de uma tentativa de vitalização da crítica social a partir das periferias do capitalismo, capaz de elucidar as relações entre políticas de normalização da vida e produção da morte, de modo a engendrar sistematicamente vidas (in)dignas de serem vividas. Sem negar o diálogo fecundo com produções que tiveram seu eixo histórico e campo empírico circunscritos à Europa ou aos EUA, isso implica operar deslocamentos conceituais e reinventar ferramentas teóricas para tratar das vicissitudes de contextos africanos e latino-americanos, por exemplo, dando outras tonalidades aos debates sobre as tramas de saber-poder-subjetivação e aos processos de dominação e violência. O diálogo com esses trabalhos, sem abdicar das interlocuções com os pertinentes estudos de Foucault, Deleuze, Guattari, Agamben, Arendt e Butler, dentre outros, tem propiciado um exercício rico também para teorizações em Psicologia Social sobre conexões entre expressões de violência, processos de exclusão social e modos de subjetivação, como vimos experimentando a partir das pesquisas e intervenções do VIESES (BARROS, *et al* 2018).

“Envolvidos” nas tramas do Capitalismo Gore: violência armada e homicídios juvenis em periferias brasileiras

Para começar o debate, percorrerei pistas em torno da seguinte indagação: como a produção psicossocial da figura do jovem “envolvido” está articulada a variantes do capitalismo que potencializam tecnologias políticas de gestão da morte de sujeitos indesejáveis?

Sayak Valencia (2010, 2012) aponta que a presença insidiosa do crime organizado, do militarismo e de deficitários investimentos em políticas sociais em contextos periféricos é expressão do que ela chama de “Capitalismo Gore”. A autora cria esse termo, em suas análises, como uma ferramenta sobre as conexões entre necropolítica, dinâmicas da violência no México e o neoliberalismo, a globalização e a performance política da construção binária de gênero. Em Valencia (2012, p. 84), “Capitalismo Gore” é assim definido:

[...] com este termo nos referimos ao derramamento de sangue explícito e injustificado, à alta porcentagem de vísceras e desmembramentos, muitas vezes misturados com a precarização econômica, o crime organizado, a construção binária de gênero e os usos predatórios dos corpos, tudo isso através da violência mais explícita como ferramenta de "necroempoderamiento" Portanto, quando falamos sobre o capitalismo gore nos referimos a uma transvalorização de valores e práticas (econômicas, políticas, sociais e simbólicas) que são realizadas (de maneira mais visível) na fronteira e em territórios vulneráveis de todo o mundo.

Valencia (2012) chama atenção para alguns elementos que favorecem esse “capitalismo gore”, a saber: exigências de consumo excessivo ditadas pelas economias globais e coloniais, a construção binária de gênero, o exercício despótico do poder por governos autoritários, a espetacularização e mercantilização da violência:

O capitalismo Gore poderia ser entendido como uma luta intercontinental de (pós) colonialismo distópico extremo; recolonizaram-se através dos desejos de hiperconsumo implantados pelo neoliberalismo exacerbado e pela obediência

acrítica à ordem hegemônica masculinista para alcançar auto-afirmação e empoderamento. Bem como um elo entre a economia sacrificial da morte e a produção de poder como fatores que redefinem os limites do político. A morte como elemento que questiona, perturba e desloca tanto o poder quanto o poder do Estado em sua exclusividade em termos da aplicação da necropolítica. (VALENCIA, 2012, p. 89)

Essas violências explícitas e espetacularizadas apontadas por Valencia (2012) para falar do México contemporâneo em muito se assemelham ao cenário vivido em periferias brasileiras, conforme indicam os resultados parciais da pesquisa guarda-chuva do VIESES-UFC no contexto de Fortaleza-Ceará. Como expressão do “capitalismo gore” no Brasil contemporâneo, destacam-se as consequências do quadro de intensificação de conflitos territoriais e da violência armada nas periferias urbanas, notadamente o aumento de homicídios de adolescentes e jovens negros e pobres em periferias brasileiras, sendo o estado do Ceará e a cidade de Fortaleza emblemas desse processo.

Em 2016, o Brasil alcançou uma lamentável marca histórica: 61.619 mortes violentas intencionais foram contabilizadas no país, conforme o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2017a). De 1980 a 2014, houve um crescimento progressivo, sistemático e ininterrupto desse tipo de violência, principalmente devido ao acréscimo de 592,8% no número de homicídios por arma de fogo, como indica o Mapa da Violência no Brasil (WASELFSZ, 2016).

Ainda de acordo com este estudo, os homicídios de jovens se sobressaem, pois aumentaram 699,5%. Já o Atlas da Violência de 2017 aponta que mais de 318 mil jovens foram assassinados entre 2005 e 2015. Se a taxa média de mortes da população geral em 2015 foi de 28,9% por 100 mil habitantes, a da população jovem chegou a 60,9% por 100 mil (CERQUEIRA et al, 2017). Por sua vez, dados do 11º Anuário Brasileiro de Segurança Pública indicam que 99,3% das pessoas assassinadas em 2016

eram do sexo masculino, 81,8% tinham entre 12 e 29 anos e 76,2% eram negras (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2017a).

Depreende-se, portanto, que os principais alvos da violência letal no país são jovens negros, o que serve de contraponto factual às narrativas dos oligopólios midiáticos, que costumeiramente apresentam segmentos juvenis pobres e negros como algozes da violência urbana brasileira. Segundo a pesquisa do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2017b), tendências mais autoritárias são observadas em pessoas que sentem mais medo, o que torna plausível relacionar a intensificação de lógicas punitivo-penais e a produção generalizada do medo.

Ao relacionar classe social e intensificação dessa volúpia punitivo-penal, Rodrigues (2009, p. 39) afirma que “o quadro da insegurança foi pintado com o sangue dos pobres e dos historicamente excluídos”. Isto é, para considerar devidamente a escalada dos homicídios no Brasil, há que se levar em conta o processo de criminalização da pobreza (COIMBRA, 2001) como legitimador dessas mortes. Articulada a essa gestão diferencial da pobreza, tal problemática é uma das brutais expressões da continuidade do que Abdias do Nascimento (2017) chama de “genocídio do negro brasileiro”, haja vista que, vale frisar, o “envolvido”, como aquela identidade a ser exterminada, tem cor, classe, gênero, idade e territórios bem delineados. Para citar um exemplo disso, o estado do Ceará tem o segundo maior Índice de Violência e Desigualdade Racial (0,487) do Brasil, atrás apenas de Alagoas (0,489), destacando-se os indicadores de frequência à escola e situação de emprego (0,778) e o indicador de pobreza (0,610), que contribuíram incisivamente para essa posição. A maior discrepância na taxa de mortalidade por homicídio foi verificada no Nordeste, enquanto a taxa de jovens brancos foi de 27,1 por 100 mil, a de jovens negros foi de 115,7, ou seja, mais de 4 vezes superior (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2017c).

Nos últimos anos, tem havido um crescimento significativo de

homicídios no Nordeste brasileiro, especialmente de adolescentes e jovens. Por exemplo, em 2016, segundo o 11º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, no Ceará, matou-se, em números absolutos, 3.334 pessoas (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2017a). De acordo com o Atlas da Violência de 2017 (CERQUEIRA *et al*, 2017), nosso estado teve um aumento de 122,8% na taxa geral de homicídios, considerando o período de 2005 a 2015. Trata-se de um processo que se acentuou nas últimas décadas. Em 1989, por exemplo, o Ceará ocupava a vigésima colocação entre os estados brasileiros em termos de homicídios. Em 2005, passou à décima sétima posição. Em 2014, passou à segunda colocação, sendo que em 2017 foi o que apresentou maior crescimento (52 homicídios por 100 mil habitantes). No tocante aos homicídios de adolescentes e jovens, o Ceará possui atualmente o maior Índice de Homicídios na Adolescência (IHA) entre os estados brasileiros, 8,71/mil (MELO; CANO, 2017).

Sua capital, Fortaleza, consolidou-se como uma das cidades do Brasil e do mundo em que mais são vitimizadas crianças, adolescentes e jovens por esse tipo de violência letal. Em uma década (2003-2013), tornou-se a capital com a maior taxa de homicídios nesse segmento (81,3/100 mil), com aumento de 755% (WAISELFISZ, 2015). Em 2014, apresentou o maior IHA entre as capitais brasileiras, com o valor de 10,94/mil, ou seja, 11 em cada mil adolescentes que completam 12 anos morrem de homicídio antes de chegar aos 19 anos (MELO; CANO, 2017).

No ano de 2017, segundo a Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS), foram assassinadas 5.134 pessoas no estado do Ceará (CEARÁ, 2017), das quais 981 tinham entre 10 e 19 anos. Este foi o ano em que foram contabilizados mais homicídios, desde que a SSPDS passou a divulgar em meio eletrônico o balanço dos Crimes Violentos Letais e Intencionais (CVLI).

De janeiro a março de 2018, 237 adolescentes foram assassinados no estado. O aumento dos homicídios também vem acompanhado do

incremento de episódios de chacina e microchacinas, e, em meio a isso, um aspecto recente dos conflitos territoriais entre facções criminosas tem nos chamado atenção: o crescimento assustador do número de mulheres e adolescentes do sexo feminino mortas nas dinâmicas da violência urbana. Em 2017 foram 364, sendo 80 adolescentes, o que significou uma elevação de 196% em comparação ao ano de 2016 (NEGREIROS; QUIXARÁ; BARROS, 2018).

Esses dados corroboram a relação mostrada por Valencia (2012), ao falar de sujeitos inscritos nas dinâmicas da violência armada no México, aos quais ela chama de “endriagos”, entre “capitalismo gore” e uma política de gênero que maximiza a produção de masculinidades hegemônicas, performatizadas por relações de dominação, objetificação e silenciamentos pela violência. A autora mexicana argumenta, ainda, que a indiferença ao perigo, o desprezo pelas virtudes femininas e a afirmação da autoridade em qualquer nível legitima o exercício de matar perpetrado por esses grupos criminosos, sendo a performatividade violenta e machista uma das exigências da masculinidade hegemônica.

Os “endriagos” incorporam o conceito de ingovernabilidade, embora estejam sujeitos ao poder na medida em que internalizam as demandas de hiperconsumo demandadas pelo capitalismo global, ao mesmo tempo em que sentem como próprios o discurso heteropatriarcal baseado na posse do poder como fator de legitimação, identidade e pertença social (VALENCIA, 2012, p. 98).

A “nordestinação” dos homicídios demanda que se dê visibilidade às produções nordestinas acerca deste fenômeno. Contrapondo-se aos colonialismos epistemicidas, destaco que a temática dos homicídios de adolescentes e jovens no contexto cearense já vem sendo pauta de diversas produções, como os trabalhos de Cavalcante (2011) e Paiva (2016), que enfocam os homicídios de jovens na cidade de Fortaleza, e o estudo de Paiva (2014), que aborda como a violência tem afetado as pessoas e como isso tem reverberado nos modos em que a sociedade tem passado a se organizar e se relacionar.

Também podem ser mencionadas publicações recentes como a de Barros, Aciolly e Ribeiro (2016), Barros e Benício (2017), Benício e Barros (2017), Barros, Benício e Pinheiro (2017), Barros *et al* (2017), Barros (2018) e Barros *et al* (2018), que problematizam diversos aspectos da questão dos homicídios de adolescentes e jovens à luz da Psicologia Social. Além dessas produções, resultantes da etapa qualitativa da pesquisa geral do VIESES em andamento, cabe frisar também sua parceria com a Rede de estudos e Afrontamentos das Pobrezas, Discriminações e Resistências (ReaPODERE), grupo de pesquisa da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), que tem propiciado discussões sobre homicídios juvenis em Fortaleza, enfatizando suas relações com o racismo, a pobreza multidimensional, a exposição a conflitos territoriais e o acesso precário a políticas públicas, principalmente àquelas voltadas para as juventudes, e as políticas de segurança adotadas pelo Estado. Essas últimas análises, de cunho quantitativo, lançam mão da base de dados da pesquisa “Cada Vida Importa”, outra produção local a ser frisada, desenvolvida pelo Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência (CCPHA), iniciativa do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e da Assembleia Legislativa do Ceará (ALCE).

A partir desses e de outros estudos locais sobre o tema, dois aspectos precisam ser realçados para a análise desse cenário atual de agravamento da criminalidade violenta no Ceará:

- 1) O fortalecimento de facções criminosas e a intensificação de suas disputas, cada vez mais letais, pela forte presença de armas de fogo. Essas novas dinâmicas alteraram significativamente a própria cartografia psicossocial dos territórios periféricos e, com efeito, o cotidiano dos seus moradores, se comparadas à década de 1990 e início dos anos 2000, épocas marcadas pela atuação de gangues, como bem destacam trabalhos como o de Diógenes (1999). Nesse cenário, Barros *et al* (2018), em artigo sobre o assunto, mostram

como os discursos de jovens e profissionais que atuam com juventudes em dois dos principais territórios com elevação dos homicídios em 2017 apontam para o fortalecimento da capacidade de cooptação desse grupo etário pelo tráfico de drogas, em um contexto neoliberal de dramática fragilização das já insuficientes redes de proteção social juvenis, e para o fato de que jovens da periferia se encontram cada vez mais em um “fogo cruzado” em que a condição de descartabilidade de suas vidas se torna ainda mais expressiva;

2) o recrudescimento de um modelo de segurança pública, operado por ações predominantemente ostensivas e à luz do paradigma da “guerra às drogas”, que se centra no combate à figura do “inimigo interno”, cada vez mais associada a jovens negros, pobres e do sexo masculino, nomeados como “envolvidos”, a quem apenas dois caminhos parecem ser oferecidos pela gestão da segurança pública: “cadeia ou cemitério”. De acordo com dados fornecidos pela própria SSPDS, analisados pelo Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência, entre o primeiro semestre de 2013 e os mesmos meses de 2017, houve um aumento de 444% das mortes por intervenção policial no Ceará - no caso apenas de adolescentes, esse aumento chegou a 600%. Por sua vez, o incremento político e orçamentário desse modelo de segurança pública no estado também tem feito crescer o número de mortes de policiais, que apresentou elevação de 54% no intervalo entre o primeiro semestre de 2013 e o igual período de 2017 (CCPHA, 2017).

Além dos homicídios, outros impactos da violência armada nas periferias da capital cearense merecem ser pontuados. Por exemplo, no início de 2019, o estado do Ceará virou notícia em todo o país com cenas de ônibus incendiados, implantação de bombas em viadutos, fechamento de estabelecimentos comerciais e imposição de toque de recolher, dentre outras situações, compondo um cenário constantemente assemelhado ao de um Estado de Guerra, que teria se exacerbado devido à reação

articulada de facções criminosas ao anúncio de mudanças na gestão do sistema prisional cearense. Mas em que regiões este Estado de Guerra midiático se instalou mais acentuadamente? Onde os tais atentados se concentraram? Não é senão nas margens urbanas onde sobreviventes se recolheram para seguir tocando sua sobrevivência e os comércios foram compulsoriamente fechados? As zonas de morte ganham forma justamente nos contextos periferizados.

Ainda a título de ilustração, bem antes dos ataques acima citados, tem sido verificada, sobretudo a partir de 2017, a expulsão de moradores de territórios da periferia da cidade sob o domínio de organizações ligadas aos mercados ilegais de drogas e armas. Somente em Fortaleza, de novembro de 2017 a abril de 2018, a expulsão de indivíduos e famílias por grupos criminosos que disputam a ocupação territorial das periferias desabrigou pelo menos 264 pessoas e 66 famílias, informação coletada pelo Núcleo de Habitação e Moradia (Nuhan) da Defensoria Pública do Ceará e divulgada pelo Jornal O POVO em 25 de abril de 2018. Contudo, o número pode ser ainda maior, pois esses dados consideram apenas as pessoas e famílias que solicitaram ajuda à Defensoria Pública. Essas pessoas que perdem seus lares e precisam compulsoriamente mudar de bairro por conta dos conflitos territoriais, ainda que não necessariamente possuam alguma relação com facções criminosas, têm sido chamadas de “refugiados urbanos”.

Esse fenômeno de produção de “refugiados urbanos” dá-se em um contexto de recrudescimento de conflitos territoriais, conhecidos localmente como “guerra de facções”, agravado desde o fim de 2016, conforme discutido por Barros *et al* (2018)². Do ponto de vista analítico, tal fenômeno serve para explicar um aspecto do “capitalismo gore” para

2 Os autores analisaram discursos de jovens e profissionais que atuam com esse segmento sobre o pacto entre grupos criminosos em Fortaleza, ocorrido entre o final de 2015 e meados de 2016, que ficou conhecido como “pacificação”, enfatizando implicações das transformações da dinâmica da violência urbana no cotidiano de juventudes em contextos estigmatizados e mais afetados pela violência letal na cidade.

o qual Valencia (2012) chama atenção: o necroempreendimento, neste caso, realizado por organizações que disputam os mercados ilegais de drogas e armas, alimentando-se do “proibicionismo”.

Chamamos "necroempoderamento" os processos que transformam contextos e/ou situações de vulnerabilidade e/ou subalternidade na possibilidade de ação e auto-poder, mas que os reconfiguram de práticas distópicas e de a auto-afirmação perversa alcançada através de práticas violentas lucrativas dentro da lógica da economia capitalista (VALENCIA, 2012, p. 84).

A problemática dos “refugiados urbanos” torna ainda mais exposta a situação de “cidadania escassa” (SALES, 2007), na qual vive a maioria das populações periféricas. Sales (2007) argumenta que as históricas e marcantes desigualdades sociais, agravadas pelo neoliberalismo e o encolhimento do papel do Estado na garantia de direitos sociais, são ainda mais aviltantes para segmentos infantojuvenis, especialmente negros e seus familiares em situação de pobreza, expondo-os a inúmeras violências, como as que são perpetradas por grupos criminosos e seus “necroempreendimentos”.

Ainda para Valencia (2012, p. 91-92),

O capitalismo, em sua versão gore, emerge da pobreza, da obediência cega às demandas do hiperconsumo. É uma forma de violência. Essa violência é consequência não apenas de sua versão explícita, mas de uma infiltração implícita de desejos de hiperconsumo que nos é mostrada de forma desodorizada e embalada em pacotes inofensivos e publicitários que nos colocam diante de nossa impossibilidade de consumir tudo e acabar em constante frustração.

Para concretizar a reflexão sobre essa articulação entre capitalismo gore e desigualdade social, o Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência (CCPHA) aponta que 44% das mortes de adolescentes na cidade de Fortaleza em 2015 aconteceram em 17 dos 119 bairros da cidade, aqueles mais atingidos pela pobreza. Mais especificamente, um terço dos homicídios nessa faixa etária ocorreram em 52 assentamentos

precários da capital cearense, que correspondem a 4% da área total da cidade. A distribuição espacial dos homicídios em Fortaleza é semelhante a de doenças epidêmicas de determinação social, como Zica e dengue. Logo, presume-se que a prevenção de homicídios também passa por medidas de redução de desigualdades e garantia de direitos.

Ainda em torno da questão da “cidadania escassa”, é mister chamar atenção para o hiato entre avanços no âmbito jurídico, advindos com o Estatuto da Criança e do Adolescente, a partir da Doutrina da Proteção Integral, para a qual tais segmentos são formalmente sujeitos de direitos, e a perpetuação de práticas de exclusão e violência dirigidas a segmentos infantojuvenis pobres e negros, que, na prática, ainda vivem o amargor da Doutrina da Situação Irregular, ligada ao “menorismo” (SALES, 2007). Segundo propõe a autora, a “cidadania escassa” se relaciona com o conceito de “(in)visibilidade perversa”, inscrevendo-se particularmente no cotidiano de adolescentes e jovens periféricos. Principalmente em um contexto de fortificação de um Estado Policial e Penal, essa relação se dramatiza da seguinte maneira: ou este adolescente/jovem tido como (potencialmente) perigoso segue invisível e, portanto, quase inexistente, do ponto de vista da garantia de direitos, na massa de vidas indignas e desimportantes, alvo das mais diversas subalternizações e privações, ou irrompe tal invisibilidade massificante por algumas estratégias de aparecimento, dentre elas a prática da violência (SOARES, 2010).

Portanto, o “capitalismo gore” potencializa justamente conexões entre “cidadania escassa” e “(in)visibilidade perversa”. Além disso, são nítidas as conexões da discussão acerca do conceito de Capitalismo Gore trazido por Valencia (2010, 2012), com a categoria necropolítica, trabalhada por Mbembe (2016, 2017). É sobre esta tecnologia que tratarei na próxima seção, enfocando seu potencial para a análise de dinâmicas e implicações psicossociais da violência urbana no Brasil, em específico nas periferias do estado e da capital com maiores índices de homicídios de adolescentes e jovens no país.

Necropolítica e seus dispositivos em cotidianos periféricos do Brasil: “os envolvidos” como inimigos a serem eliminados

Neste tópico, discutirei a noção de necropolítica e suas características, de acordo com o pensamento de Mbembe (2016), articulando essa noção a reflexões mais gerais do autor camaronês acerca do que ele chama de “políticas da inimizade” (MBEMBE, 2017). À medida que forem expostas algumas características da necropolítica, serão pontuadas também de que forma ela fornece condições à produção do adolescente/jovem “envolvido” como sujeito morrível e matável. Problematizarei ainda a partir de que dispositivos e políticas de subjetivação se exerce uma necropolítica cotidiana no Brasil, tendo a produção psicossocial do adolescente-jovem “envolvido” como seu emblema.

Para começar, proponho a reflexão sobre o seguinte ponto: quais as características dessa tecnologia necropolítica em operação no Brasil?

A necropolítica trata-se de uma tecnologia de poder que faz funcionar maquinarias econômicas e simbólicas voltadas para a gestão da morte. Sua proposição por Mbembe (2016) traz consigo uma reflexão sobre novas formas de dominação em contextos africanos pós-coloniais, mas também passível de ser pensada ao contexto latino-americano e suas populações em situações de desigualdades e habitantes das periferias, por exemplo. O engendramento teórico da noção de necropolítica se dá a partir de diálogos com Foucault em torno do biopoder e com Agamben e Hannah Arendt em torno da questão do estado de exceção e do estado de sítio, reinventando essas ferramentas teóricas para pensar as complexidades e especificidades de contextos históricos da periferia do capitalismo.

Ao mesmo tempo em que toma as discussões de Michel Foucault sobre Biopoder como ponto de partida e demonstra sua pertinência, Mbembe (2016) aponta sua insuficiência para compreender as complexas

práticas contemporâneas, articuladas a uma política que prioriza a aniquilação de inimigos. Para o autor camaronês, o contexto de ocupação colonial em vigor na contemporaneidade nas periferias do capitalismo se caracteriza pela combinação entre disciplina, biopolítica e necropolítica.

Ao falar de estado de exceção, retoma Arendt, particularmente trechos de “As Origens do Totalitarismo”, para mostrar como, no campo de concentração, seus ocupantes são destituídos de estatuto político e apenas suportam a vida. De Agamben, retoma o ponto de vista, segundo o qual, no campo de concentração, o estado de exceção não é uma suspensão temporária do estado de direito, mas faz existir um espaço que se mantém permanentemente fora desse estado de direito. Após se distanciar da crítica política que se detém em um olhar mais normativo para a democracia, que toma a razão como a verdade do sujeito, Mbembe deixa evidente que seu foco de análise no texto são “as figuras de soberania cujo projeto central não é a luta pela autonomia, mas, antes, a instrumentalização generalizada da existência humana e a destruição material de corpos humanos e populações” (MBEMBE, 2017, p. 111). Em tempo, Mbembe nos alerta que essas figuras de soberania, assim como os campos de extermínio, constituem a regra do espaço político em que vivemos.

Discutindo a política como o “trabalho da morte” e, mais uma vez, dialogando com Foucault, Agamben e Arendt, Mbembe (2017) se dedica à discussão sobre o direito de matar, argumentando como “estado de exceção e relação de inimizade” passaram a ser a base normativa de tal direito. Ressalta Mbembe (2017, p. 115-116) que “o poder (e não necessariamente o poder estatal), refere-se e apela continuamente à exceção, à emergência e à noção ficcional do inimigo. Ele decide-se igualmente à produção dessa mesma exceção e emergência e do inimigo ficcional”.

Lembra Mbembe (2016) que, para Foucault, a raça foi sempre uma sombra para o pensamento ocidental, ao passo que o racismo teve e tem função de regular a distribuição da morte, viabilizando as funções criminosas do Estado, já que é a condição de aceitabilidade da condenação à morte pela atribuição de desumanidade ou pela subjugação dos povos estrangeiros. Assim, desta vez retomando também o diálogo com Arendt, Mbembe ressalta como política da morte e política da raça estão imbricadas. Em sua discussão sobre “racismo de estado”, Foucault (2005) aponta o nazismo como o grande exemplo de como o estado lançou mão do direito de matar, articuladamente à gestão, proteção e cultivo da vida. Contudo, o autor pós-colonial chama atenção ao seguinte ponto: a junção entre racismo, homicídio e suicídio arquitetada pelo estado não teria sido apenas uma exceção vinda do estado nazista.

[...] a percepção da existência do outro como um assalto à minha vida, como uma ameaça mortal ou um perigo absoluto, cuja eliminação biofísica pudesse fortalecer a minha possibilidade de vida e de segurança, não é mais do que um dos muitos imaginários característicos da soberania, tanto da pré como da pós-modernidade. [...] Numa perspectiva histórica, vários analistas argumentam que as premissas materiais de extermínio nazi devem ser encontradas no imperialismo colonial (MBEMBE, 2017, p. 117).

A seguir, Mbembe (2017) sustenta que o traço colonialista e racista da biopolítica pode ser exemplificado pela escravatura de negros:

De fato, a condição de escravo resulta de uma tripla perda: a perda de um lar, a perda de direitos do corpo de cada um, ou de cada uma, e a perda de um estatuto político. Essa tripla perda é idêntica à da dominação absoluta, a da alienação natal e à da morte social (expulsão da humanidade total). [...] A condição violenta da vida do escravo manifesta-se através da predisposição do capataz para se comportar de maneira cruel e temperamental e do espetáculo da dor infligida ao corpo do escravo. A violência torna-se uma característica comportamental, como o uso do chicote ou o assassinato do próprio escravo (MBEMBE, 2017, p. 122-123).

Articulando a noção foucaultiana de racismo de estado como condição de aceitabilidade da matança em uma sociedade na normalização, definindo quem deve viver e quem deve morrer para a segurança dos

viventes, com o conceito de Estado de exceção trazido por Agamben, a necropolítica suscita a criação da figura do “inimigo ficcionalizado”, isto é, um outro que ameaça a vida e segurança dos “cidadãos”. A produção desse inimigo ficcionalizado seria uma ferramenta útil para conferir ares de normalidade e “civilidade” a bárbaras formas de matar, gerando pouca comoção social.

É esse processo psicossocial de fabricação do inimigo ficcionalizado que pretendo destacar como um dos principais traços da necropolítica no cotidiano brasileiro. Isso porque aqui é possível se visualizar a continuidade desses processos de dominação racista na produção criminalizante da figura do adolescente e jovem “envolvido”, constituído como um “não cidadão”, destituído de estatuto político. Seriam os “envolvidos” uma forte imagem do amplo espectro populacional que Mbembe (2017) denominou de “escravos contemporâneos”, em relação aos quais se aplicaria um dos mais importantes princípios do trabalho colonial: o da separação e diferenciação. As práticas de segregação e de higienismo verificadas frequentemente em relação às práticas juvenis nas periferias urbanas, como saraus, festas de *reggae*, rolezinhos, batalhas de rap, são uma das ilustrações da atualidade colonial. Articulado ao trabalho de separação e diferenciação sempre esteve o trabalho de desumanização, segundo Mbembe (2016). A atualização dessas operações está na criação de cada vez mais dispositivos securitários nas grandes cidades, a fim de normalizar, afastar ou mesmo dizimar presenças ameaçadoras.

Portanto, a raiz da necropolítica estaria, segundo Mbembe (2016), na negação racista do ponto comum entre “nós” e “eles”. Com essa noção, o pensador camaronês traz mais contundentemente uma matriz colonial do poder e uma ênfase ao recorte racial para um fenômeno que vem mais comumente sendo debatido a partir das noções de racismo de estado, estado de exceção, em Foucault, e *Homo Sacer*, em Agamben, tendo em vista que nessas sociedades africanas e latino-americanas o racismo é estrutural.

Tal noção de necropolítica assinala que os atuais regimes políticos adotam o esquema de fazer morrer e deixar viver típico do período colonial pela coisificação dos seres humanos, cada vez mais descartáveis e aniquilados em sua integridade moral. É em meio a esses processos necropolíticos de desumanização que se pode analisar por que a reação comum diante da escalada de homicídios e chacinas no Ceará, por exemplo, parece ser a seguinte: “enquanto os bandidos estiverem se matando, tá tudo bem”. Ou seja, o extermínio de jovens não é um problema para a sociedade em geral caso se atribua a pecha de “envolvidos” aos que morrem cotidianamente.

A potência elucidativa da discussão mbembeana sobre necropolítica frente ao cenário de violência urbana vivido no Brasil também está na sua discussão sobre a continuidade das relações colonialistas na atualidade. Dessa maneira, é possível dizer que as favelas brasileiras são espécie de colônias contemporâneas, as quais se configuram como locais onde a violência do estado de exceção se dá de modo mais contundente e onde estão os inimigos a serem aniquilados, como o são os “envolvidos”. A respeito das colônias, Mbembe (2017, p. 127) diz o seguinte: “em si, as colônias são o local, por excelência, onde os controles e as garantias da ordem jurídica podem ser suspensos - a zona onde a violência do estado de exceção está condenada a operar ao serviço da civilização”.

Nessa ótica, o princípio necropolítico é movido pelo racismo colonial e se qualifica pela destruição organizada por economia sacrificial, que, para funcionar, precisa que algumas vidas passem a não ter valor e suas perdas sejam habituais. Dessa forma, a naturalização das mortes de adolescentes, atribuindo-lhes a pecha de “envolvidos”, é uma das consequências dessa política de produção de “inimigos” no contexto da violência armada no cotidiano das periferias, seja pela atuação das facções criminosas, seja pelo próprio Estado, por ação ou omissão. Como aponta Mbembe (2016), a paz não é consequência natural da guerra que

metaforiza o cotidiano das colônias, guerra essa que não está submetida a regras institucionais. Isso permite inclusive um olhar crítico sobre ações truculentas que se autointitulam de “pacificação” nas periferias urbanas atualmente. Como atualização das colônias, ali também a gama de ações que reivindicam para si o signo da paz “mais parece adquirir a face de uma guerra sem fim” (MBEMBE, 2017, p. 126). Por meio da necropolítica, as manifestações de violência, sob a aparência de legalidade, têm nas colônias contemporâneas um espaço para se estabelecer.

Em fecundo diálogo com Fanon, Mbembe (2017) lembra como as tecnologias necropolíticas em operação nas periferias se sustentam em processos de estigmatização e criminalização de certos sujeitos hoje. Afinal, os lugares ocupados pelos colonizados são lugares de má fama, onde moram sujeitos igualmente de má fama, os quais, por tal razão, podem nascer, sobreviver e morrer de qualquer forma.

Um dos aparatos psicossociais da produção necropolítica do “envolvido” como inimigo a ser aniquilado é o processo chamado por Michel Misse (2015) de “sujeição criminal”, assim como a maximização de volúpias punitivistas agenciadas por um estado penal-policia. Tais processos dão corpo a políticas de separação dos corpos negros trazida por Mbembe (2016, 2017). A sujeição criminal se trata de um processo psicossocial que produz e dissemina uma expectativa negativa sobre indivíduos e grupos, passando a constituir seus modos de subjetivação, à medida que, por meio desse processo de sujeição, “o crime é reificado no suposto sujeito autor de crimes” (MISSE, 2014, p. 204) e estes passam a ser vistos como propensos ao cometimento de crimes violentos. Por meio desse processo de sujeição, reforça-se desigualdades sociais e raciais, pois “o foco criminalizador se desloca do crime ao sujeito do crime, definidos por sua potencial periculosidade e irrecuperabilidade” (MISSE, 2014, p. 209).

A sujeição criminal no Brasil, tendo em vista seu histórico colonial, constituiu-se em “tipos sociais” colocados em oposição às “pessoas

de bem” (ex: “malandro”, “marginal”, “vagabundo”, “de menor”, “envolvido”). “Trata-se de alguém ou de um grupo social em relação ao qual ‘sabe-se’ preventivamente que poderão nos fazer mal” (MISSE, 2014, p. 208).

Como um dos grandes emblemas dessa produção psicossocial de “inimigos ficcionalizados” e desse articulado processo de sujeição criminal, temos a produção, espetacularizada por programas policiais e outros dispositivos midiáticos, dos “envolvidos” como vidas desumanizadas. Quem se interessa por suas trajetórias e narrativas? Quem se importa com as mortes daqueles jovens que são uma das principais encarnações do sujeito matável nos territórios periféricos brasileiro, como bem apontam trabalhos da criminologia crítica, como o de Vera Malaguti Batista (2003) e Zaccone (2007)? Não é por acaso que as principais vítimas de homicídios sejam pessoas jovens e negras, geralmente culpabilizadas por sua própria morte. Mais do que desajustados, são os “envolvidos” demonizados e, assim, têm seus direitos perpetuamente denegados. Em suma, é a produção do “sujeito envolvido” uma das condições simbólicas de aceitabilidade e naturalização de racismos institucionais e do extermínio de juventudes negras nas periferias urbanas.

A partir de uma reflexão mais ampla que o pensador camaronês faz sobre o que chama de “políticas da inimizade” na contemporaneidade, é plausível argumentar que a ascensão de tecnologias de poder necropolíticas guardaria relação com definhamentos do mito liberal de que vivemos em uma plena democracia, pois “a viragem para a relação bélica generalizada terá sido muitas vezes consequência derradeira da via autoritária adotada pelos regimes políticos” (MBEMBE, 2017, p. 60). É sobretudo nas colônias contemporâneas onde a democracia autoriza a exteriorização de sua violência velada e mostra a articulação entre democracia liberal, colonialismo e imperialismo, como sustenta o autor de “Crítica da Razão Negra”. As “políticas da inimizade” contemporâneas,

bem como os abalos dos mitos democráticos liberais, se expressam no que o autor designa de “fantasias de separação” e de extermínio em relação a “todos aqueles que a democracia tem transformado em inimigos do Estado” (MBEMBE, 2017, p. 69). Como exemplo da naturalização das mortes dos “envolvidos”, ela tem sido até festejada por segmentos sociais subjetivamente capturados pelo que Mbembe (2017) chama, em diálogo com a obra de Frantz Fanon, de “medos racistas”.

Feita essa discussão sobre o que é a necropolítica e suas características, partirei para o segundo momento desta seção, orientado pela seguinte indagação: como a necropolítica opera no cotidiano brasileiro, afetando de maneira mais direta segmentos juvenis negros, pauperizados e criminalizados?

Pelo menos três dispositivos fazem funcionar a necropolítica no cotidiano brasileiro: a guerra às drogas, a violência institucional e o hiperencarceramento. A partir da ação desses dispositivos e da articulação de ambos, ganha forma a seletividade racial, socioeconômica e territorial em nosso país.

Segundo o “Manual para Vítimas de Violência Institucional: O que fazer quando o Estado viola seus Direitos?”, material produzido pelo Centro de Defesa da Criança e do Adolescente (CEDECA-CE), o termo violência institucional refere-se

à violência cometida por órgãos e agentes públicos que têm o dever de garantir e respeitar os direitos humanos. Podem ser diversas as situações, os tipos de violência, as vítimas, mas o que define a violência institucional é que ela seja realizada por órgão público ou um agente público, isto é, servidores, funcionários públicos ou até mesmo pessoas terceirizadas, mas que estejam a serviço de algum órgão público (CEDECA-CEARÁ, 2017, p. 10).

A violência policial é uma das mais citadas por jovens e adolescentes no contexto da pesquisa do VIESES-UFC, sendo emblemática de como a violência institucional incide seletivamente, sobretudo nos corpos de

juventudes negras e pobres, articuladamente à problemática do racismo. O “envolvido”, então, encaixa-se na categoria de indivíduos que Mbembe (2017) chama de “suspeitos a priori”.

Já o dispositivo necropolítico da guerra às drogas vem pautando as políticas de segurança pública e tem gerado também a militarização de nossa própria vida nas cidades. A metáfora da guerra procura encobrir um massacre contra juventudes pobres, negras e moradoras de periferias, atingindo também seus familiares, que choram suas perdas sem o amparo institucional adequado. Um dos resultados dessa “guerra” tem sido o fortalecimento do tráfico e o esvaziamento do debate sobre legalização e regulamentação das drogas.

Sendo assim, corroboro o ponto de vista trazido por ativistas do campo dos direitos humanos, inclusive alguns policiais³, de que a guerra às drogas é ineficaz em seu objetivo manifesto. Na verdade, a escolha por esse paradigma proibicionista e beligerante produz danos: mais violência letal, hiperencarceramento seletivo de homens e mulheres, inflação das medidas socioeducativas de internação, mais doenças, ineficiência na obstrução da circulação e do uso de drogas ilícitas⁴.

Esses mesmos ativistas, lucidamente, indicam que a guerra às drogas é extremamente eficaz em seu objetivo real e oculto: gerenciar a pobreza, perpetuar o racismo, eliminar os indesejáveis, seja por meio dos homicídios ou do hiperencarceramento, enriquecendo os “senhores da guerra”. Isso porque guerra às drogas é um dos principais dispositivos de instalação de um estado de exceção permanente nas favelas, maquinaria opressora de produção psicossocial dessa figura do inimigo e da figura do “jovem envolvido” como figura a ser exterminada. Basta lembrar das chacinas nas periferias de Fortaleza, que vêm crescendo de 2015 para cá: quem

3 Ver o site: <<http://www.policialpensador.com/>>.

4 Para exemplificar a questão, ver a seguinte matéria sobre os efeitos da Intervenção Militar no Rio de Janeiro: <https://www.huffpostbrasil.com/2018/04/26/em-2-meses-de-intervencao-no-rio-aumentam-tiroteiros-balas-perdidas-e-mortes_a_23421056/>.

se comove com essas mortes? Qual a primeira medida das autoridades da segurança pública e da imprensa senão verificar se os mortos eram “envolvidos”? Assim, a explicação do acerto de contas entre “envolvidos” é muitas vezes suficiente para que não haja investigação, elucidação e responsabilização pelas mortes de adolescentes e jovens periféricos.

Outra marca da guerra às drogas é a seguinte: a definição de quem é usuário ou traficante depende muito menos da quantidade de drogas e muito mais da cor da pele e do lugar onde vive, como sustentam estudos como o de Zaccone (2007). A guerra às drogas, assim, envolve o uso da máquina penal e policial para gerenciar a miséria e perpetuar racismo colonial, sendo o caso de Rafael Braga um dos grandes símbolos recentes disso.

O argumento que lanço aqui é de que a guerra às drogas, com os derramamentos de sangue negro e periférico nela implicados, não deve ser vista como mera aposta equivocada por décadas a fio, mas sim um dispositivo necropolítico. A guerra às drogas, além de tornar a perda de certos segmentos juvenis um hábito, também finda por naturalizar a morte de policiais. Além de termos a polícia que mata muito, ela também morre muito.

Aparentar não ter uma política pública resolutiva para os problemas de segurança pública e um consequente descontrole amedrontador da sociedade frente à situação faz parte das condições de aceitabilidade social dos empreendimentos necropolíticos. Outro exemplo de que, nesta guerra, policiais também saem perdedores, é que as taxas de suicídio nessa categoria profissional é cerca de quatro vezes maior que a verificada na população geral brasileira, fruto do estresse gerado pela demanda punitiva maior, pela intensificação de conflitualidades territoriais e pelo desinvestimento em formação e cuidado de policiais.

Essa questão toca em um componente simbólico perversamente agenciado pela guerra às drogas: o binarismo “direitos humanos” *versus*

“segurança pública”. Seu efeito é a percepção social de que as mortes de jovens “envolvidos”, de um lado, e a morte de policiais, de outro, são dramas distintos, como se eles estivessem em posições sociais antagônicas, que subjetivam o “envolvido” como “inimigo” e o policial como um “guerreiro” que deve entrar na favela para combatê-lo. Colocar o problema no policial, demonizando-o, não é um argumento razoável, pois a guerra às drogas é perversa e mortífera para ambos, policiais e jovens inseridos nas favelas.

A propósito, Valencia (2012, p. 96) ajuda a entender a guerra às drogas como dispositivo necropolítico e as políticas de segurança que seguem tal paradigma retroalimentam masculinidades hegemônicas.

A luta contra o crime organizado empreendida pelo governo parece mais um acerto de contas entre machos poderosos e feridos que buscam limpar sua honra e recuperar seus territórios, o que não leva em conta os efeitos reais e devastadores que essa “limpeza” está tendo no país, criando um medo endêmico na sociedade civil que pode se manifestar - como já está fazendo em quase todo o território - no cercamento de civis em suas casas, vítimas de um sentimento de vulnerabilidade.

Intimamente relacionado à guerra às drogas e à violência institucional, o dispositivo do encarceramento em massa no Brasil, que, em se tratando do sexo masculino, tem a terceira maior população carcerária do mundo e apresenta acentuado aumento da população carcerária feminina nos últimos anos, vale-se da mercantilização e espetacularização da violência, relacionadas à intensificação de uma volúpia punitiva e da expectativa de que o incremento da lógica penal aplaque as complexas tensões sociais. Frente a isso, sublinho que o uso do medo e do ódio como operadores políticos e psicossociais é um importante suporte simbólico da maquinaria necropolítica no Brasil.

O medo e o ódio como operadores de políticas de subjetivação envolvem a restrição das circulações, construindo muros e grades reais e simbólicos, bem como demandas de aniquilação concreta. À medida

que são demandadas mais força e ordem, a criminalidade violenta tem crescido cada vez mais, inclusive pelo fortalecimento das forças criminosas que o encarceramento em massa propiciou nas últimas décadas no Brasil, o que faz com que a volúpia punitivo-penal apresente como dois de seus resultados concretos a limpeza étnica e social de segmentos infantojuvenis descartáveis e o “necroempreendimento” de forças criminosas. Do ponto de vista da Psicologia Social, a partir de diálogos com os debates mbembeanos e de seus cruzamentos com o campo da criminologia crítica fecundado no Brasil, há que se questionar tanto a economia política do medo, problematizando quem lucra com ela, quanto a economia subjetiva do medo, desnaturalizando a produção psicossocial do inimigo e seu viés racista.

Considerações finais

Para finalizar este texto, é importante pontuar que procurei falar aqui não em nome de jovens posicionados social e subjetivamente como “envolvidos”, gesto que seria de tamanha indignidade, mas sim das ressonâncias que a escuta dessas juventudes, por meio das pesquisas e intervenções do VIESES-UFC, têm produzido em nós. Levando em conta os aspectos trazidos nas seções anteriores, o que pode a Psicologia frente à expansão de uma necropolítica em nossos tempos, combinada à produção de uma sociedade da inimizade e ao definhamento de processos democráticos que organizem nossa vida coletiva? Perguntar isso já é sinalizar a existência de um terreno arenoso, onde vivemos hoje: os constantes ataques ao conhecimento acadêmico.

Nesta sociedade da inimizade, palco de tecnologias necropolíticas, pululam “opinologia” e recusas ao pensamento crítico, aquele que, como ensina Foucault e também o faz Mbembe, impõe dificuldade aos gestos fáceis demais. Como exemplos dos gestos fáceis demais presentes

em nosso espaço-tempo, cabe citar aqueles que, frente à violência ascendente, pedem mais privilégios, armas, punição, tipificações penais, prisões, militarização, segregação e higienização social; enfim, mais derramamento de sangue e desumanização pelas políticas de subjetivação que separam e hierarquizam vidas. Em específico, o gesto fácil demais, porque já naturalizado, que procuramos aqui problematizar foi um dos efeitos da expansão de um capitalismo cada vez mais tingido de sangue e de suas necropolíticas espetacularizadas: a produção psicossocial de sujeitos morríveis e matáveis, encarnados por jovens negros e pobres criminalizados e demonizados, que se constitui na condição de aceitabilidade de homicídio dessa massa de indesejáveis e de outras formas de exterminá-los, como o hiperencarceramento.

As questões trazidas neste texto apontaram que a produção da figura do adolescente/jovem pobre e negro (in)visibilizado perversamente como “envolvido” constitui-se como emblema de uma necropolítica. Apresentaram que tal produção comporta dimensões psicossociais relacionadas à transformação de tal segmento em “inimigos” a serem aniquilados, mediante processos de “sujeição criminal”. Admite-se aqui que a “sujeição criminal” dessas figuras vistas como perigosas é capaz de conectar e potencializar outras funções de sujeição características da sociedade capitalística já trabalhadas em textos como o de Guattari e Rolnik (2011), como a segregação, a culpabilização e o silenciamento de existências constituídas sob o signo da infâmia. Tais dimensões psicossociais tornam legítimos os dispositivos necropolíticos cotidianos em operação no Brasil, tais como a guerra às drogas, a violência institucional e o encarceramento em massa, ambos amalgamados pelo racismo e pela gestão punitivo-penal da pobreza.

Assim, impõe-se a necessidade de intervir não só nas formas de dominação que se dão ao nível socioeconômico, mas também nessa maquinaria de produção de subjetividades truculentas, violentas, nas

políticas aniquiladoras da alteridade. Não estaria aí um dos caminhos para a Psicologia no campo dos estudos e intervenções acerca da violência?

Referências Bibliográficas

- BARROS, J. P. P. Biopolítica, violência contra juventudes e os fascismos à brasileira. In: LIMA, A. F. *et al* (Orgs). **Sujeito e Subjetividades Contemporâneas: estudos do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFC**. Fortaleza: Edições UFC, 2018.
- BARROS, J. P. P.; ACIOLY, L.; RIBEIRO, J A D. Re-Tratos da Juventude na Cidade de Fortaleza: Direitos Humanos e Intervenções Micropolíticas. **Revista de Psicologia**, v. 7, n. 1, p. 84-93, 2016.
- BARROS, J. P. P.; BENICIO, L. F. S. Eles nascem para morrer? Uma análise psicossocial da problemática dos homicídios de jovens na cidade de fortaleza. **Revista de Psicologia**, v. 8, n. 2, p. 34-43, 2017.
- BENICIO, L. F. S.; BARROS, J. P. P. Estratégia saúde da família e violência urbana: abordagens e práticas sociais em questão. **Sanare**, Sobral, v. 16, p. 102-112, 2017.
- BARROS, J. P. P.; BENICIO, L. F. S.; PINHEIRO, J. P. Relações entre Homicídios de Jovens e Intensificação de Fascismos no Brasil. In: ANTUNES, D. C.; FERREIRA, I. F.; PISANI, M. M.; RIPA, R. (Orgs.). **As vicissitudes da Experiência no Mundo Digital**, Florianópolis: UDESC/CEART, 2017. p. 75-90.
- BARROS, J. P. P. *et al*. Homicídios Juvenis e os Desafios à Democracia Brasileira: Implicações Ético-políticas da Psicologia. **Psicologia: Ciência e Profissão (Online)**, v. 37, n. 4, p. 1051-1065, 2017.
- BARROS, J. P. P. *et al*. “Pacificação” nas periferias: Discursos sobre as Violências e o Cotidiano de Juventudes em Fortaleza. **Revista de Psicologia**, v. 9, p. 115-126, 2018.
- BATISTA, V.M. **Difíceis ganhos fáceis: drogas e juventude pobre no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Revan, 2003.
- CAVALCANTE, R. M. B. **Vidas Breves: investigação acerca dos assassinatos**

de adolescentes em Fortaleza. Dissertação (Mestrado) - Curso de Políticas Públicas e Sociedade, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2011.

CEARÁ. Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Ceará. **Relatório sobre Homicídios no Estado do Ceará 2017**. Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social, 2017.

CENTRO DE DEFESA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES (CEDECA-CEARÁ). **Manual para Vítimas de Violência Institucional: o que fazer quando o Estado viola seus direitos?** Fortaleza: CEDECA-CE, 2017.

CERQUEIRA, D. *et al.* **Atlas da violência**. 2017. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/2/atlas-2017>>.

CCPHA. Um Adolescente morto por dia em Fortaleza. In: _____. **Cada Vida Importa: relatório do primeiro semestre de 2017 do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência**. 2017.

COIMBRA, C. **Operação Rio: o mito das classes perigosas**. Rio de Janeiro: Intertexto, 2001.

DIÓGENES, G. M. S. **Cartografias da cultura e da violência: gangues, galeras e o movimento hip hop**. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1999.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **11º Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: Autor, 2017a.

_____. **Medo da violência e o apoio ao autoritarismo no Brasil: índice de propensão ao apoio a posições autoritárias**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2017b.

_____. **Índice de vulnerabilidade juvenil à violência 2017: desigualdade racial, municípios com mais de 100 mil habitantes**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2017c.

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

GUATTARI, F.; ROLNIK, S. **Micropolítica: Cartografias do desejo**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2011[1986].

HILÁRIO, L. C. **Da biopolítica à necropolítica: variações foucaultianas na**

Periferia do capitalismo. **Sapere aude**, v. 7, n. 12, 194-210, 2016.

MBEMBE, Achille. Necropolitics. **Public Culture**, n. 15, p. 11-40, 2003.

_____. Necropolítica. **Arte & Ensaio: revista do PPGAV/EBA/UFRJ**, n. 32, 2016.

_____. **Políticas da Inimizade**. Lisboa: Antígona, 2017.

MELO, D. L. B.; CANO, I. **Índice de homicídios na adolescência: IHA 2014**. Rio de Janeiro: Observatório de Favelas, 2017.

MISSE, M. Crime, sujeito e sujeição criminal: aspectos de uma contribuição analítica sobre a categoria “bandido”. **Lua Nova**, São Paulo, n. 79, p. 15-38, 2010.

_____. Sujeição Criminal. In: LIMA, R. S.; RATTON, J. L.; AZEVEDO, R. G. **Crime, Polícia e Justiça no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2014.

_____. Sujeição Criminal: quando o crime constitui o ser do sujeito. In: BIRMAN, P. *et al* (Orgs). **Dispositivos urbanos e tramas dos viventes: ordens e resistências**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

MOREIRA, M. G.; FROTA, F. H. S. Elemento suspeito: considerações psicossociais e jurídicas das abordagens policiais. **Conhecer: debate entre o público e o privado**, v. 1, n. 11, 2014.

NASCIMENTO, A. **O genocídio do negro brasileiro: processos de um racismo mascarado**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2017.

NEGREIROS, D. J.; QUIXADÁ, L. M.; BARROS, J. P. P. Movimento Cada Vida Importa: A Universidade na Prevenção e no Enfrentamento à Violência no Ceará. **Revista Universidade e Sociedade**, v. 62, p. 80-89, 2018.

PAIVA, L. F. S. Muertos en la ciudad: el escenario de los asesinatos de jóvenes en Fortaleza. In: SANTOS, José Vicente Tavares dos; BARREIRA, César (Orgs.). **Paradoxos da segurança cidadã**. 1. ed. Porto Alegre: Tomo Editorial, n. 1, 2016. p. 371-390.

_____. **Contingências da violência em um território estigmatizado**. Campinas: Pontes, 2014.

RODRIGUES, R. C. **O estado penal e a sociedade de controle: o Programa**

Delegacia Legal como dispositivo de análise. Rio de Janeiro: Revan, 2009.

SALES, M. A. **(In)visibilidade perversa**: adolescentes infratores como metáfora da violência. São Paulo: Cortez, 2007.

SOARES, L. B. RESENHA. Roubando a cena: a (in)visibilidade perversa de adolescentes infratores. **Psicologia & Sociedade**, v. 22, n. 1, p. 189-190, 2010.

VALENCIA, S. **Capitalismo Gore**. Barcelona: Melusina, 2010.

_____. Capitalismo Gore y necropolítica em México contemporâneo. **Relaciones Internacionales**, n. 19, 2012.

WASELFISZ, J. J. **Mapa da Violência no Brasil**. Brasília: Flasco, 2016.

_____. **Violência letal contra as crianças e adolescentes do Brasil**. Brasília: Flasco, 2015.

ZACCONE, O. **Acionistas do Nada**: quem são os traficantes de drogas. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

Trajетórias juvenis e lutas por reconhecimento: quando ser jovem é um grande risco

Camila Holanda Marinho

A pluralidade é a condição da ação humana pelo fato de sermos todos os mesmos, isto é, humanos, sem que ninguém seja exatamente igual a qualquer pessoa que tenha existido, exista ou venha a existir.
(Hannah Arendt, 2000)

Pensar as juventudes dentro de suas pluralidades nos leva a refletir sobre a importância de considerar seus pertencimentos, seus campos de interação, suas trajetórias e experiências. Mesmo atentos à compreensão das culturas juvenis a partir da perspectiva cultural e de suas diversidades, recorrentemente as camuflagens ou confusões de entendimento de suas singularidades são recortadas pelos processos de desigualdade social. Esse artigo objetiva narrar trajetórias de risco de jovens pobres que vivem sob riscos diversos, em especial, riscos de vida, visualizados a partir de dados objetivos sobre homicídios de jovens, que também retratam dimensões subjetivas, comumente ignoradas ou descartadas por aqueles que não se importam com essas vidas.

Observa-se que os signos da desigualdade social delineiam um cotidiano marcado por precariedades, violências e riscos, para muitos dos 51,3 milhões de jovens de 15 a 29 anos que vivem no Brasil, segundo o Censo 2010 do IBGE. Uma pesquisa¹ realizada em 2013 com 3.300 jovens, pela Secretaria Nacional da Juventude, identificou que 84% dos jovens entrevistados vivem nas cidades e 16% no campo, considerando uma

¹ Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/participacao/pesquisa%20perfil%20da%20juventude%20snj.pdf>>.

distribuição de sexo quase idêntica, 49,6% homens e 50,4% mulheres. Eles declaram que 45% são de cor parda, 15% de cor preta e 34% de cor branca. Sobre suas experiências escolares, 51% ingressaram no ensino médio, 27% no ensino fundamental e 13% ingressaram no ensino superior. No momento da pesquisa, 53% disseram que estavam trabalhando, 26% não trabalhavam e não procuravam emprego e 21% se declararam desempregados. Sobre suas relações conjugais e familiares, na maioria dos casos, 58% vivem com a mãe, 32% com o cônjuge, 40% têm filhos, sendo 28% dos homens e 54% das mulheres. Portanto, essa pesquisa constata como a juventude brasileira é grande, diversa e ainda muito atravessada por desigualdades.

Dados do SIM/Datasus do Ministério da Saúde² mostram que mais da metade dos 56.337 mortos por homicídios, em 2012, no Brasil, eram jovens (30.072, equivalente a 53,37%), dos quais 77% negros (pretos e pardos) e 93,3% do sexo masculino, o que representa cerca de 82 jovens assassinados por dia no Brasil ou 7 a cada duas horas. Em 2002, Rio de Janeiro, Espírito do Santo, Pernambuco, Rondônia e São Paulo lideraram o ranking dos Estados Brasileiros com maiores índices de homicídios de jovens. Em 2012, o quadro se modifica com Alagoas, Espírito do Santo, Ceará, Bahia e Goiás ocupando os primeiros lugares. Apesar dos dados apontarem um cenário de risco, o senso comum costuma associar com frequência a juventude aos fenômenos de violência. No Brasil, os mais de 30 mil jovens com idade entre 15 e 24 anos que são assassinados por ano revelam que eles são as vítimas e não os protagonistas dos atos de violência do país. Portanto, trata-se de vidas efêmeras de “jovens matáveis”, compreendidos como uma ameaça ao bom funcionamento do modo capitalista de produção, porque são improdutivos, assim como ao direito de ir de vir do “bom cidadão”, por serem perigosos.

² Disponível em: <https://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2014/Mapa2014_AtualizacaoHomicidios.pdf>.

Analisar como essas classificações são propagadas pelo senso comum, afirmando vidas descartáveis, sem importância, passa por uma reflexão sobre o conceito de reconhecimento, que nesse artigo apresentarei a partir de um debate realizado com Axel Honneth, Nancy Fraser e Charles Taylor. O reconhecimento social é uma luta constante na trajetória de jovens pobres brasileiros e de suas famílias, que também estabelecem cotidianamente estratégias de sobrevivência. Uma sociedade que não reconhece a humanidade do *outro* percorrerá o caminho do fracasso, pois o extermínio e a aniquilação do diferente, do que não se enquadra, do que transgride, do que não está incluído, torna-se um ato corriqueiro e aceitável, ao invés de eventual e condenável.

Pensar a condição juvenil por essa perspectiva nos leva a alcançar a complexidade das trajetórias dos jovens pobres brasileiros, suas experiências e vivências, que são muitas vezes identificadas, por grande parte da sociedade, através de pontuações estigmatizadoras que reforçam uma visão conservadora e punitivista, especialmente destinada aos jovens pobres, através da simpatia de grande parte da sociedade ao encarceramento juvenil e à redução da maioridade penal. Nesse sentido, esse artigo analisará, com destaque para a cidade de Fortaleza, dados sobre os homicídios de jovens, humanizando trajetórias, pontuando circunstâncias e desbravando possíveis horizontes, buscando alcançar e disseminar a ideia de que “cada vida importa”.

Trajetórias de risco

Quando ouvi pela primeira vez o rapper Emicida cantar a música “Chapa” do disco “Sobre crianças, quadris, pesadelos e lições de casa” lançado em 2015, revivi o ano de 2000 quando realizei uma pesquisa sobre homicídios de jovens na cidade de Fortaleza, no Ceará. Nessa época, 237 jovens foram assassinados na cidade, deixando não só suas

vidas de forma precoce, como também uma extensa rede afetiva formada por seus familiares, amigos, namoradas e companheiras, que choraram suas mortes. Desde essa época, ser um jovem pobre, negro e nordestino passou a ser um fator de risco. Emicida, em sua poesia musical, narra na música *Chapa (2015)* a espera por notícias dos jovens “desaparecidos” e possíveis desfechos dessa espera: “Chapa, desde que cê sumiu, todo dia alguém pergunta de você. Onde ele foi? Mudou? Morreu? Casou? Tá preso, se internou, é memo? Por quê?” (EMICIDA, 2015, trecho da letra da música).

Traduzindo em forma de números, a pesquisa o Mapa da Violência no Brasil³, uma sequência de estudos realizados sob a coordenação do sociólogo Júlio Jacob Waiselfisz desde o ano de 1998, também aponta o dramático e elevado número de assassinatos de jovens no país. A pesquisa realizada em 2014, “Os jovens do Brasil”, aponta que os homicídios são a principal causa de morte de jovens de 15 a 29, atingindo especialmente jovens negros do sexo masculino, moradores das periferias e áreas metropolitanas dos centros urbanos, com destaque para a região do Nordeste Brasileiro, portanto, ser um jovem, negro, do sexo masculino e morador das cidades nordestinas é um risco de vida. Dando destaque à cidade de Fortaleza, no ano de 2002, ocorreram 395 assassinatos de jovens na faixa etária de 15 a 29 anos. Já em 2012, essa taxa teve um aumento exponencial, chegando a um número de 1.294 assassinatos de jovens na capital do Ceará.

No entanto, as estatísticas não revelam o outro lado dessa história. O lado de quem perde, de quem espera por notícias, dos que sofrem a perda. Nessas histórias, o papel das mulheres possui um lugar de destaque, pois são elas que encontram os corpos de seus filhos, namorados, irmãos estirados no chão, que ocupam as filas do IML, dos hospitais, dos presídios, dos corredores de Fóruns e delegacias. São dores

³ Disponível em: <<http://www.mapadaviolencia.org.br>>

muitas vezes invisibilizadas e não reconhecidas, mas registradas pelo rapper Emicida em sua canção:

Chapa, ontem o sol nem surgiu, sua mãe chora
Não dá pra esquecer que a dor vem sem boi
Sentiu, lutou. Ei "Jhow" ilesa nada
Ela ainda tá presa na de que ainda vai te ver
Chapa, sua mina sorriu, mas era sonho
Quando viu, acordou deprê
Levou seu nome pro pastor
Rezou, buscou em tudo, Face, Google, IML, DP e nada.

Tive a oportunidade de ouvir as histórias de um grupo de jovens mulheres que foram namoradas ou companheiras de jovens assassinados em Fortaleza durante os anos de 2000 a 2004. Nessa época, suas narrativas enunciavam a dor de suas perdas e o desejo de amenizar essas dores contando as suas versões⁴. Desde aquela época, assim como hoje, não havia qualquer serviço de atendimento ao público que prestasse assistência psicoterápica para os familiares de jovens assassinados, assim como poucos registravam Boletins de Ocorrência sobre o crime. Sinais antigos do descrédito nas instituições de justiça e segurança pública do país. Pensei que seria difícil realizar entrevistas para a minha pesquisa de mestrado com as namoradas dos jovens assassinados, que eram também as mães de seus filhos, um grupo que denominei de “jovens viúvas”. No entanto, não foi! Elas conversaram comigo revelando suas histórias e emoções. De lá para cá, essas histórias se tornam mais dramáticas e complexas. Antes, as rivalidades e rixas eram ocasionadas por questões territoriais relativas ao bairro de moradia, ao time de futebol, ao comércio

⁴ Dados sobre esse trabalho estão publicados em: Marcas do tempo: relatos sobre a morte e o luto para jovens viúvas da violência. In: BARREIRA, Irllys; BARREIRA, César. A juventude e suas expressões plurais. Fortaleza, Edições UFC, 2009. E no artigo: Redes afetivas e culturas juvenis: perambulações de uma pesquisadora. In: BARREIRA, César (Org). Violência e Conflitos Sociais: trajetórias de pesquisa. Campinas: Pontes Editores, 2010.

ilegal de drogas, na maioria dos casos. O lugar dos homicídios era fora do bairro ou distante de suas casas. Em alguns casos eram usadas armas brancas, como facas e gargalos de garrafas, em outros, armas de pequeno calibre. No entanto, o desejo do anúncio da morte não ser uma notícia verdadeira percorreu o tempo. Abaixo, uma narrativa de uma jovem entrevistada no ano de 2000. Na época, ela tinha 20 anos de idade e dois filhos quando seu namorado foi assassinado:

Aí, eu peguei, cheguei lá, no local onde ele tinha morrido [...] na parada do ônibus. Quando eu cheguei lá, ele estava deitado estirado, de buços ele, aí eu desesperada não sabia o que fazia. Se eu ia chamar a mãe dele ou ligava pra uma ambulância, não sei o que eu fazia né... porque eu não queria deixar ele só, porque eu tinha medo... porque ele estava vivo né, [...] o pulso dele ainda estava batendo... ainda tava batendo o pulso dele... Aí eu fiquei e quando a ambulância chegou... ele me fez um sinal antes de morrer. [...] Aí olhou pra mim fechou os olhos e abriu de novo... aí ficou olhando pra mim... [...] foi quando a ambulância chegou, que pegou no pulso dele... Eu já sabia porque era ela que não ia levar ele. [...] Porque ele já tinha morrido. Porque a ambulância não leva, quando tá morto, não leva.

Passados 16 anos da realização dessa pesquisa, fiz outra sobre essa mesma temática. Desta vez, para o Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência, um coletivo de pesquisadores e de militantes de direitos humanos que ocupam cargos estratégicos no setor público, nas Universidades e em organizações da sociedade civil e atuam para a efetivação dos direitos humanos de crianças e adolescentes. Em 2016, o Comitê teve uma pesquisa financiada pela UNICEF e pela Assembleia Legislativa do Estado do Ceará. Na ocasião, foram pesquisadas sete cidades do Ceará, incluindo a capital Fortaleza, que possuíam elevados índices de homicídios de adolescentes, na faixa etária de 10 a 19 anos. Foram aplicados 263 questionários com as famílias, 22 histórias de vida construídas com familiares e amigos, cinco grupos focais realizados com profissionais das áreas de justiça, segurança pública, saúde, educação, assistência social, além de um acervo com mais de 400 fotografias

registradas em suas casas e comunidades. Como narradoras, na maior parte dos casos, escolhemos as mães, seguidas das irmãs e tias dos jovens, que relataram com muita emoção a trajetória familiar e comunitária, assim como as sociabilidades afetivas e juvenis de garotos que foram assassinados nos anos de 2014 e 2015 no Ceará. Ao relatório da pesquisa⁵ demos o título de: “Cada vida importa”.

Eu atuei nessa pesquisa como consultora e pesquisadora de campo. Revisitei o tema como objeto de pesquisa, assim como revivi as emoções enunciadas nas trajetórias de vida de famílias pobres, moradoras de regiões periféricas que sobrevivem em meio aos massacres cotidianos, ocasionados pela violência urbana que dilacera as vidas, não só dos que partem, mas também dos que ficam. Pude constatar que, ao longo do tempo, os casos de homicídios de jovens no Ceará e no Brasil tornaram-se mais cruéis, perversos e banais, sinalizando a gravidade da expansão da desigualdade social e o recrudescimento do cenário que ampliou a banalidade e a frivolidade com o trato dos casos, tanto por parte da sociedade, que ignora a existência do extermínio da juventude pobre e negra do Brasil, como por parte dos governantes, que sinalizam suas indiferenças a essas mortes, especialmente em virtude dos baixos índices de resolução dos casos e de processos judiciais sobre assassinatos no país.

Lembro-me de Carlos Rodrigues Brandão (2005) quando diz que o encontro do pesquisador com o seu narrador é um encontro de gestos, pois é neste momento que há a passagem da experiência para o encontro e do contato para a relação. Como negligenciar, então, as emoções que se mobilizam e são latentes em qualquer relação humana estabelecida? A postura científica mobilizada pelo pesquisador em campo tem como premissa fundamental o fato de que ele acabou de sair do universo onde os dados eram basicamente representados quantitativamente,

⁵ Disponível em: <https://www.al.ce.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=309>.

por números, índices, estatísticas, e mergulhou em uma esfera onde há faces, corpos, gestos e emoções expressados, pois agora ele está frente a frente com os sujeitos que pretende pesquisar. Portanto, o pesquisador também formula uma extensa rede afetiva que desafia sua objetividade científica, mas não impede. Dessa forma, não vejo ser possível atravessar a experiência em realizar pesquisas sobre homicídios de jovens sem nos afetarmos com suas trajetórias e de suas famílias. E com isso, apego-me às lições de Octavio Ianni (2000, p. 31), que faz uma analogia entre o pesquisador e o viajante ao anunciar os sentidos de uma pesquisa científica:

À medida que viaja, o viajante se desenraíza, solta, liberta. Pode lançar-se pelos caminhos e pela imaginação, atravessar fronteiras e dissolver barreiras, inventar diferenças e imaginar similaridades. A sua imaginação voa longe, defronta-se com o desconhecido, que pode ser exótico, surpreendente, maravilhoso, ou insólito, absurdo, terrificante. Tanto se perde como se encontra, ao mesmo tempo que se reafirma e modifica. No curso da viagem há sempre alguma transfiguração, de tal modo que aquele que parte não é nunca o mesmo que regressa.

Em 2016, a pesquisa do Comitê revelou que os conflitos interpessoais motivam as rivalidades que levam à morte dos jovens. Não podemos afirmar que o tráfico de drogas ou o envolvimento dos jovens em atitudes criminosas ocasionam os homicídios. Há jovens que perdem suas vidas sem ter ligações com o crime. Morrem por engano, por uma rivalidade da infância, pelo desrespeito ao poder de uma autoridade do crime de seu bairro, porque namoram a ex-namorada de um rival, porque terminaram relacionamentos afetivos, pelas rivalidades territoriais de bairros, por uma pequena dívida com o tráfico, por um motivo banal, que poderia ser remediado, prevenido ou evitado, especialmente se houver um controle efetivo de armas de fogo no Brasil. Portanto, os motivos que fazem os gatilhos das armas de fogo dispararem são banais, porque poderiam ter sido prevenidos. Glória Diógenes (1998) destaca que nos anos 1990, as chamadas “gangues”, ou os grupos juvenis das

periferias da cidade, organizavam e dividiam suas rivalidades, na maior parte dos casos, pelos bairros onde viviam ao transitarem por diversos espaços na cidade. A autora destaca que antes do termo “ganguê” ganhar espaço na grande mídia, já se observava “a formação de turmas de jovens que encenavam dramaturgias diversas nos vários agitos da cidade” (1998, p. 104). Nos anos 1990, ao extrapolarem os espaços das periferias urbanas, a diversidade de galeras de jovens representados por seus espaços de moradia e disputando com outras galeras respeito e reconhecimento, começou a incomodar e perturbar a ordem social, sendo logo, “demonizados” e tendo suas práticas juvenis compreendidas como práticas violentas. Esse momento também é representativo para a construção de uma percepção do imaginário social, no qual os jovens são compreendidos como protagonistas de situações de violência ao invés de vítimas, sendo, entretanto, uma ideia refutada pelos índices de homicídios de jovens.

Atualmente, observa-se que as rivalidades são ocasionadas por disputas pelos mercados de drogas por parte de facções criminosas nacionais e regionais, que arregimentam jovens pobres que estão afastados da escola e do mercado de trabalho, animados pela defesa da honra do grupo ou pela defesa de sua comunidade dos grupos inimigos. Dessa forma, eliminar o outro é um meio para a conquista do poder, onde muitas vezes as formas de eliminação são engendradas por práticas cruéis e violentas. Hannah Arendt (2000) aponta que a violência possui um caráter instrumental, na medida em que é eficaz como meio para alcançar o fim que deve justificá-la e quando visa objetivos de curto prazo, diferente do poder que é um fim em si mesmo. Nesse sentido, aniquilar a vida do outro é um meio para a conquista da legitimidade de uma honra, de um respeito, sendo instrumentalizada pelo fácil acesso a armas de fogo. A violência também é instrumentalizada quando tomada como mercadoria valiosa e lucrativa, sendo televisionada cotidianamente pelos programas

policialescos, que a vendem como um espetáculo, pelas empresas de segurança privada, que movimentam mais de 50 bilhões de reais por ano no Brasil ou pela indústria bélica, que lucra aproximadamente 80 bilhões de dólares por ano – embora essa cifra deva ser bem maior, uma vez que alguns dos principais exportadores, como a China e o Reino Unido, não dão informação precisa sobre suas exportações⁶.

Rastros de vida

Dados da pesquisa “Cada vida importa” do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência revelam o perfil dos jovens assassinados, na maioria dos casos, aos 17 anos de idade. Na cidade de Fortaleza, 146 familiares entrevistados disseram que 97% eram jovens do sexo masculino e 3% do sexo feminino⁷. Eles foram criados, em 72% dos casos, pelos pais biológicos, 92% conheciam sua mãe e seu pai e 60% conviviam com os dois. A renda de 67% das famílias era de um a dois salários mínimos e em 63% das residências as mães eram responsáveis pela renda familiar. Sobre suas vidas escolares, 52% tinham o ensino fundamental II incompleto e 10% o ensino médio incompleto. No ano de seu falecimento, 25% estavam frequentando a escola, no entanto, 73% não frequentavam a escola por desinteresse (53%), em virtude do consumo de drogas (16%) ou porque começaram a trabalhar (8%). Ainda foi dito que 73% morreram no próprio bairro, 37% já tinham sofrido tentativa de homicídio, 49% das famílias afirmaram conhecer o autor do crime, assim como disseram que 55% dos jovens conheciam o autor do seu assassinato. Nos casos ocorridos em Fortaleza, 67% foram noticiados nos programas policialescos, 56% dos jovens sofreram agressão policial, 50% conviviam com alguém que tinham arma de fogo, 29% tinham

⁶ Esses dados estão disponíveis no site da Ong Sou da Paz que realiza frequentemente pesquisa sobre a indústria bélica no Brasil. Disponível em: <<http://www.soudapaz.org/>>

⁷ Diante desse dado farei a flexão de gênero no masculino.

acesso à arma de fogo, 66% tiveram algum familiar detido ou preso, 45% perderam um familiar assassinado e 64% perderam um amigo que foi vítima de homicídio.

A dimensão subjetiva dos dados objetivos que revelam as trajetórias de jovens pobres assassinados em Fortaleza exibem redes de precariedades e disparidades abarrotadas de afetividades. Eram jovens que conviveram com suas famílias em suas comunidades, estudaram pouco, não trabalhavam, perderam amigos e familiares assassinados, conviveram de perto com situações diversas de violência que foram parte de seus cotidianos e de suas trajetórias de vida marcadas por exclusões.

Problemas de desigualdade e exclusão social não são temas da modernidade. Suas formas e expressões apontam novos sentidos e produzem novos atores e cenários. Atualmente, a dimensão econômica, simbolizada pela dificuldade de inserção no mundo do trabalho, configura-se como uma das principais formas de exclusão social. Elimar Pinheiro do Nascimento (2000) aponta que as diferentes formas de exclusões acontecem por causa de um processo simultaneamente econômico (expulsão do mundo do trabalho), cultural (não reconhecimento ou negação dos direitos) e social (rupturas de vínculos comunitários), que leva à formulação de grupos de indivíduos “desnecessários economicamente”, “incômodos politicamente” e “perigosos socialmente”. Para Nascimento (2000), esses indivíduos não possuem um lugar e podem ser “fisicamente eliminados”, sem que o desaparecimento de seus corpos e de suas vidas importe para muitos. Um sintoma disso é a espetacularização de suas mortes, cotidianamente anunciadas nos noticiários de todo país.

Para compreendermos a juventude como uma categoria analítica pressupõe-se um rompimento com a ideia de homogeneidade, considerando-a dentro de suas diversidades, de seus pertencimentos, de seus campos de interação, de suas trajetórias e experiências, abandonando, dessa forma, uma visão mítica, totalizante e estática que

dificulta a interpretação da condição juvenil no tempo presente, marcado por desigualdades de várias ordens. Nesse momento, convido o leitor desse artigo a pensar as juventudes utilizando o conceito de experiência, entendido a partir de um debate entre Walter Benjamin (1987), Joan Scott (1999) e Jorge Larrosa Bondia (2002), pois, por serem os indivíduos constituídos discursivamente, a experiência é uma partilha, uma revelação, uma transmissão de uma vivência que revela o sentido de sua própria existência. É algo particular, relativo e subjetivo, pois duas pessoas, por mais que tenham compartilhado o mesmo acontecimento, não possuem a mesma experiência. Nesse sentido, as narrativas sobre suas identificações e experiências vividas são importantes para pensarmos a condição juvenil a partir de elementos produzidos pela trajetória de vida de cada jovem ou dos grupos juvenis. Com isso, temos uma teia de significados produzidos por eles mesmos, uma estratégia para afastarmos classificações estigmatizadoras e simplistas que interpretam os jovens a partir de definições limítrofes, negando suas autonomias e singularidades inquietantes.

As juventudes também representam grupos sociais que lutam por reconhecimento. Para autores como Nancy Fraser (2007), Charles Taylor (1998) e Axel Honneth (2003), essa categoria vem se transformando como um elemento fundamental nos debates sobre identidade e diferença representados por reivindicações territoriais, por questões de gênero, de igualdade racial, de identidade sexual, de direitos humanos, entre outros, na busca por igualdade e, conseqüentemente, por uma sociedade livre de injustiças sociais, que estão relacionadas com a ausência de reconhecimento intersubjetivo e social e com as respectivas experiências de maus-tratos, discriminação e desrespeito.

Para Fraser (2007), não seria possível remeter o conjunto das injustiças sociais existentes a uma única origem, portanto, para a questão da redistribuição de renda, uma vez que as sociedades contemporâneas

são cortadas por dois diferentes mecanismos sociais: os econômicos e os culturais, que produzem tipos distintos de injustiça social. Da mesma forma, afirma a autora, para que ambos sejam remediados, se faz necessária mudança tanto na economia, via medidas de redistribuição, quanto nos padrões culturais de valoração, através de práticas e políticas de reconhecimento. Para a autora, uma teoria que trate hoje de questões de justiça precisaria ser dualista, pois uma política de reconhecimento deve ser uma luta contra as formas de desigualdade de condições econômicas e culturais. Portanto, políticas públicas de reconhecimento e redistribuição são importantes para alcançar as singularidades da população juvenil.

Nas discussões apresentadas por Taylor (1998), o autor ressalta a importância da defesa do reconhecimento da diferença ser regulada pelas instituições públicas, bem como conjugada com a afirmação de direitos fundamentais e coletivos para a proteção dos grupos culturais. Neste sentido, sua proposta trata de defender uma política de reconhecimento pautada no valor da diferença e na sua importância para constituição das identidades pessoais e grupais, além de fomentar uma ideia de igualdade que busca tratar desigualmente os desiguais para o alcance de uma igualdade. Com isso, o autor rechaça a ideia de cidadania liberal tradicional, consubstanciada somente na igualdade formal e abstrata entre os indivíduos, e assume uma noção de cidadania que engloba as diferenças, sendo formada por direitos específicos. Com isso, podemos tratar a diversidade das culturas juvenis de forma diferente, mas não desigual.

Honneth (2003, p. 156) sistematiza uma teoria do reconhecimento, afirmando que se trata de lutas morais e coletivas que buscam “estabelecer institucional e culturalmente formas ampliadas de reconhecimento recíproco, aquilo por meio do qual vem a se realizar a transformação normativamente gerida das sociedades”. Honneth reconstrói os conflitos sociais como lutas morais por reconhecimento, porque é a experiência de injustiça ou de desrespeito – atrelada a expectativas de reconhecimento

– que os desencadeia. Para o autor, na modernidade, os sujeitos formam, por meio de processos de interação social, expectativas morais de comportamento em três diferentes esferas de reconhecimento: na esfera do amor (nas relações pessoais com vínculo afetivo); na esfera jurídica-moral (através das relações de direito e autorrespeito); e na esfera da estima social (pelas relações de solidariedade). Em oposição a essas três esferas de reconhecimento, existem três maneiras de não-reconhecimento, são elas a violação, a privação de direitos e a degradação, que, quando violadas, ameaçam, respectivamente, a integridade física, a integridade social e a dignidade da pessoa.

Reconhecidos apenas na esfera do amor, utilizando o debate honnethiano, representado pelas relações afetivas e familiares, o assassinato dos jovens importa. Já nas relações do campo do direito, que representa a esfera jurídica-moral, observamos como os jovens que foram assassinados possuem trajetórias de precarização no acesso às políticas públicas de segurança, justiça, educação, saúde, esporte e cultura, bem como pela impunidade que margeia o crime que ceifou sua vida. Com isso, criam-se processos de criminalização da pobreza e da vida dos jovens que vivem em regiões periféricas da cidade, rompendo os laços de solidariedade social, importantes para a coesão da sociedade, que logo prefere vê-los eliminados, zelando pela sua segurança e pelo não-reconhecimento da vida do outro.

Considerações e horizontes a seguir

No Brasil contemporâneo, a violência tornou-se uma expressão cotidiana e é um debate que está presente em todos os espaços sociais, pois encontra-se presente nas rodas de conversa, nas notícias de jornal, nos vídeos compartilhados da internet, em experiências vividas por nossos familiares, entre outras. César Barreira (2013) destaca que a sensação de

insegurança e o medo social no Brasil têm profunda relação com as taxas de homicídios e da criminalidade, configurando uma “violência difusa”, em que, independente de sexo, idade ou classe social, todos podem ser vítimas de alguma prática considerada violenta em diversas situações sociais. O termo “difuso”, para o pesquisador, qualifica e fundamenta uma dimensão polifônica da violência, uma “sensação difusa de violência”, bem como “medos sociais difusos”, pois “o difuso configura claramente o incontrolável e o imponderável” (2013, p. 239).

Dessa forma, criam-se medos sociais e indivíduos potencialmente ameaçadores. E com isso, os jovens são percebidos como os principais alvos do caos de metrópoles atravessadas pela violência urbana. Na perspectiva de Barreira (2013), podemos considerar que o medo de ter uma arma na cabeça é um sentimento coletivo e uma possibilidade exequível que atinge a todos. Como constatou a pesquisa do Comitê Cearense, o medo de jovens moradores das comunidades pobres é morrer com um tiro certo na porta de suas casas. O medo das classes médias e ricas localiza-se no roubo de seus pertences (carro, telefone celular, relógio, entre outros) sob a ameaça de uma arma na cabeça.

Retomando dados da pesquisa “Mapa da Violência 2016: homicídios por armas de fogo no Brasil”, o relatório destaca que o Estatuto do Desarmamento (alvo de resistências no Congresso, especialmente pela denominada “bancada da bala” que é simpática a sua revogação), evitou 133.987 mortes em 2014. A taxa, que subiu, em média, 8,1% ao ano entre 1980 e 2003, cresceu 2,2% anualmente de 2004 a 2014. A pesquisa também informa que apesar da dificuldade em obter informações sobre o número de armas de fogo no Brasil, estima-se que exista um total de 15,2 milhões em mãos privadas, sendo 6,8 milhões registradas; 8,5 milhões não registradas; dentre estas, 3,8 milhões em mãos criminosas. Portanto, há um vasto arsenal de armas de fogo acessíveis à população. Só em 2014, 10.579 armas com registro foram roubadas ou furtadas de empresas de

segurança privada, órgãos públicos, lojas de armas e pessoas físicas, ou seja, de setores que possuem autorização de porte.

O controle de armas de fogo salva vidas, pois não é verdadeiro acreditar que o porte de arma é mais benéfico para a defesa. As armas são instrumentos de guerra. Além disso, a presença de armas agrava os conflitos diários, como os de violência doméstica, as brigas de trânsito, os desentendimentos entre vizinhos e os conflitos entre os jovens que acabam em tragédia. Mesmo em um país que proíbe o porte de armas pela população, nunca se teve tantas armas em circulação no Brasil, e com isso, nunca se matou tanto nesse país que atinge a marca de mais de 50 mil casos de homicídios por ano. As responsabilidades pelo extermínio da população juvenil são atribuídas aos jovens. Aos poderes públicos, a isenção. Ao mercado da morte que envolve o comércio de armas, de planos funerários, de empresas de segurança privada, cabem os dividendos. As mães, pais, irmãos (as), namoradas (os), amigos(as), o silêncio. E a nós? Você se importa?

Referências Bibliográficas

ARENDDT, Hannah. **Sobre a Violência**. 2. ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.

BARREIRA, César. Violência difusa, medo e insegurança: as marcas recentes da crueldade. **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 1, n. 1, p. 217-242, jan/jul. 2013.

BENJAMIN, Walter. Experiência e pobreza. In: _____. **Magia e Técnica, Arte e Política**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BONDIA, Jorge Larrosa. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. **Revista Brasileira de Educação**, n. 19, Jan/Fev/Mar/Abr, 2002.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Escrito com o olho: anotações de um itinerário sobre imagens e fotos entre palavras e ideias. In: MARTINS, J.

de S.; ECKERT, C.; NOVAES, S. C. (Orgs.). **O Imaginário e o Poético nas Ciências Sociais**. Bauru: Edusc, 2005.

DIÓGENES, Glória. **Cartografias da Cultura e da Violência**. São Paulo: Annablume/Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto, 1998.

FRASER, Nancy. Reconhecimento sem ética? Tradução de Ana Carolina Freitas Lima Ogando e Mariana Prandini Fraga Assis. **Lua Nova**, São Paulo, n. 70, 2007.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. São Paulo: Editora 34, 2003.

IANNI, Octavio. **Enigmas da modernidade-mundo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro. Dos excluídos necessários aos excluídos desnecessários. In: BURSZTYN, Marcel (Org.). **No meio da rua: nômades, excluídos, viradores**. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

SCOTT, Joan. Experiência. In: SILVA, Alcione (Org.). **Falas de Gênero**. Florianópolis: Mulheres, 1999.

TAYLOR, Charles. (Org.). **Multiculturalismo**. Lisboa: Instituto Piaget, 1998.

Desmesuras entre corpo e cidade: juventude e violência¹

Glória Diógenes

Limites e possibilidades de uma antropologia com o corpo

Nessas três décadas em que estudo o tema da juventude² — sendo tantas vezes *sacudida*³ por vocábulos e gestos, ora refletindo, ora anotando e, por vezes, atuando no âmbito das políticas governamentais⁴ e não governamentais —, pude perceber que discorrer sobre esses atores implica em identificar formas múltiplas de aproximação entre o antropólogo, o campo e as suas linhas e convergências.

De modo mais sucinto, posso considerar, por meio de uma malha de experiências, que assim como o corpo das juventudes, suas atuações e deambulações adquirem um aspecto central nas suas dinâmicas de vida,

1 Texto apresentado na Mesa “Violência na Adolescência e Juventude: Cenários e Desafios”, no VII Simpósio Internacional sobre a Juventude Brasileira (JUBRA), Fortaleza, 2017.

2 “Falar em juventude é movimentar-se em um campo ambíguo de conceituação. A juventude se constitui como categoria social, no que tange à definição de um intervalo entre a infância e a vida adulta, apenas no final do século XIX, ganhando contornos mais nítidos no início do século XX. Ela é uma invenção moderna, sendo, desse modo, ‘tecida em um terreno de constantes transformações’ (DIÓGENES, 1998, p. 93). Nesse sentido, qualquer esforço de registro acerca de sua condição e de seus modos de atuação deve ter como referenciais as práticas, os movimentos e as esferas de sociabilidade juvenil” (DIÓGENES, 2012, p. 104).

3 Na pesquisa que realizei durante quatro anos, na ocasião do doutorado, assinalo que “muitas vezes senti-me como sacudida no seu afã de se fazerem ser ouvidos pelo que explicavam através do corpo. Eles diziam assim: ‘Ei! Tá vendo aqui? Isso foi quando o Catita me furou na pracinha da televisão’” (DIÓGENES, 1998, p. 63).

4 Durante seis anos (2005 a 2010) estive à frente da Fundação da Criança e do Adolescente (FUNCI) da Prefeitura Municipal de Fortaleza e da Secretaria de Direitos Humanos, e durante quase cinco anos (2000 a 2004) coordenei uma ação não governamental no Morro Santa Terezinha em Fortaleza, denominada “Projeto Enxame – Fazendo arte com gangues e galeras de rua”.

o corpo do pesquisador é também convocado nesses processos. Creio que essa percepção me ocorreu desde muito cedo, em uma experiência de pesquisa voltada para as torcidas organizadas de futebol, galeras, bailes *funk* e lutadores de jiu-jitsu⁵:

Não há nesse nomadismo das galeras uma ideia de fixidez, de um espaço para cada coisa, tudo se move e se mistura. O corpo leva-e-traz maquetes de cidades-em-movimento. Esse é o maior impacto que realiza o nomadismo das galeras, mostrar que quem segmenta o espaço é o corpo; sendo assim, ele também pode aplainar o espaço e, nesse intento, amolecer o próprio corpo para que ele se torne plástico, dobrável, desdobrável, passável (DIÓGENES, 2003, p. 25).

Observa-se que alguns investigadores do âmbito da antropologia urbana, quando se percebem implicados pela aproximação e avizinhamento das experiências que perfazem seus *loci* de pesquisa, costumam discutir e partilhar os desafios metodológicos que enredam proximidade e distância. Zaluar (1985), na pesquisa realizada no Conjunto Habitacional Cidade de Deus, no Rio de Janeiro, no início dos anos de 1980, ressalta a poderosa e invisível hierarquia que separa o mundo do antropólogo daqueles denominados “pobres”⁶. Longe e perto, intimidade e estranheza, desigualdades e horizontalidades são binarismos que quase sempre permeiam tais relatos.

Velho (2003, p.12-13) indica que sua experiência pessoal em uma pesquisa realizada em Copacabana (bairro em que morou dos 6 aos 24 anos), no contexto da escrita de sua dissertação de mestrado⁷ — momento no qual estudava um prédio situado a duas quadras da casa dos pais —, quase sempre o levou a refletir com seus alunos e em seus próprios

5 Ver da autora “Itinerários de Corpus Juvenis – o tatame, o jogo e o baile” (2003).

6 “Que não somos iguais nem perante a lei, nem perante a riqueza produzida já sabemos há muito tempo. O que eu não sabia era que havia tantos obstáculos microscópicos a entrar o conato social mais íntimo entre nós. Eu os visitava no seu domínio, por assim dizer. Longe da minha cozinha e dos seus lugares de trabalho subalterno” (ZALUAR, 1985, p. 11).

7 Utopia urbana. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

trabalhos “sobre proximidade, distância, familiaridade e estranhamento”. Esses impasses parecem cadenciar o ritmo das investigações encetadas por antropólogos que efetuam uma relação face a face com atores que operam em um *campo* que, curiosamente, é também seu espaço de experiência de vida urbana⁸.

Embora a maior parte das minhas experiências de pesquisa tenha se voltado para grupos de periferia, atores que parecem habitar um mundo distante do meu (típica estudante/professora universitária, facilmente classificada de classe média pelo senso comum), cada vez que encontrava um jovem autoidentificado como pertencente a uma gangue, uma jovem, um jovem vítima de exploração e abuso sexual⁹ ou um pixador¹⁰, sentia-me e ainda me sinto *afetada*¹¹. Creio que a revelação que tive de um adolescente pertencente à gangue FIEL (Fanáticos Irreverentes Executando Loucuras), do bairro do Pirambu¹², na ocasião em que “fui convidada a visitar a fortaleza de uma gangue” (1998, p. 59) – “*ela é*

8 Máximo Canevacci, no livro *A cidade polifônica – ensaio sobre a antropologia da comunicação urbana*, chama atenção sobre o mover-se do antropólogo na cidade diante da opacidade e transparência da comunicação visual urbana, indicando um tipo de “observação observadora. Que não é mais participante da ação, mas observa a si própria como sujeito que observa o contexto. É meta-observação” (1997, p. 31).

9 Ver o livro organizado pela autora *Os sete sentimentos capitais – exploração sexual comercial de crianças e adolescentes*. São Paulo: AnnaBlume, 2008.

10 Preferi usar a grafia utilizada pelos atores.

11 “Favret-Saada ao realizar em 1968, uma investigação no Bocage francês sobre feitiçaria, de início, não conseguia avançar devido não apenas à forte barreira do mutismo, como também por justificativas do gênero “feitiço, quem não pegou não pode falar disso” ou “a gente não pode falar disso com eles” (2005, p. 155). Apenas na ocasião em que ela, devido a um grave acidente automobilístico, sendo avaliada pelos seus interlocutores vítima de feitiçaria, concorda em submeter-se a um ritual de desenfeitiçamento, o estudo principia de fato: “nos encontros com os enfeitiçados e desenfeitiçadores, deixei-me afetar, sem procurar pesquisar, nem mesmo compreender e reter” (DIÓGENES, 2017, p. 158, in prelo).

12 Bairro de Fortaleza marcado por várias lutas históricas, profundamente assolado por desigualdades de renda, tentativas de remoção, políticas de reforma urbana e situações de violência juvenil e violência policial.

limpeza, eu já ouvi falar dela” –possibilitou-me principiar um tipo de empatia balizada pela ideia de compreensão de que o que outro (o narrador da pesquisa) fala, aquilo que o outro passa é, de certo modo, *sentido* também pelo etnógrafo. Como destaca Foote Whyte (2005, p. 283), não se deve esquecer que “o pesquisador é um animal social, assim como seus informantes”, ou seja, ele “tem um papel a desempenhar, e as demandas de sua própria personalidade devem ser satisfeitas em alguma medida para que ele possa atuar com sucesso”.

Os meandros dessa percepção não acontecem por via de comandos mecânicos e decisões burocráticas, com o uso de boas “técnicas de abordagem de campo”, ou com a posse adequada da voz; mas se concretiza, sim, por meio do corpo e de seu repertório de sentidos. Provavelmente, todos os envolvidos no âmbito de uma pesquisa etnográfica acabam por deixar emergir algo *novo*, traduzindo descobertas *pagas* com energia corporal:

Depois desses dois anos vivenciando de forma não sistemática a dinâmica das gangues, tendo em vista a observação de Morin, quando fala que ‘o observador altera a observação microfísica; que toda observação que comporta aquisição de informação é paga com energia’ (1996, p. 185), com certeza, eu não sou mais a mesma (DIÓGENES, 1998, p. 70).

Obviamente, isso não significa, em qualquer instância, como aponta Cardoso de Oliveira (2000, p. 31), tornar-se o Outro, sentir como sente o Outro, “emaranhar-se na subjetividade do autor/pesquisador, a ‘intersubjetividade’ – esta de caráter epistêmico [...] que articula, dentro de um mesmo *horizonte teórico* os membros de uma ‘comunidade profissional’. Relevo, mesmo sob o crivo dos limites e desafios que cadenciam o âmbito de uma antropologia do social, inclusive no alerta de tornar o ‘antropólogo moderno um cientista social menos ingênuo’”; a emergência de um tipo de investigação que se mova por meio de

agenciamentos e dispositivos corporais. Que além dos achados de campo, se possa identificar, no emanar do processo de pesquisa, sinais que nos autorizem pressentir: *não sou mais a mesma*.

Traço essas ponderações iniciais por considerar oportuna a feição do que estou aqui denominando de cartografia do *acontecimento*¹³, no âmbito das práticas e *encontros*¹⁴ operados nas pesquisas desenvolvidas *sobre e com* juventudes. Bem expressou Machado Pais ao afirmar que, quando as pernas agem atrás dos sentidos, o campo se estabelece por meio de um tipo de “entrevista plena, vista viva” (2006, p. 35), sendo produzidas narrativas acerca de um possível efeito de *reflexividade* nas experiências de pesquisa¹⁵. Vale a pena, como caso exemplar dos liames da reflexividade, passar uma vista d’olhos no ensaio etnográfico realizado por Pais com “os sem-abrigo” nas ruas de Lisboa: “Abandonei-me na rua, deixando-me guiar pelos sentidos. Desafiei modos de mim que se reflectem no modo como olho os outros. Coloquei à prova ideias feitas, sem problemas de as desfazer. As pernas atrás dos sentidos” (2006, p. 35).

Esse foi o tipo de sensação que quase sempre guiou meus esforços de investigação no âmbito das experiências juvenis, fundamentalmente no que tange a pesquisas que tiveram como mote a violência. Só que, no meu caso, controversamente, o medo e a desconfiança moviam-se

13 Reporto-me à percepção de acontecimento evocada por Foucault (1987, p. 54): “o acontecimento precisa de uma lógica mais complexa. O acontecimento não é um estado de coisas que possa servir de referente a uma proposição [...] Agindo no acontecimento um ‘diagrama de forças’, algo, também, virtual, que ainda não aconteceu, dimensões do por vir”.

14 Assinala Márcio Goldman (2014, p. 22) que “O encontro antropológico desemboca, pois, sempre em um problema de tradução (ver Asad 1986). Mas a tradução antropológica não tem nada a ver com representação, explicação ou compreensão; tem a ver com agenciamentos”. Disponível em: <http://www.rau.ufscar.br/wp-content/uploads/2015/06/vol6no1_01_Marcio-Goldman.pdf>. Acesso em: 02 out. 2017.

15 Indico a leitura do instigante texto do autor “Cotidiano e Reflexividade” (2007). Disponível em: <<http://www.ics.ul.pt/rdonweb-docs/Jos%C3%A9%20Machado%20Pais%20-%20Publica%C3%A7%C3%B5es%202007%20n%C2%BA1.pdf>>. Acesso em: 02 out. 2017.

à frente dos sentidos. Nos primeiros relatos da já referida pesquisa de doutorado, tendo como tema as gangues e galeras de rua, evidencio o estranhamento mobilizado nos contatos inaugurais:

Pensei que poderia ter escolhido uma pesquisa documental, bibliográfica ou ter continuado em temas que já havia trabalhado. Paciência, o projeto já havia sido aprovado, a bolsista contratada e eu estava ali, especificamente como pesquisadora para ficar e ouvir. Todos os canais sensitivos deveriam, ao contrário do que sempre ocorreria nessas situações, ampliar meu campo de abertura e percepção. Eu estava diante de núcleos de resistência: meus diante das gangues, das gangues diante de mim. Estávamos perplexos (DIÓGENES, 1998, p. 15).

Vale ressaltar que o título do aludido capítulo inicial da tese é “A névoa branca e o monstro da noite: terrenos da subjetividade”¹⁶. Eu tinha ciência de que pesquisar a violência significava mexer nos pátios internos da minha própria subjetividade, em histórias que permanecem, confortavelmente, em estado de latência¹⁷. Como deslocar-se nos labirintos da perplexidade quando se assume a postura de pesquisar, de conhecer, de racionalizar? As sensações que atravessavam o corpo, se não forem bem identificadas, não funcionam como aliadas, podendo ser mascaradas e validadas por argumentos de autoridade, categorias que, por vezes, vestem intempestivamente de cientificidade os dados empíricos. Na época, não havia atentado para relevante discussão acerca da *natureza da explicação* aludida por Gregory Bateson na obra *Naven*, no epílogo da edição original (1958), quando realça que

16 Acerca da importância dos processos de produção da subjetividade na antropologia, Foote Whyte (2005, p. 360) reporta-se à necessidade que move o pesquisador quando supõe que os elementos do trabalho de campo não estão distribuídos aleatoriamente e “tenta descobrir padrões nas relações entre eles”. Para Foote Whyte, o pesquisador terá “que ir muito além de simples relatos e descrições. [...] o sucesso nessa tarefa requer imaginação e criatividade – processos mentais altamente subjetivos”.

17 James Clifford, ao refletir acerca dos meandros da autoridade etnográfica, ressalta que “o trabalho de campo etnográfico permanece como um método notavelmente sensível” (2011, p. 19).

Toda a ciência é uma tentativa de cobrir com dispositivos explicativos - e assim obscurecer – a grande escuridão do tema. É um jogo em que o cientista usa seus princípios explicativos segundo determinadas regras para ver se eles podem ser estendidos até cobrir a vasta escuridão (2008, p. 311).

Esse fantasma aludido por Bateson — *a grande escuridão do tema* — provavelmente atravessa os trajetos de pesquisa que se colocam diante do que aqui vou denominar — na falta de uma categoria mais apropriada — de sentimentos intensos. Creio que essas circunstâncias são recorrentes no âmbito de uma antropologia urbana, qual seja, no cruzar fronteiras de práticas ou comportamentos costumeiros que povoam os hábitos de vida do pesquisador. De forma emblemática, no que se refere ao mencionado “jogo dos princípios explicativos” mencionado acima por Bateson, o também antropólogo Márcio Goldman, ao relatar sua participação em uma reunião dos membros do Terreiro de Matamba Tombenci Neto, localizado na cidade de Ilhéus, para a organização de uma festa tradicional desse terreiro, recorda que a reunião marcada para ter início às 11 horas só começou às 13 horas, “dentro do barracão, onde o calor chegara a fazer ferver o azeite de dendê contido em um pote sempre colocado em uma viga próxima ao teto de Eternit” (2014, p. 10). É assim que os desconfortos do pesquisador emitem expressivos sinais que, inclusive, expõem a distância e os “paradoxos do corpo”¹⁸ que ali se fazem ver e sentir entre os frequentemente denominados nativos e, no caso, o antropólogo.

Retrospectivamente, o que mais me impressiona nesse episódio é a minha dificuldade em lidar com ele. Por que imaginei ser capaz de abreviar essa reunião a qual eu simplesmente não conseguia suportar? Por que imaginei, em diversos momentos, que ela estava para acabar? De onde vinha, enfim, meu profundo mal-estar com a situação, assim como a dificuldade de realmente entender o que estava ocorrendo? (GOLDMAN, 2014, p. 11).

18 Faço alusão ao texto de José Gil, “O Corpo Paradoxal”, do livro Nietzsche e Deleuze – o que pode o corpo? (Organizado por LINS, Daniel; GADELHA, Sílvio, 2002).

O assumido “profundo mal-estar”, o ver emergir as dificuldades de lidar com a situação, o pôr em xeque o que se é ou não capaz, possibilita ao antropólogo ponderar as enlinhadas sinuosidades que percorrem o processo do conhecimento, que segundo Bateson, essa sim, é “a mais obscura das questões” (2008, p. 311). Quando o corpo do pesquisador se vê diante de modos de vida, do impulsionamento ou da refração de energia, de um *perspectivismo* próprio de quem está em situação de pesquisa, como destaca Viveiros de Castro: “pouco importa quem são ‘eles’ quando o que importa somos nós” (2015, p. 26). Quem somos quando estamos diante de atores que dinamizam suas práticas pelo móvel da violência, que *excitações*¹⁹ nos atravessam diante de ocorrências agitadas por discursos mesclados de intensidade, algumas vezes tematizados por tragédias, crueldades, mortes, impasses ou, nesse mesmo campo movediço, ações de invenção e criação que nos escapam?

É por essas vias que este texto, ao invés de contornar de forma restrita os ritos e as experiências da violência juvenil, volta-se para a reflexão do lugar do corpo entre quem pesquisa juventudes e os atores pesquisados. Neste artigo, tomaremos como marcadores empíricos as reflexões já produzidas, os escritos anteriores acerca das tensões que ritmam intervenções juvenis consideradas violentas e/ou ilegais na paisagem urbana. Como eixo central do presente trabalho, daremos enfoque às seguintes indagações: qual é o lugar do corpo nas enunciações realizadas pelas juventudes banhadas de adrenalina?²⁰ De que modo têm os pesquisadores auscultado e narrado esses fenômenos erizados pela intensidade?

19 Refiro-me ao livro de Norbert Elias, A busca da excitação. Lisboa: Difel, 1992.

20 No livro Itinerário de corpos juvenis o tatame, o jogo e o baile (DIÓGENES, 2003), a autora, quando se volta para o estudo dos corpos das torcidas organizadas de futebol e dos lutadores de jiu-jitsu, analisa nessas práticas corporais o efeito da endorfina e da adrenalina.

O que pode dizer o corpo das juventudes? Encenações da violência

Começo esse segundo tópico com uma interrogação por ela ter, quase sempre, matizado e delineado meus escritos acerca das práticas juvenis. Sou conhecedora de que as narrativas sobre o corpo inscrevem-se num terreno impreciso, ambíguo, ponto em que o *desenho dos sentidos* atinge a pele²¹. Daí tudo se iniciar por uma pergunta que, provavelmente, permanecerá sem ponto final. Devido à pouca alusão que se faz ao corpo, tanto do pesquisador como de seus narradores na atividade etnográfica, darei ênfase, também, a reflexões que, aqui e acolá, escapam às fronteiras das ciências sociais.

O filósofo português José Gil (1997, p. 13), que tantas vezes escreveu acerca das “metamorfoses do corpo”²², traça uma significativa observação: “qualquer discurso sobre o corpo parece ter que enfrentar uma resistência”. Isso porque diante de uma suposta suavidade da linguagem, a vontade de definir o corpo já exerce sobre este um tipo de violência: “quanto mais se fala sobre ele, menos ele existe por si próprio” (GIL, 1997, p. 13). Isso porque o corpo, no mundo ocidental, tem sido construído e percebido num tipo de ambiente dominado pela materialidade das coisas, pela sua projeção figurativa, pela sua constituição orgânica. A afirmação – o corpo existe, – costuma assumir uma dimensão quase óbvia de imagem nua²³. Nessa perspectiva, o corpo se contém dentro dele mesmo, até os limites do seu invólucro, como se a ideia de organização que cadencia a

21 “A pele, tecido comum com suas concentrações singulares, desenvolve a sensibilidade. Ela estremece, exprime, respira, escuta, vê, ama e se deixa amar, recebe, recua, eriça-se de horror, cobre-se de fissuras, rubores, feridas da alma” (SERRES, 2001, p. 47).

22 Reporto-me a uma obra do autor como título homônimo. Lisboa: Relógio D’água, 1997.

23 Jacques Rancière (2011, p. 39), na sua classificação entre imagem nua, imagem ostensiva e imagem metamórfica, identifica como sendo a imagem nua a que “pareceria poder e dever, unicamente, voltada ao testemunho”.

estética ocidental fosse transposta, também, para imagens e existências do corpo.

Habitualmente, tenho pesquisado²⁴ e me voltado para experiências de corpos que, de forma “visível”, se ultrapassam, se contorcem, se esquivam, transmudam e transbordam limites e fronteiras. São corpos que — ao contrário da etiqueta da violência juvenil que se costuma a eles acoplar, como ressalta Lapoujade (2002, p. 84) no seu diálogo com Deleuze — “não aguentam mais aquilo que o submetemos do exterior, formas que o agem do exterior” . E o que age do exterior? São, no geral, políticas públicas voltadas para juventude, políticas educacionais, ações culturais que muitas vezes se arremetam distanciadas das vontades e daquilo que costuma promover e motivar as práticas juvenis.

Tal qual afirmamos em uma publicação recente (DIÓGENES; SÁ, 2011), a discussão acerca do tema juventude e a construção de uma agenda temática no âmbito das políticas públicas no Brasil atravessou as últimas décadas do século XX e o alvorecer do século XXI ora como oráculo, ora como enigma (DIÓGENES, 2012, p. 105).

É como se existisse um extensivo fosso de comunicação entre as práticas instituídas mobilizadas pelos agentes públicos governamentais e não governamentais e os planos das ações *instituintes*²⁵ ensejadas pela juventude.

24 Destaco alguns dos trabalhos da autora no âmbito da interrelação entre violência, cidade e juventudes. Juventudes, violência e políticas públicas no Brasil: tensões entre o instituído e o instituinte. **Sinais Sociais**, v. 1, p. 102-123, 2012; Enigma do medo - juventude, afetos e violência. In: DAYRELL, Juarez; MOREIRA, Maria Ignez Costa; STENGEL, Márcia. (Org.). **Juventudes contemporâneas: um mosaico de possibilidades**. 1. ed. Vol 1. Belo Horizonte: PUC Minas, 2010. p. 209-228; Gangues e Polícia: Campos comuns de enfrentamento e estratégias de diferenciação. In: MESSEDER, Alberto et al. **Linguagens da violência**. 1. ed. Vol. 1, Rio de Janeiro: Rocco, 2000. p. 197-220; SÁ, Leonardo; DIÓGENES, Glória. Juventude e Segurança Pública: dissonâncias e ressonâncias. IN: FREITAS, Maria Virgínia; PAPA, Fernanda de Carvalho (Orgs.). **Juventude em pauta – Políticas Públicas no Brasil**. São Paulo: Peirópolis, 2011.

25 Para se identificar de forma mais precisa as categorizações em torno da discussão entre instituinte e instituído, ver a obra de Cornelius Castoriadis, A instituição imaginária da sociedade, 1982.

Pude perceber a intrínseca relação desses “corpos que não aguentam mais” (LAPOUJADE, 2002), com a nomeação de José Gil quando se refere a “corpos paradoxais”. Arrisco dizer que os corpos das juventudes que, de certa maneira, fogem ou tentam escapar das armadilhas de funcionamento considerado apropriado, coadunado com normas sociais, são os que muitas vezes produzem formas *instituintes* de estar na cidade, de até mesmo recriar, subverter práticas e preceitos do que se considera cidade. Esses segmentos juvenis “que não aguentam mais” pulam muros, rasuram aquilo que é avaliado como patrimônio público, sobem alto, gritam, crepitam, arranham, fazem estalar ruídos na paisagem sonora das cidades. Ocupam o que parece ser público e sinalizam que nem sempre o nome coincide com as coisas.

Partindo de uma lógica funcional e de teor mais racionalista, a categoria cidade, no âmbito do que se considera senso comum, coincide com o mapa, e o corpo é aquilo que desenha e abriga seus contornos. Não apenas foi preciso criar políticas de ordenação urbana, de definição e zoneamento de usos de localização de equipamentos e serviços, mas também ingerências e intervenções diversas para a produção de corpos considerados adequados, conformados, saudáveis e adaptados. Sobre o corpo produziu-se um *biopoder*, um poder sobre a vida, tão decantado por Foucault. O primeiro polo dessas investidas do *biopoder*, que se expandiu a partir do século XVII, diz respeito à projeção do corpo como máquina, “no seu adestramento, na ampliação de suas aptidões, na extorsão de suas forças, no crescimento paralelo de sua utilidade e docilidade, na sua integração em sistemas de controles eficazes e econômicos” (FOUCAULT, 1988, p. 131).

O segundo, que se desenvolveu um pouco mais tarde, por volta do século XVIII, “centrou-se no corpo espécie, no corpo transpassado pela mecânica do ser vivo e como suporte de processos biológicos” (FOUCAULT, 1988, p. 131). São duas vertentes dessa ampliada tecnologia

de organização sobre a vida: “anatômico e biológico, individualizante e especificante, voltada para os desempenhos do corpo e encarando os processos de vida” (FOUCAULT, 1988, p. 131). O que o “corpo não aguenta mais” (LAPOUJADE, 2002) é os dispositivos que o tentam conformá-lo, discipliná-lo, mobilizá-lo “dentro dele mesmo” e nos lugares “permitidos” para o transitar e estar na cidade. Como insiste José Gil (2002, p. 146), “é que o corpo ele é feito para desaparecer [...]. Quando o corpo insiste na sua presença, na sua corporeidade, ou identidade corporal, então ficamos condenados a habitá-lo e — perversão maior — amá-lo, talvez”. E fica o desafio da inquietante questão: como o pesquisador pode seguir rastros de corpos juvenis que extrapolam seus contornos orgânicos e espaciais?

Daí minha constante resistência ao uso do conceito de identidade, seja ela corporal, cultural, cidadina ou política. A identidade pode ser, por vezes, utilizada como armadilha para tentativas de definição de limites, de cercas individualizantes. Trata-se de repensar o alardeado conceito de identidade corporal, de corporeidade. Vamos por partes. Em um instigante relato reproduzido por José Gil (2002, p. 146), conta-se que o missionário etnólogo Maurice Leenhardt indagou a um de seus narradores: “No fim das contas nós vos trouxemos o espírito não foi?” Ao que um representante do povo Canaque respondeu: “O espírito? Não, não, o espírito nós já o tínhamos; o que vocês nos trouxeram foi o corpo”. Para um Canaque que constantemente sente o corpo transformar-se em árvore, que nele vive o poder das nuvens e da chuva, a força dos animais e do vento, que diz, designando seus próprios braços, são os troncos lenhosos dos arbustos, para esse Canaque o próprio corpo ocidental não existe. O corpo se desconecta do mundo, das paisagens que produzem simetrias entre gente e animal, entre vegetais e corpo, entre coisa e pessoa²⁶.

²⁶ Tim Ingold (1995, p. 52), no texto *Humanidade e animalidade*, traz à tona uma inquietante e perturbadora questão para os antropólogos: “Acredito que nosso problema principal seja resolver esse dilema, reconciliar a continuidade do processo evolutivo com a consciência de vivermos uma vida que se coloca além do ‘meramente animal’. Isso não pode ser

Como bem lembra Le Breton (2011), o corpo marca a clausura do sujeito sobre ele mesmo, se constitui como marco fronteiro para delimitar face aos outros a presença do sujeito. Daí, provavelmente, a vontade desses corpos juvenis de se inscrevem nas tramas da violência, na qualidade de vítimas ou algozes, movidos pela *astúcia*²⁷ de vitrinizar seus corpos na esfera pública.

Mostrar-se, apregoar-se, alardear sua presença, mobilizar políticas de existência, têm como substrato fazer ver o corpo, como diz Suely Rolnik (1997)²⁸, produzir identidades *prêt-à-porter*, ocupar lugares com o corpo, produzir linguagens por meio do corpo, multiplicar o corpo. Isso não significa fundir-se uns aos outros. Aqui, retomo casos exemplares de experiências de pesquisa relatadas no livro *Itinerários de corpos juvenis* acerca dos percursos dos corpos dos torcedores e frequentadores de bailes funk e de lutadores de jiu-jitsu.

Iniciamos no baile. Como diz Jean Duvigaud (1983, p. 222), “o conhecimento que a festa promove orienta para a descoberta da força de uma destruição de que a consciência pessoal não participa”. Na primeira vez em que fui a um baile funk, experimentei uma sensação de estar num regime outro de existência. As galerias desciam de carros de mudança em comportas fechadas, a rampa era ativada e uma turba se movimentava em um só grito: “Uuuuh é Piedade! Uhuh é Goiabeiras...”

realizado pela redução do estudo da humanidade seja a uma pesquisa da natureza e evolução da espécie *Homo sapiens*, seja a uma investigação da condição humana conforme manifestada na cultura e na História. Nossa meta deveria ser transcender a oposição entre essas concepções que têm se mantido tradicionalmente como territórios exclusivos da ciência natural e das humanidades”.

27 Astúcia é uma categoria bastante destacada por De Certeau (2000) quando o autor se reporta às táticas utilizadas pelos “fracos” para driblarem limites e estratégias da disciplina.

28 Ver: Toxicômanos de identidade. Subjetividade em tempo de globalização. In: *Cultura e subjetividade*. Saberes Nômades. LINS, Daniel (Org.). Campinas: Papirus, 1997, p.19-24.

É esse o perigo da festa: produzir uma sensação de continuidade, de aliança às avessas (unindo profundidade e superfície): uma experiência de excesso. Tudo parece transbordar nos bailes: os gritos de guerra, as roupas que possibilitam a *mostração* e a fricção dos corpos, a *lombra*. Rompem o isolamento e o confinamento de seus corpos. Os momentos de violência no baile *funk* representam, exatamente, a circunstância em que se experimenta uma onda de *unidade*, onde os lados do baile, divididos por um corredor de seguranças, encenam invasões ao lado oposto. Com um pouco de afastamento pode-se perceber que uma onda vai e volta, flui, reflui e possibilita antever a sensação de continuidade que a violência produz. O espaço do baile produz um movimento absoluto dos corpos, é esse o momento emblemático de expressão do nomadismo das galerias (DIÓGENES, 2003, p. 51, grifos da autora).

Pode-se pensar que machucar-se, ferir o outro, desmaiar, não suportando o jorro intenso da respiração, a queda repentina, tudo equivale, como diz Deleuze (1996, p. 15), a “desfazer o organismo”: “o problema não é mais aquele do uno e do múltiplo, mas da multiplicidade da fusão, que transborda efetivamente toda a oposição de uno e múltiplo”. O baile, assim como a festa das torcidas no estádio, parece atuar como zona contínua de intensidade. Via-se ali o que Deleuze denomina de corpos lúgubres, como se tivessem eles se esvaziado de seus órgãos, ao invés de buscar os pontos nos quais podiam pacientemente desfazer essa organização dos órgãos que se chama organismo. Eles podiam matar ou morrer a qualquer momento; nada desses assuntos parecia importar. Ali, o que valia eram outras formas de experimentar o corpo, de experimentar a si diante do Outro. Um tipo de celebração de corpos que extravasa, procedendo a máxima deleuziana que afirma que “somente as intensidades passam e circulam” (1996, p. 13).

Eis que adentro o espaço de uma academia de jiu-jitsu frequentada por galerias de jovens marcadamente identificados na cidade como perigosos. Elas, no geral, se movimentavam em festas de forró, em grupo, e se agitavam por meio de rivalidades com outros grupos de lutadores. Interessante perceber que no avesso das galerias de periferia, dos bailes e torcidas — que alardeavam sua presença por onde estivesse, “fazendo

enxame²⁹ —, aqueles que frequentavam a academia de jiu-jitsu tinham como preceito a ausência de voz, o contrário de uma ação ruidosa, como se só a presença do corpo agisse, como se apenas assentasse o anúncio: não mexam com nenhum de nós.

Quando frequentavam os espaços das festas (cheguei a fazer etnografia em algumas delas), apareciam sozinhos ou com as namoradas, espalhados em vários lugares, formando um tipo de coletivo *invisível*, consubstanciado apenas na possibilidade de ameaça de um dos integrantes da turma. Era como se a turba surgisse das sombras e atuasse em segredo.

Essa é a fraqueza dos fortes, seus corpos podem quebrar, porque o 'eu não aguento mais' representa o momento não do limite, mas de alcance do apaziguamento pulsional, da sensação que provoca o corpo, enfim, *endorfinado* [...]. Daí se estabelece o estranho silêncio desses corpos *grandões* nas suas andanças pela cidade. Suas demonstrações de força no plano das individualidades, *um a um*, caráter fronteiro dos corpos modernos ocidentais. Quando ele explode é ali, *encerrado em si próprio*, no chão, no *botar para dormir* o opositor *de rua*, aquele que olha *feito* para ele. A rua: apenas um extensivo tatame de *competições* (DIÓGENES, 2003, p. 147, grifos da autora).

Corpos que pendulam entre endorfina e adrenalina, que exaurem-se, mutilam-se para *construir um* corpo ou abrandar o corpo até a próxima luta.

O corpo como superfície de escrita possibilita uma 'leitura sem palavras' (FERRARA, 2000) capaz de traduzir, através da mera combinação de signos, uma identificação e classificação de um grupo social específico. No jiu-jitsu, esse corpo, como já mencionado, precisa provocar uma leitura fácil, imediata, sem ambiguidades. Até porque é preciso precaver-se dele, da possibilidade de seu disparo momentâneo. Não esqueçamos, esse corpo é uma arma branca. A orelha funciona como distintivo, referente a um estilo, e também como aviso: cuidado, ele pode morder (DIÓGENES, 2003, p. 141).

Passei muitos anos a observar os corpos de juventudes e suas extensões com lugares e cidades. Recordo que a partir dessas pesquisas com bailes e torcidas, com gangues e galeras de rua, pude identificar que

29 Significa impactar a cidade com suas presenças, fazer alarde, impactar.

alguns se projetam como territórios em movimento. Eles carregam seus bairros, suas ruas, seus pedaços de pertença à cidade para onde forem. Corpos como curiosas cartografias de afetos e desafetos em movimento. Quanto ao "corpo que não aguenta mais" (LAPOUJADE, 2002), percebe-se que este estabelece dois tipos de registros: no caso das galeras de periferia, mais parece expressar a "potência de resistir do corpo"; no caso dos lutadores de jiu-jitsu, ele mais se aproxima da fraqueza dos fortões.

O corpo não é; nunca é. No caso, esses corpos empíricos mencionados — o do torcedor, o dos que fazem parte de gangues e galeras, o do baile *funk*, o do lutador - traduzem sua natureza paradoxal, seus exercícios de passagem na cidade, seus encontros e desencontros, seus modos de ir sendo. Vale lembrar que, quando se fala acerca dos movimentos desses corpos na cidade, deve-se levar em conta as *entradas* e *saídas* que se efetivam *entre* figurações presenciais na cidade e os circuitos e *dobras*³⁰ do ciberespaço³¹.

Diferentemente do que sinaliza Le Breton (2003, p. 128, 129), quando considera que "com o passar do tempo o corpo transforma-se num estorvo, excrescência desastrosa do computador [...] Sem precisar deslocar-se (telefone, celular, e-mail, internet) o indivíduo não precisa mais, necessariamente, de encontrar fisicamente com outros [...]". Duas questões significativas surgem dessa afirmação. A primeira é que os corpos juvenis, os quais pesquisei, migram entre *dobras* de espacialidades,

30 "Utilizo a categoria 'dobra' tomando por base a discussão efetuada por Deleuze (1991) na sua obra *A Dobra: Leibniz e o Barroco*. Assim sendo, a 'dobra', ao invés de aludir a uma dimensão de duplicidade, sinaliza uma conexão de multiplicidades. Vale ressaltar que, para Leibniz, 'o múltiplo não é o que tem muitas partes, mas o que é dobrado de muitas maneiras' (Deleuze 1991: 46). Atuando na qualidade de um espaço contíguo de representações, a dobra não possibilita discernir onde acaba o espaço configurado e onde se iniciam os perímetros de um outro espaço" (DIÓGENES, 2015a, p. 540).

31 Theophilos Rifiotis (2010, p. 22), ao refletir acerca da importância da antropologia no ciberespaço, explica que "o que chamamos de socialização no ciberespaço é um conjunto complexo de afinidades, interesses, práticas e discursos que ocorrem como um processo de iniciação no qual interagem experiências *on-line* e *off-line*".

num contínuo e conectado vai-e-vem *entre* espaços *online* e *offline*. A segunda é que o autor faz referência a um corpo que apenas existe na sua dimensão material, física, orgânica; faz alusão ao corpo empírico da medicina. Corpo e cidade, corpo e ciberespaço atuam como *dobras* de si, extensões de si. O corpo das juventudes parece existir na medida em que se movimenta, ocupa um lugar, se traspassa, se inventa em que se expõe e recua entre esferas *online* e *offline*. Michel Serres (2001, p. 113), que foi marinho, físico — no já citado livro *Os cinco sentidos* (filosofia dos corpos misturados) — aponta uma rota interessante acerca das experimentações do corpo, que são, fundamentalmente, experiências de vida: “falta pensar a própria mistura, falta pensar o amolecimento, o nivelamento, o golpe de plaina, a eliminação da dureza e da suavidade. Teremos que escrever sobre as misturas e as filtragens”. Esse seria um tipo de experiência que se delinea para além de fronteiras, linhas de segregação, de exclusão, de isolamento: as juventudes que atuam em campo *minados* da violência, nas ações muitas vezes consideradas ilegais, ao invés de esquadrihar-se e isolar-se em espaços de intervenção, efetuam misturas, transpõem fronteiras entre esferas e, assim, recriam a própria paisagem das cidades.

Referências Bibliográficas

- ARGAN, Carlo G. **História da arte como história da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- BATESON, Gregory. **Naven**. São Paulo: EDUSP, 2008.
- BENNETT, A. **Consolidating the music scenes perspective**. 2004. Disponível em: <<https://www.sfu.ca/cmns/courses/2011/488/1Readings/Bennett%20Consolidating%20Music%20Scenes.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2014.
- CANEVACCI, Máximo. **A cidade polifônica**: ensaio sobre a antropologia da comunicação urbana. São Paulo: Studio Nobel, 1997.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **O trabalho do antropólogo**. São Paulo: Unesp, 2000.
- CASTORIADIS, Cornélius. **A instituição imaginária da sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- CLIFFORD, James. **A experiência etnográfica**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2011.
- DE CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano**: as artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 2000.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs**: capitalismo e esquizofrenia. Vol. 3. São Paulo: Editora 34, 1996.
- DELEUZE, Gilles. **A dobra**: Leibniz e o Barroco. Campinas: Papirus, 1991.
- DIÓGENES, Glória. Gangues e Polícia: Campos comuns de enfrentamento e estratégias de diferenciação. In: MESSEDER, Alberto *et al.* **Linguagens da violência**. 1. ed. Vol. 1. Rio de Janeiro: Rocco, 2000. p. 197-220.
- _____. **Itinerários de corpos juvenis**: o tatame, o jogo e o baile. São Paulo: Annablume, 2003.
- _____. **Cartografias da cultura e da violência**: gangues, galeras e o movimento hip hop. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2008.
- _____. (Org.). **Os sete sentimentos capitais**: exploração sexual comercial de crianças e adolescentes. São Paulo: Annablume, 2008.
- _____. Enigma do medo: juventude, afetos e violência. In: DAYRELL, Juarez; MOREIRA, Maria Ignez Costa; STENGEL, Márcia. (Orgs.). **Juventudes contemporâneas**: um mosaico de possibilidades. 1. ed. Vol. 1. Belo Horizonte: PUC Minas, 2010. p. 209-228.
- _____. Juventudes, violência e políticas públicas no Brasil: tensões entre o instituído e o instituinte. **Sinais Sociais**, v. 1, p. 102-123, 2012.
- _____. A arte urbana entre ambientes: dobras entre a cidade material e o ciberespaço. **Etnográfica**, v. 19, p. 537-557, 2015a. Disponível em: <<http://etnografica.revues.org/4105>>. Acesso em: 2 mai. 2016.
- _____. Artes e intervenções urbanas entre esferas materiais e digitais: tensões legal-ilegal. **Análise Social**, v. 17, p. 682-707, 2015b.

DIÓGENES, Glória; SÁ, Leonardo. Juventude e segurança pública: dissonâncias e ressonâncias. In: PAPA, Fernanda de Carvalho; FREITAS, Maria Virgínia. **Juventude em pauta: políticas públicas no Brasil**. São Paulo: Peirópolis; Ação Educativa: Fundação Friedrich Ebert Stiftung, 2011.

DIÓGENES, Glória; CHAGAS, Juliana. O ruidoso silêncio da pixação: linguagens e artes de rua. **Revista Nava**, v. 1, n. 2, p. 304-330, jan./jun., 2016.

_____. Arte, pixo e política: dissenso, dissemelhança e desentendimento. **Revista Vazantes**, PPG-Artes-UFC, n. 2, 2017. No prelo.

DUVIGNAUD, Jean. **Festas e civilizações**. Fortaleza: Imprensa Universitária UFC, 1983.

ELIAS, Norbert. **A busca da excitação**. Lisboa: Difel, 1992.

FAVRET-SAADA, Jeanne. Ser afetado. **Revista Cadernos de Campo**, n. 13, p. 155-161, 2005.

FERRARA, Lucrécia. **Leituras sem palavras**. São Paulo: Ática, 2000.

FOOT WHYTE, Wiliam. **Sociedade de esquina**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I – A vontade de saber**, Rio de Janeiro: Graal, 1988.

_____. **Nietzsche, Freud e Marx – Theatrum Philosophicum**. São Paulo: Princípio, 1987.

GIL, José. O Corpo Paradoxal. In: LINS, Daniel; GADELHA, Sylvio. **Nietzsche e Deleuze – O que pode o corpo?** Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

_____. **Metamorfoses do corpo**. Lisboa: Relógio D'água, 1997.

INGOLD, Tim. Humanidade e animalidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 28, ano 10, p. 39-54, jun., 1995.

LAPOUJADE, David. O corpo que não aguenta mais. In: LINS, Daniel; GADELHA, Sylvio. **Nietzsche e Deleuze – O que pode o corpo?** Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

GOLDMAN, Márcio. Da existência dos bruxos (ou como funciona a antropologia). **Revista de Antropologia da UFSCAR**, v. 6, n. 1, p. 7-24, jan./jun., 2014.

LE BRETON, David. A Síndrome de Frankstein. In: SANT' ANNA, Denise Bernuzzi. **Políticas do corpo**. São Paulo: Estação Liberdade, 1995.

_____. Adeus ao corpo. In: NOVAES, Adauto. **O Homem Máquina**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

_____. **Antropologia do corpo e modernidade**. Petrópolis: Vozes, 2011.

PAIS, José Machado. **Nos rastros da solidão: deambulações sociológicas**. Lisboa: Ambar, 2006.

_____. Cotidiano e reflexividade. **Educação & Sociedade**, v. 28, n. 98, p. 23-46, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v28n98/a03v2898.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2014.

RANCIÈRE, Jacques. **O destino das imagens**. Lisboa: Orfeu Negro, 2011.

ROLNIK, Suely. Toxicômanos de identidade. Subjetividade em tempo de globalização. In: LINS, Daniel (Org.). **Cultura e subjetividade**. Saberes Nômades. Campinas: Papyrus, 1997.

SERRES, Michel. **Os cinco sentidos: filosofia dos corpos misturados**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

VELHO, Gilberto. O desafio da proximidade. In: VELHO, Gilberto; KUSCHNIR, Karina. **Pesquisas urbanas: desafios do trabalho antropológico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

_____. **A utopia urbana**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

ZALUAR, Alba. **A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

Políticas de saúde para Juventude: devemos seguir resistindo criativamente¹

Ricardo Pimentel Mélo
Maria Cristina G. Vicentin
Maristela de Melo Moraes

*Eu acredito é na rapaziada
Que segue em frente e segura o rojão
Eu ponho fé é na fé da moçada
Que não foge da fera e enfrenta o leão
Eu vou à luta com essa juventude
Que não corre da raia a troco de nada
Eu vou no bloco dessa mocidade
Que não tá na saudade e constrói
A manhã desejada
(Gonzaguinha)*

Vivemos na conjuntura atual, no Brasil, uma situação importante: tivemos um presidente (2016 -2018) que chegou ao governo conspirando para substituir uma presidenta legitimamente eleita, com a qual jurou governar, na condição de seu vice-presidente; em seguida um novo presidente eleito disseminando mentiras absurdas por redes sociais na Internet, que sequer debateu planos de governo com outros candidatos; equipe de governo e parlamentares de todos os níveis, que não têm pruridos em obter vantagens financeiras com bilhões de recursos que faltam à saúde, educação e da população empobrecida. Vemos desde 2016 o desmonte de todas as políticas que asseguravam avanços na proteção de direitos a essa mesma população, com o desmantelamento do Sistema

¹ Este trabalho foi apresentado no Simpósio “O cuidado em saúde a crianças e adolescentes: saúde mental e uso de drogas”, em 14 de agosto de 2017 durante o VII JUBRA

Único de Saúde (SUS), por exemplo. Situação tão grave que abala a muitos, deixando-os sem capacidades de reação. Portanto, vivemos o desalento advindo da visibilidade, sem acobertamentos, de atitudes da politicaria brasileira, sejam elas de “esquerda” ou de “direita”, que só advogam em proveito próprio, ou seja, das minorias abastadas que tomaram todas as instâncias de governo (com raras exceções).

Tal momento exige a “resistência ativa” importante da juventude brasileira, que pode ver perdida toda sua geração, sem oportunidades de vida digna. Isso é extremamente grave e discutir essa situação é discutir saúde. Dessa forma, o que vamos desenvolver nesse texto não está dissociado desse momento e, de alguma forma, é nosso desejo que seja mais uma forma de resistência aos ataques às liberdades e vida digna da população brasileira jovem, empobrecida e negra. Cabe, em tempos de políticas higienistas autoritárias, que a criminalização desta juventude, por meio do incremento do Estado Penal e da guerra infrutífera às drogas, que construamos resistências.

Esse Estado Penal pode ser percebido de forma explícita nas políticas direcionadas à(s) infância(s) e adolescência(s) decorrentes do uso de substâncias psicoativas. Estas se tornaram um campo particularmente problemático, principalmente pelo acionamento de lógicas penais-sanitaristas, destacando-se a violência policial e o apelo às internações psiquiátricas em comunidades terapêuticas por medida judicial, revigorando-se as funções asilares e coercitivas das internações compulsórias e dificultando a ampliação das redes de cuidado do SUS e do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Como exemplo temos a centralidade que as políticas de “enfrentamento” do crack tomaram, especialmente nesta última década, ampliando os processos de criminalização da juventude e sua psiquiatrização sob a desculpa de combate à “dependência química” (CUNDA, 2011; REIS, 2012; JOIA, 2014). Esta articulação entre saúde

mental e defesa social privilegia a repressão e o controle em contraposição ao cuidado, mas faz da proteção e do direito à saúde um pretexto para ações arbitrárias contra crianças e adolescentes, configurando certas **lógicas penais-sanitaristas** (ASSIS, 2012). Vimos, de modo explícito, nos primeiros anos da década de 2010, nas cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo, o “recolhimento” de crianças e adolescentes que faziam das ruas seu espaço de moradia, de lazer e de sobrevivência, como dissemos acima, sob o pretexto de protegê-las do uso de substâncias psicoativas ilícitas, mesmo que isso tenha como consequência a violação de direitos à liberdade e convivência comunitária (ASSIS, 2012; JOIA, 2014)².

Essas lógicas penais-sanitaristas, lidas a partir da noção de “sociedade de segurança” (FOUCAULT, 1999, 2008), nos revelam uma “economia geral do poder” que se forma e se constrói por meio de técnicas que disciplinam corpos e espaços, regulando a vida das populações, inclusive se utilizando de políticas de saúde. Estas políticas se fazem presentes, por exemplo, na demarcação de normalidade e anormalidade que, no campo da saúde, segrega pessoas (FOUCAULT,

2 Estamos nos referindo à operação de 2011, no Rio de Janeiro, da Secretaria de Assistência Social que instituiu o recolhimento forçado de crianças e adolescentes que estivessem nas ruas utilizando drogas (ou “sob suspeita” de utilizarem), realizado por Guardas Civis Metropolitanos conjuntamente com agentes vinculados às políticas socioassistenciais. Após passar pela Delegacia de Polícia de Proteção à Criança e Adolescente, para verificação de histórico infracional, os jovens seriam encaminhados e mantidos abrigados/acolhidos de forma compulsória em serviços especializados. A denominação “internação compulsória”, posteriormente renomeada por “abrigo compulsório”, evidenciava o paradoxo: estavam subordinados aos órgãos da assistência social, mas prevalecia o tratamento para dependência química em uma estrutura de contenção e privação de liberdade (ASSIS, 2012). No início de 2013, era a vez do judiciário paulista protagonizar a implantação de um anexo judiciário ao Centro de Referência de Álcool, Tabaco e Outras Drogas (CRATOD), sediado no centro da cidade de São Paulo, na região da Luz, com vistas a acelerar os encaminhamentos da população de rua e usuária de drogas pelos fluxos da saúde, preponderantemente para internação. Na urgência de disponibilizar vagas para estas internações, denúncias indicavam a “reserva de vagas” exclusivas para aqueles provenientes do plantão judiciário em serviços de saúde (JOIA, 2014).

2006), marcando-as como “doentes mentais” e incapazes de convívio social. Tais procedimentos se consolidam a partir da metade do século XIX, em lógicas de saber-poder-subjetivação, que Foucault designará como “biopoder”: práticas contínuas de regulação, correção, qualificação, medição, avaliação e hierarquização da vida (FOUCAULT, 1999).

Neste contexto, a psiquiatria se fará “defensora da ordem social, reclamando para si um poder ainda maior que o dos juristas e higienistas, pois demanda a gestão da anormalidade” (CAPONI, 2012, p. 540). Desde esta perspectiva histórica, não é de se espantar que nos deparemos com a utilização dos temas da saúde mental em prol da **defesa social**, quando as ideias de **proteção** e de **direito à saúde** se colocam como pretexto para o controle social de crianças e adolescentes. Ou seja, na medida em que o modelo asilar entrou em declínio e ganhou lugar a constituição da rede territorializada e comunitária em saúde mental, emergiram as discursividades sobre os riscos e seus desdobramentos securitários. A partir da psiquiatrização, especialmente no campo da infância e da adolescência, vemos prevalecer os argumentos da proteção como legitimação de formas de coerção e de restrição arbitrária de liberdade.

Diante desse quadro, urge que discutamos práticas de saúde e assistência social relativas ao uso de drogas por crianças e adolescentes. Parece-nos que tais práticas estão produzindo deslocamentos na disposição securitária em relação aos processos de cuidado, tendo em vista os marcos legais da política para a infância e adolescência. Para tanto, dividimos a seguir o texto em duas partes: 1) discussão sobre o cuidado como fundante de todo o debate em torno das políticas de saúde e como resistência ao Estado Penal; 2) apresentação e análise de situações que temos identificado em nossas pesquisas, estágios e ações de extensão universitária relativas às trajetórias institucionais de crianças e adolescentes em conflito com a lei ou em situações de rua, nas quais há uso de substâncias psicoativas. Tal análise busca evidenciar as tensões entre a disposição securitária e o cuidado, o penal e o sanitário.

O cuidado de si como racionalidade fundante do debate

O que sustenta um trabalho como os que estamos apresentando aqui é a sua racionalidade, ou seja, os princípios que o alicerçam. Em nosso caso, nossos alicerces são a “ética do cuidado de si” (FOUCAULT, 2010), entendendo “ética” não como regras e valores morais, mas **como postura política diante da vida**. Longe de ser um ato egoísta, ao contrário, “o cuidado de si” foucaultiano advém do mundo grego do período helenístico, onde só quem cuidava de si podia e sabia cuidar de outros. Cuidar de si se faz na partilha da vida em relacionamentos com outros, que são pessoas da nossa mais estrita confiança. Assim, compartilhamos a nossa vida em relações de “amizade”.

Nossa ética de cuidado se alicerça em relações de confiança, em relações que não dissimulam a vida, porque o cuidado que oferecemos não vai exigir do outro que nos pague com malas de dinheiro e saia por aí mentindo sem nenhum constrangimento. O cuidado se alicerça em relações de confiança, que os gregos helenísticos, como mostrou Foucault (2011), chamavam de “**parrésia**”: relação que se alicerça no trato sincero de quem cuidamos e deste apenas exigimos que também se engaje no cuidado sincero de outros. E assim vamos fazendo uma malha, uma rede de cuidados. Esse cuidado se faz em uma aliança com o outro. Pena que o termo aliança, assim como ética, assim como a amizade, banalizaram-se no mundo capitalístico. Aliança, por exemplo, com a burocratização do casamento, acabou significando posse do outro, em vez de significar o cuidado de si e do outro.

Os atores envolvidos em nossas ações de cuidado, aqueles que fazem uso das nossas oficinas, que recebem fanzines, preservativos, ou que participam de grupos de estudos, de estágios e de pesquisas, não se dividem, burocraticamente, em “técnicos” de um lado e “usuários” de outro. Há o pressuposto, voltamos a insistir, de que todos envolvidos

em nossas ações são cuidados para que possam também cuidar de outros ao seu redor. São atores que, juntos, articulam-se para que a vida possa fluir com mais vigor. São atores que, juntos, enfrentam regimes de regulação dos prazeres. Tais regimes advêm de governos fascistas, cujas regulações não objetivam saúde, mas regulam os prazeres de crianças e jovens para que comecem desde cedo a doar sua força de trabalho para o enriquecimento de outrem. Querem que cedo jovens aprendam a abrir mão dos prazeres da vida e que não aprendam a usar tais prazeres. Os que não aprendem a regular prazeres, no cuidado de si, como no uso de substâncias, morrem de overdose, ficam mal com *bads*, ou imaginam que o prazer de usar drogas possa lhes dar a ilusão de que seus problemas ficaram para trás, quando na verdade os seus problemas são a sombra que nunca lhes larga e sempre os acompanha, exigindo que sejam falados, que sejam trabalhados. Portanto, algumas vezes, o mal-uso dos prazeres impede a fala e o enfrentamento de nossos problemas. Daí advém as estratégias de Redução de Danos: elas não impedem prazeres, mas querem que cuidemos de nós e de outros, para que a fala nunca seja calada pelo “prazer” compulsivo.

A busca da felicidade completa, vendida como produto, acabou por excluir a dor e a frustração como partes integrantes da vida. Acrescente-se à gravidade dessa situação a medicalização de substâncias diversas com o uso de medicamentos psicoterapêuticos ou uso de reguladores de apetites e psicoestimulantes. Os ansiolíticos (hipnóticos, tranquilizantes, sedativos) se misturam à proposta consumista de promessas de felicidade sem qualquer tipo de sofrimento. Não esqueçamos da crescente medicalização de pessoas na infância e adolescência, com prescrições de Ritalina (cloridrato de metilfenidato), conhecida como a droga da obediência, para crianças e adolescentes diagnosticados com Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH).

São essas pessoas, cuja fala está escondida nas sombras, a quem dedicamos nossos cuidados. Essas que têm dificuldades de falar. Muitos, nesse mundo de promessas de felicidade pela compra de produtos, vivem o desencanto da busca infunda por consumir. Isso se aplica também ao uso de substâncias psicoativas, ao uso de aparelhos celulares, à exposição excessiva de suas vidas em redes sociais. Tais compulsões acabam fazendo com que essas pessoas vivam como se fossem “Dionísios desencantados” (BIRMAN, 1993). Como se a vida não pudesse ter dores e fosse constituída apenas de festas e alegrias.

Cenas cotidianas

Caso 1: Adolescentes em conflito com a lei

É dia de audiência na Vara da Infância e Juventude de Campinas e Diego, um menino que vivia nas ruas da cidade, mas que estava há quinze dias numa Unidade de Atendimento Inicial da Fundação CASA, receberá a sentença sobre a acusação de tráfico que lhe pesa. A estratégia da defensoria é levar o juiz a perceber que se trata de um “usuário”, não de um “traficante”. Quando confirma que é consumidor de maconha, ao invés de ser direcionado à unidade de internação ou às medidas socioeducativas, Diego é orientado ao “tratamento da dependência” em uma comunidade terapêutica (CT) da cidade. Assim que chega à CT, o menino passa por um processo de triagem e acolhimento, onde lhe são informadas as regras e normas da instituição, as quais terá que seguir por no mínimo nove meses. Visivelmente desconfortável, ele afirma: “não quero ficar aqui, é igual à Fundação CASA” (MALLART; RUI, 2015, p. 6).

O consumo/comércio de drogas vem obtendo preponderância nos processos de criminalização³ de segmentos da adolescência, incorporando às unidades de internação adolescentes tidos como traficantes, majoritariamente varejistas e de baixa importância nas estruturas do crime organizado. Somando-se o tráfico às detenções por roubo ou furto associados ao uso de drogas, essa questão vem sendo priorizada na saúde mental do sistema socioeducativo: em 2012, 74,8% dos jovens internados eram usuários de drogas⁴ (CNJ, 2012).

São oferecidos a esses adolescentes atendimento psicológico e avaliação psiquiátrica dentro das próprias unidades, mas prevalece a condução às comunidades terapêuticas e aos hospitais psiquiátricos (40%) entre os encaminhamentos externos. Só 25% são encaminhados a serviços de saúde externos e abertos, como os CAPSad. Isto é, os adolescentes se movimentam entre dispositivos similares: das unidades de internação para hospitais psiquiátricos e comunidades terapêuticas, num modelo centrado na abstinência e na institucionalização (já incentivada pela circunstância de privação total da liberdade imposta pelo modelo de responsabilização da medida de internação), em detrimento das abordagens de base territorial. Do mesmo modo, unidades socioeducativas afirmam que recebem mandado de internação compulsória em serviço de saúde mental emitido pela Vara da Infância – ou solicitado pelo Ministério Público – e quase a metade acata o mandado, independentemente de buscarem mecanismos de diálogo com o Judiciário (BRASIL, 2009).

3 O aumento do índice de prisões pelo delito de tráfico de drogas, que saltou de 4,76% em 2000 para 42,1% dos adolescentes presos em 2012, equiparou o tráfico ao delito de roubo, que historicamente era a maior causa de aplicação de medida socioeducativa. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/05/1281551-traficantes-adolescentes-dobram-a-populacao-da-antiga-febem.shtml>>

4 Nesses casos, temos visto como o uso de drogas também pode acarretar no prolongamento do tempo de internação (travestida de “medida protetiva”): dentre os operadores da Justiça, são difundidas as concepções da internação socioeducativa como local de desintoxicação e/ou de proteção contra os perigos da droga e das ameaças dos traficantes, que, muitas vezes, impedem a desinternação do jovem.

Temos ainda o exemplo de um serviço de internação psiquiátrica especializado em “dependência química”, localizado na cidade de São Paulo, criado em 2010 para atender exclusivamente crianças e adolescentes, onde cerca de 25% das internações apresentavam como queixa principal e justificativa apenas a determinação judicial, obliterando qualquer demanda de cuidado à criança e fazendo prevalecer a imposição de seu isolamento. Tais internações por medida judicial representavam 84% do total de internações, de 2010 a 2013 (JOIA, 2014). Vejam que esses modelos de “atendimento” se contrapõem ao cuidado.

Uma vez que a saída do serviço de saúde está muitas vezes condicionada à autorização do juiz, é comum o prolongamento da internação mesmo após a alta, evidenciando o uso da internação psiquiátrica como um recurso de contenção complementar à internação socioeducativa (JOIA, 2014), fazendo com que tratamento, disciplinarização e castigo se misturem (SCISLESKI, 2008; JOIA, 2014).

Cabe lembrar também o papel que tem tido, no circuito de prisões de jovens, a legislação brasileira atual, conhecida como “Nova Lei de Drogas” (BRASIL, 2006), que trouxe certas inovações como o estabelecimento de sanções penais não privativas de liberdade para o usuário de substâncias psicoativas com uso proibido, mas que estabeleceu, como aponta Karam (2010), o endurecimento e a expansão das condutas criminalizáveis, associadas ao comércio de substâncias. A não especificação de quantidades de porte de drogas que configurem o “traficante” e o “usuário”, relegou aos agentes policiais o aval para classificar o tipo penal do apreendido (GRILLO *et al*, 2011), reafirmando a seletividade penal que recai sobre os jovens pobres e periféricos (BATISTA, 2003).

Sabemos que jovens adolescentes incorporam o tráfico como atividade na perspectiva de terem trabalho e renda, bem como uma atividade que lhes traz pertencimento e identificação com seus pares, seja essa participação vinculada ao consumo de substâncias ou não.

Deste modo, de um lado, os adolescentes são expostos a diversos tipos de assujeitamento e violência perpetrados pelos ordenamentos do crime e, de outro, pelas políticas governamentais repressivas de “enfrentamento ao tráfico”. Muitas vezes, os adolescentes apreendidos como traficantes são apenas usuários e/ou vendedores de pequenas quantidades, a fim de obter recursos para consumo próprio, configurando a “dupla dependência dos envolvidos” (uso e atividade que gera renda), já apontada em estudos (SCISLESKY, 2013).

O modelo da “guerra às drogas”⁵, implantado no país desde 1964, expandiu o poder punitivo, quando policiais militares ou civis, formalmente autorizados ou não, estimulados pela mídia sensacionalista, governos populistas e parte da sociedade desinformada e aterrorizada com a violência, “expõem-se a práticas ilegais e a sistemáticas violações de direitos humanos, inerentes a uma atuação fundada na guerra” (KARAM, 2015, p. 37), com a “banalização da morte que atinge jovens, negros e pobres” (BATISTA, 2003, p. 12). Na construção deste “inimigo” a ser combatido, evidencia-se a seletividade do sistema penal, no qual os jovens de classe média que fazem uso de drogas são considerados doentes, dependentes químicos, e os jovens pobres, criminosos: “a diferenciação no tratamento dado aos jovens pobres e aos jovens ricos, ao lado da aceitação social velada que existe quanto ao consumo de drogas, permite-nos afirmar que o problema do sistema não é a droga em si, mas o controle específico daquela parcela da juventude considerada perigosa” (BATISTA, 2003, p. 134-135).

Do mesmo modo, Scislesky e colegas (2013) apontam que os pobres receberão “tratamento” diverso dos outros segmentos de classe: a submissão do sujeito a um tratamento em comunidades terapêuticas

5 Modelo bélico de enfrentamento às drogas instaurado em 1964, implementado na conjuntura da guerra fria, da doutrina de segurança nacional, com a exploração da figura do inimigo interno, e com a droga como metáfora diabólica contra a civilização cristã (KARAM, 2010).

(AT), repleto de práticas punitivas, disciplinares, religiosas e, por vezes, sem plano terapêutico mínimo. Vale ressaltar que também nesses espaços “terapêuticos”, adolescentes vivem uma situação contraditória de serem submetidos a “tratamento” de saúde, mas, não poucas vezes, obrigados a trabalhar até oito horas diárias, sob a justificativa dessa atividade ser “terapeuticamente relevante, para ‘restabelecer’ a força, a criatividade e a autoestima do interno” (MÉLLO *et al*, 2018, p. 159).

Portanto temos a condição de exploração da força de trabalho de crianças e adolescentes, tanto no tráfico como em espaços que se denominam terapêuticos. Urge a discussão em torno da Convenção OIT n. 182/1999, ratificada no Brasil em 2000, que em seu artigo terceiro sobre as “piores formas de trabalho infantil” apresenta dois tópicos importantes para a discussão que estamos fazendo nesse texto, a saber: “a) **todas as formas de escravidão ou práticas análogas à escravidão**, tais como a venda e tráfico de crianças, a servidão por dívidas e a **condição de servo, e o trabalho forçado ou obrigatório**, inclusive o recrutamento forçado ou obrigatório de crianças para serem utilizadas em conflitos armados; “c) a utilização, recrutamento ou a oferta de crianças/adolescentes para a realização de atividades ilícitas, em particular a produção e o tráfico de entorpecentes” (BRASIL, 2000, s/p., grifos do autor).

Em síntese, neste circuito predominam ainda as lógicas de limitação de liberdades e não as das redes de cuidado nas articulações entre os sistemas de justiça, assistência e de saúde. A interface perversa entre saúde e justiça vem ocupar uma lacuna das políticas públicas de atenção ao usuário de álcool e outras drogas, especialmente quando o uso ocorre na infância ou na adolescência. Especialmente quando imputada sob ordem judicial, a internação resulta em segregação prolongada e repetida de crianças e adolescentes, recobrando complexas demandas sob a chancela da “dependência química”, fortalecendo as funções asilares e coercitivas da internação psiquiátrica e dificultando a ampliação das redes de cuidado.

Caso 2: Adolescentes em situação de rua ou ameaçados no seu território

Thadeu, 17 anos, mora com a mãe e três irmãos em condições precárias num bairro da periferia de São Paulo. Há dois anos faz um uso intenso de crack e já não frequenta mais a escola e, desta forma, a mãe já não recebe o bolsa família. Vivem de trabalho esporádico da mãe e do apoio dos “irmãos” da Igreja. Pela manhã, Thadeu cata latas para vender ou mendiga na frente da padaria do bairro para comprar pedra e maconha. Usa o crack durante o dia, sozinho, no beco onde vivem, onde não é visto. Depois, fuma maconha e, esgotado, consegue comer e dormir. Magro e debilitado, viveu recentemente a segunda internação num hospital. Para a mãe, a internação é também necessária porque ela teme que ele possa ser morto em função dos pequenos furtos que praticou na comunidade. A equipe do Centro de Atenção Psicossocial Infantojuvenil (CAPSIJ), que é serviço gestor do cuidado, acompanha a internação e, em seguida, constrói a acolhida noturna em um CAPSIJ III e a preparação do seu encaminhamento para uma moradia transitória, a Unidade de Acolhimento Infanto-juvenil (UAI) que é feita até o momento com sucesso (VICENTIN, 2017, p. 07).

Adolescentes em situação de rua chegam à internação psiquiátrica, via de regra, marcados pela urgência de seu afastamento da rua: em razão de um padrão de consumo “letal”, por ameaças de morte, ou mesmo como “prevenção” à sua permanência nas ruas. Nestes contextos, o uso de drogas não pode ser desvinculado de seu imbricamento aos próprios circuitos da rua e às funções que a droga pode cumprir (apaciar a fome, o frio, amenizar as formas de violência, como experiência lúdica para angariar modos outros de pertencimento). As demandas destes adolescentes se relacionam com contextos complexos e multifacetados da pobreza que extrapolam as questões em torno do consumo da droga. Se podemos admitir, por um lado, que a internação assume um lugar de suspensão, de descontinuidade a certos circuitos “mortíferos” e

“violentos” da rua, essencial à garantia dos direitos e proteção destes jovens, de outro lado, é necessário interrogar a centralidade que a droga em geral ocupa na internação, ao se tornar a “dependência química” a finalidade da intervenção e a saída das ruas *conditio sine qua non* para o “tratamento”, invisibilizando ou reduzindo a complexidade implicada nas rupturas com os contextos comunitários e familiares (JOIA, 2014).

Cabe sinalizar, no entanto, como vimos no caso Thadeu, que há uma proposta de atenção direcionada a pessoas em situação de rua e usuárias de drogas no âmbito da Saúde Mental, um serviço de caráter residencial temporário que pretende, a um só tempo, operar como promotor de cuidados e como mecanismo de proteção social: as Unidades de Acolhimento (UA). No caso de crianças e adolescentes, a Unidade de Acolhimento Infanto-juvenil (UAI), serviço ligado a um Centro de Atenção Psicossocial Infanto-juvenil (CAPS IJ) ou Álcool e outras Drogas (CAPS AD) e destinado a crianças a partir de 10 anos e adolescentes usuários de substâncias psicoativas (BRASIL, 2012). Seu caráter residencial e aberto, em nada parecido com os complexos hospitalares, privilegia as potencialidades dos agenciamentos territoriais na produção de cuidado, ao mesmo tempo em que preserva a convivência familiar e comunitária ao não restringir a circulação das crianças e adolescentes (BRASIL, 2012). Além disto, seu caráter é voluntário.

No entanto, essas características não devem servir de justificativa para que as UAIs passem a substituir os Serviços de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes (SAICAs)⁶; ao contrário, é necessário um trabalho conjunto entre os dois serviços, de modo que as especificidades de cuidado intensivo do primeiro e as de segurança social do segundo se complementem. Interessa-nos destacar um aspecto em particular que

⁶ Os SAICAs substituem antigos orfanatos e abrigos e suas diretrizes são definidas pela política de Assistência Social de forma a priorizar a convivência familiar e comunitária. Tal política orienta a não implantação de SAICAs especializados, na medida em que estes separariam irmãos e fortaleceriam estigmas (BRASIL, 2009).

diferencia esse modelo de atenção da internação psiquiátrica: seu caráter voluntário. Ainda que a criança ou o adolescente seja encaminhado à UAI a partir de uma avaliação psicossocial realizada pelo CAPS IJ, e mesmo que tal indicação tenha origem judicial, é prerrogativa do serviço que a sua inclusão e permanência seja voluntária; ou seja, é possível que o adolescente recuse este tipo de cuidado. Assim, a condução da situação pela equipe responsável pelo atendimento deve buscar desconstruir continuamente a compulsoriedade da atenção, privilegiando uma posição de escuta e negociação com os adolescentes sobre o projeto terapêutico singular. A liberdade de ir e vir do adolescente, bem como a supremacia do cuidado em rede no território, são preservadas (OLIVEIRA, 2015).

A proposição da UAI exige uma mudança significativa no modo de conceber e fazer o acompanhamento e a proteção de adolescentes que fazem uso de substâncias psicoativas, dado que seu funcionamento pressupõe uma abertura e depende da mobilização da rede de atenção mais ampla frente às complexidades e às vulnerabilidades que atravessam tais casos. Em suma, o caráter voluntário do serviço convoca a pensar criticamente as compulsoriedades, mas também a refletir em torno da autonomia, da corresponsabilidade e dos graus de liberdade que estão em jogo no cuidado e proteção de crianças e adolescentes que fazem uso de substâncias. A voluntariedade não exime da responsabilidade de cuidar, pelo contrário, revela a complexidade que envolve o cuidado e a necessidade de se realizar ações coletivas, pactuadas permanentemente e integradas com outras instâncias da rede.

Tal integração entre as políticas públicas, no que tange ao SUS, exige necessariamente o aceleração da ampliação e qualificação das Redes de Atenção Psicossociais (RAPS) (BRASIL, 2011): seus serviços, equipes e recursos substitutivos à lógica manicomial, como os CAPS AD ou as Unidades de Acolhimento. “A saúde integral é composta e promovida por inúmeros elementos, destacando-se o acesso à educação, ao lazer,

ao esporte, à habitação, à cultura etc. Esses fatores são estruturantes e condicionantes para a abordagem de novos projetos de vida das pessoas, inclusive daquelas que demandam cuidados específicos em saúde” (BRASIL, 2014). Trata-se de tarefa complexa, exigindo a implementação de tecnologias que qualifiquem os encontros entre diferentes serviços, especialidades e saberes (MERHY *et al*, 2014, p. 155). Nesta situação, vemos a disposição do cuidado em rede produzir espaços de proteção e de vida.

Caso 3: Cenas da rua e as controvérsias das instituições de “cuidado” em saúde mental

No trabalho realizado com crianças e adolescentes em situação de rua os que usam drogas são tidos como os mais difíceis de trabalhar. Já vi técnicos pegarem da mão deles a garrafa de “thinner” para jogar no lixo e eles ficarem agressivos e a pegarem de volta. A mamadeira de “thinner” fica todo o tempo nas mãos deles. Eles chamam de mamadeira. Às vezes é a única coisa que eles têm na rua. Se alguém roubar a mamadeira tem confusão. Mas as equipes não permitem que participem das atividades com a garrafa. Por outro lado, quando eles têm que fazer o que chamam de “desintoxicação” em serviço de saúde, ficam ainda mais “drogados” que na rua. É tanto remédio que eles nem conseguem olhar direito pra gente. Difícil às vezes pensar onde eles usam mais drogas, se na rua ou no serviço de saúde. A grande diferença é que umas são condenadas e as outras são prescritas (Síntese de relatos de estagiárias de Psicologia em reuniões de Supervisão de Estágio).

Muitas vezes, a criminalização da pobreza e o pânico moral relacionado ao consumo de drogas, engendrados por uma política de “guerra às drogas”, justificam as intervenções relacionadas ao controle de práticas tidas como inadequadas e legitimam ações violentas travestidas de práticas de “cuidado”, inclusive dentro de serviços de saúde. O uso

desenfreado de psicofármacos nas emergências psiquiátricas e em serviços do tipo CAPS pode ser considerado um exemplo dessas práticas violentas e ilustra a exitosa parceria entre a psiquiatria e a indústria farmacêutica na medicalização do sofrimento psíquico (FREITAS; AMARANTE, 2015). Afirma-se, com essas práticas, que as drogas prescritas podem (e devem) ser utilizadas e as drogas não prescritas e ilícitas devem ser exterminadas (assim como as pessoas que as utilizam), em uma tentativa de controlar os ditos “incontroláveis”: aqueles que perambulam pelas ruas como ameaça, dispostos a cometer qualquer delito para conseguir drogas. Aqui, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) parece ser utilizado para proteção social, mas não das crianças e adolescentes em questão, mas das outras pessoas que as julgam “perigosas”.

A “desintoxicação” pela medicação segue no topo das expectativas de êxito no tratamento para os problemas relacionados ao consumo de drogas também no atendimento a crianças e adolescentes. Tido como uma prática capaz de purificar quem está em tratamento e livrar a pessoa do “grande mal”, o uso dos psicofármacos expressa um repertório usual de práticas de tratamento que localizam no corpo a sede de todos os males, legitimando o uso de medicamentos na prática psiquiátrica (MORAES, 2008).

Sejam as drogas como alimento (a mamadeira) ou o “desmame” dos medicamentos prescritos, parece que temos muitas dificuldades em compreender quais os modos de viver que estamos “alimentando” cotidianamente em nossas práticas profissionais.

Nesse sentido, a necessidade de integração entre as políticas do SUS e do SUAS é indispensável, tendo em vista, especialmente, que os mesmos sujeitos percorrem vários pontos das Redes de Atenção e são sistematicamente acompanhados geralmente por um serviço de assistência social, que pode ofertar informações relevantes sobre as histórias de vida dessas crianças e adolescentes nos atendimentos

pontuais em emergências psiquiátricas ou mesmo nos CAPS que aceitam internações compulsórias. É necessário, portanto, superar as barreiras que dificultam e, às vezes, impedem os diálogos entre essas equipes, não só para tornar possível um posicionamento crítico sobre a primazia dos psicofármacos nos serviços de saúde e a demonização do consumo de drogas não prescritas, mas para tornar conhecido e devidamente utilizado o ECA em todos os pontos dessas redes.

Considerações finais

A ampliação da segurança de crianças e adolescentes (bem como a de toda a sociedade) está relacionada ao direito de ter direitos, mas também à forma de trabalhar que se assenta no compartilhamento de experiências e posições (equipes, adolescentes, famílias etc.), para traçar caminhos coletivamente pactuados em cada situação singular.

A ampliação da segurança também está relacionada ao debate em relação às margens do tolerável, ou, mais especificamente, em relação ao quanto políticas de saúde e de assistência, sistema de justiça e outras políticas podem se direcionar não ao combate às drogas e sim a potencializar a vida de crianças e adolescentes, diversificando suas formas de prazer e apostando nas possibilidades de que esses jovens possam regular seus prazeres com apoio de estratégias de Redução de Danos, quando necessário. Soares (1993) nos coloca algumas questões importantes que poderiam ampliar o debate sobre o uso de drogas, a começar pelo questionamento sobre os motivos pelos quais a sociedade julga que certo uso deve ser considerado ilegal. Em outras palavras por que consideramos alguns usos legais e outros ilegais? Quais seriam os critérios para isso? Talvez a pergunta principal seja: em que, tornar o uso de certa droga ilegal, ajuda a nossa convivência societária?

Compreender e implementar os princípios da redução de danos

nos serviços e práticas de cuidado que envolvam pessoas que usam substâncias psicoativas implica superar a supervalorização dos saberes técnicos em detrimento dos trazidos pelas pessoas atendidas (MORAES *et al*, 2015), especialmente as crianças e os adolescentes, sobre as quais incidem muito mais práticas de tutela que pautadas na garantia de direitos.

Se a droga é potência produtiva ou antiprodutiva, mortífera ou vital, prazerosa ou destrutiva, dependerá da qualidade de encontros que se processarão entre ela, as pessoas e as montagens sociais. Eis o problema que a droga impõe: a qualidade de quaisquer dos nossos encontros poderá ser letal ou vital. Ou seja, um dos maiores desafios humanos é tornar a própria vida vital antes da morte. Não está no uso da droga, muitas vezes, um desejo de tornar a vida vital?

Cabe ao fim do texto retomar a “ética do cuidado”: esta não impõe pré-requisitos para se efetivar (“só venha falar comigo quando estiver limpo”; “só poderá ser acompanhado se topar se abster”; “só te acolho de você fizer o que eu estou dizendo”). A resistência que propomos, diante do quadro que expusemos, tanto em relação às políticas de atendimento a crianças e adolescentes que, por consequência, advém de fascismos cotidianos vividos nos serviços e também nas formas de governo do nosso país, está na vivência do cuidado. Tornar o cuidado política. Cuidar da sua vida e cuidar da vida dos outros, não para iludir que não há sofrimentos ou que eles podem ser absolutamente evitados, mas para, de modo solidário, articular modos de conviver com nossas dores. Sempre haverá prazeres e dores na vida vivida dos nossos desejos e convivência com outros. A arte da vida está na insistência dessa convivência na liberdade. Cuidar de si é estranhar-se sempre apostando que somos capazes de viver coisas diferentes, e os outros também. Cuidar de si como critério para cuidar de outros, portanto, exige que mudemos sempre, que sejamos francos conosco e com o outro. Desconstruir as verdades que impedem o

cuidado do outro, resistir e ir ao embate, expondo as políticas que visam a morte de adolescentes e crianças. Cuidar, para nós, é acompanhar o outro para que ele descubra os modos como vai regular seus prazeres para não serem “mortíferos”. Não é impor uma verdade universal, mas construir um projeto terapêutico singular às pessoas singulares com suas dores e prazeres singulares. São essas as resistências de cuidado que precisam ser construídas. Vendo o outro menos com os olhos virtuosos de julgamentos e mais como potências criativas a serem disparadas, vendo esses meninos e meninas como adolescentes, como crianças e não como “viciados”, como no poema abaixo:

[...]

- Tu tomasse tua mamadeira toda, menino?

Olha, tu trata de se alimentar direito, porque hoje nem farinha tem.

- Vem cá, e na rua tem comida desde quando? Tu tais delirando.

Mamadeira de tinner pro menino matar a fome - mame, meu filho.

Agarra nesse peito de borracha, porque aqui a amamentação é exclusiva e tu ainda é bebê.

- Bebê coisa nenhuma!

[...]

- Se tu jogar eu te dou meu prato.

- Pois tu fica com ele, que minha mamadeira eu num largo [inala].

- Eu prefiro não comer [disse um deles].

- Não se nega comida nem a cachorro [disse outro na mesma hora].

[...]

- Toma esse lápis, vai que tu queira me mostrar.

- Minha mão tá ocupada [inala].

- Pode pintar com a garrafa.

Ei, tu pode pintar com a garrafa!

- Eu sei desenhar com esse lápis.

[...]

- Agora traz esse pandeiro aqui.

Tu dança? Eu danço.

- Tá me dando uma tontura, moço.

[com mãos vazias]

- Eu lembrei que sou criança!

Ei...

Eu lembrei que eu sou criança!

(Fragmentos de uma praça - Camilla de Melo)

Referências Bibliográficas

ASSIS, Daniel A. **Risco social e saúde mental como argumento para o encarceramento de crianças e adolescentes**. Dissertação (Mestrado) - Mestrado Profissional em Adolescentes em Conflito com a Lei, Univerisdade Bandeirante de São Paulo, São Paulo, 2012.

BATISTA, Vera M. **Difíceis ganhos fáceis: drogas e juventude pobre no Rio de Janeiro**. 2. ed. Rio de Janeiro: Instituto Carioca de Criminologia, Revan, 2003.

BIRMAN, J. Dionísios desencantados. In: INEM, C. L.; ACSELRAD, G. (Orgs.). **Drogas: uma visão contemporânea**. Rio de Janeiro: Imago, 1993.

BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. Decreto nº 3597, de 12 de setembro de 2000. Promulga Convenção 182 e a Recomendação 190 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre a Proibição das Piores Formas de Trabalho Infantil e a Ação Imediata para sua Eliminação, concluídas em Genebra, em 17 de junho de 1999. **Lei 3.597**. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 13 set. 2000. Seção 1, p. 4. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2000/decreto-3597-12-setembro-2000-371954-publicacaooriginal-1-pe.html>>.

_____. Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona

o modelo assistencial em saúde mental. **Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001**. Brasília, DF: Presidência da República, 2001.

_____. **A Política do Ministério da Saúde para atenção integral a usuários de álcool e outras drogas**. Brasília: Ministério da Saúde, 2003.

_____. Lei nº 11.343, 23 de agosto de 2006. Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências. **Lei de Tóxicos - Lei 11343/06**. Brasília, DF: Presidência da República, 2006.

_____. Secretaria de Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente. **Levantamento Nacional do Atendimento Socioeducativo ao Adolescente em Conflito com a Lei**. Brasília, DF: Presidência da República, 2009. Disponível em: <http://www.obscriancaeadolescente.org.br/observatorio/pesquisas/index.php?pg=pesquisa&id_submenu=148&id_categoria=2>.

_____. **Lei nº 12.010, de 03 de agosto de 2009**. BRASÍLIA, DF: Presidência da República, 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12010.htm>. Acesso em: 23 mai. 2016.

_____. Ministério da Saúde. Portaria nº 3.088, de 23 de dezembro de 2011. Institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). **Portaria nº 3.088, de 23 de dezembro de 2011**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2011.

_____. Ministério da Saúde. Portaria nº 121, de 25 de Janeiro de 2012. Institui a Unidade de Acolhimento para pessoas com necessidades decorrentes do uso de Crack, Álcool e Outras Drogas no componente de atenção residencial de caráter transitório da Rede de Atenção Psicossocial. **Portaria nº 121, de 25 de Janeiro de 2012**. Brasília, DF: Ministério da

Saúde, 2012.

_____. **Atenção psicossocial a crianças e adolescentes no SUS: tecendo redes para garantir direitos**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2014.

CAPONI, Sandra. **Loucos e Degenerados: uma genealogia da psiquiatria ampliada**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2012.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ). **Panorama Nacional das Medidas Socioeducativas de Internação**. Brasília, DF: Conselho Nacional de Justiça, 2012.

CUNDA, M. **As tramas empedradas de uma psicopatologia juvenil**. Dissertação de (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: história da violência nas prisões**. Petrópolis: Vozes, 1977.

_____. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. **O poder psiquiátrico**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

_____. **Segurança, território, população**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. **A hermenêutica do sujeito**. São Paulo: Martins Fontes, 2010

_____. **A coragem da verdade**. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

FREITAS, F.; AMARANTE, P. **Medicalização em Psiquiatria**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2015.

GRILLO, Carolina C.; POLICARPO, Frederico; VERISSIMO, Marcos. A “dura” e o “desenrolo”: efeitos práticos da Nova Lei de Drogas no Rio de Janeiro. **Revista de Sociologia e Política**, v. 19, n. 40, p. 135-148, 2011.

JOIA, Julia H. **As tóxicas tramas da abstinência: compulsoriedades nas internações psiquiátricas de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social**. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós Graduação em Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2014.

KARAM, Maria Lucia. **Drogas: legislação brasileira e violação a direitos fundamentais**. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <<http://www>.

leapbrasil.com.br/textos>. Acesso em: 7 jun 2017.

_____. Drogas: além da descriminalização do consumo. 2015. Disponível em: <<http://www.leapbrasil.com.br/textos>>. Acesso em: 7 jun 2016.

LEONARDIS, Ota de. Estatuto y figuras de la peligrosidad social: entre psiquiatria reformada y sistema penal: notas sociológicas. **Revista de Ciencias Penales**, Montevideo, n. 4, p. 429-449, 1998.

LIMA-SILVA, F. F. Por uma clínica menor com pessoas que usam drogas: atalhos e desvios na contemporaneidade. In: SOUZA A. C. *et al.* **Entre pedras e fissuras**: a construção da atenção psicossocial de usuários de drogas no Brasil. São Paulo: Hucetec, 2016.

MALLART, Fábio; RUI, Taniele. Por uma etnografia das transversalidades urbanas: entre o mundão e os dispositivos de controle. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 39., 2015, Caxambu. **Anais...** Caxambu: Anpocs, 2015. 14p. Disponível em: <<http://www.anpocs.com/index.php/papers-39-encontro/gt/gt34/9763-por-uma-etnografia-das-transversalidades-urbanas-entre-o-mundao-e-os-dispositivos-de-controle/file>>.

MÉLLO, Ricardo Pimentel; MOURA, Morgana; GALINDO, Dolores. Atendimento terapêutico ou modelos que confinam? Comunidades terapêuticas em xeque. **Mnemosine**, v. 14, n. 1, p. 149-166, 2018.

MERHY, Emerson *et al.* Redes Vivas: multiplicidades girando as existências, sinais da rua. Implicações para a produção do cuidado e a produção do conhecimento em saúde. **Divulgação em saúde para debate**, n. 52, Rio de Janeiro, out. 2014. Disponível em: <<http://cebes.org.br/site/wp-content/uploads/2014/12/Divulgacao-52.pdf>>. Acesso em: 6 maio 2015.

MORAES, Maristela. O modelo de atenção integral à saúde para tratamento de problemas decorrentes do uso de álcool e outras drogas: percepções de usuários, acompanhantes e profissionais. **Ciência e saúde coletiva**, v. 13, n. 1, p. 121-133, 2008.

MORAES, Maristela *et al.* Los retos de la reducción de daños como política pública de drogas en Brasil. **Psicologia em Pesquisa**, Juiz de Fora, v. 9, n. 2, p. 148-158, dez. 2015.

OLIVEIRA, Adriano. **“Os recusados”**: uma experiência de moradia transitória infanto-juvenil no campo da Saúde Mental. 128 p. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015.

REIS, Carolina. **(Falência familiar)+(Uso de drogas) = risco e periculosidade**: a naturalização jurídica e psicológica de jovens com medida de internação compulsória. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

SOARES, L. E. A política de “drogas” na agenda democrática do século XXI. In: BASTOS, F.I.; GONÇALVES, O. D. **Drogas, é legal?** Um debate autorizado. Rio de Janeiro: Imago/Instituto Goethe, 1993.

SCISLESKI, Andrea C.; MARASCHIN, Cleci. Internação psiquiátrica e ordem judicial: saberes e poderes sobre adolescentes usuários de drogas ilícitas. **Psicologia em Estudo**, Maringá-PR, v. 13, n. 3, p. 457-465, jul./set. 2008.

SCISLESKI, Andrea C; SILVA, J.; GALEANO, G.; CAETANO, C.; BRUNO, B. Polícias de saúde: quem tem medo de usuários de drogas? **Revista Polis e Psique**, v. 3, n. 3, p. 106-124, 2013.

VICENTIN, Maria Cristina G. **Crianças e adolescentes nos circuitos da saúde e da justiça**: tensões entre cuidado e segurança. Relatório parcial de pesquisa CNPq (2016-2018). São Paulo, PUC-SP, 2017. Mimeo.

A complexidade das intervenções: adolescentes, saúde mental e rede pública de saúde

Raquel Alencar Barreira Rolim
Karla Patrícia Holanda Martins

As ideias abordadas neste artigo foram expostas e debatidas na mesa “Políticas públicas de acompanhamento psicológico/psiquiátrico para adolescentes” durante o VII Encontro do JUBRA, em 2017. Apoiam-se também na pesquisa¹ de pós-doutorado que analisou o funcionamento de alguns dispositivos de saúde mental que atendem jovens de 12 a 18 anos de idade no Município de Fortaleza. O referido estudo viabilizou um rico material com potenciais de exploração acerca das propostas de atenção à saúde mental e suas possibilidades de aplicação, considerando que “[...] há ainda um significativo hiato a ser recoberto quanto ao desenvolvimento de modalidades de intervenção para o cuidado à saúde mental de crianças e adolescentes que sejam aplicáveis a diferentes contextos”. (VENTURA COUTO, 2008, p. 386).

As recomendações do Fórum Nacional de Saúde Mental postulam que a Política de Atenção em Saúde Mental para os Adolescentes necessita realizar uma interface com outras políticas públicas, como ações sociais, direitos humanos, justiça, educação, cultura e outras. Sem dúvida, existe urgência em tratar os casos de jovens em sofrimento psíquico, de maneira pluridisciplinar, incorporando ações que ultrapassem a tendência de classificações institucionais, muitas das quais baseadas em diagnósticos precoces, sob a rubrica “Transtornos Mentais”.

¹ Pesquisa de pós-doutorado realizada em 2017 intitulada “Psicopatologia na adolescência - diagnóstico, tratamento e hospitalização”, financiada pelos órgãos de fomento FUNCAP/CNPq. Processo Nº: DCR – 0024-00647.01.00/13.

No contexto de diferentes países, é evidente uma marca da defasagem entre a necessidade de atenção em saúde mental para crianças e adolescentes e a oferta de uma rede de serviços capaz de responder por ela. Esta defasagem está presente em nações de todas as regiões do mundo, independente de seus níveis econômicos e de distribuição de renda, mas é especialmente significativa no grupo de países em desenvolvimento. (VENTURA COUTO, 2008, p. 391).

A atenção à saúde mental de crianças e adolescentes constitui um direito de natureza fundamental, considerando-se que essa população está em condição peculiar de desenvolvimento e que a sua proteção envolve diuturnamente a atuação dos integrantes do Sistema de Garantias de Direitos. O Sistema de Garantias de Direitos desta população é formado por conselhos tutelares, varas da infância e juventude, Defensoria Pública e Ministério Público. Neste sentido, deve-se observar o estabelecido no Código Civil Brasileiro, que determina a capacidade jurídica das pessoas, no Estatuto da Criança e do Adolescente, estabelecendo as particularidades e especificidades que devem ser respeitadas no atendimento desta população, para então serem aplicadas as leis que regem a internação psiquiátrica no Brasil, determinando os aspectos médicos e jurídicos das diversas modalidades de internação, num exercício de integração sistêmica destas três esferas.

Outro dado importante na análise de Políticas Públicas Brasileiras de Saúde Mental para jovens é a incorporação dos estudos e pesquisas contemporâneos, de caráter científico, que indicam pontos polêmicos, tais como a institucionalização dos pacientes, a *patologização* do sujeito e, em consequência, a *medicalização* como prática prioritária terapêutica (JERUSALINSKY; FENDRIK, 2011; MARTINS; ROLIM; SIMÃO; PARENTE JÚNIOR, 2017).

As determinações da Lei 10.216/01 e a III Conferência Nacional de Saúde Mental, apontam a necessidade de estender mais eficazmente as iniciativas da reforma psiquiátrica à população infantojuvenil. A prática de pesquisa reforça a necessidade de avançar o debate no que tange ao

atendimento proposto aos adolescentes com necessidades de cuidados psicológicos e psiquiátricos. É o caso de se aliar experiência empírica com informações oriundas de trabalhos dedicados ao tema.

O campo empírico de observação dirige-se a jovens que necessitam de um acompanhamento psiquiátrico por apresentarem em termos estruturais uma fragilidade psíquica de base. É importante ressaltar que o sujeito na adolescência reedita processos da infância e reelabora sua subjetividade, o que traz “influxos” consideráveis em sua trajetória ligada à saúde mental.

Nos serviços de atendimento, observamos jovens externarem, por exemplo, preocupações e sofrimento psíquico com suas bruscas mudanças corporais, com as dificuldades relativas ao laço social, com o agravo de serem pouco ou nada ouvidos, no que tange às aflições próprias da adolescência.

A aproximação com os jovens e suas famílias foi feita por intermédio do uso de entrevistas semi-estruturadas e conversas informais, realizadas nos espaços da sala de espera, nos arredores do serviço ambulatorial (área externa), assim como na brinquedoteca do hospital. Estratégias metodológicas foram pensadas (tais como brincadeiras, jogos, grupo de debates), visando estabelecer vínculos de confiança ora junto aos pacientes, ora junto às famílias. Formas de contato que priorizaram conhecer os usuários do serviço ambulatorial em um momento onde existe menor tensão e ansiedade, se comparado à situação de consulta médica ou psicológica. Conseguimos, portanto, perceber dois pontos principais a serem abordados: 1) O que se sabe sobre o filho; 2) O que se deveria saber, ou, ao menos, questionar sobre seu desenvolvimento.

A sala de espera do serviço revelou-se um local importante de observação. Nela, pacientes e acompanhantes (familiares e/ou responsáveis) foram escutados, com o objetivo de promover um espaço de exteriorização de suas angústias, possibilitando, assim, uma profícua

compreensão dos contextos de sofrimento psíquico. Ao longo dos meses de trabalho, percebemos, como bem salienta Bernardino (2011), que é imprescindível viabilizar, mediante nossa escuta, o lugar dos pacientes como sujeitos desejantes, de modo que não lhes reste, tão somente, a condição de objeto, consequência, muitas vezes, da sustentação de um diagnóstico prematuro que constrange e, por vezes, impede processos importantes de subjetivação (MARTINS; ROLIM; SIMÃO; PARENTE JÚNIOR, 2017). A escuta dos acompanhantes permite, muitas vezes, compreender a dinâmica da família dos pacientes e questionar o funcionamento desses pacientes para além das psicopatologias tão evocadas, no grupo de debate com os pais, pelos participantes. Constatamos que o trabalho de escuta dos acompanhantes traz muitos benefícios para os pacientes, colocando-os no centro da situação, de forma que somos ora porta-vozes, ora mediadores da relação do paciente com seu acompanhante.

A maioria dos serviços de saúde mental separa os grupos de pacientes por psicopatologias, o que transforma uma característica de conduta, que pode ser episódica, em um traço de personalidade. É uma modalidade de intervenção institucional que não traz qualquer possibilidade de subjetivação. Ao contrário, o diagnóstico pressupõe um modo de conduta padronizado, designado a ser categórico, sem grandes margens de variações. Nos corredores dos serviços de saúde mental, é comum se presenciarem trocas de informações sobre os remédios e funcionamentos esperados de cura, por parte das famílias. É possível escutar indagações do tipo “[...] quando foi que ele parou de ficar violento?”, feitas por parte da mãe que vê o filho de outra e o percebe mais calmo do que o seu. “Quando o remédio fizer efeito [...]” - responde a outra, com sensação de haver resolvido o problema². As idades, visivelmente, importam menos, e a subjetividade (ou singularidade) de cada caso parece ser de mínima importância.

² Muitos outros exemplos foram debatidos no Relatório de Pós-doutorado “Psicopatologia na adolescência - diagnóstico, tratamento e hospitalização”, 2017.

Breve mostra sobre a delimitação das faixas etárias é relevante para o aprofundamento do assunto. Segundo a Organização Mundial da Saúde, a faixa etária que corresponde à adolescência é de 10 a 20 anos incompletos. Para o Estatuto da Criança e do Adolescente, a adolescência compreende o período de 12 a 18 anos de idade, diferente, ainda, do marco para a Psicologia, que pensa a adolescência como um período em que as condutas definem a saída da infância ou entrada na vida adulta. Observa-se, no entanto, entre as diversas sociedades e culturas, grande diferença quanto ao término da adolescência, embora, no que se refere ao início, haja pouca variação. Essa marcação entre a infância e a adolescência em muitos dispositivos de saúde é pouco refletida. Aqui vale retomar o argumento de Castro Neves (2004), quando pontua a falta de um olhar diferenciado para os adolescentes, afastando-os dos dispositivos de saúde.

[...] tanto por parte das instituições como dos profissionais, não parece existir afinidade com as expectativas e necessidades dos adolescentes, gerando constrangimento e o conseqüente afastamento do paciente do serviço.[...] Falta de privacidade, instalações inadequadas, ambientes em que se misturam as mais diversas faixas etárias, decorações infantis, macas de tamanho pequeno. (CASTRO NEVES, 2004, p. 39).

Castro Neves (2004) preocupa-se com a inadequação de profissionais e serviços de pediatria para o atendimento de jovens. Argumenta o autor sobre a importância de um ambiente adequado de acolhimento, com profissionais capacitados e experientes na condição de empatia com adolescentes. A referida situação se intensifica no que se refere aos serviços de saúde mental. A nomenclatura dos CAPs – infantil, adulto, álcool e drogas – ilustra esse não lugar da adolescência.

Em 2004, foram criados e implementados serviços de saúde de base territorial por meio dos equipamentos: CAPSi, ambulatórios ampliados, residências terapêuticas, moradias assistidas, casas-lares. Foi observado, com o suporte de entrevistas e conversas informais com equipes de atendimento aos jovens nesses dispositivos, a valorização massiva

da capacitação quanto ao domínio da psicopatologia do sujeito, em detrimento dos processos relativos aos tempos de sua constituição e às especificidades dos mesmos. As teorias do desenvolvimento já indicaram relações importantes entre os processos de subjetivação na adolescência e a dimensão do cotidiano, do laço social e da grupalidade.

Essa realidade leva os jovens a serem atendidos ora no serviço de adultos, ora no de crianças, segundo critérios definidos de maneira pouco refletida pela equipe. Por que, no entanto, reivindicar projetos e dispositivos de atendimento que considerem essas especificidades?

A clínica do adolescente e suas especificidades

O interesse pelos adolescentes foi alvo de mudanças históricas, tendo como importante marco a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que porta os preceitos dos documentos internacionais³.

Na obra de Freud não há registro da diferença entre adolescência e puberdade, mas engloba, neste último termo, as transformações corporais e psíquicas desse período da vida. No texto *Três Ensaios sobre a Sexualidade* (1905), ele aponta como o trabalho psíquico mais importante (e doloroso) da época da puberdade, o desligamento da autoridade dos pais, dando um certo caráter de crise à adolescência.

Kestenberg (1959) nos lembra que a adolescência é um tempo organizador e necessário, no qual as transformações corporais e a confrontação sexual remetem a mudanças na economia psíquica. É um movimento necessário que leva a uma restrição “feliz ou mórbida” da personalidade, mas que não é em si patológica. Mesmo não sendo em si

3 De fato, o desenvolvimento de legislações para a criança e o adolescente, no contexto nacional, acompanha a evolução dos debates internacionais, partindo da Declaração de Genebra de 1924, passando pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948, e por outros compromissos firmados mundialmente (Organização das Nações Unidas – ONU, 1990, por exemplo). Conforme o Art. 2º do ECA é classificado como adolescente toda pessoa com idade de 12 a 18 anos.

patológica, no entanto, as mutações e crises sofridas em decorrência da adolescência podem provocar um funcionamento patológico do sujeito, questão já lembrada por Françoise Dolto (1988).

Independentemente de considerar a adolescência uma crise, uma passagem ou uma mutação, a clínica da psicopatologia mostra a sua dimensão paradoxal e seu poder estruturante. Se, por um lado, essa fase pode potencializar o desenvolvimento de uma crise destrutiva, ela pode também, de outra parte, estruturar a passagem da infância à idade adulta, pois, revivendo processos vivenciados na infância, estes podem ser reeditados e organizados para a nova etapa de vida do sujeito. Male (1982) considera a adolescência como o segundo nascimento, ou seja, momento no qual os complexos de castração, de intrusão, a relação edípica e a vinculação com o outro, de modo geral, são repensados e reajustados. Diante das mudanças corporais e da diversificação da sua relação com os outros, caberá ao adolescente construir formas de responsabilização singulares representativas de seu posicionamento no mundo. A adolescência não permitirá dar sequência ao recurso de se utilizar sempre do outro parental diante dos desafios colocados pela relação com os outros e com sua própria experiência corporal. Neste percurso, a autoridade frente a qual se posicionavam se relativiza e os velhos ideais vacilam, possibilitando um importante deslocamento da alienação à responsabilidade por sua posição de sujeito. Essa é uma das direções propostas por Lacan (2003[1974]) ao associar a adolescência ao despertar, à construção de um lugar outro no mundo a partir de novos recursos simbólicos.

Portanto, existe um caráter de necessidade de aprendizado, de não defesa, de desamparo dos adolescentes nesse estágio de elaboração ou reelaboração de identidade. Uma reflexão sobre o problema com base nas categorias da Psicanálise, incluindo também outros aportes teóricos de especialistas, é, assim, fundamental para romper com a associação

naturalizada, muitas vezes, feita entre adolescência e transtorno mental. (BARREIRA ROLIM, 2012).

Assim expresso, o que podemos identificar como algo a ser ainda trabalhado é quanto ao atendimento, acolhimento e cuidado voltados à especificidade do adolescente. Considerando sua estrutura psíquica nesse momento de mutação, trazemos à pauta uma reflexão sobre a atenção à saúde mental e ao tipo de acompanhamento psicopatológico do paciente. A referência diz respeito à necessidade de privacidade, valorização da autonomia e singularidade (que não são aspectos que estão previstos nos outros atendimentos) e interlocução com elementos da cultura. Esta reflexão é pouco ou nada considerada nos serviços que cuidam da saúde mental.

No ambulatório hospitalar, por exemplo, é bastante comum os pais entrarem no consultório médico aproveitando que o filho está em uma atividade de grupo, para assim poderem falar com tranquilidade. Certa vez, uma estagiária de Psicologia relatou seu incômodo ao ser convocada por um médico-residente a “distrair” o paciente enquanto a mãe iria à farmácia adquirir um remédio que o profissional tinha acabado de prometer ao jovem que não seria mais prescrito. Como estabelecer um elo de confiança com o adolescente diante de tais atitudes? Onde está o respeito à solicitação do paciente de não mais tomar o remédio? Por que tal pedido? Que escuta é prestada à verdade contida na fala do paciente?

Experiência com um grupo de adolescentes⁴

É fundamental que todos os componentes da equipe de Saúde da Família ou da Unidade Básica estejam sensibilizados e familiarizados com o “jeito” adolescente” (CASTRO NEVES, 2004, p. 40).

⁴ Os nomes utilizados no relato são todos fictícios, resguardando a identidade dos pacientes.

Certa vez, no grupo de pais realizado em um ambulatório público de um serviço, uma mãe falou a respeito de mudança recente no comportamento do filho (14 anos), considerando ser a violência algo próprio da sua personalidade, diagnosticada como esquizofrênica. Disse ela: - *Eu tirei o Jeovah do futebol porque ele só queria mostrar que era o tal, chutava a canela de todo mundo no jogo. Ele era bom de bola, mas do tamanho dele não dá pra aguentar um chute na canela não, ia acabar quebrando a perna de um. Eu tirei logo ele do clube antes que o professor fosse brigar e ele partisse pra cima do professor também. Agora ele vive só dentro de casa e me atazana o juízo, mas pelo ao menos não vai levar porrada por aí.*

Jeovah, de fato, provocava medo em toda a equipe de saúde, por ter uma estatura grande e, segundo a mãe, comportamento “agressivo”. Quando um estagiário foi passear com ele no jardim, nas dependências do hospital, muitos alertaram sobre o perigo. O estagiário afirmou, ao contrário das expectativas, que a conversa tinha sido a mais franca e desarmada que Jeovah havia mantido até aquele momento, quando se expressou: - “Pra você eu não preciso mostrar minha força, né? Você me respeita!”. A conversa entre os dois versou sobre o respeito e Jeovah “parecia um garoto”, disse o estagiário de Psicologia. Eles estavam desarmados, com a privacidade necessária para um diálogo, em confiança recíproca. Não por acaso, o diálogo foi acerca do respeito, referente a respeitar e ser respeitado, sendo assegurado o sigilo da conversa:

Devem ser garantidos ao adolescente ambiente adequado, privacidade e a oportunidade de, após a entrevista, acompanhado dos pais ou responsáveis, permanecer a sós com o profissional onde o sigilo das informações esteja assegurado (CASTRO NEVES, 2004 p. 41).

Outra mãe no grupo de pais revela que seu filho, Victor, “estava agarrando as meninas” à força na escola e, por este motivo, parou de levá-lo à aula. O pai de uma aluna havia dito que, se ele chegasse perto da filha dele, o mataria. “Como o Victor faz essas coisas sem sentido, não

posso controlar”- disse a mãe. Sobre este paciente, sabemos que Victor dorme na cama da mãe, separada do pai quando o mesmo tinha três anos, por não aguentar mais os problemas do filho diagnosticado com psicose infantil. Visivelmente, Victor precisa falar sobre limites, intimidade e sexualidade, temas estes caros aos adolescentes. Porém, sendo atendida no serviço ambulatorial, a mãe pediu que fosse aumentada a dose dos remédios para que Victor ficasse mais calmo.

Outra, ainda, diz que a filha “é uma criança”, não se interessa por essas coisas de mocinha. Júlia tem 15 anos, tem uma síndrome congênita e foi diagnosticada com esquizofrenia. Enquanto a mãe insiste em expor a falta de cuidados da filha para consigo, esta pede a bolsa de maquiagem e começa a se pintar, a se arrumar. De maneira bastante explícita, Júlia mostra que sua mãe pouco percebeu que ela não é mais tão criança assim.

Com base em alguns relatos de adolescentes, ou de seus pais, em um dos serviços ambulatoriais de Fortaleza- Ceará, foi constatado que seria necessário criar um espaço de fala entre jovens. Em parceria com o Setor de Psicologia do serviço ambulatorial, foi planejada a criação de um grupo de adolescentes com atividade fixa e contínua do ambulatório, um encontro entre pacientes de idades próximas. O critério de seleção dos jovens para compor o grupo foi a possibilidade de adesão, tanto na avaliação clínica quanto na disponibilidade de comparecer, quinzenalmente, ao serviço no horário marcado. O grupo convocou todos a pensar constantemente sobre a confidência, o segredo das sessões e o lugar da intimidade. O critério de exclusão foi o grau de comprometimento quanto à desorganização psíquica. Foi considerada imprescindível uma escuta que privilegiasse o lugar de sujeito e que tirasse os jovens da condição de “doentes mentais”. Os quatro primeiros encontros foram temáticos: Compreensão sobre porque estavam sendo acompanhados por um serviço de Psiquiatria; Imagem/consciência corporal; Percepção do outro; Ideal de si/ídolos. Os encontros que se sucederam foram pensados

sempre com base no anterior. Todos os jovens passaram a frequentar o grupo de forma autônoma, sem a presença dos pais, com exceção de dois que moravam num abrigo e iam para lá de transporte, acompanhados do assistente social do abrigo, que os aguardava na recepção do serviço, enquanto o grupo acontecia.

As falas recorrentes no grupo circulavam entre temas do cotidiano e indagações peculiares a um lugar onde todos pareciam estar na mesma condição. Entre os profissionais, ficou claro o lugar de cada um quanto à busca de uma nova identidade e de outra visão de mundo, tão própria aos adolescentes.

É também característico do contexto da clínica do adolescente a dificuldade e, em alguns casos, a impossibilidade, de se definirem os limites do que deve ser preservado, poupado de intervenção e interpretação. De fato, a subjetividade “secreta” ou “velada” desses adolescentes e o modo de lidarem com o íntimo são elementos importantes a se considerar na clínica, pois, fundamentalmente, tocam no tipo de estrutura psicopatológica dos pacientes. Os pacientes psicóticos, por exemplo, exprimem dificuldade (e, em alguns casos, impossibilidade) de reconhecer os limites entre o interno e o externo, o dentro e o fora, a intimidade e o exibicionismo (BARREIRA ROLIM, 2012). Muitas vezes, esses extremos têm que ser constituídos ou reformulados. Portanto o direito de ter um segredo (AULAGNIER, 1976), a necessidade de ter uma intimidade, torna-se parte do tratamento psicoterápico.

O adolescente em situação de crise e agravo em seu sofrimento psíquico encontra-se em um estado de fragilidade, desamparo e insegurança (DELAROCHE, 2005). Os sentimentos de vulnerabilidade psíquica, com riscos de evasão da sua privacidade, experimentados pelo adolescente, em muitos desses dispositivos de saúde, refletem diretamente na sua implicação, aderência ou fuga ao tratamento.

Conclusão

A adolescência é uma etapa da vida do sujeito de grande vulnerabilidade, ruptura de laços sociais e clivagem psíquica. Constitui-se, pois, de provações físicas (com a entrada na puberdade), sociais (o sujeito é convocado a se apresentar de outro modo perante o outro) e psíquica (conflitos internos surgem na tentativa de dar conta dessa nova modalidade de apreender situações cotidianas). Esses fatores implicam a dificuldade de se estabelecer, em muitos casos, um diagnóstico diferencial entre neurose e psicose. Nesse sentido, a boa apreensão teórica dos processos na adolescência deve ser permanentemente confrontada com a clínica do jovem paciente. É, portanto, de grande complexidade ponderar o que seria próprio do desenvolvimento do jovem, e diferencia-lo daquilo que pertence ao desencadeamento de um quadro que exija intervenção psiquiátrica medicamentosa, a fim de conter uma descompensação, por exemplo. Vários estudos apontam o grande número de surtos psicóticos nesse período da vida.

As atuais Diretrizes das Políticas Públicas de Saúde Mental estão bem respaldadas por debates que apontam a importância de operarem em diálogo constante com os princípios norteadores das ações do cuidado. Observa-se, no entanto, que as classificações apressadas enquadram os pacientes de modo precoce, sem atentarem para a especificidade da condição adolescente como parte do desenvolvimento e suas etapas.

Observamos que alguns eventos absolutamente normais e esperados promovem ansiedade e sofrimento por estarem sempre atribuídos a mais um “surto” na trajetória de um histórico de tantas “desestabilizações”, algumas devido a alterações na dinâmica familiar, outras possivelmente desencadeadas por mudanças hormonais. Observamos que os motivos que trazem os jovens às consultas raramente são verbalizados pelo próprio paciente; isso é feito por algum familiar que

ocupa o lugar de porta-voz. Acontece ainda de o “porta-voz” não ter sido escolhido pelo jovem paciente, e, portanto, não porta a voz deste e sim a sua própria, o que traz consequências para a diretriz do tratamento e ao vínculo paciente/profissional da saúde.

A *super-medicalização* de crianças e adolescentes conduz a avaliação psicopatológica a outro patamar: A prioridade que se delinea é a de controle, deixando em segundo plano um projeto terapêutico singular e um trabalho clínico que se fundamentaria na perspectiva das condições necessárias ao estabelecimento do laço social. A dessubjetivação produzida nessas condições torna-se mais evidente quando grande parte dos pacientes, ainda na infância, não frequenta mais a escola e alguns são excluídos da convivência em família por não se adequarem aos padrões de normalidade e às exigências sociais, configurando-se, pois, o espaço da instituição psiquiátrica como via única de inclusão destes sujeitos.

Como, então, tratar do que é próprio do adolescente, quando há “*patologização da vida*”, *medicalização* do sofrimento psíquico e institucionalização da criança em serviços de saúde mental? Como enxergar as etapas do desenvolvimento humano, quando a lente de cuidado é voltada para a doença psicopatológica? Se a etapa da adolescência é natural, como lembra Kestenberg (1959), esta não estaria justamente sendo desnaturalizada, sendo assim esquecida e banalizada em detrimento do quadro nosográfico do paciente?

Referências Bibliográficas

ARECO, N. M., MATIAS, C.A., SILVA, R. C., & SIMON, C. P. Caracterização dos serviços que atendem adolescentes: interfaces entre saúde mental e drogadição. **Psicologia & Sociedade**, v. 23, n. 1, p. 103-113, 2011.
AULAGNIER, Piera. Le droit au secret: condition pour pouvoir penser.

Nouvelle Revue de Psychanalyse: Du Secret, n. 14, automne, 1976.

BARREIRA ROLIM, Raquel. **Voiler et dévoiler**: l'adolescent hospitalisé en psychiatrie et la prise en charge institutionnelle. 2012. Tese (Doutorado) - École doctorale: Psychopathologie et psychanalyse, Université Paris 7, Diderot, Paris, 2012.

BARREIRA ROLIM, Raquel. Psicopatologia na adolescência: diagnóstico, tratamento e hospitalização. Relatório de pesquisa de pós-doutorado. Fortaleza: UFC, 2017.

BERNARDINO, L. M. F. A questão da psicose na infância, seu diagnóstico e tratamento, diante do seu "desaparecimento" na atual nosografia. In: JERUSALINSKY, A.; FENDRIK, S. **O livro negro da psicopatologia contemporânea**. São Paulo: Via Lettera, 2011.

CALLIGARIS, Contardo. **A adolescência**. São Paulo: Publifolha, 2000.

CAMPOS, G. W. **A clínica do Sujeito**: por uma clínica reformulada e ampliada. DMPS-UNICAMP, 1997b (mimeo).

NEVES FILHO, A. C. O atendimento ao adolescente. **Revista de Pediatria Ceará**, Fortaleza, v. 5, n. 1, p. 28-46, jan/jul, 2004.

DELAROCHE, Patrick. **L'adolescence**: enjeux cliniques et thérapeutiques. Paris: Armand Colin, 2005.

DOLTO, Françoise. **La cause des adolescents**. Paris: Robert Laffont, 1988.

FEDIDA, Pierre. L'exhibition et le secret de l'enveloppe vide. **Nouvelle Revue de Psychanalyse**: Du Secret, n. 14, automne, 1976.

FORGET, Jean Marie. **L'Adolescent face à ses actes... et aux autres**: une clinique de l'acte. Paris: Érès, 2005.

FOUCAULT, Michel. (1984) **Histoire de la sexualité 2**: l'usage des plaisirs. Paris: Gallimard, 1992.

FREUD, Sigmund. **Trois Essais sur la Théorie Sexuelle**. Œuvres complètes/ Psychanalyse. Vol VI. Paris: PUF, 2006 [1901-1905].

FREUD, Sigmund (1930). **O Mal-estar na Civilização**. (trad. Das Unberhagen in der Kultur). Rio de Janeiro : Imago, 1997.

GOFFMAN, E. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 1974. (Coleção Debates).

GUTTON, Philippe. **Adolescence**. Collection Le fil rouge. Paris: PUF, 1996.

GUYOMARD, Patrick. Rien au centre. In PIERA, Aulagnier *et al.* **La pensée interdite**. Paris: PUF, 2009.

HOFFMANN, C.; DELAROCHE, P.; DOUVILLE, O.; LAURU, D.; LESOURD, S.; MOURAS, J-P.; RASSIAL, J-J. **L'Agir Adolescent**. Collection Le Bachelier. Ramonville-sainte-agne: Érès, 2000.

HUERRE, Patrice. **L'Adolescence n'Existe Pas**. Paris: Odile Jacob, 2003.

JERUSALINSKY, Alfredo. **Adolescência: entre o passado e o futuro**. São Paulo: Artes e Ofícios, 1997.

JERUSALINSKY, A.; FENDRIK, S. Introdução. In: JERUSALINSKY, A.; FENDRIK, S. (Orgs.). **O livro negro da psicopatologia contemporânea**. São Paulo: Via Lettera, 2011.

KESTEMBERG, Evelyne. **L'adolescent de dix ans à seize ans**. Traduzido por I. Lezine. Paris: PUF, 1959.

LACAN, J. Prefácio a o despertar da primavera. In: _____. **Outros escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003 [1974], p. 557-559.

MÂLE, Pierre. **La crise juvénile**. Paris: Payot, 1982.

MANNONI, Octave. **L'adolescence est-elle analysable?** La crise adolescente. Paris: Denoël, 1984.

MARTINS, K. P. H.; BARREIRA ROLIM, R. *et al.* Um golpe de mestre: crianças e pais frente ao diagnóstico psiquiátrico. **Rev. Latinoam. Psicopat. Fund.**, São Paulo, v. 20, n. 2, p. 278-293, jun. 2017.

PEREIRA, M. E. C. (Org.) **Leituras da Psicanálise: estéticas da exclusão**. São Paulo: Mercado Letras, 1998.

RACAMIER, Paul-Claude. **Le Psychanalyste Sans Divan**. Collection Science de l'Homme. Paris: Payot, 1973.

RASSIAL, Jean-Jacques. **Le passage adolescent: de la famille au lien social**. Paris: Érès, 1996.

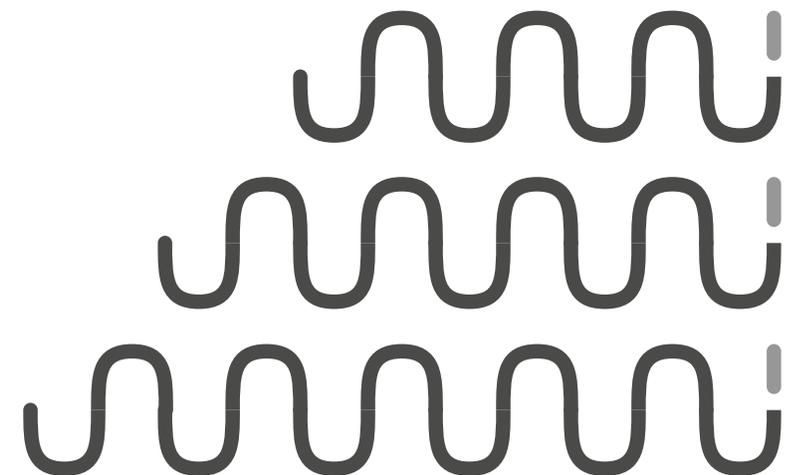
RICHARD, François. **Le processus de subjectivation à l'adolescence**. Paris: DUNOD, 2001.

VENTURA COUTO. A saúde mental infantil na Saúde Pública brasileira: situação atual e desafios. **Revista Brasileira de Psiquiatria**, São Paulo, v. 30, n. 4, p. 390-398, dez. 2008.

PARTE 3

Educação, cultura e tecnologia:
modos de viver e formas de
participação política juvenis

UB



Juventude e Cultura Digital: novos sujeitos, seus afetos e seus laços

Márcia Stengel
Nádia Laguárdia de Lima
Vanina Costa Dias
Jacqueline de Oliveira Moreira
Márcio Rimet Nobre

Acompanhamos uma série de mudanças no mundo contemporâneo relativa aos artefatos tecnológicos presentes em nosso cotidiano, sendo a internet talvez o mais significativo. As novas tecnologias podem alterar, radicalmente, os modos de ser dos indivíduos, ou seja, a forma como pensam, organizam e percebem o mundos interno e o externo e de como relacionam-se consigo e com outras pessoas (NICOLACI-DA-COSTA, 2002).

Assim, vimos assistindo, nos últimos quinze anos, alterações na forma de comunicação entre as pessoas a partir das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), que têm possibilitado mudanças culturais, sociais, econômicas e políticas. Para Tápias (2006), a cultura digital, ou cibercultura, é uma complexa realidade que inclui os artefatos, produtos, comportamentos individuais ou coletivos, conceitos e ideologias que surgiram diretamente da implementação dessas novas tecnologias.

Ao discutir a revolução tecnológica, Castells (2011) também ressalta as transformações comunicacionais e salienta que estas possibilitam a criação de novas associações e mudanças nos modos de vida. Recuero (2009, p. 7) afirma que “a comunidade virtual pode ser estendida ao espaço concreto, mas continuará tendo sua ligação virtual no ciberespaço. E continuará como um espaço social onde as pessoas poderão reunir-se para formar novos laços sociais”. Para ela, a comunidade virtual compartilha informações e, de certa forma, se coloca entre o espaço real e o virtual e seus formatos permitem encontros presenciais ou não.

Associado à cibercultura, Lévy (1999) destaca o ciberespaço como uma nova arquitetura, uma nova política e uma nova *polis* em construção. Para ele, esse equipamento de comunicação é um equipamento coletivo de inteligência, mas também de relação social. O autor ainda afirma que com o espaço cibernético temos uma ferramenta de comunicação muito diferente da mídia clássica, porque é nesse espaço que todas as mensagens se tornam interativas, ganham plasticidade e têm uma possibilidade de metamorfose imediata.

Essas transformações criam uma nova sociabilidade, que vem se formando através das redes sociais virtuais e que têm como público privilegiado de participação os adolescentes. Além de possibilitar a comunicação entre eles, o ciberespaço cria uma teia de relações que permite o compartilhamento de emoções e experiências de aprendizagem. Dados da pesquisa *Tic Kids Online Brasil*, desenvolvida pelo CETIC.br (Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação) nos revelam que cerca de oito em cada dez (82%) crianças e adolescentes com idades entre 9 e 17 anos eram usuários de Internet em 2016, o que corresponde a 24,3 milhões de usuários no país. A pesquisa chama a atenção para um novo recorte que nos mostra que, enquanto 68% dos indivíduos de 9 a 10 anos de idade são usuários da rede, essa proporção chegou a 91% na faixa de 15 a 17 anos.

Dentre outros dados, essa pesquisa ainda indica que, entre as práticas de crianças e adolescentes na rede, mantém-se a predominância de atividades relacionadas à educação e busca de informações e aquelas ligadas à comunicação e redes sociais. Em se tratando do uso de meios de comunicação e das redes sociais, destaca-se um aumento no envio de mensagens instantâneas (80%), em contrapartida à redução do uso de redes sociais (78%). Os dados investigados pelo CETIC sinalizam para o crescente uso de plataformas *online*, que se configuram como espaços de socialização, relacionamento e desenvolvimento para essa faixa etária da população.

As TICs possibilitam que os adolescentes se articulem e desenvolvam reflexões, gerando mudanças de percepção sobre o cotidiano. Deste modo, as redes sociais configuram-se como um importante elemento na constituição da subjetividade desses adolescentes. Como salienta Simmel (1987), a construção psíquica dos sujeitos de uma determinada sociedade não se dá separada daquilo que acontece no nível social.

No tocante às mudanças percebidas na subjetividade, a adolescência certamente constitui o terreno mais fértil para esta assimilação, o que implica a necessidade de se refletir sobre este processo. Esta constatação justifica-se, de modo especial, por alguns atributos característicos deste período da vida: a busca por uma identidade que permita ao adolescente ser reconhecido pelo outro; sua urgência em extrapolar a esfera familiar, com conseqüente adesão ao convívio em grupos; uma notável permeabilidade e intensa admiração pelo novo. Todos esses elementos, somados à curiosidade – que o torna ávido por novas descobertas –, colocam o adolescente na esquadra de frente da navegação na internet.

Os adolescentes afirmam que esse meio de comunicação traz muitos avanços para a sociedade, como a praticidade, rapidez, facilidade para conhecer e se comunicar com as pessoas, bem como pesquisar sobre qualquer tema, seja ele escolar ou social, em tempo real. Nessa forma de comunicação, há uma nova forma de apropriação dos símbolos universais e novos códigos são incluídos. É também nas redes sociais que os adolescentes reinventam experiências que envolvem o corpo, as atitudes, os valores, os comportamentos, as ideias, o pensamento e a sociabilidade.

Diante desses dados e de diversos questionamentos, muitas pesquisas têm sido desenvolvidas com o objetivo de aprofundar a discussão em torno dos usos das TICs pelos adolescentes e dos impactos desses usos em seu cotidiano, bem como em seus relacionamentos sociais, incluindo as relações amorosas.

Ao compactuarmos com a posição de que a forma de lidar com os

afetos e comportamentos se modifica ao longo da história e no interior das sociedades, fomos movidos pelo desejo de compreender os efeitos da internet nas relações amorosas entre os jovens. Existem diferenças na busca das relações amorosas com o advento da internet? Quais os motivos que levam os adolescentes a buscarem parceiros amorosos na internet? A internet é só uma ferramenta ou ela introduz uma mudança nas motivações da busca amorosa? Ela possibilita novas formas de relacionamento afetivo ou reproduz as já existentes? Esses foram os objetivos de nossa pesquisa, financiada pelo CNPq e pela FAPEMIG. Para respondermos a esses objetivos, realizamos uma pesquisa de campo, na qual entrevistamos 12 adolescentes de 18 anos, sendo seis homens e seis mulheres, de distintos cursos de graduação da PUC Minas.

Conforme Valkenbrug, Schouten e Peter (2005), a exploração do eu, a compensação e a facilitação social são os maiores motivadores para os adolescentes usarem a internet como base de experimentação de suas identidades, vivenciando novas formas de sociabilidade no espaço virtual. Devemos considerar que, nesta experimentação, está a busca por relacionamentos afetivos. Por isso, compreender como se estabelecem as relações amorosas dos adolescentes com o advento da internet é de fundamental importância.

Talvez um dos maiores desafios da adolescência seja o despertar da sexualidade, que, para a psicanálise, é o despertar para o novo, o desconhecido, por mais que o jovem tenha informações sobre o corpo e o ato sexual. Assim, é no grupo que ele busca construir um saber possível sobre a sexualidade, que é sempre parcial e insuficiente, com o qual busca se defender desse real do sexo que escapa ao sentido.

Diante da irrupção do real do sexo na puberdade, o adolescente é despertado por fantasias, desejos e sensações desconhecidas. O corpo sofre transformações abruptas e incontroláveis, que remetem o adolescente a uma sensação de desconhecimento e estranhamento relativa à própria

imagem corporal. Há a exigência de se situar na partilha dos sexos como homem ou mulher. Além disso, a desidealização dos pais leva à perda de antigas referências de identificação. A adolescência pode ser, então, definida como o momento da vida em que o sujeito se vê confrontado com as exigências de se posicionar na partilha dos sexos, escolher um novo objeto de amor que não os pais e se lançar no universo social mais amplo (FREUD, 1905,1974).

Um problema apontado por Calligaris (2000) e Coutinho (2005, 2009) é o fato de os adolescentes terem que viver este momento de forma privatizada, singularizada, sem o apoio das instâncias sociais, como se dá em algumas sociedades, com a presença de ritos de iniciação. Matheus (2002, p. 86) salienta que o processo adolescente resulta do fato de “o sujeito psíquico não encontrar na cultura dispositivos para suportar e conceber conflitos psíquicos”. Por isso, a ausência de rituais de passagem ou de dispositivos na ordem simbólica serem imprescindíveis para compreensão da adolescência.

Por essa falta de suporte na ordem simbólica e pelo processo de desligamento dos pais, o adolescente lança mão de algumas estratégias como forma de assegurar uma marca de identificação. A principal estratégia é a união ao grupo de pares, que serão as grandes fontes de identificação deste momento. Os amigos, portanto, tornam-se a principal referência para a construção de uma identidade adulta e de novos ideais. Atualmente, os grupos adolescentes se organizam em torno de um laço fraterno socializante para buscar expressar certo ideário, estando, em geral, envolvidos com atividades culturais e cotidianas (COUTINHO, 2005). O compartilhamento destas atividades revela uma tentativa de elaboração conjunta dos impasses relativos ao laço social. As redes sociais atualmente são uma forma privilegiada encontrada pelos adolescentes para o compartilhamento de suas atividades e estabelecimento deste laço.

Um dos grandes desafios da adolescência é a vivência da sexualidade. É neste momento que o indivíduo vive suas primeiras experiências afetivo-sexuais, que participam na organização de sua vida e na sua construção subjetiva. Devemos salientar que essas primeiras experiências afetivo-sexuais são marcadas por dúvidas, inseguranças e dificuldades de lidar com o corpo, os sentimentos e com o outro. Mas é também um momento de experimentação para se autoconhecer e entender o que se passa.

Assim, ouvimos nas entrevistas, tanto meninas quanto meninos dizerem que ainda não sabem bem o que é o amor e que os amigos, muitas vezes, sentem-se apaixonados, acreditam que encontraram ou vivem um grande amor, mas eles não creem nisso. Pensam que há uma confusão exatamente por ainda serem inexperientes. Entre os entrevistados, houve uma única adolescente casada, que fala claramente dessa situação. Para ela, só após o casamento e a convivência com o marido é que foi possível entender o que é o amor.

Podemos situar dois grandes modelos de amor na contemporaneidade: o amor romântico e o “amor líquido” (BAUMAN, 2004). O amor romântico trouxe grandes novidades para as relações amorosas. Primeiro, ao unir amor e sexualidade, fez com que cada membro do casal buscasse satisfação amorosa e sexual no parceiro. Outra novidade foi a conjunção de reciprocidade e exclusividade. Deveria haver reciprocidade no sentimento amoroso entre os parceiros, sendo esta coincidência de sentimentos que daria sustentação e sentido à relação. Havia também uma exigência de exclusividade, ou seja, cada um do par se bastava ao outro, não havendo necessidade de busca de outros parceiros. Essa exclusividade, ainda, se pautava na ideia de completude do casal, isto é, ela não era vivida como se dando com qualquer um, mas com dois sujeitos específicos, que, por suas próprias qualidades, despertavam o amor um no outro. Esse amor romântico foi domesticado pela sociedade ocidental para caber num projeto coletivo de manutenção de uma

família. Mas a promessa do amor romântico domesticado dá acesso à felicidade através da escolha livre, da realização sentimental e sexual. O sujeito respeitaria sua individualidade e liberdade e ainda encontraria a felicidade na relação amorosa (CHAVES, 2004).

O segundo modelo é do amor líquido (BAUMAN, 2004), que

diz respeito à noção de aproveitar os prazeres de um relacionamento tentando evitar os momentos mais penosos e difíceis. Além disso, esta noção aponta para a transposição da lógica das relações de consumo para as relações amorosas. O outro é tratado como um objeto de consumo e julgado pelo volume de prazer que ele oferece. É uma forma de relacionamento em que se entra pelo que pode ganhar e se continua apenas enquanto ambas as partes imaginem que estão proporcionando a cada uma satisfações suficientes para permanecerem na relação. (VIEIRA e STENGEL, 2010, p. 155)

Deste modo, a relação pautada no amor líquido pode ser encerrada por qualquer um dos parceiros no momento que desejarem. Se, por um lado, permite uma enorme sensação de liberdade, cobra seu preço pela sensação de insegurança.

Quanto aos discursos sobre o amor, observamos nas entrevistas como o modelo do amor romântico continua presente entre os adolescentes. Ele aparece nas falas com muitas comparações com a geração de pais e avós. Os adolescentes acreditam que as gerações anteriores é que vivenciaram o verdadeiro amor, em detrimento da geração atual. O verdadeiro amor é localizado em relações de longa duração, nas quais há confiança e companheirismo entre os membros casal. Os entrevistados parecem desejar viver um amor verdadeiro e intenso como percebem ter sido vivido pelos pais e avós, mas não acreditam que isso seja possível da mesma forma em sua geração. Podemos compreender essa perspectiva considerando a lógica do amor líquido presente em nosso cotidiano. Como nos diz Bauman (2004), na cultura atual, a liquefação dos laços sociais determina uma fluidez e uma superficialidade que afeta todos os relacionamentos humanos, desvalorizando os sentimentos e incentivando

a experimentação sexual livre e descompromissada. Assistimos a um imperativo de gozo com efeitos decisivos sobre a sexualidade humana. Assim, ao mesmo tempo que os indivíduos desejam uma relação mais fixa, não querem perder a possibilidade de flutuação, de uma vivência mais livre nos relacionamentos (VIEIRA; STENGEL, 2010).

Quando perguntados sobre o uso que fazem da internet, os entrevistados responderam que ela é um meio de pesquisa, informação e comunicação. Usam-na para a realização de tarefas relacionadas aos estudos e para buscar informações diversas, mas principalmente para se comunicar. Vemos um uso intenso das redes sociais, em especial, *Facebook* e *Whatsapp*. As redes sociais são utilizadas para saber o que se passa com os amigos, para marcar encontros e saídas com amigos e namorados, e também para monitorar o comportamento dos parceiros amorosos atuais e passados.

As redes sociais são percebidas pelos adolescentes como um meio para aproximar as pessoas. No que tange aos relacionamentos amorosos, eles afirmaram que elas auxiliam nas relações, na medida em que possibilitam as conversas, trocas de mensagens e fotos. Localizam essa facilidade mais para relacionamentos que já estão estabelecidos e menos para iniciarem relações. Esse fato se deve, entre outras razões, à percepção de que na internet as pessoas passam imagens idealizadas, seja através de fotos que não correspondem exatamente à realidade ou por postagens que podem não ser o que a pessoa pensa, sente ou é. Assim, por um lado, a internet facilita, mas, por outro, ela dificulta, pois as pessoas podem enganar e ser enganadas. Devemos lembrar que os enganos e as mentiras não são exclusivos do mundo virtual, mas este pode potencializá-los quando não há um encontro presencial.

Dois dos entrevistados do sexo masculino manifestaram explicitamente sua homossexualidade. Como não tínhamos a intenção de fazer um estudo comparativo entre adolescentes heterossexuais e

homossexuais, a pergunta sobre a orientação sexual não constava de nosso roteiro de entrevista. Mas, ao responderem às questões colocadas, eles foram falando de sua orientação e de suas práticas afetivo-sexuais. Um dado que nos chamou a atenção, neste sentido, foi um discurso mais aberto sobre o uso de aplicativos dirigidos para encontros entre homossexuais, em que eles afirmaram que o uso destes aplicativos tem a intenção de práticas, exclusiva ou preponderantemente, sexuais e não afetivas.

Outros entrevistados, assumidamente heterossexuais ou que não se posicionaram a respeito, fizeram menção ao aplicativo *Tinder*, que permite a aproximação de contatos simultâneos, logo, o usuário pode selecionar e manter conversação e paquera com vários parceiros. As experiências amorosas podem ser desde encontros para um possível namoro até para o sexo casual. Pela velocidade no contato e a facilidade em manter a conversação, os usuários, muitas vezes, podem experimentar diversas experiências amorosas em um curto espaço de tempo. Considerando estas características do *Tinder*, alguns dos entrevistados mencionaram seu uso, mas falando de uma perspectiva para a busca de um parceiro amoroso e não apenas para a prática sexual.

Se a internet é percebida como facilitadora dos relacionamentos, ela traz uma outra questão: através das redes sociais pode-se ficar sabendo o que namorados(as) fazem ou fizeram. Desta forma, os entrevistados relatam situações em que descobriram saídas à noite, idas a festas e afins de seus parceiros que não foram comunicadas ao parceiro(a) anteriormente.

Isso coloca uma outra questão: a traição. Perguntamos o que eles concebem como traição pela internet. As respostas foram variadas: pode ser desde o estabelecimento de conversas, encontros virtuais que se tornam presenciais até o sexo virtual. Não houve um consenso entre os entrevistados, exceto a percepção de que a internet facilita a traição, pois ela traz um número maior de possibilidades de conhecer e encontrar

pessoas. A dificuldade em estabelecer o que é uma traição não se atém apenas ao ambiente virtual, mas também é um desafio no mundo presencial. Quando há uma intimidade sexual presencial, corporal, a dificuldade se desfaz. Mas, e o sexo virtual? E as conversas com jogos de sedução? E quando tudo fica apenas no âmbito virtual? Esse ponto vale a pena ser mais investigado.

Uma questão interessante que apareceu nas respostas diz respeito às dimensões pública e privada. Podemos considerar que a fronteira entre público e privado está cada vez mais borrada, ficando difícil, muitas vezes, fazer uma delimitação clara entre elas. Se antes a esfera pública se atinha a relações mais formais e impessoais, o mundo do trabalho e a rua, enquanto a esfera privada dizia respeito à casa, às relações íntimas e pessoais, essas esferas perdem suas fronteiras delimitadas na contemporaneidade e, especialmente, na internet (SCHITTINE, 2004). As redes sociais são o melhor exemplo, apesar de não o único.

No que diz respeito às relações amorosas, os entrevistados, em sua maioria, estabeleceram uma fronteira entre os mundos público e privado. Eles afirmam que não se deve postar coisas íntimas na internet para que não haja muita exposição e porque acreditam que aquilo que é da intimidade não é para ser compartilhado com qualquer pessoa. Pode parecer simples à primeira vista, mas aí cabe interrogarmos: e o que é íntimo? O que não é? O que vemos postado nas redes sociais são fotos de viagens, de festas, com amigos, comentários da vida cotidiana. Ainda que os adolescentes possam delimitar quem são as pessoas que vão ter acesso ou não a isso, sabemos que as redes sociais não oferecem esse controle tão claro. Uma postagem que é restrita pode ser espalhada sem o consentimento do autor, o que acontece com frequência. De um modo geral, as respostas que obtivemos sobre esse ponto podem ser resumidas na equação: o que é bom pode ser público, o que é ruim é privado. Em outras palavras, as declarações de amor, as fotos do casal e afins são

colocadas na rede sem problemas, sem constrangimentos. Entretanto, as brigas, discussões, divergências são exclusivamente privadas e não é adequado que sejam inseridas publicamente.

Debord (1997), em sua obra “A sociedade do espetáculo”, afirmava que a teatralidade e a representação tomaram totalmente a sociedade. Para ele, o natural e o autêntico se tornaram ilusão. O autor define o espetáculo como não sendo um conjunto de imagens, mas uma relação social entre pessoas, mediada por imagens. Ao definir o espetáculo, Debord demonstra que, na sua concepção, as relações entre as pessoas não são autênticas, elas são de aparência.

A internet tornou-se um espaço privilegiado de espetacularização atualmente. Todos querem ver e serem vistos. Mas, por ser um espetáculo, as pessoas não podem se apresentar de qualquer jeito, mas devem mostrar-se glamorosas, felizes e em situações privilegiadas. É assim que temos uma infinidade de fotos em viagens, restaurantes, pessoas sempre sorridentes e bem-humoradas. Podemos pensar que essa é uma razão por que os adolescentes fazem a distinção entre público e privado, considerando publicáveis os bons momentos dos relacionamentos, enquanto as brigas e os conflitos do casal, percebidos como negativos, deveriam ficar na esfera privada. Os entrevistados nos apresentaram uma certa regra de etiqueta de como postar sobre os relacionamentos nas redes sociais.

Finalizando, percebemos que valores, às vezes divergentes, como a lógica do amor romântico e do amor líquido, fazem-se presentes no cotidiano dos adolescentes. Há um desejo de viver os relacionamentos amorosos, mas, concomitantemente, estes são percebidos como frutos de mudanças relativas às gerações passadas, as quais trazem desafios e dificuldades. Até poderíamos pensar que esses desafios e dificuldades resultam da pouca experiência no campo amoroso dos adolescentes. Entretanto, esse é um discurso presente também entre adultos.

A internet é uma ferramenta amplamente usada pelos adolescentes, que variam o tipo de uso e a quantidade de tempo e de acesso, mas é considerada algo primordial em suas vidas e não é descartada por nenhum, especialmente para suas relações sociais, incluindo aí os relacionamentos amorosos. Como namorar sem que isso apareça nas redes sociais? Na sociedade do espetáculo, o compromisso nos namoros se dá também na exposição da relação no meio virtual. É uma forma de todos saberem que aquele casal tem um compromisso assumido.

Podemos levantar a questão se, para além da espetacularização da vida cotidiana e amorosa no meio virtual, a assunção do namoro nas redes não seria uma tentativa de blindagem da traição. Considerando a fragilidade dos relacionamentos na atualidade, sua liquidez e as inúmeras possibilidades colocadas aos sujeitos nesse campo, inclusive pela própria internet, será que se pensa que, se todos souberem que certa pessoa tem um compromisso, ela não seria alvo de outras investidas no campo amoroso? Ou isso poderia lhe trazer um constrangimento, pois a colocaria assumidamente na posição de aquela que trai?

A temática traz uma série de desafios que temos a enfrentar e procurar conhecer mais. É inegável que a internet chegou avassaladoramente em nossas vidas e aí ela vai ficar. Como lidar com ela, como fazer bom uso, como educar nossas crianças e nossos adolescentes são questões a serem mais exploradas e mais bem compreendidas.

Referências Bibliográficas

- BAUMAN, Zygmunt. **Amor líquido**: sobre a fragilidade dos laços humanos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.
- CALLIGARIS, Contardo. **A adolescência**. São Paulo: Publifolha, 2000.
- CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 14. ed. Vol 1. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

CGI.BR; NIC.BR; CETIC.BR. Pesquisa sobre o uso da internet por crianças e adolescentes no Brasil. In: _____. **TIC Kids Online Brasil 2016**. São Paulo: CGI.BR/NIC.BR/CETIC.BR, 2017. Disponível em: < https://cetic.br/media/analises/tic_kids_online_brasil_2016_coletiva_de_imprensa.pdf>.

CHAVES, Jacqueline Cavalcanti. **Contextuais e Pragmáticos: os Relacionamentos Amorosos na Pós-Modernidade**. 2004. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em Psicologia Social e da Personalidade, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

COUTINHO, Luciana Gageiro. A adolescência na contemporaneidade: ideal cultural ou sintoma social? **Revista Pulsional**, v.18, n.181, p.16-23, 2005.

COUTINHO, Luciana Gageiro. **Adolescência e errância: destinos do laço social no contemporâneo**. Rio de Janeiro: Nau: FAPERJ, 2009.

DEBORD, Guy. **A Sociedade do Espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

FREUD, Sigmund. Três ensaios sobre a sexualidade (1905). In: _____. **Obras completas**. Vol. VII. Rio de Janeiro: Imago, 1974.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. Traduzido por Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Editora 34, 1999.

MATHEUS, Thiago C. **Ideais na adolescência: falta (d)e perspectivas na virada do século**. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2002.

NICOLACI-DA-COSTA, Ana Maria. Revoluções Tecnológicas e Transformações Subjetivas. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 18 n. 2, p. 193-202, mai/ago, 2002.

RECUERO, Raquel da Cunha. **Redes sociais na Internet**. Porto Alegre: Sulina, 2009.

SCHITTINE, Denise. **Blog: comunicação e escrita íntima na internet**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

SIMMEL, George. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, Otávio G. (Org.). **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

TAPIAS, José A. P. **Internautas e naufragos: a busca do sentido na cultura**

digital. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

VALKENBURG, Patti M.; SCHOUTEN, Alexander P.; PETER, Jochen. Adolescent's identity experiments on the internet. **New Media Society**, London, Thousand Oaks, CA, New Delhi, v. 7, n. 3, p. 383-412, 2005.

VIEIRA, Érico Douglas; STENGEL, Márcia. Os nós do individualismo e da conjugalidade na Pós-Modernidade. **Aletheia**, n. 32, p. 147-160, 2010.

Dinâmicas de participação de crianças e jovens youtubers

Inês Sílvia Vitorino Sampaio
Pâmela Saunders Uchôa Craveiro

Introdução

Mudanças expressivas têm ocorrido nos mais diversos campos sociais, associadas ao fenômeno das mídias digitais. A ampla disseminação da banda larga e dos dispositivos móveis, nestas últimas décadas, converteu o “estar conectado” em “ser conectado”, resultando no panorama atual de hiperconexão (SANTAELLA; MENDONÇA, 2015). Nesse contexto, de acordo com as autoras, nos deslocamos rapidamente de uma *web* estática (de páginas) para uma *web* dinâmica (de plataformas participativas).

É nesse cenário, de uma internet de plataformas participativas, que se insere o *YouTube*. Na posição de segundo *site* mais visitado do mundo, atrás somente do *Google* (ALEXA, 2017), configura-se como uma plataforma de compartilhamento de vídeos, que funciona também como uma rede social (DIJCK, 2013), posto que permite a formação de comunidades que interagem, por exemplo, através de curtidas, comentários e vídeos-resposta.

Fundado em 2005, foi comprado pela empresa *Google* no ano de 2006 por 1,65 bilhão de dólares (BURGESS, GREEN, 2009), atingindo em 2014 um faturamento de US\$ 4 bilhões, o que representou, naquele ano, 6% da receita do *Google* (FOLHA DE SÃO PAULO, 2015). Atualmente, possui mais de um bilhão de usuários e está disponível em 76 idiomas (YOUTUBE, 2017a). Trata-se, pois, de um fenômeno, em sua inextrincável condição de rede social, entretenimento e negócio.

No Brasil, o *YouTube* já integra a cultura digital do país. Acessado por 95% da população *online*, o site conta com 98 milhões de usuários mensais, fazendo com que sejamos o segundo país do mundo em horas assistidas na plataforma (COMSCORE, 2017 apud YOUTUBE, 2017b). A grande adesão ao *YouTube*, especialmente entre brasileiros mais jovens, vem sendo destacada em estudos recentes. Dados da empresa (YOUTUBE, 2017b) indicam, ainda, que 96% dos jovens de 18 a 35 anos possuem o hábito de acessar o *site*.

Entre os 110 canais da plataforma com maior audiência no Brasil, 48 abordam conteúdo direcionado ou consumido pelo público infantil (CORREA, 2016). De acordo com dados do estudo “Os novos influenciadores: quem brilha na tela dos jovens brasileiros” (PROVOKERS, 2016), das 20 personalidades mais admiradas por adolescentes de 14 a 17 anos, dez são produtores de conteúdo famosos no *YouTube*, os chamados *youtubers*. No relatório de pesquisa “Publicidade infantil em tempos de convergência” (SAMPAIO; CAVALCANTE, 2016), crianças de 9 a 11 anos também mencionaram que ver vídeos no *YouTube* é uma das suas atividades preferidas ao acessar a internet.

Considerando a importância de crianças e jovens *youtubers* na constituição da cultura digital de crianças e jovens no país, nossa proposta, neste ensaio, é abordar livremente algumas características do processo de participação de três crianças - Isabel Cerer, Juliana Baltar e Julia Silva - e três jovens *youtubers* - Kéfera Buchmann, Daniela Russo e Bianca Andrade - bastante populares nesta rede. Neste caso, interessa-nos abordar, numa perspectiva comparada, o que há de comum e/ou singular em suas participações à frente dos canais que protagonizam, tendo em vista suas distintas condições geracionais como crianças e jovens. Interessamos problematizar como esses sujeitos, que se tornaram populares com o *YouTube*, condicionam e são condicionados por esta plataforma e sua inscrição num contexto mercadológico, de modo a explorar possíveis limites e/ou contradições dessa dinâmica participativa.

Nosso percurso se inicia com uma breve apresentação da plataforma e das *youtubers*, abordando, na sequência, os processos de celebração (JERSLEV; MORTENSEN, 2006), autorreferencialidade (LUHMANN, 2005) e mimesis (GEBAUER; WULF, 2004) e problematizar com base neles a participação infanto-juvenil como *youtubers*.

O YouTube em seu contexto

Em sua página oficial¹, o *YouTube* se apresenta como uma empresa que tem a missão de “dar a todos uma voz e revelar o mundo”. Ademais, comunica que comporiam seus valores fundamentais: a liberdade de expressão, o direito à informação, o direito à oportunidade e a liberdade para pertencer.

Liberdade de expressão, diversidade e autenticidade seriam também valores centrais associados às experiências vivenciadas na plataforma por seus usuários. Em estudo realizado pela empresa, 54% daqueles que acessam o *site* afirmam acreditar que a sua essência é a liberdade de expressão; 41% consideram que o *YouTube* se diferencia pela diversidade; e 26% acham que a autenticidade é o que particulariza a plataforma. A identificação é também vista como um fator relevante no consumo de vídeos no *site*. Entre os usuários, 70% dizem acreditar que o *YouTube* é um lugar que gera reconhecimento, pois permite encontrar pessoas como eles, produzindo conteúdos interessantes (YOUTUBE, 2017b).

Sua composição diversificada – que permite produção e consumo de vídeos sobre variados temas, geração de *links* para serem compartilhados, interação por meio de *likes* (curtidas) e comentários – faz do *YouTube* esse espaço que pode inspirar experiências associadas à liberdade de expressão, diversidade e autenticidade. No entanto, é importante ressaltar que o *YouTube* não é condicionado apenas pelas práticas culturais de

1 Disponível em: <<https://www.youtube.com/intl/pt-BR/yt/about/>>. Acesso em: 02 jun. 2018.

seus usuários, mas atende a configurações e dinâmicas institucionais e tecnológicas que contemplam, em última instância, a lógica comercial, que define o *YouTube* como plataforma. Em sua dimensão institucional, por exemplo, “medeia não só a produção, mas também a distribuição do conteúdo para as audiências, inclusive os tipos de publicidade que estarão disponíveis para os sujeitos” (MONTEIRO, 2016, p. 2267). Podemos acrescentar, ainda, a necessidade de se avançar em termos institucionais e tecnológicos no estabelecimento de políticas e iniciativas que assegurem a privacidade dos dados dos usuários e a transparência no seu uso pelas plataformas, de modo a superar os problemas gerados pela assimetria informacional (DONEDA; ROSSINI, 2015).

Desde 2007, a plataforma possui um Programa de Parcerias que consiste em inserir anúncios dentro dos vídeos e remunerar os usuários proprietários de canais (STATISTA, 2018). Ser um canal parceiro significa poder monetizar com os vídeos publicados no *site* (FERREIRA, 2016). Atualmente, somente os canais com pelo menos 1 mil inscritos e com, no mínimo, 4 mil horas de conteúdo assistido nos últimos 12 meses podem ser qualificados para a geração de receita (YOUTUBE, 2017d). O algoritmo que faz o cálculo do valor da publicidade a ser pago aos donos dos canais parceiros, contudo, é secreto. É de conhecimento público apenas que são considerados aspectos como: tempo assistido do vídeo, número de visualizações, anúncios vistos ou clicados etc. (MARÔPO; SAMPAIO; MIRANDA, 2018).

É notório o investimento do *YouTube* para que os usuários se tornem produtores de conteúdos autorais e os monetizem. “Sejam criativos”, “sejam autênticos”, “sejam vocês mesmos” são frases do vídeo promocional *Welcome YouTube Creators*², que tem o claro objetivo de encorajar os usuários, por meio de apelo emocional, a produzirem

2 Disponível em: <<https://www.youtube.com/intl/pt-BR/yt/creators/>>. Acesso: 30 maio 2018.

conteúdo próprio. Vários são os benefícios oferecidos para os criadores parceiros como, por exemplo, participação em eventos, tutoriais sobre como planejar e publicar vídeos, painel de controle informando dados sobre a audiência do canal, ferramentas de fidelização, estúdios com recursos de produção de alta tecnologia (disponíveis em diversos países). Todos esses elementos, em sua maioria associados à tecnologia, também atuam como condicionantes das práticas daqueles que se inserem na plataforma como criadores de conteúdos. O criador parceiro tem direito ao acesso a esses serviços à medida que vai evoluindo no programa de benefícios do *YouTube*. O programa é dividido em 4 níveis, de acordo com o número de inscritos no canal: Grafite (de 1 a 1.000 inscritos), Opala (de 1.000 a 10.000 inscritos), Bronze (10.000 a 100.000 inscritos) e Prata ou superior (mais de 100.000 inscritos) (YOUTUBE, 2018c).

Nesse cenário, a autopromoção e a popularidade ganham destaque (RAUAN, 2018). Como discutem Marôpo, Sampaio e Miranda (2018), essa política de estimular os usuários a entrarem na lógica de competição por atenção e *status* e depois recompensá-los economicamente por isto, acaba por promover “a autocomercialização como parte integrante da autorrepresentação no *YouTube*” (p.180). Aqueles que conseguem se adequar à lógica da plataforma ingressam, então, no seu “sistema interno de celebridades” (BURGESS; GREEN, 2009, p. 45). No próximo tópico, apresentamos algumas *youtubers* que integram esse clube seleto das celebridades ou mini-celebridades.

Meninas e jovens youtubers: a popularidade como meta

Entre as *youtubers* que alcançaram expressiva visibilidade e integram a lista das mais populares no cenário brasileiro, abordaremos a participação no *YouTube* de: Kéfera Buchmann, do canal Cinco Minutos; Daniella Russo, do canal Dani Russo TV; Bianca Andrade, do canal Boca

Rosa; Isabel Cerer, do canal Fran Nina e Bel para meninas; Juliana Baltar e Julia Silva, cujos canais têm seus próprios nomes (Tabela 1). Não se trata aqui de desenvolver uma análise exaustiva e sistemática desses canais, mas de recorrer à atuação dessas *youtubers* para, a título ilustrativo, problematizar alguns limites e contradições evidenciados nesse tipo de participação³.

Tabela 1 – Seleção de youtubers populares no cenário brasileiro

YOUTUBERS	IDADE DAS YOUTUBERS	CANAL	MÊS E ANO DE INÍCIO DO CANAL	Nº DE INSCRITOS*
Kéfera Buchmann	25	Cinco Minutos	Jul. de 2010	11.192.155
Daniella Russo	20	Dani Russo TV	Fev. de 2015	9.544.898
Bianca Andrade	23	Boca Rosa	Jul. de 2011	4.989.701
Isabel Cerer	10	Fran Nina e Bel para meninas	Ago. de 2013	6.096.138
Juliana Baltar	10	Juliana Baltar	Jul. de 2014	6.175.975
Julia Silva	12	Julia Silva	Dez. de 2009	3.524.689

*O número de inscritos aqui registrados diz respeito a primeiro de junho de 2018

De um ponto de vista geracional, é importante considerar que na relação com a própria plataforma, com implicações nas práticas de mediação dos núcleos familiares, crianças e jovens não experimentam, em regra, o mesmo nível de autonomia. Essa questão da participação de crianças como produtoras de vídeos na plataforma tem, portanto,

³ Esta escolha, neste ensaio, não implica a negação das potencialidades dessa participação, mas uma opção para problematizar sobretudo os condicionamentos.

chamado a atenção de organizações em defesa das crianças (FNPETI, 2018; CRIANÇA E CONSUMO, 2018), que problematizam os impactos da produção de vídeos na rotina infantil, bem como a nebulosa relação de marcas com crianças *youtubers*.

Embora a idade mínima necessária para se abrir uma conta no *YouTube* seja 13 anos (YOUTUBE, 2018e), Julia Silva começou a publicar vídeos com apenas quatro anos de idade, Isabel Cerer e Juliana Baltar com, respectivamente, cinco e sete anos, e estes não podem ser considerados casos isolados. Nessas situações, a plataforma reconhece os pais como responsáveis pelos canais das filhas, uma vez que prevê essa possibilidade por meio do *Family Link*. Esse recurso permite aos pais: alterar as configurações da conta da criança no *Google* (redefinir a senha, alterar nome, aniversário, aplicar filtros na pesquisa no *Google*), escolher os aplicativos que a criança pode usar, controlar o tempo de uso em aplicativos específicos do *Android* etc. (GOOGLE, 2018).

Dantas e Godoy (2016) alertam, a respeito dessa modalidade de participação, que crianças populares no *YouTube* estão sendo usadas por empresas como promotoras de venda para diversas marcas, muitas vezes, de maneira velada. Diante desse cenário, Gerasimczuk e Karageorgiadis (2017, p. 41) destacam a importância de se promover uma “reflexão sobre a superexposição dos *youtubers* mirins na rede e o uso comercial dos canais infantis por empresas que buscam, com as webcelebridades, exercer maior impacto sobre outras crianças”.

Nesse contexto de intensa exposição, impressiona que os canais de algumas crianças já exibam níveis de popularidade mais acentuados que os de jovens adultos, como pode ser visto nos números de inscritos nos canais de Isabel Cerer e Juliana Baltar, que ultrapassam o número de inscritos do canal de Bianca Andrade. Em especial, se considerarmos que a jovem que protagoniza o canal Boca Rosa atua profissionalmente em seu canal, assim como fazem muitas outras jovens, com números de

inscritos inferiores, como esse fenômeno de popularidade infantil pode ser compreendido? Seria este nível de popularidade uma questão que se explica, simplesmente, pelo talento inato dessas crianças?

Um olhar mais atento a algumas dinâmicas desses canais permite identificar que a resposta à provocação acima pode ser mais complexa. Ao talento, por certo existente nas meninas *youtubers*, somam-se outros fatores que condicionam as práticas de crianças e jovens nessa plataforma, de modo a projetá-las como celebridades. Estamos falando de um tipo de participação que se vincula ao alcance de metas bastante ambiciosas, cujo sucesso implica em monetização, exigindo delas uma relação cotidiana de produção de conteúdos e exibição pública que não se diferencia, em alguns casos, de uma prática profissional.

Miranda (2017), em sua análise do canal de Julia Silva, chama atenção para o processo de profissionalização da atuação da *youtuber*, que pode estar se delineando também na experiência de outras crianças. Algumas evidências disso seriam a contratação de agências e profissionais para gerenciar conteúdos protagonizados pela garota, a atenção aos cenários e equipamentos de gravação e a regularidade nas postagens. Neste caso, não é incomum entre os *youtubers* que o que se inicia como uma brincadeira, ou seja, como uma prática despreziosa e fortuita entre amigos, transforme-se em uma rotina de produção. Nessa direção, obedece a formatos pré-definidos, é produzida de modo seriado, podendo assumir uma feição profissional, mesmo quando não é assumida publicamente como tal, por conta, inclusive, de restrições legais, como a proibição ao trabalho infantil.

No tópico a seguir, abordaremos, de modo mais detido, algumas implicações dos imperativos da popularidade e da celebração na participação dessas crianças e jovens em seus canais.

O preço da popularidade e da fama para as youtubers

No *YouTube*, a maioria dos usuários acessa o *site* para assistir aos vídeos, uma parcela menor tem o hábito de fazer *login* na plataforma e uma parcela ainda menor publica conteúdos (BURGESS; GREEN, 2009). De algum modo, essa postura menos autoral ainda prevalece na relação com as mídias e os aplicativos da cultura digital, como atestam pesquisas no cenário internacional (MASCHERONI; CUMAN, 2014) e também no Brasil (CGI, 2015).

As seis *youtubers* mencionadas neste ensaio, como vimos, fazem parte dessa minoria de usuários que desenvolvem canais próprios e produzem conteúdo original no *site*. A exposição auferida com suas postagens e a popularidade alcançada por meio do uso de estratégias sofisticadas de *marketing*, inerentes à própria plataforma e/ou condicionadas à sua lógica mercadológica, suscita questões a respeito do *YouTube* como espaço de expressão e de negócios. Ao mesmo tempo em que o *site* possibilita que seus usuários partilhem suas visões de mundo, os intima a investir no seu processo de celebração, transformando-os, desse modo, em agentes comunicacionais e empreendedores (TOMAZ, 2017).

Afinal, ter um canal na plataforma pode ser bastante rentável, como sugerem os números. A quantidade de canais no *YouTube* que faturou, por exemplo, acima de R\$ 100.000,00 por ano, entre 2016 e 2017, teve um crescimento da ordem de 40% (G1, 2018). Vale ressaltar, contudo, que auferir receitas expressivas por meio de anúncios e número de visualizações de vídeos em um canal não é algo tão fácil assim. Como explicam Marôpo, Sampaio e Miranda (2018, p. 182):

A tarefa exige estratégias que incluem encontrar uma audiência específica interessada, dominar programas informáticos que permitam monitorar a concorrência, interpretar o Google Trends⁴ e adquirir competências de produção

4 Ferramenta que permite checar tendências e dados recentes do Google, podendo auxiliar o youtuber a identificar palavras-chave mais adequadas para descrever o seu vídeo e, assim, alcançar a sua audiência pretendida.

e pós-produção para produzir e editar os materiais audiovisuais. Além de interagir com a audiência no *YouTube* e em outras redes sociais, o investimento inclui também ações offline como a edição de livros e a participação em eventos e campanhas publicitárias.

Os *youtubers* que conseguem manter esse desempenho o fazem adequando-se ao *modus operandi* da plataforma, ou seja, atendendo às suas configurações institucionais e tecnológicas (MONTEIRO, 2016), alcançando, com isso, popularidade entre os pares e o *status* de celebridade. Como postula Primo (2009), trata-se de um fenômeno que nasce e se conserva no seio da mídia, ou seja, que tem como esteio da fama a própria fama (BOORSTIN, 2006), num processo com dimensões recursivas e autorreferenciais, como abordaremos mais adiante.

Kéfera, Daniella, Bianca, Isabel, Juliana e Julia, como integrantes “de uma sociedade que celebra a popularidade” (MIRANDA, 2017), têm em comum a fama, conquistada e cotidianamente celebrada no *YouTube*. Neste aspecto, não há, contudo, garantias definitivas e, em consonância com a dança dos números de inscritos, curtidas e compartilhamentos, variam humores, parcerias, contratos e convites.

Em sua condição de fenômeno midiático, o *status* de celebridade, proveniente da exposição no *YouTube*, ultrapassa também o ambiente digital. Em consonância com a lógica comercial que o impulsiona e alimenta, não basta alimentar os canais para assegurar este *status*. É necessário investir em outros negócios, criar a própria marca e, até mesmo, os próprios produtos. Desse modo, o sucesso dos *youtubers*, como atestam as *youtubers* analisadas neste ensaio, se mede também, para além da sua popularidade *online*, “por sua habilidade subsequente em atravessar os mecanismos de contenção da velha mídia” (BURGESS; GREEN, 2009, p. 45).

Kéfera, Dani Russo, Boca Rosa, Isabel Cerer, Juliana Baltar e Julia Silva representam bem esse fenômeno. Mobilizam multidões nos encontros

que promovem com seus seguidores, que se dispõem a enfrentar filas enormes para conseguir um autógrafo e/ou uma foto com alguma delas. Em contrapartida, cabe a elas estarem disponíveis, sorrirem, acolherem e demonstrarem afeto pelos inúmeros fãs, sob pena de perderem o posto no clube seletivo das celebridades ou mini-celebridades.

Como uma espécie de contraponto ao potencial democrático da plataforma, enquanto espaço amplo e plural de expressão de sujeitos e grupos sociais, sua natureza mercadológica imprime uma lógica da autopromoção que condiciona, em larga medida, as formas de participação. Assim, na busca por inscrições, curtidas e compartilhamentos, as *youtubers* acabam reproduzindo “fórmulas de sucesso” consagradas no campo do audiovisual e/ou testadas na experiência de outras *youtubers*. O *marketing* de relacionamento dos *youtubers*, incentivado pela própria plataforma, contrasta, neste caso, com o discurso de autopromoção do site pautado nos valores da autenticidade e da criatividade.

Em seu estudo sobre canais de crianças *youtubers*, Miranda (2017) chama atenção para o fato de que, entre os canais de maior sucesso, é notável a semelhança de conteúdos e formatos. Em sintonia com Sibilia (2008, p. 9), nossa leitura é a de que o *YouTube* “mediante uma incitação permanente à criatividade pessoal, à excentricidade e à procura constante da diferença, não cessa de produzir cópias e mais cópias descartáveis do mesmo”.

No próximo tópico abordaremos essa questão da padronização de formatos, gêneros e conteúdos audiovisuais na plataforma, com base nos conceitos de autorreferencialidade (2005) e mimese (GEBAUER; WULF, 2006), utilizados como chave de leitura para explorar a participação no *YouTube*.

Autorreferencialidade e mimese em playlists⁵ e performances

Ao observarmos formatos, temáticas e gêneros abordados nos canais dessas crianças e jovens *youtubers*, chama atenção a semelhança desses elementos nos vídeos produzidos por essas *youtubers* mais populares. Vejamos o que nos sugere a Tabela 2, na qual registramos as *playlists* disponibilizadas pelos canais em foco neste ensaio.

Tabela 2 – Playlists dos canais de youtubers selecionadas*

CANAL	PLAYLISTS DOS CANAIS
Sinco Minutos	Especiais, paródias e musicais, esquetes, Kéfera responde, Kéfera viaja, <i>lives</i> , <i>web série</i> – minha vida de atriz, trotes, Vídeos marcados com “gostei” ¹ .
Dani Russo TV	Dazora, Jornal Russonal, minhas músicas, Russo responde, vídeos marcados com “gostei” ²
Boca Rosa	#BiaTodoDia, #BiaTodoDia VEDA, #BiaTodoDia, #BiaTodoDiaConvida, aleatórios, <i>All Things Hair Brasil</i> , cabelo, comprinhas, especial fim de ano, recebidos, se arrume comigo, unhas, tag, tutoriais, <i>vlogs</i> , Vídeos marcados com “gostei” ³ .
Fran, Nina e Bel para meninas	A bebê abandonada, a boneca que criou vida, a boneca vingadora, a maldição da bruxa, a menina ansiosa, a menina que queria ser rica, a pestinha, Amoeba e massinha, amor ou dinheiro?, aniversários da Nina, Baby Alive, <i>bullying</i> com a aluna nova, ciúmes, coisas que acontecem na escola, desafios, Dia das Mães, Diário escolar, eu sou rica ou pobre?, Fama a qualquer preço, Fran para meninas – últimas postagens, <i>Halloween</i> , mãe fútil filha carente, Disney, maquiagem, micos e pegadinhas, músicas infantis com animação, Nina para meninas, o ataque da gosma, o namorado da mamãe, o palhaço assassino, penteados para meninas, perguntas idiotas, Pokémon Go, praia e piscina, <i>Smoothie Challenge</i> , teatrinhos, tipos, troca de papéis, vale a pena ver de novo ⁴ .

*Ver notas da Tabela no final do capítulo.

⁵ As *playlists* são agrupamentos de vídeos que o *youtuber* cria em seu canal, com um foco específico em algum tema, formato, gênero e/ou produto.

Juliana Baltar	A boneca abandonada, a médica louca, a pobre menina rica, aventuras no acampamento, <i>Baby Alive</i> , brincando com a minha irmã, comprinhas e recebidos, Juju responde, <i>Kids Fun</i> , músicas favoritas, novela da <i>Barbie 2</i> , novela da <i>Barbie</i> , <i>Polly</i> , <i>Reborn</i> e <i>Adora Doll!</i> , receitas, versos, tags e desafios, tipos, Vídeos marcados com “gostei” ⁶ .
Julia Silva	Bonecas <i>Baby Alive</i> , <i>Reborn</i> , etc; canal Julia Silva TV; comerciais; diário do intercâmbio; <i>DIY</i> e receitas; experimentando doces; <i>Furby</i> ; história de sereia; LOL; maquiagem e <i>looks</i> ; material escolar; <i>Monster High</i> e <i>Ever After High</i> ; músicas, efeitos e <i>Musical.ly</i> ; novelas, historinhas e séries; ovos de Páscoa; pizza na manteiga; presentes e cartinhas; <i>react</i> ; <i>Halloween</i> ; <i>review</i> e <i>games</i> ; <i>Slime</i> ; tags e desafios; <i>vlogs</i> de viagens e passeios ⁷ .

A prática de classificação dos vídeos é incentivada pelo *YouTube* com o argumento de que *playlists* de qualidade mantêm os seguidores assistindo por mais tempo. A lógica, nesse caso, segue a larga tradição da chamada “comunicação de massa” de alcançar e manter índices de audiência como elemento norteador da produção dos conteúdos e da estética dos vídeos. Na aula de nº 5 do curso “Seja descoberto”, disponível no *YouTube Creators*⁶, são listadas algumas vantagens do uso de *playlists* nos canais, tais como oferecer uma experiência confortável aos fãs, facilitar a busca de vídeos, evidenciar a criatividade e a personalidade do canal (YOUTUBE, 2018f).

Os dois últimos itens dessa lista remetem ao próprio *youtuber*, em sua condição de produtor de conteúdos, e portanto, à participação desses internautas no sistema midiático, na condição de *prosumer*. Termo cunhado por Toffler (1980), reúne a ideia de produtor (*producer*, em inglês) e consumidor (*consumer*, em inglês), um consumidor que produz, como previram, a seu tempo, McLuhan e Barrington (1972). Com a configuração recente de uma cultura de convergência (JENKINS, 2009), o *prosumer* assume

⁶ Site do próprio *YouTube* voltado aos seus usuários criadores. Disponível em: <<https://creatoracademy.youtube.com/page/welcome>>. Acesso em: 27 jun. 2018.

maior centralidade no processo comunicacional associado à dinâmica colaborativa da rede, que, justamente pela natureza da sua configuração enredada, fortalece (ou ao menos tem potencial para fortalecer) “uma geração disposta a criar e alterar informação e cultura por meio de diversão e do esforço participativo” (SAAD; RAPOSO, 2017, p. 123).

Entendemos que é estritamente nos limites dessa condição de *prosumer* que essa participação se delinea no *YouTube*, o que demarca também o horizonte de possibilidades desse “negócio” se constituir de alguma forma como um espaço de “expressão”. Este é o imbróglgio a desafiar nossa compreensão. O horizonte festejado do *prosumer*, estabelecido pelo mercado, nos provoca quanto à participação genuína das crianças e jovens de que forma? Vejamos que pistas nos dão sobre isso as *playlists* indicadas na Tabela 2.

A percepção da existência de semelhanças de temas, formatos e gêneros de interesse é imediata. Em que pese as diferenças geracionais entre as *youtubers*, nos canais das meninas e jovens temos em comum tópicos como: “*Youtuber responde*”; “músicas ou musicais”; “*tags*”; “desafios”; “comprinhas e recebidos” e “esquetes ou teatrinhos”. Alguns formatos, como o de desafio, e gêneros, como o musical, demandariam uma análise mais detalhada para identificar o espectro de conteúdos usualmente abordados pelas *youtubers*. Em outros casos, contudo, o vínculo, por exemplo, com o universo do consumo é notório.

Os termos usados nas *playlists*, em alguns casos, variam, mas muitas das práticas indicadas remetem a um repertório comum, como podemos ver no uso de termos como “comprinhas” e “recebidos”, assim como nas seguintes denominações: “*All things hair* Brasil/cabelo/se arrume comigo/unhas” (Boca Rosa); “maquiagem” (Fran Nina e Bel para meninas); e “maquiagem e *looks*” (Juliana Baltar) que, em seu conjunto, estão associados aos cuidados com a aparência e ao consumo de produtos e serviços de higiene e beleza.

Neste caso, cabe a indagação: a semelhança de formatos, temas e gêneros valorizados por *youtubers* de idades tão distintas (oito a 25 anos) resulta de interesses e afinidades genuínos desses dois grupos? São mesmo tão indiferenciados os mundos de crianças e jovens adultos na sociedade brasileira? Entender a lógica mercadológica que subjaz às produções sob o apelo do “faça você mesmo” pode proporcionar um entendimento mais amplo dessas aproximações.

Nessa abordagem comparada, chama, ainda, a atenção o seguinte fato: se em todos estes canais populares, produtos e marcas se fazem presentes com bastante destaque, nas *playlists* das crianças *youtubers* eles têm, inclusive, maior destaque do que nos canais das jovens em foco neste ensaio. Amoeba, *Baby Alive*, *Disney*, *Pokémon Go*, *Barbie 2*, *Polly*, *Monster High* e *Furby e Baby Adora Doll* são alguns dos produtos e marcas referidos explicitamente nas *playlists* das meninas *youtubers*. Curiosamente, nas *playlists* das jovens, marcas e produtos não são explicitadas, embora estejam presentes em muitos dos seus vídeos.

As *playlists* dos canais das jovens *youtubers* abordadas neste ensaio são também mais sucintas. A oferta de tópicos das *youtubers* crianças pode parecer, à primeira vista, bem mais extensa. Agrupadas, entretanto, tornam-se variações do mesmo tom. São, em sua maioria, brincadeiras com produtos e/ou marcas. No caso das crianças, muitos produtos são brinquedos e a relação com eles nos vídeos remete sobretudo ao universo da fantasia, como “a bebê abandonada”; “a boneca que criou vida”, “a maldição da bruxa” (Fran Nina e Bel para Meninas); “a médica louca”, “novela da Barbie” (Juliana Baltar); e “Halloween” (Julia Silva). Mesmo no plano da fantasia, as marcas sobressaem.

Ao considerarmos as *playlists*, temos, então, por um lado, uma zona de diferenciação das meninas *youtubers* em relação às *youtubers* jovens, com um foco prevalente em brinquedos e uma ênfase na fantasia nas *playlists* das primeiras. Por outro lado, verificamos também um processo

de desconstrução das diferenças geracionais e de aproximação desses grupos sociais pelo viés do consumo, que condiciona temas, formatos e gêneros à lógica da audiência, como já assinalado.

Nessa lógica, os processos miméticos dos padrões que agradam ao público e rendem popularidade ganham relevo, disseminando-se de tal forma que torna-se impraticável discernir quem imita quem, quem inspira quem. Crianças e jovens *youtubers* se influenciam mutuamente, redefinindo hierarquias pautadas menos por suas classificações etárias e mais pelos parâmetros de curtidas e compartilhamentos que se mostrarem capazes de assegurar.

É assim que, com toda a inovação celebrada com a figura do *prosumer*, a comunicação de crianças e jovens *youtubers* se mantém afeita à tradição autorreferente do sistema midiático, reverberando signos da cultura do consumo e da lógica mercadológica, que conferem sentido às suas comunicações. Além de influenciar os conteúdos das *playlists* como evidenciado acima, a dimensão autorreferencial dessas comunicações se revela também nas performances desses novos agentes comunicacionais, instigando-nos a refletir sobre a natureza dessa participação que, por sua configuração em rede, teria, em tese, como assegurar uma performance de caráter individual e singular, ou, como propõe o *YouTube*, “autêntica” e “criativa”.

Em linha direta de continuidade com as performances clássicas de garotos e garotas-propagandas na publicidade, as imagens de rostos sorridentes abundam nos canais de *youtubers*, expressando a alegria, sempre renovada, de estar “na telinha” interagindo com seu público. Caras e bocas também se destacam como opção de comunicação, associadas ao propósito de fazer humor e divertir os fãs. Uma relação amorosa, de demonstração de afeto das *youtubers* pelos internautas e uma série de produtos também se cristalizam em imagens, nas quais elas aparecem distribuindo beijos e abraços ao público e aos muitos objetos anunciados, com igual encantamento.

As *youtubers* se multiplicam, recursivamente, em imagens de si, expressas em tipografias, personas, fotografias, espelhos e vídeos, que reverberam suas imagens em um sistema de comunicação que se promove ao impulsionar seus agentes mais célebres. Transforma-os em produtos e marcas para, novamente, incorporá-los à comunicação como signo, ou seja, como um elemento cuja existência só tem lugar no interior do próprio sistema de signos.

Nesse processo, Júlia Silva transforma-se na “1ª boneca *youtuber* do país”, sendo apresentada ao público, em um circuito recursivo e autorreferencial, pela própria Júlia Silva, no canal que traz o seu nome. Nesse percurso, algumas das *youtubers* em foco publicam livros que fazem alusão à sua própria história e aos seus interesses e/ou ao canal que protagonizam, figurando, em alguns casos, nas listas de títulos mais vendidos do país. Este é o caso do livro “Segredos de Bel para Meninas”, de Isabel Cerer, que ocupou a segunda posição de vendas na categoria infanto-juvenil em 2006⁷. Nos livros, as imagens e os percursos das meninas, mulheres e personas se confundem.

Seguindo a mesma trajetória, temos também o circuito de lançamento de linhas de roupas e acessórios, como o de Daniella Russo, ou de cursos de maquiagem profissional, como os certificados por Bianca Andrade como Boca Rosa. A fama abre espaço para incursões artísticas de outra natureza. Tornam-se cantoras, como é o caso de Daniella Russo e Julia Silva. Fazem participações em filmes e apresentam programas de televisão, como Kéfera. Protagonizam peças de teatro, como aconteceu com Bianca Andrade e Kéfera. Enfim, de produtoras de conteúdo, convertem-se na própria mercadoria (BAUMAN, 2008) a ser consumida e celebrada.

⁷ Disponível em: <<http://www.publishnews.com.br/materias/2016/03/04/youtuber-de-oito-anos-entra-na-lista-dos-mais-vendidos>>. Acesso em: 01 jun. 2018.

Considerações finais

Em tais processos comunicacionais, marcados pela autorreferencialidade, as semelhanças se acentuam, fazendo prevalecer uma ordem mimética em que as *youtubers* se inspiram, se referenciam e se promovem mutuamente como influenciadoras digitais, a tal ponto que se torna difícil dizer quem imita quem, quem se inspira em quem. Se a participação de crianças e jovens se delinea orientada por essa ordem mimética, que reverbera de modo prevalente a lógica mais ampla da comunicação mercadológica, de natureza adultocêntrica, o que podemos entender como efetiva participação de crianças e jovens nesse processo?

Neste ensaio, com base no reconhecimento dos processos de hiperconexão crescente de crianças e jovens em “plataformas participativas”, buscamos problematizar alguns aspectos institucionais e tecnológicos que incidem nessa participação de um ponto de vista sistêmico. A atuação das *youtubers* Kéfera, Daniella Russo, Bianca Andrade, Isabel Cerer, Julia Silva e Juliana Baltar em seus canais possibilitou explorar como essa participação está marcada por uma matriz mercadológica que define como horizonte de sentido da produção dos *youtubers* a conquista da popularidade e o alcance do status de celebridade. Nesse processo, acentuam-se as semelhanças de gêneros, formatos, temáticas e performances valorizadas nos canais das *youtubers*, revelando que o fator geracional é relativizado nessas experiências que, de modo autorreferente ao sistema midiático e dialogando com “fórmulas de sucesso” consolidadas da “cultura de massa”, tendem a apresentar mais do mesmo, revelando assim os limites e condicionamentos desse modelo de participação, em especial quanto ao seu potencial criativo e inovador. Isso não significa que esse potencial de participação não exista ou não possa se manifestar, mas, nas dinâmicas abordadas aqui, ele não sobressai. Para que isso ocorra, seria preciso ir além da condição

de *prosumer* - inequivocamente importante - resistindo, escapando pelas bordas e pontos de fuga e inaugurando outros caminhos.

Referências Bibliográficas

ALEXA. **The top 500 sites on the web**. 2017. Disponível em <<http://www.alexa.com/topsites>>. Acesso em: 30 maio 2017.

BAUMAN, Z. **Vida para o consumo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

BOORSTIN, D. J. From hero to celebrity: the human pseudoevent. In: MARSHALL, P. D. **The celebrity culture reader**. New York: Routledge, 2006. p. 72-90.

BURGESS, J.; GREEN, J. *YouTube: online video and participatory culture*. Cambridge, England: Polity, 2009.

CORREA, L. **Geração YouTube: um mapeamento sobre o consumo e a produção de vídeos por crianças. 0 a 12 anos - Brasil - 2005/2016**. São Paulo: ESPM Media Lab, 2016. Disponível em: <http://pesquisasmedialab.espm.br/wp-content/uploads/2016/10/Media-Lab_Luciana_Correa_2016.pdf>. Acesso em: 31 maio 2017.

CRIANÇA E CONSUMO. **Crianças e YouTube: aspectos jurídicos e comunicativos do fenômeno do youtubers mirins**. 2018. Disponível em: <<http://criancaeconsumo.org.br/eventos/criancas-e-youtube-aspectos-juridicos-e-comunicativos-do-fenomeno-dos-youtubers-mirins/>>. Acesso em: 6 jun. 2018.

DANTAS, T.; GODOY, R. Youtubers mirins: mera expressão artística ou trabalho infantil? In: CGI.BR; NIC.BR; CETIC.BR. **TIC Kids Online Brasil 2015: pesquisa sobre o uso da internet por crianças e adolescentes no Brasil**. São Paulo: CGI.BR/NIC.BR/CETIC.BR, 2015. Disponível em: <http://www.cetic.br/media/docs/publicacoes/2/TIC_Kids_2015_LIVRO_ELETRONICO.pdf>. Acesso em: 1 jun. 2018.

DONEDA, D.; ROSSINI, C. Proteção de dados de crianças e adolescentes na internet. In: CGI.BR; NIC.BR; CETIC.BR. **TIC Kids Online Brasil 2014: pesquisa sobre o uso da internet por crianças e adolescentes no Brasil**.

São Paulo: CGI.BR/NIC.BR/CETIC.BR, 2016. Disponível em: <http://www.cetic.br/media/docs/publicacoes/2/TIC_Kids_2014_LIVRO_ELETRONICO.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2018.

FNPETI – FÓRUM NACIONAL DE PREVENÇÃO E ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL.

Os riscos do YouTube para crianças e adolescentes. 2018. Disponível em: <<http://www.fnpeti.org.br/noticia/1878-os-riscos-do-youtube-para-criancas-e-adolescentes.html>>. Acesso em: 6 jun. 2018.

FERREIRA, A. L. **Infância no tubo digital: felicidade via consumo?** 2016. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Mídia e Cotidiano, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016.

FOLHA DE SÃO PAULO. Google ainda não conseguiu fazer o YouTube dar lucro. **Folha de São Paulo**. 2015. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/tec/2015/02/1595688-google-ainda-nao-conseguiu-fazer-o-youtube-dar-lucro.shtml>>. Acesso em: 6 jun. 2018.

G1. *YouTube endurece regras para donos de canais ganharem dinheiro; entenda*. **G1**. 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/tecnologia/noticia/youtube-dificulta-regras-para-donos-de-canais-ganharem-dinheiro-entenda.ghtml>>. Acesso em: 30 maio 2018.

GEBAUER, G.; WULF, C. **Mimese na Cultura**. São Paulo, Annablume, 2004.

GERASIMCZUK, L. C.; KARAGEORGIADIS, E. Publicidade dirigida à criança na rede: ilegalidades nos canais de youtubers mirins. In: CGI.BR; NIC.BR; CETIC.BR. **TIC Kids Online Brasil 2016: pesquisa sobre o uso da internet por crianças e adolescentes no Brasil**. São Paulo: CGI.BR/NIC.BR/CETIC.BR, 2016. Disponível em: <http://cetic.br/media/docs/publicacoes/2/TIC_KIDS_ONLINE_2016_LivroEletronico.pdf>. Acesso em: 1 jun. 2018.

GOOGLE. **Restrição de idade nas contas do Google**. 2018. Disponível em: <<https://support.google.com/accounts/answer/1350409>>. Acesso em: 06 jun. 2018.

JENKINS, H. **Cultura da convergência**. São Paulo: Aleph, 2009.

JERSLEV, A.; MORTENSEN, M. What is the self in the celebrity selfie? Celebrification, phatic communication and performativity. **Celebrity Studies**, v. 7, n. 2, p. 249-263, 2016.

LUHMANN, Niklas. **A realidade dos meios de comunicação**. São Paulo: Paulus, 2005.

MASCHERONI, G.; CUMAN, A. **Net Children Go Mobile**: Final Report. Deliverables D6.4 and D5.2. Milan: Educatt, 2014.

MCLUHAN, M.; NEVITT, B. **Take to-day: The Executive as Dropout**. New York: Harcourt Brace Jovanovich, 1992.

MIRANDA, N. **“Beijos monstruosos e eletrizantes”**: os direitos à provisão, à proteção e à participação no canal de Julia Silva no *YouTube*. 2017. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017.

MONTEIRO, M. C. A publicidade feita por Youtubers: estudo de caso do canal Julia Silva. In: Seminário Internacional de Pesquisas em Mídia e Processos Sociais, 1, 2016, São Leopoldo. **Anais...** São Leopoldo: PPGCC - UNISINOS, 2016.

PRIMO, A. Existem celebridades da e na blogosfera? Reputação e renome em blogs. **Libero**, v. 12, n. 24, 2009. Disponível em: <<https://casperlibero.edu.br/wp-content/uploads/2014/05/Existem-celebridades-da-e-na-blogosfera.pdf>>. Acesso em: 28 maio 2018.

SAMPAIO, I. S. V. Desafios do diálogo com crianças no processo de pesquisa. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 31., 2007, Caxambu. **Anais...** Caxambu: Anpocs, 2007.

PROVOKERS. **Os novos Influenciadores**: quem brilha na tela dos jovens brasileiros, 2. ed. São Paulo: Provokers, 2016.

RAUN, T. Capitalizing intimacy: new subcultural forms of micro-celebrity strategies and affective labour on *YouTube*. **Convergence**, v. 24, n. 1, p. 99-113, 2018.

RIBEIRO, I. **Os mais influentes entre jovens do Brasil**. Disponível em:

<<http://www.meioemensagem.com.br/home/midia/2016/01/11/os-mais-influentes-entre-jovens-do-brasil.html>>. Acesso em: 31 maio 2018.

SAAD, E.; RAPOSO, J. F. Prosumers: colaboradores, cocriadores e influenciadores. **Comunicare**, v. 17, p. 114-130, 2017.

SAMPAIO, I.; CAVALCANTE, A. (Coord.). **Publicidade infantil em tempos de convergência** – relatório final. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2016.

SANTAELLA, L; MENDONÇA, M. C. de. Reconfigurações da publicidade no ciberespaço: um cenário em construção. In: ATEM, Guilherme Nery; OLIVEIRA, Thaianie Moreira de; AZEVEDO, Sandro Tôrres de. **Ciberpublicidade**: discurso, experiência e consumo na cultura transmidiática. Rio de Janeiro: E-Papers, 2014.

SIBILIA, P. **O show do eu**: a intimidade como espetáculo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

STATISTA. *YouTube* - Statistics & Facts. 2018. Disponível em: <<https://www.statista.com/topics/2019/youtube/>>. Acesso em: 01 jun. 2018.

TOFFLER, A. **A Terceira Onda**. Rio de Janeiro: Record, 1980.

TOMAZ, R. **O que você vai ser quando crescer? Youtubers, Infância e Celebridade**. 2017. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

YOUTUBE (a). **Estatísticas** - *YouTube*. 2018. Disponível em: <<https://www.youtube.com/intl/pt-BR/yt/about/press/>>. Acesso em: 30 maio 2017.

YOUTUBE (b). **Youtube Insights 2017**. 2017. Disponível em: <<https://www.thinkwithgoogle.com/intl/pt-br/youtubeinsights/2017/>>. Acesso em: 30 maio 2018.

YOUTUBE (c). *YouTube creators*. 2018. Disponível em: <<https://www.youtube.com/intl/pt-BR/yt/creators/>>. Acesso em: 02 jun. 2018.

YOUTUBE (d). **Protegendo nossa comunidade**. Criadores do *YouTube* – blog oficial para criadores e parceiros do *YouTube*. 2017. Disponível em:

<<https://youtube-creators-br.googleblog.com/2017/12/proteger-nossa-comunidade.html>>. Acesso em: 6 jun. 2018.

YOUTUBE (e). **Recurso para os pais**. 2018. Disponível em: <<https://support.google.com/youtube/answer/2802272?hl=pt-BR>>. Acesso em: 6 jun. 2018.

YOUTUBE (f). *YouTube creators*. 2018. Disponível em: <<https://creatoracademy.youtube.com/page/course/get-discovered?hl=pt-BR>>. Acesso em 6 jun. 2018.

VAN DIJCK, J. **The culture of connectivity: a critical history of social media**. New York: Oxford University Press, 2013.

NOTAS - TABELA 2

1 Disponível em: <<https://www.youtube.com/user/5incominutos/playlists>>. Acesso em 6 jun. 2018

2 Disponível em: <https://www.youtube.com/channel/UCgdndr2Ae_H07_N8j1l18Xw/playlists>. Acesso em: 6 jun. 2018.

3 Disponível em: <<https://www.youtube.com/user/Biancaa8159/playlists>>. Acesso em: 6 jun. 2018.

4 Disponível em: <<https://www.youtube.com/user/belparameninas/playlists>>. Acesso em: 6 jun. 2018.

5 Disponível em: <<https://www.youtube.com/user/Juliana1846/playlists>>. Acesso em: 6 jun. 2018.

6 Disponível em: <<https://www.youtube.com/user/paulaloma29/playlists>>. Acesso em: 6 jun. 2018.

Rodas Culturais: estéticas de existência de juventudes em periferias urbanas

Jorge Luiz Barbosa

Introdução

O presente capítulo resulta da pesquisa sobre Rodas Culturais realizada no âmbito do Projeto Culturas de Periferia do Observatório de Favelas¹, cujo recorte geográfico foi circunscrito aos bairros da periferia da cidade do Rio de Janeiro, notadamente os localizados na chamada Zona Oeste carioca². A pesquisa contou com revisão bibliográfica sobre a temática da cultura em sua dimensão urbana, inventários documentais e entrevistas em profundidade com ativistas, produtores e artistas envolvidos na cena das Rodas Culturais.

Como será observado, buscou-se construir mapeamentos cognitivos os quais nos aproximaram das condições socioespaciais vividas pelos sujeitos sociais que inventam repertórios e práticas que configuram as Rodas Culturais na cidade do Rio de Janeiro, com ênfase nos bairros já aludidos e nas territorialidades assumidas pelo movimento de realização da cena estética em estudo.

Aproveitamos a oportunidade para agradecer a gentileza e atenção concedida pelos entrevistados, uma vez que, sem tais contribuições, o presente trabalho não teria o conteúdo e nem a originalidade necessária para um retorno, mesmo que singelo, ao movimento incessante e vibrante de construção das rodas culturais cariocas.

1 O Observatório de Favelas é uma organização da sociedade civil dedicada à produção de conhecimentos e metodologias de atuação em territórios populares. Disponível em: <<http://www.observatoriodefavelas.org.br>>.

2 Bangu, Campo Grande, Realengo, Santa Cruz, Jacarepaguá, Curicica, Rio das Pedras, Cidade de Deus, Vargem Grande, entre outros.

Sobre os significados das Rodas Culturais na Cidade

DJs, mestres de cerimônia, dançarinos, fotógrafos, grafiteiros, poetas e todos os outros que se achegam em praças, esquinas e viadutos se tornam os criadores de celebrações estéticas em cenas públicas. Então, a Roda está formada. Cantos, rimas, bailados e cores marcam e demarcam territorialidades corporificadas por jovens. Muitos deles são negros e negras de favelas, subúrbios e de periferias urbanas que estão a revidar com suas narrativas estéticas as condições de desigualdade de direitos em que vivem. Emergem, então, formas de linguagem, vivências, paixões e imaginações que pluralizam as concepções e percepções da cidade. Em outras palavras, estamos diante de narrativas que se constituem nas disposições dos sujeitos sociais em atos simbólico-expressivos de visibilidade na cidade:

As Rodas hoje elas são um dos movimentos mais importantes de ocupação da cidade, elas basicamente ocupam as praças, são feitas por jovens basicamente. Os jovens são os verdadeiros protagonistas das rodas [...]. Então, elas além de reunir jovens em torno de uma cultura politizada, saudável, elas geram oportunidades para esses jovens se revelarem como talentos da cultura hip-hop, geram mais segurança para o espaço público onde acontece porque elas justamente reúnem essas pessoas e essas pessoas oferecem uma segurança maior ao espaço público e elas são uma forma de entretenimento cultural muito saudável. É um movimento muito relevante para cidade, para recuperação da autoestima dessa juventude. Os protagonistas dessas rodas são jovens de favelas, de periferias, são jovens que basicamente não tem voz, não tem canais de se expressar. Então, as rodas são formas dos jovens se expressarem, de apresentar sua poesia e a realidade das suas quebradas. O papel das rodas hoje na resignificação do espaço público é gigantesco. (Júlio César da Costa, entrevista concedida em 04/07/2017).

Apesar de efêmeras, criminalizadas e impedidas de acontecer em espaços comuns da cidade, as Rodas Culturais acontecem e fazem fissuras na ordem racional normativa do espaço urbano³. Rôssi Alves (2013, p.38)

³ Apesar da Lei do Artista de Rua declarar que as festas na rua prescindem de autorização dos órgãos públicos – desde que gratuitas, com duração máxima de quatro horas, dispensem palco e respeitem os decibéis definidos-, observa-se a exigência de autorizações por parte de agências do governo municipal que inviabilizam, cancelam e proíbem atividades artísticas e culturais, mesmo quando estas estão abrigadas no escopo da Lei.

as considera “um grande encontro de jovens, unidos pela ideia de ocupar lugares públicos e levar diretamente arte e cultura às pessoas de forma horizontal e interativa”. Ainda para a autora, a realização semanal das Rodas “em diversos bairros do Rio de Janeiro, com a participação de poetas, músicos, grafiteiros, artistas plásticos” é responsável pela construção de uma ampla rede cultural na cidade. Concordando plenamente com os argumentos de Rôssi Alves, a configuração de redes de relações de pertencas discursivas, gestuais e performáticas ganham sua corporeidade em ruas, praças e esquinas:

A vida é a arte do encontro. E nas rodas esse encontro ocorre no entorno das artes. Esses encontros incentivam os jovens a buscar mais, a se desenvolver como os outros que ele está vendo, a conhecer mais gente, se animar, se encontrar para outras atividades, para dançar, pra fazer uma banda, fazer graffiti. Isto se multiplica! (trecho do depoimento de Luiz Ernesto Ferraz de Barros Junior, produtor e animador de Rodas Culturais, entrevista realizada em 06/09/2017).

O processo em causa é criador de territorialidades, aqui definidas como marcações móveis em ruas, praças, esquinas e que se estabelecem como assinaturas autorais, com estilos de produção e performances de mobilização de subjetividades de sujeitos situados em relações desiguais de poder. Para Santos (2002, p. 61), “cultura e territorialidade são, de certo modo, sinônimas”; uma vez que a cultura é um processo imerso na vida simbólica e material dos grupos sociais, assim como é a territorialidade um produto de relações em movimentos de demarcação/ocupação simbólica do território. Sendo assim, é possível identificar territorialidades nas marcas impressas nas práticas discursivas, gestuais e performáticas dos sujeitos sociais. As territorialidades são disposições tanto individuais quanto coletivas para tessitura de encontros (SANTOS, 2002) que fazem as diferenças emergirem como potência de mudança e contraponto aos regimes de hierarquização sociocultural.

É por essa via que *galeras* vinculadas às rodas culturais podem reverberar seus repertórios e apresentar suas performances em músicas, poesias e danças para além da vivência territorializada em suas

comunidades de morada. Como revela o músico e produtor de rodas culturais Pedro Croata:

[...] os artistas do bairro falam para as pessoas que estão em volta deles, para o vizinho, pra menina que ele está afim dali da outra rua e gerar toda essa movimentação mesmo e acaba que isso vira uma bola de neve. Nego vê o cara da outra rua rimando pra caramba, começando na roda e se anima e vai, "eu vou para roda porque lá eu vou ser ouvido, vou ter um microfone pra falar pra todo mundo" (entrevista realizada em 23/08/2017).

Esta construção estética dos sujeitos se faz na composição corpo/território como um campo de múltiplas atuações culturais e linguagens artísticas (música, audiovisual, fotografia, graffiti e rimas em performances) a mobilizar sensibilidades e traçar espacialidades de encontros. É um modo geográfico de manifestação de estilos em tensão com padrão consumado e consumível de bens simbólicos impostos no cotidiano urbano, tendo jovens de territórios populares como seus principais protagonistas. É nesse sentido que outro desenho de espaços comuns está em curso na sociedade contemporânea, uma vez que é constituído por diferentes sujeitos em posição de desigualdade de poder e se colocando em uma cena autônoma de apresentação de si.

As Rodas Culturais, para além de encontro de arte e cultura, também assumem o papel de colocar em debate questões pertinentes à sociedade brasileira. Busca-se, assim, em cada encontro, afirmar sentidos de cidadania da juventude:

A pauta que a gente imprime é educação sexual, saúde, violência contra a mulher, violência do Estado, qual a importância das pessoas estarem estudando e como estão estudando através da arte para se tornarem pessoas melhores ou para serem artistas melhores ou para serem reconhecidos, que também não é só MC. Lá tem muita gente que encontrou o seu espaço através do grafite, professor de basquete, de capoeira, a galera do break dance. (Pedro Croata, entrevista concedida em 23/08/2017).

As Rodas são territorialidades de convivências plurais e, inclusive, abrigam aprendizados em situações de conflito de ideias, opiniões

e práticas⁴. Podemos dizer que estamos diante de uma estética da existência, potência da vida dos sujeitos, em oposição ao espaço urbano disciplinado pela propriedade privada e controlado pelo consumo mercantil globalizado. As Rodas inclusive demarcam a afirmação das existências de jovens em seus movimentos performáticos, formadas em sua maioria por negros residentes em periferias, subúrbios e favelas.

Nesse sentido, criar territorialidades estéticas a partir de estilos discursivos/corpóreos é confrontar normativas homogeneizantes que suprimem os múltiplos outros e os definem enquanto perigosos para a vida em comum. Quando sujeitos agem de modo orientado para transformar sua experiência sensível e combater as restrições socioculturais, eles também abrem o debate sobre o motivo por que alguns sujeitos são silenciados, invisibilizados e, até mesmo, exterminados⁵.

Vou falar daqui
Com minha voz
Ninguém, mano, pode falar por nós.
Parceiro fica ligado
O perigo tá aí do lado.

(Rima colhida em rodas culturais na Cidade de Deus)

A busca de apresentação de si traduz a afirmação de uma corporeidade estética que vibra em encontros presenciais e virtuais de pertencas, cujo fundamento concreto é a apropriação e uso do território. É

4 É importante traçar a diferenciação entre conflito e confronto. O primeiro, o conflito, pressupõe a presença do outro como legítimo, e incorpora a diferença como expressão da existência. O segundo, o confronto, é negação da legitimidade do outro diferente, mobilizando a apartação e a negação da diferença, no seu limite, o extermínio do outro considerado ilegítimo.

5 O homicídio de jovens negros já deve ser considerado como prática de genocídio no Brasil. Dos 56.337 homicídios registrados no país em 2012, 30 mil eram jovens de 15 a 29 anos e 77% dos jovens mortos eram negros. Índice de Homicídios na Adolescência. IHA 2012. Orgs. Doriam Luis Borges de Melo, Ignacio Cano. Rio de Janeiro: Observatório de Favelas/SDH/UNICEF/LAV, 2014. Disponível para download em: <<http://prvl.org.br/>>..

nesta via que ganham força política na cidade os conteúdos dos repertórios manejados pelos jovens, a visibilidade de suas vontades de potência na cena pública e sua condição de ser no/do mundo:

[...] Ai parceiro tá ligado nesse nosso movimento!
Atitude rap fazendo versos nesse momento
Com a rapaziada agora eu tô ai improvisando
Tô seguro e com os irmãos eu sigo caminhando.
Improvisando com atitude e humildade

(Improviso, Atitude Rap)

Trata-se da construção de relações de intersubjetividade que inventam possibilidades outras de sociabilidade na cidade. As rodas são atos de afirmação discursiva e corpórea de jovens reinventando espacialidades de encontro da cidade. Há, portanto, um catálogo vívido de múltiplas linguagens, estilos, tradições, convivências e inovações de espaços populares como narrativa imagética de outra cidade possível, emergindo com os reclamos de reconhecimento de lugares de potência e sujeitos de direitos.

Configura-se assim um novo universo de pontos de vista, versões de fatos, linguagens poéticas: repertórios de experiências afetivas, existenciais e estéticas. Agora com outras vozes, cores e ritmos de diferentes territórios, que ganham cenas de envolvimento em/com dispositivos de visibilidade (COSTA; BARBOSA, 2016) que mobilizam pertencas culturais para redefinição de usos sociais da cidade, mesmo que sejam efêmeros e fugazes.

Rodas Culturais de Rima da periferia carioca

As Rodas de Rima começaram a se destacar mais decisivamente na paisagem cultural urbana do Rio de Janeiro em 2010 (ALVES, 2016), originando diversos coletivos e mais de uma centena de rodas hoje mapeadas. Como dissemos, as praças de favelas e de subúrbios foram as principais espacialidades a abrigar aqueles eventos, reunindo jovens para rimar, dançar e cantar. Todavia, não podemos deixar de sublinhar a multiplicação das Rodas Culturais nos bairros da Zona Oeste Carioca. Segundo os depoimentos de Júlio César da Costa, fundador da ONG Onda Carioca:

As rodas nasceram meio que por acaso. A gente tem hoje um conceito para as rodas culturais. A gente se debruçou sobre o movimento, sobre o fenômeno, e hoje a gente construiu um conceito, mas elas começaram meio que por acaso como batalhas de MCs lá na Lapa e pela forma espontânea como acontecem os encontros, na rua, de graça, democrática. O movimento acabou se expandindo com muita rapidez, hoje são mais de 80 rodas na cidade, no estado são mais de 110. Existe um site, Arte de Rua e Resistência, que tem esse mapeamento e a importância para a cidade é enorme. (Júlio César da Costa, entrevista concedida em 04/07/2017).

Esse movimento ganha força nos bairros suburbanos e, em particular, nas periferias que se expandem a cada ano, com marcante protagonismo dos jovens. Em entrevistas em profundidade com produtores e autores de rodas culturais se observa um imenso empenho em fazer acontecer as celebrações. Muitas rodas iniciam com a expressão do desejo dos seus autores de buscar encontro, de fazer fissuras com o cotidiano limitado de lazer e convivências lúdicas – além das impossibilidades e constrangimentos ao acesso a equipamentos culturais (econômicas, raciais, distâncias em relação entre local de moradia e trabalho) –, mas logo se dissolvem ou se tornam intermitentes devido às imensas dificuldades de realização. É o que demonstram os depoimentos a seguir:

[...] as rodas começam, aí o pessoal começa a produção e tal, mas, passado um tempo, como não é viável economicamente, não tem ingresso, não tem patrocínio, então o pessoal desanima por conta das dificuldades de pagar a manutenção de um som ou quando cria tensão, a gente tem um número muito grande de desistências e de rotatividade entre quem pega para fazer. (Luiz Ernesto Ferraz de Barros Junior, entrevista concedida em 06/09/2017).

A nossa roda [a do Terreirão] não dá pra tomar como referência, porque justamente por ter o projeto da praça por trás ela já chega com uma infra, com uma respeitabilidade no território. Mas a gente também enfrenta quase os mesmos desafios que todas as rodas. O desafio da estrutura é um desafio grande, muitas rodas não têm estrutura, som e tal, aí dependem da boa-vontade de terceiros ou tira do bolso pra alugar e aí praticamente inviabiliza a roda. A parte de infraestrutura é importante, muitas rodas dependem de uma infraestrutura básica de som pra acontecer, às vezes ela não tem e aí para a roda. A roda nunca morre, a gente costuma falar que as rodas não morrem, elas ficam inativas, então elas seguem sem operar, voltam e ficam nessa, param, voltam, isso é reflexo da resistência, da dificuldade de começar o trabalho. (Júlio César da Costa, entrevista concedida em 04/07/2017).

As dificuldades enfrentadas implicam inventar e compartilhar possibilidades, sobretudo para que as rodas aconteçam mesmo com as limitações para suas performances estéticas mais completas:

O que faz uma roda existir é o amor do jovem pela cultura hip-hop, acho que rola um encantamento porque é um movimento muito espontâneo. Hoje as pessoas conhecem mais como roda de rima. Por que é roda de rima? O hip-hop tem quatro elementos⁶, mas pra você viabilizar a realização dos quatro elementos tem um custo. A gente aqui tem os elementos, não nessa versão daqui, nós temos duas versões de roda, uma pequenininha, que é essa daqui, e a versão maior, que é a que acontece no container, no palco lá e tal, que é uma coisa mais estruturada, tem o grafite, tem o break e por aí vai. Como é caro a gente produzir os quatro elementos acabam que as rodas ficam mais focadas nas batalhas de Mcs e nos shows de rap, que bastam os microfones e as caixas de som, como está aqui hoje. Por isso que as rodas estão mais conhecidas como Rodas de Rima, basicamente a configuração dela é essa daí, show de rap e batalha de Mc. (Júlio César da Costa, entrevista concedida em 04/07/2017).

A crítica à reduzida atenção às rodas culturais por parte do poder público é marcante. O desinteresse resulta do não reconhecimento das

6 DJ, MC, graffiti e o break.

celebrações como significativas da criação cultural da cidade e do racismo institucional que se faz presente em relação aos seus autores, agindo como filtros na aprovação de projetos ou mesmo para autorização dos eventos⁷. Por isso, como afirma Júlio César da Costa:

E elas [as rodas] são um movimento de resistência, porque não há apoio nenhum do Estado, da Prefeitura, e mesmo assim, com tanta resistência, elas não param de crescer, então eu acho que é por isso que as rodas são importantes pra cidade, elas ressignificam o espaço, dão oportunidade pros jovens se expressarem, são uma forma dos jovens se revelarem como talentos e são uma forma deles se reunirem em torno de uma cultura engajada. (Júlio César da Costa, entrevista concedida em 04/07/2017).

A criminalização que estigmatiza as Rodas Culturais é originada, na verdade, em juízos de valor conservadores de agentes do Estado e da mídia hegemônica. Tais posições ideológicas discriminantes não se sustentam diante de um olhar mais atento e não preconceituoso em relação aos autores das celebrações de rima. Na verdade, as rodas são territorialidades expostas à violência da polícia e aos grupos criminosos, fazendo com que as celebrações experimentem situações de repressão e constrangimento permanentes:

[...] o Estado trata o movimento de maneira clandestina. Hoje, pra conseguir uma autorização pra fazer uma roda é uma coisa difícil. Até ano passado, nós tínhamos um marco regulatório bem claro em relação à autorização do município, temos um decreto, o 47013, que dispensa os alvarás das rodas, mas ele está vinculado a uma resolução que divulga o calendário das rodas, a localização. É um decreto que depende dessa resolução – que é anual – pra acontecer. Esse ano, por exemplo, não tem resolução, ou seja, as rodas estão acontecendo sem autorização da Prefeitura, porque se você usa a lei do Artista de Rua não vale nada. Aí você vai, além da Prefeitura, tem que ter a autorização do Estado, dos órgãos de segurança, o decreto 44617 determina que as rodas providenciem o “nada a opor” dos órgãos de segurança e aí é uma loucura, porque imagina só, um jovem

7 Racismo Institucional é aqui definido como um conjunto de práticas de distinção de acesso a direitos por critérios raciais. Ordenado por relações de subjetividade que naturalizam relações de inferioridade de negros e de negras em relação a outros grupos sociais, notadamente os brancos, o Racismo Institucional reproduz desigualdades tanto no âmbito das esferas públicas como nas esferas privadas.

favelado que quer fazer uma roda ele nunca vai bater na porta de um batalhão pra pegar um “nada a opor”, isso é pura ilusão, então acaba que a burocracia que hoje existe pra fazer uma roda a fragiliza, deixa a roda vulnerável porque quem produz roda não consegue atender à burocracia, seja em nível de Estado, seja em nível de Prefeitura. E o Estado não quer nem saber, ele chega, vê aglomeração de jovens e já quer explanar, já quer porrar... Os casos de opressão são milhares, desde quebra de equipamentos a porrada nos jovens e por aí vai. A gente está lutando muito pra mudar isso, estamos com algumas frentes de articulação política pra mudar a legislação, pra resolver também a questão da legalização em nível de Prefeitura, estamos atacando, não estamos parados não. (Por motivos de prevenção a possíveis represálias, o entrevistado não é identificado)

É uma luta, as rodas culturais sofrem muito, seja com a repressão policial, seja de milícia ou do próprio tráfico de drogas que de uma forma ou de outra oprime a gente através da circulação de pessoas armadas, através de tiroteio que atrapalha o movimento (Por motivos de prevenção a possíveis represálias, o entrevistado não é identificado).

Estamos diante de processos mais gerais de restrição e constrangimento da reunião de pessoas em espaços comuns que operam a negação da dimensão pública de praças, esquinas e ruas, afetando a todos nós e não somente aos ativistas das rodas culturais.

Escavando o futuro a partir da periferia

Apesar das limitações de reconhecimento impostas, dos estereótipos e estigmas envolvendo as Rodas Culturais no conjunto da cidade, as formas organizativas e modos de mobilização inovadores se fazem presentes. Um dos destaques especiais, em nosso recorte espacial de estudo, é a construção do projeto Praça do Futuro, a partir da experiência com jovens da comunidade do Terreirão. Júlio César da Costa relata a iniciativa inovadora:

[...] eu sou fundador da Onda Carioca, que é uma ONG, tem quase 10 anos de existência e, de quatro anos para cá, a gente está no Terreirão (desde 2011), mas, de quatro anos pra cá, (de 2012/2013), a gente vem desenvolvendo um trabalho chamado Praça do Futuro, que é um novo conceito de praça [...], onde a gente

adota a praça e tem o desafio de transformar a praça num polo de educação, cultura, lazer para o entorno, para população do entorno. A gente ocupa a praça de maneira permanente e começa o trabalho de ressignificação, de diálogo com a comunidade do entorno e recuperação do espaço. A gente vinha tentando buscar uma forma de acessar os jovens do Terreirão, da comunidade. Foi quando, em 2014, a gente descobriu o movimento das Rodas. A gente tinha uma necessidade de revitalizar a praça na parte de infraestrutura de lixeiras e tal. Aí a gente bolou um evento de hip-hop e convidamos diversos grafiteiros e esses grafiteiros fizeram uma performance em latões e esses latões viraram os latões de lixo da praça. Isso gerou notícia e tal e aí foi feito uma espécie de roda cultural e o evento deu certo e como grande poder de aproximação dos jovens. A gente começou então a discutir com o grupo que organizou esse evento de que maneira a gente poderia começar uma roda cultural na praça. A gente foi conversando com um, conversando com outro, formando um coletivo, dando início em março/fevereiro de 2015 a roda do Terreirão. Então a minha trajetória é uma trajetória de empreendedor social através da Onda Carioca, da Praça do Futuro e a Roda do Terreirão, que é um projeto dentro da Praça do Futuro, que faz parte do eixo cultural, nós dividimos/organizamos os projetos em eixos temáticos, cultura, esporte e tal e a Roda do Terreirão ela se encaixa no eixo de cultura da do Praça do Futuro. Ela hoje nem é mais só uma roda cultural, ela se transformou em uma plataforma hip-hop de comunicação comunitária, de educação e uma série de outras atividades. Foi assim que eu comecei no movimento das Rodas Culturais, tentando buscar uma aproximação e, hoje, dois anos e pouco de movimento cultural, de roda, o nosso relacionamento com o jovem mudou completamente, é outro relacionamento. Os jovens estão muito mais pertencidos à praça, nossa comunicação mudou muito, a gente tem um canal totalmente aberto, se fala muito, os jovens estão cada vez mais se apropriando da roda, então ela foi um projeto importantíssimo pra gente porque justamente foi o que permitiu que a gente acessasse a juventude. (Júlio César da Costa, entrevista concedida em 04/07/2017).

A experiência em pauta também é reveladora da construção participativa de gestão e produção não só de eventos, mas do projeto como um todo. Assim se combina o envolvimento dos jovens e de organizações da sociedade civil na ousadia de criar uma política para inventar compartilhamentos plurais e afirmar espaços públicos de convivência.

A organização em processos colaborativos e participativos permitiu também o estabelecimento de novas relações com o poder e os agentes públicos, traduzindo maior respeito e consideração às edições das Rodas e ao próprio projeto Praça do Futuro. Assim, a experiência em discussão é demonstrativa da possibilidade de desenvolvimento local (em pleno

sentido social do desenvolvimento) quando se mobilizam, nas palavras de Zaoual (2016), “sítios de pertencimento”. E, desta rica iniciativa em um local periférico da cidade, como Vargem Grande, se difundiram inventividades da associação organizada de rodas, cujo exemplo maior é a Liga de Rodas Culturais:

A roda depende do material humano, de pessoas engajadas, se não tiver alguém engajado... A diferença de roda pra um evento é que a roda é um encontro periódico, você tem que ter muito compromisso, não adianta fazer uma roda hoje e outra dois meses depois. O público não vai vir, tem que saber que aquilo é uma roda, que está sempre acontecendo, cada vez mais investindo, profissionalizando a roda, que aí eles levam a sério, aí eles vêm. Acho que tem que ter um grupo forte, unido, engajado, pra poder fazer a roda acontecer. A infraestrutura – equipamento de som básico – e uma boa articulação com os órgãos públicos pra conseguir fazer uma roda sem problemas. A gente aqui tem uma articulação boa com Prefeitura, Batalhão, então nossa roda ela tem uma “blindagem” por conta do projeto da Praça do Futuro, mas a maioria das rodas não tem essa situação. O projeto da Praça do Futuro dá essa sustentabilidade pro movimento aqui da Roda do Terreirão, então a gente acredita que é necessário fazer, o movimento é muito fragmentado, as rodas se falam muito pouco, elas tem que se falar mais, elas estão se falando mais agora, eu sou o cara que está puxando tudo isso, criamos uma Liga na Zona Oeste, somos 20 rodas unidas em torno dessa Liga, tem um estatuto com objetivos claros, tem um código de ética para gestores, tem princípios, toda uma governança da Liga, a gente criou esse conceito do que que é Roda Cultural, encontro comunitário do hip-hop gratuito, tem todo um conceito bonitinho lá. (Júlio César da Costa, entrevista concedida em 04/07/2017)

A construção da Liga é também enfatizada por Luiz Ernesto Ferraz de Barros Junior como possibilidade de criação de enlaces entre Rodas e para o fortalecimento das lutas por reconhecimento de sua importância artística e cidadã:

A Liga surgiu do querer continuar, querer ter uma unidade das Rodas Culturais, seria como se fosse um sindicato das Rodas, no melhor sentido da palavra sindicato. Uma união em que as pessoas fossem para trocar ideias, trocarem experiências. As Rodas foram tomando seriedade mais recentemente, desde julho do ano passado, foi a primeira audiência pública na Zona Oeste em torno das rodas, foi uma representatividade perante o Poder Público, ter entrada, ter diálogo com as autoridades. Foi uma evolução não só da Liga, mas do movimento como um todo. Hoje somos mais ou menos 60 rodas no Estado do Rio de Janeiro, tem roda

em Campos, em Macaé, Angra dos Reis, Itacuruçá, Barra do Piraí [...] (entrevista concedida em 06/09/2017).

A Liga em construção assegura a ampliação da escala territorial da política das Rodas em termos de seu conceito de cultura e de seu papel social em relação ao uso público da cidade:

A Roda, de acordo com a Liga, ela tem uma visão de transformação do território justamente porque a Roda traz essa visão politizada da coisa e a gente quer aproveitar essa visão para engajar esses jovens também dentro de lutas populares no seu território, esse é um desafio enorme. Claro que hoje é difícil fazer isso porque as rodas já acontecem na maneira de resistência. Você sair da resistência, trabalhar com mais estrutura pra depois pensar mais o território é um processo que não sei nem quando, difícil, mas a gente tem esse olhar de futuro. A minha visão de futuro é esse modelo que está aqui. Rodas adotantes de praças assumem praças e transformam as praças em espaços de gestão do território através de vários trabalhos, é isso que a gente faz aqui no Terreirão. (Júlio César da Costa, entrevista concedida em 04/07/2017)

Há muitos desafios postos para a afirmação das Rodas Culturais como vivência artística e principalmente como experiência de usos compartilhadas da cidade. Esses desafios são, para o rapper Zulu, acrescidos da necessária ampliação da participação de outros criadores e estilos estéticos da periferia nas Rodas Culturais:

A maior dificuldade da roda cultural hoje é propagar a cultura. Roda cultural não é só rap, hoje em dia a gente vê muito rap, só rap, nunca vi aqui no Rio de Janeiro outros estilos musicais a não ser rap. Em algumas rola o reggae e tal, mas as ações culturais da favela num todo, como funk, pagode, samba, que também são culturais, não são efetivadas dentro das rodas culturais e existe certo bloqueio da galera de implementar esses estilos musicais à roda cultural, por medo de perder essência, espaço ou até mesmo o fator grana pra realização do projeto das rodas ao mesclar os estilos.

A posição crítica e propositiva de Zulu ilumina a necessidade de incorporação de outros sujeitos (e outros públicos participantes) com o devido respeito às diferenças de estilos e de narrativas estéticas, porém ampliando espaços de encontros de repertórios, desejos e visibilidades de

jovens de favelas, subúrbios e periferias da cidade. E, como afirma Nabrisa, mestra de cerimônia, há outro desafio de participação nas Rodas Culturais, em seu sentido e proposta democrática radical de representatividade das juventudes de origem popular:

Eu sempre tive um sonho de ser eu e falar o que eu quiser e no rap eu encontrei a liberdade de expressão. Meu nome é “Nabrisa”, tá ligado? É meu nome de trás pra frente, Sabrina, e eu não quero ser mais uma Anitta, pra que eu vou ser mais uma Anitta se eu posso ser a Nabrisa? Independente de crença, cor, eu quero fazer a diferença. Eu me sinto tipo um leão na jaula, preso, mas eu faço rap com a alma, sabe? Eu acho que os caras deveriam dar mais espaços pras minas, saca? Meu contato com o hip-hop é profundo, é mandar o papo reto mesmo, pregar o amor, falar sobre Cristo e que tenha humildade nesses menores, porque está faltando, está na maior guerra de ego e às vezes se esquecem de passar um bagulho que edifica o próximo; eu queria muito pegar o microfone, mas, como eu não tive oportunidade, vou tentar soltar uma poesia no final, mas quando esse jogo virar eles que vão me chamar pra rimar, não vou precisar nem pedir. (Entrevista concedida em 04/07/2017).

Considerações para seguir em frente

Apesar dos estereótipos da pobreza e dos estigmas da violência que ainda marcam as favelas, subúrbios e periferias urbanas, é inegável o reconhecimento da riqueza de suas expressões estéticas e modos significativos de apresentar (e afirmar) a sua pluralidade cultural. Embora não seja marcada por uma elaboração nos padrões dominantes de cultura, a constelação simbólica elaborada nos territórios populares gera produções individuais e coletivas que permitem a construção de complexas redes de sociabilidade em territorialidades de convivências plurais.

As Rodas Culturais são expressões de como as juventudes de espaços populares inventam suas narrativas estéticas de ser e estar no mundo, provocando a construção de outros horizontes de significados para seus territórios de morada e para a cidade. Entra na cena urbana um conjunto de sujeitos e práticas criativas em suas cores grafitadas, suas sonoridades multiplicadas, seus bailados de corporeidades e suas

memórias figuradas em cenas de pertencas em movimento. Estamos diante do que denominamos de culturas de periferia; uma construção de relações de intersubjetividades que desejam outras formas e outros conteúdos de sociabilidade. Como afirma um dos entrevistados em nossa pesquisa:

[...] Hoje são 80, teria 300 rodas espalhadas, isso com certeza, o que não falta é um jovem querendo fazer uma roda perto da sua casa, os jovens vem lá de Santa Cruz pra ver a roda aqui, tem gente de outros municípios pra ver a roda aqui, eles se movimentam muito, é um fenômeno que gera essa mobilidade. É só você ter uma infraestrutura básica para oferecer pra roda que eu tenho certeza que vão ter vários grupos querendo abraçar. (Júlio César da Costa, entrevista concedida em 04/07/2017)

O anunciado abraço às Rodas Culturais vem sendo construído nas relações de pertença, amizade e solidariedade de seus próprios protagonistas. São eles que, na verdade, vêm demonstrando criatividade e perseverança para invenção de formas organizativas e modos de realização de territorialidades de encontros, uma das ricas referências do significado da cultura e da arte no contemporâneo. Seus repertórios estéticos são produtos genuínos para reconhecer e afirmar os direitos plenos de juventudes das periferias do Rio de Janeiro, assim como de outras metrópoles brasileiras. Por outro lado, seus modos criativos de construir convivências em praças, ruas e esquinas, demonstram que os jovens não querem ser encerrados em aprisionamentos de fala e de presença no espaço urbano.

É justamente nesse sentido que as Rodas Culturais demonstram ser um referencial fundamental para elaboração e execução de políticas públicas democráticas de cultura, especialmente as que possam ser capazes de efetivar direitos à criação e fruição cultural em construção pelos jovens marcados por estigmas sociais e preconceitos raciais. E, quando se trata de bairros em periferias urbanas, como o da Zona Oeste, a democratização de investimentos e o apoio às inventividades

estéticas devem reconhecer o significado sociopolítico de sua potência de sociabilidade e sua exigibilidade de direitos, sobretudo para efetivar as mudanças que a nossa sociedade tão desigual ainda insiste em adiar.

Referências Bibliográficas

- ALVES, Rôssi. **Rio de Rimas**. 1. ed. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2013.
- BARBOSA, J. L. **Cultura e Território**. Rio de Janeiro: Lumens Juris, 2017.
- BARBOSA, J. L.; DIAS, C. G. (Orgs.). **Solos Culturais**. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado de Cultura do Rio de Janeiro/Petrobras/Observatório de Favelas, 2013.
- COSTA, Eliane e BARBOSA, J. L. Rolezinhos: território e territorialidades em Ciberculturas. **Z Cultural**, Rio de Janeiro, Ano XI, n. 1, 2016.
- HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 1. ed. São Paulo: DP&A Editora, 1992 [2006].
- HERSCHMANN, M. **O funk e o hip hop invadem a cena**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005.
- SANTOS, M. **A Natureza do Espaço**. São Paulo: EDUSP, 2002.
- SILVA, J. S. BARBOSA, J. L. FAUSTINI, M. V. **O Novo Carioca**. Rio de Janeiro: Mórula, 2012.
- SILVA, J. S. de, e BARBOSA, J. L. **Favela: alegria e dor da cidade**. São Paulo/Rio de Janeiro: SENAC/X-Brasil, 2005.
- VENTURA, Tereza. Cultura e representação política. In: ALVES, Paulo C. (Org.). **Cultura: múltiplas leituras**. Salvador: EDUFBA, 2010.
- ZAOUAL, H. **Nova Economia das Iniciativas Locais: uma introdução ao pensamento pós-global**. Rio de Janeiro: DP&A/COPPE/UFRJ, 2006.

Jovens, cultura e educação: dispositivos da arte e da tecnologia na escola

Monica Fantim

Nos vastos caminhos que envolvem a discussão sobre “juventude e educação”, muitas podem ser as pistas a serem exploradas. As escolhas desse texto foram marcadas por questões e olhares a partir de alguns encontros construídos na pesquisa com crianças, jovens e mídia-educação na formação de professores¹. Algumas perguntas iniciais: que jovens estamos formando? Que mundo estamos construindo/deixando como herança presente e futura aos jovens hoje e em devir? A produção de subjetividades na escola permite a construção de identidades como reconhecimento e pertencimentos? De que modo os currículos escolares dialogam com as culturas juvenis? Que novas metodologias podem aproximar as aprendizagens que os jovens constroem nos espaços formais e informais?

Para discutir tais questões, situaremos aspectos da complexidade da educação no contemporâneo, buscando conhecer os jovens, as culturas juvenis e os espaços de pertencimento, de modo a pensar as novas formas de cidadania na cultura digital e como tais questões tem sido evidenciadas na escola. A esse respeito, destacamos o desafio de contemplar a multiplicidade nos currículos, os novos letramentos e também novas metodologias, e sugerimos que a arte, a corporeidade e as tecnologias podem atuar como importantes dispositivos para desencadear outras práticas educativas, midiáticas e sociais.

¹ Este texto foi produzido por ocasião da participação na Mesa Redonda Jovens e Educação, no VII Simpósio Internacional sobre a Juventude Brasileira, JUBRA, realizado em Fortaleza nos dias 12 a 15 de agosto de 2017.

Jovens, pertencimentos e culturas juvenis

No atual contexto, constatamos uma crise na educação e nas instituições tradicionais (escola, família, Estado), que não estão mais respondendo às questões identitárias de construção de sentido diante da complexidade do mundo contemporâneo. Observamos também um certo desencanto com os modos tradicionais de participação política e uma busca por outras formas de participação na vida social. Nesse quadro, podemos problematizar o “Complexo de Telêmaco”, discutido por Recalcati (2016)², quando sugere que, na filiação simbólica, o processo de herdar hoje estaria desacreditado, mas que sem ele não haveria possibilidade da herança, entendida como transmissão de desejo de uma geração a outra. Desse modo, cabe perguntar o que se apresenta como herança aos jovens de hoje? Um meio-ambiente destruído, uma economia enlouquecida, uma dívida ilimitada, uma falta de trabalho, de perspectiva e de horizonte de vida e uma incerteza quanto ao futuro.

Diante da (im)possibilidade de transmissão dessa herança simbólica, que não é feita de gens nem de bens, mas de desejo e esperança num futuro, Recalcati destaca que a herança não é um “direito natural”, mas um “movimento singular”, privado de garantias que pode nos reconduzir àquilo que somos. A esse respeito, o autor lembra que, para Lacan, a transmissão do desejo é como um fertilizante irrenunciável da vida humana.

A transmissão de desejo e esperança implica também um trabalho de memória, de “saber quem somos” e o lugar que ocupamos nas diferentes relações que estabelecemos, o que não é e nem tem sido muito fácil saber nos dias de hoje. Ao constatar que a desesperança entre os jovens transcende fronteiras e está presente em diferentes contextos

2 O autor faz referência à Odisseia de Homero, em que Telêmaco espera o retorno de Ulisses para reestabelecer a casa invadida. Para Recalcati (2016), Telêmaco indicaria uma direção ao assumir a tarefa de tornar-se um “herdeiro justo” de uma herança entendida como esperança de futuro.

socioculturais - como diferentes estudiosos demonstram (FERREIRA 2017; CASTILHO, 2017) -, constatamos também que os jovens estão percebendo que estamos deixando a eles um mundo pior do que aquele recebido por nossos pais. E o mais grave é que os estudos geracionais apontam que se na nossa geração e nas anteriores havia uma perspectiva de melhora para as gerações futuras, tal aspecto parece não se configurar neste momento, como destaca Ferreira (2017) ao refletir sobre como os jovens de hoje lidam com os tempos de crise em comparação com gerações anteriores. Em 2002, Tonucci já denunciava essa falta de perspectiva em relação a tal legado que estávamos deixando às crianças e hoje esse quadro se amplificou: “O adulto organiza seu tempo contando com o futuro [...] que para ele é seguro. Para os pequenos, os mais frágeis e os pobres, existe apenas o presente, pois estão privados daqueles sonhos perdidos” (TONUCCI, 2002, p. 5).

Buscamos ler e compreender as mudanças em ato e movimento a partir de uma lógica que faz da reflexão sobre a práxis um fundamento sólido. Assim, partimos de algumas observações e diversos estudos para tentar entender e explicar os fenômenos com que nos deparamos.

A crescente desvinculação do tempo-espaço e atemporalização que remete à emergência de um tempo fragmentado, descontínuo, disperso, com evidente redução da experiência ao aqui-agora, leva Pais (2017) a perguntar sobre as implicações de tal presentificação nas culturas juvenis contemporâneas. Como resposta, ele destaca a “provável perda de vista de horizontes do futuro e das memórias sociais do passado” (PAIS, 2017, p. 306). Segundo o autor, a hiperconexão com o presente implicaria uma desconexão em relação à temporalidade histórica, pois a velocidade da informação e obsolescência instantânea “propiciaria o esquecimento, a memória curta” (2013, p. 364).

Nessa “contração do espaço e exílio do tempo”, Croce e Rivoltella (2014, p. 55) tensionam a utopia e distopia que tal aspecto também revela:

o acesso ubíquo e a disponibilidade de ciclo contínuo da tecnologia, por um lado, e a colonização do não-tempo, por outro. Aliado a isso, a “atração fatal” que os dispositivos móveis exercem sobre todos nós e a tendência de preencher espaços vazios, configurando algumas características dos modos de ser no contemporâneo.

E, por falar em modos de ser, quem é esse jovem que frequenta a escola hoje? Afinal, como nos lembra Serres (2013, p. 12): “antes de ensinar o que quer que seja a alguém, é preciso no mínimo conhecer esse alguém”.

No entendimento dos jovens como sujeitos e atores sociais permeados pela heterogeneidade e singularidade que os constituem, também se destacam as realidades de alguns dilemas comuns, sobretudo nos âmbitos do consumo, do lazer, da sexualidade, da educação e da inserção profissional. Nesse processo, também se percebem valores antagônicos nos diferentes modos de ser: materialistas e pós-materialistas, hedonistas-espiritualistas, individualistas-sociocêntricos, como sugere Pais (2017). O autor destaca ainda que para os jovens de hoje, “os direitos sociais mais atrativos são os que, cotidianamente, expressam o bem estar individual, como é o caso dos direitos do consumidor ou dos que se centram em questões relacionadas a gênero, a sexualidade, os estilos de vida e a qualidade da mesma” (2013, p. 364).

Tal reflexão corrobora a relação entre identidade e “idade do narcisismo” como uma das faces e/ou características que compõem alguns retratos dos jovens hoje, conforme sugere Pietropoli (2008, p. 1). Para ele, a convicção “que o próprio ser é mais importante que o outro” parece caracterizar os jovens que aspiram ao sucesso ou “o reconhecimento de seu valor intrínseco, de sua singularidade e individualidade”. Dedicados ao culto de si mesmo, buscam o “desenvolvimento de sua beleza, não só física mas psíquica, social, expressiva”, como um direito que prevalece sobre todos os outros, diz o autor. Desse modo, os jovens parecem estar em cena num protagonismo de si, atraídos pelo específico do seu olhar.

Diante da multiplicidade de imagens, retratos, perfis, estereótipos e máscaras que constroem as representações de ser jovem hoje, Martín-Barbero (2008) destaca as percepções dos jovens a partir das socialidades, tecnicidades e subjetividades, e caracteriza uma “condição jovem”, a partir de Hoppenhain em forma de paradoxos, que podemos assim sintetizar: uma juventude que possui mais acesso à educação/informação, porém menos acesso ao emprego e ao poder, que quanto mais dotada de aptidão para a mudança produtiva, mais excluída dela está, com maior acesso ao consumo simbólico e com forte restrição de consumo material, e tem um grande sentido de protagonismo e autodeterminação, enquanto a maioria vive na precariedade e desmobilização, e ainda, uma juventude mais objeto de política pública que sujeito-ator de mudanças (MARTÍN-BARBERO, 2008, p. 28).

Para as juventudes atuais, as “sensibilidades respondem, não só mas basicamente, a *alternativas* de sociabilidades que permeiam tanto as atitudes políticas como as pautas morais, as práticas culturais e os gostos estéticos” (MARTÍN-BARBERO, 2008, p. 29). No entanto, o autor esclarece que isso não significa desvalorizar o lugar que as culturas audiovisuais e as tecnologias digitais ocupam na vida cotidiana e na configuração de imaginários dos jovens, seus modos de ver e estar juntos.

Ao perceber as relações sociais como uma “experiência que passa fortemente pela *sensibilidade* - que em muitos “sentidos” é sua *corporeidade*”- os jovens nos dizem muitas coisas através dela: “os jovens nos falam hoje através de *outros idiomas*: o dos rituais do vestir-se, de tatuar-se, de adornar-se e também de emagrecer para estar de acordo com os modelos de corpos propostos pela moda e publicidade” (MARTÍN-BARBERO, 2008, p. 36).

Nesse sentido, “a tecnologia é hoje uma das metáforas mais potentes para compreender o tecido – redes e interfaces – de que é feita a subjetividade” (MARTÍN-BARBERO, 2008, p. 34). E nessa trama de

interações e mediações tecnológicas, ele chama atenção às tecnicidades cognitivas e afetivas e aos novos modos de saber que afetam o corpo e a memória, bem como suas possibilidades e seus riscos. A partir da tecnociência, Martín-Barbero (2008, p. 39) nos desafia a pensar não apenas na singularidade do mundo, mas na “tecnicidade do mundo”, que afirma a técnica como dimensão constituinte do humano. Nesse sentido, ele destaca “o desafio de pensar a técnica como entorno tecnológico e ecossistema comunicativo”, visto que a subjetividade é mediada pela tecnicidade comunicativa.

Diante de tais configurações e representações, as culturas juvenis podem ser entendidas como os modos de atribuir sentido às práticas dos jovens, uma trama de relações e construção de conhecimento de si e do outro, um modo específico de apreensão do mundo, que é integrado à cultura mais ampla.

Como formas de pertencimento, expressão e participação, as culturas juvenis se constroem em diversos espaços. A rua é um dos palcos de muitas manifestações culturais (o skate, o grafitti, o street basket etc.) reivindicada pelos jovens como espaço da cultura participativa, diz Pais (2017), ao destacar diferentes tipos e apropriações dos diversos espaços: *hedonistas* (circuitos de lazer noturno sacralizados pelo consumo (bebidas e drogas) e fachadas corporais (tatuagens, piercings, indumentárias); *criativas* (grafiteiros, skaters, músicos de rua e outros artistas); *cívico-políticas* (direito à dignidade).

Diversos estudos sobre as culturas juvenis atestam a estreita ligação de jovens com mídias e novas tecnologias e evidenciam a relevância do papel das tecnologias no “alargamento de horizontes de desejos e imaginários” (PAIS, 2017, p. 309), pois “nesses fluxos de força, os jovens mostram enorme capacidade de mobilização e de participação” (PAIS, 2017, p. 372). Desse modo, continua o autor, o acesso às novas formas de comunicação e às novas tecnologias propicia outras formas de

envolvimento dos jovens com a cidadania, pois, além de ampliar o acesso à informação e oportunidades de ação, promove “a partilha e debates de ideias, favorecendo um sentimento subjetivo de empowerment [...] predisposição a ativismo que se manifesta cotidianamente como opção de vida” (PAIS, 2013, p. 372).

Nestas ações cotidianas, ao traduzir as narrativas de jovens sobre suas experiências com mídias e tecnologias, Ferreira, Oswald e Chaves (2015, p. 226) perguntam sobre o que os jovens contam de si quando circulam pela cidade, nas táticas que adotam para dar visibilidade ao seu cotidiano nas redes sociais, quando se mascaram com avatares e diversos perfis, nos downloads de músicas compartilhadas na web, nas estéticas corporais, nas baladas, nos vídeos do *YouTube*, nos rastros produzidos pelos espaços em que transitam, nas imagens que produzem e compartilham nas redes. Afinal, tais práticas possibilitam conhecer os modos de ser dos jovens e valorizar sua potência narrativa aliada ao sentido plural de tais experiências antropológicas e culturais.

Se o perfil das culturas juvenis é a multiplicidade, como a escola lida com os jovens? Considera as particularidades a respeito das linguagens juvenis, das novas formas de comunicação multimídia e da presença de novos cenários de agregação no âmbito digital? Identifica instrumentos e competências adequadas ao trabalho a ser desenvolvido nos grupos? Vejamos algumas considerações a esse respeito.

Educação, mídia e novas formas de cidadania

Ao constatar o atravessamento das mídias e tecnologias nas culturas juvenis, uma pergunta se faz necessária: por que educar para as mídias? Pergunta semelhante foi feita por Silverstone (2005), no livro *Por que estudar as mídias?*, em que o autor responde argumentando a importância da análise do papel e da função que as mídias desempenham em uma

sociedade como a nossa. Diante do lugar que a mídia ocupa no contexto de uma sociedade que é feita de informação ou de uma sociedade em redes, o papel estrutural das mídias se desenvolve a partir da função de mediação: da realidade, das relações e da história, diz Thompson (2010).

E hoje, considerando a multiplicidade de entendimentos, mais que instrumento e ambiente, as mídias se revelam no tecido conectivo que indivíduos e grupos tecem suas relações (RIVOLTELLA, 2017). Deste modo, podemos responder a pergunta acima argumentando, segundo o autor, que é importante educar para as mídias porque: nossa sociedade é “feita de mídia”; as mídias “constroem” nossas ideias sobre as coisas e o mundo; as mídias contribuem para definir nosso modo de ser, de estar e de se relacionar com os outros; as mídias são cada vez mais nossa memória a respeito do passado.

Lidar pedagogicamente com as mídias e tecnologias é um dos objetivos da mídia-educação, que pode ser entendida como uma condição de educar para a cidadania hoje, sobretudo a partir de suas perspectivas crítica-reflexiva, metodológica-instrumental, produtiva-expressiva (FANTIN, 2011). Para tal, a mídia-educação deve ser considerada também como um patrimônio de todo educador e deve encontrar espaço tanto no currículo como no trabalho educativo em contextos extraescolares.

Afinal, diante do momento político atual e de um contexto de “pós-verdade” que constrói certas narrativas que ganham nas redes um poderoso instrumento no âmbito do afeto e da produção dos mais diversos sentimentos e sensações, mais do que nunca é necessário reafirmar a dimensão da crítica, sobretudo nas produções midiáticas responsáveis pelo ponto de vista ético e estético. Pensar como a mídia, as redes e os processos de comunicação, pela mediação da educação – com sua miríade de singularidades e processos de subjetivação –, podem romper com a lógica da reprodução, de modo a criar uma nova ecologia da mídia. Ou seja, pensar como os jovens, os coletivos, as redes, os grupos

se percebem ao atuar como *prosumers*, no sentido de consumidores-produtores responsáveis por conteúdos relevantes para a construção de outras possibilidades. Para tal enfrentamento, Pretto (2017, p. 1) entende que é necessário “avançar no *pensar grande*” quando se fala de educação, cultura, ciência e tecnologia. Para ele, temos pensado pequeno e sem criatividade e precisamos “refazer nossas práticas, sejam elas as políticas, sejam as da educação, da cultura, enfim, um repensar mais profundo para uma radical transformação do planeta que está sendo violentamente atacado, tanto pelas intolerâncias, como por ausência de projetos”.

Diante dos novos estilos de vida e novas formas de cidadania na cultura digital, a cultura da partilha observada em diferentes manifestações tem transformado o espaço público em uma arena de comunicação, o que reafirma a importância da interconectividade com relação aos diversos valores culturais. “A facilidade de interconectar com as redes sociais propicia que jovens assumam o papel de revitalização da sociedade, pois são agentes de mudança social”, diz Pais (2013, p. 364). Para o autor, o desafio das novas redes multimídia e a contingência de linguagens e aprendizagens criam novas demandas à escola, que tenta acompanhar tais mudanças com novas propostas educativas. Segundo ele, “as novas comunidades educativas facilitarão a circulação e produção de novos saberes, re-equacionando os fundamentos em que tem assentado a construção de currículos escolares” (PAIS, 2013, p. 270).

Mas como pensar o currículo como prática social que assegure tal perspectiva? Ao refletir sobre as relações entre escola, cultura e participação nos mais diversos territórios (de precariedade e não só), a discussão sobre as mídias e tecnologias no currículo assume cada vez maior importância, além de configurar uma forma de pertencimento e inclusão (FANTIN, 2012). Entre os desafios da mídia-educação na escola e suas possibilidades (inter)disciplinares e transversais, destacamos também a necessidade de um currículo que contemple a diferença e as

culturas diferentes.

Nessa perspectiva, Pais (2013, p. 373) argumenta que a escola poderia atuar como plataforma de diálogo entre diferentes sensibilidades e necessidades, lidar com a pluralidade de saberes, fontes e interações na perspectiva de “aprender a interconectar informações, conhecimentos, linguagens e afetos, na base das vivências e experiências dos jovens no mundo atual”.

Tão importante quanto usar os meios que dão sentido às práticas educativas, culturais e midiáticas, que, por sua vez, mudam a dinâmica das negociações dos jovens sobre alfabetização, aprendizagem, conhecimento e autoridade, é identificar as estratégias que os jovens utilizam para aprender dentro e fora da escola. Desse modo, é possível reconhecer as identidades, necessidades e motivações dos estudantes e oferecer melhores alternativas para aprender e atuar na escola e fora dela.

Diante da precariedade nas práticas de leitura e escrita de grande parte dos jovens que frequentam as escolas públicas, há que se perguntar “o que é estar alfabetizado hoje?”. Nesse sentido, a perspectiva freireana - em que a leitura de mundo se constrói junto com a leitura da palavra - hoje poderia ser atualizada ampliando esse conceito para a leitura e produção de mundos, palavras, imagens, audiovisuais, notícias, publicidades, posts e muitos outros, como sugere a perspectiva das *Multiliteracies*, traduzida como multiletramentos. Entendida como relação que emerge da nova ordem cultural, institucional e global, as *multiliteracies* consideram “a multiplicidade dos canais de comunicação e mídia e a crescente proeminência da cultura da diversidade lingüística”(COPE; KALANTZIZ, 2000, p. 9). Desse modo, amplia-se a concepção tradicional do que é estar alfabetizado ao se relacionar diferentes linguagens e metalinguagens que – no processo de construção de sentidos - se articulam entre os “designs lingüístico, a escrita, o [audio] visual, o sonoro, o gestual, o espacial, e o multimodal” (p. 7).

Aliado a isso, os novos letramentos implicam um *novo ethos* para acessar, analisar, avaliar, criar, produzir, comunicar, compartilhar conhecimentos (LANKSHEAR; KNOBEL, 2011), e se constroem em práticas de fanfiction, remix, anime, memes, digital storytelling, games e outras práticas autorais, além da pesquisa na internet, da produção de imagens, vídeos, games e outras. Assim, é possível evidenciar as inúmeras possibilidades de trabalho, como, por exemplo, com música, a partir do hip hop (como possibilidade de criar composições musicais através de estratégias de improvisação, do remix e da mistura de sons por interconexão e obliquidade) ou do rap (como a própria expressão sintetiza, *rhythm and poetry*, “ritmo e poesia”) no mundo comunicativo da escola e fora dela, em que “a música é um organizador do tempo, com seus ritmos e contratempos”(MARTÍN-BARBERO, 2008, p. 31).

Dialogar com as culturas juvenis na escola implica estar atento às experiências dos jovens estudantes e seus processos de produção de subjetividades, de modo a articular significativamente os conteúdos curriculares e suas vivências cotidianas. E isso também implica em lidar com a realidade de saberes fragmentados e das atenções flutuantes. Nessa perspectiva, podemos pensar um “currículo breve” a partir da metodologia dos Episódios de Aprendizagem Situada, EAS.

Novas metodologias e os dispositivos da arte, da corporeidade e das tecnologias na escola

Ao pensar nas mudanças institucionais para que a escola possa fazer mais sentido à formação dos jovens, Dayrell (2007, p. 1106) sugere uma mudança no foco de tal reflexão, em que se passe “das instituições educativas para os sujeitos jovens, onde a escola tem que ser repensada para responder aos desafios que a juventude nos coloca”.

Entre as possíveis redefinições, há que se pensar também nos

lugares e deslocamentos da relação professor-aluno, nas escolhas curriculares, nas metodologias e nas produções colaborativas de conteúdos digitais e seus compartilhamentos em redes. A esse respeito, a teoria do ator-rede proposta por Latour (2012) nos ajuda a entender a relação sujeito-objeto e o papel de certos dispositivos atuando como “atores sociais”, mediadores, actantes que exercem e sofrem algum tipo de ação e participação nos processos.

Na construção de novos entendimentos que a complexa realidade sociocultural nos desafia, as estratégias para integrar os usos das tecnologias e seus dispositivos na didática têm solicitado um trabalho com competências específicas, que interpelam à didática diferentes abordagens de ensino sobre novos modelos e modalidades operativas do processo ensino-aprendizagem. Entre esses modelos, surge o conceito de Episódios de Aprendizagem Situados (EAS) proposto por Rivoltella (2013).

Episódios de Aprendizagem Situados

A metodologia EAS se origina na reflexão sobre *Mobile Learning* e nas atividades de *microlearning* que foram impulsionadas pela cultura digital. O *microlearning* é “um processo de aprendizagem informal relacionado aos fenômenos que atravessam as culturas de mídias atuais, suas fragmentações e recombinações de formatos textuais e transmídiaáticos” (RIVOLTELLA, 2013, p. 51-52).

Inspirado em tal reflexão, o autor destaca que a metodologia EAS também se configura como uma proposta de integração dos dispositivos móveis na didática e fundamenta-se em quatro ideias-chave: o ensino como design, o aprender fazendo, a *flipped teaching* e a neurodidática. Organizada a partir de uma estrutura que prevê três momentos em cada aula, a metodologia EAS prevê: 1) momento preparatório: um quadro conceitual ou uma situação-estímulo que encaminha uma atividade preparatória aos alunos; 2) momento operativo: uma microatividade de

produção em que o aluno deve resolver um problema ou produzir algum conteúdo sobre a situação-estímulo; 3) momento re-estruturador: um debriefing sobre o que aconteceu nos momentos anteriores, com retorno sobre os processos ativados e conceitos que emergiram de modo a refletir aspectos a serem salientados.

Na ênfase à dimensão do aprender fazendo, destacamos certa aproximação com a cultura *maker* (SEFTON-GREEN, 2013), que enfatiza as diferentes possibilidades do fazer criativo e suas aprendizagens em redes e pares, a partir dos significados e motivações que inspiram os jovens em suas atividades de criação digital. O autor explora como a participação na produção digital afeta as escolhas dos jovens nos diferentes níveis de escolaridade e nas escolhas profissionais. Aliado a isso, vale destacar que alguns aspectos da criação digital também evidenciam os níveis de competências da mídia-educação para o século XXI, propostos por Jenkins *et al* (2006), que sugerem nove habilidades que se relacionam com diversos aspectos das culturas juvenis: *Jogo, Performance, Simulação, Apropriação, Multitarefa, Cognição distribuída, Inteligência Coletiva, Julgamento, Navegação Transmedia, Trabalho em rede e Negociação*. Entre estas habilidades, evidenciamos algumas atividades e percursos (em presença e online), no contexto de uma pesquisa sobre multiletramentos e aprendizagens formais e informais na escola (FANTIN, 2015), que envolveram o *Jogo, a Simulação, a Performance* (personificar identidades alternativas), e a *Inteligência coletiva* (comparar opiniões e conhecimentos) desenvolvidas também no âmbito digital. Podemos analisar alguns aspectos da performance a partir de sua relação com a corporeidade.

Corporeidade

O tema do corpo no contexto das múltiplas linguagens também tem sido objeto de nossas pesquisas (FANTIN, 2015; MIRANDA; FANTIN, 2015; MULLER; FANTIN, 2014) a partir de uma perspectiva

integrada de pensar as potencialidades do sujeito e suas linguagens, multissensorialidades e corporeidades.

Nas relações do sentir, o corpo ocupa lugar de destaque e é discutido por diversos autores. Para Serres (2011), é na dimensão do corpo que começa o saber. E a partir de uma reflexão sobre o corpo e as aprendizagens que as fábulas propõem, o autor enfatiza o sentido da aprendizagem como devir flexível que reside no jogo de simulações, incorporações e adaptações ao mundo.

Se as novas formas de expressão nas culturas juvenis mudam o próprio dispositivo educativo, porque o jovem também mudou, como pensar o problema ético-estético da expressividade dos jovens na escola? Uma das possibilidades pode ser “colocar-se em cena”, de modo a encontrar um equilíbrio entre o seu senso estético e o do outro, e aprender a “usar o corpo” [e a mídia] de uma maneira esteticamente significativa.

Neste sentido, ampliar o entendimento da aprendizagem como fato intelectual, afirmando o corpo como o principal órgão de consciência, implica também perceber no corpo e em seus [des]confortos (biológicos, cognitivos, afetivos, expressivos) como os jovens sentem e elaboram certas dificuldades expressivas. Para tal, uma das possibilidades que vislumbramos foi a arte-mídia e suas convergências, a partir de registros audiovisuais de performances estudantis como dispositivo de reflexão sobre si e sobre o outro (FANTIN, 2017a).

Aliado a isso, o trabalho com o corpo envolve uma dimensão estética que muitas vezes é negligenciada na escola, como se o jovem fosse só cabeça e o corpo neutralizado. Desse modo, é possível perceber que em atividades envolvendo o corpo, a música e outras formas de expressão, os jovens “se abandonam na dança”, por exemplo, e percebem outros âmbitos do ser erótico, que contrasta com o antierotismo da sala de aula, mesmo que isso se manifeste também nos modos de vestir e em outras práticas.

Outra possibilidade de trabalhar com a corporeidade pode ser o teatro. Nesse caso, a função formativa de jogos teatrais e/ou laboratório teatral, por exemplo, não é formar atores e construir espetáculos, mas trabalhar a dimensão expressiva para ajudar o corpo discente (e docente) a sair desse impasse e predispor-se à aventura do conhecimento.

Em uma pesquisa correlata ao contexto da pesquisa sobre multiletramentos (FANTIN, 2015), desenvolvemos uma experiência de aproximação entre mídia-educação, EAS e Teatro do Oprimido (BOAL, 2005) denominada: “Culturas emergentes na escola: pesquisa na internet, produção audiovisual e competências midiáticas de jovens estudantes” (MALCUT, 2016). Entre as diversas atividades propostas nesta pesquisa, desenvolvida com jovens estudantes de uma escola pública, destacamos uma intervenção didática que pretendia discutir a identidade cultural de estudantes a partir de notícias na mídia. Com os jogos teatrais do *Teatro do Oprimido*, foi possível desconstruir certos estereótipos através da linguagem corporal e da reelaboração das notícias, juntamente com a discussão e o compartilhamento. Ou seja, a partir de uma proposta do *Teatro Imagem*, os jovens estudantes trabalharam a imagem corporal/mímica segundo as notícias pesquisadas; posteriormente, com o *Teatro Jornal*, eles interpretaram a notícia, problematizando-a e, por fim, reformularam a notícia e a encenaram novamente.

Nessa atividade, foi possível perceber que a ênfase na corporeidade desencadeou outras percepções sobre si, sobre as mídias, sobre a própria produção e sobre as relações com o outro e o entorno. Ao relacionar estudos sobre a mídia, identidades culturais de jovens e arte também dialogamos com práticas que utilizam estratégias de pesquisa “através do teatro, do esporte e da música, na perspectiva lúdica, entrelaçando a educação popular e a pedagogia social” (LEIRO; MORAES; SANTOS, 2015, p. 173). Assim, evidenciamos que a pesquisa sobre o tema da juventude na perspectiva dialógica entre mídia, corporeidade e arte pode atuar como dispositivo para construir outras possibilidades de pensar a educação.

Alguns indícios

No entrelaçamento dos temas discutidos acima - *Jovens, cultura e educação e os dispositivos [do corpo, da arte e da tecnologia na escola]* – situamos quatro âmbitos que estão em jogo e se relacionam nas interações sociais, na produção e socialização de conhecimentos, na construção de identidades e na produção de sentidos e subjetividades entre as juventudes. Nas múltiplas formas de ser/estar e conhecer, a diversidade de linguagens e a pluralidade de sentidos corporais vão construindo outras realidades e formas de participação, um pertencimento que solicita o protagonismo dos jovens e dos que atuam com a formação. A compreensão do novo *ethos* que tais mudanças implicam requer uma abertura para novas possibilidades educativas que essa sociedade contemporânea apresenta com todas as suas tensões e contradições.

Aproveitar essa ocasião para construir relações, experiências e afetos pode ser uma forma de minimizar as condições de exclusão, sobretudo quando a educação e as políticas públicas assumem o objetivo de atuar no desenvolvimento de competências sociais, relacionais, midiáticas e digitais de jovens como forma de assegurar sua cidadania na escola e fora dela.

Afinal, se mudam as culturas juvenis, com suas linguagens e tecnologias, e se os problemas na escola parecem “continuar os mesmos”, agora potencializados pela cultura digital, isso nos leva a repensar o ecossistema comunicativo e pedagógico da escola: concepções de ensino-aprendizagem, currículo, avaliação, arquitetura, ambientes e organização dos espaços da escola, formação de professores etc. . A esse respeito, vimos que um acesso à cultura digital qualificado e reflexivo possibilita outras formas de interação, produção e cooperação na escola, além de maior horizontalidade entre professores e alunos. Projetos transversais e multimídia, produções de caráter mais autoral e colaborativo, usos

inusitados das múltiplas linguagens configuram-se como possibilidade de articulação entre aprendizagens formais e informais.

Nesse sentido, observamos que, para além das questões contextuais, talvez o problema seja de método e de linguagens e não apenas de artefato ou de conteúdo, o que necessita metodologias de trabalho que atuem e dialoguem com as culturas juvenis na escola e também na formação.

Por fim, se perguntarmos sobre como os jovens constroem os sentidos de suas vidas, veremos que suas narrativas podem dar pistas importantes sobre seus modos de compreensão do mundo, que em grande medida se constroem a partir de suas *experiências* sensoriais, que por sua vez revelam seus modos de habitar o território e construir suas *memórias*. Experiências e memórias que, além de pistas e indícios, podem ser entendidas como metáforas de aprendizagem, participação, conhecimento, linguagens e culturas juvenis.

Referências Bibliográficas

- BOAL, A. **Teatro do Oprimido e outras poéticas políticas**. São Paulo: Record, 2005.
- CASTILHO, R. Projeto de vida e visão de futuro de jovens secundaristas das periferias de Goiânia, Lisboa e Madrid. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE A JUVENTUDE BRASILEIRA, 7., 2017, Fortaleza. **Mesa Redonda Jovens e Educação**, 2017.
- COPE, B.; KALANTZIS, M. (Eds). **Multiliteracies: literacy learning and the design of social futures**. London: Routledge, 2005.
- CROCE, M.; RIVOLTELLA, P. C. R. La Prevenzione: nuove sfide, vecchi metodi. In: RIVOLTELLA, P. C.; OTTOLINI, G. (a cura di). **Il tunel e il kayak. Teoria e metodo della peer & media education**, Milano: Franco Angeli, p. 45- 64, 2014.
- DAYRELL, J. A escola “faz” as juventudes? Reflexões em torno da socialização

juvenil. **Educação e Sociedade**, v. 28, n. 100, p. 1196, out, 2007.

FANTIN, M. Mídia-educação: aspectos históricos e teórico-metodológicos. **Olhar de professor**, v. 14, n. 1, p. 27-40, 2011.

_____, M. Mídia-educação no ensino e o currículo como prática cultural. **Currículo sem Fronteiras**, v. 12, p. 437-452, 2012.

_____, M. **Multiletramentos e aprendizagens formais e informais**: possíveis diálogos entre escola e cultura. Projeto de Pesquisa. UFSC/CNPq, 2015.

_____, M. Approssimazioni: EAS, Media Education e partecipazione nel territorio. In: LIMONE, P.; PARMIGIANI, D. (a cura di). Modelli pedagogici e pratiche didattiche per la formazione iniziale e in servizio degli insegnanti. **Progedit**, Bari, v. 1, p. 385-395, 2017.

_____, M. A prática docente no estágio: a mídia na educação de crianças e a vídeo-análise como dispositivo de reflexão. In: LATERMAN, I; AGOSTINHO, K. (Orgs.). **Perspectivas do Estágio Curricular na Formação Docente**. Florianópolis: NUP/CED/UFSC, 2017a. p. 129-145.

FANTIN, M.; QUARTIERO, E. M. Práticas educativas e culturais de estudantes e suas percepções sobre as tecnologias móveis na escola. **Perspectiva**, v. 33, p. 523-544, 2015.

FERREIRA, V. S. Jovens e gerações em tempos de crise. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE A JUVENTUDE BRASILEIRA, 7., 2017, Fortaleza. **Conferência de Abertura**, 2017.

FERREIRA, H. M. C.; OSWALD, M. L. M.; CHAVES, S. N. Juventude, pesquisa e contemporaneidade: pensando com os jovens e o rejuvenescimento do mundo. In: PEREIRA, R. M. R.; SANTOS, N. O.; LOPES, A. E. R. (Orgs). **Infância, Juventude Educação**: práticas e pesquisas em diálogo. Rio de Janeiro: NAU, 2015. p. 211-230.

JENKINS, H. *et al.* **Conforting the challenges of participatory culture**: media education for the 21 Century. Cambridge: MIT PRESS/MacArthur, 2006.

LANKSHEAR, C.; KNOBEL, M. **New Literacies**: everyday practices and classroom learning. Maidenhead. New York: McGraw Hill/Open University, 2011.

LATOURETTE, B. **Reagregando o social**: uma introdução à teoria do Ator-Rede. Salvador: EDUFBA, Bauru: EDUSC, 2012.

LEIRO, A. C. R.; MORAES, C. A.; SANTOS, V. R. Educação Popular e Pedagogia Social: diálogo singular e experiência plural. **Educação e Contemporaneidade**, v. 24, n. 43, p. 171–182, 2015.

MALCUT, B. **Culturas que emergem na escola**: pesquisa na internet, produção audiovisual e competências midiáticas de jovens estudantes. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

MARTÍN-BARBERO, J. El cambio en la percepción de los jóvenes. Socialidades, tecnicidades y subjetividades. In: MORDUCJHOWICZ, R. (Org). **Los jóvenes y las pantallas**. Barcelona: Gedisa, 2008. p. 24-45.

MIRANDA, L. T.; FANTIN, M. A singularidade na multiplicidade: crianças e tecnologias móveis na escola no contexto da cultura digital. **Revista Tempos e Espaços em Educação**, v. 8, p. 85-97, 2015.

MULLER, J.; FANTIN, M. Crianças, múltiplas linguagens e tecnologias móveis na educação infantil. In: SIMPÓSIO LUSO-BRASILEIRO DE ESTUDOS DA CRIANÇA, 2., 2014. **Anais...** Florianópolis: UFRGS, 2014.

PAIS, J. M. Entre culturas, pesquisas, currículos e cotidianos: uma conversa com J. M. Pais. In: CARVALHO, J. M.; SILVA, S. K.; DELBONI, T. M; PAIS, J. M. **Currículo Sem Fronteiras**, v. 13, n. 3, p. 361-374, set/dez, 2013.

_____, J. M. Juventudes contemporâneas, cotidiano e inquietações de pesquisadores em Educação – uma entrevista com José Machado Pais. In: PAIS, J. M.; LACERDA, M. P. C.; OLIVEIRA, V. H. N. **Educar em Revista**, n. 64. p. 301-313, abr/jun, 2017.

PIETROPOLI, G. C. **Fragile e spavaldo**: ritratto dell'adolescente di oggi. Roma: Laterza, 2008.

PRETTO, N. Delírios utópicos. Disponível em: <<http://www.pretto.info>>.

RECALCATI, M. **Il complesso di Telemaco**. 4. ed. Milano: Feltrinelli, 2016.

RIVOLTELLA, P. C. R. **Fare didattica con gli EAS**: Episodi di Apprendimento Situati. Brescia: La Scuola, 2013.

_____, P. C. R. **Tecnologie di comunità**. Brescia: La Scuola, 2017.

SEFTON-GREEN, J. **Mapping digital makers**: a review exploring everyday creativity, learning lives and the digital. Oxford: Nominet Trust, 2013.

SERRES, M. **Polegarzinha**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2013.

_____, M. **Variaciones sobre el cuerpo**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Economica, 2011.

SILVERSTONE, R. **Por que estudar a mídia?** São Paulo: Loyola, 2005.

THOMPSON, J. B. **Mídia e modernidade**: uma teoria social da mídia. Petrópolis: Editora Vozes, 2010.

TONUCCI, F. **Se i bambini dicono**: adesso basta. Bari: Editori Laterza, 2002.

Juventude e educação: desvendando as representações acerca do projeto de vida e da visão de futuro de jovens estudantes secundaristas das periferias de Goiânia, Lisboa e Madrid

Rosane Maria de Castilho

Introdução

Este trabalho buscou identificar os aspectos que impactam na construção do projeto de vida de jovens entre 15 e 21 anos, moradores das periferias urbanas de grandes cidades em três diferentes países (Brasil, Portugal e Espanha). No trabalho de campo, cuja amostra foi composta por 314 estudantes secundaristas, foram utilizadas metodologias quantitativa e qualitativa, permitindo identificar a predominância de dúvida, receio e insegurança quanto ao desconhecido, no que tange ao projeto de vida e ao futuro.

Entende-se por *projeto de vida* a construção de um traçado envolvendo tanto aspectos subjetivos contidos no imaginário (sonhos e fantasias), quanto aspectos objetivos, cuja concretude lhes confira o caráter norteador de um sentido e de uma direção rumo ao futuro. Embora a ideia remeta a um plano a ser executado em um tempo mais (ou menos) longo, associado às distintas esferas da vida (pessoal, familiar, profissional, dentre outras), esta concepção não envolve um percurso linear, porque a obliquidade é uma forte característica das trajetórias humanas (embora nem sempre esteja aparente) e ainda porque, de acordo com Leão, Dayrell e Reis (2011, p. 1072), subordina-se a “um campo de possibilidades dado pelo contexto socioeconômico e cultural no qual cada jovem se encontra inserido e que circunscreve suas experiências”.

Em uma proposta de investigação envolvendo países de dois continentes, consideramos ser esta questão relevante e, embora não assuma um lugar de destaque nas discussões propostas aqui, o contexto econômico e cultural dos sujeitos pesquisados é percebido como variável importante, no que concerne ao desvelamento do ‘futuro’, como devir proposto e delineado, levando-se em conta as condições materiais de existência e seus desafios.

Buscando encontrar similaridades, para além das diferenças, e avançando para alguns dados da pesquisa como suportes de compreensão do trabalho em questão, cremos ter identificado lugares nos quais se deu a “justaposição de diferentes espaços da experiência” (KOSELLECK, 2006, p.212), desvelando o entrelaçamento de distintas perspectivas de futuro e os conflitos latentes aos sujeitos pesquisados, embora vivendo em distintos países.

Neste sentido, pode-se afirmar que, no âmbito da pesquisa, os conflitos desvelados pelos jovens foram ora semelhantes - no que tange ao medo de enfrentar um futuro incerto pela insuficiência de políticas públicas que contemplem direitos fundamentais como educação e trabalho, revelados majoritariamente por jovens das escolas brasileiras e da escola espanhola -, ora distintos, revelando a angústia relativa à possibilidade de ‘desamparo’ e ‘solidão’, caso não encontrassem perspectivas de trabalho em seu país – no caso dos jovens das escolas portuguesas.

Outros conflitos envolvendo um traçado de vida futura e referentes ao desejo de formação de uma família ou à crença na dificuldade do ingresso em um curso superior (como estratégia de inserção qualificada no mundo do trabalho), também foram citados como reverses no encontro com o devir dos jovens, cujas representações assumem o eixo central de análise deste trabalho.

Neste sentido, ao depurar os conceitos de *Periferia*, *Projeto de Vida* e *Visão de Futuro*¹, tentando alinhar também um conceito compartilhado do que denominamos *Juventudes*, o que se pretende é ampliar o horizonte de interpretação sobre a temática investigada, buscando os atravessamentos próprios da obliquidade das trajetórias dos jovens de classes populares.

No que concerne ao aspecto metodológico², faz-se necessário pontuar que inicialmente procedeu-se à revisão de literatura sobre o tema, buscando suporte nos saberes relativos à Psicologia Social e à Sociologia da Juventude, no que tange às categorias: Juventude, Contemporaneidade, Projeto de Vida e Visão de Futuro. Posteriormente, procedeu-se à escolha dos *lôcus* de aplicação dos instrumentos de coleta de dados e ao processo de eleição das escolas participantes, cujo perfil envolveu critérios relativos à localização geográfica/condição social dos estudantes (periferia e classes populares, respectivamente), sua categoria administrativa (rede pública e/ou conveniada) e nível ou subsistema de ensino (ensino médio ou secundário). O contato com as escolas identificadas deu-se via ligação telefônica e visita posterior para apresentação do projeto e obtenção da autorização para aplicação dos instrumentos de investigação.

A pesquisa, de abordagem etnográfica, realizou-se no período que compreende os meses de junho e dezembro de 2016 e contou, em uma primeira fase, com a aplicação de um questionário, entre os meses de junho e setembro de 2016, em cinco escolas: duas localizadas no Brasil, duas em Portugal e uma na Espanha. Na segunda fase, trabalhou-se com

1 O conceito de Periferia e os elementos que envolvem a sua complexidade podem ser encontrados em Álvaro Domingues, David Harvey e Milton Santos; O conceito de Projeto de Vida, em uma perspectiva socioantropológica, pode ser encontrado nas obras de Regina Novaes e de José Machado Pais; O conceito de Visão de Futuro, no que tange à categoria Juventude, pode ser encontrado nos trabalhos de Juarez Dayrell, Augustina Corica e Tatiana Brealey. Todos estes referenciais teóricos que foram aqui utilizados, estão citados nas referências bibliográficas.

2 O trabalho que aqui serve de suporte foi realizado no âmbito do Estágio Pós-Doutoral, sob supervisão do Professor Doutor José Machado Pais.

os jovens a partir de uma metodologia denominada *Roda de Conversa* (cada uma delas ocorrendo em um tempo médio de noventa minutos e com os jovens que informaram o desejo de participar da atividade). Esta atividade foi dinamizada por um total de cinco imagens produzidas por um jovem *designer* brasileiro, tendo por motivo ‘cenas do cotidiano’ de jovens moradores da periferia das cidades metropolitanas.

Quando da decisão pelo uso de imagens como veículos motivadores da participação e do desvelamento dos discursos dos sujeitos pesquisados, surgiu o receio quanto à possibilidade de que os jovens residentes nos dois outros países investigados (Portugal e Espanha) não se identificassem com as imagens produzidas no Brasil. Fato que não ocorreu: nos três países o nível de identificação com as imagens foi considerado alto, aspecto que viabilizou a realização das *Rodas de Conversa* com fluidez e interesse pelos jovens pesquisados.

Importante destacar que, no planejamento e na realização do trabalho de pesquisa, levou-se em conta o pressuposto de que a etnografia é um processo orientado, em grande parte, pelo “senso questionador do pesquisador”, cujas questões norteadoras apontam para ferramentas de coleta e análise de dados, que visam atender à realidade do campo em questão (MATTOS, 2011, p.49).

Para além disto, os preceitos da etnografia multilocal foram de grande relevância, no sentido de permitir desvelar categorias capazes de representar elementos do sistema-mundo de distintos grupos que, a despeito de sua diversidade, guardam conexões, buscando assim o rastreo, em diferentes cenários, de uma “identidade conceitual que resulta ser contingente e maleável”, demandando uma gama de matizes na interpretação do cotidiano (MARCUS, 2001, p. 118).

Desvelando os dados de viés quantitativo

A amostra não probabilística por conveniência – na qual a seleção dos sujeitos para compor a amostra depende de um perfil prévio determinado pelo pesquisador - foi composta por um universo de 314 estudantes secundaristas, com idades entre 15 e 21 anos, sendo 81 provenientes de escolas espanholas, 103 de escolas portuguesas e 130 de escolas brasileiras. Todos os inquéritos foram aplicados no ambiente escolar e utilizados em sua integralidade na composição dos dados desta investigação.

Neste sentido, buscou-se desvelar os dados relativos aos jovens selecionados em quatro distintos blocos, sendo eles: 1. Características do estudante; 2. Características da família; 3. Escolaridade e 4. Projeto de Vida e expectativas pessoais.

No que tange ao perfil dos sujeitos pesquisados, pode-se observar no primeiro bloco e em relação à variável ‘sexo’ que, na amostra por país, as jovens do sexo feminino, da escola espanhola, contam com um percentual de 52%, sendo os jovens do sexo masculino representados em 48%. Faz-se necessário comentar que esta escola conta com o percentual mais homogêneo, no que se refere à participação por condição de gênero dentre as cinco escolas pesquisadas, nos três países. Em ambas as escolas portuguesas onde se aplicou o questionário pode-se observar uma grande discrepância no que tange à condição de gênero: 73% de jovens do sexo feminino e 27% de jovens do sexo masculino, em média. Nas escolas brasileiras, as jovens do sexo feminino somaram 58%, enquanto os jovens do sexo masculino responderam por 42% da amostra.

Em relação à variável religião, observamos que, não obstante o fato de a escola pesquisada na cidade de Madrid identificar-se como católica e conveniada ao setor público, os jovens, em sua maioria, declaram não professar uma religião ou culto oficial: 48% das jovens e 21% dos jovens

do sexo masculino informaram professar uma religião oficial, dentre elas estão referenciadas as religiões de viés cristão (68%), muçulmana (21%) e outras (11%). Quanto aos jovens das escolas portuguesas, 43% das jovens informaram professar uma religião ou culto, enquanto 28% dos jovens do sexo masculino informaram o mesmo. Dentre as religiões elencadas constam as de viés cristão (83%) e muçulmana (17%). Entre os jovens das escolas brasileiras, 80% dos jovens do sexo masculino informaram professar uma religião ou culto. 63% dos jovens do sexo feminino responderam o mesmo. Dentre as religiões informadas por ambos os sexos, predominam as religiões de viés cristão, embora em maior variedade, e 3% referiram-se como umbandistas.

Pela via dos dados desvelados na questão inicial do bloco 2 “Como é composta a família com a qual você vive?”, pode-se observar que, tal como nos trabalhos anteriores (CASTILHO, 2011, 2012), o grupo familiar se apresenta como o marco de convivência dos jovens dos três países, embora a composição das famílias seja ampla, envolvendo pais, avós, tios, parentes em segundo grau, companheiros dos pais e até o cônjuge. Dentre estes arranjos, prevaleceu o modelo nuclear (“vivo com meus pais e irmãos”) com escores entre 59%, 55% e 51% para os jovens da escola espanhola e das escolas portuguesas e brasileiras, respectivamente.

A distribuição do percentual da variável ‘trabalho’ apresentou significativa disparidade de respostas, observando-se que, enquanto 69% dos jovens das escolas brasileiras, de ambos os sexos, trabalham ou estão buscando trabalho, este percentual cai para 47% entre os jovens das escolas portuguesas e para 15% entre os jovens da escola espanhola pesquisada.

Ao cotejar estes dados com aqueles referentes à questão “Seus pais ou responsáveis propõem-se a manter as suas despesas pessoais para que você estude?”, podemos identificar um dos aspectos de grande magnitude na intervenção na rotina cotidiana dos estudantes

secundaristas: enquanto 86% dos jovens das escolas portuguesas e 87% dos jovens da escola espanhola responderam sim, apenas 69% dos jovens das escolas brasileiras informaram esta resposta. Para 31% dos jovens das escolas brasileiras, os pais ou responsáveis não podem fazer face às suas despesas (12%), ainda que assim o desejem (19%). Este dado nos orienta para um ingresso precoce, e com baixa qualificação, dos jovens das classes populares brasileiras, no mercado de trabalho.

Em relação à variável ‘renda familiar’, 48% dos jovens das escolas espanholas informaram estar entre um e dois salários mínimos, enquanto 52% dos jovens das escolas portuguesas e 41% dos jovens das escolas brasileiras responderam o mesmo. Este dado confirma a eficácia na seleção da amostra, já que o propósito girou em torno da investigação do projeto de vida e da visão de futuro de jovens de classes populares. Este dado também pode ser cotejado com os resultados relativos ao grau de escolaridade dos pais ou responsáveis, embora o grau de valor da educação formal, identificado pelos jovens nos três países, seja superior a 70%, o que parece informar que, para estes, a escolaridade é observada como ferramenta de ascensão social.

No que tange à importância dada pelos jovens estudantes ao ensino formal (cursar o ensino secundário), a totalidade dos alunos da escola espanhola respondeu ‘sim’, justificando que: a escola dá o necessário, o essencial para a vida (19%); porque habilita para o futuro profissional (54%); porque habilita para a universidade (27%). Os jovens das escolas portuguesas pesquisadas divergiram quanto à unanimidade: na escola 01, 100% responderam ‘sim’, enquanto 8% dos jovens estudantes da escola 02 responderam ‘sim e não’. Dentre as justificativas dadas está a dificuldade em encontrar sentido em algumas disciplinas. Segundo eles, ‘algumas matérias não servem para nada’ (13%) e ‘porque a internet ensina tudo o que precisamos saber’ (3,5%). Quanto aos jovens das escolas brasileiras, 89,5% responderam considerar importante cursar o ensino médio. Entre

os que consideram importante cursar o ensino secundário, as justificativas giram ao redor de: *'porque é uma porta para o mercado de trabalho/ porque cumpre as exigências iniciais do mercado de trabalho'* (44%); *'porque é o único meio para se chegar à universidade'* (46%).

As justificativas dadas pelos jovens estudantes portugueses, no que tange à importância da educação formal, compreendem respostas como: *'porque habilita para cursar a universidade'* (17%); *'porque habilita para o futuro profissional/ é uma porta para o mercado de trabalho'* (49%); porque a escola dá o necessário para a vida (9%); 25% dos jovens das escolas portuguesas não justificaram a resposta dada a esta questão. Destes, a totalidade marcou 'sim' à importância de cursar o ensino secundário. Os estudantes secundaristas das escolas brasileiras também pontuaram uma certa desconfiança quanto ao valor da educação formal, informando que consideram o nível de ensino da escola que frequentam *'insuficiente para competir com estudantes das escolas privadas'* (9%), relatando que se mantém na escola porque *'a família exige a conclusão dos estudos básicos'*.

As respostas dos jovens secundaristas a esta questão alertam para uma modificação em curso, no que se refere ao papel da educação formal na era tecnológica. Não nos parece absurdo pensar que, se um jovem tem dúvidas, busca primeiramente o *Google*, ao invés de aguardar para perguntar ao professor. Neste sentido, boa parte dos jovens estudantes das escolas brasileiras informam que costumam estudar para as avaliações de ingresso à universidade via vídeos do *Youtube*. Estes informam que a estratégia se dá porque, nos vídeos, *'os professores utilizam bem o tempo'*, *'não há bagunça'* (algazarra) e porque podem *'estudar aos fins de semana'*.

Embora o advento da democratização das tecnologias, via redes sociais e acesso a sites de busca na internet, seja uma questão nuclear, há que se considerar ainda o valor simbólico exercido pelas instituições de ensino. Ao serem perguntados se consideram que *'os conhecimentos adquiridos na escola são importantes na construção do seu projeto de vida'*,

84% dos jovens estudantes das escolas espanholas responderam que 'sim', justificando *'porque servem ao meu crescimento pessoal'* (15%); *'porque fornecem uma base necessária para a vida'* (43%); *'porque fornecem cultura geral'* (24%); *'porque nos possibilita ver com mais clareza'* (16%); *'porque promovem valores fundamentais para a vida'* (8%). Entre os 16% que responderam 'não', as justificativas tendem à representação de que *'a escola não dá o suficiente'* (26%) e de que *'há muitos conhecimentos que não vão ser utilizados nunca'* (10%). Importante pontuar que para esta questão os jovens dos três países investigados puderam responder livremente, apresentando mais de uma justificativa na mesma resposta. Assim, esclarecemos o motivo da percentagem total extrapolar 100%.

Neste quesito, os jovens estudantes das escolas portuguesas responderam que consideram importantes os saberes adquiridos na escola (85%) e justificam sua resposta informando: *'porque servem para o meu crescimento pessoal'* (17%); *'porque fornecem as bases necessárias para a vida'* (22%); *'porque fornecem cultura geral'* (9%); e *'porque é um degrau [de qualificação] para o mundo do trabalho'* (41%). Dentre os que responderam 'sim e não', as justificativas foram: *'porque o mercado de trabalho exige experiência e outros saberes'* (6%) e *'porque muitos conhecimentos não servem para nada'* (14%).

Por sua vez, os jovens estudantes das escolas brasileiras informaram 'sim' em 96% das respostas, justificando que: *'a escola é um degrau para a universidade'* (71%) e *'o ensino secundário é uma exigência do mercado de trabalho'* (41%). Entre os que responderam 'não', as justificativas giraram em torno da precariedade da escola *'porque é difícil aprender em uma sala tão cheia'* (12%) e das facilidades viabilizadas pelas novas tecnologias: *'porque estudar pela internet rende mais'* (16%).

O valor simbólico da família e da escola é também identificado quando das respostas dos jovens estudantes para a questão "Pensando em seu projeto de vida, quais as instituições que você considera como

maiores aliadas para sua realização?” Os jovens estudantes dos três países referiram-se à escola e à família representando-as como imprescindíveis, tanto por seu papel instrumental, quanto por seu viés afetivo, embora reconheçam a complexidade que envolve a tessitura dos laços relacionais e das responsabilidades funcionais (instrumentais) em seu interior.

Ao serem perguntados sobre as instituições que consideram o maior obstáculo à realização de seu projeto de vida, as respostas foram muito similares: os jovens estudantes das escolas espanholas consideraram o Estado (57%) referindo-se à crise e à insuficiência de políticas públicas para esta categoria social, embora tenham também citado aspectos distintos como a *‘situação financeira’*, *‘a saúde pessoal’*, *‘ser imigrante’* e a *‘pressão social’*. 12% responderam *‘nenhuma resposta anterior’*.

Os jovens das escolas portuguesas citaram a família (8%), a escola (11%) e o Estado (28%), informando também aspectos como *‘crise econômica mundial’*, *‘baixo financiamento público para áreas prioritárias como arte e capacitação’*, *‘pressão social’* e *‘tempo’*. Um jovem estudante do sexo masculino referiu-se a si mesmo como o maior obstáculo à realização de seus projetos pessoais. 31% dos jovens responderam *‘nenhuma resposta anterior’*.

Por sua vez, os jovens estudantes brasileiros responderam que a instituição que representa o maior obstáculo é o Estado (33%), embora citem a família (7%) e a escola (9%). Outros aspectos foram lembrados, como *‘crise’*, *‘condições financeiras ruins’* e até o *‘casamento’* foi citado por uma jovem estudante do sexo feminino. 41% dos estudantes responderam *‘nenhuma resposta anterior’*. Lembramos que também nesta questão os jovens puderam assinalar mais de uma resposta. Um estudante informou *‘nenhuma também significa todas’*, o que complexifica a análise dos dados coletados.

No quarto e último bloco de questões do instrumento de coleta de dados, as perguntas iniciais direcionam-se aos projetos pessoais

dos jovens investigados. Assim, para a questão “Você tem um projeto de vida para os próximos cinco anos?” os jovens estudantes da escola espanhola responderam majoritariamente que *‘sim’* (82%), enquanto 5% responderam nunca haver pensado nisso e 13% responderam não dispor de um projeto de vida pessoal no momento.

Entre os projetos dos jovens estudantes da escola espanhola estão: *‘entrar na universidade’* (40% das jovens estudantes do sexo feminino responderam assim e nenhum jovem estudante do sexo masculino considerou a universidade como parte de seus projetos pessoais); *‘ter um trabalho estável’* (17%); *‘formar-me e trabalhar no que gosto’* (43%); *‘estudar em outro país’* (4%); *‘formar um par estável’* (5% das jovens estudantes do sexo feminino assim responderam); *‘conseguir um trabalho e sair de casa’* (informaram 5% dos jovens do sexo masculino) e *‘terminar minha formação e ter uma vida tranquila’* (6% dos jovens do sexo masculino). Nesta questão, os jovens também poderiam citar mais de um aspecto relativo ao seu projeto de vida para os próximos cinco anos. O fato de nenhum jovem estudante do sexo masculino ter se referenciado à universidade como parte de seu projeto de vida é um dado que merece maior investigação, já que se apresenta bastante discrepante dos resultados relativos à quarta questão do quarto bloco do instrumento: “Fazer um curso universitário está em seus planos?”. Para esta questão, 93% das jovens estudantes do sexo feminino responderam *‘sim’*, bem como 87% dos jovens estudantes do sexo masculino.

Os jovens estudantes das escolas portuguesas responderam *‘sim’* à questão referente a dispor de um projeto de vida pessoal em uma taxa relativa a 81% do total, 6% deles responderam nunca ter pensado nisso e 13% informaram não ter um projeto de vida definido para os próximos cinco anos. Dentre os projetos informados por esses estudantes estão: *‘viver/estudar em outro país’* (6%); *‘entrar na universidade’* (51% das jovens estudantes do sexo feminino); *‘conseguir trabalho estável e ter independência’*

(10%); *'ter uma formação qualificada e trabalhar no que gosto'* (17%); *'encontrar alguém'* (3% das jovens); *'terminar o ensino secundário e buscar independência'* (5% dos jovens estudantes do sexo masculino). Também aqui, nenhum jovem estudante do sexo masculino referenciou a universidade como parte de seu projeto de vida, dado que também é incongruente com a resposta dada na quarta questão do instrumento: "Fazer um curso universitário está em seus planos?", pois a esse respeito, 82% dos jovens estudantes do sexo masculino das duas escolas pesquisadas responderam 'sim', assim como 84% das jovens estudantes do sexo feminino. Talvez este enigma possa ser desvendado a partir de um comentário feito por um deles: *'temos que buscar entrar no nível superior, não temos saída!'*. Assim, a universidade configurou-se mais como uma obrigação a assumir na direção do futuro que desejam construir e não como um desejo acalentado ao longo dos anos.

Por sua vez, 89% dos jovens estudantes das escolas brasileiras pesquisadas responderam 'sim' à questão que trata da construção, ainda que inicialmente imaginária, de um projeto de vida pessoal. Este projeto envolve *'entrar na universidade'* (48%); *'tentar a carreira nas forças armadas'* (21%); *'me formar [universidade] e ter um emprego estável'* (29%). 2% dos jovens pesquisados não informaram em quais aspectos consistia o seu projeto de vida pessoal.

Quando perguntados sobre quais esforços estão empreendendo para alcançar aprovação nos cursos universitários escolhidos, os jovens estudantes da escola espanhola informaram: *'busco alcançar as melhores notas possíveis nesta fase'* (48%); *'estudo o máximo que posso dentro e fora da escola'* (41%) e 11% dos jovens estudantes das escolas espanholas não responderam a esta questão. Os jovens das escolas portuguesas responderam: *'estou buscando aprovação com a melhor nota possível'* (44%); *'estou estudando o mais que posso'* (35%); *'estou poupando para pagar os estudos'* (11%), *'faço aulas particulares de reforço'* (7%) e *'nada'* (7%). Neste

questo, os jovens estudantes portugueses deram mais de uma resposta. Os jovens estudantes das escolas brasileiras, no que tange aos seus esforços pessoais, responderam: *'estudo o mais que posso'* (19%); *'faço aulas particulares para estudar os conteúdos que não vejo na escola'* (21%); *'estudo por vídeos da internet'* (39%); *'nada'* (12%). 9% dos jovens estudantes das escolas brasileiras não responderam a esta questão.

Nas questões referentes à maior frustração no que concerne à construção de seu projeto de vida, as respostas são bastante diversas e merecem uma atenção mais detalhada por envolverem tanto elementos da subjetividade dos jovens, quanto aspectos estruturais externos a eles: Quanto às jovens da escola espanhola, 31% informaram pensar que *'por mais que me esforce não vou conseguir trabalho'* – 35,9% dos jovens estudantes espanhóis deram resposta similar –; 17% das jovens espanholas responderam *'pensar que não vou fazer o curso que desejo'*, enquanto 30,7% dos jovens do sexo masculino declararam-se frustrados quanto a condições econômicas, tanto relativas ao país, quanto às finanças pessoais. Quanto às jovens do sexo feminino das escolas brasileiras, 38% responderam *'dificuldades financeiras'* – 30,8% dos jovens do sexo masculino responderam de forma similar – e 29% responderam *'baixos investimentos governamentais'* – 29,4% dos jovens do sexo masculino responderam o mesmo. Das jovens do sexo feminino das escolas portuguesas, 35,1% informaram *'pensar que por mais que me esforce não vou conseguir trabalho'* – 46% dos jovens do sexo masculino responderam de forma similar – e 28% das jovens responderam *'o contexto da crise econômica e a falta de investimentos'*, enquanto 23% dos jovens do sexo masculino responderam de forma semelhante.

Pela via dos dados desvelados a partir dessas questões, observamos a condição de classe como um dos fatores de grande magnitude que criam obstáculos para criação de projetos futuros. Apesar dos comentários sobre as particularidades que observam em si, as questões financeiras e

a insuficiência das políticas públicas também foram citadas pelos jovens como reveladoras da complexidade que envolve a construção de um amanhã desejado. Ainda assim, a esperança surge como um elemento motivador no enfrentamento da 'luta'.

Em relação à variável "Constituir uma família", os jovens estudantes das escolas espanholas responderam que 'sim' em 83% dos casos, justificando que: '*a família é um porto seguro*' (43%); '*a família é uma fonte de amor e segurança*' (32%); '*destino natural de todos*' (22%). Estas respostas retomam à questão da percepção simbólica relativa à instituição familiar, a qual já foi considerada na análise da questão anterior sobre o mesmo tema. 3% dos jovens estudantes das escolas espanholas não justificaram a resposta dada.

Nesta questão, os jovens também indicaram o que lhes pareceu o obstáculo mais forte à constituição de uma família e, apesar de 17% ter respondido que não pensa em constituir família, os jovens pesquisados, em sua maioria, sustentaram tal desejo. Quanto às jovens, os maiores obstáculos giram em torno de: '*situação financeira*' (45%); '*aceitação familiar do parceiro*' (2%); '*o excesso de responsabilidades*' (14%); '*a separação dos pais [como aspecto que reduz a crença de que o amor tudo supera]*' (5%); '*nada*' (12%). 22% das jovens estudantes pesquisadas não informaram seu posicionamento acerca do tema. Por sua vez, os jovens do sexo masculino das escolas espanholas responderam que os maiores obstáculos à constituição de uma família são: '*a perda da liberdade*' (8%); '*muita responsabilidade*' (13%) e o '*medo de não ter recursos para sustentar a família*' (43%). 36% dos jovens estudantes das escolas espanholas não se manifestaram quanto a este tema.

No que tange à constituição de uma família, 73% dos jovens estudantes das escolas portuguesas responderam 'sim', justificando que: '*a família é um porto seguro*' (24%); '*porque é um destino natural*' (34%); '*para ter com quem compartilhar a vida*' (7%); '*porque a família é a base de tudo*' (11%).

24% dos jovens estudantes das escolas portuguesas não justificaram sua resposta. Os jovens portugueses que responderam 'não' a esta questão somam 27% e são, em sua maioria, do sexo masculino. As respostas dadas para os fatores que mais obstaculizam a constituição de uma família foram diversas, envolvendo tanto medos como o de '*não ter recursos para manter a família*' (para 40,7% das jovens e 15,5% dos jovens do sexo masculino), quanto o receio em relação ao '*excesso de responsabilidades*' (para 10% das jovens e 23% dos jovens do sexo masculino).

Quanto aos jovens estudantes das escolas brasileiras, 89% dos jovens pesquisados responderam 'sim' ao desejo de constituir uma família, justificando que: '*a família é um porto seguro*' (57%); '*a família é um antídoto contra a solidão*' (13%); '*é um destino natural*' (16%); 14% dos jovens pesquisados responderam que não pensam nisto ou não têm opinião formada. Quanto aos obstáculos à constituição da família, os jovens estudantes das escolas brasileiras também ofereceram um grande leque de respostas, que vão desde a questão ligada às '*dificuldades financeiras*', para 19,4% das jovens e 41,3% dos jovens do sexo masculino, e medos difusos (perda da liberdade, descompromisso, incompatibilidade) para 13,1% das jovens e 18% dos jovens do sexo masculino.

Na discussão associada à palavra que referencia o FUTURO, as respostas variaram e foram desde o receio do desconhecido, que pode ser revelador de uma impotência quanto ao controle de seu destino, dada a sua condição de imprevisibilidade, até a crença em perspectivas animadoras, consequência tanto de uma dada 'sorte' quanto de um esforço pessoal. Dentre essas respostas, pudemos identificar: '*medo/incertezas/dificuldades*'; '*trabalho*'; '*liberdade/independência/autonomia*'; '*um par/família*'; '*luta/esforço/força*'; '*foco/persistência*' e '*confiança/esperança*'.

Quando perguntados sobre a disponibilidade de participar de uma atividade com o uso de imagens produzidas por um jovem designer brasileiro, aderiram à proposta 25% dos jovens estudantes da escola

espanhola, 29% das escolas portuguesas e 31% das escolas brasileiras.

Ao serem consultados se gostariam de conhecer os resultados da pesquisa, 85% dos jovens da escola espanhola e das escolas portuguesas responderam que sim. Entre os jovens estudantes das escolas brasileiras, a resposta afirmativa foi de 78%. As justificativas para os estudantes dos três países, giraram em torno de *'porque gostei de participar'*; *'por curiosidade'* e *'para saber o que os jovens de outros países pensam'*.

Os dados relativos a esta última questão parecem demonstrar o interesse dos jovens em trabalhos investigativos com os quais se identifiquem, mesmo que os mesmos sejam extensos e envolvam alguma complexidade. Essa informação nos parece salutar, no que tange à utilização/construção de metodologias visando potencializar os elementos geradores de participação e interesse compartilhados.

Neste sentido, compreendemos que os dados analisados, como nos orienta Dubet (1994; 2014), são reveladores de aspectos da vivência pessoal dos jovens, na qual os impactos associados a questões de viés econômico e suas consequências políticas e sociais - cuja magnitude ataca, sobretudo, a categoria juventude – desvelam as rupturas que envolvem o mito de uma evolução social harmônica, na qual o conflito seria mais representativo de uma disfunção do que propriamente uma ferramenta de elaboração de novos e criativos ajustes. Para o autor, a compreensão de um tempo de mudanças exige uma espécie de decomposição do modelo clássico de análise da sociedade, envolvendo uma multiplicidade de novos paradigmas de ação representações e significados. Neste sentido, o conceito de experiência social viria a representar um novo modo de composição do real.

Também Simmel (2006, p.60) nos orienta quanto ao aspecto de que a leitura de um universo *micro* pode ser reveladora de configurações e demandas em nível *macro*, reiterando a relevância da interação entre os sujeitos e compreendendo as formas de “estar com o outro e de ser para o outro” em espaços relacionais comuns, a despeito da dimensão que os mesmos venham a representar em um dado universo. Nesse diapasão,

suas teorizações nos encaminham a uma proposta metodológica orientada para as relações sociais como elemento compreensivo, embora aspectos estruturantes, tais como as instituições socializadoras clássicas como a família, a escola e a igreja, tenham sido contempladas neste trabalho com o objetivo de verificar o nível de força simbólica que estas (ainda) detêm no universo juvenil.

Compreendemos assim que os dados empíricos revelam a demanda por observar os sujeitos pesquisados como atores sociais que empreendem distintas lógicas de atuação, tais como adaptação (quando respondem ‘sim’ ao que denominam destino natural), estratégias de sobrevivência (quando informam desejar qualificar-se para obter a liberdade de viver da forma como melhor lhes apetece, com os recursos que pretendem auferir com o trabalho realizado) e distanciamento (quando revelam não ter um projeto de vida delineado e não pensar no futuro).

Quanto a esta temática, Touraine (2006, p.139) acrescenta que o ator social é um sujeito que se constrói na “relação direta consigo mesmo” e com os outros sujeitos, envolvendo-se, a despeito da rede de conflitos que estas relações encerram, tanto no que toca à condição de desigualdade - desvelada nas relações de poder e identificada pela condição de gênero, etnia, distinções geracionais ou hierarquias determinadas pelos papéis institucionais de qualquer âmbito – quanto no que concerne à horizontalidade que preside alguns modelos relacionais. Neste sentido, as interações sociais vividas a partir dos círculos de discussão nas ‘Rodas de Conversa’, também contribuíram para provocar combinações diversas relativas ao entrecruzamento de pontos de vista aparentemente antagônicos entre si.

Buscando explicitar representações subjetivas

No que se refere à análise dos dados coletados via método qualitativo, o trabalho realizou-se pela via da apresentação das

imagens (cinco, ao todo) criadas por um jovem designer brasileiro, com o objetivo de motivar os jovens e incrementar as discussões acerca dos temas tratados no instrumento de coleta de dados de viés quantitativo, buscando promover um ambiente mais leve e descontraído nas Rodas de Conversa. Os diálogos travados por meio desta metodologia mobilizaram o “desejo de engajamento, participação e compromisso dos jovens” no trabalho com os temas, revelando aquilo que os toca, que os afeta subjetiva e concretamente (SOUZA *et al*, 2016; TEIXEIRA *et al*, 2017). Assim, metodologicamente, cremos ser este um instrumento que coloca em prática, a partir de um diálogo que se pretende franco e aberto, os temas a serem trabalhados, dispondo o grupo em círculos de discussão de temáticas específicas, buscando desvelar as subjetividades sociais construídas a partir do vivido, cotidianamente, na interação.

No que diz respeito à subjetividade social, retomamos Vigotski (1991, p. 274), para quem a singularidade, ou a subjetividade individual, não é apenas aquilo que distingue o sujeito em termos ontogenéticos, mas é fundamentalmente representativa e permeada por todo um conjunto de elementos de ordem histórica e material e que engendram a forma como ele se relaciona consigo mesmo - em uma relação de alteridade consigo próprio, o que denominou “consciência de si” - e com os outros sujeitos, identificando tanto distinções, quanto similaridades.

Neste sentido, a singularidade só se manifestaria mediante a relação com o outro e com tudo o que ela encerra, tanto em conflito quanto em convergência. Ainda de acordo com o autor, os temas caros à psicologia, como domínio de saber institucionalizado, não podem prescindir da premissa de que as funções psíquicas superiores respondem à interiorização do social. Esta proposição - da natureza eminentemente social do sujeito – é um dos maiores contributos deste autor à psicologia social como campo de conhecimento. E as Rodas de Conversa, como instrumento metodológico de ação junto aos jovens, conectam-se a esta premissa de interpretação.

No trabalho de investigação, retomamos os saberes da Sociologia do Cotidiano com o objetivo de – e por meio do contato com os aspectos mais reveladores do seu dia a dia, identificados através das imagens produzidas – propor aos jovens que promovessem uma espécie de mergulho em si mesmos e, a partir daí, trabalhassem os temas demandados com o máximo de aproximação às suas subjetividades, à sua maneira, buscando assim elementos de uma vida que flui e “escorre em efervescência invisível” (PAIS, 2015, p. 30).

Faz-se necessário lembrar que o ambiente da escola, tomado como *lócus* de aplicação da pesquisa, deu-se no sentido de reconhecer esta instituição como um espaço sociocultural e que, de acordo com Dayrell (2009), leva em conta a dimensão do dinamismo, do fazer cotidiano, empreendido por sujeitos inscritos na trama social, na teia que os constitui como sujeitos históricos.

No que tange aos dados propriamente ditos relacionados às políticas públicas para a juventude, os discursos dos jovens revelaram insatisfação quanto à sua efetividade: “*faltam políticas para os jovens*”; “*faltam investimentos*”; “*Faltam bolsas de estudo [financiamento] para quem é de classe baixa*”. Estes dados vão ao encontro das questões problematizadas por Ribeiro (2016) acerca da percepção dos jovens quanto ao papel do Estado na criação, implementação e manutenção das políticas de juventude. Quando consultados sobre esta questão, 52,8% dos jovens pesquisados responderam que ‘apesar de conhecer as necessidades dos jovens, os governos no Brasil não fazem nada a respeito’, concluindo-se que, apesar dos relativos avanços neste campo, estes nem sempre são percebidos e/ou reconhecidos pelos jovens como uma evolução no campo dos direitos.

Esta percepção é compartilhada por Freitas (2016) quando informa que 55% dos jovens secundaristas investigados declararam alguma preocupação relativa à educação como um direito, citando aspectos concretos na vivência cotidiana, como as vicissitudes da condição de

estudante, a qualidade do ensino, o investimento na formação de professores, entre outros aspectos. Neste sentido, observa-se nos jovens da periferia – aqui considerada como a “urbanização da pobreza”, como nos ensina Domingues (2016) – uma forte tensão entre as perspectivas de futuro, não raramente citadas como da ordem de um sonho, e as possibilidades reais de sua efetivação.

No que tange à família, os discursos revelaram que, apesar das inúmeras transformações pelas quais passou na contemporaneidade, o conceito e a percepção dos jovens sobre o valor desta instituição social parece repousar sobre dois vieses antagônicos: o primeiro diz de uma idealização, remontando, com menos relevância, às funções desempenhadas por seus membros – os papéis propriamente ditos, em nível instrumental – e um tanto mais sobre o que os jovens traduzem como referência subjetiva de apoio, acolhimento e cumplicidade. Neste sentido, a família mantém-se como um porto seguro que sustenta os jovens, fortalecendo-os no embate com as lutas cotidianas, permitindo emergir os “atos de resistência e afirmação” (GROPPO, 2017, p. 577), necessários na construção de um projeto de vida e de uma noção positiva de futuro, sustentando a demanda social pela gestão de seus recursos e habilidades. Em um segundo sentido, a família surge com indicativos de conflito, angústia, cansaço e desencontros.

As ‘carências’ identificadas no ambiente retratado nas imagens também geraram identificação nos jovens que, provenientes da periferia, percebem em seus lares as mesmas ‘falhas’ e insuficiências de ordem estrutural, o que pode ser observado a partir dos comentários sobre as rachaduras nas paredes ou os problemas comuns no que tange às questões hidráulicas das residências onde habitam.

Um aspecto que chama atenção, no que se refere à percepção da família como uma instituição segura e protetiva é a condição de migração, que demonstra influenciar radicalmente as referências de pertencimento e

cidadania, demandando dos jovens de origem imigrante ou pertencentes a minorias étnicas “a superação de diferentes constelações de fatores de desigualdade e de desvantagem social” (BENDIT, 2011, p. 137). Neste sentido, os embates com o ambiente intensificam os conflitos vividos no interior da família, abrindo espaço para o retorno de dilemas latentes, tornando ainda mais complexos os caminhos para a superação dos obstáculos vivenciados pelos jovens nesta condição.

No que se refere à escola, os discursos revelaram que os jovens a veem a partir de seu viés sociorrelacional, no qual os valores que prevalecem são a amizade, a camaradagem entre os amigos, as relações de afeto e até mesmo a solidão de quem fica isolado aparece como elemento subjetivo: *‘A amizade sempre funcionará como um refúgio’*; *‘A amizade, o convívio (...) a passagem de informações e conhecimentos’*; *‘A conversa com os amigos (...) faz da escola um lugar bom’*. Nas Rodas de Conversa, a escola também aparece como uma instituição imaginária e um tanto incongruente que, ora fornece alimento ao espírito pela via do conhecimento (apresentado de forma genérica) e das trocas com os seus atores sociais, ora é lembrada pela insuficiência de sua estrutura, tanto em termos físicos quanto simbólicos, desvelados pela dúvida quanto à qualidade do capital cultural acumulado ao longo dos anos: *‘A escola não dá o suficiente’*; *‘A escola não funciona, são raros os dias em que temos todas as aulas’*; *‘Há muitos conhecimentos que não vão me servir para nada’*, *‘O mercado [de trabalho] exige experiência e outros saberes’*. A percepção de que se trata de um espaço permeado por contradições se dá porque, ao longo dos discursos dos jovens, suas expectativas não encontraram integração com o vivido na escola. Por outro lado, a escola é percebida como um espaço gerador de subjetividades compartilhadas, mostrando-se *lócus* privilegiado de construção de um projeto futuro, por compor uma dimensão importante do cotidiano dos jovens.

Assim, se o sentido da escola reside também em sua condição de gerar um senso particular de pertencimento, segundo Krawczyk (2014),

há que se ter em conta os novos papéis assumidos por esta instituição social, no sentido de dinamizar e potencializar seu novo lugar, no qual uma “renovação da racionalidade pedagógica” busque construir autonomia, compreensão e intervenção frente às mudanças macroculturais, sociais, políticas, econômicas e tecnológicas. Se pensarmos a autonomia por seu viés de “criatividade, eficácia crítica, responsabilidade e recusa à inércia”, tal como nos orientou Balandier (2003, p. 244), esta pode referenciar a construção de um ambiente educacional, no qual os processos de socialização realizados em seu interior incrementem nos atores sociais nela implicados as dimensões de expressão e autorrealização.

A partir dos dados coletados nos discursos dos jovens pesquisados, observou-se que a religiosidade foi percebida como uma dimensão ambivalente que, ora adere à imagem apresentada nas Rodas de Conversa por identificação, ora por distanciamento: *‘Não tenho religião’*; *‘Minha religião eu mesmo faço’*; *‘Alguns amigos já deixaram de seguir um sonho por serem influenciados por pastores da igreja’*; *‘Hoje a igreja não me influencia mais’*; *‘Deus vai me amar menos se eu sair e beber com amigos?’*. Acerca desta temática, Sofiati (2004) aponta para uma subjetividade plástica, já que se observa uma dimensão religiosa idiossincrática nos jovens por ele pesquisados (em um contexto brasileiro), cuja tendência de ambivalência e dúvida é favorecida por uma longa conjuntura de crise que tangencia fortemente tanto as instituições socializadoras quanto os direitos sociais da juventude. Esta tendência também se revela nos discursos dos jovens aqui pesquisados. Nesse sentido, o autor nos orienta que, do ponto de vista biográfico (dos jovens), a presença da religião institucionalizada demonstra provisoriedade, com possibilidades de trânsito cada vez mais abertas no campo religioso. Assim, na “luta entre autonomia e tutela” (MALFITANO, 2011, p. 523), a passagem para a maioridade como um evento crítico e gerador de sofrimentos pode vir a explicar movimentos que vão tanto na direção da aproximação, pelo viés de proteção e acolhimento

oferecido pelas instituições religiosas, quanto de repulsa, pela percepção de um modelo opressor de conduta, que não respeita os desejos e até mesmo as aspirações de seus fiéis.

Os discursos relativos ao projeto de vida e à visão de futuro dos jovens pesquisados desvelaram, não obstante a esperança no devir, um *quantum* de receio e incerteza, indicando aquilo que Pais (2006, p.11) relatou como um “verdadeiro dobrar de cabo das tormentas”, ao associar os aspectos relativos à inscrição na vida adulta à condição de risco enfrentada pelas antigas expedições marítimas. Assim os jovens relataram: *“Eu não tenho um projeto de vida, eu ainda não pensei nisto”*; *‘Eu quero entrar na faculdade e viver do meu trabalho’*; *‘Tens que acreditar no teu talento, seja ele qual for’*; *‘É claro que o medo existe, principalmente quando se sonha alto’*; *‘Quando eu penso nisto me dá medo, porque não sei o que me espera’*; *‘Quando eu penso em meu projeto de vida me vem muitas sensações dentro de mim (...) me vem o medo, a tristeza, mas também a confiança’*; *‘Eu fico um pouco temerosa, porque é ruim sonhar e ver tudo perdido’*.

Quanto às investigações mais recentes sobre a temática, diversos pesquisadores trataram desta sensação de risco e perplexidade vivida pelos jovens: Ruiz (2014) comenta este tema com base nas discussões que associam a deserção escolar e os fatores de risco e vulnerabilidade a que ficam expostos os jovens mexicanos; Corica (2012) discute as representações dos jovens secundaristas argentinos das classes populares relativas à incerteza quanto ao futuro diante das mudanças e novas exigências do mundo do trabalho, tendo os aspectos desigualdade, educação média e trabalho como referência. Esta discussão também é levada a cabo por Parente *et al* (2011) ao levantar a questão sobre os níveis de escolarização e os diferentes tipos de relações de emprego de jovens portugueses; Poveda *et al* (2007) discutem as incertezas geradas pela distribuição desequilibrada do alunado imigrante na cidade de Madrid, apontando para as incertezas quanto ao futuro desses jovens; Brealey

(2015) discute as representações acerca do futuro de jovens urbanos costarriquenhos provenientes de distintos níveis de exclusão social, concluindo que as incertezas configuram-se como únicas certezas quanto ao futuro; Leão, Dayrell e Reis (2011) discutem as dificuldades das escolas em dialogar com os jovens brasileiros acerca de seus projetos de vida, potencializando a sensação de 'abandono à própria sorte'; Alcañiz, Querol e Martí (2015) discutem o impacto da crise econômica no incremento da precariedade do mercado laboral, tendo como centralidade os jovens da União Europeia. Esta sensação de risco e perplexidade também aparece nos discursos dos jovens pesquisados do presente trabalho, tal como pudemos observar.

Neste sentido, são diversos os trabalhos de investigação que, identificando contextos de ambiguidade e confusão, buscam dar voz aos que estão, por assim dizer, sofrendo o que Schutz e Luckmann (2009, p. 162) nominaram "tensão gerada pela delimitação aos elementos sociais dados". Assim, enfrentam as consequências de um padrão histórico e socialmente construído com base na distribuição assimétrica de seus bens materiais e imateriais que, de alguma forma, circunscrevem as trajetórias e destinos dos jovens das classes populares de forma injusta e desigual, porque os dissociam de seus saberes, potenciais, desejos, sonhos e projetos pessoais.

Aqui cabe ainda uma observação: embora se tenha identificado a escola secundária como o espaço social privilegiado para engendrar reflexões acerca do projeto de vida e da visão de futuro dos jovens estudantes, optou-se por não assumir, neste trabalho, uma problematização em torno das políticas educacionais adotadas nos três países, por considerar que esta questão envolve tantas nuances que seria necessário um projeto específico para contemplar este universo, sem que se corresse o risco de esbarrar em superficialismos. Assim, não obstante as lutas enfrentadas na superação da dicotomia avanço-retrocesso que as reformas educacionais

encerram, seguimos reconhecendo a escola secundária em sua relevância como instituição social e, para além disto, reconhecendo-a como um fértil espaço de socialização de saberes, relações e afetos intergeracionais.

Considerações finais

O presente trabalho buscou identificar a existência de um projeto de vida vinculado a uma Visão de Futuro de jovens estudantes secundaristas moradores das periferias de três grandes centros urbanos em três distintos países. Retomando a temática da etnografia multilocal, concordamos com Marcus (2001) ao considerar as semelhanças entre comportamentos e anseios de sujeitos inscritos em culturas ocidentais, já que não se observa a existência, na contemporaneidade, salvo raríssimas exceções, de comunidades isoladas, dado o processo histórico-social de integração dos mercados e o fenômeno da interação dos nativos com diferentes grupos de referência por meio das tecnologias da comunicação.

Ao reconhecer que o projeto de vida é uma estratégia de antecipação do futuro, organizadora de instrumentais que visam o alcance dos objetivos traçados, sejam eles de ordem familiar, profissional ou pessoal - ou uma confluência entre estes distintos aspectos - cremos que esta anteciparia um devir, permitindo vislumbrar possíveis saídas para os reveses sempre presentes na dinâmica da vida cotidiana. É mais: reconhecendo a escola como *lócus* de desenvolvimento e de socialização de saberes culturalmente organizados (SAVIANI, 2005), e ainda como mediadora de referências, subjetividades e valores compartilhados, cremos ser este um dos importantes espaços onde se pode desenvolver o "ofício de cientista" (BOURDIEU, 2008, p. 13), no afã de examinar e aferir os conceitos e os pressupostos teórico-metodológicos que presidem o trabalho do pesquisador.

Retomando o cerne da pesquisa realizada, consideramos que

identificar os elementos constitutivos do projeto de vida dos jovens permite vislumbrar um futuro que espelhe os anseios particulares, que se entrecruzam no contexto de suas experiências cotidianas. Assim, pudemos perceber que estes confluem quanto ao desejo de qualificar-se (e aí encontramos novamente uma referência ao papel instrumental da escola) e assim alcançar a autonomia financeira desejada, tanto quanto ao desejo de formar uma família, não obstante as dificuldades elencadas para a sua realização. A existência dos receios, medos e ansiedades associadas ao desconhecido, o desejo de 'independência' e a esperança na realização dos 'sonhos' e do encontro com a 'felicidade' também fazem parte deste rol de fatores que encerram profundos significados de ordem subjetiva, identificados nos jovens dos três países.

Quanto às diferenças, observamos que os jovens das escolas brasileiras, por estarem massivamente inscritos no mercado de trabalho, realizando funções que exigem baixa qualificação e que oferecem baixa remuneração, apresentam-se já 'cansados da luta' e, embora esperançosos, vislumbram um futuro de muito esforço pessoal e até mesmo de adiamento de sonhos, dadas as dificuldades financeiras enfrentadas. Os jovens estudantes das escolas portuguesas relatam, entre outros, o receio de não conseguir adentrar a universidade almejada e também de não conseguir um posto de trabalho em seu país e, assim, precisar emigrar para outras terras, deixando amigos e familiares em sua terra natal, aventurando-se em uma 'carreira solo'. Os jovens estudantes da escola espanhola relatam, entre outros, os receios associados à vida de imigrantes das classes populares, considerando-se sempre 'estranhos no ninho' e que alcançam 'o que sobra' aos nativos. Os nativos, por sua vez, informam o receio de não conseguir alcançar uma boa formação e, conseqüentemente, um trabalho estável, dadas as condições econômicas do país. Neste sentido, os projetos de vida dos jovens pesquisados são construídos levando-se em conta tanto o cotidiano vivenciado por eles,

em sua dimensão pessoal, quanto o contexto do país em que residem, cuja perspectiva de globalização cada vez mais acentuada traz consigo os custos e os benefícios deste processo.

Observou-se também que o projeto de vida dos jovens pesquisados, nos três países, constitui-se também por via das relações, dos vínculos e de suas transformações, quando os mesmos relatam crer que o futuro lhes trará 'novos horizontes', 'novos amores', 'novas amizades', e ainda a possibilidade de aventurar-se em outros países, cujas viagens poderão lhes trazer 'inspiração' e oportunidades de 'crescimento pessoal' e 'expansão'.

Ao fim e ao cabo, esperamos, com este trabalho ter contribuído na tessitura de saberes compartilhados e de outros olhares e interpretações sobre as representações juvenis acerca desta vida labiríntica, cujos desdobramentos afetam a todos, sem exceção, em todas as faixas etárias e contextos de vida, embora as classes populares sintam mais fortemente a crueldade de seus efeitos.

Creio ser esta uma luta política, já que as distinções relativas às condições de gênero, econômicas, geográficas, étnicas, culturais, dentre outros aspectos, adensam os enfrentamentos com o real, apesar de concordar com Pais (2005, p. 16) que se "os caminhos desiguais assemelham-se nas bifurcações", as distinções também guardam espaço para o encontro com as similitudes.

Assim, confirma-se a hipótese de que os contextos de vida dos jovens os atravessam de forma singular, embora o quadro de precarização do trabalho, das políticas governamentais, das relações com o outro e com o conhecimento (observada em maior ou menor grau nos três países pesquisados) sejam representativas de uma realidade capaz de engendrar leituras similares quanto ao instrumental requerido na construção do projeto de vida dos jovens investigados.

Referências Bibliográficas

- ALCAÑIZ, Mercedes; QUEROL, Vicent; MARTI, Ana. Las mujeres jóvenes em España. (Nuevas) precariedades y (viejas) desigualdades. **Ex aequo**, n. 32, p. 117-137, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?pid=S087455602015000200009&script=sci_abstract&tlng=es>. Acesso em: 28 jun. 2016.
- BALANDIER, Georges. **El desorden**. La teoría del caos y las ciencias sociales. Barcelona: Editorial Gedisa, 2003.
- BENDIT, René. Jovens imigrantes na Europa: aprender a lidar com transições incertas. In: PAIS, José Machado; BENDIT, René; FERREIRA, Vítor Sérgio (Orgs.). **Jovens e Rumos**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2011.
- BREALEY, Tatiana Beirute. Entre el sacrificio y el disfrute: percepción sobre el futuro de jóvenes urbanos costarricenses. **Última Década**, Viña Del Mar, n. 43, p. 135-160, 2015.
- BOURDIEU, Pierre. **Para uma sociologia da ciência**. Lisboa: Edições 70, 2008.
- CASTILHO, Rosane. **Juventud y Autoridad**: consideraciones sobre el sujeto de la autoridad para la juventud contemporánea. Buenos Aires: Teseo, 2011.
- _____. **Juventud y Procesos Educativos**. Buenos Aires: Editorial Teseo, 2012.
- CORICA, Augustina. Las expectativas sobre el futuro educativo y laboral de jóvenes de la escuela secundaria: entre lo posible e lo deseable. **Última Década**, Valparaíso, n.36, p.71-95, 2012.
- DAYRELL, Juarez (Org.). **Múltiplos olhares sobre educação e cultura**. 1. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2009.
- DOMINGUES, Alvaro. Geografia e políticas urbanas. In: **Ciclo de Palestras e Espaços Comuns II**. Porto, 2016. Disponível em: <<http://www.ulp.pt/eventos/espacos-comuns-alvaro-domingues-geografo>>. Acesso em: 28 set. 2016.
- DUBET, François. **Sociologia da experiência**. Lisboa: Instituto Piaget, 1994.
- _____. **Injustiças**: a experiência das desigualdades no trabalho. Traduzido por Ione Ribeiro Valle e Nilton Valle. Florianópolis: UFSC, 2014.
- FREITAS, Maria Virgínia. Jovens e Escola: aproximações e distanciamentos. In: NOVAES, Regina *et al.* (Orgs.). **Agenda juventude Brasil**: leituras sobre uma década de mudanças. Rio de Janeiro: UNIRIO, 2016.
- GROPPO, Luis Antonio. Teorias pós-críticas da juventude: juvenalização, tribalismo e socialização ativa. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez u Juventud**, Manizales, v. 13, n. 2, p.567-579, 2015.
- KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. 1. ed. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC- Rio, 2015.
- KRAWCZYK, Nora. Uma Roda de Conversa sobre os desafios do ensino médio. In: DAYRELL, Juarez; CARRANO Paulo; MAIA, Carla Linhares (Orgs.). **Juventude e Ensino Médio**. Belo Horizonte: UFMG, 2014.
- LEÃO, Geraldo; DAYRELL, Juarez Tarcísio; REIS, Juliana Batista. Juventude, projetos de vida e ensino médio. **Educação Social**, Campinas, v. 32, n. 117, p. 1067-1084, 2011.
- MALFITANO, Ana Paula Serrata. Juventudes e contemporaneidade: entre a autonomia e a tutela. **Etnográfica**, Porto, v. 15, n. 3, p. 523-542, 2011.
- MARCUS, George E. Etnografia en/del sistema mundo. El surgimento de la etnografia multilocal. **Revista Alteridades**, Distrito Federal, México, v. 11, n. 22, p 111-127, jul./dec, 2001.

MATTOS, Carmem L. G. A abordagem etnográfica na investigação científica. In: MATTOS, Carmem L. G.; CASTRO, Paula A. (Orgs.). **Etnografia e educação: conceitos e usos**. Campina Grande: EDUEPB, 2011. p. 49-83.

PAIS, José Machado. A construção sociológica da juventude: alguns contributos. **Análise Social**, Lisboa, v. XXV, n. 18, p. 139-165, 1990.

_____. **Ganchos, tachos e biscates: Jovens, trabalho e futuro**. 2. ed. Porto: Ambar, 2006.

_____. Buscas de si: expressividades e identidades juvenis. In: ALMEIDA, Maria Isabel Mendes; EUGENIO, Fernanda (Orgs.). **Culturas Jovens: novos mapas do afeto**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

_____. **Sociologia da vida quotidiana**. 6. ed. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2015.

PARENTE, Cristina *et al.* Efeitos da escolaridade nos padrões de inserção profissional juvenil em Portugal. **Sociologia, problemas e práticas**, Lisboa, n. 65, p. 69-93, 2011.

POVEDA, David *et al.* La segregación étnica en la educación secundaria de la ciudad de Madrid: um mapa y una lectura crítica. **EMIGR Working papers**, n. 91, 2007.

RIBEIRO, Elaine. Políticas de Juventude no Brasil: conhecimento e percepção. In: NOVAES, Regina *et al.* (Orgs.). **Agenda juventude Brasil: leituras sobre uma década de mudanças**. Rio de Janeiro: UNIRIO, 2016.

RUIZ, Marcos J. Estrada. Afiliación juvenil y desafiliación institucional: El entramado complejo de la deserción en la educación media. **Revista mexicana de investigación educativa**, v. 19, n. 61, p. 431-453, 2014.

SAVIANI, Demerval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. Campinas: Autores Associados, 2005.

SCHUTZ, Alfred; LUCKMANN, Thomas. **Las estructuras del mundo de la vida**. 1. ed. Buenos aires: Armorrortu, 2009.

SIMMEL, Georg. **Questões fundamentais de sociologia: indivíduo e**

sociedade. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

SOFIATI, Flávio. **Jovens em movimento: o processo de formação da pastoral da juventude no Brasil**. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2004.

SOUZA, Alessandra *et al.* **Rodas de conversa**. Participação e controle social de políticas públicas de juventude. Goiânia: América, 2016.

TEIXEIRA, Carmem Lúcia. **Rodas de conversa**. Diálogo na construção de direitos. Goiânia: América, 2016.

TOURAINÉ, Alain. **Um novo paradigma para compreender o mundo de hoje**. São Paulo: Vozes, 2006.

VIGOTSKI, Lev Semionovich. El significado histórico de la crisis de la psicología. Una investigación metodológica. In: _____. **Obras Escogidas**. Tomo 01. Madrid: Visor, 1991.

WEBER, Max. **Ensaio de sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

Juventudes e políticas educacionais para o ensino médio: projetos, percepções e expectativas

Míriam Fábria Alves
Gabriel Carvalho Bungenstab
Valdirene Alves de Oliveira

Este texto estabelece uma discussão sobre as políticas educacionais que propõem mudanças no currículo da educação básica, mais precisamente no ensino médio. A reflexão se fundamenta a partir da tríade “juventudes, políticas educacionais e ensino médio”, na perspectiva de apresentar uma leitura crítica da atual conjuntura educacional brasileira, sobretudo no que tange às supostas “crises” e ao “novo ensino médio”.

Para Fensterseifer (2001), a palavra crise é carregada de sentidos e permite olharmos de maneira crítica para o todo já produzido. Contudo, pensar em crise torna-se menos importante no sentido de realizar um diagnóstico e mais relevante no intuito de formular possíveis saídas para superá-la. De acordo com Dayrell (2007, 2009), estamos presenciando uma crise do ensino médio, na sua relação com a juventude e com os professores. Esse fato aumenta os questionamentos dos jovens sobre o sentido/significado da escola. Há realmente uma crise que afeta a instituição escolar contemporânea? Se sim, a atual reforma é a melhor saída?

No cenário brasileiro, de acordo com Bungenstab e Lazzarotti Filho (2017), a reforma pretendida para o ensino médio, mediante a Lei nº 13.415/2017, *a priori* se apresenta como um enfrentamento da “crise”. No entanto, as manifestações contrárias à reforma e à proposta de mudança curricular podem ser traduzidas como respostas negativas ao que foi proposto. Nesse sentido, as ocupações das escolas iniciadas pelos professores, pais e alunos, no país, no decorrer de 2016, revelam que há

uma tensão entre aquilo que se percebe a respeito da crise entre a escola (ensino médio) e seus jovens, bem como sobre os meios para enfrentar esse problema.

A discussão presente neste texto estabelece um diálogo com alguns pesquisadores que se debruçam sobre a temática juventude e sobre as políticas educacionais. Nesse percurso, também contempla alguns elementos contextuais que permeiam a criação da Lei nº 13.415/2017 e, nesse sentido, o texto se apresenta em dois eixos: 1) discussão sobre a juventude e o ensino médio brasileiro; 2) a reforma do ensino médio promovida pela Lei nº 13.415/2017 e seus desdobramentos na educação da juventude.

Juventude e ensino médio: reflexões sobre crise e escola no Brasil

Os debates sobre juventude e ensino médio no Brasil têm ganhado relevância nas últimas décadas. O conceito de juventude tem expressado estas mudanças. Compreendemos a juventude como uma categoria social que influencia e é influenciada pela sociedade. Nesse sentido, concordamos com Groppo (2000, 2004) quando ele afirma que a juventude, enquanto um grupo etário e uma categoria social, possui sua própria forma de dialética, embutida de contradições. Assim, ao passo que a juventude pode se relacionar bem com as instituições, por ser dialética, também podem existir jovens que destoam dos padrões sociais de sua época, criando e se apropriando de novas relações, com novas instituições.

A discussão sobre o ensino médio brasileiro, de acordo com Bungenstab e Lazzarotti Filho (2017), é permeada de disputas que se referem a diversas propostas políticas para esta etapa de ensino. Historicamente, vê-se que o ensino médio transita entre as formações propedêuticas, profissionalizantes (para o mercado de trabalho) e aquelas mais gerais (não profissionalizantes).

De acordo com Bungenstab (2016), a juventude e o ensino médio parecem estabelecer suas relações pautadas por alguns indicadores como o trabalho, questões relativas à identidade desta etapa de ensino e princípios educacionais. Entender esses indicadores parece ser fundamental para a superação da precarização do ensino médio, bem como para sua universalização com qualidade social. Em relação aos objetivos do ensino médio, vemos que, na esteira de Reis (2012), a escola não cumpre a promessa de garantir um futuro melhor para os jovens estudantes, ou seja:

[...] apesar de vivenciarmos um contexto político e social aparentemente distinto, os grandes temas e preocupações presentes no documento das DCNEM da década de 1990 permanecem os mesmos nas novas diretrizes: a busca por uma identidade específica para esse nível de ensino; a inadequação de sua estrutura às necessidades da sociedade; a proposição de um currículo mais flexível; e a valorização da autonomia das escolas na definição do currículo. (MOEHLECKE, 2012, p. 53)

Pesquisando escolas de ensino médio na cidade de Maceió, Reis (2012) notou que 83% dos jovens veem a escola como local perfeito para se encontrarem e socializarem com seus pares. Nesse caso, ela indaga acerca da importância que a escola assume na vida dos jovens e como esse fator tem relação com os estudos. Reis (2012, p.141) esclarece que:

Em relação à contribuição da escola para a aprendizagem, dos cento e quinze estudantes da tarde que participaram do estudo exploratório, 61% consideram que “a escola pouco contribui para a aprendizagem” e 4% que “não contribui nada”. Ao somar estes percentuais, é possível verificar que 66% destes jovens consideram que a escola pouco ou nada contribui para sua aprendizagem, contra apenas 35% que disseram que a escola contribui muito para a aprendizagem.

Em virtude da democratização surgida no ensino médio pós-década de 1990, por meio do Programa Ensino Médio Inovador, Moehlecke (2012) e Reis (2012) acreditam que o intuito de expansão desta etapa de ensino não acompanhou a discussão sobre os planos de futuro dos diferentes jovens, ou seja, se antes o ensino médio se pautava por forte dualidade,

hoje, na sua formação geral não consegue romper as desigualdades educativas e sociais que marcam a vida dos jovens. Carrano, Marinho e Oliveira (2015) tecem críticas ao sistema educacional brasileiro, relatando sua precariedade e apontando que os principais prejudicados são os jovens mais pobres (BUNGENSTAB, 2016).

Nesse aspecto, o acesso ao ensino médio garantido a todos, como define a Emenda Constitucional nº 59/2009, não se configura como direito, e a expansão e a universalização do ensino médio brasileiro não ocorrem de modo tranquilo. Por outro lado, o ensino médio está exposto às tensões e disputas de poder pela concentração e/ou distribuição de quais são os conhecimentos realmente significativos no mundo atual, e isso acaba envolvendo, também, as discussões sobre os conteúdos curriculares, ou seja:

O aumento da procura pela escola média está acontecendo por sobre uma dinâmica escolar engessada e desenvolvida numa outra realidade e com outras demandas e necessidades, com uma cultura escolar incipiente para o atendimento dos adolescentes de hoje. O nosso desafio e o do poder público é oferecer uma escola que comporte uma dinâmica de aprendizagem em sintonia com o mundo contemporâneo para toda a população; assim, ela se tornará realmente democrática e não simplesmente massiva. (KRAWCZYK, 2014, p. 86)

Martins e Carrano (2011, p. 54) salientam a necessidade de a escola deixar de enxergar os jovens de forma homogênea, como alguém que precisa se adequar aos padrões de estudante proposto pela instituição. Para os autores, instituições como a escola “[...] não se dão conta que as expectativas dos jovens com relação à vida e ao futuro não são mais as mesmas que aqueles que os seus principais representantes – os pais e professores – acreditam ser importantes para a participação em sociedade”.

Alves (2016), ao analisar as narrativas de jovens goianos de escolas públicas e suas representações, afirma que à escola é atribuído um papel contraditório, pois, se de um lado representa uma possibilidade de romper com a dura realidade que cerca a vida destes jovens, por

outro compreendem que a escola pública é destinada aos mais pobres e, por isso mesmo, muitas vezes distante de sua vida e suas problemáticas. Neste sentido, retomar o papel formativo do ensino médio, mas também o diálogo com os jovens e suas realidades, seria fundamental para ressignificar o ensino médio.

Como bem lembram autores como Arroyo (2011), Dayrell (2002, 2007) e Carrano (2011), os jovens estudantes que hoje chegam à escola possuem características diferentes daqueles estudantes que chegavam à escola nas décadas passadas e isso acentua ainda mais o papel da escola. Pode-se vislumbrar uma lógica escolar que já não agrada à juventude que a frequenta. Uma escola que se afasta dos interesses dos jovens e com um cotidiano que não os envolve, tornando-se um espaço, como bem ressalta Dayrell (2007, p. 1106), principalmente de aquisição de diplomas:

Para os jovens, a escola se mostra distante dos seus interesses, reduzida a um cotidiano enfadonho, com professores que pouco acrescentam à sua formação, tornando-se cada vez mais uma “obrigação” necessária, tendo em vista a necessidade dos diplomas.

Carrano (2011) considera que a escola ainda se apresenta como uma instituição futurista, ou seja, possui seus sentidos de aprendizagem voltados para o futuro e isso seria um dos principais motivos das insatisfações dos estudantes. É preciso, segundo ele, criar ferramentas para diálogos entre o corpo docente e os alunos a fim de considerar as demandas do presente dentro da escola do futuro. Parece que a busca da identidade desta etapa de ensino não tem levado em consideração a própria busca que os jovens fazem na construção de suas identidades. Se a escola não possui uma identidade clara, de que maneira ela teria peso na construção da identidade juvenil? Há a necessidade, como já apontado por outras pesquisas, de se buscar um norte no ensino médio que atenda a diversidade dos estudantes.

Para Bungenstab (2016), podemos afirmar que os diagnósticos comuns, que aparecem em larga escala na maioria das pesquisas que versam sobre juventude e ensino médio no Brasil, dizem respeito à procura (ou não) de uma identidade para esta etapa de ensino, à diversidade dos jovens que nessa instituição estão e à presença da escola como espaço preferido para socialização dos jovens.

Se lembrarmos Dubet (1994) e suas análises sobre a escola francesa, notamos que a crise da escola contemporânea, para ele, se estabelece também pelo fato de ela ter perdido o monopólio do conhecimento a ser transmitido. Nesse sentido, os estudantes apontariam que existem outros espaços detentores de conhecimentos e que a escola necessitaria de uma mudança, a fim de compreender sua perda do monopólio. Para Charlot (2013) e Bauman (2009), a escola atual desenvolve uma nova relação de saber com seus usuários que, por sua vez, acusam e escancaram o teor principalmente utilitário que a escola assume nesse contexto. Ou seja, o espaço escolar voltado para a conquista de algo, não importando o sentido e/ou prazer.

Sem dúvida, este diagnóstico pode nos indicar pistas para resolver possíveis crises entre o ensino médio e os jovens. No entanto, é preciso entender o que significa a “redefinição do sentido de suas aprendizagens” por parte dos jovens estudantes. Dayrell (2007) sugere que essas redefinições estão mais ligadas àquelas aprendizagens voltadas para a vida cotidiana juvenil, ou seja, para o presente, onde os jovens conseguem visualizá-las na hora, em detrimento de uma espera futura, para que a aprendizagem na escola faça suposto sentido. Ainda é cedo para afirmar se isso resolveria o problema das escolas e de suas “crises” (BUNGENSTAB, 2016).

Na esteira destas reflexões poderíamos concordar que a reforma do ensino médio, ora em curso, representaria uma estratégia eficiente em busca de solução para a crise da escola brasileira, mas a realidade

complexa da escola pública, que atende a 82% dos jovens nesta etapa da educação básica, sinaliza graves problemas para as futuras juventudes, que o texto aborda no próximo tópico.

A reforma do ensino médio de 2017 e seus desdobramentos na educação das juventudes

A Medida Provisória (MP) Nº 746/2016 publicada no Diário Oficial em 23 de setembro de 2016, encaminhada ao Congresso Nacional pelo Presidente da República Michel Temer, resgatou pontos polêmicos que estavam nas versões preliminares do Projeto de Lei (PL) Nº 6.840/2013, como a formação por áreas de conhecimento, que havia sido suprimida na versão final do relatório da Comissão Especial para a Reformulação do Ensino Médio (CEENSI) criada em 2012. A discussão da MP foi constituída por uma comissão mista com 12 senadores e 12 deputados e igual número de suplentes. Dentre os componentes dessa comissão mista estão alguns parlamentares que participaram da CEENSI, inclusive o relator e o presidente, os deputados Wilson Filho e Reginaldo Lopes, respectivamente. A MP, após votação e aprovação no Congresso Nacional, foi sancionada pelo Presidente Michel Temer em 16 de fevereiro de 2017, pela Lei Nº 13.415, que está em fase de implementação nos Estados.

Se voltarmos às disputas em torno do ensino médio, podemos afirmar que o PL Nº 6.840/2013 era bastante audacioso e propunha mudanças que rompiam, em boa medida, com o conjunto de ações que o campo educacional, na esfera governamental, vinha construindo desde 2003, a partir da revogação do Decreto nº 2.208/1997. O PL Nº 6.840/2013 também se constituía na expressão mais nítida das disputas por projetos de ensino médio antagônicos, que envolviam os campos educacional e econômico, ou seja, ações consubstanciadas no campo político e que se tornaram explicitadas mediante a MP 746/2016.

Oliveira (2017) percorreu as principais políticas definidas para o ensino médio no período de 2003 a 2014. Dentre essas ações, identificou

que o PL nº 6.840/2013 sintetiza parte importante das disputas que perpassaram os campos econômico, político e educacional naquele contexto. Em tal estudo e, especialmente, mediante os relatos de alguns entrevistados, a autora sistematiza que as disputas por um projeto de ensino médio, nos moldes que a Lei nº 13.415/2017 estabelece, já estavam em busca de condições objetivas para se converterem em uma política educacional.

Nessa pesquisa, Oliveira (2017) afirma que duas entrevistadas apresentaram uma leitura interessante sobre a trajetória que culminou no PL nº 6.840/2013. Para essas entrevistadas, as estratégias foram sendo tomadas conforme o jogo foi se apresentando, assim como no campo econômico as estratégias foram definidas em consonância com o jogo do momento. Tal PL foi finalizado e aprovado na CEENSI e estava pronto para ser submetido em votação no plenário, mas no bojo das mudanças políticas que o país viveu e vive após o golpe/impeachment da Presidente Dilma Rousseff, ocorrido em 31 de agosto de 2016, o PL foi secundarizado e a MP nº 746/2016 ganhou foco sem uma oposição significativa no Congresso Nacional. Tal manobra é singular no conjunto das relações e disputas por um projeto de ensino médio e também esboça uma nova correlação de forças em que a comunidade educacional passa a ser mera expectadora da nova política que ganha materialidade com a Lei nº. 13.415/2017¹. As notas taquigráficas da fala dos senadores na votação final da MP são um capítulo singular sobre as bandeiras que os parlamentares representam e também sobre como essa relação desemboca no projeto de ensino médio e de educação no presente momento. Nesse sentido, a fala do Senador Christovam Buarque é bastante intrigante, conforme o fragmento ilustra:

1 No dia 08 de fevereiro de 2017, o Senado Federal aprovou a MP nº 746/2016, com o placar de 43 votos a favor e 13 votos contrários. A medida seguiu para a sanção presidencial, que tinha até 15 dias para vetar ou sancionar. O presidente Temer sancionou e no Diário Oficial do dia 17 de fevereiro de 2017 foi publicada a Lei nº 13.415.

O primeiro apelo é que **votem pensando nos jovens adolescentes que amanhã vão para a escola e que não podem escolher a disciplina a que vão assistir**. Que **votem pensando em dar liberdade aos nossos jovens de poderem escolher as disciplinas** pelas quais eles têm mais gosto, mais vocação. Por favor, vamos votar pensando em libertar nossos jovens de disciplinas que os tolhem e, ao mesmo tempo, os expulsam da escola. Segundo, votem pensando naqueles alunos que amanhã não vão ter aula de matemática, por exemplo, porque não há professor com licenciatura. Votem pensando neles, porque, **graças a essa medida provisória, através do chamado notório saber, vai ser possível contratar engenheiros aposentados que sabem matemática, biólogos aposentados, jornalistas aposentados que poderão preencher a vaga de professores**, que todos nós preferíamos que fossem licenciados, mas, hoje, não são nem licenciados nem nada. (BUARQUE, 2017, p. 67, grifo nosso).

Se, como afirmamos anteriormente, a escola tem dificuldade em reconhecer os anseios e necessidades das juventudes e muitas vezes pautam suas práticas a partir das concepções de seus profissionais, o Senador também fala em nome dos jovens, não dos jovens atuais, mas os do futuro. Em nome dos jovens do futuro, simplifica a complexa problemática do ensino médio na liberdade dos jovens em escolher as disciplinas que irão cursar, no futuro. Não considera as imensas desigualdades que assolam a realidade brasileira e que se expressam nas precárias condições de oferta do ensino nas escolas públicas: infraestrutura das escolas, desenvolvimento tecnológico, profissionais formados, atuando em sua área de formação e bem valorizados. Sua narrativa é perversa ao reiterar que o profissional professor pode ser substituído, por meio do notório saber, por outros profissionais aposentados. Neste aspecto, reitera a desvalorização do professor, não só como profissional deste saber, mas também deste fazer.

Importa considerar que a reforma também acontece em conjunto com um cenário de redução do investimento em educação, pois está em vigor a Emenda Constitucional nº. 95/2016, que congela por 20 anos os gastos primários do estado brasileiro, o que em tese impossibilita

qualquer novo aporte de recursos para construir e reformar os prédios escolares, melhorar a infraestrutura das escolas, contratar profissionais, valorizar a carreira docente. Ademais, a responsabilidade de normatizar e implementar essa reforma recai sobre as redes estaduais que, de acordo com os dados do Censo Escolar (INEP, 2017), são responsáveis por 84,8% do total de matrículas dessa etapa de ensino e têm manifestado um esgotamento no atendimento a essa etapa da educação básica. Tal esgotamento tem sido usado para justificar as parcerias público/privado, a gestão das escolas sendo entregues à Polícia Militar, a exemplo do estado de Goiás, e às organizações sociais. A complexidade dessas relações sinaliza as dificuldades em fazer com que a implantação dessa reforma atenda às demandas dos adolescentes e jovens do ensino médio.

Que reforma é essa? O que ela traz de novidade? O que os sistemas de ensino deverão implantar? A reforma propõe: a ampliação progressiva da carga horária para 1400 horas/ano e, nos próximos cinco anos, um aumento para no mínimo 1000 horas, sendo que a carga horária destinada à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), nos três anos do ensino médio, deverá corresponder a 1800 horas, e as demais horas serão distribuídas nos itinerários formativos; uma Política de Fomento à Implantação de Escolas de Ensino Médio Integral, que contaria com recurso do Ministério da Educação pelo prazo de dez anos; a liberação de recursos para as parcerias privadas; a contratação de profissionais de notório saber para atuar na formação técnica e profissional; a transformação das disciplinas de Sociologia, Filosofia, Educação Física e Artes em estudos e práticas, tornando obrigatórias nos três anos apenas Língua Portuguesa e Matemática (BRASIL, 2017a).

A reforma desmonta o ensino médio que vinha sendo estruturado, com todas as dificuldades e problemas, desde a LDB de 1996, e o que promete construir em seu lugar ignora os problemas históricos

desta etapa da educação básica, simplificando a crise a um problema curricular. Nesse sentido, o governo brasileiro vem investindo pesado em propagandas para dizer que a reforma tem a aprovação de 72% da população brasileira (BRASIL, 2017b) e isso se deve à promessa de que o estudante do ensino médio não será obrigado a cursar apenas uma trajetória formativa, ou seja, no novo modelo curricular uma parte será destinada à formação comum, que será definida a partir da BNCC, e outra parte formada pelos itinerários formativos compostos da seguinte forma: Linguagem e suas tecnologias; Matemática e suas tecnologias; Ciências da Natureza e suas tecnologias; Ciências Humanas e Sociais aplicadas; Formação Técnica e Profissional (BRASIL, 2017a). Nessa narrativa, a crise do ensino médio estaria resolvida por meio de um novo arranjo curricular.

No entanto, se acompanharmos a trajetória do ensino médio brasileiro nos últimos anos, as tentativas de universalização do acesso dos jovens de 15 a 17 anos, as taxas de conclusão e abandono, as precárias condições de funcionamento das escolas, a falta de professores com formação para atuar nas diferentes áreas, as dificuldades da rede em oferecer condições de oferta condizentes com essa etapa de ensino, compreenderemos que essa matemática não é tão simples assim.

A reforma tem sido alvo de muitas críticas, dentre as quais destacamos a relevância dada às alterações curriculares e às trajetórias formativas dos jovens, que enfraquecem a formação geral, em nome de uma oferta diversificada e focada nas ênfases formativas. A reforma não propõe medida alguma para alterar as condições de oferta do ensino médio nas redes estaduais, responsáveis majoritariamente por esta etapa da educação básica. Não há referência no texto da reforma quanto às condições de oferta do ensino médio, no que diz respeito à infraestrutura das escolas, à carreira, à remuneração e à valorização dos professores, à garantia da atuação dos docentes em sua área de formação, ao

incentivo a projetos educacionais que possam melhorar a atratividade e a permanência dos jovens na escola, a uma nova concepção de escola e de juventudes que possa permitir um diálogo em relação ao projeto de educação.

Se o debate em torno do ensino médio, intensificado a partir de 2013 com o PL nº 6.840/2013, retomou problemas históricos como a obrigatoriedade e universalização da oferta, acesso, permanência e conclusão dessa etapa e as concepções de formação das juventudes pelos diferentes sujeitos que disputam o projeto educacional brasileiro, constatamos que a atual reforma põe em curso um projeto educacional que retoma a velha dualidade entre uma formação para os trabalhadores e outra para as elites, uma vez que a reforma promove um esfacelamento da formação geral e insiste numa lógica de verticalização, por meio dos itinerários formativos, o que torna ainda mais deficiente a formação dos jovens. Para Krawczyk (2014), assumir a escola pública como uma escola para os pobres, para os que não podem pagar “significa derrubar a última possibilidade de confrontar o *apartheid* social brasileiro; significa renunciar a qualquer tentativa de construir uma sociedade menos injusta e desigual” (p. 38). Se avaliarmos a proposta de BNCC para o ensino médio entregue pelo MEC ao CNE, podemos dizer que uma proposta que focalize apenas o currículo, aliada aos brutais cortes em investimentos educacionais promovidos pela política de ajuste em curso com a reforma trabalhista que, em conjunto, representam um duro golpe nas precárias condições de vida da maioria dos brasileiros, acentua ainda mais as brutais desigualdades que marcam a sociedade brasileira.

Por fim, retomemos o diálogo sobre juventudes e a crise do ensino médio no contexto da reforma que ora se implanta. Se o texto da lei promete atender algumas das bandeiras dos estudantes brasileiros, tais como a ampliação do tempo na escola e a liberdade de escolha do que estudar, a reforma aconteceu num contexto de crescente autoritarismo e

nem mesmo a intensa mobilização dos estudantes foi capaz de ampliar o debate com as juventudes e com os professores da educação básica. As juventudes foram novamente ignoradas, seus movimentos duramente reprimidos e suas discussões e reivindicações acerca da escola que desejam não foram acatadas. Ao contrário, em nome da falta de interesse dos jovens, a reforma foi apresentada e votada à revelia do que espera o jovem do ensino médio, ou melhor, como diz o Senador Christovam Buarque, em nome dos jovens do futuro, um jovem abstrato, sem rosto e sem história.

Considerações finais

Embora a discussão sobre o ensino médio e os jovens estudantes tenha objetivado construir reflexões a partir de apontamentos/soluções sobre a crise entre os jovens e a instituição escolar, o que se vê é algo mais complexo e profundo. Este texto buscou apresentar, a partir da tríade “juventudes, políticas educacionais e ensino médio”, uma leitura crítica da atual conjuntura educacional brasileira, sobretudo no que tange às supostas “crises” e ao “novo ensino médio”.

Uma primeira consideração que deve ser feita é reconhecer a existência de conceitos polissêmicos e seus usos (in)devidos. Há, por exemplo, uma multiplicidade de abordagens conceituais sobre a juventude que vão desde as teorias tradicionais, como a Escola de Chicago e a sociologia funcionalista, passando pelas teorias críticas nas correntes geracionais e classistas, até chegar às teorias contemporâneas, sejam elas pautadas pelas ideias do protagonismo juvenil ou pela defesa de que as trajetórias dos jovens não se apresentam de forma linear, enxergando esses indivíduos como sujeitos sociais.

Apesar deste entendimento, a reforma do ensino médio proposta pelo atual governo, parece, ainda, defender uma noção de juventude

focalizada em aspectos gerais, fato que remonta a uma noção geracional, que busca encaixar todos os jovens em uma mesma posição, desconsiderando, assim, os determinantes locais de cada escola e de cada jovem. Nesse aspecto, a reforma potencializará as desigualdades construídas historicamente ao invés de minimizá-las. O fato é que a juventude é uma construção sócio-histórica e cultural e, se os jovens realmente são sujeitos sociais, eles apresentam transições juvenis que nem sempre se apresentam de forma linear. Essas transições, por sua vez, não podem ser classificadas e/ou ocultadas pela reforma do ensino médio, de modo que, no fim, esses jovens se tornem desiguais, com formações desiguais, em escolas desiguais; tal fato só tende a aumentar o discurso perverso da meritocracia.

Além desses aspectos, se em outros momentos da história da educação brasileira o dualismo estrutural promoveu uma divisão institucional e pedagógica nos projetos de ensino médio em curso, a atual reforma incorre numa falsa promessa de articulação curricular, sob o viés do caráter opcional, ou seja, imprime uma tentativa de formação profissional por dentro do ensino médio acadêmico. Essa prerrogativa é uma perversa falácia, pois a realidade de boa parte das redes estaduais de ensino não é favorável a essa articulação, ainda que o mesmo viesse a ocorrer de forma simplificada por via da escolha dos itinerários formativos. Assim, corremos o risco de ver uma nova guinada da profissionalização fracassada, como ocorreu na vigência da Lei Nº 5.692/197.

A formação integrada é uma proposição político-pedagógica que não condiz com o viés pragmático de uma proposta de ensino médio que almeje realizar a formação acadêmica e profissional de modo aligeirado e fragmentado. Outro risco, que pode ser considerado uma consequência bastante viável na teia da atual reforma do ensino médio, diz respeito ao chamamento para o terceiro setor implementar o itinerário da formação profissional. Desde a década de 1990, vem ocorrendo uma reconfiguração

do sistema público de ensino, em virtude da aproximação com o setor privado, mediante as parcerias público-privadas no campo educacional.

Referências Bibliográficas

ALVES, Miriam Fábria. O ensino médio na encruzilhada: do esvaziamento à crença na escola como caminho de mobilidade social. In: ALVES, Miriam Fábria; MATUTINO, Aurisberg Leite (Orgs.). **Juventudes: educação e religião em cenários de violência**. 1. ed. Goiânia, GO: Espaço Acadêmico, 2016.

ARROYO, Miguel. **Currículo, território em disputa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

BAUMAN, Zygmunt. Entrevista sobre educação: Desafios Pedagógicos e Modernidade Líquida. Traduzido por Neide L. de Rezende e Marcello Bulgarelli. **Cadernos de Pesquisa**, v. 39, n. 137, maio-agosto 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010015742009000200016&script=sci_arttext>. Acesso em: 15 maio. 2018.

BRASIL. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro, que estabelece as diretrizes e base da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica, a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no. 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei no 236, de 28 de fevereiro de 1967 revoga a Lei 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 17 de fev. 2017. Seção 1, p. 1, 2017a.

BRASIL. Ministério da Educação. **Novo Ensino Médio 02: O que vai mudar**. 2017b. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=4pb1nasqUtQ>>.

BUARQUE, Cristovam. **Notas taquigráficas**. 2017. Disponível em: <<http://www25.senado.leg.br/web/atividade/notas-taquigraficas/-/notas/s/4023>>. Acesso em: 11 fev. 2017.

BUNGENSTAB, Gabriel Carvalho. **Dando voz aos estudantes na cidade de Goiânia/GO: investigações sobre a “crise” entre os jovens e o ensino médio**. 2016. 171 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016.

BUNGENSTAB, Gabriel Carvalho; LAZZAROTTI FILHO, Ari. A Educação Física no “novo” Ensino Médio: a ascensão do notório saber e o retorno da visão atlética e “esportivante” da vida. **Motrivivência**, Florianópolis, v. 29, n. 52, p.19-37, set. 2017. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/2175-8042.2017v29n52p19>>. Acesso em: 07 maio 2018. doi:<https://doi.org/10.5007/2175-8042.2017v29n52p19>.

CARRANO, Paulo Cesar Rodrigues. O ensino médio na transição da juventude para a vida adulta. In: FERREIRA, C, A. *et al* (Orgs.). **Juventude e iniciação científica: políticas públicas para o ensino médio**. 1. ed. Rio de Janeiro: EPSJV/UFRJ, 2011.

CARRANO, Paulo Cesar Rodrigues; MARINHO, Andréia Cidade; OLIVEIRA, Viviane Netto Merdeiros. Trajetórias truncadas, trabalho e futuro: Jovens fora de série na escola pública de ensino médio. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 41, p. 1439-1454, 2015.

CHARLOT, Bernard. **Da relação com o saber às práticas educativas**. São Paulo: Cortez, 2013.

DAYRELL, Juarez. O rap e o funk na socialização da juventude. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, n. 1, p. 117-136, jan/jun, 2002.

_____. O aluno do ensino médio: o jovem desconhecido. **Salto para o Futuro**, Brasília, v. 18, p. 16-24, 2009.

_____. A escola faz juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 100 - Especial, p. 1105-1128, out. 2007. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 5 jun. 2014.

DUBET, François. **Sociologia da Experiência**. Lisboa: Instituto Piaget, 1994.

FENSTERSEIFER, Paulo Evaldo. **A Educação Física na crise da modernidade**. Porto Alegre: Unijui, 2001.

GROPPO, Luis Antonio. Dialética das juventudes modernas e contemporâneas. **Revista de Educação do Cogeime**, n. 25, p. 9-22, dez. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.cl/pdf/udecada/v18n33/art02.pdf>>. Acesso em: 7 out. 2017.

_____. **Juventude**: ensaios sobre sociologia e história das juventudes modernas. Rio de Janeiro: Difel, 2000.

INEP. **Censo Escolar da Educação Básica**: Notas estatísticas. Brasília: Ministério da Educação, 2017. Disponível em <http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/notas_estatisticas/2017/notas_estatisticas_censo_escolar_da_educacao_basica_2016.pdf>. Acesso em: 5 maio 2018.

KRAWCZYK, Nora. Uma roda de conversa sobre os desafios do ensino médio. In: DAYRELL, J.; CARRANO, P.; MAIA, C. L. (Orgs.). **Juventude e ensino médio**: sujeitos e currículos em diálogo. Belo Horizonte: UFMG, 2014.

MARTINS, Carlos Henrique dos Santos; CARRANO, Paulo Cesar Rodrigues. A escola diante das culturas juvenis: reconhecer para dialogar. **Educação**, Santa Maria, v. 36, n. 1, p. 43-56, jan./abr., 2011.

MOEHLECKE, Sabrina. O ensino médio e as novas diretrizes curriculares nacionais: entre recorrências e novas inquietações.

Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v. 17, n. 49, p. 39-58, jan./abr., 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v17n49/a02v17n49.pdf>>. Acesso em: 28 nov. 2012.

OLIVEIRA, Valdirene Alves de. **As políticas para o ensino médio no período de 2003 a 2014**: disputas, estratégias, concepções e projetos. 2017. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2017.

REIS, Rosemeire. Juventudes no ensino médio: os sentidos atribuídos à escola e aos planos de futuro. **Latitudes**, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 131-155, jul./set., 2012.

“Já estou implicado até a alma!”: modos, expressões e desafios de subjetivação política juvenil

Érika de Sousa Mendonça
Flávia Mendes de
Andrade e Peres
Tatiane Alves Baptista

Socializar-se, implicar-se, subjetivar-se: caminhos de uma construção reflexiva sobre a subjetivação política juvenil

“Ninguém nasce mulher. Torna-se mulher”. Esta clássica e contundente afirmação foi proferida, ainda na década de 1960, pela escritora feminista Simone de Beauvoir. Compreendemos que, longe de uma declaração simplista, trata-se de uma afirmação rica em provocações e posicionamentos políticos, que evidenciam as implicações sociais da/na construção de quem somos. Mais que isso, a reverberação dessa frase pode ser um convite a problematizações de outras ordens, ainda que, talvez, não tenha sido esta a intencionalidade da autora, tão focada nas discussões de gênero.

No modo como a recebemos, porém, vieram as questões: e se a tratarmos problematizando a noção de sujeito político? Poderíamos substituir a frase original por: “Ninguém nasce sujeito político. Torna-se sujeito político”? Estas questões nos vêm pela diversidade de perspectivas no olhar sobre este sujeito. De um lado, pode ser encarado como um “fato dado”, argumentando que todo sujeito já nasce em determinado contexto sócio-político-cultural – portanto, não nasce como uma “tábula rasa¹” – mas já nasce como um sujeito datado histórica, cultural e politicamente.

1 Fazendo, aqui, uma referência Aristotélica às avessas, em sua noção de sujeito como uma folha de papel em branco que será preenchida com as experiências acumuladas ao longo da vida.

Por outro lado, contudo, a noção de subjetivação política é algo ainda bastante debatido e remete a uma construção, evidenciando processos que passam tanto por socialização política, quanto por expressões singulares de um sujeito, que o permitam reconhecer-se e ser reconhecido, então, como sujeito político. É nessa perspectiva que propomos a discussão central deste artigo: problematizar e reconhecer modos e expressões de subjetivação política, a partir de sua expressividade juvenil, fomentando a construção de conhecimentos sobre o tema.

Com esse foco, refletiremos empiricamente a subjetivação política de jovens, a partir de três pesquisas distintas realizadas pelas autoras, inspiradas principalmente na obra foucaultiana. Das mobilizações produzidas pelo autor, nosso foco estará nas relações de poderes e estratégias de resistência, mobilizadas frente a lógicas soberanas de existência, pois entendemos que são nestes contextos que podemos identificar possibilidades de construção e expressão do que viemos chamando - e debateremos - de subjetivação política.

A primeira pesquisa foi realizada junto a representantes de uma Rede Juvenil atuante no Nordeste brasileiro, e o objetivo esteve em analisar modos e expressões de subjetivação política, a partir da relação entre jovens, movimentos sociais e coletivos juvenis. Para tanto, o cenário da pesquisa esteve em dois eventos protagonizados por uma Organização Não-Governamental atuante nos nove estados que compõem a região Nordeste, em parceria com a referida Rede. O primeiro evento era de cunho regional e o segundo, nacional. Ambos tinham como foco a formação política de lideranças juvenis e, nestes espaços, a autora esteve imersa realizando observação participante e entrevistas individuais. A análise de suas práticas discursivas será discutida neste artigo, refletindo seus processos e modos de subjetivação política.

A segunda pesquisa buscou revelar como as estratégias de organização local e as alternativas associativas em favelas necessitam de

um esforço no sentido da desconstrução dos medos e das tensões clássicas que envolvem o “novo e o velho”, evidenciando como essas tensões podem estar na base das afirmações que colocam os jovens como alheios aos processos políticos: jovens alienados. Para a melhor compreensão do fenômeno da juventude e da questão da participação dos jovens como atores sociais ativos, recorreremos à reflexão de Soares (2004) quando ele fala sobre o efeito negativo que a estigmatização do sujeito jovem impõe, como o preconceito e até mesmo a indiferença. Jovens são, mesmo no interior das comunidades onde vivem, cristalizados como “moleques”, “perigosos” e como “garotas perdidas”, cujo comportamento é tido como previsível. Ao prever tais comportamentos, os grupos estabelecem uma fuga, armando-se de medo e gerando a exclusão. Essa temática aparece também em Novaes (2004) e Costa (2004).

O ponto de partida desta reflexão foi a observação da juventude circunscrita a um cenário de impasses, entre a necessidade da abertura para novos quadros políticos, no sentido da ampliação da participação dos sujeitos jovens no direcionamento de espaços institucionais privilegiados, como a Agência de Desenvolvimento Local, e a tensão gerada pelo medo do confronto com as novas visões trazidas por esses jovens, envolvendo desde a forma de fazer política até a estética das ações.

O terceiro estudo, por sua vez, concentrou esforços em um campo interdisciplinar que envolve Educação, Psicologia e Tecnologias Digitais. Reflete sobre a educação em contextos contemporâneos a partir de Foucault e o que emerge de novo nas discussões que rompem ou de algum modo provocam pontos de fuga no processo histórico-dialético que fundamenta especificamente uma metodologia de Desenvolvimento Educacional de Multimídias Sustentáveis (DEMULTS). Buscou evidenciar o que, na história das práticas sociais estudadas no DEMULTS e na cultura escolar, ficava encoberto e dizia respeito à subjetivação política: as relações de poder.

A partir desta pluralidade de questões, contextos e perspectivas, pretendemos contribuir com o olhar sobre a juventude em suas expressões de ação política cotidianas, refletindo-a, nesse sentido, em suas possibilidades de subjetivação política.

Juventude militante: expressões e desafios de um sujeito político

Compreendemos os modos de subjetivação, sob inspiração foucaultiana, como expressões do sujeito que se dão na (e a partir da) inter-relação com o outro, com as instituições de que faz parte, com meios de produção de saberes com que se depara no percurso da vida. E pensar nestes contextos em que as expressividades do sujeito vão se configurando é considerar, também, as relações de governança que aí se constroem – e até mesmo que as antecedem - ou que se sobrepõem: são os processos de subjetivação que incluem meios, estratégias, situações, pessoas, contextos, teias que levam à constituição e à constante revisão dos modos de ser do sujeito.

Guattari e Rolnik (1996), ao refletirem sobre modos de subjetivação, fazem referência a uma “objetivação do sujeito”, defendendo que seríamos todos atravessados por uma série de fluxos, desejos, interesses que, por sua vez, seriam produtos - ou objetos - de uma rede de equipamentos sociais munidos de estratégias de normalização e regulação de valores. Ou seja, uma “subjetividade essencialmente fabricada e modelada no registro social” (p. 31), a partir de interesses que são próprios de uma lógica política, econômica e cultural dominante.

A participação do sujeito na produção de seus modos de subjetivação se dá, portanto, atravessada por aspectos históricos, culturais, sociais, econômicos e, conseqüentemente, num contexto que atua também através de dispositivos e mecanismos reguladores no qual o sujeito está imerso,

aderindo, por um lado, a lógicas e demandas instituídas, mas, por outro lado, podendo também construir e manifestar estratégias de resistência.

Em nosso estudo, buscamos conhecer modos de subjetivação construídos por jovens que participam de projetos sociais de Organizações Não-Governamentais, reconhecendo a potencialidade destas instituições como agenciadoras de subjetivação, ao mesmo tempo em que também reconhecemos nos jovens sua potência subjetivante, capaz de inventar modos de ser frente ao instituído. Estas linhas de fuga que o sujeito empreende, assim como sua implicação em espaços e pautas de interesse público, com posicionamentos críticos e compreensão dos dissensos e conflitos como constitutivos da vida coletiva, qualificam politicamente seu processo de subjetivação.

Assim, entendemos a aceitação sem questionamento ou reflexão crítica como o assujeitamento e o seu oposto estaria na elaboração de manobras, de estratégias, de subterfúgios àquilo que é imposto ou esperado, sendo identificado como resistência. O sujeito político se mostraria quando resiste ao poder, questionando-o não quanto aos critérios de bom ou ruim, certo ou errado, legítimo ou ilegítimo, mas problematizando, estrategicamente, suas condições de existência e permanência.

Na primeira pesquisa de que trataremos (MENDONÇA, 2016), foram entrevistados nove jovens, cada um representando a liderança de seu estado de origem, no Nordeste brasileiro. Além das entrevistas, em todo o período dos dois eventos de formação de líderes de que participaram, a pesquisadora esteve como observadora-participante. Na contramão de um contexto sócio-histórico-político que desfavorece o engajamento em questões de interesses coletivos, buscamos conhecer trajetórias de vida de jovens que tomam para si demandas do outro, do desconhecido, ainda que, para tanto, modifiquem completamente suas vidas, adiando sonhos e metas pessoais pela implicação política que assumem.

Alguns dos jovens entrevistados revelaram, por exemplo, o sonho do casamento, de ter sua própria casa e construir uma família. Mas também revelaram que este é um sonho que intencionalmente decidiram adiar, uma vez que, para eles, não é possível conciliar as demandas de uma intensa participação nas lutas dos movimentos sociais com a construção de um lar: falam das agendas lotadas em diferentes cidades para participação em eventos formativos, de marchas e lutas nas ruas, citam os estudos, as reuniões, os espaços e necessidades de reflexão coletiva, e afirmam: “Já estou implicado até a alma! Assumir projetos pessoais, nesse momento, não dá!”.

Em suas expressões corporais, no decorrer das entrevistas, por vezes parecia que aqueles jovens, inclusive, lamentavam essa escolha que os distanciava da família, dos amigos, da “vida sem preocupação”, como refletiu um dos jovens entrevistados. Todavia, mal esse semblante lhes tomava as expressões, rapidamente entoavam uma voz forte, e afirmavam com palavras, olhares e gestos a certeza de suas escolhas e a satisfação que sentiam nos papéis que assumiam em suas vidas: o papel político de implicar-se na transformação de realidades.

Nestes contextos, as discursividades dos entrevistados mostravam-se em sintonia com as reflexões levantadas por jovens entrevistados numa pesquisa em que se investigavam práticas discursivas sobre participação política junto a jovens militantes. Na ocasião, eis um trecho da análise realizada:

Expressam em suas falas que aqueles [jovens que não-participam de movimentos sociais] lhes parecem mais felizes por não carregarem “o peso” do compromisso e da responsabilidade de ter que provocar reflexões e mudanças sociais, que seriam mais livres e felizes por não terem que estar a todo tempo com um olhar crítico ao sistema, ao Estado, aos políticos, à sociedade civil; que possuiriam mais leveza no olhar e na forma como encaram a vida por não terem que investir parte enorme de seu tempo em se capacitar, protestar, participar de seminários e atos públicos, enfim, não precisarem “encarar a vida com tanta seriedade, quando ainda são tão novos”, conforme afirmou um dos sujeitos entrevistados (MENDONÇA, 2008, p. 87).

Ainda com relação aos laços afetivos e aos desafios da vida politizada e agendas lotadas provocadas pela militância, embora parte dos jovens adie os planos de casamento por julgá-los incompatíveis (ou prejudiciais) à vida militante, os que os fazem assumem essa escolha diante de duas condições: se casam com jovens também militantes ou com jovens que aceitem, respeitem e não interfiram nas demandas da vida política (especialmente as viagens e o pouco tempo despendido em casa). Parece, nesses contextos, que a busca por um(a) parceiro(a) de vida representa também a busca da continuidade de integração a determinado grupo ou ideologia política.

Tais discursividades deixam claros os desafios da escolha pela vida de militância política, mas também a certeza de ser esta a implicação de vida que tomam para si. Apesar de apresentarem queixas como o não retorno financeiro do trabalho de engajamento político, os enfrentamentos com amigos e familiares que não apoiam ou não legitimam suas escolhas ou o restrito tempo para investimentos afetivos ou dedicação a outras atividades de interesse, os discursos em torno da militância são discursos produtivos. Na análise das entrevistas, foi evidenciado que a militância provoca/produz efeitos no sujeito pelos quais vale a pena manter-se engajado: as relações de afeto, a sintonia entre ideias e desejos construídos e partilhados, a promoção de um caminho alternativo ao estabelecido pela realidade social local, pelos impactos de práticas e concepções naturalizantes de juventude, de gênero, de raça, de pobreza. Quanto ao último aspecto, identificamos nele a maior motivação de militância dos jovens: a possibilidade de resistir a lógicas programadas de funcionamento de vida. Como reflete Foucault (2008, p. 478-479):

[...] Doravante, os vínculos de sujeição dos indivíduos já não devem se fazer na forma feudal da vassalagem, mas na forma de uma obediência total e exaustiva, em sua conduta, a tudo o que pode ser um imperativo do Estado. Agora vamos ver se desenvolverem contracondutas, reivindicações na forma da contraconduta, que terão como sentido o seguinte: deve haver um momento em que a população,

rompendo com todos os vínculos de obediência, terá efetivamente o direito, não em termos jurídicos, mas em termos de direitos essenciais e fundamentais, de romper todos os vínculos de obediência que ela pode ter com o Estado e, erguendo-se contra ele, dizer doravante: é a minha lei, é a lei das minhas exigências, é a lei da minha própria natureza de população, é a lei das minhas necessidades fundamentais que deve substituir essas regras da obediência.

Nessa direção, compreendemos que, através da participação política, os jovens se empenham coletivamente na reinvenção de destinos: se informam, constroem estratégias, partilham experiências, se fortalecem em grupos (institucionalizados ou não). Mas, principalmente, a participação política dos jovens através da militância busca superar matrizes instituídas através de uma relação direta com o Estado, seja ocupando assento junto às prefeituras de suas cidades ou ao Conselho Nacional de Juventude, seja revendo, propondo ou monitorando a execução de políticas públicas em favor da juventude, da educação, da saúde. Essas contracondutas ou resistências ao Estado, assim como os pequenos posicionamentos críticos cotidianos que se evidenciaram nas falas dos participantes do estudo, são por nós compreendidas como parte dos fios que compõem a tecitura que viemos chamando subjetivação política juvenil.

Desafios para a ampliação da participação de jovens no âmbito de processos políticos e de desenvolvimento local

A participação e a constituição da identidade política, entendidas como fenômenos capazes de expressar a formação de sujeitos em ações organizadas, dando condições de reconhecimento e de legitimidade a carecimentos que expressam os problemas sociais, são desafios que atravessam muitos grupos, independente da faixa etária. Nessa direção, a reflexão proposta se situa no campo da subjetivação política, concebida como resultado da elaboração coletiva decorrente de relações de

reconhecimento entre identidades, e não a partir do fortalecimento ou da cristalização de uma identidade estabelecida a partir de valores e/ou de posições sociais (RANCIÈRE, 2006). Mais ainda, temos na constituição da identidade política entre jovens, especialmente em contextos que confrontam aspectos da vida coletiva, uma potência que pode implicar no redirecionamento do espaço público, dos discursos e dos comportamentos.

É importante lembrar, contudo, que a questão da participação política dos jovens ganha contornos particulares, visto que o lugar social que as pessoas ocupam influi nas maneiras como elas são pensadas. Assim, a cronologização da vida como um campo de definição da categoria social juventude impõe um conjunto inevitável de relações precárias e dependentes de estruturas e estratificações sociais. A escola, o Estado, o mundo do trabalho e, destacadamente, os movimentos sociais, conduzem dinâmicas instrumentais que empurram alguém para ser jovem e não ter poder, ou preconizam maturidade, retirando o indivíduo da juventude, quando se trata de trabalhar, por exemplo (NOVAES, 2002).

Para um aprofundamento dessa ideia, trazemos à reflexão alguns dos resultados produzidos a partir de um conjunto de oficinas realizadas no Rio de Janeiro, junto à Agência de Desenvolvimento Local da Cidade de Deus (CDD) ao longo dos anos de 2016 e 2017 -, especialmente a oficina temática que buscou identificar o quadro de forças, ameaças, fraquezas e oportunidades da organização política da comunidade.

Utilizando-nos de dinâmicas de grupo, foi possível colher diferentes pontos de vistas dos integrantes da comunidade que, naquele momento, tinham o objetivo comum de realizar uma avaliação coletiva da Agência de Desenvolvimento Local enquanto uma estratégia associativa e organizativa da Cidade de Deus. O resultado revelou uma flagrante tensão entre o que os envolvidos chamaram de “líderes clássicos” e os “jovens”.

Em face da ausência de jovens envolvidos com a Agência, os líderes comunitários da CDD reconheceram a necessidade do aparecimento de

novos líderes e, portanto, de uma aposta na juventude, no sentido do seu empoderamento. Na reflexão, tal ausência é tida como uma fraqueza do movimento, pois descortina a sua incapacidade de desenvolver uma linguagem mais próxima e mais atraente aos jovens.

No debate, os líderes comunitários explicam que esse quadro encontra-se imbricado ao cenário cultural subjacente às imposições do mercado no seu forte movimento de mobilização das identidades através de apelos de *marketing*, prometendo, por diversos veículos, a realização das satisfações das necessidades de consumo, escamoteando as desigualdades reais inerentes. O próprio tráfico é apontado como uma força local que atrai mais os jovens em CDD que a organização comunitária.

Do nosso ponto de vista, o problema pode ser pensado num ângulo diverso. Muitas vezes, a estética que se expressa na forma dos jovens de vestir, nos seus valores, na sua forma de se relacionar com o mundo, confronta-se com outra geração portadora daquilo que é visto pelos jovens, por sua vez, como antiquado, fora de moda e em desuso. Trata-se de uma disputa estética e, portanto, ética, mediada por identidades que ultrapassam as forças instituídas, como o mercado ou o estado - representantes do campo de expressões consolidadas de regras, segundo as quais se deve “ser/estar” de acordo com papéis e funções. A inflexão deste campo - o jovem e o antiquado - pode provocar novas linguagens, novos apelos e uma dimensão ético-política diferenciada.

O que se constatou nas oficinas foi uma relativa incapacidade de reconhecimento do aspecto contra-hegemônico e democratizante inerente. Por mais que os efeitos dessa distância cultural sejam inegáveis, sempre há espaços de conformação de contraposição, no sentido de um projeto cultural alternativo, mas a negação e o estigma prevalecem, gerando o medo e impedindo o diálogo.

Interessante, ainda, para essa pesquisa, foi observar aquilo que é reconhecido como ameaça. Uma das sínteses das oficinas informou

que: “é uma ameaça para o futuro da Agência Cidade de Deus de Desenvolvimento Local a ausência da juventude, podendo significar sua própria morte”. Contudo, na avaliação dos envolvidos, a ausência da juventude no movimento explica-se pela acusação de que os jovens da CDD buscam respostas imediatas e se envolvem mais facilmente com projetos de cunho pessoal. Mas, por outro lado, isso entra em choque na consideração das fraquezas, onde foi afirmado que há medo e insegurança de perder espaços com a chegada de novos quadros e líderes sociais da comunidade, voltando à baila a participação dos jovens no exercício do poder. São, portanto, confrontos e tensionamentos importantes de destacar, à medida que refletimos a construção de processos de subjetivação política.

Todavia, a despeito do medo da perda de espaço na cena política - poder e prestígio - que necessariamente o empoderamento de novas identidades, pelo fortalecimento do segmento jovem, poderia implicar, a fala dos líderes comunitários que se autorreconhecem como “líderes clássicos” é permeada de apontamentos para a necessidade de aproximar a juventude, apostando especialmente em novas ideias, novas pessoas, novas visões e novo direcionamento. Essa posição significaria abrir espaço para a ação política criativa, escapando da pressão da racionalidade que impõe, muitas vezes, a acusação do outro como mecanismo de proteção acerca das inseguranças que permeiam a vida em comunidade.

Importa mencionar que, de acordo com as intervenções, é um desafio para a Agência CDD de Desenvolvimento Local desenvolver uma linguagem “alternativa” que atraia os jovens, mobilizando temas como cultura, esporte, trabalho e família, pois para eles isso poderia implicar na perda das suas referências históricas, onde prevalecem os temas relacionados à dimensão instrumental da ação comunitária.

Embora as tensões sejam flagrantes, o espaço da reflexão é em si uma oportunidade de transição entre o pragmatismo da agenda comunitária e

sua objetividade reveladora da desigualdade e da desassistência concreta do lugar em termos de cidadania e a construção de processos de liberdade e fortalecimento da autonomia, possibilitados pela subjetivação política.

Todavia e contraditoriamente, a excessiva preocupação em garantir a continuidade de relações sociais consideradas seguras e desejáveis insiste em promover práticas conservadoras e comprometedoras da transformação. Nesse cenário, a juventude aparece como refém e como algoz de uma trama emblemática, mas que precisa ser enfrentada, implicando-se ou retirando-se de um cenário que convida à participação e à construção de modos políticos de subjetivar-se e atuar.

Transformações de si mesmo em direção ao outro e suas interfaces educacionais

A pesquisa apresentada nesta seção focaliza a participação de jovens do ensino médio durante o desenvolvimento de jogos digitais educacionais, em contexto escolar, no projeto DEMULTS (Desenvolvimento Educacional de Multimídias Sustentáveis). As bases fundacionais do DEMULTS, como metodologia de ensino-aprendizagem, ancoram-se na perspectiva da Psicologia de Vygotsky (2000) e Leontiev (1983, 1978). No entanto, pretendemos aqui, a partir de Foucault, refletir sobre esse modelo e discutir algumas práticas com novos dispositivos, como tecnologias e redes sociais, e o que rompem ou de que modo provocam pontos de fuga, nas instituições disciplinares.

Trata-se de um projeto interdisciplinar, vivenciado como pesquisa participante em instituições de ensino da rede pública de Pernambuco, de 2011 a 2018. Diferentemente do que temos feito nas análises dos dados construídos sobre o projeto DEMULTS, apresentadas em outros artigos (PONTUAL FALCÃO *et al*, 2017; PERES *et al*, 2017), em que focalizamos de algum modo a constituição do sujeito dialógico na imanência das práticas

situadas que o sujeitam, as luzes de Foucault aqui lançadas permitiram entender um sujeito que é objeto para si próprio, com uma subjetivação ética marcada por mecanismos disciplinares e vincos de biopoder, que continuam regulando as sociedades ocidentais modernas estando, entre esses vincos, as escolas.

Foucault nos permitiu reativar e renovar os ditos e escritos sobre o DEMULTS, realçando a emergência de subjetivações políticas em situações educacionais diversas. Transitamos por discussões articuladas ao redor de dois grandes eixos centrais: o poder é elemento explicativo de como os saberes são produzidos e como nos constituímos na relação poder-saber; a relação que cada um trava consigo mesmo, no domínio da ética, pode favorecer a emergência de uma subjetividade política em atividades institucionalizadas como as educativas.

Portanto, buscamos no exemplo aqui delineado, perceber modos de subjetivação que transformam seres humanos em sujeitos: modos de investigação de práticas discursivas, modos de transformação que aplicamos e nos aplicam nas práticas, arranjos e artefatos pedagógicos que instituem sujeitos. Atentamos, assim, para os lugares onde micropoderes se exercem e se distribuem nas práticas do DEMULTS, e vemos, principalmente, o polo positivo do poder ou o produzir-se algo novo, e não apenas a reprodução de algo de modo submisso. Foi de extrema lucidez olhar para os triângulos aninhados de Engeström (1987), fundamento teórico do DEMULTS, a partir das ideias sobre as relações de poder, rompendo com a visão topológica clássica de que o poder se concentraria em alguns lugares e não existiria em outros.

Isso permitiu ver que a tecitura social das atividades práticas, como as vivenciadas no DEMULTS, é formada por micropoderes que não estariam em um dos ângulos do triângulo, onde Engeström localiza as regras na atividade, mas espalhados nas relações entre os diferentes vértices, atravessando o sujeito nessas práticas. Pode-se perceber que

os enunciados são mecanismos, ou tecnologias políticas, com poderes de manejar espaços, tempos e registros de informações unificados por hierarquias. Seja na hierarquia das relações escolares como um todo, seja na hierarquia das relações *demultianas* em particular, como a que existe entre os *experts* (professores da disciplina cujo conteúdo será trabalhado no jogo digital, programadores e designers) e os novatos (jovens do ensino médio), na comunidade de prática da atividade de desenvolvimento de jogos digitais na escola. Cotidianamente e de forma múltipla, a dominação e o poder são exercidos em nosso cotidiano, e importa-nos que esses mecanismos sejam não necessariamente opressores, mas possam também ser criadores, justificando a fórmula: toda relação de poder é acompanhada da criação de saber e vice-versa.

Um exemplo situado de biopoderes nesta pesquisa relaciona-se às regras que estavam estabelecidas para o uso do laboratório de informática de uma das escolas de ensino médio: “silêncio, mentes pensando”; “proibido fazer downloads”; “proibido jogar”, que impediriam, se seguidas, a própria realização das atividades do projeto DEMULTS, pois para o desenvolvimento de jogos, tais ações que ali se estabeleceram como proibidas seriam necessárias. A institucionalização de um projeto que rompeu com a ordem prescrita no espaço institucional já incluiu aspectos éticos no fazer dos jovens integrantes, pois algumas regras puderam ser negadas e transformadas, justificando-se pela coletividade de um projeto do qual faziam parte. No entanto, a partir desse lugar, na circunscrição desta atividade e além dela, eles poderiam atuar rompendo-as.

Temos um caso exemplar no DEMULTS, ciclo 1 (2012-2013), de uma aluna que nos ilustra o quanto o agir pode acontecer produtivamente contra aquilo que não queremos ser e ensaiar maneiras de ressignificar o mundo em que vivemos. AG era, na ocasião da pesquisa, aluna do 1º ano do Ensino Médio. Sua escola, caracterizada como tantas outras por práticas de vigilância, dominação e punições, na busca de docilização

dos corpos, fez várias notificações sobre o comportamento de AG, que chegaram à coordenação e aos responsáveis pela aluna: “dorme em sala, não respeita os professores, usa o celular em classe”, entre outras queixas. A escola, de tempo integral, sendo “instituição de sequestro”, nos termos de Foucault, por retirar por um longo período o sujeito da família ou da sociedade mais ampla, acaba por tentar impor, sobre AG, modelos de condutas e modos de agir, de gesticular e de pensar. Castigo e docilização dos corpos, na prática, ainda caminham juntos nas diversas formas de punição e outras estratégias que recaíram sobre a aluna.

O argumento de que a docilização torna os corpos produtivos gera perguntas carregadas de possíveis contra-argumentos: corpos produtivos em que direção? Para que modo de subjetivação e relações de poder está se orientando? Disciplinar tanto se refere a organizar as ciências quanto a domesticar corpos e desejos. O caso de AG é exemplar para efeitos do poder sobre o desejo. Durante o desenvolvimento de um jogo digital de biologia, numa atividade institucionalizada na escola por meio do projeto DEMULTS, AG mostrou-se efetivamente engajada na prática, contribuindo com a equipe de desenvolvedores ativamente, discutindo, problematizando, mobilizando ações de pesquisa, convidando os outros jovens do DEMULTS para participação em eventos extracurriculares, mantendo-se atenta às discussões coletivas, buscando o cumprimento de prazos, justificando suas próprias faltas, nas eventuais e raras ausências, cobrando a produtividade dos colegas, e outras ações que mostram uma transformação no modo de ser da aluna, revertendo o que se falava sobre ela: posturas e atitudes relatadas pela coordenação nas práticas regulares (e reguladoras) da escola.

Observar a organização do poder e da disciplina, nas bases das relações sociais, em processos de sujeição ou processos contínuos que dirigem gestos, corpos e comportamentos nos levou a compreender, sob uma nova discursividade, as práticas efetivadas no DEMULTS: as

multiplicidades de vontades e as vontades únicas no processo; os corpos periféricos e as múltiplas constituições de subjetividades pelos efeitos do poder; o poder como fruto de ações e correlações de forças que se materializam em meio à multiplicidade de indivíduos. E que todos estamos no jogo, não só nas submissões, mas nas ações cotidianas de resistência que também investem atos de poder. O poder, portanto, se exerce em cadeia, em rede, e nos atravessa.

Diante dessa discussão, em que a instabilidade das correlações de força possibilita e limita constantemente novos estados de poder, sendo efeito de conjunto, reitera-se que o conhecimento é essencialmente político. As tecnologias disciplinares e seus controles permanentes de individualização do poder têm na escola - sobre a infância e juventude - um lugar calcado em verdades sobre o ensino-aprendizagem, com mecanismos para individualizar o exercício do poder: classes em fila, demarcação de espaços, controle de faltas e notas, quantificação sobre condutas e saberes. Geralmente, centra-se na figura do professor o poder de transmissão do saber, manutenção de ordens, regulações e vigilâncias sobre o conhecimento.

Materializada na educação escolar, base da sociedade disciplinar, foi interessante refletir sobre os contrapoderes nesses espaços, que no caso do projeto DEMULTS e de AG, são ambos resistentes às práticas conservadoras típicas dos modelos tradicionais de ensino. No DEMULTS, a jovem AG pareceu produzir enunciados que transformaram sua relação com o conhecimento e lhe permitiram postar-se em ações coletivas como expressão de uma nova subjetividade, quiçá uma subjetividade política.

Tomando os domínios ser-poder, ser-saber, ser-consigo, pode-se perguntar, para tratar as questões aqui discutidas: quais relações o sujeito estabelece consigo a partir de verdades que culturalmente lhe são atribuídas?

Entendendo-se essas verdades como atribuídas a partir das relações de poder na escola, podemos enxergar que em qualquer escola há enunciações sobre o sujeito e, independentemente de seus valores de

verdade, funcionam, são admitidas e circulam como se fossem verdadeiras. Assim nos parece possível indagar, embora não se vá responder exatamente: na cultura escolar como um todo, e considerando o que são os discursos em seu conteúdo e em sua forma, que experiência AG faz de si própria no processo escolar? Quais são os efeitos de subjetivação, a partir da existência de discursos que pretendem dizer uma verdade para AG?

Foucault nos conclama a ver o princípio do cuidado de si como exigindo uma apropriação diferente do conhecimento. Nas suas relações com o mundo, com os outros e consigo, AG privilegiou - em alguns momentos - uma modalidade de conhecimento que favoreceu a modificação de sua maneira de ser. A subjetivação histórica do cuidado de si delinea-se, nesse caso, como uma ética do saber e da verdade, como conhecimento útil, o qual tem caráter "etopoético", como a leitura de Candiotto (2008) sobre o último Foucault. Ou seja, um conhecimento capaz de produzir o *ethos* e modificar a maneira de ser de alguém, não se referindo à decifração pela consciência ou pela interpretação de uma verdade velada internamente no indivíduo.

No caso de AG, é como se produzisse uma autobiografia em que as redes sociais virtuais participaram da trama. Foi através dessas que se minimizaram as hierarquias no grupo: experts (especialistas em design, programação e conteúdo curricular) e iniciantes (alunos) intercambiavam suas funções e tomavam a palavra em autoavaliações e avaliações uns dos outros, sobre atividades institucionalizadas, em cobranças e distribuição de tarefas intencionais, sendo todos os sujeitos atravessados de poder na coletividade. Um poder que emergiu da situação de resistência orientado à produção de conhecimento típico da função escolar. O *ethos* gerado por conhecimentos úteis transforma a imagem de si para os outros em um movimento político, marcado em modos de subjetivação não potencializados nas escolas, em geral, mas encontrado em pontos de fuga nesses espaços, em projetos que abrem fissuras nas instituições disciplinares tais como se apresentam.

Considerações finais

Visitamos três breves relatos de pesquisa. Embora cada um tenha sido produzido num contexto específico, a saber: uma Organização Não-Governamental, uma Agência de Desenvolvimento Local e uma Escola, encontramos aproximações no olhar que as autoras lançaram sobre a juventude e as relações e estratégias assumidas por jovens, que são indicadoras de resistências a práticas e concepções naturalizadas nos campos em que participam. Junto a esse movimento, as pesquisadoras refletiram sobre jogos de poder inerentes a esses espaços, envoltos por tensionamentos, mas também sobre novas perspectivas possíveis entre as partes envolvidas.

As luzes de Foucault realçam que a educação e os próprios movimentos sociais estão enredados em seu contexto histórico, político e cultural e que, por vezes, se anunciam como instrumentos de autonomia e transformação, mas na prática acabam por se evidenciar como espaços disciplinadores e de pouca abertura à inventividade e à permeabilidade em suas próprias construções e modos de atuar.

Nesses âmbitos, porém, as pesquisadoras revelam possibilidades de transformar o que está posto, as resistências ao instituído, favorecendo a emergência de novas realidades e sujeitos políticos. Talvez essas atenções aproximem a discussão da relação poder-saber, tão fortemente presente nos desdobramentos dos estudos de Foucault, das práticas concretas e da materialidade da existência, como constitutivas das mesmas, potencializando espaços em que os sujeitos políticos emergem de suas ações cotidianas.

Nesse sentido, para além de engessamentos e agenciamentos, espaços de reinvenção vêm sendo construídos por jovens. Tais movimentos são tanto estimulados como inibidos por instituições de educação formal e não-formal, por ações empreendedoras que se desenham como de

vanguarda, mas que ainda se mantém enredadas num modo de existência pouco aberta à revisão de si e ao estímulo à potencialidade crítica do outro. Ainda assim, expressões e construções de subjetivação política nos jovens envolvidos são destacadas e, sobre elas, lançamos um olhar esperançoso e estimulador.

Referências Bibliográficas

BAPTISTA, Tatiane. **Ideologia do Consumo e Juventude em mosaico**: as formas de consumo dos jovens moradores da Mangueira. Rio de Janeiro: UFRJ/PPGESS, 2005.

BAUMAN, Zygmunt. **Amor líquido**: sobre a fragilidade dos laços humanos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

CANDIOTTO, Cesar. Subjetividade e verdade no último Foucault. **Trans/Form/Ação**, v. 31, n. 1, p. 87-103, 2008.

COSTA, Jurandir Freire. Perspectivas da Juventude na sociedade de mercado. In: NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo (Orgs). **Juventude e Sociedade**: trabalho, cultura e participação. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

ENGSTROM, Yrjo. **Learning by expanding**: an activity-theoretical approach to developmental research. Helsinki: Orienta-Konsultit, 1987.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da Biopolítica**: curso no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. **Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

_____. **Vigiar e punir**: a história da violência nas prisões. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

_____. **Em defesa da Sociedade**. Curso dado no Collège de France. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

GUATTARI, Felix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica**: cartografias do desejo. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

LEONTIEV, Alexis. **Actividad, conciencia y personalidad**. La Habana: Editorial Pueblo y Educación, 1983.

LEONTIEV, Alexis. **O desenvolvimento do psiquismo**. Lisboa: Livros Horizonte, 1978.

PONTUAL FALCÃO, T. *et al.* Participatory methodologies to promote student engagement in the development of educational digital games. **Computers & Education**, v. 2017, n. 2, 2017.

MENDONÇA, Érika. **Práticas discursivas sobre participação política juvenil**: entre os prazeres, orgulho e sacrifícios. 2008. 140f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

_____. **Entre políticas de adesão e políticas de transformação**: construções e expressões de subjetivação política em jovens militantes. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

NOVAES, Regina. Juventude e Participação Social: apontamentos sobre a reinvenção da política. In: ABRAMO, Helena; FREITAS, Maria Virgínia; SPOSITO, Marília Pontes (Orgs.). **Juventudes em debate**. São Paulo: Cortez, 2002.

PERES, Flavia; OLIVEIRA, Glaucileide; MORAIS, Dyego. Os outros ocultos na interface de jogos digitais educacionais. **Informática na Educação: Teoria e Prática**, Porto Alegre, v. 20, n. 3, set./dez., 2017.

RANCIÈRE, Jacques. **Política, polícia, democracia**. Santiago: LOM Ediciones, 2006.

SOARES, Luiz Eduardo. Juventude e violência no Brasil contemporâneo. In: NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo (Orgs). **Juventude e Sociedade**: trabalho, cultura e participação. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

VYGOTSKY, Lev Semenovich. **Pensamento e linguagem**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

Afetividade e participação: vivência da espiritualidade por jovens lideranças indígenas

Maria Zelfa de Souza Feitosa
Zulmira Áurea Cruz Bomfim

Introdução

O território hoje conhecido por América Latina tem, como nome originário, Abya Yala, que significa terra do sangue vital ou terra em plena maturidade, no idioma do povo Kuna. Livre das fronteiras que hoje dividem os povos em países, Abya Yala era partilhada por diversas etnias, que se ligavam ao território de maneira profunda, por meio da “com-vivência” com tudo o que existe, em integralidade, harmonia e complementaridade, como pressupõe o modo de vida originário (AYMA, 2011). Essa forma de existir é significada pelo conceito de bem viver, que provém da prática e da filosofia indígena, relacionando-se à identidade dos sujeitos, enquanto povo. A proposta de bem viver contrapõe-se à concepção capitalista do viver melhor (CÉSPEDES, 2010), na qual o sujeito é impelido a submeter-se à lógica competitiva, a fim de viver melhor do que vive no presente e viver melhor que o outro, dentro da perspectiva do consumo.

A chegada dos povos colonizadores à Abya Ayala demarcou o início de um tempo de extração desenfreada de recursos naturais, exploração dos povos originários como mão de obra escrava e a tentativa de extermínio da diversidade cultural do território, em favor da predominância do modelo eurocêntrico, que desvaloriza e subalterniza as demais culturas (GÓIS, 2008). O contato com o colonizador gerou dizimação dessas populações em nível biótico, ecológico, econômico-social e ético-cultural (RIBEIRO, 1995). Como afirma Galeano (2000), estima-se que, na América, quando

da chegada dos colonizadores, a população originária somava entre 70 e 90 milhões de habitantes, um século e meio depois esse número foi reduzido a 3,5 milhões.

O conceito de colonialidade nos instiga a refletir como as práticas coloniais de exploração e negação da identidade indígena reverberam ainda hoje. Quijano (2010) conceitua a colonialidade como ligada ao Colonialismo, mas diferente e mais recente que este. O Colonialismo refere-se exclusivamente à estrutura de exploração e dominação que uma população impõe a outra, de maneira que a primeira passa a controlar tanto a autoridade política, quanto os recursos de produção e de trabalho da população dominada, tendo suas sedes centrais de poder localizadas em um outro território (QUIJANO, 2010). O conceito de colonialidade, por seu turno, remete a um poder global, próprio da modernidade, que articula o planeta em privilégio da minoria europeia e de seus descendentes euro-norte-americanos (QUIJANO, 1992). Isso se expressa não somente no campo político-econômico, mas também cultural, onde a europeização cultural deve, conforme o autor supracitado, converter-se em aspiração de todos, o que reforça a manutenção do domínio dos recursos, modos de produção e privilégios das classes dominantes. Trata-se de um modelo único privilegiado, importado, que molda o olhar e os modos de viver, em detrimento de outras expressões culturais, como uma “[...] lógica redutora, excludente, elitista, hierarquizante, opressora, subalternizante, coisificadora.” (FIGUEIREDO, 2010, p. 10).

Na própria construção histórica da Psicologia na América Latina podemos identificar como a colonialidade atuou no sentido da produção de um saber alinhado aos padrões europeus e norte-americanos. Pouco se pensou em formas de fazer ciência psicológica referendada na realidade latino-americana até o fim da década de 1960, quando, a Psicologia Social, particularmente, começou a ter sua eficácia e função social questionadas (WOLFF, 2011), momento que ficou conhecido como a crise da Psicologia

Social. Em resposta, estruturaram-se novas propostas, como a Psicologia Social de base histórico-cultural, na qual fundamentamos (embasamos) este trabalho, que tem Sílvia Lane como uma das principais precursoras, e se orienta para a transformação social e a reintegração, na produção teórica, das diversas dimensões do sujeito, que o conhecimento moderno dividiu. Nessa perspectiva, segundo Sawaia (2011), devemos buscar categorias desestabilizadoras, capazes de criar novas constelações analíticas e, dentre estas, a autora propõe o estudo da afetividade, compreendida como a transição de um estado de potência do corpo a outro, a partir do modo como se afeta com outros corpos. E ainda como a

[...] tonalidade e a cor emocional que impregna a existência do ser humano e se apresenta como: 1) sentimento: reações moderadas de prazer e desprazer, que não se refere a objetos específicos. 2) Emoção, fenômeno afetivo intenso, breve e centrado em fenômenos que interrompem o fluxo normal da conduta. (SAWAIA, 2011, p. 100).

Nessa alteração do estado do corpo e da mente, compreendidos como uma e a mesma coisa, concebe-se que afetos potencializadores geram alegria, relacionando-se à liberdade, pois aumentam a potência de ação do corpo. Enquanto os afetos despotencializadores conduzem à passividade e ao entristecimento, diminuindo a potência do corpo de agir.

Essa categoria tem, portanto, uma dimensão ético-política, que aponta para um menor ou maior grau de participação. No mundo capitalista, o gerenciamento da afetividade (HELLER, 1993) é um dos mecanismos de manutenção das desigualdades, entristecer um povo significa submetê-lo, enquanto potencializá-lo implica fomentar a participação e transformação social.

A cultura ocidental moderna investiu no rompimento da relação profunda do ser humano com a Mãe-Terra, consigo e com os outros, de maneira que as dimensões afetiva e espiritual passaram a ser consideradas como secundárias. Na concepção do bem viver a espiritualidade se materializa no cotidiano, sendo fundamental para o indígena por definir

caminhos, preservar a vida e contribuir no enfrentamento das adversidades. Ela é o elo com a natureza ou com alguma outra força, bem como entre as diferentes dimensões da realidade. Por sua vez, a religiosidade implica a vivência prática da espiritualidade, não se referindo a nenhuma religião específica. Clastres (1978) aponta que os indígenas, sendo obrigados à conversão ao cristianismo, tendo negadas suas crenças e entrando em contato com outros povos, reformularam esses saberes sob o nome do que era proposto pelo não-indígena, para preservá-los. Como resultado, encontramos hoje uma religiosidade sincrética, que busca integrar conceitos de diferentes origens.

Todas essas relações apontadas até aqui incidirão na produção de subjetividade da juventude indígena, estabelecendo modelos de ser. Os jovens são considerados responsáveis por dar continuidade ao movimento indígena, proteger os territórios, a cultura e a tradição. No entanto, nesse cenário de tantos embates, um dos maiores desafios relatados pelas lideranças mais velhas refere-se à continuidade desse movimento e ao ensino das tradições às novas gerações. Imersos na lógica da colonialidade e na sociedade de consumo, as quais lançam padrões a serem consumidos, gerenciam os afetos e promovem a despotencialização quanto ao reconhecer-se indígena, o risco maior é que a juventude desvincule-se dessas lutas e de sua identidade indígena, rompendo com a participação nos diversos espaços de reivindicação e luta política. Nesse sentido, Berni (2010) aponta como principais preocupações das lideranças em relação à juventude o consumo abusivo de álcool e outras drogas; a sexualização do corpo, própria da cultura não-indígena; a gravidez precoce; o suicídio e a dificuldade dos jovens em ouvir os mais velhos, inclusive no mundo em que se compete com as novas tecnologias.

Inserindo-se nessa realidade há cerca de três anos, o Laboratório de Pesquisa em Psicologia Ambiental (LOCUS-UFC) tem-se aproximado dos povos indígenas Jenipapo-Kanindé, Pitaguary e Tapeba, com destaque

para o segundo, onde desenvolve um campo de pesquisa e extensão, cujas propostas são elaboradas com a participação direta dos indígenas, tendo como público de interesse a juventude. Essa aproximação foi fruto do desejo de aprender com os povos originários outros modos de se relacionar com o ambiente e a vida, além de intentarmos contribuir com a afirmação das culturas originárias, a luta pela garantia de seus direitos e o fortalecimento do movimento indígena. Assim, **adotamos uma perspectiva etnográfica de inserção na aldeia indígena Pitaguary, em Pacatuba-CE, procedendo à elaboração e análise dos diários de campo como forma de melhor orientarmos nossas atividades.** Compreendendo a importância da afetividade e da espiritualidade, sob uma perspectiva do bem viver, nos modos de enfrentamento e preservação da cultura indígena, objetivamos, neste trabalho, com base em nossas experiências na extensão universitária, discutir o reconhecimento e a participação de jovens indígenas, a partir dos afetos relacionados à vivência da espiritualidade.

Afetividade, implicação e participação

A lógica ocidental moderna, pautada no modelo cartesiano, cindiu a realidade e o ser humano em corpo e mente, afeto e razão, objetivo e subjetivo, material e espiritual, entre outros, relegando a segundo plano dimensões como a afetividade e a espiritualidade. Dentro dessa lógica, para se chegar ao conhecimento verdadeiro, é preciso haver o privilégio da racionalidade, o controle dos afetos que podem embotá-la e a centralidade na realidade material. Costa e Pascual (2012) ressaltam como esse movimento nas ciências promoveu a fragmentação do indivíduo, quer como objeto de estudo ou sujeito do conhecimento. Segundo Kusch (2007), o problema do conhecimento para os ocidentais está dividido em quatro etapas: uma realidade que se dá fora; um conhecimento dessa realidade externa; um saber resultante da administração dos conhecimentos científicos sobre ela e uma ação que vise modificá-la.

De maneira diversa, no mundo indígena os afetos, compreendidos como emoção e sentimento, são privilegiados no processo de conhecer, pois há

[...] un predominio del sentir emocional sobre el ver mismo, de tal modo que se ve para *sentir*, ya que es la emoción la que da la tónica a seguir frente a la realidad. El indígena toma la realidad no como algo estable y habitada por objetos, sino como una pantalla sin cosas, pero con un intenso movimiento en el cual aquél tiende a advertir, antes bien, el signo fasto o nefasto de cada movimiento. El registro que el indígena hace de la realidad es la afección que esta ejerce sobre él, antes que la simple connotación perceptiva. (KUSCH, 2007, p. 279-280).

Nessa perspectiva, o interesse do conhecimento recai não nas coisas em si, mas nos acontecimentos, nos efeitos favoráveis ou desfavoráveis que produzem. Essa compreensão implica que o indígena não vê fora, em uma realidade externa, a resolução de seus problemas. Assim, por exemplo, em certas situações os rituais e a ligação com a espiritualidade são privilegiados, alcançam melhores resultados e possuem muito mais sentido do que a procura por tecnologias do mundo ocidental. Trata-se, então, de um outro modo de existir e explicar o mundo, pautado em um “[...] bem conviver em comunidade e na Natureza” (ACOSTA, 2016, p. 25), no qual os afetos, os encantados¹ e a espiritualidade são parte inalienável.

Baseando-se em Espinosa, Vigotski e Agnes Heller, Sawaia (2009) ressalta a afetividade como a mudança de um estado de potência do corpo a outro, em que a força de perseverar no próprio ser, a qual foi nomeada por Espinosa como *conatus*, expande-se ao ser afetada potencializadamente e constrange-se quando afetada despotencializadamente. A potência de ação, relacionada aos afetos alegres, é considerada como o princípio regulador que permite ao ser humano agir sobre o mundo, de modo a atingir sua emancipação. Em oposição a essa, a potência de padecimento é gerada pelas paixões tristes, conduzindo o corpo à servidão, passividade e entristecimento.

¹ Os encantados referem-se a espíritos, humanos ou não, em determinado grau de evolução, que protegem tanto a aldeia como outros contextos da vida.

Para Heller (1993), sentir é implicar-se com algo, seja positiva ou negativamente, direta ou indiretamente. Implicar-se com algo de modo potencializador, ou seja, pela via da alegria, fomenta o querer fazer parte, enquanto implicar-se despotencializadamente promove o sofrimento e o afastamento. Desse modo é que a afetividade pode ser compreendida como um fator capaz de facilitar a participação dos sujeitos.

A participação, de acordo com Silva e Pelicioni (2013), está para além do processo de perguntar sumariamente o que o outro ou a coletividade deseja. Esta é uma forma simplista de abordar o conceito. Segundo os autores, o ato de participar deve ser também emancipador, fazer parte de um processo de conscientização capaz de romper com a alienação frente ao meio econômico, político e social. Para Góis (2008), a participação situa-se na esfera da vida pública e conduz à mobilização social, sendo uma “[...] condição intrínseca à atividade social consciente dos indivíduos, própria da consciência pessoal e em favor do próprio indivíduo e de sua coletividade; é a condição para a potenciação pessoal.” (p. 77). É a partir desse movimento que o sujeito torna-se capaz de exercer o controle social.

A partir da categoria afetividade, Bomfim (2010) propôs a Estima de Lugar como categoria situada na interface entre a Psicologia Social e a Psicologia Ambiental, a partir da perspectiva psicossocial e histórico-cultural. Trata-se de uma forma de pensamento social e de conhecimento do ambiente, que desvela a qualificação potencializadora ou despotencializadora dos ambientes, a partir da avaliação afetiva. Por isso, é também um indicador de participação e envolvimento no movimento de transformação desse ambiente sócio-físico. Em sua tese de doutorado, a autora encontrou relação entre a categoria Estima de Lugar e a participação do sujeito na cidade, o que lhe permitiu propor:

[...] a estima como principal dimensão da afetividade, expressa no encontro do habitante com a cidade. Este encontro reflete uma forma de implicação da ação do cidadão e, por isto, aponta posicionamentos, formas de participação e de

construção de uma ética no espaço urbano. Ética permeada pelo pertencimento, pelo vínculo do habitante com a cidade, pela identificação e pelo sentimento de fazer parte da construção e reconstrução da cidade (BONFIM, 2010, p. 216).

Nesse sentido, fomentar uma Estima de Lugar potencializadora em relação à aldeia, por meio do fortalecimento dos vínculos, dos sentimentos de pertencimento e apego ao lugar, pode contribuir para uma maior implicação e participação da juventude indígena na vida coletiva.

Espiritualidade e a resistência indígena

Na compreensão indígena, que se liga intrinsecamente à espiritualidade, a participação na defesa da Mãe-terra e da comunidade é obrigação para todos os indígenas. Céspedes (2010) demarca essa responsabilidade com a comparação da comunidade com uma planta e de seus membros com as folhas. É impensável que a planta queira viver sem suas folhas ou que as folhas vivam desprendidas da planta, em ambos os casos as duas secam e morrem. A espiritualidade indígena organiza-se a partir desse princípio, ao propor que a morte física não separa o indígena de sua aldeia, mas o transforma em seu guardião, de maneira que atuará nos rituais, protegerá a mata e revelará aspectos do passado ou do futuro, a partir da outra dimensão em que passa a viver. Um exemplo disso pode ser percebido no fato de que muito do que é contado a respeito da história da aldeia, como temos verificado em nosso campo de práticas, provém de revelações das entidades, uma vez que o processo de colonização destruiu os registros mais antigos e a História oficial, distante da real, apenas visibiliza as classes dominantes como vitoriosas.

No trabalho de Ribeiro e Lima (2015) com o povo Pitaguary fica patente que a vinculação ao território se dá a partir da espiritualidade, os indígenas afirmam ser impossível deixar o território porque é aí o local de contato do humano com a divindade. O território tem uma dimensão

espiritual muito forte, de maneira que a relação do indígena com a terra ganha outras nuances, diferente do que ocorre na cultura ocidental. Sair ou ser retirado da terra significa, para o indígena, deixar para trás seus antepassados, os lugares sagrados, sua missão e parte de sua identidade, o que é, por vezes, considerado uma traição.

Relacionada às questões éticas e morais, a espiritualidade direciona os comportamentos, acontecimentos e modos de vida indígena. É também nesse âmbito que se processam as formas de reconhecimento dentro da cultura. Exemplo disso é o percurso da criança Yanomami que não recebe um nome antes ou logo após seu nascimento, mas espera a finalização dos rituais em que os espíritos revelarão a forma como deverá ser conhecida, assim como ao longo de sua vida é também a espiritualidade que preparará suas habilidades, seja como caçador ou pajé, por exemplo (KOPENAWA; ALBERT, 2015).

Entretanto, obrigados ao modo de vida ocidental modernocapitalista, os indígenas foram proibidos de viver e expressar sua cultura. Como forma de resistência, apropriaram-se de aspectos da cultura dominante para deles fazer uso a seu modo (ANTUNES, 2012), preservando sua concepção de espiritualidade e deixando viver sua religiosidade, por exemplo, sob outras denominações possíveis de serem aceitas, em certa medida, pelo opressor. Assim, apesar de reconhecidos como católicos, por exemplo, mantiveram secretamente suas crenças. Ainda assim, os rituais indígenas foram e ainda são, em muitos espaços, representados como ilegítimos e maléficis. Não é raro que a presença de religiões e igrejas que sustentam esse discurso dentro da aldeia gerem segregação e desvalorização das autoridades religiosas e da espiritualidade indígena de modo geral.

A religiosidade constitui-se como um modo, entre outros possíveis, do indígena vivenciar a espiritualidade, conceber a realidade e se relacionar com o território, demarcando uma forma de preservação e afirmação da própria cultura. A presença e imposição da cultura não-indígena fomentou

a vivência de uma religiosidade sincrética, irmanando características da religiosidade originária, da dominante e de outras culturas, com as quais se passou a ter contato no processo de colonização. É comum que se identifique aí uma junção de traços do Xamanismo, Catolicismo, Umbanda, Espiritismo, entre outras expressões.

Reconhecer-se indígena e comprometer-se com a espiritualidade tradicional, expressa em uma forma peculiar de religiosidade, remete tanto a implicar-se com a luta e o movimento indígena, como encontrar uma forma de enfrentamento e potencialização frente às violências sofridas.

Caminhos metodológicos

Atualmente, temos no Ceará 14 etnias reconhecidas pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI), habitando 19 municípios, são elas: Tapeba, Pitaguary, Jenipapo-Kanindé – os três primeiros povos a lutarem por seu reconhecimento, nas décadas de 1980 e 1990 –, Anacé, Tremembé, Tabajara, Tupiba-Tapuia, Kariri, Potyguara, Kanindé, Kalabaça, Gavião, Tapuya-Kariri e Tupinambá. Além dessas, outras etnias ainda buscam o mesmo reconhecimento, fazendo com que alguns indígenas referenciem a existência de mais 16 etnias. Já a Coordenação Regional de Nordeste II, da FUNAI, refere como terras indígenas: Anacé, Anacé-RI, Córrego João Pereira, Lagoa Encantada, Mundo Novo/Viração, Pitaguary, Potiguara, Tapeba, Tremembé da Barra do Mundaú, Tremembé de Almofala e Tremembé de Queimadas. Nos resultados do último Censo, realizado em 2010, desvelou-se que 0,4% da população brasileira se autodeclara indígena, o que equivale a 817 mil pessoas, das quais 19.336 residem no Ceará (IBGE, 2012). Entretanto, os indígenas estimam que essa população é composta por cerca de cerca de 32 mil sujeitos. Um dos fatores que pode auxiliar a esclarecer essa incongruência de dados, além do não reconhecimento de outras etnias, é a retirada da autodeclaração como

indígenas, por parte de alguns sujeitos, quando indagados sobre a qual etnia pertenciam, pois ignoravam essa informação (IBGE, 2012).

Nosso projeto de extensão denominado “Guardiões do Ambiente”², vinculado ao Programa Locus e que reúne alunos de graduação e pós-graduação, tem se realizado junto ao povo Pitaguary, da aldeia localizada em Monguba (Pacatuba-CE). Essa etnia, descendente dos Potiguaras, iniciou seu movimento de busca por reconhecimento, demarcação e posse de suas terras na década de 1990, inspirada pelas lutas do povo Tapeba. O processo de demarcação foi iniciado em 1991, dispondo cerca de 1.735 hectares de terra, sem que tenha sido homologado até hoje. Atualmente, o povo Pitaguary habita cinco comunidades: Santo Antônio dos Pitaguary, Aldeia Nova, Olho D’água e Horto, sob a jurisdição do município de Maracanaú, e Monguba, localizada no município de Pacatuba.

O percurso que temos trilhado na construção de um campo de extensão na aldeia indígena tem nos ensinado que o trabalho com indígenas implica um modo peculiar de atuação. Os tempos, as demoras, a inserção, a confiança, o contato com uma cultura diversa, aprender a “com-viver” são fatores que precisam ser respeitados e observados com delicadeza, pois do contrário corremos o risco de reforçar as representações pejorativas acerca dos indígenas e efetivarmos atuações que pouco ou nada contribuirão com seu modo de vida.

Cientes disso, optamos por adotar a postura etnográfica, que remete a

[...] uma forma especial de operar em que o pesquisador entra em contato com o universo dos pesquisados e compartilha seu horizonte, não para permanecer lá ou mesmo para atestar a lógica de sua visão de mundo, mas para, seguindo-os até onde seja possível, numa verdadeira relação de troca, comparar suas próprias teorias com as deles e assim tentar sair com um modelo novo de entendimento ou, ao menos, com uma pista nova, não prevista anteriormente. (MAGNANI, 2009, p. 135).

² Nome elaborado pelo Pajé da aldeia e aprovado pelas demais lideranças e jovens.

Essa forma de estar em campo e a utilização do registro em diário de campo, ao qual retornamos periodicamente em um movimento analítico que também orientou nossas ações, nos permitem, na convivência cotidiana, aprender sobre a cultura, fomentar a participação e nos deixar guiar pelo movimento dos próprios indígenas. Esse modo de fazer está intimamente relacionado à espiritualidade, pois, como acreditam os indígenas, são os encantados que guiam as pessoas certas, no tempo certo, para que os trabalhos aconteçam.

Todas as nossas ações têm sido planejadas com as lideranças locais e a participação dos jovens para os quais se voltam as atividades, como realização de grupo, elaboração de um jogo indígena, voltado ao fortalecimento da cultura e momentos intergeracionais de partilhas de saberes. A eleição desse público deveu-se à grande preocupação com o seu futuro, seu envolvimento no movimento indígena e os assédios aos quais estão expostos, principalmente no que tange à cultura não-indígena.

Discussões acerca de nossas aproximações com a realidade

No Ceará, onde o processo de invisibilização do povo indígena foi engendrado com bastante violência, um Relatório Provincial de 1863, que ganhou ares de decreto ao longo da história, fomentou a descrença em qualquer sujeito que se autodeclarasse indígena, uma vez que nessa data o então presidente da província informava ao governo imperial o total extermínio e desaparecimento dos povos originários na região. Para sobreviver a esse ambiente hostil, os indígenas esconderam-se, preservando sua cultura por meio dos ensinamentos às gerações mais jovens, de forma velada. Atualmente, poucos de nós conhecemos nossas raízes ancestrais, embora saibamos de sua existência. A juventude indígena compõe-se por sujeitos, aldeados ou não, com idade entre 15

e 29 anos, que em algum momento de seu desenvolvimento puderam reconhecer-se indígenas e ser reconhecidos por uma etnia. Entretanto, como apresentado ao longo deste capítulo, a colonialidade demarca outras formas privilegiadas de ser jovem e violenta aquela relacionada ao indígena, assim, reconhecendo-se indígena, o jovem lida com modelos divergentes de constituição da identidade étnica, já que é na interface entre as culturas que se dá a constituição de sua subjetividade.

Outro desafio a ser enfrentado nesse âmbito refere-se ao assédio aos jovens indígenas por parte de religiões não-indígenas, que em alguns casos geram situações de negação da cultura ao condenar as práticas rituais, o que pode ser ilustrado pela fala de Campos (2016, p. 60): “Os evangélicos veem o trabalho que fazemos dentro da aldeia, espiritualismo. Não veem como cultura. Mas sim, como se fosse macumba. Mas não é. Então, para nós, é triste”. Essa fala é bastante emblemática e ilustra discursos que já escutamos muitas vezes entre os Pitaguary, não somente em relação à religião evangélica. A forma preconceituosa como se fala dos rituais indígenas, como também da própria macumba, reflete a depreciação da religiosidade indígena pela cultura dominante. Isso pode gerar vergonha e recusa de alguns jovens em participar dos rituais, como nos foi relatado, em uma de nossas visitas, por uma jovem liderança:

“[...] ela nos disse que algumas crianças e adolescentes, principalmente aqueles cujos pais estão mais distantes do movimento indígena, não valorizam o toré³. Outros não querem dançar porque alguém disse que era arte do demônio [...]” (DIÁRIO DE CAMPO, FEVEREIRO/2016).

Apesar dos avanços e conquista de alguns direitos, reconhecer-se indígena ainda é algo desencorajado pela cultura eurocêntrica e, em muitos casos, significa estar exposto a algum tipo de violência, fatores que geram o medo de dizer-se indígena (KOPENAWA; ALBERT, 2015).

3 Dança ritual bastante comum entre etnias cearenses. É realizada em roda e embalada por orações transformadas em música.

Em um de nossos diálogos (DIÁRIO DE CAMPO, NOVEMBRO/2016) com uma jovem liderança indígena, esta nos contou das humilhações que sofria na escola não-indígena, inclusive por parte de um dos professores, quando comparecia à aula com pinturas corporais, as quais eram tanto resquícios de rituais dos quais havia participado, como uma forma de empoderamento e demarcação da identidade indígena. Os comentários agressivos que recebia afetavam-na de modo despotencializador, fazendo da escola um lugar de padecimento. O apoio provindo das outras lideranças, bem como do âmbito espiritual, contribuiu, segundo sua fala, para a superação da situação, o que ocorreu por meio da reivindicação de que a escola se posicionasse e promovesse respeito às diferenças étnicas:

Um dia, depois da situação se repetir e dela se sentir bastante triste e revoltada, pois não abriria mão de suas pinturas, de sua identidade, nem do direito de frequentar a escola, as lideranças mulheres pintaram-se e reuniram-se para a acompanharem à escola. Chegando lá, organizaram uma manifestação, exigindo que o caso não tornasse a se repetir [...] (DIÁRIO DE CAMPO, NOVEMBRO DE 2016).

Stock e Fonseca (2013) atribuem o estranhamento gerado pela presença do indígena no meio urbano – e principalmente o indígena pintado e com adereços próprios de sua cultura – à concepção de que esse modo de ser apenas pode existir como exposição do exótico, logo, todo aquele que traga essas marcas no corpo deve ser tratado como tal. Essa prática, fomentada pela colonialidade, aparece como mais uma forma de despotencialização, que visa sufocar a cultura e os rituais.

A vivência da espiritualidade indígena imprime marcas no corpo que precisam ser respeitadas, principalmente quando o indígena exerce seu direito de transitar, dentro ou fora da aldeia, no meio rural ou urbano. O uso de adereços e pinturas não pode ser tomado como uma fantasia utilizada pelo indígena, como nos foi relatado por um outro jovem. Em uma apresentação artística de valorização da cultura, esta liderança foi indagada por uma das pessoas presentes:

[...] que aproximou-se dele, logo na entrada do local, e perguntou se ele era índio de verdade [...]. Para ele, esse tipo de pergunta não faz qualquer sentido. [...] Refletimos também o quanto o uso das fantasias carnavalescas reforçam essas ideias de que a figura de um indígena não seja real (DIÁRIO DE CAMPO, JUNHO/2017).

É preciso salientar que adereços, pinturas e vestuário não são utilizados apenas para exposição da imagem indígena ou porque se esteja em uma apresentação artística. Estes usos demarcam um movimento repleto de sentidos e significados, remetem ao reconhecimento, resistência, empoderamento e ligação com o sagrado. Tanto as tintas como os materiais utilizados para a confecção de adereços e roupas são retirados da natureza e estão sob a égide de algum ser espiritual, ou seja, são significados pelo indígena de maneira potencializadora, compreendidos como fonte de boas energias e proteção.

O modo como se afetam com as vivências espirituais também repercute nos comportamentos e nos modos de ser dos jovens. Isso fica patente na fala de uma jovem liderança que nos relatou sua excessiva timidez, o que a impedia de assumir seu papel dentro da aldeia. No entanto, com a ajuda dos seres espirituais, nos rituais, ela encontrou formas de lidar com a timidez, potencializando-se para atuar na luta pela garantia dos direitos de seu povo, o que também é colocado como uma obrigação pela espiritualidade (DIÁRIO DE CAMPO, JULHO/2017).

Como afirma Sawaia (2011), a afetividade é uma categoria orientativa da ação, ou seja, embasa a tomada de decisão do sujeito, em sua integralidade com a racionalidade. Do mesmo modo, ainda que por vias diferentes, a espiritualidade, em seu caráter protetivo, propõe ao sujeito orientações quanto a seu modo de vida, localização e possíveis acontecimentos futuros. Na fala dos jovens, essa orientação se expressa tanto nas experiências supracitadas, como na reprodução de histórias contadas pelos mais velhos, que os encorajam a continuar se guiando pelo que diz o mundo espiritual:

Hoje, uma jovem liderança indígena me contou, fascinada, a história do derretido. Foi a mesma história que eu já havia ouvido do Pajé, sobre o homem que morava na serra e foi avisado pelas caiporas de que uma tragédia aconteceria naquele dia e, por isso, deveria sair dali. Depois que ele desceu a serra, uma chuva torrencial provocou um grande deslizamento de terra, que deixou tudo a volta de sua casa soterrado. Dizem que parecia que a serra havia derretido (DIÁRIO DE CAMPO, MARÇO/2017).

Esse modo de se relacionar e vivenciar a espiritualidade aparece como um dos caminhos possíveis de fortalecimento da identidade indígena para o jovem; fonte de apoio, pela identificação da presença de companheiros e de encantados com quem podem contar em situações de crise e potencialização da participação no movimento indígena, compreendido como uma missão para além do mundo físico.

Considerações finais

O Movimento Indígena tem se fortalecido com a participação de diversas lideranças tradicionais, que assumem um lugar de representatividade de seu povo, desde os mais velhos às crianças, em um processo de construção da identidade. Orientados pela concepção existencial do bem viver, essas lideranças têm buscado se potencializar frente aos diversos tipos de violência sofridos no contato com a cultura não-indígena. A vivência da espiritualidade originária pode gerar afetos potencializadores, que promovem o reconhecimento, a ação participativa e o engajamento de jovens nos movimentos políticos e sociais, à medida que estes a consideram um espaço de fortalecimento espiritual e pessoal, preservação da cultura e produção de saúde. Por outro lado, os afetos despotencializadores nesse âmbito remetem muito mais a fatores externos, como a construção da desvalorização da dimensão e das práticas espirituais indígenas, construída pela cultura eurocêntrica, a partir da lógica de colonialidade.

Consideramos a importância de compreender, preservar e fortalecer os saberes tradicionais, promovendo a vivência da espiritualidade indígena como parte da cultura originária, espaço de cuidado e uma das dimensões potencializadoras da participação social.

Referências Bibliográficas

ACOSTA, A. **O bem viver**: uma oportunidade para imaginar outros mundos. Traduzido por Tadeu Breda. São Paulo: Autonomia Literária/ Elefante, 2016.

AYMA, E. M. Prólogo. In: FARAH, I. H.; VASAPOLLO, L. (Coords.). **Vivir bien**: ¿Paradigma no capitalista?. 1. ed. La Paz: CIDES-UMSA/SAPIENZA/ Universidad de Roma/OXFAM, 2011. p. 9-10.

ANTUNES, T. O. 1863: o ano em que um decreto - que nunca existiu - extinguiu uma população indígena que nunca deixou de existir. **Aedos**, v. 4, n. 10, p. 8-27, jan./jul., 2012.

BERNI, L. E. V. Percepções sobre os encontros interdisciplinares. In: CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DA 6ª REGIÃO (Org.). **Psicologia e povos indígenas**. São Paulo: CRPSP, 2010. p. 10-34.

CAMPOS, J. S. B. Preservação da cultura kaingang pelo conhecimento dos antepassados. In: CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DE SÃO PAULO (Org.). **Povos Indígenas e Psicologia**: A procura do bem viver. São Paulo: CRP-SP, 2016. p. 58-63.

CÉSPEDES, D. C. Hacia la reconstrucción del Vivir Bien. **Revista América Latina em movimientos**, Bolívia, p. 8-13, 2010.

CLASTRES, H. **Terra sem mal**. Traduzido por Renato Janine Ribeiro. São Paulo: Brasiliense, 1978.

COSTA, A. J. A.; PASCUAL, J. G. Análise sobre as emoções no livro Teoría de las emociones (Vigotski). **Psicologia & Sociedad**, v. 24, n. 3, p. 628-637, 2012.

FIGUEIREDO, João Batista de Albuquerque. Colonialidade e Descolonialidade: uma perspectiva ecorelacional. In: **Entre Lugares**, v. 2, n. 2, p. 7-32, mar./ago., 2010.

GALEANO, E. **As veias abertas da América Latina**. Traduzido por Galeno de Freitas. 39. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000. 307p. (Coleção Estudos Latino-Americanos, v. 12).

GÓIS, C. W. L. **Saúde comunitária**: Pensar e Fazer. São Paulo: HUCITEC, 2008.

HELLER, A. **Teoría de los sentimientos**. Traduzido por Francisco Cuso. 3. ed. México: Distribuciones Fontamara. 1993. 313 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Os indígenas no censo demográfico 2010**: primeiras considerações com base no quesito cor ou raça. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/indigenas/indigena_censo2010.pdf>. Acesso em: 05 jun. 2016.

KOPENAWA, D.; ALBERT, B. **A queda do céu**: Palavras de um xamã yanomami. Traduzido por Beatriz Perrone-Moisés. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. 729p.

KUSCH, R. **Obras completas**. Tomo II. Rosario: Editorial Fundación Ross, 2007. 703p.

MAGNANI, J. G. C. Etnografia como prática e experiência. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 15, n. 32, p. 129-156, jul./dez., 2009.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder e classificação social. In: SOUSA SANTOS, B.; MENESES, M. P. (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010. p. 84-130.

QUIJANO, A. Colonialidad y Modernidad/Racionalidad. **Perú Indíg.**, v. 13, n. 29, p. 11-20, 1992.

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RIBEIRO, S. S. A.; LIMA, D. M. A. "Existe índio sem terra?": vinculação espiritual e afetiva pessoa-ambiente na etnia Pitaguary. In: MATOS, K.

S. L. et al. (Orgs.). **Cultura de paz, Educação e Espiritualidade**. Fortaleza: Edições UFC, 2015. p. 429-443.

SAWAIA, B. B. O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. In: SAWAIA, B. B. (Org.). **As Artimanhas da Exclusão**: análise psicossocial e ética da desigualdade social. 11. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. p. 99-119.

_____. Psicologia e desigualdade social: Uma reflexão sobre liberdade e transformação social. **Psicologia & Sociedade**, v. 21, n. 3, p. 364-372, 2009.

SILVA, E. C.; PELICIONI, M. C. F. Participação social e promoção da saúde: estudo de caso na região de Paranapiacaba e Parque Andeense. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 18, n. 2, p. 563-572, 2013.

STOCK, B. S.; FONSECA, T. M. G. Para desacostumar o olhar sobre a presença indígena no urbano. **Psicologia & Sociedade**, v. 25, n. 2, p. 282-287, 2013.

WOLFF, B. A. Uma Psicologia para a América Latina. In: GUZZO, R. S. L.; LACERDA JR., F. (Orgs.). **Psicologia Social para a América Latina**: o resgate da Psicologia da Libertação. 2. ed. Campinas, SP: Alínea, 2011. p. 101-120.

Gênero, tecnologias digitais e ativismo: quando jovens mulheres abrem a boca na rede

Idilva Germano

Graciela Natansohn

Ana Cesaltina Barbosa Marques

Jéssica de Souza Carneiro

Aluisio Ferreira Lima

Introdução

My own definition of a feminist is a man or a woman who says, 'Yes, there's a problem with gender as it is today and we must fix it, we must do better'. All of us, women and men, must do better.
(Chimamanda Ngozi Adichie, *We should all be feminists*)

Este capítulo resulta da troca de ideias e do debate durante a mesa-redonda “Gênero, tecnologias digitais e ativismo: quando jovens mulheres abrem a boca na rede”, no VII JUBRA, em Fortaleza. Na ocasião, trouxemos estudos, questionamentos e pontos de vista sobre o vínculo entre tecnologias digitais, movimentos de mulheres, ativismo feminista e suas implicações para a população jovem no país. Em especial, buscamos discutir como a internet vem se constituindo como uma ferramenta indispensável para mulheres de todas as idades contestarem as formas cotidianas de inequidade de gênero. De fato, os ativismos contemporâneos de gênero reconhecem que a internet é um espaço privilegiado - imprescindível até - para a visibilidade das identidades e de suas demandas, para a produção, circulação e consumo de conteúdos que defendem direitos e para o combate coletivo às representações e práticas

sexistas (MAFFÍA, 2013; NATANSOHN, 2013; TOMAZETTI, BRIGNOL, 2009). Com efeito, há pouco mais de duas décadas reconheceu-se o acesso das mulheres à comunicação como direito humano básico e as Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) como importantes estratégias de empoderamento feminino (MIGUEL; BOIX 2013). Desse momento inaugural para cá, sujeitos femininos historicamente silenciados (PERROT, 2003) se fazem ouvir, conectam-se, teorizam e agem em busca de relações de gênero menos assimétricas. Na internet, coletivos feministas no país vêm se multiplicando e produzindo conteúdos que veiculam as pautas das mulheres, convocam sua participação política e mantêm uma rede de comunicação ativa, solidária e heterogênea de grupos e comunidades. Durante nossa mesa-redonda, buscamos trazer elementos para entender o alcance, as dificuldades e os desafios transgeracionais dos feminismos, com especial atenção ao papel das juventudes nesses movimentos.

Graciela Natansohn (UFBA) resume aqui os princípios gerais e diretrizes políticas para uma internet alinhada às demandas dos feminismos decoloniais e interseccionais em sua luta contra formas de racismo, preconceito de classe, misoginia e homofobia, a partir de experiências e pesquisas participativas com grupos feministas e a comunidade universitária. Um dos pontos de relevo do trabalho da pesquisadora é o seu questionamento dos aspectos androcêntricos que fundam a ciência e a tecnologia e as consequentes barreiras de gênero subjacentes ao acesso diferenciado de homens e mulheres às TICs e aos seus benefícios. De fato, ainda temos no país um número reduzido de mulheres ocupando posições mais expressivas no mundo das ciências “duras” e da tecnologia. As meninas e as adolescentes tendem a reconhecer essas áreas e profissões como basicamente “masculinas”, o que obviamente limita suas oportunidades de formação. Nesse sentido, Natansohn assinala alguns caminhos para a transformação da internet numa direção mais incisivamente feminista.

Enquanto isso não acontece, as mulheres jovens e adultas vêm abrindo um espaço crescente nos ambientes *offline* e *online*. Elas estão nas plataformas digitais para trocar experiências, firmar solidariedades, denunciar abusos, explicitar à sociedade as suas necessidades e exigir a observância dos seus direitos. Os protestos emergentes na esteira do #MeToo e o fortalecimento do feminismos negros e interseccionais no Brasil são reveladores das novas formas de mobilização política que se dão mediante os sites de redes sociais. Nesse sentido, Jéssica Carneiro e Aluísio Lima lançam seu olhar para os feminismos negros no país, que vêm se presentificando cada vez mais na vida cotidiana e nas ruas, mas também online, com a participação de segmentos jovens mais familiarizados com o ambiente digital. Os pesquisadores problematizam o conceito de “empoderamento” no âmbito do feminismo negro, com base na análise de dois grupos do *Facebook* que reúnem mulheres negras, na maioria jovens, em fase de “assumir” o cabelo natural, deixando de recorrer a alisamentos. Observando as trocas de informações sobre produtos para cabelos crespos (“*low/no poo*”) e juízos sobre afrodescendência nesses grupos, os autores levantam questões sobre as políticas de identidade aí favorecidas e o alcance efetivo de tais políticas para o empoderamento de jovens e mulheres negras.

Instigadas pela força dos protestos digitais no contexto da “Primavera das mulheres” no Brasil, Idilva Germano e Ana Cesaltina Marques debatem campanhas que se valem das narrativas “em primeira pessoa” para denunciar situações em que as mulheres foram vitimadas pela violência de gênero. Um exemplo é o protesto #PrimeiroAssédio (2015) no *Twitter* e *Facebook*, promovido pelo coletivo feminista Think Olga. O que chamou a atenção foi a meteórica adesão de milhares de pessoas, na maioria mulheres, que responderam imediatamente ao convite de contar suas primeiras experiências de assédio. A campanha veiculou relatos contundentes de agressões sofridas por mulheres quando

crianças, adolescentes e jovens, muitas vezes com efeitos traumáticos na vida adulta. A cada relato publicado, muitas outras mulheres “abriram a boca” para contar histórias parecidas como forma de solidariedade e denúncia. As autoras discutem, portanto, como os sites de redes sociais configuram espaço favorável à revelação pública de práticas sexistas e violentas contra as mulheres, à sororidade e ao ativismo de gênero.

São várias as questões que nos movem, mas todas fundam-se no imperativo de transformação de práticas de dominação sexista e interseccional que, transmitidas de geração em geração, tornam-se arraigadas na cultura, exigindo estratégias coletivas de resistência e produção de novos saberes e fazeres contra-hegemônicos. Como o ambiente digital e suas tecnologias têm sido explorados hoje no ativismo de gênero? Como a internet pode se tornar feminista, isto é, atender a valores e ideais de equidade defendidos pelos feminismos, e que beneficiam, afinal, toda a sociedade? Em que sentido os usos de plataformas digitais sinalizam formas de resistência? Em que medida podem dificultar ou comprometer a luta por uma sociedade mais justa? Como os recentes protestos digitais vêm romper com uma zona de silêncio em torno de abusos sofridos por mulheres e fomentar a participação de uma nova geração de feministas no país? Os três trabalhos a seguir buscam responder a essas indagações.

#LigadasNaInternet! O que é internet feminista?¹

As tecnologias digitais, com sua diversidade de ferramentas e dispositivos, suas oportunidades e riscos, constituem cenários privilegiados para a ação política feminista, *queer* e LGBTT e, por isso, têm sido objeto de reflexão crítica por parte dos feminismos acadêmicos e dos movimentos sociais. A partir desse contexto, o trabalho que apresentamos traz um debate - incompleto, provisório, em construção - sobre um conjunto de princípios

¹ Trabalho apresentado por Graciela Natansohn na Mesa-redonda “Gênero, tecnologias digitais e ativismo...” no VII JUBRA, e reformulado em maio de 2018.

ou direcionamentos políticos desejáveis elaborados a partir da questão: “Como feministas, que tipo de internet queremos e o que necessitamos para alcançá-la?”. Essa questão-chave tem norteado a atividade que o Grupo de Pesquisa em Gênero, Tecnologias Digitais e Cultura (GIG@) da Universidade Federal da Bahia (<http://gigaufba.net>) vem desenvolvendo com a comunidade universitária desde 2016 (NATANSOHN, 2015).

No mês de março de 2018, a questão foi debatida junto a várias “coletivas²” feministas envolvidas na organização do II Encontro Internacional Ciberfeminista desenvolvido em Salvador, durante o Fórum Social Mundial (FSM³). Nesse evento - interrompido pela violência racista, classista e misógina que custou a vida da vereadora Marielle Franco e do motorista Anderson Gomes - foi debatida a necessidade de uma perspectiva interseccional e decolonial tanto para criticar como para reivindicar uma internet para o bem comum. Organizado sob os eixos temáticos transversais “autonomia e agência”, “liberdade e sexualidade”, “economia, infraestrutura e participação”, “conteúdos e privacidade”, o manifesto foi intitulado “Princípios para a decolonização de internet” e aprovado durante o II Encontro Internacional Ciberfeminista, realizado em 15 de março de 2018, durante as sessões do FSM.

O documento foi discutido por um conjunto de organizações de diferentes cidades do país: a Associação Cultural e Artística de Santiago do Iguape, Cachoeira/BA; Blogueiras Negras (<http://blogueirasnegras.org>); PretaLab (<http://pretalab.com>); InternetLab (<http://www.internetlab.org.br/pt/>); Meninas Digitais-Regional Bahia (<http://meninas.sbc.org.br/index.php/portfolio/meninas-digitais-regional-bahia>); Escola de App- UNB, Brasília/DF (<https://www.internetedireitoshumanos.com.br/>

² O termo “coletivas” aqui refere-se à forma feminizada do termo masculino “coletivos”, adotada por muitos grupos feministas no país.

³ II Encontro Internacional Ciberfeminista: decolonizando internet (FSM 2018). Resumo disponível em: <<https://wsf2018.org/en/atividades/ii-encontro-internacional-ciberfeminista-decolonizando-internet>>.

escola-de-apps); Intervezes (<http://intervezes.org.br>); Centro de Estudos da Mídia Alternativa “Barão de Itararé” (<http://baraodeitarare.org.br/site/>); Grupo de Pesquisa em Políticas e Economia da Comunicação e da Informação (PEIC/ECO/UFRJ - <https://peicpesquisa.wordpress.com>); Centro de Comunicação, Democracia e Cidadania (CCDC/FACOM/UFBA - <https://ccdcufba.wordpress.com>); e do Grupo de Pesquisa em Gênero, Tecnologias Digitais e Cultura (GIG@/FACOM/UFBA - <http://gigaufba.net>). Destacamos que este evento surgiu da articulação entre entidades acadêmicas, blogueiras ativistas antirracistas, mulheres hackers e entidades comunitárias. O objetivo do encontro foi reunir líderes feministas e do movimento de mulheres que utilizam internet como ferramenta política e de comunicação para seu ativismo, socializando experiências, discutindo a construção de espaços seguros e a autodefesa digital e propondo uma perspectiva crítica tanto dos usos da tecnologia como das infraestruturas físicas e lógicas que sustentam os espaços digitais.

Neste documento são propostos dezesseis pontos "reivindicatórios para o fim da hegemonia do mercado e para a livre circulação de ideias na rede". Estes, sumariamente, são:

- 1) Direito à diversidade identitária, sexual e racial, contra o hétero-cis-normativismo;
- 2) Direito ao acesso amplo, irrestrito, igualitário à internet. O acentuado uso do celular não pode ser a única forma de acesso massivo à internet, pois implica na redução de investimentos em infraestruturas de internet e permite uma apropriação estreita e pouco criativa dos recursos disponíveis na rede;
- 3) Pela defesa da neutralidade da rede;
- 4) Pelo fomento às redes alternativas autogestionadas pelas comunidades;
- 5) Desconstrução do caráter androcêntrico da ciência e da tecnologia digital, em todas as suas fases (planejamento, desenho, realização,

distribuição e usos); por mais mulheres no software livre, mais mulheres hackers, inventoras, programadoras;

- 6) Compreensão ampla, interseccional e não androcêntrica das brechas (exclusões) digitais de gênero, raça, classe, nacionalidade, religião, idade, etc. e das estratégias para superá-las; de nada adianta incluir mulheres nos entornos misóginos, racistas e androcêntricos das empresas tecnológicas sem mudar essa cultura;
- 7) Não à misoginia, assédios, racismo e contra a proliferação das violências cometidas contra mulheres; articular estratégias para a defesa com menor risco (redução de danos digitais);
- 8) Ampliar a compreensão dos cibercrimes a partir de uma perspectiva de gênero, incluindo a apologia ou incitação ao feminicídio e transfeminicídio;
- 9) Promoção do comum na Internet, para um amplo acesso à cultura e ao conhecimento, por meio de compartilhamento livre (*copyleft*), e de ações que visam fomentar e reconhecer formas de criação colaborativas e coletivas;
- 10) Pelo direito à segurança e garantia à privacidade por padrão, e pelo direito ao anonimato e ao esquecimento;
- 11) Contra o controle e a vigilância irrestritos e indiscriminados por parte do Estado e dos mercados;
- 12) Pela garantia de uma liberdade de expressão descolonizada, que não esteja exclusivamente em benefício de grupos historicamente dominantes;
- 13) Promoção e estímulo estatal aos softwares e hardwares livres, contra as “caixas pretas” da tecnologia;
- 14) Direito à participação de mulheres negras, cis, trans, indígenas e minorias na governança e na tomada decisões sobre políticas de internet, infraestruturas lógicas e físicas;
- 15) Estímulo às economias digitais alternativas e solidárias, que

geram bens comuns, sustentabilidade e empoderamento coletivo.

16) Alimentamos a utopia de que outra internet é possível: anticapitalista, autônoma, não colonizada pelo comércio, pelo capital ou pelo Estado; sustentada pela colaboração e gerenciada com autonomia, pela cultura do compartilhamento e do código aberto. Pela desgooglização e descolonização de nossa vida digital.

A internet tal como a conhecemos hoje, verdadeira caixa preta submetida a práticas como a privatização, o monopólio e o vazio legal, tem se convertido num espaço privilegiado de interesses corporativos, vigilância e manipulações políticas. Em que medida podemos falar de internet livre quando a utopia de descentralização, comunitarismo e liberdade foi, gradualmente, se transformando num distópico território cuja aparência de diversidade esconde um poderoso mecanismo de concentração via mecanismos de indexação, *bots*, *e-commerce*, *copyright*, vigilância, rastreamento e coleta de dados sem controle?

Utopias feministas em rede

Contudo, enquanto a internet vira um espaço intensamente vigiado, onde a violência misógina e racista se desenvolve à vontade, alguns grupos de mulheres jovens envolvidas nas tecnologias digitais (jornalistas, tecnólogas, programadoras) estão experimentando novas formas de apropriação tecnológica, montando seus próprios servidores, escrevendo suas próprias aplicações, criando redes, instalando hardwares, antenas e servidores. Estes grupos feministas (que se agrupam sob diversas formas, tal como ONGs ou projetos)⁴ estão trabalhando sob as ideias de autonomia tecnológica, soberania digital e justiça social, enquanto

4 No Brasil, dois exemplos deste tipo de projeto são a coletiva hacker feminista MariaLab (<https://marialab.org/>) e seu projeto, a servidora Vedetas (<https://vedetas.org/#oqueue>); as Cl4ndestina (<https://clandestina.io/>) e o grupo Olabi com seu projeto Pretalab (<http://pretalab.com/>)

promovem a criação de redes livres, ferramentas de segurança informática, plataformas seguras, algoritmos confiáveis e servidores éticos, em aberta tentativa de evitar as gigantes de internet, como *Google* e *Facebook*.

Nesses incipientes e ainda poucos projetos, vemos uma potência rebelde e radical que emerge no cenário colonizado da cultura digital de hoje. Há trinta anos, os movimentos feministas e de mulheres vêm desenvolvendo práticas políticas e artísticas autodenominadas até hoje como ciberfeministas. Contudo, nestas três décadas, pudemos ver transformações e deslocamentos tanto nas suas formas de ação quanto nos seus temas, objetos e abordagens. Visualizamos hoje uma nova etapa ciberfeminista, ainda em formação, que chamamos de ciberfeminismo 3.0, cujas temáticas, objetivos e formas de luta se diferenciam não apenas do primeiro ciberfeminismo, mas também da chamada “primavera feminista” nas redes sociais, fenômeno emergente desde 2015, quando o feminismo se apropriou de redes sociais tais como *Facebook*, *Twitter*, *YouTube* e *Instagram*, ao que chamamos de Ciberfeminismo 2.0.

Estes novos grupos se caracterizam por sua atitude contestadora e contra-hegemônica: têm um enfoque comunitarista, discutem o capitalismo digital, a concentração monopólica e a espionagem em massa, e o fazem através de projetos locais, autogeridos, independentes, cooperativos, através de *transhackerspaces* e “servidoras”⁵ feministas que são gerenciados a partir de perspectivas interseccionais. Todos estes projetos são administrados por mulheres jovens, não acima dos trinta anos. Falamos de uma nova etapa, porém não nos referimos a uma temporalidade linear, que seria a superação de uma etapa anterior, senão a uma forma diferente de entender a comunicação digital, que coexiste com as formas anteriores. Nesse sentido, cremos que podemos falar de uma atualização do ciberfeminismo, impulsionada por questões

5 O termo “servidoras” aqui refere-se à forma feminizada do termo masculino “servidores”, adotada por muitos grupos feministas no país.

de segurança e vulnerabilidade, mas também de uma nova versão que recolhe as experiências anteriores e pretende tomar o controle, com autonomia e soberania, para fazer da Internet um bem comum, com infraestruturas distribuídas, nodos de propriedade social e garantias de neutralidade e liberdade.

Podemos afirmar que estamos na presença de processos de apropriação tecnológica ciberfeminista na medida em que, tal como Proulx (2005), consideramos que estas iniciativas reúnem quatro condições para a apropriação social de uma tecnologia: a) o domínio técnico e cognitivo do artefato; b) a integração significativa do objeto técnico na prática cotidiana do(a) usuário(a); c) o uso repetido que possibilite a criação (de novas práticas ou de novos usos); d) a participação de usuários(as) no estabelecimento de políticas públicas e nos processos de desenho e inovação industrial e comercial. Sem estas condições, não haveria apropriação social, apenas adoção, uso ou assimilação. A partir deste ciberfeminismo crítico, contemporâneo, diverso, entendemos a sociedade contemporânea como uma coprodução de agentes humanos e tecnológicos onde todas as coisas são atores materiais-semióticos, cheios de significados (HARAWAY, 2004), onde se dá o jogo das apropriações de símbolos, práticas, objetos, estruturas, aparatos que geram a mestiçagem, a hibridiz e a heterogeneidade social.

Assumi meu cabelo, e agora? Empoderamento e feminismo negro na rede⁶

Os sites de redes sociais têm servido como importante plataforma onde pessoas e coletividades cada vez mais reivindicam direitos, mobilizam-se e conscientizam-se politicamente. A politização nas plataformas digitais de comunicação refere-se a mecanismos de resistência aos dispositivos de

6 Trabalho apresentado por Jéssica de Souza Carneiro e Aluísio Ferreira de Lima na Mesa-redonda “Gênero, tecnologias digitais e ativismo...” no VII JUBRA e reformulado em novembro de 2018.

poder, principalmente no que concerne àqueles de reiteração do racismo e da opressão de gênero.

Percebe-se nesses espaços a crescente emergência de grupos e de indivíduos que defendem pautas ativistas e de lutas sociais, no sentido de manifestarem-se contra enunciados e práticas de opressão e exclusão a grupos específicos, como o de mulheres negras. Assim, buscamos discutir as diferentes expressões individuais e coletivas de mulheres negras jovens e adultas nos sites de redes sociais, sobretudo aquelas que passam ou já passaram pelo processo de transição capilar⁷, tomando como ponto central o tensionamento da categoria conceitual “empoderamento”, presente nos discursos desses grupos.

Para aprofundar em tais questões, tomamos como recorte de análise a experiência de mulheres negras que participam dos Sites de Redes Sociais (SRS) como uma maneira de formar coalizões políticas e redes de suporte entre pessoas que passaram pela transição capilar e, em decorrência da transição, sofreram preconceito e discriminação racial. Tomamos como *corpus* empírico jovens e adultas negras membros do grupo “Cabelos Cacheados e Crespos – Transição capilar e afins”⁸ do Facebook por ser, substancialmente, uma rede de expressão individual e coletiva em que se encontram diversas pessoas (majoritariamente mulheres) que partilham relatos sobre a transição capilar.

Dentre os tópicos debatidos no grupo, muito discute-se sobre a técnica “Sem-Shampoo/Pouco Shampoo” (originalmente conhecida como *No/Low Poo*), a qual consiste no abandono de produtos capilares

7 O processo de transição capilar refere-se ao abandono de produtos químicos alisantes nos cabelos para a assunção dos fios naturais. Implica uma longa jornada (que pode durar meses ou até anos) de permitir crescer a raiz natural, até que todo o comprimento do cabelo esteja livre da química. Majoritariamente, as mulheres que passam pelo processo de transição possuem cabelos crespos ou enrolados.

8 Disponível em: <<https://www.facebook.com/groups/1763931647181731/>>. Até o dia 15 de novembro de 2018, o grupo contava com o total de 532.908 membros ativos, distribuídos por todo o país.

que contenham compostos químicos alisantes, além de outras técnicas similares. Não é à toa que o principal mote do grupo é o processo de transição capilar, no qual pessoas que por anos aderiram a tratamentos químicos alisantes libertam-se da química e assumem gradativamente o crespado dos cabelos. Tomamos como breve material de análise as interações (fotos compartilhadas, textos, enquetes, comentários) do grupo dentro do intervalo de setembro de 2015 a outubro de 2018. As discussões não consideram o processo da “transição capilar” apenas como um processo plástico ou pessoal de cada participante. Trata-se de um grupo que não apenas discute sobre a qualidade capilar e técnicas de manuseio do cabelo, mas também trava debates sobre afrodescendência, pertencimento étnico e várias outras questões que tangenciam diretamente a experiência de mulheres negras e sua relação com o cabelo.

Além da técnica, discute-se também o que significa assumir o próprio cabelo, as repercussões na vida pessoal (aumento de autoestima, autovalorização, empoderamento) e de que forma o grupo influencia no processo de auto-reconhecimento e de valorização da beleza negra. Entendemos estes espaços virtuais como plataformas de visibilização de discursos de resistência no que tange às disputas identitárias e aos movimentos de empoderamento negro. Essas tensões nos levam a refletir sobre os desafios dos (ciber)ativismos contemporâneos e sobre o empoderamento de jovens e adultas negras.

Escolheu-se o *Facebook* por constituir-se atualmente no Brasil como o mais importante site de rede social, dada a sua supremacia em número de usuários registrados e acessos por usuários únicos (COMSCORE, 2015). Entendido como um Site de Rede Social (RECUERO, 2009), o *Facebook* é apenas um dos muitos espaços virtuais nos quais problemas relacionados aos movimentos femininos negros vêm ganhar força na contemporaneidade. Pretende-se, portanto, compreender os novos contornos das opressões ligadas à etnia, ao gênero e à geração

na internet, analisando as formas como os movimentos de ciberativismo disparados pelos Sites de Rede Social (SRS), sobretudo o *Facebook*, produzem narrativas de identidade que impulsionam as lutas e disputas discursivas de resistência e empoderamento feminino negro.

É preciso compreender, antes de tudo, sobre o que estamos falando ao trazer à cena o debate sobre pertencimento étnico e empoderamento feminino negro a partir do cabelo. No Brasil, graças ao mito da democracia racial e da convivência harmônica das raças, o processo de identificação e de auto-reconhecimento enquanto negro não acontece de forma tão clara quanto em outros países de forte presença afrodescendente (SCHWARCZ, 2012; GOMES, 2007).

A cor da pele e o cabelo são duas características fenotípicas que, em nosso país, incidem bastante sobre a construção de uma identidade racial, sendo muitas vezes os definidores de um pertencimento étnico. O corpo negro, sempre em disputa no projeto colonial e embranquecedor, é atravessado por todas as tensões identitárias, diluídas pela pardalização e, sobretudo, marcado pelo desdém e avilte de que lhe foram imputados durante a formação da sociedade brasileira.

Logo, o processo de transição capilar e a acolhida de um “novo” cabelo natural, livre de química, revela – além de uma mudança de caráter plástico – as nuances das tensões raciais que vivemos no Brasil, traduzidas no corpo. O cabelo crespo, visto por muito tempo como “ruim”, reflete a expressão do racismo e da desigualdade racial que recai sobre os sujeitos negros (GOMES, 2007). Sobre este tensionamento vivido no corpo, Gomes acrescenta que

O tratamento dado ao cabelo pode ser considerado uma das maneiras de expressar essa tensão. A consciência ou o encobrimento desse conflito, vivido na estética do corpo negro, marca a vida e a trajetória dos sujeitos. Por isso, para o negro, a intervenção no cabelo e no corpo é mais do que uma questão de vaidade ou de tratamento estético. É identitária. (GOMES, 2007, p. 118).

O mito da democracia racial e a crise de pertencimento étnico são duas forças tão atuantes no processo de subjetivação da “identidade brasileira” que é possível passar boa parte da vida sem se ver ou se reconhecer enquanto negra(o). No Brasil, as pessoas *descobrem-se* negras. Desavisadas(os), aquelas(es) que decidem entregar-se à transição capilar, boa parte das vezes, sequer percebem que estão prestes a adentrar um campo de tensões e de questionamentos de caráter étnico-racial. Sem que seja a intenção, muitas mulheres que atravessam corajosamente a transição acabam por lidar com situações de constrangimento por algum indício de racismo ou discriminação racial advindos da assunção dos fios crespos, até o ponto em que se veem discutindo sobre questões raciais e pondo em xeque uma identidade étnica pressuposta por toda a vida.

As teorias e concepções de raça surgidas no Brasil, entre os séculos XVIII e XIX, serviram à manutenção da subjetivação colonial e embranquecedora dominante, criando sistemas simbólicos de diferenciação a partir do binarismo *negro/branco* (MERCER, 2000; SCHWARCZ, 2012), estando reservada ao primeiro a inferioridade, o “exótico”, o contra-hegemônico; ao segundo, a superioridade, a beleza, o padrão que estabeleceria a norma. Essa negação – atribuída como “gosto pessoal” – dos traços africanos, como o alisamento químico dos fios crespos na tentativa de esconder a “real” raiz ou de adequar-se ao padrão hegemonicamente caucasiano, constitui uma tentativa secular de apagamento dos valores culturais, estéticos e, portanto, políticos da cultura de origem africana.

Uma vez que a determinação racial – da forma com ocorreu no Brasil e em muitos países com forte contingente populacional afrodescendente (MERCER, 2000; CARNEIRO, 2011; GOMES, 2007) – se inscreve nos corpos como um determinismo biológico, em que a cor da pele e toda e qualquer característica fenotípica são por si só uma designação racial, o cabelo crespo é, portanto, politizado à medida que acolhe um grande espectro

de significados sociais negativos e depreciativos. Deste modo, desafiar o padrão hegemonicamente caucasiano-eurocentralizado de beleza é, em última instância, romper com um sistema ético-estético racista, ressignificando os sentidos e significados culturais, pessoais e políticos atribuídos ao cabelo crespo e à beleza negra, de forma geral.

Neste sentido, entendendo o cabelo crespo como não apenas um signo em reconstrução, mas um veículo através do qual podemos nos aprofundar no debate étnico e desenvolver um entendimento sobre a construção racial no Brasil, elencamos alguns *prints* de tela extraídos do grupo do Facebook “Cabelos Cacheados e Crespos – Transição capilar e afins”. As *tags* usadas na busca interna do grupo para selecionar as postagens a serem analisadas foram “empoderamento”, “empoderada” e “empoderar”.

Figura 1 - Publicação de um autorretrato de uma participante do grupo no campo “discussão” (Anônima 1)



Anônima 1

Data da Publicação: 2/12/2015

Legenda da imagem:

Desabafo... (se não puder, podem excluir a postagem). Já ouvi apelidos como sarará, negrinha, cabelo ruim etc. agora que não sou mais ingênua e **me declaro como negra empoderada**, as pessoas ao meu redor ficam dizendo que eu sou muito clara para ser negra, e isso me deixa extremamente angustiada. Há pessoas dizendo que “todos são tratados com igualdade”, “gente branca também sofre preconceito” e que “oportunidades são as mesmas para todos” e blá blá blá. Como se não bastasse, as lorotas que eu tenho que ouvir todos os dias de racistas disfarçados, ainda querem interferir no modo como enxergo a minha própria pele?! *eu e meu sobrinho na foto.

Figura 2 - Publicação de autorretratos de uma participante do grupo no campo “discussão” (Anônima 2)



Anônima 2

Data da publicação: 28/09/2018

Legenda da imagem:

Crespo? Sim ele é crespo e não cacheado. Hoje faz um ano, em que eu decidi ser eu mesma, um ano em que deixei de lado padrões de beleza no qual eu não me encaixava, **descobri que eu sou NEGRA**, sim eu não me achava negra, pra mim eu era morena, parda qualquer outra cor menos NEGRA!

Alisava o cabelo para me encaixar no padrão de beleza no qual a sociedade me impunha, houveram críticas, críticas destrutivas o suficiente pra me manter resistente e para superar esse momento de aceitação, transição capilar é algo surreal não é fácil mas passa, afinal o tempo passa e passa rápido, aceitação ela vem de dentro pra fora, é um amor próprio que nasce sem perceber, se aceitar como somos, como Deus nos fez é maravilhoso. **Nasce um empoderamento** uma auto-confiança, um amor próprio, auto estima só cresce, algo inexplicável só quem passa sabe, **hoje eu sei quem eu sou. NEGRA e CRESPO.**

Hoje eu só quero que ele cresça e floresça quanto mais Black ele ficar mais Power eu vou me achar.

Os relatos das duas jovens exemplificam, na concretude de suas experiências pessoais, o debate que ensaiamos aqui: de que forma, através do processo de transição capilar, mulheres negras desbravam a pantanosa descoberta do “ser negra”, e como o *empoderamento* funciona como recurso discursivo para a apropriação desta nova identidade. Tal descoberta exige mais que uma disposição pessoal em ver sua textura capilar sendo transformada: o processo de descobrir-se negra descortina uma série de percepções e de afetos, os quais, até determinado momento da trajetória pessoal, as mulheres recém-descobertas negras não estavam acostumadas a enfrentar.

A lida com a nova estrutura capilar, que se apresenta como desafiadora do início ao fim do processo, desvela o traço social, político e estético da construção racial brasileira – sumariamente desigual

e excludente –, na qual foram circunscritos marcadores biológicos e psicológicos sobre o qual se pavimentou a identidade negra. O corpo negro feminino é, por excelência, a materialização do caráter social e histórico da identidade racial brasileira, constituindo-se como território onde são disputados discursos sobre *raça*, *gênero* e relações de poder. Estando simbolicamente preterida em relação à branquitude dentro do contexto colonialista e eurocêntrico, a identidade negra (e todos os signos que a circundam, como o cabelo) tratou de ser não apenas inferiorizada, mas, principalmente no contexto brasileiro, tornada invisível. Ao contrário do que se possa pensar, a “invisibilização” não ocorre apenas no plano da ausência da imagem negra nos espaços hegemônicos de poder (mídia, imprensa, escolas, instituições do governo), mas existe sorrateiramente na maneira como o corpo negro é embranquecido e, portanto, “desidentificarizado”⁹.

“Me descobri uma mulher negra empoderada”: os (ciber)ativismo de mulheres negras

Quando se circunscrevem os (ciber)ativismos de mulheres negras¹⁰ na internet, sobretudo nos sites de redes sociais, importa apontar em que medida estes se distanciam ou se aproximam dos movimentos nas

9 Neologismo criado para apontar como, a partir do embranquecimento simbólico dos corpos, a identidade negra é diluída e desidentificada.

10 Escolhemos, neste trabalho, não demarcar os ativismos de mulheres negras na internet e suas manifestações pessoais e coletivas nas plataformas digitais como uma expressão do movimento feminista negro por entender que as experiências iniciais de mulheres negras (na transição capilar e no debate de étnico) não necessariamente abarcam a agenda e as pautas do movimento; também não há uma intenção clara por parte das participantes do grupo em se autodeclararem “feministas” e militantes da causa. Contudo, não podemos ignorar as contribuições que o feminismo negro fornece na costura entre as categorias gênero e raça, tampouco desconsiderar os entrelaces das narrativas de mulheres negras recém-descobertas com os avanços do feminismo negro (dentro e fora das redes). Nesta sessão exploratória do trabalho, interessa-nos mais entender como o “empoderamento” é operado em suas narrativas, destacando tanto os aspectos biográficos quanto políticos.

ruas e fora da rede. Protagonizado por grupos ou páginas do *Facebook*, as autoexpressões de jovens e adultas negras da internet centram suas discussões em “como empoderar as mulheres negras”, apostando no *empoderamento* como um meio de efetivação do combate ao racismo e às opressões de gênero. Uma forma muito comum de manifestar o *empoderamento* na rede se dá por uma recusa ao imperativo de estética caucasiana através de uma afirmativa de que os traços africanos – fios encrespados, pele escura, nariz largo e boca “carnuda” – não apenas são belos, mas eminentemente compõem a “real identidade” da mulher negra, que deve ser valorizada (BATISTA, 2016; ARRAES, 2016).

Essa juventude negra *empoderada* dos SRS bebe muito dos avanços do Movimento Negro Unificado (MNU) dos anos 1980-1990, que se distanciava das reivindicações de uma identidade nacional consolidada à sombra da “democracia racial”, suplantada pelas desigualdades entre negros e brancos, aproximando-se de uma perspectiva mais afrocentrada (CARNEIRO, 2017; TRAPP, 2012). Dito de outra forma, o deslocamento de uma investida na reintegração racial brasileira para uma perspectiva de diferença racial e afirmação identitária se tornou mais contundente na pauta do MNU do início dos anos 90, influenciando fortemente as futuras gerações. O enredo do debate étnico-racial atravessa, então, a conscientização através da cultura, do corpo e da estética africana, elementos necessários para a construção de um pertencimento étnico (TRAPP, 2012).

Não é à toa que o cabelo passa a emergir dentro destes contextos como um marco da afirmação identitária, no qual especialmente jovens e adultas negras buscam confirmar o valor da estética negra afroinspirada. A “estética afro-diaspórica”, nas palavras de Mattos (2015), tem sido muito bem articulada pelas ciberativistas negras e mulheres negras recém-engajadas com as pautas raciais nos SRS, dada a forma com que esta proposição acolhe diversas possibilidades de manifestação étnica:

através da moda, do consumo, da mídia, do cinema. Na conceitualização de Mattos (2015), a Estética Afro-Diaspórica

é o movimento em que homens, mulheres, homossexuais, transexuais, gays e também as crianças negras adotam variações para os seus corpos e cabelos criando e recriando penteados de matriz africana, usando e abusando do tamanho dos fios, formas e cores, assumindo sua corporeidade nesse contexto de mudanças sociais, lutas históricas e hibridismo estético (MATTOS, 2015, p. 38).

Os entraves da tensão racial no contexto brasileiro passam, então, a ganhar novos contornos à medida que dezenas de grupos online, com centenas de membros ativos¹¹, problematizam a vigência de um padrão de beleza hegemônico (embranquecido, claro), incorporando essa tensão em sua trajetória pessoal – podemos pensar o abandono do processo de alisamento químico como um desses sinais. Diante destes novos contornos, os SRS entram no enredo das disputas raciais como plataformas de alavancagem e de positividade da estética negra, transformando o “simples ato” de abandonar a química alisante e assumir os fios naturais em ação de resistência e, portanto, de ativismo. Na leitura de Carneiro (2017, p.42), isso acontece “porque, marcado pela negação e sendo submetido ao lugar das ausências no mundo capitalista e racista, o corpo negro, ao evidenciar-se, provoca tensões e promove aberturas na sociedade”.

Não se pretende negar, todavia, que a recusa ao parâmetro de beleza caucasiano-europeu, o qual, durante a colonização ocidental, tratou de piorar quaisquer traços físicos que se aproximassem da estética negra (MERCER, 2000), não se constitua como um ato político. De fato, essas pequenas resistências vão de encontro aos dispositivos normatizadores e prescritivos dos quais lança mão a hegemonia, desnaturalizando os regimes de verdade sobre a beleza, ou seja, sobre o que é ter cabelos bonitos, uma cor bonita, traços bonitos. Neste sentido, ao posicionarem-se contra essa normatização, delineiam mecanismos de resistência ao

¹¹ Segundo o levantamento da pesquisa exploratória de Mattos (2015), já no ano de 2015, existiam mais de 15 grupos online no *Facebook* destinados à discussão sobre cabelos cacheados/crespos e transição capilar.

racismo e à invisibilidade a que foram relegadas mulheres negras ao longo da história.

Entretanto, tomar o combate à opressão contra a mulher negra pelo discurso do *empoderamento*, o qual se efetiva à medida que se valoriza e se aumenta a autoestima, pode ser discutível quando o autorreconhecimento de uma mulher, ao afirmar-se como “negra” e reconhecer-se enquanto tal, passa prioritariamente pelo agenciamento do *eu* no mundo. Mas o que isto repercute na relação do feminismo negro na internet com os usos do *empoderamento*? Nas palavras de Leal (2015, p. 47),

Esses discursos tiram o foco sobre o sofrimento causado por pressões externas – sejam outros indivíduos ou a própria sociedade –, valorizando os benefícios decorrentes da construção de uma autoimagem positiva. Este trabalho individual seria capaz de provocar emoções capazes de suplantarem quaisquer efeitos causados por outrem. A promoção de subjetividades conformadas segundo esse ideal é perfeitamente harmônica com a racionalidade política neoliberal e com as expressões culturais do individualismo contemporâneo. Não o contexto social e o Estado, mas o próprio indivíduo é responsabilizado por seu sucesso.

As disputas dos usos e apropriações do discurso de empoderamento dentro dos feminismos negros constituem-se como marco central de nosso questionamento. Enquanto de um lado, os movimentos feministas negros brasileiros contemporâneos aproximam-se de uma “nova” onda do feminismo – defendida por algumas autoras como a quarta onda (MATOS, 2010; ORNAT, 2008; ZINANI, 2011) –, trazendo o debate pós-colonial do feminismo (em que estariam questões como o empoderamento), do outro lado, encontram-se teóricas feministas mais afeitas à segunda onda, que defendem não ser possível reivindicar politicamente a agenda feminista negra (ou uma efetiva liberação feminina negra) sem uma direta e contundente crítica ao sistema e às desigualdades estruturais.

Historicamente falando, as mulheres negras no Brasil e em vários países da diáspora africana sofreram diversos processos de opressão, principalmente de gênero e de raça. A exploração e a subalternização da

mulher negra configuraram-se em esferas da sociedade muito além da economia, trazendo efeitos para a representação e para as narrativas de mulheres negras até hoje.

A exclusão e a opressão sofridas por mulheres negras aglutinam elementos do racismo, da inferiorização feminina e de preconceitos de classe, colocando-as em condição de exploradas tanto no universo do trabalho quanto no espectro da sexualidade. A emergência do(s) feminismo(s) branco(s) do final do século XIX e início do século XX – que sequer se reconhecia como “branco”, o que revela a questão sintomática do universalismo branco – não se sustentava como suficiente para incluir e pautar as reivindicações de mulheres negras, uma vez que, embora *mulheres*, as pretas tinham de lidar com a questão da cor e com os processos de opressão inferidos (CARNEIRO, 2011; DAVIS, 2016; HOOKS, 2014; VELASCO, 2012).

Enquanto o feminismo branco, iniciado no movimento das sufragistas, centrava suas reivindicações em torno da participação política das mulheres, do direito à educação e ao voto, e da contestação da submissão feminina, o feminismo negro se preocupava em, primeiro, reconhecer a “negra” enquanto mulher. No contexto escravista, as mulheres negras participantes dos primeiros movimentos – algumas autoras assinalam a adesão das mulheres negras à causa já na terceira onda do feminismo (MATOS, 2010; ORNAT, 2008; ZINANI, 2011) – objetivavam suprimir antes as próprias diferenças entre as mulheres, segundo as estratificações de gênero, etnia e classe (COLLINS, 2002; VELASCO, 2012).

Dito isto, os feminismos negros, ao longo de sua história, incorreram em distinções ainda mais acentuadas de outros movimentos feministas que os sucederam, sendo esta a causa de algumas teóricas e militantes do feminismo recusarem a ideia universal de “o movimento feminista” (MARIANO, 2005; LARA, 2016; VELASCO, 2012). Aparece, então, a necessidade de pautar, por um lado, as questões ligadas à justiça e à

igualdade da população feminina negra e, por outro lado, as questões de reconhecimento das distintas experiências do “ser mulher negra”, que corroboram aqui com as contribuições de perspectivas interseccionais, transversais e transdisciplinares sobre as categorias gênero, raça, sexualidade, classe, geração, entre outras.

Quebrando o silêncio: revelação, sororidade e ativismo de gênero por meio de relatos autobiográficos publicados em sites de redes sociais¹²

As mobilizações de mulheres em Sites de Redes Sociais marcadas pela partilha de relatos autobiográficos denunciando situações de violência sexual apontam para a transformação das estratégias dos feminismos e de outras formas de ativismo na esteira das crescentes inovações tecnológicas da informação e da comunicação na atualidade. No contexto dos eloquentes protestos digitais (*e-protests*) que se multiplicam, a adesão a certas bandeiras torna-se maciça e avassaladora, atingindo um público expressivo e heterogêneo em poucos dias. Desde 2015, mulheres brasileiras vêm sendo convocadas a se posicionar nas redes sociais contra várias formas de violação aos seus direitos, derivadas da dominação patriarcal e da masculinidade hegemônica, que fazem (tristemente) parte do seu dia a dia. Tais protestos – percebidos como sinal de um momento novo na história das mulheres (“Primavera das Mulheres”) – pretendem principalmente desafiar a cultura de naturalização e tolerância para com a violência de gênero cotidiana que vitimiza assustadoramente brasileiras de todas as idades.

12 Trabalho apresentado por Idilva Germano e Ana Cesaltina Barbosa Marques na Mesa-redonda “Gênero, tecnologias digitais e ativismo...” no VII JUBRA sob o título “Quebrando o silêncio: revelação, sororidade e ativismo de gênero na campanha #PrimeiroAssedio”

Nos Estados Unidos, provavelmente a mais emblemática dessas *hashtags* políticas, a “#MeToo”, viralizou nos sites de redes sociais em outubro de 2017 diante de relatos de atrizes acusando o produtor de cinema Harvey Weinstein de assédio sexual. Chama a atenção que o termo “Me Too” tenha nascido muitos anos antes, em referência ao abuso sexual relatado por uma adolescente vulnerável. Em 1997, a ativista norte-americana Tarana Burke ouviu uma garota negra de treze anos contar sua história de vitimização, mas sua reação foi o silêncio: “não tive uma resposta ou um modo de ajudá-la naquele momento e eu não pude nem mesmo dizer ‘eu também’”¹³.

Dez anos depois, compensando o longo silêncio que a incomodava, Burke criou uma organização sem fins lucrativos para encorajar mulheres a demonstrar solidariedade umas às outras, especialmente entre mulheres jovens e negras de comunidades de baixa renda. Desde 2006 a frase “Me Too” passou a ser usada pela ativista no seu trabalho de conscientização do problema. A expressão propõe o empoderamento por meio da empatia ao demonstrar a sobreviventes de violência sexual que elas não estão sozinhas.

O grande impulso do movimento #MeToo veio a partir da convocação da atriz estadunidense Alyssa Milano, após acompanhar denúncias de assédio sexual contra o produtor de cinema Harvey. Ela propôs, no *Twitter*, no dia 15 de outubro de 2017: “If you’ve been sexually harassed or assaulted write ‘me too’ as a reply to this tweet”. Por empatia, a solicitação foi atendida por milhares de pessoas que também romperam com o pacto de silêncio acerca de suas próprias experiências de assédio e violência sexual. O fenômeno ocorreu como uma grande onda ao redor do globo e em diversas línguas, revelando a violência sexual cotidianamente praticada em diversos contextos geográficos e culturais, majoritariamente contra mulheres, desde a infância e adolescência.

13 Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2017/10/20/us/me-too-movement-tarana-burke.html>>.

O alcance e a visibilidade da ação chegou a tanto que a revista *Time* elegeu como personalidades do ano de 2017 (com o título *The silence breakers*) aquelas e aqueles que romperam com o silêncio acerca do assédio e abuso sexual (ZACHAREK, STEPHANIE; DOCKTERMAN, 2017). Representando essas pessoas, dentre elas Tarana Burke, estamparam a capa da revista a atriz Ashley Judd, a cantora Taylor Swift, a lavradora identificada pelo pseudônimo Isabel Pascual, a lobista Adama Iwu e a ex-engenheira do Uber, Susan Fowler.

Mas essa não foi a primeira ocorrência desse tipo de fenômeno. Em 2014, a *hashtag* #yesallwomen havia ganhado visibilidade nos Estados Unidos (THRIFT, 2014), sendo apontada pela ensaísta e feminista estadunidense Rebecca Solnit (2017, p.87) como “o maior catalizador num ano de vigorosos protestos online sobre as mulheres e a violência”. Aquele contexto era de projeção midiática de notícias sobre violência sexual contra mulheres, em alguns casos envolvendo celebridades. Naquele mesmo ano, as *hashtags* #whyileft e #whyistayed também foram populares nas redes sociais (SOLNIT, 2017).

No Brasil, uma potente campanha nesses moldes ocorreu em 2015, marcada pela *hashtag* #PrimeiroAssédio. Foi desenvolvida pelo coletivo feminista Think Olga, como reação ao assédio sexual, em sites de redes sociais, a uma criança participante do *reality show* *MasterChef Junior*. Na postagem que disparou a campanha, divulgada no *Twitter* e compartilhada também no perfil do coletivo no *Facebook*, a fundadora e coordenadora do projeto convidou pessoas de sua rede de relacionamento a partilhar suas memórias de primeiro assédio. A campanha se espalhou. Em quatro dias, foram mais de 82.000 mensagens marcadas na rede pela *hashtag* #PrimeiroAssédio somente no *Twitter*, mas a adesão à campanha também foi expressiva no *Facebook*. Os relatos, majoritariamente femininos, traziam histórias de violência sofridas por crianças e adolescentes, vindas principalmente de amigos, vizinhos ou parentes (OLGA, 2015).

De 2015 a 2017, diversas outras *hashtags* marcaram movimentos de mulheres brasileiras que, conectadas via Sites de Redes Sociais, realizaram mobilizações com bandeiras feministas: #MeuAmigoSecreto; #ViolênciaEmDobro; #MeuMotoristaAbusador; #MeuMototistaAssediador; #EuVouContar; entre outras.

O “Movimento *Me Too*” - como aqui denominamos o fenômeno de partilha solidária de relatos autobiográficos de experiências por meio de Sites de Redes Sociais no contexto de campanhas marcadas por *hashtags* - é fruto de um contexto midiático conformado pelas mídias digitais, produtos das tecnologias de informação e comunicação. Diante do advento da *web 2.0*, a dinâmica de produção e circulação de informação vem sendo alterada, organizando-se em rede, de maneira que cada polo consumidor passa a ser também, potencialmente, um polo enunciador (THOMPSON, 1998).

Dessa forma, manifestações sociais ganham possibilidade de articulação para além das fronteiras espaço-temporais, e com outros parâmetros. Indivíduos situados em contextos geográficos e socioculturais diferentes podem responder aos mesmos estímulos simbólicos (THOMPSON, 1998), que se caracterizam por ação responsiva, de caráter viral, como ocorreu no caso das *hashtags* #MeToo e #PrimeiroAssédio. Motivados por propósitos comuns, emergem formas de ação coletiva no ciberespaço que se valem do potencial da estrutura da Internet, articulada como rede. Assim, as iniciativas de uso das mídias sociais pelos movimentos sociais conectam sujeitos que possuem interesses comuns e as possibilidades de cooperação passam a ser expandidas a partir das transformações tecnológicas. Esse tipo de ação destaca-se no panorama do ativismo praticado na Internet por estar condicionado pelos recursos oferecidos pelos Sites de Redes Sociais.

A ligação entre sujeitos conectados por meio dos sites de redes sociais permite interações empáticas entre usuários dispersos geograficamente

e temporalmente, o que favorece a projeção global das ações. Para os movimentos de mulheres, isso representa a possibilidade de unir forças e superar as contingências restritivas da vida privada, onde mais frequentemente ocorre a violência de gênero.

O que representam essas novas formas de ativismo digital para as meninas e adolescentes brasileiras que, junto com mulheres adultas, formam as principais vítimas de violência sexual e do feminicídio (sobretudo se adotarmos uma lente interseccional) no país? Um ponto a sublinhar é que os *e-protests* abrem espaço para que as meninas e jovens (em diálogo com outras gerações de mulheres) participem da vida política e das causas feministas independentemente de sua filiação a organizações ou coletivos formalmente constituídos. Com efeito, as organizações de movimentos sociais podem desempenhar papel importante na socialização política de jovens, porém os esforços para encorajar e facilitar o engajamento de jovens em contextos presenciais *offline* nem sempre são bem sucedidos. O ativismo jovem *online*, incluindo os protestos digitais, representa um caminho promissor nesse cenário de crescente uso das mídias sociais tanto pelos movimentos quanto por jovens (ELLIOT; EARL, 2018).

Tecnologia para driblar a hostilidade cotidiana

Em fevereiro de 2017, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2017) e o Instituto Datafolha realizaram pesquisa de abrangência nacional, realizando mais de 2 mil entrevistas, e produziram relatório sobre a vitimização de mulheres no Brasil (DE LIMA; BUENO, 2017). Os números apresentados são alarmantes: 503 mulheres foram vítimas de agressões físicas a cada hora em 2016. A violência sexual é apontada como a segunda mais frequentemente praticada no Brasil, sendo que 70% das pessoas estupradas no país são crianças e adolescentes de até 17 anos.

Os dados do FBSP/Datafolha (2017) – de que a casa permanece como o principal local de agressão a mulheres e que os conhecidos são

os principais agressores – reforçam a ideia de que a possibilidade de articulação em rede apresenta-se como uma rota de fuga, ainda que virtual.

O relatório da pesquisa “Visível e invisível: a vitimização de mulheres no Brasil”, (Fórum Brasileiro de Segurança Pública/Datafolha, 2017)¹⁴ aponta que 43% das mulheres que informaram ter sofrido violência no ano que precedeu a pesquisa apontaram a própria casa como o local de ocorrência da agressão. Se consideradas apenas as mulheres de menor escolaridade, o percentual das que foram agredidas em casa sobe para 51%. Pessoas qualificadas como “conhecidas” representam 61% dos agressores, sendo cônjuges, companheiros ou namorados os agressores mais frequentes (19%). Ex-cônjuges, ex-companheiros ou ex-namorados ocupam a segunda colocação entre agressores (16%).

A alta incidência da violência de gênero verificada pelo estudo aponta para a naturalização das práticas e a sua percepção como traços da cultura. Dados do referido relatório sobre a percepção da população acerca do problema indicam que 66% dos brasileiros presenciaram uma mulher sendo agredida fisicamente ou verbalmente em 2016 e 51% viram mulheres sendo abordadas na rua de forma desrespeitosa. Essas informações indicam que contexto imediato de vida das mulheres é obstáculo a ser ultrapassado para a denúncia e o fim de situações de violência de gênero em geral, incluindo os casos de violência sexual.

Essa ideia ganha ainda mais força com a informação de que 52% das mulheres que sofreram violência em 2016 não tomaram providências posteriores. Apenas 11% procurou uma delegacia especializada e 13% pediu ajuda a familiares. Ou seja, o silêncio em torno das agressões ainda é o comportamento mais frequente entre as mulheres agredidas.

O relatório FBSP/Datafolha de 2017 também indicou que a banalização dos comportamentos violentos na sociedade tem como

¹⁴ Disponível em: <<http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2017/03/relatorio-pesquisa-vs4.pdf>>.

efeito frequente que certas situações de agressões e abusos não sejam reconhecidas como expressamente violentas e sujeitas a penalidades, como se fossem, de alguma forma, naturais ou compreensíveis. Essa banalização vai de encontro às numerosas e profundas feridas ao corpo e à alma desveladas no atendimento especializado às vítimas. A violência psicológica, patrimonial, física e sexual costuma seguir uma trajetória de agravamento crescente, até que as vítimas cheguem a um serviço de saúde ou segurança, ou ao desfecho fatal (uma mulher foi assassinada a cada duas horas no Brasil em 2016).

Diante dos dados apresentados, percebe-se que o contexto imediato – seja doméstico ou profissional – pode apresentar-se como o primeiro obstáculo a ser superado para o enfrentamento da situação de violência. As mobilizações por meio de Sites de Redes Sociais, caracterizadas pela partilha de relatos autobiográficos femininos marcados por *hashtags*, apresentam-se como oportunidades para driblar esse primeiro obstáculo e dar visibilidade a um problema encoberto pelo véu da naturalização.

Se em determinados contextos domésticos ou profissionais as mulheres têm suas vozes abafadas pelo volume da voz masculina, no contexto das campanhas, suas vozes se somam num coro feminino que sustenta o movimento. Cada depoimento importa e a validade dos relatos se apresenta por meio de curtidas, compartilhamentos e acolhimento nos comentários.

Se as mulheres encontram hostilidade no ambiente doméstico, laboral e até nos serviços assistenciais ao denunciarem as violências sofridas, no contexto das campanhas em questão encontram ambiente de empatia e sororidade que suporta a apresentação de seus relatos, por vezes guardados por longo tempo. Sim, pode haver mensagens de reprovação, considerando a livre interação que caracteriza os Sites de Redes Sociais, mas a onda é majoritariamente de acolhimento.

Nessa perspectiva, a quebra do silêncio em torno da violência de gênero e sexual, por meio de relatos autobiográficos em campanhas empreendidas via Sites de Redes Sociais, apresenta-se como oportunidade para conferir visibilidade ao problema e como caminho para a desnaturalização de tais práticas.

Considerações finais

Em síntese, as considerações que extraímos como arremate, ainda que temporário, deste debate são:

O ativismo de mulheres e os novos feminismos que abarcam principalmente as novas gerações são impulsionados por campanhas e protestos digitais que demandam romper com o pacto do silêncio e do pudor que vêm subjugando historicamente as mulheres. As vozes femininas, agora mais audíveis, revelam às claras as histórias violentas e traumáticas que elas costumam guardar em segredo. As campanhas incitam a uma atitude de empatia e sororidade – ‘Eu também (passei por isso)’ - que marca os novos ativismos de mulheres no âmbito de *hashtaging politics*, com o apoio de milhares de jovens.

A resistência contra o sexismo via Internet e os protestos digitais de orientação feminista e contra violência de gênero, embora envolvam redes solidárias de “indignação e esperança” (CASTELLS, 2013), deparam-se também com uma forte onda de violência misógina, racista e conservadora que grassa hoje no ambiente digital e que demanda fortalecer ainda mais a ocupação desse ambiente por vozes e práticas alinhadas aos feminismos.

No que tange ao feminismo negro, as plataformas digitais tem fornecido um ambiente de visibilidade e de reconhecimento identitário em que jovens negras podem encontrar apoio para a valorização das suas marcas corporais, para o desenvolvimento da autoconfiança e

poder pessoal, bem como para o pertencimento à cultura afro-brasileira. Contudo, esse uso das redes sociais corre o risco de se limitar à retórica do empoderamento no nível do indivíduo e mediante o consumo de produtos étnicos estimulado pelo mercado. A luta de jovens negras – e de toda a sociedade brasileira - contra a profunda opressão interseccional permanece árdua e desafiadora para todas as gerações.

Para os coletivos feministas e para jovens (de ambos os sexos) identificados com o movimento, resta o desafio de criar formas inventivas de apropriação da internet e das novas tecnologias numa direção não androcêntrica, não racista e decolonizada, que promova não somente proteção às mulheres, mas autonomia, justiça e equidade social.

Referências Bibliográficas

- ARRAES, Jarid. Cabelos crespos como ferramenta política. **Revista Fórum Digital**. 2016. Disponível em: <<http://www.revistaforum.com.br/digital/166/cabelos-crespos-sao-ferramenta-politica/>>. Acesso em: 3 maio 2016.
- BATISTA, Robin. Estética negra empodera, sim. Porque não dá para enfrentar o racismo quando você ainda se odeia. **Guerrilha [GRR]**, 2016. Disponível em: <<http://guerrilhagr.com/empoderasimporquenaodaparaenfrentaroracismoquandovoceaindaseodeia/>>. Acesso em: 2 jun. 2016.
- CASTELLS, M. **Redes de indignação e esperança**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**: consciência em debate. São Paulo: Selo Negro, 2011.
- COLLINS, Patricia Hill. **Black feminist thought**: Knowledge, consciousness, and the politics of empowerment. London: Routledge, 2002.
- COMSCORE. **Brazil Digital Future in Focus 2015**. 2015. Disponível em: <<https://www.comscore.com/por/Imprensa-e-eventos/Apresentacoes-e>>

documentos/2015/2015-Brazil-Digital-Future-in-Focus>. Acesso em: set. 2015.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DE LIMA, Renato; BUENO, S. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2017**. São Paulo, SP: [s.n.]. Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2017/12/ANUARIO_11_2017.pdf>.

ELLIOT, Thomas; EARL, Jennifer. Organizing the next generation: youth engagement with activism inside and outside of organizations. **Social Media and Society**, p. 1-14, jan./mar., 2018.

OLGA, Think. **Hashtag Transformação**: 82 mil tweets sobre o #PrimeiroAssedio. 2015. Disponível em: <<http://thinkolga.com/2015/10/26/hashtag-transformacao-82-mil-tweets-sobre-o-primeiroassedio/>>. Acesso em: 10 set. 2016.

GOMES, Nilma Lino. **Sem perder a raiz**: corpo e cabelo como símbolos da identidade negra. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

HARAWAY, Donna. **Testigo_Modesto@Segundo_Milenio.HombreHembra_Conoce_OncoRatón**: Feminismo e Tecnociencia. Barcelona: UOC, 2004.

HOOKS, bell. **Ain't I a Woman**: Black Women and Feminism. 2. ed. London: Routledge, 2014.

HORTON, H. 300.000 men join in with #MeToo sexual assault hashtag. The Telegraph, 2017. In: JOYCE, M. (Org.). **Digital Activism Decoded**: The New Mechanics of Change. New York, NY: International Debate Education Association, 2010.

LARA, Bruna *et al.* **#Meuamigosecreto** - Feminismo Além Das Redes - Coletivo Não Me Kahlo. 1. ed. Rio de Janeiro: Edições de Janeiro, 2016.

LEAL, Tatiane. **A mulher poderosa**: construções da vida bem-sucedida feminina no jornalismo brasileiro. 139f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura, Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <<http://goo.gl/BVTMA8>>. Acesso em: 15 jul. 2016.

MARIANO, Silvana Aparecida. O sujeito do feminismo e o pós-estruturalismo.

Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 13, n. 3, p. 483-505, 2005.

MATOS, M. Movimento e a Teoria Feminista em sua Nova Onda: entre encontros e confrontos, seria possível reconstruir a Teoria Feminista a partir do Sul Global? **Revista de Sociologia e Política**, v. 18, p. 67-92, 2010.

MATTOS, Ivanilde Guedes. Estética afro-diaspórica e o empoderamento cresso. **Pontos de Interrogação - Número temático**: Leituras e identidades negras: narrativas, histórias, memórias, v. 5, n. 2, 2015.

MERCER, Kobena. Black hair/style politics. **Black British culture and society**: a text reader, p. 111-121, 2000.

MIGUEL, Ana; BOIX, Montserrat. Os gêneros da rede: os ciberfeminismos. In: NATANSOHN, Graciela (Org.). **Internet em código feminino**: teorias e práticas. Buenos Aires: La Crujía Ediciones, 2013. p. 39 -76.

NATANSOHN, Graciela. Por uma agenda feminista para internet e as comunicações digitais. In: PELÚCIO, Larissa; PAIT, Heloísa; SABATINE, Thiago (Orgs.). **No Emaranhado da Rede**: gênero, sexualidade e mídia, desafios teóricos e metodológicos do presente. 1. ed. São Paulo: Annablume, 2015. p. 33-44.

GLOBO, O. Campanha #MeToo expõe questão global do assédio contra mulheres. **O Globo**, 17 out. 2017.

ORNAT, M. Sobre Espaço e Gênero, Sexualidade e Geografia Feminista. **Terr@ Plural**, v. 2, p. 309-322, 2008.

PERROT, Michelle. Os silêncios do corpo da mulher. In: MATOS, M. I.; SOIHET, R. (Orgs.). **O corpo feminino em debate**. São Paulo: Unesp, 2003.

PROULX, Serge. Penser les usages des technologies de l'information aujourd'hui: enjeux, modèles, tendances. In: Lise VIEIRA; Nathalie PINÈDE (Eds.). **Enjeux et usages des TIC**: aspects sociaux et culturels. 1. ed. Bordeaux: Presses universitaires de Bordeaux, 2005. p. 7-20. Disponível em: <<http://multisite-wordpress.labunix.uqam.ca/sergeproulx/wp-content/uploads/sites/114/2010/12/2005-proulx-penser-les-usa-43.pdf>>. Acesso em: 27 maio 2018.

RECUERO, Raquel. **Redes Sociais na internet**. Porto Alegre: Sulina, 2009.

SIBILIA, P. **O show do eu**. 2. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2016.

SOLNIT, R. **A mãe de todas as perguntas**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

THOMPSON, J. B. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

THRIFT, S. C. #YesAllWomen as Feminist Meme Event. **Feminist Media Studies**, v. 14, n. 6, p. 1090–1092, nov. 2014.

VALLS, R. *et al.* Breaking the Silence at Spanish Universities: Findings From the First Study of Violence Against Women on Campuses in Spain. **Violence Against Women**, v. 22, n. 13, p. 1519–1539, 2016.

VELASCO, Mercedes Jabardo. Introducción. Construyendo puentes: en diálogo desde/con el feminismo negro. In: ____ (Ed.). **Feminismos negros: una antología**. Madrid: Traficantes de sueños-mapas, 2012. p. 27-56.

ZACHAREK, Stephanie; DOCKTERMAN, Eliane; EDWARDS, Haley Sweetland. Person of the Year 2017: The Silence Breakers. **Time**, 18 dez. 2017. Disponível em: <<http://time.com/time-person-of-the-year-2017-silence-breakers/>>.

ZINANI, C. J. A. Crítica feminista: uma contribuição para a história da literatura. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DA LITERATURA, 9., 2011, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: Edipucrs, 2012. p. 407-415.

Modos de vida de jovens em contextos rurais: o que temos a dizer sobre isso?

Verônica Morais Ximenes
Alexsandra Maria Sousa Silva
Marcia Kelma de Alencar Abreu
Cândida Maria Bezerra Dantas

Introdução

Pensar sobre o contexto social vivido pela juventude rural no Brasil implica reconhecer a pluralidade da condição juvenil, bem como a diversidade epistemológica que pode servir como lente de análise dessa problemática. A depender dessa escolha, criamos modos de operar sobre e com essa realidade. Ao considerar a diversidade da condição juvenil, vemos que hoje essa juventude reinventa modos de participar, manifestando outras identidades, novos sonhos e sentidos de futuro que são protagonizados pelos próprios jovens rurais, seja pela sua condição social, racial e/ou de gênero. Hoje, as juventudes, dentre as quais temos a especificidade dos que vivem no contexto rural, vivenciam modos de vida que muitas vezes diferem das expectativas criadas sobre eles.

Portanto, atuar com juventudes implica em reconhecer essas diversidades de ser, assumir novas atitudes epistemológicas frente à produção do conhecimento e intervir no mundo considerando dimensões materiais, sociais, culturais e subjetivas. Sabemos que essa multiplicidade de ser jovem envolve realidades e necessidades específicas fazendo acender novos modos de socialização e de condições juvenis no cenário contemporâneo.

No Brasil, a juventude é um campo semântico em disputa, pois embora se tenham estudos significativos sobre juventude, eles não abarcam ainda a complexidade dessa categoria (KUMMER; COLOGNESE, 2013). A história aponta diferentes modos de considerar esses sujeitos. Nas décadas de 1980 e 1990 predominava uma visão em que o jovem era visto como uma ameaça à estabilidade social do país, por conta disso as intervenções direcionadas a esses sujeitos tinham como foco o controle e a punição, contribuindo para a construção de estigmas (SILVA, 2014). Nos anos 2000, ganha força o discurso do jovem como sujeito de direitos, o que redireciona as intervenções e abre espaço para que, em 2006, seja constituída legalmente a Política Nacional da Juventude (PNJ), ao evitar “[...] qualquer entendimento de que a juventude é uma faixa etária problemática, essencialmente por ser a mais comum vítima dos problemas socioeconômicos do país” (SCHERER, 2014).

A partir de então, há um reconhecimento mais positivo das juventudes, como modo de enfatizar as diversidades que a caracterizam e conceber que o ser jovem implica condições sociais, históricas e etárias específicas. O objetivo desse capítulo é compartilhar algumas reflexões relacionadas com os modos de vida de jovens em contextos rurais. A relevância dessas reflexões está presente na pouca visibilidade ou invisibilidade da vida dos jovens que moram nas zonas rurais, já que há uma concentração de produções científicas, políticas públicas e projetos sociais que trabalham com jovens nos contextos urbanos. Na complexidade da temática juventude será feito um recorte ao falar de jovens que são esquecidos e excluídos de vários direitos sociais e de possibilidades de vislumbrar um projeto de vida que supere esses processos de opressão. A base para essas reflexões está presente nas discussões sobre ruralidades permeadas pela Psicologia Comunitária e juventudes.

Contextos rurais, suas diversidades e contribuições da psicologia comunitária

Pensar os contextos rurais na atualidade é confrontar-se com uma diversidade de cenários e modos de vida que marcam o cotidiano das comunidades e se expressam nas distintas representações e discursos construídos acerca do rural. Por um lado, tem-se a compreensão de que o modo de vida rural perdeu a sua centralidade ao longo do processo de industrialização e desenvolvimento das sociedades capitalistas, tornando-se o lugar de atraso e estagnação, prestes a ser invadido pelos valores, cultura e projetos do urbano. Neste caminho, destacam-se as ideias de Lefebvre (2001), para quem, com a chegada da indústria, a cidade explode e passa a se estender como *tecido urbano* por grande parte do território, demarcando tanto o processo de despovoamento e “descamponização” das aldeias quanto a ampliação das periferias das cidades. Neste processo, a juventude rural seria a principal responsável pela rápida assimilação dos objetos e valores urbanos no seu modo de vida.

Em contraposição, tem-se a concepção do rural como lugar idealizado, espaço idílico, bucólico, sem conflitos, em que prevalece a harmonia comunitária (GOMES; NOGUEIRA; TONELI, 2016; LANDINI, 2015). Reside um ideal de rural homogêneo e puro, que obscurece os processos de transformação produzidos nos diferentes momentos históricos e contextos específicos, restringindo significativamente as possibilidades analíticas para compreender as relações estabelecidas entre os diferentes atores sociais, com destaque para a juventude e suas relações com e no território.

Apesar das diferenças, as duas perspectivas vislumbram o rural a partir de um olhar eminentemente urbano, anulando a sua diversidade, seja por meio da sua desvalorização frente ao processo de urbanização

das sociedades, seja por uma leitura de um espaço hermeticamente fechado, impermeável às mudanças ocorridas ao longo da história.

Carneiro (1998), ao discutir essas diferentes concepções de rural em relação ao urbano, indica que não se trata de uma modernização homogênea, e muito menos a dominação do rural pela cena urbana, mas, ao contrário, refere-se a diferentes processos que instituem diversos modos de vida da população do campo. Assim, com a incorporação de novos componentes econômicos, culturais e sociais, como a pluriatividade, ou seja, a adoção de outros modos de produção que se sobrepõem à agricultura ou a ela se complementam, como também a procura do campo como espaço alternativo de lazer e moradia, “a ruralidade é um processo dinâmico em constante reestruturação dos elementos da cultura local mediante a incorporação de novos valores, hábitos e técnicas (CARNEIRO, 1998, p. 50).

Além disso, Bernardelli (2010), ao analisar a questão no Brasil, defende a impossibilidade de traçar um perfil geral que caracterize o urbano de um lado ou o rural de outro. É incoerente, por exemplo, assemelhar uma região rural do estado de São Paulo, em que predomina a agroindústria, e uma região rural no interior do Nordeste brasileiro. Para Sauer (2016), trata-se da diversidade constitutiva da população do campo brasileiro que é resultado das distintas formas de ocupação, uso da terra e regimes de trabalho, produzidas, por exemplo, por processos como a colonização do sul ou pelas comunidades tradicionais da região Nordeste.

Diante desse cenário de diversidade, marcado por diferentes formas de relação estabelecidas entre os atores sociais com a terra, com o trabalho e o com meio urbano, alguns autores propõem o uso do termo ruralidades, que engloba a produção de novas identidades e de outras formas de significação do rural (CELEGARE; CARNEIRO; 1998; LEITE, 2015). Aproxima-se, então, de uma compreensão do rural como construção social, lugar produtor de modos de vidas e de processos

subjetivos singulares (GOMES; NOGUEIRA; TONELI, 2016; LANDINI, 2015).

O reconhecimento da heterogeneidade de modos de vida que marcam as ruralidades não nega, todavia, alguns elementos estruturantes dos contextos rurais brasileiros. Dentre eles, destacam-se as condições de vulnerabilidade a que são expostas as populações do campo, expressas nos altos índices de pobreza e desigualdade, na infraestrutura precária de muitas comunidades rurais, na baixa escolaridade dos moradores, na instabilidade climática que atinge a produção na agricultura familiar, e na dificuldade de acesso às políticas e serviços públicos (COSTA; COSTA, 2016; LEITE *et al.*, 2016).

Para análise dos impactos desses problemas, é importante perceber as contribuições do olhar psicossocial sobre os contextos rurais construídos a partir de vivências em extensão e pesquisa em comunidades rurais que partem do arcabouço desenvolvido pela Psicologia Comunitária (GÓIS, 2005), que é uma área da Psicologia Social da Libertação e foca suas ações nos modos de vidas das pessoas em comunidades urbanas e rurais em situação de pobreza e de vulnerabilidade. Então, a compreensão das relações entre os aspectos subjetivos (modo de vida - pessoas) e objetivos (contextos de moradia) propicia uma ampliação de aspectos desconsiderados quando se fala de juventudes e de contextos rurais.

Os processos de apropriação do lugar, de sentimento de comunidade, de sentimento de pertença, de identidade, de sentimento de estigma e de vergonha por fazer parte do lugar são elementos que favorecem um aprofundamento das implicações psicossociais que essa realidade objetiva repercute na vida de jovens moradores e moradoras. Nepomuceno et al (2017) confirmam que o sentimento de comunidade é maior em comunidades rurais que em comunidades urbanas, no entanto, a presença de estigmas e de vergonha por pertencer a esses lugares surge dos preconceitos consolidados de que os contextos urbanos dão mais prestígio e poder. Albuquerque (2001) acrescenta que a falta de

investimentos governamentais e de políticas públicas específicas nas áreas rurais também são aspectos que levam a uma visão depreciativa do rural.

O processo de inserção comunitária no contexto rural proposto pela Psicologia Comunitária está estruturado por etapas que se complementam e vão desde a inserção até o desligamento progressivo dos agentes externos, já que o objetivo é a autonomia e facilitação de ações coletivas por parte dos agentes internos (moradores e moradoras). Acreditamos que somente a partir das vivências nos contextos de moradias (comunidades) conjuntas de agentes internos e externos é possível a construção de relações horizontais, dialógicas e emancipadoras. Segundo Ximenes e Moura Jr. (2013, p. 472) “a Psicologia Comunitária, então, pode apontar possíveis caminhos para o enfrentamento da marginalização social, política e simbólica que as comunidades rurais estão inseridas, utilizando estratégias presentes nessas próprias comunidades rurais”.

Portanto, as especificidades dos contextos rurais, quando se fala em juventudes, exigem determinados aspectos inerentes a esse grupo constituído de diversidades, de problemas e de potencialidades. Somente adentrando no mundo que envolve os cenários das juventudes rurais é que é possível dar visibilidade aos seus modos de vida.

Juventudes no Brasil

Para Furlani e Bomfim (2013), a juventude, em uma perspectiva histórico-cultural, é tecida a partir de significados e interpretações construídas nas relações sociais. Nesse sentido, Groppo (2017) assevera para a relevância em conceber a juventude como categoria com identidade social específica e, ao considerar os aspectos social e político, adota um olhar dialético sobre as juventudes, a partir da compreensão de como as juventudes se movimentam entre a institucionalização promovida pelas políticas públicas e a autonomia.

No aspecto da categoria etária, é considerado jovem no Brasil, segundo o Plano Nacional da Juventude, o cidadão ou cidadã com idade compreendida entre os 15 e os 29 anos (PNJ, 2006). Foi a partir desse marco social e político, que o jovem passou a ser visto como sujeito de direitos coletivos. Os desafios ao atendimento desses direitos a partir das conclusões do diagnóstico elaborado pelo Grupo Interministerial para a Política Nacional de Juventude (PNJ) são destacados por Silva e Silva (2011): ampliar acesso e permanência escolar; erradicar o analfabetismo; gerar trabalho e renda, com foco na formação para o trabalho; promover qualidade de vida através das ações de saúde; ampliar as oportunidades de acesso ao esporte, ao lazer, à cultura e à tecnologia da informação; promover direitos humanos, incluindo as políticas afirmativas; incentivar a cidadania e a participação social; promover qualidade de vida nas comunidades rurais e tradicionais. A partir desse diagnóstico, a PNJ (2006, p. 11-12) foi elaborada e desenvolvida em três Câmaras Temáticas (CT):

CT1 - Desenvolvimento Integral (afirma a necessária interseção entre Educação, Trabalho, Cultura e Tecnologia de Informação, nos moldes do século XXI); CT2 - Qualidade de Vida (contempla a necessidade de ampliar acessos imediatos e cotidianos dos e das jovens aos equipamentos adequados de saúde, esporte, lazer e sustentabilidade socioambiental); CT3 - Vida Segura (aposta na articulação entre a universalidade dos direitos humanos e a valorização da diversidade para fazer frente às violências físicas e simbólicas).

Essas dimensões, complementares e inter-relacionadas, estabelecem, além dos desafios da consolidação dos direitos juvenis, a necessidade de se considerar as juventudes em suas diversas dimensões e possibilidades na formulação de políticas públicas que compreendam suas necessidades e promovam a efetivação desses direitos. Silva e Silva (2011) fazem uma avaliação dessa Política através da análise dos programas e concluem que a Educação é a área com maior número de ações, cujas metas estão voltadas para o aumento da escolaridade entre os jovens, tais como o PROEJA (Programa de Educação de Jovens

e Adultos), o PROUNI (Programa Universidade para Todos), o Projovem Campo, o Projovem Urbano e o Pronaf Jovem. Destacamos a importância da perspectiva educacional como potencialmente promotora de ascensão social para a juventude, o que tem sido alvo das políticas de acesso ao ensino superior pelos grupos marginalizados. Por outro lado, os autores consideram baixa a oferta de Programas voltados às áreas da cultura, meio ambiente e esportes. Nunes *et al* (2015), ao analisarem os planos plurianuais de políticas públicas do governo federal, asseveram que, apesar da temática juventude ter sido citada em todos os planos, efetivamente poucos recursos tem sido destinados aos jovens.

Para Cidade, Silva e Ximenes (2016), a luta pela garantia desses direitos está relacionada às acentuadas desigualdades sociais enfrentadas pela sociedade brasileira, o que gera uma pobreza significativa da juventude no Brasil. Segundo dados do IPEA (2008), 31,3 % dos jovens vivem em condição de pobreza, com renda familiar per capita de até meio salário mínimo. Em disparidade, 8,6% da população jovem vive em famílias com renda per capita superior a dois salários mínimos.

Viver em contexto de pobreza insere os jovens em situações de estigmatização pela sua condição, o que os obriga a conviver com várias formas de preconceitos e discriminações, deflagrando sofrimentos psicossociais a partir da desvalorização da cultura e dos códigos da pobreza em uma sociedade desigual e opressora (CARRETEIRO, 1998). Essa condição, porém, também outorga aos jovens construir mecanismos objetivos e subjetivos de enfrentamento da opressão que vivenciam formas resilientes de superação das adversidades advindas das vivências em contexto de pobreza. (CIDADE, 2012).

Diante dessas formas de enfrentamento, Silva (2014) adota a perspectiva do protagonismo juvenil para além do papel determinado ideologicamente pelas instituições do poder público, que se traveste de participação, a ser ocupado pelo jovem, configurando-o como a criação

de novas formas de participação social e política a partir de práticas que subvertem os espaços pré-determinados pela sociedade e pelas políticas públicas. Nesse sentido, a proposta do Plano Nacional de Juventude, construída após um grande debate nacional, tem como foco o jovem como ator social, tratando no item 2.3.2 do Protagonismo como: “[...] lutador principal, personagem principal [...] o jovem tem de ser o ator principal em todas as etapas das propostas a serem construídas ao seu favor.” (PL nº 4530/2004). Entretanto, Silva e Silva (2011) constatam que somente três programas da PNJ incluem a participação juvenil em seus objetivos: Projovem Adolescentes, Projovem Urbano e Programa Juventude e Meio Ambiente.

Por outro lado, Groppo (2017) assevera a importância da reflexão crítica sobre o termo protagonismo juvenil e os perigos de sua má utilização e interpretação ao aproximá-lo do desenvolvimento de habilidades e atitudes a partir da relação apaziguadora entre juventude e ação social, em uma dimensão individualista, de conformidade ao capitalismo neoliberal e apolítica. O autor problematiza ainda a função desse termo na transição entre a juventude-problema para a juventude de sujeitos sociais no palco de uma sociedade de classes, constituída e sustentada por severas desigualdades sociais, a fim de não incorrer no risco de se colocar a juventude como solução da exclusão social da qual ela própria é vítima. No entanto, o protagonismo é um importante mecanismo a ser trabalhado pelas políticas públicas voltadas à juventude, desde que se configure em uma perspectiva de autonomia, catalisando espaços para que os jovens sejam ouvidos em suas necessidades reais, não presumidas pelo poder público, e que possam ter oportunidades de ser, atuar e se construir através do enfrentamento das condições opressoras da pobreza.

Além dos desafios que a maior parte dos jovens brasileiros enfrenta pela sua condição de pobreza, situamos a juventude rural, cujos agravantes das faltas de oportunidades educacionais e ocupacionais são ainda mais impactantes. Para Oliveira Jr. e Prado (2013), a juventude rural tem sido

concebida a partir das seguintes dimensões de análise: uma geográfica e outra de ocupação profissional. A geográfica se relaciona com o território de pertencimento, como jovens sertanejos, jovens ribeirinhos, jovens do sítio etc. A profissional se constitui a partir da socialização em algumas ocupações, como jovens agricultores, jovens empresários rurais, jovens empreendedores rurais, entre outras. No entanto, para esses autores há invisibilidade quanto à participação da juventude rural em outras áreas. Essa invisibilidade perpassa três aspectos cuja elucidação é relevante, pois, segundo Barcelos (2015), a juventude rural precisa ser compreendida em sua diversidade, que transcenda a definição de uma identidade associada mecanicamente à execução de funções sociais.

O primeiro dos aspectos apontados por Oliveira Jr. e Prado (2013) é a visão estereotipada a partir da comparação com a perspectiva urbana da juventude, na qual há um adiamento de papéis e responsabilidades, o que não ocorre na juventude rural devido ao fato de que os jovens casam e trabalham mais cedo. Ao perderem esse marcador de adiamento, não são mais vistos como jovens. Essa questão gera uma consequência importante, que é a falta de políticas públicas específicas para a juventude rural. O segundo aspecto é a falta de representação política desses jovens nas comunidades rurais. Já o terceiro relaciona-se com o foco no trabalho agrícola, o que não dá evidência às outras dinâmicas complexas de participação da juventude rural.

Para Barcelos (2015), apesar da inserção da juventude rural na agenda de algumas políticas públicas, há o impedimento do paradigma produtivista, agroexportador e de manutenção do latifúndio, que prejudica o desenvolvimento dessas políticas e do atendimento às demandas desse segmento. Mesmo assim, nesse processo de reivindicação e formulação de políticas públicas, a identidade da juventude rural é forjada e fortalecida.

Nesse sentido, para compreendermos a complexidade da juventude rural precisamos analisar as diferentes possibilidades de socialização no

espaço de reprodução social em que são construídas, transcendendo estereótipos e evidenciando as suas múltiplas potencialidades, na dinâmica de aproximação e distanciamento, reprodução e produção de sociabilidades. Dessa forma, os modos de vida dos jovens e suas ruralidades diversas precisam ser evidenciados.

Modos de vidas dos jovens e suas ruralidades

Há um reconhecimento de que a categoria juventude rural é um conceito em disputa, pois não há um discurso unívoco que venha a definir esse segmento social como algo pré-determinado e delimitado, “haja vista que não há uma única juventude rural, nem um único modelo de jovem rural” (KUMMER; COLOGNESE, 2013, p. 202). Castro (2009) aponta que a produção teórica que aborda juventude rural é bem menor se comparada aos estudos de jovens no contexto urbano. O fato é que estudos sobre juventude rural foram ganhando força a partir da década de 1990, envolvendo principalmente temáticas relacionadas ao êxodo rural e às questões de herança, sucessão e reprodução da agricultura familiar (LOPES; CARVALHO, 2017). Em concordância, além dessas temáticas, Kummer e Colognese (2013) acreditam que os estudos sobre juventude rural vêm se dedicando à permanência dos jovens no contexto rural, com discussões sobre migração e êxodo. Junto da categoria juventude tem-se a categoria ruralidades, fundante para a discussão aqui proposta e que também abrange dificuldades teóricas para delimitar sua definição (OLIVEIRA JÚNIOR; PRADO, 2013; ALVES; DAYRELL, 2015).

Dados do PNAD (IBGE, 2006) apontam que a população situada na faixa etária de 15 a 29 anos é de 49 milhões de pessoas, que corresponde a 27% da população total. Deste contingente, 4,5% são de origem rural, quantitativamente isso corresponde a um número de 8 milhões de jovens, um contingente relevante que precisa ser considerado, do ponto de vista

social. Dados do IBGE (2012) indicam que, no Brasil, 16,3% de jovens moravam na zona rural; no Nordeste, esse percentual acusava 27,4%, e, no Ceará, 21,7% dos jovens que viviam em comunidades rurais.

Definir o rural implica abranger a dimensão territorial, densidade demográfica e modos de socialização específicos, principalmente no que tange à condição juvenil. Assim sendo, parte-se da concepção de que

Os municípios rurais são aqueles: que se caracterizam por baixa densidade demográfica; que não estejam localizados próximos a um grande centro urbano; cujas atividades econômicas sejam majoritariamente rurais; e nos quais a intervenção humana e o processo de urbanização causem pouco impacto sobre o meio ambiente (ALVES; DAYRELL, 2015, p. 1459).

Assim, as condições de vida, atravessadas por essas ruralidades, implicam em modos específicos da juventude se relacionar consigo, com o outro e com seus projetos de futuro. Castro (2009) ressalta que existem diversas formas de constituição da identidade da juventude rural que são influenciadas pelo modo de vida no rural.

Cavalcante e Silva (2016) apontam que esse modo de vida tende a se caracterizar por uma maior aproximação com agricultura e atividades ligadas à terra, uma maior vinculação afetiva com a família e a comunidade, sendo essas fontes de apoio centrais para a satisfação de necessidades objetivas e subjetivas. Barcellos (2015) aponta que muitos jovens buscam a agricultura familiar como meio de obter autonomia social e econômica. Assim, a intensificação do processo de migração provoca o problema do envelhecimento no campo, evidenciando que “há, portanto, uma forte associação entre crise da agricultura familiar, juventude rural e migração” (OLIVEIRA JÚNIOR; PRADO, 2013, p. 58). Destaca-se, com Kummer e Colognese (2013), que o processo de saída dos jovens do meio rural ainda é mais recorrente quando envolve questões em torno da reprodução da agricultura familiar. Destarte, é incontestável que a temática da migração torna-se central nos estudos sobre modo de vida da

juventude rural (SILVA, 2014), bem como sobre o desenvolvimento rural e o futuro da agricultura familiar.

As condições de vida no campo revelam aspectos que fomentam o fenômeno da migração juvenil. Essas condições são caracterizadas pelas desigualdades sociais e econômicas que determinam o modo de vida dos jovens nas zonas rurais, pois a realidade rural padece de melhores condições de existência, tais como melhores condições de saneamento básico, maiores oportunidades de trabalho e renda e investimentos na área de cultura, esporte e lazer, demarcando uma grande diferença de condições dos jovens rurais (LIMA et al., 2013). Conjuntamente, têm-se as problemáticas relacionadas a uma educação de qualidade, formação superior e qualificação profissional que, segundo Marinho (2014), acabam reforçando uma cultura migratória.

Assim, ao se discutir o modo de vida das juventudes e suas ruralidades, é necessário remeter-se ao dilema da migração, um tema relevante na história do nosso país desde as décadas de 1930 e 1940, com a intensificação da industrialização, e nas décadas de 1960 e 1980, em que o êxodo rural brasileiro chegou a contabilizar 27 milhões de pessoas (OLIVEIRA JÚNIOR; PRADO, 2013). Atente-se ao fato de que o perfil desses sujeitos migrantes, historicamente, vem cada vez mais juvenescendo, ou seja, se na década de 1950 o perfil do migrante era de pessoas entre 30 e 40 anos, a partir dos anos 2000 esse perfil passou a ser de jovens entre 20 a 24 anos (WEISHEIMER, 2005), principalmente mulheres. Isso vem ocasionando um processo de envelhecimento e masculinização do campo (MARINHO, 2014), o inchaço das grandes cidades e o aumento das condições de vulnerabilidade social desses jovens rurais que migram e acabam se submetendo a situações precárias de trabalho nas (SALES, 2003).

As condições de desigualdades sociais vividas pelos jovens rurais no Brasil exigem atenção teórica e analítica dos estudiosos, assim

como esforços do poder público e governamental frente às demandas específicas desse segmento social que deveriam estar voltadas para além do fortalecimento da atividade agrícola, envolvendo aspectos relacionados à educação, trabalho, renda, dentre outros. Diante disso, é preciso ressaltar que,

Além das pautas históricas relativas ao trabalho, educação e à questão socioambiental, percebem-se, ao longo desse processo, também reivindicações por parte das organizações e movimentos sociais em juventude rural relativas à participação política, o direito à cultura, ao esporte e ao lazer [...] (BARCELLOS, 2015, p. 4).

Com o impacto do capitalismo, a realidade rural vem sofrendo grandes transformações, dentre elas a intensificação da migração, que tem provocado as modificações também no interior da organização das famílias rurais que, por sua vez, vêm se deparando com o problema da sucessão da propriedade agrícola (ZAGO, 2016).

Sobre o modo de vida da juventude rural, sabe-se ainda que “a diversidade das condições de vida e trabalho dos(as) jovens que vivem no meio rural brasileiro se configura em diferentes inserções produtivas, de acesso a serviços públicos e padrões de sociabilidade” (BARCELLOS, 2015, p. 3), o que pressiona esses jovens a verem a migração como a saída mais próxima de enfrentamento às vulnerabilidades sociais vivenciadas no campo.

As desigualdades educacionais que afetam a juventude rural também têm sido um fator que vem contribuindo com a busca por melhores condições de vida nas zonas urbanas, seja de forma mais definitiva, seja de forma mais temporária, constituindo corredores migratórios (CAVALCANTE; SILVA, 2016). Isso coloca o jovem rural frente a inúmeros desafios e choques culturais, que exigem a construção de novas significações sobre a vida na cidade grande.

Conclusões

O que buscamos, em meio a essas questões de fundo, é apontar para processos de construção da identidade do jovem rural que considerem a diversidade e a metamorfose dessa identidade que se recria a cada experiência e que possam ressignificá-lo como sujeito social, ativo em seu processo de desenvolvimento humano, comunitário e social. É favorecer mediações sociais no sentido da construção de conhecimentos acadêmicos, profissionais e populares na direção de processos de libertação e ruptura com a opressão e discriminação. Nesse sentido, buscamos contribuir com a recriação de um fazer crítico que possa direcionar nossas intervenções nas políticas públicas, na academia e na sociedade, com foco para a promoção mais efetiva dos direitos, da justiça e da cidadania para cada um dos jovens no nosso país.

Assim, diante de um contexto heterogêneo e de precariedade, cabe questionar quais as possíveis contribuições da Psicologia Comunitária a essa realidade. Alguns esforços no campo da produção de conhecimento e de referências profissionais foram produzidos nos últimos anos, porém é necessário avançar na produção de ferramentas teóricas e metodológicas que contribuam para compreensão a respeito das ruralidades, seus modos de vida e processos singulares de subjetivação, bem como aos processos psicossociais e identitários da população do campo, com destaque para a juventude rural.

Referências Bibliográficas

- ALBUQUERQUE, F. J. B. Aproximación metodológica desde la psicología social a la investigación en las zonas rurales. **Estudios Agrociales y Pesqueros**, v. 191, n. 1, p. 225-233, 2001.
- ALVES, M. Z.; DAYRELL, J. T. Transnacionalismo, juventude rural e a busca de reconhecimento. **Educação e Pesquisa**, v. 41, p. 1455-1471, dez. 2015.

BARCELLOS, S. B. A formulação das políticas públicas para a juventude rural no Brasil e os elementos constitutivos desse processo social. **Mundo Agrário**, v. 16, n. 32, 2015.

_____. A formulação das políticas públicas para a juventude rural no Brasil e os elementos constitutivos desse processo social. **Mundo Agrário**, v. 16, n. 32, p. 1045-1065, ago. 2015.

BERNARDELLI, M. Contribuição ao debate sobre o urbano e o rural. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; WHITACKER, Arthur Magon. **Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural**. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 33-52.

CALEGARE, M. Rural-urbano, estudos rurais e ruralidades: saberes necessários à psicologia social. In: LIMA, A; ANTUNES, D; CALEGARE, M. **A Psicologia Social e os desafios ético-políticos no Brasil**. Porto Alegre: ABRAPSO, 2015. p. 437-457.

CARNEIRO, M. Ruralidade: novas identidades em construção. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 11, p. 53-75, out. 1998.

CARRETEIRO, Teresa Cristina. Sofrimentos sociais em debate. **Psicologia USP**, v. 14, n. 3, p. 57-72, 2013.

CASTRO, E. G. Juventude rural no Brasil: processos de exclusão e a construção de um ator político. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**, v. 7, n. 1, p. 179-208, jan./jun., 2009.

CAVALCANTE, M. A. M.; SILVA, V. Juventudes rurais de São-Mateus-Castelo do Piauí (PI): escassez, projetos de autonomia e vivências do trabalho nos trânsitos migratórios. In: LUZ, L. C. X.; ADAD, S. J. H. C.; SILVA, V. (Orgs.). **Juventudes rurais e urbanas: territórios, culturas, sociabilidades e identidades**. Teresina: EDUFBI, 2016.

CIDADE, Elívia C. **Juventude em condições de pobreza, modos de vida e fatalismo**. 2012. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012.

CIDADE, E. C.; SILVA, A. M. S.; XIMENES, V. M. Pobreza e Juventude:

implicações psicossociais, modos de vida e enfrentamento às adversidades cotidianas. In: XIMENES, V. *et al.* (Orgs.). **Implicações psicossociais da pobreza: diversidades e resistências**. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2016. p. 311-336.

COSTA, R.; COSTA, G. Pobres no campo, ricos na cidade? Uma análise multidimensional da pobreza. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 54, n. 3, jul./set., 2013.

FURLANI, D. D.; BONFIM, Z. A. C. Jovens de ambiente rural e urbano e sua relação com projetos de vida. In: LEITE, Jader; DIMENSTEIN, Magda. (Orgs.). **Psicologia e contextos rurais**. Natal: Editora da UFRN, 2013. p. 117-139.

GÓIS, C. W. L. **Psicologia comunitária: atividade e consciência**. Fortaleza: Publicações Instituto Paulo Freire de Estudos Psicossociais, 2005.

GOMES, M.; NOGUEIRA, C. ; TONELI, M. J. Mulheres em contextos rurais: uma mapeamento sobre gênero e ruralidades. **Psicologia e Sociedade**, v. 28, n. 1, p. 115-124, 2016.

GROPPO, L. A. Juventudes e políticas públicas: comentários sobre as concepções sociológicas de juventudes. **Deslides: Revista Eletrônica de Divulgação Científica da Infância e Juventude**, v. 14, n. 5, p. 9-17, mar. 2017.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio**. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

_____. Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

KUMMER, R.; COLOGNESE, S. A. Juventude rural no Brasil: entre ficar e partir. **Tempo da Ciência**, v. 20, n. 9, 2013.

LANDINI, F. La noción de psicología rural y sus desafíos em el contexto latino-americano. In: LANDINI, Fernando. **Hacia una psicología rural latinoamericana**. Buenos Aires: CLASCO, 2015. p. 21-32.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LEITE, J. Movimentos sociais e ruralidades no Brasil. In: LANDINI, F. **Hacia una psicología rural latinoamericana**. Buenos Aires: CLASCO, 2015. p. 97-102.

LEITE, J. *et al.* Pobreza, participação política e autonomia de mulheres no meio rural brasileiro. In: XIMENES, V. *et al.* **Implicações psicossociais da pobreza**. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2016. p. 45-65.

LIMA, S. M. V. **Juventude Rural e as Políticas e Programas de Acesso à Terra no Brasil**: Recomendações para Políticas de Desenvolvimento para o Jovem Rural. Brasília: MDA, 2013.

MARINHO, D. L. Estratégias de transformação social no campo: a formação de jovens da escola família agrícola de Marabá-PA. In: MENEZES, M. A.; STROPASOLAS, V. L.; BARCELLOS, S. B. (Orgs.). **Juventude Rural e Políticas Públicas no Brasil**. Coleção Juventude. Brasília: Presidência da República, 2014.

NEPOMUCENO, B. B. *et al.* Bem Estar Pessoal e Sentimento de Comunidade: um estudo psicossocial da pobreza. **Psicologia em pesquisa**, v. 11, n. 1, p. 74-83, 2017.

NUNES, André *et al.* Políticas públicas para a juventude nos planos plurianuais de 2004-2007, 2008-2011 e 2012-2015. **Revista de Políticas Públicas**, v. 21, n. 2, p. 1045-1065, 2017.

OLIVEIRA JR., O.; PRADO, M. A. M. A categoria juventude em contextos rurais: o dilema da migração. In: LEITE, Jader.; DIMENSTEIN, Magda. (Orgs.). **Psicologia e contextos rurais**. Natal: Editora da UFRN, 2013. p. 57-87.

SALES, C. **Criações coletivas da juventude no campo político**: um olhar sobre os assentamentos rurais do MST. 2003. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2003.

SAUER, S. Luta pela terra e reforma agrária: a construção de espaços de cidadania no Brasil. In: DIMENSTEIN, Magda *et al.* **Condições de vida e saúde mental em contextos rurais**. São Paulo: Intermeios, 2016. p. 45-69.

SCHERER, Giovane Antonio. **Serviço social e arte** [livro eletrônico]: juventudes e direitos em cena. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

SILVA, A. M. S. **Análise das implicações psicossociais do protagonismo para os jovens em situação de pobreza**. 2014. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014.

SILVA, S. R.; SILVA, V. R. Política Nacional de Juventude: trajetória e desafios. **Caderno CRH**, Salvador, v. 24, n. 63, p. 663-678, 2011.

SILVA, T. L. Juventude rural organizada no enfrentamento ao êxodo: o caso da associação dos colonos ecologistas da região de Torres - ACERT, RS/BRASIL. In: MENEZES, M. A.; STROPASOLAS, V. L.; BARCELLOS, S. B. (Orgs.). **Juventude Rural e Políticas Públicas no Brasil**. Coleção Juventude. Brasília: Presidência da República, 2014.

XIMENES, V.; MOURA JR., J. Psicologia Comunitária e comunidades rurais do Ceará: caminhos, práticas e vivências em extensão universitária. In: LEITE, J.; DIMENSTEIN, M. **Psicologia e contextos rurais**. Natal: EDUFERN, 2013. p. 453-476.

WEISHEIMER, N. Jovens agricultores: gênero, trabalho e projetos profissionais. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 21., 2005, Caxambu. **Anais...** Caxambu: Anpocs, 2005.

ZAGO, N. Migração rural-urbana, juventude e ensino superior. **Revista Brasileira de Educação**, v. 21, n. 64, jan./mar., 2016.

Juventude e Movimentos Sociais

Ana Júlia Pires Ribeiro

Há sempre um mistério acerca da potencialidade da juventude. Assim, perde-se muito tempo tentando desvendar o espírito dessa galera sem ao menos perguntar-lhe diretamente o que é ser jovem. Não pretendo dar respostas, muito menos a melhor definição de juventude, mas tentarei mostrar apenas um pequeno esboço de quem ocupou escolas de ensino médio e universidades em meados de 2016 e que agora se molda cotidianamente para amadurecer-se politicamente para encarar as próximas lutas populares.

Inicialmente é preciso entender que a nossa natureza não nos permite ficarmos inertes. Na condição de estudantes e, muitas vezes, também trabalhadores, nós, secundaristas e universitários, estamos profundamente frustrados com nossas escolas e mais ainda com a cruel desigualdade presente entre nós. Não suportamos mais sermos silenciados e descartados dos processos de decisão. Entendemos que, para a construção de um país desenvolvido, soberano e com justiça social, precisamos estar presentes como protagonistas e sujeitos de opinião. Não nos basta somente ter direito à voz, precisamos também ser construtores de decisões.

No Brasil temos um sistema de democracia representativa, ou seja, não temos participação direta, mas elegemos quem irá nos representar nas esferas legislativas e no poder executivo. Dentro desse modelo de

democracia representativa existem três formas de participação direta da sociedade civil: o plebiscito, o referendo e o projeto de iniciativa de lei popular.

O plebiscito ocorre quando a população é convocada a se posicionar sobre um determinado assunto em debate. O último plebiscito no Brasil foi no ano de 1993 para decidir a forma do Estado e o sistema político brasileiro. O referendo se dá quando a população é convocada a aprovar ou não uma lei que já está pronta. O último caso ocorreu no ano de 2005 em relação ao estatuto do desarmamento. Por sua vez, a iniciativa de lei popular se consolida quando a sociedade civil apresenta um projeto de lei ao Congresso Nacional. A última experiência desse modo de participação se deu com a aprovação da Lei da Ficha Limpa no ano de 2010.

Por mais que tenhamos essas três formas de participação direta, e que ainda assim dependam do Congresso Nacional, é fácil perceber que nenhuma delas é utilizada com muita frequência, o que nos afasta dos processos de decisão e de construção do país. Por conta disso é que nós não nos sentimos contemplados com essas opções e preferimos recorrer aos movimentos sociais populares que, além de produzirem mais efeitos práticos como instrumento de sensibilização e pressão, promovem uma verdadeira participação das juventudes.

Neste sentido, vivenciamos na contemporaneidade uma crise de representatividade seguida de uma falência das formas convencionais de se fazer política, o que nos deixa num labirinto de possibilidades e caminhos muito mais amplos e desafiadores. Queremos cada vez mais exigir construções coletivas, queremos uma verdadeira participação, queremos lideranças que despontem naturalmente não se fazendo necessário reverencia-las, mas sim, construirmos lado a lado alternativas e possibilidades.

O papel das juventudes nos movimentos sociais é procurar transformar o meio em que vivemos, ligando a realidade das ruas com as decisões tomadas nos governos e fazer com que essas decisões visem

o fim de privilégios e passem a ser realizadas com olhares voltados às camadas populacionais que de fato precisam de atenção.

Entre as inúmeras questões sociais que o Brasil está passando, algumas em especial chamam a atenção da juventude. Enxergamos que estamos ameaçados pelo ódio e pelo fascismo que antes estavam apenas latentes, mas hoje estão escancarados e passam muitas vezes despercebidos quando se revestem de mera opinião.

Nos últimos anos, atentamos especialmente em nos solidarizarmos e compormos trincheiras de luta ao lado das minorias que estão no berço da classe trabalhadora, até porque entendemos que fazemos parte dos grupos sociais que mais sofrem perseguições e violências, seja por gênero, por orientação sexual, por cor ou por raça, sendo que todas essas perseguições são intrínsecas à nossa condição socioeconômica.

Na violência por orientação sexual, por exemplo, os números, além de alarmantes, nos atingem em cheio mais do que os outros grupos etários. Dados do GGB (Grupo Gay da Bahia), mostram que em 2016 um LGBT morreu a cada 25 horas e, em 2017, as mortes aumentaram na ordem de 30%. As vítimas menores de 25 anos corresponderam a 74,1% dos homicídios¹. Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), cerca de 70% das vítimas de estupros são crianças e adolescentes².

Infelizmente as coisas não param por aí, pois quando fazemos o recorte de classe e raça, a realidade se mostra ainda pior uma vez que a população negra ainda é perseguida pelo racismo enraizado em nossa sociedade. Esta assustadora realidade afeta diretamente a condição da dignidade humana das juventudes. De acordo com o Atlas da Violência 2017, jovens negros e de baixa escolaridade são as principais vítimas de mortes violentas.

1 Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/sociedade/assassinatos-de-lgbt-crescem-30-entre-2016-2017-segundo-relatorio-22295785>>.

2 Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/170602_atlas_da_violencia_2017.pdf>.

A intenção de isolar as camadas mais vulneráveis é transparente quando nos deparamos com a implementação de políticas econômicas de austeridade, bem representadas pela PEC 241, que hoje é a Emenda Constitucional 95, aprovada durante a presidência de Michel Temer e que prevê um teto de gastos e congelamento dos investimentos em políticas públicas por 20 anos. Num trabalho de convencimento, seus defensores chegaram a comparar a gestão do orçamento público com a do orçamento do trabalhador assalariado, sendo que a dinâmica econômica desses dois atores é completamente diferente. Esquecem que os trabalhadores não decidem quanto querem receber pelo seu trabalho, ao contrário do Governo que pode regular o quanto arrecada conforme determina os impostos. Além de que, quando o Governo investe em algo, parte do dinheiro volta para seus cofres, pois com as políticas de estímulo econômico, o governo aumenta sua receita. Também vale lembrar que esta vertente da economia coloca a educação e a saúde como gasto e não como investimento, o que nos leva a um caminho perigoso de desmonte e precarização desses serviços sociais básicos.

Emendas Constitucionais como a 95 pretendem comparar um governo com uma empresa e assim abrem caminho para o descompromisso do Estado para com o bem-estar da população e com a educação pública. Deixam livre, por exemplo, o acesso para a privatização desenfreada, tendo na reforma do ensino médio o esboço do descaso com o desenvolvimento e com o futuro do país. Na verdade, se trata de uma reforma que está mais para deforma, pois tira do Estado a responsabilidade pela formação da juventude brasileira.

Hoje, vivemos um momento impar na democracia brasileira que nos enche de receio e preocupação, a eleição de Jair Bolsonaro para a Presidência. Infelizmente elegemos um presidente duplamente repressivo, pois, por um lado, defende uma agenda de retrocessos no campo social e desrespeito à diversidade e aos direitos humanos,

enquanto, por outro lado, favorece condutas econômicas alicerçadas nos receituários ultra neoliberais.

O projeto ideológico e político que Bolsonaro representa desponta com a ruptura democrática que tivemos em 2016 e ainda é difícil ter a dimensão de seus reais impactos. Justamente naquele período, as juventudes se viram desafiadas frente à iminência de terem seus direitos ameaçados. Por conta disso, nasceram novas formas de enfrentamento e questionamento sobre as maneiras como vivemos e como estamos vendo o país ser conduzido. As propostas de mudança do Ensino Médio e o estabelecimento do teto de gastos aos investimentos públicos fizeram emergir a revolta dos estudantes secundaristas, que revitalizaram formas de participação mais contundentes na democracia brasileira, como foi o caso das ocupações nas escolas públicas. Assim, o último movimento social de forte expressão nacional e internacional protagonizado pelas juventudes foi a Primavera Estudantil ocorrida em outubro 2016.

O Movimento teve como bandeira de luta a educação pública emancipadora de qualidade, a defesa de direitos e a valorização da classe trabalhadora como quem de fato deve ocupar as universidades públicas. Foram mais de mil escolas ocupadas pelo Brasil, com destaque para o Estado do Paraná, onde mais de oitocentas escolas passaram a ser conduzidas pelos estudantes.

O que encantou nas ocupações foi a maneira em que ela foi conduzida. As assembleias estudantis tinham por objetivo discutir as pautas do Movimento e decidir se a escola seria ou não ocupada. Eram nas assembleias, cheias de discussões e discordâncias, que duravam horas e horas, que também dividíamos as tarefas da limpeza, da comunicação, das atividades culturais, entre outras.

Uma das principais características do movimento, se não a mais importante, era a horizontalidade com que as coisas aconteciam. As “Ocupas” não contavam com uma liderança que respondia pelo

Movimento. Ao invés disso, todas as deliberações eram tomadas em conjunto, fazendo com que o espírito de liderança coletiva permanecesse.

A Primavera Secundarista teve como principal lição demonstrar como não podemos nos render aos detentores de privilégios e nem nos calar em meio às arbitrariedades dos governos. O Movimento pautou a importância da discussão e da valorização do debate com os diversos atores da sociedade, entre eles, e, fundamentalmente, as juventudes. Foi também um momento propício de reflexão, onde voltamos o olhar para aqueles que um dia já estiveram em nossos lugares e reafirmamos a necessidade de nos engajarmos nos movimentos sociais para disputar as narrativas e ousar nas maneiras de nos organizarmos.

A imagem de rebeldia não mais nos incomoda, pois ela é o enfrentamento e entusiasmo com que combatemos às opressões. Engana-se, no entanto, quem pensa que não desfrutamos do sentimento de medo. Afinal, não foi e nunca será fácil lidar com a repressão. Contudo, entendemos que o medo não pode ser motivo para nos acorrentar e anular a nossa participação nos movimentos sociais. As ocupações secundaristas e universitárias são a síntese das lutas das juventudes, nelas estão presentes todas as demais pautas dos trabalhadores e trabalhadoras. É daqueles que ocuparam suas escolas que nascerá a resistência e o contra-ataque às barbaridades do governo extremista e ao novo período de retrocessos e escuridão que começamos viver.

SOBRE OS AUTORES E AUTORAS



Alexandre Martins Joca

Professor adjunto da Universidade Federal de Campina Grande - UFCG (Câmpus de Cajazeiras); Professor colaborador do Programa de Pós-graduação PROFLETRAS. Graduado em Letras e Pedagogia; Mestre (2008) e Doutor em Educação Brasileira (2013) pela UFC. Faz parte dos grupos de pesquisa Formação de Professores, Educação, Cultura e Sociedade (UFCG); Educação, Cultura e Sociedade (UFC) e do Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Gênero, Identidade e Família (NEGIF/UFC). Atua principalmente nos temas: Gênero e diversidade sexual, juventudes, arte e educação, educação sexual escolarizada, formação docente e pesquisa educacional. E-mail: alexmartinsjoca@yahoo.com.br

Alexsandra Maria Sousa Silva

Doutoranda em Psicologia do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará (UFC). Mestra em Psicologia, pela Universidade Federal do Ceará (2014). Graduada em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará, campus Sobral (2011). Professora da Faculdade Luciano Feijão (FLF), área: Psicologia do Desenvolvimento, Psicologia Social e Psicologia Comunitária. Membro do Núcleo de Psicologia Comunitária (NUCOM/UFC) e participante do grupo de pesquisa sobre implicações psicossociais da pobreza. Experiências nas seguintes áreas: Docência, Intervenção em Psicologia Social e Psicologia Comunitária, Psicologia do Desenvolvimento e Educação, Políticas Públicas de Assistência Social, Educação popular. Desenvolvimento de pesquisas no campo da Psicologia Social e Comunitária, juventude, protagonismo e pobreza. E-mail: alexsandramss88@gmail.com

Aluísio Ferreira de Lima

Doutor em Psicologia (Psicologia Social) pela PUC-SP. Especialista em Saúde Mental pela Universidade de São Paulo (USP) e Especialista em Psicologia Clínica pelo Conselho Regional de Psicologia (CRP/11). Professor do Programa de Pós-

Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará (UFC). Professor colaborador no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (USP). Bolsista de Produtividade em Pesquisa (PQ-2) do CNPq, no âmbito do projeto "Coisas Frágeis" (que tem focado na compreensão, por meio de narrativas de história de vida e imagens, dos efeitos dos saberes psi nos enquadramentos contemporâneos da identidade e a sua relação com a (re)produção das formas de vida, desde a perspectiva da Psicologia Social Crítica e das teorias críticas contemporâneas). Coordenador do Paralaxe: Grupo Interdisciplinar de Estudos, Pesquisas e Intervenções em Psicologia Social Crítica. Membro do Laboratório em Psicologia, Subjetividade e Sociedade (LAPSUS/UFC). E-mail: aluisiolima@hotmail.com

Ana Cesaltina Barbosa Marques

Jornalista, doutoranda em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC), Mestre em Comunicação pela UFC (2010) e especialista em Antropologia e Mundos Contemporâneos pela Universidade Católica de Brasília (2005). Integra o Laboratório de Psicologia em Subjetividade e Sociedade (LAPSUS/UFC). E-mail: anacesaltina@gmail.com

Ana Júlia Pires Ribeiro

Estudante de Filosofia na Universidade Federal do Paraná (UFPR), Direito na Pontifícia Universidade Católica Paraná (PUC/PR), ativista por uma educação pública universal de qualidade e coordenadora Jovem da Campanha 100 milhões por 100 milhões, iniciativa do Laureado Nobel da Paz Kailash Satyarthi. Iniciou sua militância no movimento secundarista durante as ocupações escolares contra a reforma do ensino médio em 2016. E-mail: anajuliapiresribeiro@hotmail.com

Camila Holanda Marinho

Socióloga e professora efetiva da Universidade Estadual do Ceará (UECE) e do Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas (UECE). É Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará (UFC). Foi bolsista da CAPES/PDEE na Universidade de Lisboa (2010/2011). Tem experiência na área de Sociologia, com ênfase em Sociologia da Juventude, da Violência e dos Conflitos Sociais, atuando principalmente nos seguintes temas:

culturas juvenis, infância, políticas públicas, pobreza, desigualdade social e direitos humanos. É integrante do Movimento Cada Vida Importa.

E-mail: camila.marinho@uece.br

Cândida Maria Bezerra Dantas

Possui graduação (2003) e mestrado (2007) em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e doutorado em Psicologia Social também pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2013) e Pós-Doutorado pela Universidade Federal do Ceará (2018). É Professora Adjunta do Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte e membro permanente do Programa de Pós-graduação em Psicologia da UFRN. Possui experiência acadêmica e em pesquisa em Psicologia, atuando principalmente nos seguintes temas: políticas públicas, relações de gênero e pobreza.

E-mail: candida.dantas@gmail.com

Claudia Andrea Mayorga Borges

Doutora em Psicologia Social pela Universidad Complutense de Madrid - Espanha, professora do Departamento de Psicologia e do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); coordenadora do Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão Conexões de Saberes na UFMG. Atualmente é Pró-reitora de Extensão da UFMG (2018-2022).

E-mail: mayorga.claudia@gmail.com

Érika de Sousa Mendonça

Doutora em Psicologia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Professora Adjunta da Universidade de Pernambuco (UPE – Campus Garanhuns). Participa dos grupos de pesquisa: Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Poder, Cultura e Práticas Coletivas (GEPOL/UFPE/CNPq) e Práticas Discursivas, Interação Social e Ensino (DISCENS/UPE/CNPq). Pesquisas concentradas nos campos da Psicologia Social, Psicologia Política e Juventudes.

E-mail: erika.mendonca@upe.br

Flavia Mendes de Andrade e Peres

Doutorado em Psicologia Cognitiva pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE, 2007), Mestrado em Psicologia Cognitiva (UFPE, 2002), Graduação em

Psicologia (UFC, 1997). Professora Associada da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), na Área de Psicologia do Departamento de Educação. Professora do Programa de Pós-Graduação Educação, Culturas e Identidades (UFRPE/FUNDAJ). Possui experiência em temas relacionados às Tecnologias da Informação, Comunicação e Educação, atuando principalmente em orientação a: processos de produção de sentidos em ambientes informatizados; aprendizagem, identidade e cultura digital; juventude e educação do campo.

E-mail: peres.flavia@gmail.com

Gabriel Carvalho Bungenstab

Doutor em Sociologia pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Mestre em Educação Física pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Graduado em Educação Física pela Universidade Federal do Espírito Santo. Tem experiência na área de Educação Física, Educação e Sociologia. Atualmente é professor efetivo no curso de Educação Física da Universidade Estadual de Goiás (UEG). Autor de diversos artigos em periódicos especializados e do livro “Sobre juventude e educação física” (Editora Giostri). E-mail: gabrielcarv@msn.com

Glória Diógenes

Professora Titular do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará (UFC), Pesquisadora do CNPq e Coordenadora do Laboratório das Artes e das Juventudes (LAJUS). É membro fundadora da Rede Luso-Brasileira de Pesquisadores em Artes e Intervenções Urbanas (RAIU), é membro fundadora da Rede Todas as Artes, Todos os Nomes e membro da Rede de Estudos sobre Experiências e Ações Juvenis (REAJ). Faz parte do Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará. E-mail: gloriadiogenes@gmail.com

Graciela Natansohn

Professora Associada da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e docente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas (UFBA). Suas pesquisas e produções concentram-se na interseção entre a Comunicação e o Feminismo: questões de gênero na cultura digital e no jornalismo; Mulheres e TIC's, ciberfeminismos e tecnofeminismos. Graduada em Jornalismo pela Universidad Nacional de La Plata (Argentina, 1984)

e Licenciatura em Comunicação Social pela Universidad Nacional de La Plata (Argentina , 1987), mestrado (1998) e doutorado (2003) em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Pós-doutorado em Universidad Nacional de Buenos Aires (Argentina). Coordena o grupo de Pesquisa em Gênero, Tecnologias Digitais e Cultura (GIG@/UFBA). E-mail: graciela71@gmail.com

Idilva Maria Pires Germano

Psicóloga, Doutora e Mestre em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Professora Titular do Departamento de Psicologia (UFC) e professora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia (UFC). Participou do GT da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação (ANPEPP) “Juventude, resiliência e vulnerabilidade” e atualmente é membro do GT “Juventudes e Pesquisas participativas”. Membro do Laboratório em Psicologia, Subjetividade e Sociedade (LAPSUS/UFC). Tem publicado artigos e capítulos sobre aspectos teóricos e metodológicos de estudos com narrativas e orienta pesquisas que empregam enfoques discursivos críticos sobre vulnerabilidades sociais. Foi coordenadora da comissão científica do VII JUBRA. Atualmente, vem estudando a narração da experiência feminina em sites de redes sociais, com foco na interface entre gênero, mídia e ativismo. E-mail: idilvapg@gmail.com

Ilana Lemos de Paiva

Graduada em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN, 1998), Mestre em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN, 2003) e Doutora pelo programa integrado de pós-graduação em Psicologia Social da UFRN/UFPB, com período de estágio na Universidad Autónoma de Madrid. Atualmente é professora Associado IV do Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Coordenadora do Observatório da População Infanto-juvenil em Contextos de Violência (OBIIJUV/UFRN). Bolsista de Produtividade do CNPq (nível 2). Tem experiência na área de Psicologia, com ênfase em Psicologia Comunitária, atuando principalmente nos seguintes temas: teoria social marxiana, políticas públicas, direitos humanos, infância e juventude em contextos de violência.

E-mail: ilanapaiva@hotmail.com

Ilaina Damasceno

Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Ceará (UFC) e doutora em Geografia pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Professora Adjunta da Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) na qual integra o Núcleo de Estudos Afro-brasileiros (NEAB/UERJ). realiza pesquisa nas áreas de Educação Geográfica e Geografia Humana. E-mail: ilaina.damasceno@gmail.com

Inês Sílvia Vitorino Sampaio

Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), tendo participado de Programa de Doutorado sanduíche na Westfälische Wilhelms-Universität Münster. Realizou estágio Pós-Doutoral na Université du Québec à Montreal (UQÀM). É docente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, vinculado ao Instituto de Cultura e Arte da Universidade Federal do Ceará (ICA/UFC). Foi vice-presidente da Associação Nacional de Pós-Graduação em Comunicação (COMPÓS), no biênio 2014-2015, e secretária-geral, no biênio 2011-2013. É vice-coordenadora do Laboratório de Pesquisa da relação Infância, Juventude e Mídia (LabGRIM). Publicou de sua autoria o livro Televisão, Publicidade e Infância e em co-autoria a obra Qualidade na Programação Infantil na TV Brasil, além de inúmeros artigos em coletâneas e periódicos acadêmicos. Email: inesvict@gmail.com

Jacqueline de Oliveira Moreira

Professora do curso de Pós-Graduação em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas). Doutora em Psicologia Clínica (PUC SP), Mestre em Filosofia pela UFMG. Psicanalista. Bolsista de Produtividade CNPq PQ2. Membro do GT da ANPEPP Psicanálise, Clínica e Política. Membro da Comissão de Propostas Socioeducativas do Fórum Permanente do Sistema Socioeducativo de Belo Horizonte. Projeto Aprovado e APQ-02862-17 – Edital Universal FAPEMIG. E-mail: jackdrawin@yahoo.com.br

Jéssica de Souza Carneiro

Doutoranda em Psicologia (Universidade Federal do Ceará). Mestra em Psicologia pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia (Universidade

Federal do Ceará, 2016), na linha de pesquisa Sujeito e Cultura na Sociedade Contemporânea. Graduada em Comunicação Social com Habilitação em Publicidade e Propaganda (Universidade Federal do Ceará, 2013). Atualmente integrante do Grupo Interdisciplinar de Estudos, Pesquisas e Intervenções em Psicologia Social Crítica (Paralaxe-UFC) e do Laboratório de Psicologia em Subjetividade e Sociedade (LAPSUS-UFC). Amante dos estudos de cibercultura e convergência multimidiática. Atualmente, dedicada aos estudos sobre feminismos negros, gênero, raça/etnia e interseccionalidades. E-mail: jessiscarneiro@gmail.com

João Paulo Pereira Barros

Graduado em Psicologia, Mestre em Psicologia e Doutor em Educação pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Professor Adjunto do Departamento de Psicologia (UFC), ligado ao setor de estudos de Psicologia Social e Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFC. Líder do Grupo de Pesquisa Violência, Exclusão Social e Subjetivação (VIESES), cadastrado no Diretório do CNPq. Realiza pesquisas e inter(in)venções extensionistas na área da Psicologia em seus diálogos tanto com referenciais pós-estruturalistas quanto com estudos anti-coloniais, com foco nos aspectos psicossociais concernentes à violência, envolvendo segmentos infantojuvenis em contextos urbanos, nas tramas de saber-poder-subjetivação relacionadas às desigualdades sociais e nas práticas de resistência juvenis às dinâmicas de precarização da vida e às tecnologias necrobiopolíticas ligadas à governamentalidade neoliberal.

E-mail: joaopaulobarros07@gmail.com

Jorge Luiz Barbosa

Pós-doutor em Geografia Humana pela Universidade de Barcelona (Espanha). Doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP). Mestre em Geografia (UFRJ). Professor Associado do Departamento e do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense. Diretor do Observatório de Favelas. Pesquisador do CNPq. Autor e organizador de diversas publicações, em destaque os seguintes livros: *Entre Brasil e Portugal: aproximações geográficas* (2018); *Dossiê COMPERJ – A modernização fracassada*

(2018); *Ordenamento Territorial e Ambiental* (2017); *Cultura e Território* (2017); *Urban Public Spaces* (2017); *Identidade, Território e Política no contexto de violência na América Latina* (2017); *Paisagens crepusculares da ficção científica: a elegia das utopias urbanas do modernismo* (2013); *Solos Culturais* (2013); *Favelas: Alegria e Dor da Cidade* (2005). E-mail: jorge_barbosa@id.uff.br

Karla Patricia Holanda Martins

Doutora em Teoria Psicanalítica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com pós-doutorado no Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (USP). Professora Adjunta do Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Ceará (UFC) e professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Psicologia (UFC). Psicanalista. Membro do GT da ANPEPP Psicanálise e Clínica Ampliada. Coordenadora do Programa de Extensão "Clínica, Estética e Política do Cuidado". Email: kphm@uol.com.br

Lúcia Rabello de Castro

Doutorado (Ph. D., 1988) e Mestrado (M.Sc., 1978) em Psicologia pela Universidade de Londres, Grã-Bretanha. Professora Titular do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), e professora do Programa de Pós-graduação em Psicologia desse Instituto. Membro Fundador do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa na Infância e Adolescência Contemporâneas - (NIPIAC/UFRJ) e atual Coordenadora Científica. É presidente eleita da Associação Nacional Rede de Pesquisadores e Pesquisadoras da Juventude (REDEJUBRA, 2017-2020). É membro de redes nacionais e internacionais na área da infância e juventude. Membro de Conselhos Editoriais de periódicos nacionais e internacionais no campo da infância e juventude, como *Childhood*, *Young*, *Psicologia: Reflexão e Crítica* e outras. Editora chefe da Revista Eletrônica de Divulgação Científica da Infância e Juventude – *DESidades*. Tem publicado e organizado vários livros e coletâneas nas áreas da infância e juventude, em português, espanhol e inglês. Temas de interesse: teorias da infância e juventude; participação social e política de crianças e jovens; transformações da contemporaneidade e construção da subjetividade infantil e juvenil; cultura, subjetividade e política; subjetividade, política e direitos. E-mail: lrcastro@infolink.com.br

Luciana Lobo Miranda

Mestre e Doutora em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ). Professora Associada do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará (UFC). Realizou pesquisa pós-doutoral em Critical Social Psychology no Graduate Center da City University of New York (CUNY). Coordenadora do Laboratório em Psicologia, Subjetividade e Sociedade (LAPSUS/UFC). Tem publicado trabalhos que discutem os modos de subjetivação na contemporaneidade articulados à educação, às políticas de juventude e à mídia. Também se interessa pelas políticas de pesquisa no campo da pesquisa-intervenção. Pesquisadora CNPq. E-mai: lobo.lu@uol.com.br

Marcia Kelma de Alencar Abreu

Graduada em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará (2000), graduada no Programa Especial de Formação Pedagógica pela Universidade Estadual do Ceará (UECE, 2003) e Mestre em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC, 2006). Atualmente é professora assistente da Universidade Regional do Cariri e Doutoranda em Psicologia pela UFC. Tem experiência na área de Psicologia e Educação, com ênfase em Psicologia Social, Psicologia Educacional e Pesquisa Educacional. Está inserida nos grupos de pesquisa: Educação e Políticas Públicas, no eixo de Formação de Professores; Psicologia da Educação; e no grupo de pesquisa do Núcleo de Psicologia Comunitária (NUCOM), vinculado ao Departamento de Psicologia da UFC, onde desenvolve pesquisa sobre as implicações psicossociais da pobreza. E-mail: kelmabreu@yahoo.com.br

Márcia Stengel

É graduada em Psicologia pela UFMG, possui Doutorado em Ciências Sociais pela UERJ, Pós-doutorado em Educação pela UFMG e Mestrado em Psicologia Social pela UFMG. É Professora Adjunta da Faculdade de Psicologia e do Programa de Pós-Graduação de Psicologia da PUC Minas. Autora do livro "Estado da Arte da Produção Discente de Pós-graduação em Psicologia sobre Adolescência e Juventude" (2015) organizadora, dentre outros, do livro "Juventude e Cultura Digital: Diálogos Interdisciplinares" (2017) e "Corpo e Cultura Digital: Diálogos Interdisciplinares" (2018). É membro do Conselho de Ética em Pesquisa da PUC Minas e do Colegiado de Coordenação Didática do Programa de Pós-graduação de Psicologia. É Pesquisadora Mineira financiada pela FAPEMIG. E-mail: marciastengel@gmail.com

Márcio Rimet Nobre

Doutorando em Psicologia: Estudos Psicanalíticos pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Pesquisador bolsista CAPES; Mestre em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MINAS, 2010); Especialista em Teoria Psicanalítica pela UFMG (2008); Psicólogo pela Universidade Federal de São João del Rei (1999). Autor do livro Realidade virtual, realidade psíquica na pós-modernidade: um encontro com Freud na infinitude fantasística do ciberespaço (2014), coautor e organizador do livro Juventude e Cultura digital: diálogos interdisciplinares (2017). Exerceu docência em universidades de Minas Gerais, além de atividades clínicas atendendo a adolescentes e adultos. Integrante do grupo de investigação Além da Tela: Psicanálise e Cultura Digital da UFMG. Consultor em planejamento estratégico de artistas e grupos culturais pela Ravel Produção e Gestão Cultural. E-mail: marcionobre205@hotmail.com

Maria Cláudia Santos Lopes de Oliveira

Graduação em Psicologia pela Universidade Federal Fluminense (UFF, 1986), Mestrado e Doutorado pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Realizou projetos de pós-doutoramento na Clark University, E.U.A (2005), Universidade Autônoma de Madri, Espanha (2009), e na Universidade de Aalborg -Dinamarca (2015-2016). É Professora Associada da Universidade de Brasília, onde desenvolve projetos de pesquisa na área de Psicologia do Desenvolvimento humano no curso de vida, com ênfase no desenvolvimento social no contexto urbano, das escolas e unidades de atendimento socioeducativo. Coordena, na Universidade de Brasília (UnB), o Laboratório de Psicologia Cultural (LABMIS), e o Grupo de Ações e Investigação das Adolescências (GAIA). Autora de muitos artigos e capítulos na área e co-organizadora dos livros como "Alterity, Values and Socialization within Educational Contexts (2017) e "Perspectivas Interdisciplinares sobre Adolescência, socioeducação e Direitos Humanos" (2017) entre outros. Foi presidente da Associação Brasileira de Psicologia do Desenvolvimento (ABPD-2010-2012), membro do Diretoria da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação (ANPEPP- 2016-2018), atualmente ocupando a vice-presidência (2018-2020). E-mail: mcsloliveira@gmail.com

Maria Cristina G. Vicentin

Professora do Curso de Psicologia e do Programa de Estudos Pós-graduados em Psicologia Social da Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde da Pontifícia

Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), onde coordena o Núcleo de Estudos e Pesquisas Lógicas Institucionais e Coletivas. Coordenou o Programa de Reorientação da Formação Profissional em Saúde (PROPETSAÚDE III) da PUC-SP (2012-2018). Membro dos Grupos de pesquisa: Políticas da subjetividade (CNPq); Subjetividades contemporâneas (ANPEPP) e Direitos Humanos, Democracia Política e Memória (IEA-USP). Tem doutorado em Psicologia Clínica e mestrado em Psicologia Social pela PUC-SP. Atua principalmente no campo das políticas de saúde mental e dos direitos da infância e da adolescência.

E-mail: mvicentin@pucsp.br

Maria Helena Oliva Augusto

Professora sênior da Universidade de São Paulo (USP). Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), mestrado em Sociologia pela USP e doutorado em Sociologia pela mesma instituição. Tem experiência na área de Sociologia, com ênfase em fundamentos da sociologia, teoria sociológica, sociologia da saúde e sociologia da juventude. Tem trabalhado os temas indivíduo e individualismo, modernidade e contemporaneidade, tempo social, juventude e processos de transição, saúde pública, saúde coletiva e políticas sociais. Publicou diversos artigos em periódicos e, recentemente, teve reeditada a sua dissertação de mestrado Intervencionismo estatal e ideologia desenvolvimentista estudo de caso da CODEPAR (2017), coeditou o livro Max Weber e Foucault: paralelas e intersecções (2018), para o qual contribuiu com um capítulo, e organizou, com José Leopoldo Ferreira Antunes, o dossiê “Ciências Sociais e Saúde”, na revista Tempo Social (2015). E-mail: mhoaugus@usp.br

Maria Zelfa de Souza Feitosa

Psicóloga, Mestre em Psicologia e Doutoranda em Psicologia pelo Programa de Pós-graduação em Psicologia, da Universidade Federal do Ceará (UFC). Membro do Laboratório de Pesquisa em Psicologia Ambiental (LOCUS), da Universidade Federal do Ceará (UFC). Possui experiência de pesquisa e atuação no campo da Saúde Coletiva, equipamentos sociais e povos indígenas, adotando como principais bases teóricas a Psicologia Social, Psicologia Comunitária e Psicologia Ambiental.

E-mail: maria.zelfa@hotmail.com.

Maristela de Melo Moraes

Doutorado em Psicologia Social (Universidad Autónoma de Barcelona-Espanha); Mestrado em Saúde Coletiva e Especialização em Saúde Pública (FIOCRUZ-Instituto de Pesquisas Aggeu Magalhães-Recife); Graduação em Psicologia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Professora do Curso de Psicologia da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), coordena o Núcleo de Pesquisa e Extensão sobre Drogas (NUD/UFCG). Desenvolve ações de ensino, pesquisa e extensão em diálogo com as políticas de saúde e assistência social, com foco na atenção às pessoas em sofrimento psíquico, especialmente decorrente do consumo de drogas, tendo a redução de danos como perspectiva orientadora. Suas principais publicações acadêmicas estão focadas nas relações de gênero e o consumo de drogas, políticas públicas de saúde, políticas sobre drogas e redução de danos. E-mail: maristelammoraes@gmail.com

Miriam Fábria Alves

Licenciada em História pela Universidade Estadual de Goiás (UEG), mestre em Educação pela Universidade Federal de Goiás (UFG) e doutora em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). É professora associada na Faculdade de Educação/UFG e docente no Programa de Pós-Graduação em Educação. Foi Diretora da Faculdade de Educação/UFG (2010-2014) e Coordenadora das Licenciaturas e Educação Básica na Pró-Reitoria de Graduação da UFG (2014-2017). Tem experiência na área de Educação atuando principalmente nos seguintes temas: História da Educação, Políticas Educacionais, Ensino Médio e Juventudes. Atualmente compõe a diretoria da ANPED como primeira secretária. E-mail: miriamfabia@gmail.com

Monica Fantin

Doutora em Educação com Pós-Doutorado em Estética pela Università Cattolica de Sacro Cuore de Milão. Professora Associada do Departamento de Metodologia do Ensino e do Programa de Pós-Graduação em Educação, linha de pesquisa Educação e Comunicação, do Centro de Educação da Universidade Federal de Santa Catarina, (UFSC). Líder do Grupo de Pesquisa Núcleo Infância Comunicação Cultura e Arte, (NICA/UFSC/CNPq), possui diversas publicações no campo da mídia-educação, infância e formação de professores na cultura digital.

E-mail: monica.fantin@ufsc.br

Nádia Laguárdia de Lima

Pós-doutorado em Teoria Psicanalítica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Doutorado e Mestrado em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Especialização em Docência do Ensino Superior (CNP) e em Clínica e Saúde Mental (CNP) e Graduação em Psicologia (UFMG). É professora Adjunto IV do Departamento de Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFMG. É coordenadora do Laboratório de Psicologia e Educação (UFMG). Participa do Laboratório de Psicanálise e Psicopatologia da UFMG. Coordena o grupo de pesquisa “Além da Tela: psicanálise e cultura digital” da UFMG. É autora do livro “A escrita virtual na adolescência: uma leitura psicanalítica” e de capítulos de livros e artigos em periódicos, além de co-organizar várias coletâneas. Temas de interesse: psicanálise e cultura digital, psicanálise e educação, clínica psicanalítica com crianças e adolescentes. Recebeu o Prêmio CAPES de Teses 2010 e o Prêmio UFMG de Teses 2010, ambos da área da Educação. Pesquisadora associada ao GT Psicanálise e Educação da ANPEPP e vice-coordenadora do GT desde julho de 2018. É membro da Rede Internacional Coletivo Amarrações.

E-mail: nadia.laguardia@gmail.com

Nara Maria Forte Diogo Rocha

Mestre em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Doutora em Educação pela UFC com período sanduíche na Universidade do Porto, Portugal com bolsa da CAPES. Professora do Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Ceará (UFC) na área de psicologia do desenvolvimento. Integrante do grupo de pesquisa Ludicidade Discursos e Identidade na Práticas Educativas (LUDICE/FACED/UFC) e do Laboratório de Pesquisas e Práticas em Psicologia e Educação (LAPPSIE/UFC - Campus Sobral). Interessada em estudos e práticas voltados às interseccionalidade de gênero raça/etnia e idade bem como à intergeracionalidade. E-mail: narafdiogo@gmail.com

Pâmela Saunders Uchôa Craveiro

Professora do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT). Possui pós-doutorado em Mídia e Cotidiano pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Doutora em Comunicação pela Universidade de Vigo (Espanha) com menção de Doutora Internacional. Mestre

em Comunicação também pela Universidade de Vigo. Graduada em Comunicação Social - Publicidade e Propaganda pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Faz parte do grupo de pesquisa Ética na Sociedade do Consumo (ESC/UFF) e do Laboratório de Pesquisa da Relação Infância, Juventude e Mídia (LabGRIM/UFC). Coordena os projetos de extensão: Observatório de Publicidade e Sociedade (OPS) e Agência Experimental de Comunicação (TOCA). Pesquisa temáticas relacionadas a consumo, publicidade, infância e literacia publicitária.

E-mail: pamela_uchoa@yahoo.com.br

Raquel Alencar Barreira Rolim

Professora da Unichristus e Coordenadora de Pesquisa e extensão do curso de psicologia. Doutora em Psicopatologia e Psicanálise Université Paris VII (Diderot, França). Pós-doutora (bolsa CNPq/FUNCAP) pelo Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará (UFC).

E-mail: raquelbrolim@gmail.com

Ricardo Pimentel Mélio

Professor Titular do Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Ceará (UFC). Doutorado em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Realiza estudos e pesquisas sobre uso recreativo, abusivo e compulsivo de drogas/substâncias psicoativas, lícitas e/ou ilícitas. Temas de interesse: Práticas de cuidado e promotoras de saúde; estudos clínicos (acompanhamento terapêutico, consultório na rua, clínica itinerante, gestão autônoma de medicamentos; desamparo e dor); redução de danos e potencialização de prazeres; políticas de drogas, biopoder e governamentalidade; drogas/substâncias psicoativas e relações de gênero; substâncias psicoativas como atuantes (Teoria Ator-Rede). Coordenador do Núcleo de Estudos sobre Drogas-NUCED (UFC) e colabora com o Núcleo de Estudos sobre Práticas Discursivas e Produção de Sentidos (PUC-SP); Núcleo de Lógicas Institucionais e Coletivas (PUC-SP); Núcleo de Pesquisa e Extensão sobre Drogas (UFCG).

E-mail: ricardopmello@gmail.com

Rosane Maria de Castilho

Graduação em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-Goiás, 1989), Doutorado em Educação pela Universidade Católica Argentina -

Santa Fé (2010). Pós-Doutorado pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, sob orientação do Professor Doutor José Machado Pais (2017). Docente Titular de Psicologia da Universidade Estadual de Goiás (UEG). Membro associado da Sociedade Brasileira de Psicologia. Pesquisadora nas áreas de Psicologia e Educação, nas temáticas: juventude, educação, autoridade e contemporaneidade. Membro-fundador do Observatório Juventudes na contemporaneidade em parceria com pesquisadores da UFG, IFG, PUC Goiás e Cajueiro. Além de artigos científicos, publicou diversas obras, dentre elas: Réquiem para um sonho: entre a Psicanálise e a cultura (2005). Ed. Cànone; Juventud Y Autoridad (2011) e Juventud Y Processos Educativos (2012) Ed. Teseu- Buenos Aires; O fenômeno em sua concretude e transcendência: as Constelações Familiares como ferramenta de cura e resignificação (Org. 2016) e Juventudes: pesquisa e produção de conhecimento (2017) ambas pela Ed. Espaço Acadêmico.

E-mail: rmcastilho@ics.ulisboa.pt

Tatiane Alves Baptista

Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professora Adjunta da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Coordenadora de Estudos Estratégicos e Desenvolvimento da UERJ e pesquisadora da Faculdade Latino Americana de Ciências Sociais (FLACSO/Brasil).

E-mail: tatianebuerj@gmail.com

Vanina Costa Dias

Doutora em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica Minas (PUC-Minas) com estágio pós-doutoral na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Portugal. Pós-Doutoranda em Psicologia no Programa de Pós-Graduação em Psicologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Mestre em Educação pela PUC Minas. Graduada em Psicologia, com Especialização em Psicologia Educacional e Metodologia de Ensino. Integrante do Grupo de Investigação “Além da Tela: Psicanálise e Cultura Digital”, ligado ao Laboratório de Psicologia e Educação da UFMG. Foi professora na Faculdade de Educação da UEMG. Professora e coordenadora da Unidade de Atendimento Psicopedagógico na Faculdade Pedro Leopoldo, Professora no curso de Pós-Graduação em Psicopedagogia da UNI-BH. Coordenadora do Curso de Psicologia na Faculdade Ciências da Vida, Sete Lagoas/MG. E-mail: vaninadiaz@gmail.com

Valdirene Alves de Oliveira

Possui graduação em Pedagogia pela Unievangélica (1996), mestrado em Educação pela Universidade Federal de Goiás (UFG, 2004) e doutorado em Educação pela Universidade Federal de Goiás (2017). Atualmente é professora da Universidade Estadual de Goiás (UEG). Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Política educacional, atuando principalmente nos seguintes temas: ensino médio, políticas educacionais, formação docente, educação infantil. E-mail: diena2008@hotmail.com

Veriana de Fátima Rodrigues Colaço

Graduada em Psicologia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), mestre em Educação pela Universidade Federal do Ceará (UFC) e doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), com Pós-doutorado em Psicologia pela Universidade de Barcelona. Professora Titular do Departamento de Psicologia da UFC e professora permanente dos Programas de Pós-Graduação em Psicologia e em Educação Brasileira da UFC. Líder do Grupo de Pesquisa Linguagem, Práticas Culturais e Cidadania, membro do Núcleo Cearense de Estudos e Pesquisas sobre a Criança – NUCEPEC e do Grupo de Pesquisa Ludicidade, Discurso e Identidade nas Práticas Educativas – LUDICE. Desenvolve pesquisas na área da Psicologia Educacional e do Desenvolvimento, com abordagem teórica fundamentada na Psicologia Histórico Cultural em articulação com perspectivas decoloniais e interseccionais, com foco nas questões de juventude, vulnerabilidade social, violência e racismo.

E-mail: verianac@gmail.com

Verônica Moraes Ximenes

Doutora em Psicologia pela Universidade de Barcelona (2000) e Pós-Doutorado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS, 2011). Professora Titular do Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Ceará (UFC). Coordenadora do Núcleo de Psicologia Comunitária (NUCOM) da UFC. Bolsista PQ -2 CNPq. Atua e desenvolve pesquisas relacionadas às temáticas: Psicologia Comunitária, implicações psicossociais da pobreza, políticas públicas, desenvolvimento comunitário, saúde comunitária e outras.

E-mail: vemorais@yahoo.com.br

Vitor Sérgio Ferreira

Doutor em Sociologia pelo ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa (2006). Atualmente é Investigador Auxiliar no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-ULisboa), onde coordena o grupo de investigação LIFE – Percursos de vida, Desigualdades e Solidariedades: Práticas e Políticas, e é vice-coordenador do Observatório Permanente da Juventude. É professor de Métodos e Técnicas de Pesquisa Qualitativa a nível pós-graduado, e coordenador no ICS-ULisboa do Programa Interuniversitário de Doutoramento em Sociologia: Conhecimento para Sociedades Abertas e Inclusivas (OpenSoc). Tem coordenado e participado de vários projetos de investigação, com principal incidência sobre temáticas relacionadas com culturas juvenis e transições para a vida adulta, gerações e percursos de vida, usos do corpo e modificações corporais, e métodos e técnicas de pesquisa qualitativa. Entre as suas publicações mais recentes, destacam-se os livros *Geração Milénio? Um Retrato Social e Político* (2017, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais) e *Pesquisar Jovens: Caminhos e Desafios Metodológicos* (2017, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais).

Para informações mais detalhadas consultar: <http://www.vitorsergioferreira.net>
E-mail: vitor.ferreira@ics.ulisboa.pt

Zulmira Áurea Cruz Bomfim

Psicóloga formada pela Universidade Federal do Ceará (UFC), professora Associada do Departamento de Psicologia da UFC, com Mestrado em Psicologia Social e da Personalidade pela Universidade de Brasília (UnB) e Doutorado em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Com Doutorado Sanduíche pela Universidade de Barcelona em Psicologia Socioambiental e pesquisadora em Espaço Público e Regeneração Urbana. Estágio pós-doutoral na Universidade da Coruña (Espanha) no grupo de Investigação Pessoa Ambiente (GRIPA). Desenvolve Pesquisas nas áreas de Psicologia Ambiental e Psicologia Social, atuando principalmente nos seguintes temas: cidade, afetividade, mapas afetivos; comportamentos pró-ambientais, políticas públicas e questões indígenas. Coordena o Laboratório de Pesquisa em Psicologia Ambiental (LOCUS-UFC) e é líder do grupo de pesquisa em psicologia ambiental do CNPq. E-mail: zulaurea@gmail.com

"A rede de experiências e afetos registrados nessa coletânea convoca e reanima as diversas comunidades e os próprios jovens à agência criativa, à luta por representatividade, à ocupação de espaços onde as falas foram capturadas e o silêncio imposto como uma das formas de exercício de poder. Que o verbo AFETAR possa ecoar, animar, reconectar, possibilitar celebrações, produzir encontros que nos ajudem a mover as estruturas."



UNIVERSIDADE
FEDERAL DO CEARÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM PSICOLOGIA



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
Gabinete do Governador

rede **Jubra**



CAPES

